III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES

GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS



Ilustração adaptada da obra de Nery, Ismael. Figura Decomposta - 1927 - óleo sobre tela 42 x 47,5 cm
Coleção Yara e Roberto Baumgart (São Paulo, SP) - Reprodução Fotográfica Gráficos Brunner Ltda

Design gráfico:: Gabriela Quirino Pereira - gabriela.suporte.gde@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS-CAMPUS CATALÃO

Realização:

DIALOGUS
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM GÊNERO, CULTURA E TRABALHO

LEGER
Laboratório de Estudos de Gênero em Rede

UFG
CAMPUS CATALÃO

Apoio:

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
BRASIL
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Ciar
Centro Integrado de Aprendizagem em Rede

Gênero e Diversidade na Escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO

DIALOGUS – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM GÊNERO, CULTURA E TRABALHO

III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES

GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão
23 a 25 de outubro de 2013

ANAIS

CAMPUS CATALÃO
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(GPT/ BSCAC/UFG)

S612a

Sinagi (Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades) (3. : 2013 : Catalão, GO).

[Anais do] III Simpósio Nacional Gênero Interdisciplinaridades : gênero, sexualidades e movimentos sociais, de 23 a 25 de outubro de 2013 [recurso eletrônico] / Organizadoras Luciana Borges, Carmem Lúcia Costa. – Catalão : UFG, 2013.

Dados eletrônicos
ISSN: 2178-0412
Evento promovido pelo Grupo de Pesquisa Dialogus

1. Gênero – Congresso. 2. Interdisciplinaridades. 3. Sexualidades. 4. Movimentos sociais. I. Borges, Luciana. II. Costa, Carmem Lúcia. III. Universidade Federal de Goiás. Campus Catalão, Departamento de Letras. IV. Título. V. Título: III Sinagi (Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades) : gênero, sexualidades e movimentos sociais.

CDU: 347.156

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – CAMPUS CATALÃO

REITORIA

Prof. Dr. Edward Madureira Brasil

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Anselmo Pessoa Neto

DIREÇÃO DO CAMPUS CATALÃO

Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves

COORDENADORIA DE EXTENSÃO E CULTURA – CAMPUS CATALÃO

Prof. Dra. Maria do Carmo Morales Pinheiro

COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – CAMPUS CATALÃO

Profa. Dra. Roselma Luchese

COORDENADORIA GERAL DE GRADUAÇÃO – CAMPUS CATALÃO

Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva

GRUPO DIALOGUS – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho
LEGER – Laboratório de Estudos de Gênero em Rede

Profa. Dra. Ana Carla Dias Carvalho
Profa. Dra. Andréia Cristina Peixoto Ferreira
Profa. Dra. Carmem Lúcia da Costa
Profa. Dra. Eliane Martins de Freitas (Vice Líder)
Profa. Dra. Fabiana Jordão Martinez
Prof. Dr. Getúlio Nascentes Cunha
Profa. Ms. Heliany Pereira dos Santos
Prof. Ms. João Paulo de Paula Silveira
Profa. Ms. Karinne Regis Duarte
Profa. Dra. Lilian Marta Grisolio Mendes
Profa. Dra. Luciana Borges (Líder)
Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias
Profa. Dra. Marise Vicente de Paula
Profa. Dra. Silvana Augusta Barbosa Carrijo
Prof. Dr. Sulivan Charles Barros

CENTRO INTEGRADO DE APRENDIZAGEM EM REDE – CIAR

Prof. Dr. Leonardo Barra Santana de Souza

COORDENADORIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GDE

Profa. Dra. Eliane Martins de Freitas

SECADI – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

SPM – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHER

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL
Carmem Lúcia Costa

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Fabiana Jordão Martinez
Getúlio Nascentes Cunha
Heliany Pereira dos Santos
João Paulo de Paula Silveira
Karinne Régis Duarte
Lilian Marta Grisolio Mendes
Luciana Borges (Líder)
Luciana de Oliveira Dias
Marise Vicente de Paula
Silvana Augusta Barbosa Carrijo
Sulivan Charles Barros

COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
Lilian Marta Grisolio Mendes

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E EDIÇÃO GRÁFICA
Luciana Borges

COORDENAÇÃO FINANCEIRA
Carmem Lúcia Costa

GERENCIAMENTO DO SITE
Gottardo Dezute Mikami

COMISSÃO CIENTÍFICA
Eliane Martins de Freitas
Fabiana Jordão Martinez
Lilian Marta Grisolio Mendes
Luciana Borges (Coordenadora)
Marise Vicente de Paula
Silvana Augusta Barbosa Carrijo
Sulivan Charles Barros

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E ENTREGA DE MATERIAL
Daisy Caetano
Edson Benedito Santana
Fabiana Jordão Martinez (Coordenadora)
Gottardo Dezute Mikami
Laudicéia Lourenço
Marcelo Nascimento
Marli José Tavares
Natália Soares Ferreira
Paulo César Pereira Matos
Sueley Luana

Suzana Alves
Valéria Castro Morais

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E CONTATOS

Fabiana Jordão Martinez (Coordenadora)
Danielle Pereira
Kaique Matheus Cardoso
Leonardo Aires de Castro

COMISSÃO DE APOIO E INFRAESTRUTURA

Amanda Graziela de Oliveira
Ana Claudia Martins
Allan Jonathan Vieira Correia
Bruna Guimarães Correia
Carolina Silva de Paula Borges
Cleudimar Rosa Alves
Heliany Pereira dos Santos (Coordenadora)
Iris Tomé
Janãine Carneiro
Jackeline de Oliveira Silva
Jorge Luiz da Silva Alves
José Rita Guimarães da Silva
Juliane de Souza Assis
Leandro Kenner Rodrigues de Carvalho
Lilian Pereira dos Santos
Leonardo da Silva Esteves
Luana Soares de Barros
Lucas dos Santos Passos
Maria Eunice Silva
Maria de Lourdes Fernandes Silva
Marciana Flores Mendes
Michele Gley de Freitas Monteiro
Priscila Souza Maldonado
Raine Neto Guimaraes
Sarah Cristina Alves
Thayane Luiza Fernandes dos Santos
Wanessa Ferreira Silva

COMISSÃO DE APOIO A ESTUDANTES VISITANTES

Suzana Alves Vale (Coordenadora)
Laudicéia Lourenço

SUMÁRIO

Apresentação 12

Artigos 13

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ENSINO DE BIOLOGIA E A PRÁTICA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO DE GÊNEROS
Aiany Ruth Silva de Assis
Manoel Rodrigues Chaves..... 13

POLITÍCAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE GÊNERO
Cleudimar Rosa Alves
Carmem Lúcia Costa..... 28

A INSERÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA MONOPARENTAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980
Cristiane Aparecida Silva Moura de Melo
Maria Margaret de Vasconcellos Lemos..... 44

A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: O COTIDIANO DAS OPERADORAS DE CAIXA DE SUPERMERCADOS EM MORRINHOS (GO)
Deanne Teles Cardoso
José Vieira Neto..... 55

AMARRAS FEMININAS: ESTIGMAS DO CORPO
Esdra Basílio
Larissa Cantarino Chagas..... 64

O TRABALHO DA MULHER: AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE TAMBIOCÓ, CATALÃO (GO)
Gabriela Bernardes Silva
Estevane de Paula Pontes Mendes
Amanda Custódio..... 74

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DO CAMPUS CATALÃO
Gottardo Dezute Mikami
Carmem Lúcia Costa..... 84

ESPELHOS OPACOS: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM *NADA A DIZER*, DE ELVIRA VIGNA
Hellyana Rocha e Silva..... 96

AS TRABALHADORAS DA ITALAC ALIMENTOS EM CORUMBAÍBA (GO): ENTRE A EMANCIPAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO
Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro
Carmem Lúcia Costa..... 110

A LIBERDADE DO CORPO NO MERCADO DE TRABALHO
Janine Machado Jacob..... 126

POLÍTICAS DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: A APROPRIAÇÃO DO ESTADO PATERNALISMO SOBRE O CORPO DA MULHER QUE AMAMENTA
Jaqueline Medeiros Silva Calafate
Temis Gomes Parente..... 132

OS REFLEXOS DA INSERÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO REMUNERADO NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO DE CADO DAS GARIS DO DISTRITO FEDERAL
Jéssica Fernanda Albuquerque
Lourdes Bandeira..... 141

MULHERES GARIS, UMA PERSPECTIVA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO/OFÍCIO
Juliana Brussi
Lourdes Bandeira..... 155

NÓS NÃO SOMOS MULHERES TAMBÉM NÃO, (...) NÓS SOMOS GENTE: ANDROGENIA, DANÇA E CONTESTAÇÃO POLÍTICA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL
Keides Batista Vicente..... 169

UMA CRÍTICA AO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE: A PERFORMANCE CULTURAL EM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
Larissa Cantarino Chagas
Odinaldo da Costa Silva..... 178

EDUCAÇÃO DO CORPO E JIU-JÍTSU: JOGOS DE GÊNERO NO TATAME
Larissa Limírio de Oliveira
Ana Carla Dias Carvalho..... 189

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MUNDO DO TRABALHO: A CRIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO
Laudicéia Lourenço de Araújo
Carmem Lúcia Costa..... 200

AS RELAÇÕES ENTRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES E OS CAMPOS INTERDISCIPLINARES NO PIBID DA EDUCAÇÃO FÍSICA
Leandro Kenner Rodrigues de Carvalho
Andréia Cristina Peixoto Ferreira..... 211

O PAPEL DA LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Letícia Lemos Rossi
Lucas Reis Rodrigues..... 226

AS MULHERES NA COMUNA DE PARIS DE 1871: PARTICIPAÇÃO E ESQUECIMENTO
Lilian Marta Grisolio Mendes..... 236

MULHERES GARIS E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA
Luciana Abreu da Silva
Lourdes Bandeira..... 246

AS MULHERES COMO FOCO NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS
Luciana Meira dos Santos Nunes
Estevane de Paula Pontes Mendes..... 261

A DOCILIDADE DO CORPO VOLTADA PARA A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Ludimila Rosa Parreira
Ana Carla Dias Carvalho..... 269

O CAMPO DE PESQUISA NOS ESTUDOS DA MASCULINIDADE
Luís Antônio Bitante Fernandes..... 284

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO DO CRACK
Maria Aparecida G. S. Santana
José Henrique R. Stacciarini..... 296

A PROBLEMÁTICA DA VISITA ÍNTIMA NO CÁRCERE FEMININO
Mariana Costa Guimarães
Luciana de Oliveira Dias..... 307

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E RELAÇÕES DE PODER NA SAÚDE
Mariana da Costa Amorim
Vanessa Helena Santana Dalla Déa 316
Cerise de Castro Campos.....

NEGRO REI: REFLEXÕES SOBRE MASCULINIDADES NO REINADO DA FESTA DO ROSÁRIO DE CATALÃO (GO)
Marise Vicente de Paula
Alex Ratts..... 329

GÊNERO, SEXUALIDADE E ESPAÇO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE AÇÕES DE PESQUISA DO PIBID NO CEPIF EM PIRES DO RIO (GO)
Marise Vicente de Paula
Cristiane Dias
Raphael de Araújo Pinheiro
Lorena Rodrigues dos Santos Moraes..... 349

MULHER, TRABALHO E A IGREJA CATÓLICA: A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX EM CATALÃO (GO)
Marli José Tavares

Carmem Lúcia Costa..... 363

O CORPO E A IDENTIDADE EM *A SOMBRA DAS VOSSAS ASAS*
Marta Maria Bastos
Luciana Borges..... 374

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: PRODUÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO
Natália Soares Ferreira
Carmem Lúcia Costa..... 389

PRÁTICAS EDUCATIVAS, GÊNERO E INCLUSÃO NO TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
Neusa Maria da Silva
Antônio de Pádua Nunes Tomasi..... 404

QUESTÕES DE GÊNERO NA POESIA DE OLGA SAVARY
Nismária Alves David..... 413

MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: OS DIREITOS SEXUAIS EM CONTEXTOS DE VISITA ÍNTIMA NO COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GOIÁS
Priscila Marília Martins..... 423

GÊNERO E TRABALHO NO ÂMBITO DA AGRICULTURA CAMPONESA
Priscila Souza Maldonado
Marcelo Rodrigues Mendonça..... 437

SINUCA DE BICO: ENCAÇAPANDO O PRECONCEITO?
Raphaela Granato Dutra
Carlos Eduardo Santos Maia
João Gabriel da S. Carmo..... 446

A PROSTITUIÇÃO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL E TRABALHO NA CIDADE DE CATALÃO
Rogério Silva de Mesquita
Ana Lídia Costa Batista
Bruna de Oliveira Borges..... 457

UMA REFLEXÃO SOBRE OS ADOLESCENTES NA COMTEMPORANEIDADE: ENTRELAÇANDO GÊNERO, SEXUALIDADE E SEUS CENÁRIOS CULTURAIS.
Sueley Luana Silva..... 466

A FEMINIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL ABRAHÃO ANDRÉ EM CATALÃO – GOIÁS
Suzana Alves Vale
Carmem Lúcia Costa..... 477

ESCOLA E HOMOFOBIA: ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DOS JOVENS LGBT NO ESPAÇO ESCOLA
Suzana Souza Oliveira..... 493

REPRESENTAÇÃO OFICIAL E MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: OS FÓRUNS INTERNACIONAIS SOBRE GÊNERO DA ONU E A ATUAÇÃO BRASILEIRA
Vivian Souza Alves da Silva..... 507

"UMA REGRA BEM OBSERVADA, CONDUZ A UMA GRANDE PERFEIÇÃO": REGRAS DE VIDA PARA UMA FILHA DE MARIA
Walter Valdevino do Amaral..... 523

A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DIANTE DA DIVERSIDADE DE GÊNERO, RAÇA, CRENÇA ENTRE OUTROS
Werik Ramos da Silva
Roberta Vieira de Oliveira Ramos
Daniella M. G. S. Machado..... 534

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS III SINAGI - Gênero, Sexualidades e Movimentos Sociais

O Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades (SINAGI) é um evento promovido pelo DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho, da UFG – *Campus* Catalão.

Em sua terceira edição, no ano de 2013, o evento enfocou a relação entre "Gênero, Sexualidades e Movimentos Sociais". Desde seu início, os estudos de gênero (antes denominados, estudos da mulher) estiveram vinculados a um movimento social que buscava provocar mudanças na condição social das mulheres. Questionando os valores, costumes, as construções de gênero e sexo, os códigos culturais e linguísticos, bem como seus próprios instrumentos analíticos e conceituais, os estudos de gênero sempre tiveram um caráter transformador e reflexivo sobre a hierarquização das diferenças e os marcadores sociais. Neste contexto, as interseções de classe social, etnia, raça e diversidade sexual ganharam maior visibilidade, possibilitando novas interfaces, bem como a abertura de novos espaços de atuação política. Atualmente, embora reflitam realidades sociais diversas e a pluralidade de interesses e agentes sociais, de modo geral, os movimentos sociais têm sido fortalecidos e multiplicados. É lutando pelo reconhecimento de suas particularidades e diferenças, que estes tangem temáticas importantes que afetam a sociedade como um todo.

O evento se constituiu espaço de construção, de troca de experiências, debates e de divulgação científica da produção dos saberes sobre gênero, do qual os textos completos apresentados a seguir representam a materialidade.

A Comissão Organizadora



ARTIGOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ENSINO DE BIOLOGIA E A PRÁTICA SOCIAL: UMA DISCUSSÃO DE GÊNEROS

Aiany Ruth Silva de Assis
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão/GEDAP/CNPq

Manoel Rodrigues Chaves
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão/FAPEG

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir o papel que a educação assume frente às questões de gênero, para além da perspectiva da inclusão igualitária de meninos e meninas. Nas escolas, as relações de gênero ganham pouca relevância entre educadores. A pesquisa busca novos caminhos para compreender como está sendo trabalhada a Educação Ambiental nas escolas aliada ao ensino de Biologia, propõe conhecimentos em função de sua importância social, do seu significado para os alunos e alunas e sua relevância para a sobrevivência humana, exigindo assim, ações pedagógicas práticas. A Educação Ambiental enquanto disciplina leva os alunos a terem uma mudança de atitudes, uma consciência a respeito dos problemas ambientais que pode comprometer a vida das futuras gerações e ações voltadas para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente podem contribuir para o crescimento sócio-ambiental. A questão da educação para o ambiente é uma abordagem multidisciplinar, todo o quadro pedagógico das escolas devem contribuir para a promoção de uma nova área do conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não-formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais. O educador ambiental na escola necessita, assim como o aluno e aluna, apreciar e valorizar o trabalho que está se propondo a realizar, sendo relevante despertar o interesse do gênero feminino e masculino em questões relacionadas às questões ambientais.

Palavras-chave: Educação ambiental. Ensino de Biologia. Gênero.

Introdução

A palavra educação sugere uma troca de saberes, uma relação do indivíduo com o mundo e deste com outros indivíduos. O termo ambiental traduz a percepção a respeito da natureza e a maneira como as pessoas interagem entre si e com ela, a Educação Ambiental (EA) busca a formação de sujeitos a partir da conexão com o mundo e entre as pessoas.

A questão ambiental ocupa contemporaneamente importante espaço na chamada subpolítica ou política do cotidiano e o debate sobre o conceito de ambiente é extenso, porque além do aspecto material de preservação da vida, inclui também valores filosóficos, religiosos e éticos. A cultura do campo é a base de trabalho para diversas comunidades sendo possível que

essas comunidades construíssem seus próprios conceitos referentes ao conhecimento e utilização do ambiente.

Há divergências sobre a definição de ambiente e, principalmente, sobre a relação consciente com a natureza. Desde os anos 1960 estão se levantando grandes movimentos acerca da sua preservação, conservação e recuperação e entre esses movimentos está a Educação Ambiental. Trata-se de uma educação que busca a consciência crítica que permeia o entendimento e a intervenção de todos os setores da sociedade, encorajando o surgimento de um novo modelo de sociedade, em que a preservação dos recursos naturais seja compatível com o bem-estar socioeconômico da população.

No que se refere às questões ambientais, a Biologia é uma disciplina que propõe o desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre os seres humanos entre eles e o meio, tendo relevância em função de sua importância social, do seu significado para os alunos e para a sobrevivência humana, exigindo assim, ações pedagógicas práticas.

O interesse em estudar a forma como a Educação Ambiental está sendo tratada no sistema público de ensino surge a partir do momento em que se vivencia esta realidade, tendo formação em Biologia a responsabilidade aumenta, uma vez que se faz necessário a contribuição da disciplina em aumentar o conhecimento dos alunos frente aos problemas ambientais, devendo sempre ter em mente a formação de cidadãos conscientes e responsáveis pelos seus atos.

O ensino Biologia aliado a Educação Ambiental proporciona conhecimentos referentes às questões ambientais, dando suporte para que os alunos tenham uma consciência ambiental, permitindo auto-questionamentos que vão além da redução do desperdício de recursos naturais. Nessa concepção, a Educação Ambiental é algo essencialmente oposto à simples transmissão de conhecimentos científicos sobre as questões ambientais, devendo se constituir num espaço de trocas desses conhecimentos e experiências, com o objetivo de provocar mudanças positivas no comportamento e nas atitudes das pessoas.

A EA baseia-se em uma nova visão de mundo, em que cada parte tem seu valor, não existindo práticas ambientais se a reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes não estiver em todas as práticas educativas e a reflexão sobre as práticas ambientais tem que partir dos adultos para as crianças que repetem as práticas conscientes ou inconscientes que os adultos praticam. Nesse sentido o exercício da cidadania, a prática social só é possível a partir da igualdade dos sexos,

conscientizarem alunos e alunas de forma igualitária e o gênero é a forma como cada pessoa reage, independentemente do sexo, porque o sexo está ligado à condição biológica.

Para adquirir conhecimentos em relação ao ambiente, a Biologia enquanto disciplina propõe o desenvolvimento de posturas e valores pertinentes às relações entre os seres humanos entre eles e o meio, tendo relevância em função de sua importância social, do seu significado para os alunos e para a sobrevivência humana, exigindo assim, ações pedagógicas práticas.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Compreender sobre as contribuições do ensino de Biologia à formação da consciência crítica dos alunos a partir dos conteúdos e práticas em Educação Ambiental, discutir sobre gêneros no ambiente escolar.

2.2 Objetivos específicos

a) Identificar e compreender conceitos, objetivos e princípios da Educação Ambiental;

b) Abordar o tratamento dispensado à Educação Ambiental a Biologia nas instituições de ensino para promover nos alunos a mudanças de comportamentos frente aos problemas ambientais.

c) Relatar sobre a importância das práticas desenvolvidas nas escolas para levar os alunos e alunas à conscientização dos problemas ambientais;

d) Discutir gênero como sinônimo de igualdade entre os sexos, principalmente no ambiente escolar.

3 Metodologia

De acordo com Luna (1999, p. 8), "a pesquisa visa à produção de conhecimento novo para o preenchimento de lacunas numa dada área do conhecimento sobre as quais não há informações ou estas são insuficientes". Sendo assim, para alcançar novas respostas faz-se o uso de metodologias, que devem possibilitar e facilitar o alcance dos objetivos propostos.

A metodologia utilizada na execução deste trabalho é de cunho qualitativo com revisões bibliográficas, buscando na literatura informações disponíveis e relevantes sobre a temática abordada, procurando identificar o tratamento dispensado à Educação Ambiental nas escolas. Considerando-se as expectativas e os aspectos que deveriam ser desenvolvidos na educação

ambiental, de acordo com as necessidades da instituição e respeitando a legislação ambiental. Os educadores, educandos e educandas devem ter em mente a concepção que têm da conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e as maneiras de adequar estes conceitos à realidade de cada instituição de ensino.

A proposta de uma pesquisa qualitativa, que se aplica na busca de novos caminhos alternativos para compreender como está sendo trabalhada a Educação Ambiental que, aliada à interdisciplinaridade pode influenciar, sobretudo, no que se refere à construção de novos paradigmas de vida para as pessoas.

Dessa forma, e observando a necessidade imperiosa de recursos e metodologias instrucionais de Educação Ambiental em toda e qualquer escola e a grande indisponibilidade de materiais didáticos na grande maioria das escolas públicas brasileiras, é que surgiu o interesse de uma verificação objetiva e sucinta acerca dessa deficiência real no tratamento da Educação Ambiental, considerando-se que a abrangência dessa modalidade de educação e a necessidade da discussão de gêneros nas instituições de ensino se faz necessário por se tratar de uma prática social de igualdade entre o sexo masculino e feminino.

4 Discussão

4.1 Princípios da Educação Ambiental

Conforme menciona Medeiros *et al* (2013, p. 1) "o modo como o homem vem utilizando os recursos naturais de forma inadequada têm levado a consequências, sobretudo para o ambiente que vem sendo degradado, onde o ser humano tem visado apenas o lucro em detrimento da degradação ambiental". A Educação Ambiental enquanto prática educativa está presente nos discursos acadêmicos visando à solução de problemas ambientais específicos, presente em todas as disciplinas, possibilitando a ampliação dos conhecimentos do papel ecológico da escola no contemporâneo contexto ambiental. Por mais que se fale de sustentabilidade, de consciência ecológica, a escola, de maneira geral, necessita buscar por pedagogias referenciais importantes, capazes de promover interações em todos os níveis que constituem a vida em sociedade.

A EA foi formalmente instituída, no Brasil, pela lei federal de nº 6.938, sancionada a 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) com o

compromisso de construir soluções para questões ambientais, projetar ambientes que se façam socialmente justo e ecologicamente equilibrado.

O Brasil é considerado experiente em Educação Ambiental, com iniciativas originais que, muitas vezes, se associam as intervenções na realidade local. Portanto, qualquer Política Nacional, regional ou local que se estabeleça deve levar em consideração as características e as responsabilidades do poder público e dos cidadãos com relação à EA, que foram fixadas por lei do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

O CONAMA trouxe proposições, estratégias e meios para a efetivação de uma política de Educação Ambiental no Brasil, mas, a EA não tem sido efetivada e desenvolvida plenamente enquanto ciência e/ou disciplina, porque implica mobilização por melhorias profundas do ambiente, e nada inofensivas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 23) "a Educação Ambiental quando bem realizada, leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais".

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 consagra o ambiente como direito de todos, como bem uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, atribui à responsabilidade de sua preservação e defesa não apenas ao poder público, mas também à coletividade, que, paradoxalmente precisa utilizar os bens ambientais para satisfazer suas necessidades básicas.

O debate dos problemas ambientais tem levado à formação de alguns preconceitos e à vinculação de algumas imagens distorcidas sobre as questões relacionadas ao ambiente, em consequência do processo decisório sobre a apropriação e o uso dos recursos ambientais de forma ecologicamente correta.

A distorção entre os interesses explícitos dos grupos que atuam sobre os recursos naturais, controlando, defendendo e protegendo, coloca a coletividade com uma multiplicidade de partes com visões diferentes sobre o ambiente. "A isso não pode denominar cidadania, pois, a cidadania é a condição da pessoa natural que, como membro de um Estado, encontra-se no jogo dos direitos que lhe permite participar da vida política". (LOUREIRO, 2007, p. 39)

Em outras palavras, se a coletividade não tem a mesma autonomia no processo decisório sobre os modos de acesso e destinação dos recursos ambientais, tem o poder público, através da Gestão Ambiental defendida pela Constituição Federal que as pessoas não estão gozando dos direitos de participação nas políticas públicas relativas ao ambiente.



4.2 Educação Ambiental e Prática Social

A Educação Ambiental está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida, buscando desenvolver mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora da realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes e competências voltadas para a construção de um meio ambiente mais saudável.

Para Loureiro (2009, p.20), "na atualidade, a Educação Ambiental assume um papel de grande relevância na formação socioambiental de cidadãos conscientes e responsáveis". É por meio dela que se pode desenvolver a construção de novos conhecimentos e ajudar na compreensão do mundo globalizado. Entende-se que é neste contexto que a EA já ocupa no currículo escolar, uma cadeira que integra exemplos teóricos e práticos, permite a construção de um raciocínio crítico e reflexivo e possibilita a visão de novas formas de desenvolver as atividades humanas que visam à preservação ambiental.

Mas, não se pode pensar que ela, por si só, pode mostrar quais os caminhos que o professor e a escola devem adotar para que seus alunos de diferentes níveis de ensino compreendam a necessidade de mudança de comportamento, portanto:

> A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar [...] (JACOBI, 2003, p. 1).

As escolas são espaços privilegiados para a implementação de atividades que propiciem reflexões, promovendo a sensibilização do público em relação ao seu próprio ambiente, para envolvê-lo na resolução dos problemas da sociedade, considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço.

Os alunos necessitam de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes

positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar.

4.3 A Educação Ambiental e o Ensino de Biologia

Para que os alunos desenvolvam as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, devem possuir conhecimentos biológicos, contribuindo com a sociedade ao mesmo tempo em que adquirem conhecimentos e habilidades, fazendo-se pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter vivos os recursos naturais para as futuras gerações.

A Educação Ambiental está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida, buscando desenvolver mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora da realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes e competências voltadas para a construção de um ambiente mais saudável.

> [...] Educar é transformar pela teoria em confronto com a prática, com consciência adquirida na relação entre o eu e o outro, nós (em sociedade) e o mundo. É desvelar a realidade e trabalhar com os sujeitos concretos, situados espacial e historicamente. É, portanto, exercer a autonomia para uma vida plena, modificando-nos individualmente pela ação conjunta que nos conduz às transformações estruturais. (LOUREIRO, 2004, p. 17).

Interessa, pois, salientar que a Educação Ambiental no ensino superior parece ser ministrada com maior competência, pelo menos no que diz respeito à unificação teoria-prática. Porém fica a alerta que:

> No relatório final da Conferência de Tbilisi, já encontrávamos recomendações de estratégias para a pesquisa e experimentação em EA. Acentuou-se que todas as atividades nessa área exigiriam igualmente atividades de pesquisa e experimentação sobre as orientações, o conteúdo, os métodos e os instrumentos necessários para a sua execução. [...]. Uma área adicional para a pesquisa deveria ser sobre conhecimentos e atitudes relativos ao ambiente de certos grupos específicos de aprendizes. [...] (DIAS, 2003, p. 95-99).

Sendo assim, pode-se entender que os avanços relativos à forma com que está desenvolvida a Educação Ambiental, tanto nas instituições escolares da educação básica quanto nas instituições de ensino superior, já foram delineados em movimentos e documentos que fundamentaram sua origem e evolução e, se existem inúmeros problemas que dizem respeito ao ambiente, isto se devem em parte ao fato das pessoas não serem sensibilizadas para a compreensão do frágil equilíbrio da biosfera e dos problemas da gestão dos recursos naturais.

A Biologia enquanto disciplina que permite compreender a natureza, porém muitas pessoas confundem o termo Educação Ambiental com a Ecologia, área da Biologia que estuda a interação entre os seres vivos. A Biologia é uma ciência que permite o entendimento do funcionamento dos ecossistemas terrestres e cada vez mais o homem utiliza dos conhecimentos biológicos para melhorar as relações que os seres vivos possuem com a natureza.

A Educação Ambiental é uma proposta que altera a educação como a conhecemos, não sendo necessário uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos sobre ecologia, mas a participação dos alunos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.
Para que os alunos desenvolvam as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, devem possuir conhecimentos biológicos, contribuindo com a sociedade ao mesmo tempo em que adquirem conhecimentos e habilidades, fazendo-se pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter vivos os recursos naturais para as futuras gerações.

4.4 A Educação Ambiental nas Escolas

Segundo Andrade (2000) citado por Effting (2007, p. 39) "fatores como o tamanho da escola, número de alunos e de professores, predisposição destes professores em passar por um processo de treinamento, vontade da diretoria de realmente programar um projeto ambiental que irá alterar a rotina na escola". Além de fatores resultantes da integração dos acima citados e ainda outros, podem servir como obstáculos para o desenvolvimento efetivo da Educação Ambiental em qualquer instituição de ensino.

O trabalho conjunto entre a comunidade escolar e local permite desenvolver relações solidárias de respeito e comprometimento com o ambiente em sua totalidade, bem como modificar o modo de gerenciar os recursos disponíveis no planeta, pois os conflitos naturais de

diversas percepções a respeito do ambiente exigem uma maior compreensão acerca dos interesses socioeconômicos, considerando-se a oscilação das desigualdades sociais.

O tratamento dispensado à Educação Ambiental no sistema público de ensino promove o desenvolvimento de atitudes e valores que é tão essencial quanto o aprendizado de conceitos e de procedimentos. Nesse sentido, é necessário que os educadores promovam o questionamento, o debate, a investigação e a aprendizagem coletiva visando à compreensão do ambiente como saber prático e fomentador de ações voltadas para sua preservação, conservação e recuperação, uma vez que a realidade de outras instituições públicas de ensino mostra que estas não efetivam o cumprimento dessa responsabilidade.

> A instituição é, em primeiro lugar uma formação da sociedade e da cultura, ela possui a sua lógica própria. Instituída pela divindade ou pelos homens, a instituição se opõe ao que é estabelecido pela natureza. A instituição é um conjunto de formas e de estruturas sociais, instituídas pela lei ou pelo costume: a instituição regulamenta nossas relações, ela preexiste a nós e se impõe a nossa presença, ela se inscreve na permanência. Cada instituição é dotada de uma finalidade que a identifica e a distingue. (KÄES, 1998, p. 7).

A EA promove o aperfeiçoamento individual por fortalecer vínculos entre os seres humanos e através dessa sensibilidade pode incorporar o compromisso com a preservação ambiental e através das ações individuais e coletivas, as pessoas se sentem co-responsáveis para a construção de uma nova sociedade, assim desperta-se a consciência ambiental. A educação para o ambiente precisa reformular seus métodos, conteúdos que correspondam os anseios sociais procurando promover o diálogo interdisciplinar que visa compreender a percepção sobre os problemas ambientais.

Parece faltar a compreensão uma maneira de ver a inter-relação homem/natureza. O fundamental, portanto, é o trabalho de conscientização que vise a criar atitudes práticas de defesa e proteção do meio ambiente. Sob o ponto de vista do professor Ab'Sáber (1990, p. 16), "a Educação Ambiental é o conhecimento da estrutura, da composição e da funcionalidade da natureza, das interferências que o homem produziu sobre essa estrutura, essa composição e essa funcionalidade".

Uma nova pedagogia se faz necessária, com práticas que contemplem novas perspectivas e, paralelamente, promovam reações conscientes que mudem as pessoas e ações que produzam novas leituras de um mundo mais humano e solidário.

> A Educação Ambiental faz-se cada vez mais necessária, já que este é um tema de relevância social predominante nos assuntos contemporâneos sendo que as sociedades não podem levar em consideração apenas o agora, sem avaliar as consequências de suas ações antrópicas para o futuro. A EA não é compartimentalizada, pois necessita de todas as áreas do conhecimento científico e do currículo escolar, e exige um trabalho conjunto entre a comunidade escolar e local para a construção de conhecimentos significativos e ações participativas do meio em que vivem. (QUADROS, 2007, p. 15).

De acordo com Reigota (1999, p. 79) "a escola tem sido historicamente o espaço indicado para a discussão e o aprendizado de vários temas urgentes e de atualidade como resultado da sua importância na formação de cidadãos". Para cumprir seu papel social, a escola deve estar aberta a diálogos, discussão que possam promover a melhoria do ensino através de inovações pedagógicas, e nesse contexto é fundamental a aproximação do professor-aluno e mesmo da escola com a comunidade, sendo importante a promoção de projetos que consiga aproximar escola-aluno e comunidade de forma a ampliar o processo ensino-aprendizagem no que se refere à temática ambiental.

> A EA não se preocupa apenas com a aquisição de conhecimento, mas também, fundamentalmente, visa possibilitar um processo de mudança de comportamento e aquisição de novos valores e conceitos convergentes às necessidades do mundo atual, [...] (QUADROS, 2007, p. 16).

É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável e isso só será possível a partir de uma pedagogia inovadora, coletiva e prática. A EA é um processo individual e coletivo, vista como dimensão ambiental, não basta aplicar novas formas metodológicas e novos programas, a incorporação de conscientização ecológica e ambiental transmitida e compreendida pelos alunos é necessária para viver melhor, uma questão de sobrevivência das futuras gerações.

4.5 A Discussão de Gêneros

Pensar na relação de gênero é pensar às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens, as quais são determinadas pelo contexto econômico, social e

político, relações construídas historicamente e dialeticamente que se manifestam de formas diferentes em cada época e lugar.

Assim, a família que é considerada por muitos a grande instituição social responsável pelo equilíbrio e a harmonia da vida em sociedade, muitas vezes reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres, estabelece uma visão androcêntrica do homem todo poderoso e autoritário. O homem sempre foi considerado como ser detentor de domínio e as famílias já educavam os filhos desde pequenos para serem superiores e manter sua autoridades dentro de casa, tinham que controlar as mulheres de forma superior e desigualitária.

> A dominação androcêntrica vai se perpetuando, na medida em que, os significados vão se incorporando e se naturalizando, possibilitando sua reprodução através do habito, do conjunto de crenças que as condições objetivas estabelecem através das instituições e da divisão do trabalho. Logo, a mulher por ser, em algumas relações, dependente economicamente do marido e da família, o próprio estatuto de esposa lhe faz ter uma posição diferente da dos homens naturalmente, e, automaticamente as responsabilidades quanto à assistência familiar são confiadas a ela, como alguém que tem tempo livre e preparo para tal. (BOURDIEU, 1998, p. 26).

As questões de gênero estão ausente no currículo e na formação de professores, apesar de estar inserido como tema transversal, isso interfere nas práticas cotidianas da escola e da sala de aula, contribuindo para a persistência de valores e práticas que reafirmam as desigualdades entre homens e mulheres. É necessário que se ultrapasse a questão do acesso, e que se inclua o tratamento igualitário de meninas e meninos na sala de aula, assim como um conteúdo curricular que despolarize o conhecimento das identidades de gênero que afetam o cotidiano das pessoas.

A discussão sobre a desigualdade de sexos na educação se restringia ao acesso igualitário entre meninas e meninos. De acordo com Patrício (2004, p. 3) "nota-se uma ausência do próprio conceito de gênero nessa discussão, em que este conceito ainda estava sendo introduzido no próprio movimento popular de mulheres". No sistema educativo a mulher tem alcançado destaque enquanto professoras, principalmente na educação básica, onde exige mais disciplina para a formação das crianças e adolescentes.

Nas escolas os professores encontram dificuldades em trabalhar com a questão de gêneros, por não possuírem conhecimentos e tempo suficiente para propor discussões sobre esse

tema que também se encontra nos Parâmetros Curriculares Nacionais e também está inserido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e nessa perspectiva Louro pondera que:

> Os educadores encaram a discussão da sexualidade, pois muitos pensam que se deixar de tratar desses problemas a sexualidade ficará fora da escola. A escola não reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz. Os indivíduos aprendem desde muito cedo a reconhecer seus lugares sociais e aprendem isso através de estratégias muito difíceis de reconhecer. (LOURO, 2007, p. 17).

O conceito de gênero precisa ser discutido nas escolas porque é sua responsabilidade formar cidadãos conscientes e responsáveis, cidadãos que agem de maneira responsável e para isso os educadores necessitam estimular a reflexão sobre problemática social e para existir a reflexão necessita-se fundamentalmente existir o conhecimento a respeito do problema em questão, sendo assim as escolas devem promover ações nesse campo e os outros temas transversais tratados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e assim:

> O sexo, assim como o gênero, é materializado através de práticas discursivas, de normas que nunca são finalizadas, pois permanecem num processo constante de reafirmação. Este processo é indispensável para a hegemonia das leis reguladoras sob pena de enfraquecer e abrir espaços para a contestação dessas leis. (BUTLER, 1999, p. 153).

Nessa perspectiva, Patrício, (2004, p. 10) "a construção de relações de gênero mais igualitárias passa também pela questão da expressão e da linguagem que utilizamos, nos espaços voltados para a educação, de forma a criar nos indivíduos, formas de se relacionar despojadas de preconceito de qualquer ordem".

A igualdade de gênero é visível nos casamentos, na contemporaneidade a mulher ter se tornado independente financeiramente dos maridos, a independência financeira trouxe o compromisso de compartilhar as despesas com os maridos e isso fez com que a população mundial se tornasse mais próspera e assim a sociedade desenvolve. A mulher ainda continua com duplas, triplas funções uma vez que cuida da família, trabalha e muitas vezes estudam em busca de uma vida melhor e maior oportunidade de crescimento intelectual, profissional, familiar.

5 Considerações Finais

É preciso enfatizar que quando se trata de discutir a forma com que a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na maioria das escolas, o que se vê é que nem sempre ela explicita o peso das relações de mercado, de grupos de interesses, da determinação das condições do ambiente, entre outras coisas, sobre os danos ambientais.

A Educação Ambiental como um recurso instrucional e social possibilita aos alunos e outros atores das escolas entenderem que as reais consequências de atitudes e/ou ações que degradam o ambiente, eventualmente provocadas por eles, podem ser substituídas por ações de preservação e conservação.

Na verdade, o nível de destruição ambiental a que se chegou aos primeiros cinco séculos de história do Brasil é alarmante, e as próximas gerações estarão condenadas a um futuro sombrio se não entenderem os prejuízos ambientais de suas ações de desvalorização e uso irracional dos recursos naturais.

De fato o que pode ser feito é inserir a Educação Ambiental nas escolas, permitindo questionamentos que possa ir além da redução do desperdício de recursos naturais. Nessa concepção, a Educação Ambiental é algo essencialmente oposto à simples transmissão de conhecimentos científicos sobre as questões ambientais, devendo se constituir num espaço de trocas desses conhecimentos e de experiências.

No enfoque sobre as questões de gênero nas escolas é necessária uma formação igualitária tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino uma vez que o compromisso de todo educador é formar cidadãos (homens e mulheres) conscientes e responsáveis por suas ações em todas as áreas de conhecimento, tanto no que tange as questões de consciência ambiental, responsabilidade social, e inúmeras outras questões que são trabalhadas no ambiente escolar.

O educador deve mostrar aos alunos a igualdade em todos os sentidos não somente sexual, da família, nas relações de trabalho na vida em sociedade, pode mudar estas situações, mas com certeza, estas transformações vão depender de grandes alterações de valores ideológicos, culturais, econômicos e políticos. Tal caminho nos leva a discussão não da relação de gênero de forma individualista, mas na luta por melhores condições de vida da classe que vive do trabalho como um todo mulheres, homens, idosos, portadores de necessidades especiais, entre outros.

Referências

AB'SABER, A. **O que é Educação Ambiental? Como iniciar o trabalho?** In: Revista Sala de Aula, III, Abril, 1990, p.16.

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas**: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4, 2000, p.17-29.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 26

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 175p.

BUTLER, J. El Marxismo y lo Mer amente Cultur al. New Left Review (2), 1999, p. 153.

CRUZ, C. R. da. **O espaço geográfico como categoria essencial para a constituição de uma cidadania ativa**: contribuições de Paulo Freire e Milton Santos. IX ANPED SUL, 2012, 14p

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo; Editora Gaia Ltda., 2003, 551p.

EFFTING, T. R. **Educação Ambiental Nas Escolas Públicas**: Realidade e Desafios. Marechal Cândido Rondon. Monografia (Pós- Graduação em "Lato Sensu" Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Ciências Agrárias. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007, 78p.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Editora Papirus, 8ª edição, 2007, p. 17-20.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. In: Cadernos de pesquisa, n. 118, 2003, *p.* 189- 205.

KÄES, R. **L'Institution et les institutions** - Études Psychanalytiques. Paris: Dunod, 1998, p.7.

LOUREIRO, C. F. B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**, Revista Brasileira em educação ambiental, Brasília, v.0, n. 0, 2004, p.17.

LOUREIRO, D. G. **Educação e Meio Ambiente**. In: TOCANTINS. Fundação Universidade do Tocantins UNITINS/Empresa de Educação Continuada Ltda. EDUCON. Normal Superior. – Palmas: UNITINS / EDUCON, 2007, p. 20-42.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. In: NOGUEIRA, D. M. **Gênero e sexualidade na educação**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, 2010, p. 17.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: PUCSP, 1999, p. 8.

MEDEIROS, M. C. S. *et al.* **Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas**. Disponível em: www.ambito-juridicocom.br. Acesso em 21 de junho de 2013.

OLIVEIRA, E. M. **O Que fazer Interdisciplinar**. In: A Educação Ambiental uma possível abordagem. Brasília, Edições IBAMA, 2000, p.40.

PATRÍCIO, D. S. **Educação e Gênero**: uma discussão para além da inclusão igualitária. Dissertação de mestrado pela FCL/UNESP, 2004, p. 3-10.
Disponível nosite: http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC06.pdf

QUADROS, A. de. **Educação Ambiental**: Iniciativas populares e cidadania. Monografia apresentada ao curso de Especialização de Pós- Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) Março, 2007, p.15.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola**: por uma Educação Ambiental pós-moderna. São Paulo (SP): Cortez, 1999, p. 79.

SANTOS, E. T. A. dos. **Educação Ambiental na Escola**: Conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2007, 53p.

SANTOS, F. A. S.; PRADO, M. B. L. **O papel da escola e do educador para uma educação ambiental transformadora**: a compreensão do conceito de Educação ambiental dos professores de Indiaroba/SE. V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". São Cristóvão, SE, 2011, p. 8.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 117.

POLITÍCAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ABORDAGEM SOBRE GÊNERO

Cleudimar Rosa Alves
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão/ Dialogus

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão/ Dialogus

Resumo: Este trabalho investigou as matérias no jornal *FSP* no período de abril a setembro de 2011 em relação ao "Kit Escola sem Homofobia", uma política pública educacional desenvolvida pelo *MEC*, que tinha como objetivo o combate à homofobia nas escolas. Abordou-se o este material como elemento da política educacional que perpassaria centralmente o "Programa Brasil sem Homofobia" (2004) do Governo Federal, na perspectiva de reconhecer a sua caracterização, composição, pretensões, impasses, interdições e perspectivas. Para isso, investigamos imaginários, discursos e narrativas, registrados de abril a setembro de 2011 na mídia impressa brasileira, especialmente em um Jornal de Circulação Nacional, a *Folha de São Paulo* (*FSP*). A escolha como fonte principal da pesquisa se deu em função deste ser o jornal de maior circulação em nível nacional, como pela sua credibilidade no setor.

Palavras-chaves: Homofobia. Escola, Kit Escola sem Homofobia.

1. Introdução

A presente pesquisa abordou o "Kit Escola sem Homofobia" como elemento da política educacional que perpassaria centralmente o "Programa Brasil sem Homofobia" (2004) do Governo Federal, na perspectiva de reconhecer a sua caracterização, composição, pretensões, impasses, interdições e perspectivas. Para isso, investigamos imaginários, discursos e narrativas, registrados de janeiro a setembro de 2011 na mídia impressa brasileira, em um Jornal de Circulação Nacional, a *Folha de São Paulo* (*FSP*).

Durante toda a minha trajetória, enquanto professor e sindicalista, que participo de encontros - que objetivam o combate a homofobia - tanto nacionais como internacional. Dentre alguns eventos destaco as conferências *LGBT* em Brasília, a 1ª Conferência Nacional *GLBT* (2008) a qual mudou a sigla para *LGBT*, para dar maior visibilidade às lésbicas e foi à única convocada e promovida por um governo de Estado (Lula - *PT*) no mundo[1]. Em São Paulo, no ano de 2009 a *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE* realizou a 1ª conferência internacional da educação que contou com representantes sindicais da Bélgica, Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia, Peru, Argentina, Uruguai e uma delegação de 16 pessoas do Brasil representando diferentes estados, de onde deliberou a criação dos Coletivos

1 http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/brasilsem/IConf.

LGBT nas afiliadas sindicais em cada estado brasileiro, bem como a realização de conferências voltadas para tais temáticas[2], e em Buenos Aires (2011), aconteceu a 1º conferência latina em que 08 países da América Latina (no entender sindical América Latina são todos os países do México até o Brasil) apresentaram as suas contribuições conforme a conferência de São Paulo, 2009[3]. Nesta caminhada sindical traçamos planos e ações para combatermos à homofobia e a defesa dos direitos *LGBTs* (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), principalmente nas relações trabalhistas Neste sentido é que propus uma pesquisa voltada para a temática *LGBT*, na tentativa de entender como se processa e desencadeia as relações na sociedade, e adquirir conhecimentos sistematizados sobre essa temática, a qual está inserida no meio escolar, político, econômico e social.

Durante todo o Curso de Especialização *GDE*, constatamos que o preconceito aos (as) homossexuais existe dentro das escolas e que os (as) trabalhadores (as) em educação não estão qualificados (as) para desenvolver ações necessárias para o combate a homofobia, para uma discussão no campo das sexualidades e da diversidade social. Desta forma, este curso me despertou a necessidade e a preocupação em desenvolver uma pesquisa científica envolvendo as políticas públicas educacionais, que objetivam desmontar as ações homofobicas no âmbito escolar.

O Brasil é o campeão em crimes homofóbicos, como afirma, a partir de dados anunciados em 2011, pelo Site da *UOL*, segundo o jornalista Alex Rodrigues da - Agência Brasil – Brasília, que recorre a Luiz Mott, antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia, para afirmar que acontece a cada 36 horas um crime por homofobia de um (a) homossexual, e o risco desse crime no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos. "Um absurdo". Foi como a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes se referiu ao número de homossexuais assassinados por homofobia todos os anos no Brasil. Segundo ela, a intenção do governo era reduzir o número de casos até a segunda quinzena de dezembro de 2011, por ocasião da 2ª Conferência Nacional *LGBT*. O *Grupo Gay da Bahia* (*GGB*) divulgou um relatório afirmando que esse tipo de crime aumentou 113% nos últimos cinco anos. Em 2010, foram 260 mortos. Apenas nos três

2http://www.cnte.org.br/index.php/eventos-anteriores/239-seminario-sobre-direitos-lgbt/2850-seminario-sobre direitos-lgbt-delibera-criacao-de-coletivo-nacional.
3http://www.cnte.org.br/index.php/comunicação/cnte-informa/423-cnte-informa-598-09-de-novembro-de 2011/9243-encontro-regional-sobre-direitos-lgbt-em-buenos-aires.

primeiros meses de 2011 foram 65 assassinatos[4]. Ainda, segundo o presidente da *GGB* Marcelo Cerqueira, o volume de assassinatos contra *LGBT* (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) cresce anualmente em todo o País, sem que a administração pública promova políticas de enfrentamento à violência. De acordo com Marcelo Cerqueira "Já recebemos documentação sobre 65 casos ocorridos apenas nos três primeiros meses deste ano de 2011". E acrescenta: "É preciso que a homofobia seja punida severamente pela polícia e pela Justiça". O Nordeste, segundo o grupo, concentrou 43% dos homicídios contra integrantes *LGBT*. Para o antropólogo Luiz Mott, o risco de um crime homofóbico no Nordeste é "aproximadamente 80% maior" do que no Sudeste, em função da intolerância. E a Bahia é o estado brasileiro com o maior índice de assassinatos segundo Mott[5].

Diante dessa realidade quais as contribuições que as Políticas Educacionais para reduzir o número de assassinatos, de intolerância, de preconceito, não somente fora dos muros escolares, mas dentro das próprias escolas, onde muitos (não existem dados concretos) estudantes homossexuais evadem do ambiente escolar em função das estruturas desumanizantes, as quais estão presentes na educação e sociedade, muitos não somente abandonam as escolas, como cometem suicídios, pois os elementos que constituem a escola não são objetos e sim pessoas que estão se interagindo.

O governo federal planejou a distribuição - já no segundo semestre de 2011- do kit escolar para combater a violência contra os (as) *LGBT*. Chamado de Escola sem Homofobia, o kit seria direcionado para 6.000 escolas públicas do país para professores/as com o objetivo de orientar os/as alunos/as em relação à discriminação e não seria obrigatoriamente repassado aos estudantes do Ensino Médio, entre 14 e 18 anos. O material continha vídeos que abordavam a temática da sexualidade.

O objetivo do kit seria a promoção entre os/as alunos/as, a aceitação às diferenças e evitar agressões e perseguições a colegas que assumem a homossexualidade. O assunto virou foco de polêmica no Congresso Nacional, depois que deputados contrários ao material o apelidaram de "kit gay", argumentando que o kit estimularia a prática homossexual entre os/as adolescentes. Além de cinco vídeos em DVD, o kit anti-homofobia incluiria um caderno com orientações para professores/as, uma carta para o/a diretor/a da escola, cartazes de divulgação

4 http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-04/cada-36-horas-um-homossexual-e-morto-no-brasil.
5 http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI223381-15228,00.html.

nos murais dos colégios e seis boletins para distribuição aos/as alunos/as em sala de aula. A ideia era que o material servisse como guia para discussões sobre as diferenças de sexo, a discriminação contra mulheres e gays e a descoberta da sexualidade na adolescência. Cada edição do boletim do kit Escola sem Homofobia, voltado para os/as alunos/as, traria um tema diferente e que iria além do conceito sobre diversidade sexual. Tratariam de amor, mas também das questões sexuais, como a masturbação e falariam da família, violência sexual e doméstica e prevenção à *AIDS*, entre outros[6].

No site do MEC a apresentação do caderno contido no kit que ele "possibilita aos profissionais avaliar e rever sua visão em relação à homossexualidade e à própria sexualidade dos jovens". Enquanto, o Ministério da Educação fechava sobre o assunto, um grupo de deputados liderados por *Jair Bolsonaro* (*PP-RJ*) buscou apoio da sociedade contra a distribuição do material.

Contra esse tipo de argumento, o deputado *Jean Wyllys* (*PSOL-RJ*), ligado ao movimento gay, diz que o material usa a educação para inibir as agressões aos/as alunos/as perseguidos/as nas escolas, e que o kit valoriza a vida humana, o respeito à dignidade do outro. Neste sentido, se a sociedade tivesse acesso aos crimes praticados, lesões corporais e violência, essa mesma sociedade não iria contra, pois protegeria os/as seus/uas filhos/as, fazendo referencia ao bullying[7].

Sensibilizados pela problemática diagnosticada, investigamos a caracterização, composição, pretensões, impasses, interdições e perspectivas imanentes ao kit "Escola sem Homofobia", como momento da política educacional que perpassaria centralmente o "Programa Brasil sem Homofobia", a partir de registros da mídia impressa brasileira, especialmente de um Jornal de circulação nacional, a *Folha de São Paulo* (*FSP*). Especificamente, analisou-se a repercussão do kit no imaginário midiático frente à discussão, os argumentos e o debate nos partidos políticos, sociedade civil e entidades religiosas; e comunidade em geral; as correntes contrárias e a favor à distribuição do kit com a percepção dos elementos polêmicos no contexto político, social e educacional.

6http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/kit-anti-homofobia-vai-chegar-a-6-000-escolas-publicas-no-2-semestre-20210505.html?question=0 .
7http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/kit-anti-homofobia-vai-chegar-a-6-000-escolas-publicas-no-2-semestre-20210505.html?question=0.

1.1 Detalhando o percurso teórico-metodológico com vistas à constituição do objeto de estudo

Para o desenvolvimento da pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico, leitura de obras dos/as autores/as que abordam Políticas Públicas Educacionais, sexualidades, tais como: Louro (2003), Foucault (1993), Diniz (2004), entre outros.

Nesta pesquisa, elegemos a mídia impressa brasileira, com recorte no Jornal *"Folha de São Paulo" (FSP)*, onde coletamos todas as matérias referentes ao kit, editadas entre março a setembro de 2011, com vistas ao levantamento de dados a respeito das políticas educacionais para a formação das sexualidades nas escolas, com foco em nosso objeto de estudo: o kit Escola sem Homofobia. Fizemos uma análise criteriosa das referidas reportagens, onde separamos por segmentos da sociedade civil e governamental, os que defendem o programa do governo e os que são contrários. Constatamos que ocorreram períodos em que matérias a respeito do kit aconteceram com mais frequência. Desta forma citamos o momento próximo à saída do então Ministro Antônio Palocci e as especulações em torno da pré-candidatura do Ministro Fernando Haddad a prefeitura de São Paulo.

Ao total foram mais de 50 reportagens selecionadas no período eleito em que apareceram nas seções políticas e publicidade do jornal, e em sua maioria de correspondentes em Brasília. Dentre alguns títulos das matérias destacamos: "Bolsonaro volta a atacar "kit gay" do Ministério da Educação" (*FSP*, Larissa Guimarães, 27/04/2011); "Comunidade gay reage à suspensão do kit anti-homofobia" – (*FSP*, Ana Carolina Moreno, 25/05/2011); "Deputado Bolsonaro leva panfleto antigay nas escolas do Rio" (*FSP*, Rodrigo Rotzsch, 11/05/2011); "Evangélicos protestam contra "kit gay" e criminalização da homofobia." – (*FSP*, Estelita Hass Carazzai, 21/05/2011); "Panfleto distribuído na Câmara ataca kit anti-homofobia", (FSP, Larissa Guimarães, 13/06/2011), todas estas matérias tiveram sua edição na seção publicidade, dentre outras.

2. O Kit Escola sem Homofobia: caracterização, composição e pretensões

Os três vídeos: "Encontrando Bianca", "Probabilidade" e "Verdade Oculta (Torpedo)" (que podem ser acessados no *youtube*)[8] abordam temáticas diversas na interface com a sexualidade e seus deslocamentos no campo da orientação sexual, especialmente a homossexualidade, no intuito de promover entre os/as alunos/as o contato estético e reflexivo com as diferenças na perspectiva de evitar violências, agressões e perseguições a colegas que assumem identidades de gênero e sexuais que destoam do hegemônico e heteronormativo.

Assim, a pretensão é que esse material servisse como guia para discussões sobre as diferenças de sexo, a discriminação contra mulheres e LGBT, bem como a descoberta da sexualidade na adolescência. Cada edição do boletim do kit Escola sem Homofobia, voltado para os/as alunos/as traria um tema diferente e que iria além do conceito sobre diversidade sexual. Tratariam de amor e das questões sexuais, como a masturbação e falariam da família, violência sexual e doméstica e prevenção à AIDS, entre outros. No site, do *MEC*, a apresentação do caderno que seria distribuído no kit dizia que ele "possibilitaria aos profissionais avaliar e rever sua visão em relação à homossexualidade e à própria sexualidade dos jovens"[9].

E os vídeos publicados na Internet não teve a aprovação do grupo que estudavam a produção do material, ou seja, os vídeos produzidos pela *ONG Pathfinder* ainda estavam em análise. A proposta inicial seria a distribuição de três vídeos em torno de cinco minutos e que viessem acompanhados de uma publicação de orientação para os/as professores/as. E que, segundo o *MEC* o kit estava sob a responsabilidade da *SECADI (*Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), o qual foi criado em meados de 2010[10].

2.1 Passagens do imaginário midiático em dialogo com a literatura

A homossexualidade é um tema muito polêmico e suscita as mais diversificadas opiniões, entretanto um ponto que gera muita discussão é o direito dos homossexuais e os dogmas religiosos. A igreja católica é contra e proíbe a pratica de alguns atos religiosos, tais como: comungar, casar etc. Ações de cunho preconceituosas em um país onde temos um Estado laico. No entanto, ambos possuem força, e um conflito entre eles, não seria favorável, em função dos

8http://www.youtube.com/watch?v=fVGSrPW3OM&feature=autoplay&list=PL06EBC4B4DADE9A10&lf=results_main&playnext=3.
9 Site do *MEC* que foi retirado do ar.
10http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/veja+videos+do+kit+antihomofobia+do+mec/n1596964952707.html.

embates históricos já travados entre Estado e Igreja. Tanto que observamos projetos de lei que ainda não saíram do papel por não terem o apoio dessas duas instituições, como a PLC 122.

A partir de varias discussões entre governo federal e sociedade civil, tendo como objetivo a promoção da cidadania, o combate à violência e as discriminações homofóbicas, foi criado em 2004, um Programa de Combate a Homofobia, ou seja, políticas públicas específicas nas áreas de educação, saúde, justiça e cultura.

Na mídia impressa do Jornal O Estado de São Paulo existem casos sobre discriminação raivosa contra alunos/as de varias universidades, os/as quais ingressaram por meio de bolsas, cotas raciais ou Pro Uni. Esses/as alunos/as são alvos de exclusão, desprezo, preconceitos, intolerância, ofensas pessoais e agressões verbalizadas, fazendo referencia à sua cor, aparência, roupas, à expressão de suas ideias. Neste sentido segundo Critelle (2011):

> Penso que o cinismo da violência preconceituosa é herança dos movimentos e governos totalitários que eclodiram no século XX. O nazismo na Alemanha, o stalinismo na Rússia, o comunismo na China viam o extermínio como o mais natural recurso fosse dos inimigos do regime, fosse dos indivíduos e/ou "raças impuras", fosse das "classes agonizantes". (CRITELLI, 2011).

Sendo assim tanto nos regimes totalitários como nos modos de produção herdamos um preço muito alto que pagamos com vidas atualmente, pessoas as quais desaparecem. Somente no Brasil a cada 36 horas homossexuais são vítimas do preconceito que se estabeleceu, dentro de uma sociedade heteronormativa.

E para Marx, qual seria a avaliação teórica e política para os estudos de gênero. Vejamos a seguir o que estudiosos discutiram em relação às contribuições do materialismo dialético. Araújo (2000, p. 06):

> É, no entanto, difícil de dizer, até que ponto isso poderia ter sido mais bem desenvolvido há mais de um século, já que os autores foram frutos de sua época e estavam mais preocupados em aprofundar a dimensão de classe das relações sociais. (ARAÚJO, 2000, p. 6).

Embora a solidariedade de classe quebrasse a subordinação e estabelecesse diferenças entre as relações de gênero proletárias e as burguesas, efetivamente o materialismo dialético de Karl Marx, não privilegiou as questões de gênero e sexualidade, entretanto para os pós-

estruturalistas, como Foucault (1993) que questiona a sociedade, a qual se maltrata pela hipocrisia, e que desde o séc. XVIII viveu uma fase de repressão sexual, e que neste período o sexo foi reduzido à função reprodutora e o casal passou a ser modelo. No entanto, a sociedade burguesa permitia a prostituição em lugares onde se obtinha o lucro, numa época onde o trabalho foi explorado e as energias não se dispensava nos prazeres. E essa repressão ele chama de "hipótese repressiva", a qual o sexo ganha valor mercantil, onde a sexualidade reprimida carrega um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo. Ele coloca tal hipótese numa economia geral a partir do séc. XVII, em que os elementos negativos relacionados ao sexo, como a proibição, a repressão têm função técnica de poder, e é este poder que incita a proliferação de discursos, através da igreja, escola, família, consultório medico.

Tais instituições não tinham o objetivo de proibir ou reduzir a pratica sexual, mas de controlar o individuo e a própria população. Regulava-se o sexo, não pela proibição, e sim por meios de discursos úteis, que visavam fortalecer o Estado. E com o surgimento da população como problema econômico e político, tiveram que analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e a frequência das relações sexuais, para uma sexualidade economicamente útil. Desta forma afirma Foucault (1993):

> Em todo caso, a hipótese de um poder de repressão que nossa sociedade exerceria sobre o sexo e por motivos econômicos, revela-se insuficiente se for preciso considerar toda uma série de reforços e de intensificações que uma primeira abordagem manifesta: proliferação de discursos, e discursos cuidadosamente inscritos em exigências de poder; solidificação do despropósito sexual e constituição de dispositivos suscetíveis, não somente de isolá-lo, mas de solicitá-lo, suscitá-lo, constituí-lo em foco de atenção, de discursos e de prazeres; produção forçosa de confissão e, a partir dela, instauração de um sistema de saber legítimo e de uma economia de prazeres múltiplos. Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer. (FOUCAULT, 1993, p.70-71).

Sendo assim, a história da sexualidade se faz a partir de uma história de discursos, e o discurso não reflete a realidade, o poder e o saber se articulam no discurso. Ele não existe excluído e dominante, mas uma multiplicidade de discursos, que se inserem em estratégias diversas. Ele veicula e produz o poder, por exemplo: institui a homossexualidade como um pecado, como uma patologia, ao fazer isso a possibilitou falar de si, de reivindicar espaços e discursos próprios.

2.2 Os argumentos contrários do campo político e religioso, bem como da sociedade civil

Antes da distribuição do kit anti-homofobia forças e interesses com argumentos contrários a implantação dessa política se manifestaram de formas diferentes. Dentre essas forças destaque no campo politico, para o Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). No dia 31/03, ele fez uma declaração polêmica em uma entrevista concedida a Rádio Estadão-ESPN, na qual afirmou que não admite "apologia ao homossexualismo", ao criticar o kit. Continuando os seus ataques ele mandou imprimir 50 mil cópias de um panfleto contra o kit e distribuiu esse material em residências e escolas no Estado do Rio de Janeiro (*FSP*, Rodrigo Rotzscg, 11/05/2011). Segundo o panfleto o deputado declara que é uma emboscada para os/as alunos/as do Ensino Fundamental e na primeira de suas quatro páginas diz:

> Apresento alguns dos 180 itens deste que chamo Plano Nacional da Vergonha, onde meninos e meninas, alunos do 1º Grau, serão emboscados por grupos de homossexuais fundamentalistas, levando aos nossos inocentes estudantes a mensagem de que ser gay ou lésbica é motivo de orgulho para a família brasileira. (*FSP*, GUIMARÃES, 2011)

Neste mesmo panfleto ressalta que "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual. Com o falso discurso de combater a homofobia, o MEC, na verdade incentiva à homossexualidade nas escolas públicas do 1º grau e torna nossos filhos presas fáceis para pedófilos" (*FSP*, GUIMARÃES, 2011). Dentre as suas pontuações Bolsonaro afirma que "nenhum pai pode ter orgulho de ter um filho gay" (*FSP*, Larissa Guimarães, 27/04/2011). Tais ataques não procedem, pois o kit não destinava aos/as alunos/as nessa faixa etária. E ao afirmar que nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay ele generaliza e coloca uma afirmação no campo do abstrato falando por todos os pais.

Neste contexto temporal cerca de 600 igrejas evangélicas organizaram uma Marcha para Jesus onde reuniram 50 mil pessoas no dia 21/05/2011, em Curitiba. Além de confraternizar, os participantes do evento aproveitaram a oportunidade para defender bandeiras evangélicas, protestando contra a distribuição do kit anti-homofobia (chamado pelos evangélicos de "kit gay"). Os manifestantes realizaram um abaixoassinado contra o kit e o projeto que criminaliza a homofobia (PEC 122). "Estamos manifestando nosso apoio à família, aos valores da família", disse o pastor Cirino Ferro, bispo da igreja Sara Nossa Terra e presidente do Comep (Conselho de Ministros Evangélicos do Paraná). Ainda afirmou que é "outra imposição que chega sem consultas prévias à sociedade, induzindo nossos filhos a aderir a coisas com as quais não concordamos". (*FSP*, Estelita Hass Carrazzai, 21/05/2011).

2.3 Repercussões do conservadorismo da ala religiosa no Governo Federal e do campo aliado

O Vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Anthony Garotinho (*PP-RJ*) disse dia 17/05 que a bancada evangélica, composta por 74 deputados, não votaria "nada", nenhum projeto da Câmara, até que o governo recolhesse os vídeos anti-homofobia. Segundo o deputado, a bancada evangélica tomou essa posição durante uma reunião na tarde desta terça-feira. Anthony Garotinho fez as ameaças no plenário da Câmara e os outros deputados apoiaram. E ainda acrescentou que "dinheiro público deve ser empregado para combater a homofobia e não para estimular opção sexual". (*FSP*, Marcio Falcão, 17/05/2011).

No dia 24 de maio de 2011 a bancada evangélica anunciou que trabalharia pela convocação do ministro Antônio Palocci (Casa Civil) para explicar no Congresso seu aumento patrimonial por 20 nos últimos quatro anos. Os deputados evangélicos decidiram o encaminhamento de um pedido de exoneração do ministro Fernando Haddad (Educação) para a presidenta Dilma. O motivo da rebelião evangélica seria o kit anti-homofobia. E que fariam uma investida contra o governo para suspender o kit, com ameaças de obstruir votações e engrossar o coro de oposição por explicações do ministro Antônio Palocci (*FSP*, Marcio Falcão, 24/05/2011).

Na quarta-feira dia 25 de maio a presidenta Dilma Rouseff determinou a suspensão da produção e distribuição do kit em planejamento no Ministério da Educação e definiu que todo material do governo que se referisse a "costumes" passaria por uma consulta aos setores

interessados da sociedade antes da publicação ou divulgação. A presidente Dilma Rouseff criticou o kit como sendo "propaganda de opção sexual". (*FSP*, Laura Capriglione, 27/05/2011). Após a suspensão desse material o Tribunal de Contas da União afirmou que cobraria explicações sobre o "possível desperdício de dinheiro público em decorrência do cancelamento da distribuição dos kits anti-homofobia" preparado pelo MEC (*FSP*, Larissa Guimarães – 01/06/2011)

2.4 Argumentos e repercussão dos movimentos sociais

Para a Socióloga Sylvia Cavasin, Fundadora da Comunicação em Sexualidade - Ecos o material do kit seria para o/a professor/a e segundo ela o material serviria para orientar os/as professores/as sobre como trabalhar o tema em sala de aula. Desta forma a Socióloga mostrou-se preocupada com a reação provocada pelo material, que no seu entender ele não desrespeita. A Socióloga fez essas considerações quando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, órgão do MEC, analisou o vídeo e sugeriu a retirada da cena do beijo. Ao ser procurado pela Folha de São Paulo o MEC não confirmou se houve ou não o pedido de corte da cena. (*FSP*, Juliana Granjeia, 27/05/2011)

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) tentaram uma negociação com o governo e a liberação de dois, dos três vídeos que comporiam o kit. Segundo a Associação em nota divulgada dia 25 de maio considerou a suspensão do kit pela Presidente Dilma um "episódio infeliz" que configurou em "um retrocesso no combate a um problema – a discriminação e a violência homofóbica - que macula a imagem do Brasil internacionalmente no que tange ao respeito aos direitos humanos" (*FSP*, Agência Brasil, 27/05/2011).

No dia 27 de maio de 2011 a UBES apoiou a decisão da Presidenta Dilma Rouseff de suspender a distribuição do kit. No entanto, segundo o presidente desta entidade, Yann Evanovick apenas o vídeo sobre bissexualidade continha conteúdo inadequado para a vinculação nas escolas. Ele afirmou que os movimentos sociais estão em preparativos para lançar uma campanha nacional de combate à homofobia nas escolas. "Se o governo não topar liberar o material, nós vamos liberar e estruturar uma campanha nacional de combate à homofobia nas escolas do país". Além disso, o movimento estudantil fará uma mobilização na Comissão de

Direitos Humanos da Câmara dos Deputados alegando que "Não vamos aceitar chantagem de grupos políticos, preconceito não é uma moeda de troca" (*FSP*, Agência Brasil, 27/05/2011).

Dois dias depois na Praia de Ipanema, na zona sul do Rio de Janeiro, na manhã de domingo, aconteceu uma manifestação contra a decisão da Presidenta Dilma de suspender a distribuição do kit anti-homofobia. Os grupos gays das igrejas católica e evangélica organizaram a manifestação e segundo Juliana Luvizaro, membro do grupo Diversidade Católica, a passeata tinha a proposta de chamar a sociedade para discutir a questão da homossexualidade nas escolas, pois as escolas não tratam a temática de maneira responsável e cidadã. Acrescentou que "ninguém transforma ninguém em gay. Assim como não se pode transformar um gay em heterossexual". Pediu uma educação inclusiva não somente dentro das escolas, mas dentro das casas, espaço onde ocorre uma violência contra homossexuais, por fim salientou que existe um grande número de crianças evadindo das escolas, quando se descobrem homossexuais ou transexuais. Juliana ainda esperava que a Presidente Dilma Rouseff reformulasse o kit pra que o mesmo atendesse todas as camadas da sociedade, pois em 2010 uma pesquisa feita no ano anterior, pela *USP* revelou que 87% da comunidade escolar tem preconceito contra homossexuais (FSP, Larissa Guimarães, 25/05/2011).

Para Laurindo Leal Filho - professor de Comunicação da USP e especialista em teledramaturgia - aplaude os vídeos do kit pela sua delicadeza. Afirmando que "Com grande delicadeza e muito cuidado, os vídeos tratam de um tema difícil, mas de uma forma perfeitamente assimilável pelos jovens". E para o especialista não há nenhum incentivo à homossexualidade, como acusam os congressistas religiosos. E que o material daria uma grande contribuição contra a homofobia e tem o mérito de não trazer o tom jocoso ou a falta de contextualização, que às vezes as novelas e programas humorísticos apresentam. (*FSP*, Fabiana Rewald, 26/05/2011).

2.5 Repensar o objetivo do kit no sentido da perspectiva curricular

Ao (re)pensarmos os currículos escolares como um mecanismo que contribuam para o processo de ensino aprendizagem, e ser produtivo para professores/as, que pensem a diversidade de sujeitos e de praticas não como um problema, mas como algo que está presente no nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funcione com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas que suponha uma lógica mais complexa. Um tempo que a multiplicidade

de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e margens em favor do outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder. "Não eliminamos a diferença, mas, ao contrário, observamos que ela se multiplicou" (LOURO, 2003, 42).

Desta forma sinto a importância dos elementos temáticos, os quais o kit anti-homofobia aborda para a garantia de uma educação que trate as necessidades LGBT não como problemas sociais, mas que os compreenda, aceite e os respeite como diferentes, pois parto do entendimento que a escola é um espaço que tem condições para contribuir com a desconstrução de paradigmas internalizados no imaginário social, de uma sociedade heterronormativa, e o kit seria um facilitador desse processo no campo das sexualidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (**PCNs**) lançados pelo MEC após a última LDB – Lei 9394/96, configurou as temáticas sobre sexualidades. Sendo assim, afirmamos a temática inserida nos currículos parte de inúmeras demandas, além da determinação governamental. Para tal afirma Louro:

> Destaco o próprio apelo de crianças e adolescentes para a temática, a insistente veiculação mediática (sobretudo na TV), a admitida omissão familiar, as constantes politicas de saúde pública de HIV/AIDS (cada vez mais comuns) de professores e professoras no âmbito da escola formal. (LOURO, 2003).

O governo determina a discussão sobre sexualidades nas escolas, mas não promove políticas que assegurem a capacitação dos/as professores/as para essa função. E a discussão dessas temáticas nas escolas é um momento em que os/as alunos/as têm para uma reflexão sobre inúmeros problemas que perpassam as sexualidades. Penso que o problema maior está na construção que os adultos têm sobre sexualidades do que os jovens. A atual geração gosta de falar sobre essas temáticas e eles/as estão abertos para o conhecimento, pois vários desses/as jovens vivenciam cotidianamente problemas que envolvem a descoberta das sexualidades.

3 Considerações Finais e/ou questões para serem (re) pensadas sobre políticas educacionais e educação para sexualidade

A distribuição deste material é indispensável nas escolas devido a sua importância para construirmos uma sociedade menos preconceituosa e mais justa para todos/as. A escola é um

espaço onde o respeito à diversidade precisa fazer parte dos currículos e abordar a temática sexualidade. Não apenas do ponto de vista biológico, mas numa perspectiva social e política, onde enfoquem as relações de gênero numa compreensão a partir de uma construção que é social e não heterronormativada.

Nesta pesquisa ficou perceptível o quanto a mídia não se informou sobre a implantação do kit nas escolas, mas permitiu a publicação de informações equivocadas acerca do assunto. Jair Bolsonaro, um deputado federal – representante do povo brasileiro – que repassou as informações erradas, com o objetivo de confundir e enganar a opinião pública, na tentativa de conquistar a simpatia do eleitorado. Ao afirmar que o kit era para crianças de 6 a 8 anos e que ele continha material que ensinava as crianças a serem homossexuais, foi o que a Folha de São Paulo publicou sem buscar nenhuma outra fonte de informação. Bem como, no decorrer de todas as reportagens onde a preocupação foi apenas a publicação de fatos. Observamos que não ocorreu nenhuma análise crítica, ou indicativo da veracidade acerca dos fatos nas matérias.

De outro lado ficou visível que, esse programa do governo serviu para atender a necessidades e interesses políticos partidários. Virou negociação entre parlamentares, que por motivos religiosos – assim está colocado pela bancada religiosa - defendiam a imediata suspensão do material, pois o kit ameaçava os princípios morais e religiosos no país.

O capitalismo – segundo Marx- não só reproduz as relações sociais de produção capitalista, mas também cria novas. Ou seja, não há só repetição, mas também criação. Desta forma percebemos que algumas conquistas do segmento *LGBT*, as quais acontecem, remetem-nos ao entendimento, que o capitalismo permite avanços para atender as suas necessidades mercantilistas, desta forma dizemos que não são conquistas adquiridas por este segmento, mas sim permitidas pelo capital, pois atende aos seus interesses de exploração, tanto no campo educacional, econômico e social.

Então pensamos que cada escola e os segmentos civis da sociedade comecem a construir o seu próprio material para trabalhar a diversidade nas escolas e que professores/as desenvolvam com os/as alunos/as ações voltadas para essas temáticas. No sentido de contemplar e promover uma educação transformadora para todos/as. Ainda reforço a necessidade dos cursos superiores - de formação docente - incluírem em seus currículos disciplinas que abordem a diversidade em gênero, violência contra a mulher, desigualdade racial

dentre outros, pois os/as futuros/as professores/as ao terem esse contato na graduação certamente se sentirão motivados/as e capacitados/as para a discussão no campo da diversidade.

Reforço aqui a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas para esta temática, e a aprovação da PEC 122, e a ampliação das pesquisas neste campo para compreendermos sistematicamente as relações impostas por uma sociedade, onde o homem branco e hétero tem privilégios. E para que o respeito à diversidade não seja meramente direitos conquistados, mas que sejam direitos compreendidos por todos/as e efetivamente respeitados.

Partindo desse entendimento, lutemos para que possamos desconstruir que somos iguais. Somos uma sociedade rica na diversidade da luta para a igualdade de direitos. Em um contexto na exploração de gênero pelo capitalismo. Todos/as que sofrem o preconceito têm o direito de viver em uma sociedade sem preconceito e construir um mundo assim é possível com a transformação da sociedade, onde a escola tem um papel fundamental nessa construção.

Referências

ARÁUJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: **Crítica Marxista**. São Paulo, Boitempo, nº11, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: documento introdutório**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CRITELLI, Dulce. **"Onde as minorias não têm vez"**. São Paulo, 17, maio, 2011. ed. 56 de Carta na Escola. Disponível em: <http://amantesdeclio.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html>. Acesso em: 14 jun. 2011.

DINIZ, Margareth, VASCONCELOS, R N. **Pluralidade e inclusão na formação de professoras e professores**: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos – Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

Folha de São Paulo Edições de Abril à Setembro de 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'. In:_____. Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. In: Heteronormatividade e Homofobia.

A INSERÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA MONOPARENTAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Cristiane Aparecida Silva Moura de Melo
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Maria Margaret de Vasconcellos lemos
Prefeitura Municipal de Uberlândia

Resumo: Este artigo propõe o estudo da inserção mulher no mercado de trabalho brasileiro, a partir da década de 1980 e esta constituindo a família monoparental após as suas conquista que evoluíram a partir do momento em que ocorre o processo de industrialização e urbanização no qual a mulher deixa de ser camponesa e passa a ter que trabalhar para auxiliar nas despesas domesticas, que posteriormente ocorre a revolução feminina em busca de um salario que tenha o mesmo valor que o masculino e a partir da década de 1980 a mulher passa a ter que se inserir no mercado de trabalho par complementar a renda familiar e com o decorrer do tempo passa ser o chefe de família e constituindo assim um novo modelo familiar, a monoparental que é composta apenas por ela e os filhos deixando de existir a figura masculina. Para a composição do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica, além de entrevistas informais as quais buscou verificar na praticas as questões relacionadas a mulher no mercado de trabalho. Por fim verificou-se segundo dados do IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no senso realizado no ano de 2010 37,3% das mulheres são chefes de família, sendo que neste universo apenas 10% destas possuem curso superior, enquanto dos 90% restantes a metade não possuem ensino fundamental básico completo. Desta forma pode-se verificar a precarização do trabalho feminino e a necessidade que as mulheres possuem de estarem inseridas no mercado de trabalho para que possam suprir a reprodução na sociedade tanto delas quanto de seus filhos.

Palavras chave: Mulher. Trabalho. Monoparental.

Introdução

Sabe-se que o processo de urbanização provocou várias modificações nas economias mundiais. Dentre essas modificações ocorre o êxodo rural e os inchaços dos espaços urbanos. Assim esses inchaços urbanos acarretam em uma nova dinâmica no espaço urbano, e como consequência disso ocorrem também os impactos ambientais de forma desordenada e sem a menor preocupação com a preservação e conservação do meio ambiente, além da precarização do emprego que em muitos casos acarretam em um desemprego.

No Brasil, o processo de urbanização foi mais intenso e desordenado sem um planejamento urbano. Após a década de 1970 a população brasileira passou de rural para urbana tanto que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no ano de 2010, 84% da população brasileira se encontra em áreas urbanas.

As primeiras cidades que sofreram o processo de urbanização foram São Paulo e Rio de Janeiro devido as mesmas serem as capitais mais bem estruturadas e por isso recebeu um grande número de industrias multinacionais, porém com o decorrer do tempo essas cidades passaram a sofre com o alto número de habitantes. O que acarretou no desenvolvimento do território, pois o mesmo sofreu inúmeras mudanças.

Esse processo de urbanização se dá decorrente da inserção da indústria a qual necessita tanto de mão de obra quanto de matéria prima e daí a necessidade da obtenção de terras devolutas para retirar ou produzir matérias primas e com a saída do camponês, ele se torna um trabalhador disponível além de que com o inchaço das cidades com pessoas necessitando de trabalho a maior oferta o que acarreta em redução nos salários ofertados pelas industrias.

Sabe-se que com a ida do camponês para as cidades a mulher que antes cuidava da casa, filhos e ainda ajuda na lida do campo, acaba tendo as suas atividades aumentadas, pois passa a ter uma jornada de trabalho fora de casa, ou seja, ela transpõe o seu trabalho, porque inicia uma jornada nas industrias, além de seus afazeres domésticos e zelo com os filhos.

Mas para a sua conquista no mercado de trabalho foi necessário uma serie de lutas, pois inicialmente na Inglaterra, local onde ocorreu a revolução industrial, tanto a mulher quanto as crianças possuíam uma árdua jornada de trabalho com uma média de 14 horas diárias, além de seus salario ser menor que o masculino.

Posteriormente no século XX ocorre a revolução feminina, na qual elas buscam a igualdade dos sexos, visto que desenvolvem as mesma atividades e nada mais justo do que terem os mesmos direitos sem distinção de raça e sexo.

Logo na década de 1980 com a queda do regime militar no Brasil passam a constituir um modelo diferenciado de família a monoparental, constituída através de produções independentes ou ainda o resquício de divórcios que até a década de 1970 eram inconcebíveis para a sociedade brasileira devido ao patriarcado, modelo de família regida pelo homem na qual ele é o ser unipotente não aceitando a participação da mulher nas decisões familiares.

Assim a mulher passa a constituir um novo modelo familiar, que ela é o chefe, exercendo o papel de mãe e pai, suprindo todas as necessidades de sua prole, além das suas conquistas no mercado de trabalho e na realização pessoal, aonde passa a ser a cabeça principal.

Desenvolvimento

O processo de industrialização ocorrido na Inglaterra no final do século XIX veio a configurar um novo parâmetro para o papel da mulher na sociedade mundial, a qual até então tinha uma função, ou ainda papel secundário na família, cuidando dos afazeres da casa, educando os filhos, criando animais de pequeno porte para consumo do ciclo familiar, ou seja tinha um papel fundamental para a reprodução da família, porém devido ao patriarcado ela representava um papel secundário já que o homem era considerado o provedor da família.

Concomitante a isso ocorre o processo de urbanização, ou seja, as pessoas que antes moravam no campo passam a habitar as cidades. Isso se dá devido ao processo de industrialização e como consequência dos baixos salários pagos para os homens há a necessidade que as mulheres passam a ter como uma função extra se inserir no mercado de trabalho para que possam complementar a renda familiar, pois já não havia mais espaço para plantações e criação de animais que forneciam alimentos para essas famílias.

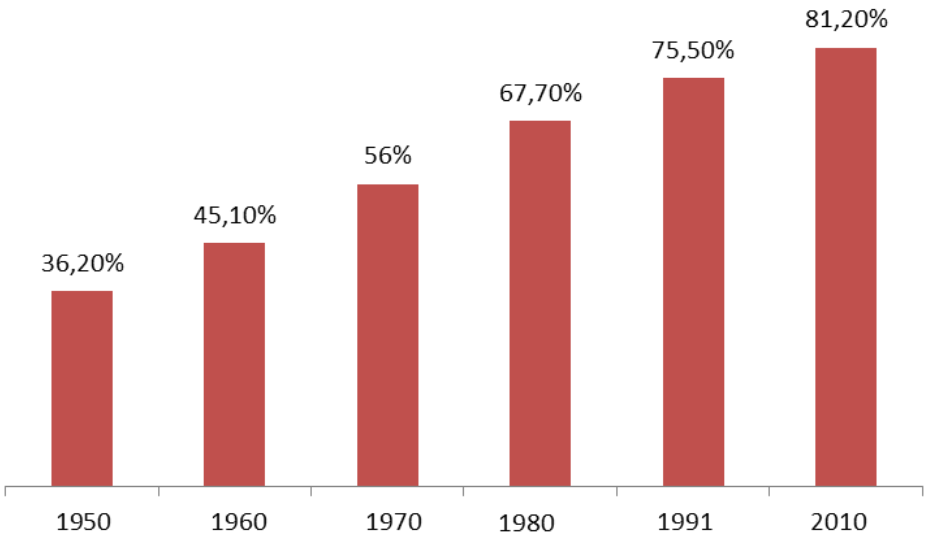
Assim no Brasil Para Maricato (2000) a maior parcela da população vivia no campo, isso pode ser observado através de dados que podemos acessar, mas quando ocorre um aumento significativo da mão de obra assalariada, fator o qual contribuiu para definir o processo de urbanização e com isso o desenvolvimento do país. Ainda para Maricato (2001) na década de 1930 ocorrem uma serie de mudanças no que tange a legislação de trabalho que não foi extensiva para o campo, como o incentivo para a implantação de industrias dentre outras medidas que reforçam o movimento do êxodo rural, ou seja, o movimento de pessoas saindo do campo em direção as cidades.

O processo de urbanização do Brasil que desde a era colonial era basicamente agrário, passa a se intensificar a partir da década de 1940 quando as grandes multinacionais passam a instalar as suas filiais no estado de São Paulo e na capital Rio de Janeiro conforme Maricato (2000).

Isso se deu devido ao processo de industrialização, no qual as pessoas sem posse de terra saiam do campo, como coloca Maricato (2000). Assim, a cidade funciona como uma espécie de imã antes de se tornar um local permanente de trabalho e moradia como expõe Rolnik (1994), dessa forma as pessoas passam a buscar as cidades.

Os fatores até então apresentados juntamente como processo de industrialização ocorrido mais intensamente no Brasil a partir da segunda metade do século XX, inicia-se um intenso processo de urbanização o gráfico 01 demonstra o crescimento da população urbana a partir da segunda metade do século XX segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual pode-se observar que vem ocorrendo um grande crescimento urbano.

Gráfico 1: Percentual do crescimento da população urbana brasileira a partir da década de 1950



Fonte: IBGE, 2010.

A partir do gráfico é possível verificar que em um período 1950 a 2010 a população urbana obteve um crescimento de 36,20 % para 81,20%, o que significa que o saldo foi de 45% demonstrando uma expressividade no aumento da população que habita as cidades.

Com isso a mulher deixa de fazer apenas os afazeres de casa, como já havia ocorridos nos países industrializados, em decorrência disso ela passa a complementar a renda família do marido.

Porém no Brasil na década de 1980, o Brasil passa por um grande período de inflação, ficou conhecida como a década perdida como coloca o Marangoni (2012),

> Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como "a década perdida", no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda

> vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores. (MARANGONI, 2012, p. 1).

A partir desse momento há uma maior entrada da mulher no mercado de trabalho, tanto para suprirem as suas necessidades pessoais quanto complementar a renda familiar. Também ocorrem uma série de mudanças no modelo tradicional da composição familiar.

Essas modificações ocorridas nas famílias se dão devido a inserção da mulher no mercado de trabalho e a mudança da estrutura familiar, como coloca Bartholo (2009),

> As famílias contemporâneas não se organizam mais sob os mesmos moldes: a entrada das mulheres no mercado de trabalho fez com que boa parte das famílias passasse a contar com dois membros provedores, o aumento dos divórcios e separações provocou incremento na proporção de arranjos monoparentais femininos, as famílias tornaram-se menores e as taxas de fecundidade sustentadamente mantidas abaixo do nível de reposição põem em pauta discussões acerca da própria viabilidade financeira dos países.(Bartholo, 2009, p. 34).

A partir dessas mudanças, as mulheres passam a constituir um novo modelo de família a monoparental que é composta apenas pela figura da mãe ou pai, que mais tarde será demonstrada que em sua grande maioria é composta pela figura feminina deixando de existir a figura masculina, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faz a seguinte definição do que é uma família,

> O conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de 2009, é por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residem na mesma unidade domiciliar. (IBGE).

Assim, sobre a evolução ocorrida durante o passar do tempo em relação aos arranjos familiares, Azevedo (2010) diz que,

> Ao longo dos anos, o modelo de família conjugal deixou de ser o arranjo familiar predominante. Outros arranjos familiares se tornaram comuns e as famílias com mulheres chefes sem cônjuge têm se tornado cada vez mais frequentes. É inegável a mudança do comportamento feminino ao longo do tempo, que teve como principal marco o movimento feminista. (AZEVEDO 2010, p.23).

Isso ocorre em decorrência da independência feminina, em que a mulher deixa de ser um simples coadjuvante na renda familiar e passa a ser a provedora de todo o sustento da casa e em relação à independência feminina Azevedo (2010) realiza a seguinte colocação,

> Não apenas a chefia feminina foi conquistada pelas mulheres, mas ao longo do século XX, as mulheres conquistaram o direito ao voto, e, principalmente, a partir das décadas de 60 e 70, o sexo feminino também começa a aumentar seu grau de escolaridade e a participação no mercado de trabalho, o que colaborou para as mudanças comportamentais femininas observadas nas últimas décadas. No entanto, hoje a condição da mulher também como provedora da família não significa apenas uma questão de avanço feminino. É preciso que também se leve em consideração as dificuldades que surgiram com esses avanços, como por exemplo, a dupla responsabilidade – sustentar financeiramente a casa e também os seus dependentes. (AZEVEDO, 2010, p. 24).

Ainda para Azevedo (2010), *apud* Mendes (2004) em relação à escolaridade das mulheres chefes das famílias monoparentais,

> Quando foca seu estudo nas mulheres chefes de família presentes nas camadas mais pobres da sociedade, afirma ainda que a participação no mercado de trabalho e o crescimento da chefia feminina só entram diretamente mais relacionados na classe média do que na classe mais popular. Segundo a autora, as mulheres de classe social mais baixa desenvolvem basicamente trabalhos considerados femininos, mais frágeis e com menores salários. Por outro lado, as mulheres que fazem parte das camadas altas e médias são mais instruídas e mais preparadas para enfrentar as exigências do mercado de trabalho. A autora descreve o percurso de vida das mulheres chefes nas camadas mais pobres como sendo comum a gravidez ainda na adolescência. (AZEVEDO, 2010 *apud* MENDES, 2004, p. 32-33).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2010, a proporção das famílias monoparentais chefiadas por mulheres era de 37,3%, cujo nível de escolaridade era de apenas 10% possuidoras de curso superior, enquanto 90% do restante não possuem ensino fundamental básico completo.

Assim estas mulheres mudaram a sua forma de pensar, porém continuam com o mesmo compromisso que é cuidar da casa e dos filhos como coloca Lavinas (2009), faz a seguinte colocação no que tange a responsabilidade da mulher no seio familiar,

> Constata-se assim que as mulheres mudaram, e também as famílias, mas o que não parece ter mudado é o compromisso e a responsabilidade que têm as mulheres para com as crianças e dependentes idosos – ou seja, para com a esfera

> familiar -,qualquer que seja o tipo de família em que se encontrem inseridas. A sobrecarga é evidente, pois assumem sozinhas grande parte do ônus, se pessoas de referência, ou comprometem as chances de crescimento profissional, se cônjuges. (LAVINAS, 2006, p. 82).

Embora haja diferenças entre a composição da família monoparental chefiada por mulheres e as famílias nas quais a mulher complementa a renda familiar, como coloca Azevedo (2010):

> Na posição de chefe da família, a condição feminina no mercado de trabalho mostra-se um pouco mais favorável do que para as que são apenas cônjuges dentro da família. Mais favorável no que diz respeito à quantidade de mulheres inseridas no mercado de trabalho, todavia na qualidade deste emprego não se observa este favorecimento. Tal fato ocorre pela necessidade dessas mulheres sustentarem a elas mesmas, sustentarem os seus filhos e até os possíveis agregados, além de precisarem arcar com todas as demais obrigações familiares. Como consequência, muitas vezes elas deixam de dedicar mais tempo aos seus filhos para buscarem em primeiro lugar esse sustento e, assim, esses arranjos familiares ficam conhecidos como arranjos em situação de risco e de maior vulnerabilidade, por não contarem com a ajuda de um cônjuge para divisão das tarefas. (AZEVEDO, 2010, p.35 - 36).

Segundo dados o IBGE os domicílios brasileiros no ano de 2009 se constituíam da seguinte maneira:

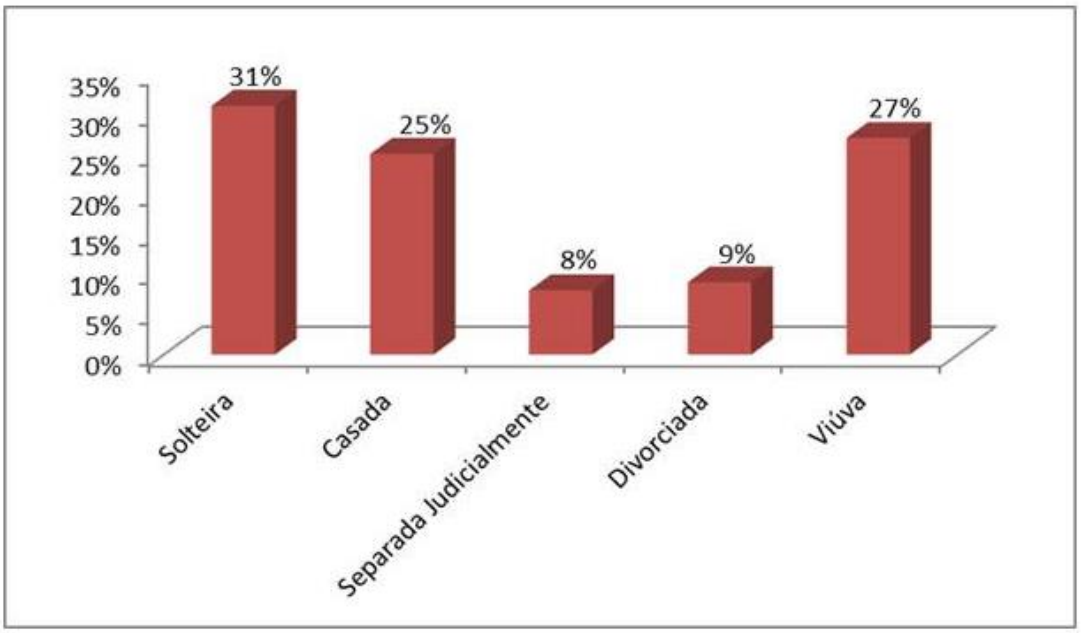
Tabela 1: Estrutura dos domicílios brasileiros no ano de 2009

Tipos de domicílios	Frequência	Percentual (%)
Domicílios monoparentais	10.407.105	18
Chefiados por mulher	***9.253.598***	***16***
Chefiados por homem	***1.153.507***	***2***
Domicílios biparentais	38.903.591	66
Pai, mãe e filho(s)	***29.177.693***	***50***
Casal sem filhos no domicílio	***9.725.898***	***16***
Domicílios unipessoais	7.044.991	12
Outros domicílios	2.340.187	4
Total	**58.695.874**	**100**

Fonte: IBGE, 2009

A partir da analise dos dados da tabela é possível verificar que é expressivo o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, ou seja, é superior ao masculino no total de 8.100.091. o que demonstra que há um aumento expressivo de mulheres que além de ser ocuparem com os afazeres de casa também sustentam as suas casas a fim de reproduzir a sobrevivência juntamente com a de seus filhos.

Gráfico 2: Percentagem do estado civil das mulheres chefes de família

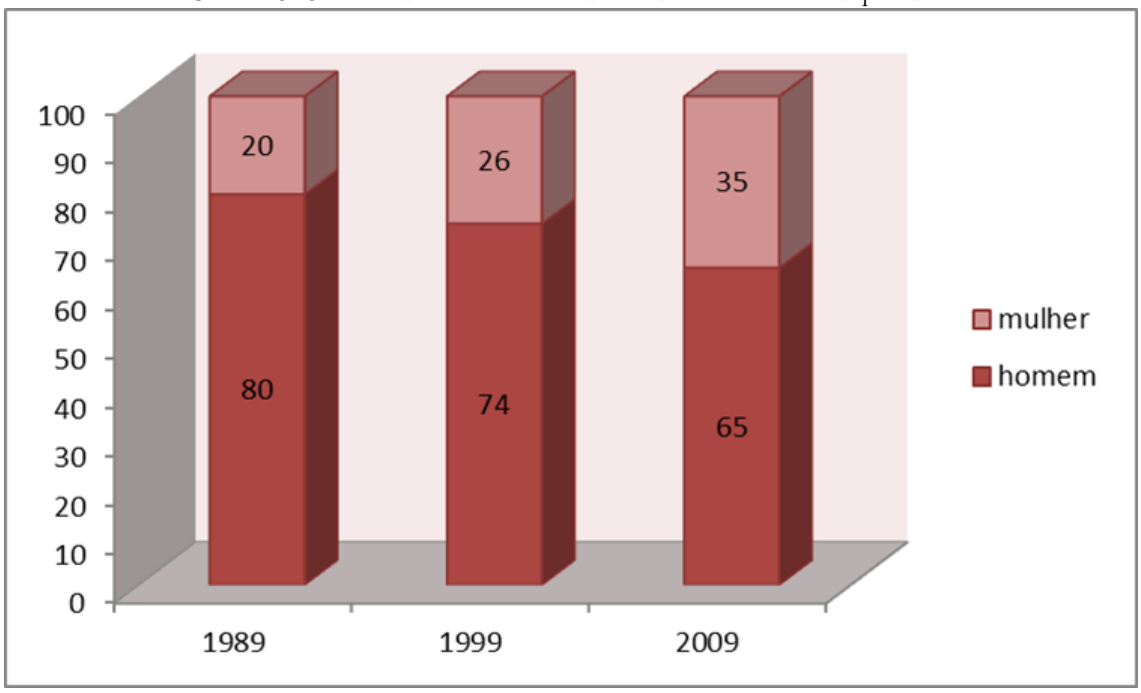


Fonte: IBGE, 2009

Neste gráfico é possível averiguar que as chefes de família predominantes são as solteiras correspondentes a 31%, em as viúvas com 27%, posteriormente as casadas em universo de 25% e as separadas judicialmente e divorciadas com 8% e 9% respectivamente, totalizando assim um total de 100%.

E por último uma gráfico com dados extraídos do IBGE (2009) demonstrando o crescimento da mulher constituindo as famílias monoparentais, constituídas por mulheres no Brasil,

Gráfico 3: Crescimento da mulher constituindo a família monoparental



Fonte IBGE, 2009

Assim este gráfico vem reafirmar cada vez mais crescente a constituição da mulher na família monoparental no Brasil e é perceptível esse aumento porque quando se compara os dados do ano de 1989 com 1999 a progressão foi de apenas 6%, enquanto dos anos 1999 a 2009 ela foi mais expressiva sendo de 9%, isso significa que cada vez mais a mulher se insere no mercado de trabalho e com isso obtém a sua independência financeira e como consequência acaba construindo a sua família sem a presença da figura masculina, formando assim um modelo de família contemporânea.

Considerações finais

A partir da constituição deste artigo através das revisões bibliográficas e as conversas informais foi possível averiguar que no século XIX com o processo de industrialização na Europa e como consequência a mulher deixa de ser uma figura que apenas cuidava dos afazeres da casa e dos filhos, passa a trabalhar na indústria a fim de complementar a renda familiar.

No Brasil isso vai ocorre a partir da segunda metade do século XX, já que o país passa por um processo de industrialização e urbanização mais tardio. Tendo maior intensidade da inserção da mulher no mercado de trabalho na década de 1980, a qual o Brasil passa por uma

grande crise econômica a qual foi necessário uma maior empregabilidade da mulher a fim de complementar a renda familiar.

Com isso ela passa a ter uma maior independência financeira e passa a constituir um novo modelo familiar na qual deixa de existir a família tradicional composta pelas figuras do pai, mãe e filhos e nesse momento passa-se a existir um novo tipo de família, na qual há a figura da mãe e filhos, ou seja, a família monoparental que se torna comum no Brasil.

Em dados apresentados no artigo é possível verificar na tabela 1 que dentre as famílias monoparentais a composta por mulheres é maior. Outro aspecto importante é o nível de escolaridade das mesmas que em apenas 10% possuem um nível de escolaridade superior, fator o qual permite melhores empregos e como consequência maiores salários, enquanto 90% delas tem apenas o ensino fundamental incompleto e assim empregos os quais irão gerar menores salários.

Mesmo diante dessas adversidades é cada vez mais crescente este novo tipo de formação familiar em que a mulher exerce o papel de provedora do sustento da sua prole, além de acumular as funções do zelo da casa, por isso há a necessidade de que haja uma melhoria nas politicas publicas com a construção de escolas de período integral para que essa mãe possa deixar os seus filhos, enquanto ela trabalha. Além de outras politicas publicas para melhorar a qualidade de vida das famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Referências

AZEVEDO, L. C, de. **A condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro**. São Paulo. Revistas dos Tribunais, 2001.

BARTHOLO, L. **A articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no inicio do século XXI O aumento das mulheres no mercado de trabalho e a tendência do divórcio no Brasil - 1992-2007**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina**. Revista Urutágua: Revista Acadêmica Multidisciplinar.** Maringá-PA, abr.-jul., n.15, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de Setembro de 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de Setembro de 2013.

LAVINAS, L. **Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?**. Revista Brasileira de Ciências Sociais**.** Rio de Janeiro/RJ, v.49, n.1, 2006.

MARICATO, E. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O. VAINER, C.; MARICATO, E (Org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARAGONI, G. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano 9 . Edição 72 - 15/06/2012.

MENDES, M. A. **Mulheres Chefes de Família:** a complexidade e ambiguidade da questão. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Ouro Preto, v. 1, 2002.

ROLNIK, R. **O que é cidade**? 3. ed**.** São Paulo: Brasiliense , 1994.

A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO: O COTIDIANO DAS OPERADORAS DE CAIXA DE SUPERMERCADOS EM MORRINHOS (GO)

Deanne Teles Cardoso
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ NEPSA

José Vieira Neto
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ NEPSA

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir as reais condições de trabalho a que são submetidos os empregados dos supermercados com o enfoque principal para as mulheres trabalhadoras que estão presentes em maior número nesses pontos de venda, desempenhando diversas funções, dentre elas a função de operadoras de caixa. Quando inaugura-se um supermercado a população de uma forma geral deslumbra-se com a disponibilidade de novas lojas que são visivelmente encantadoras. Os locais de compras são todos bem iluminados, músicas, ambientes climatizados e higienizados, há grande variedade de produtos e marcas, todos organizados de forma a facilitar e impulsionar o consumo, além da presença de tecnologias para que sejam utilizadas reduzindo tempo gerando conforto e satisfação aos clientes, o que difere imensamente dos antigos armazéns e mercearias de secos e molhados com seus balcões e mantimentos para serem vendidos a granel. Do outro lado está o trabalhador, que vê a instalação de um ponto de venda como oportunidade de emprego. Trabalhar nos supermercados em Morrinhos (GO) tornou-se uma realidade nos últimos anos, quando empresários de outros municípios aqui se instalaram, movimentando o mercado consumidor e empregando mão-de-obra para trabalhar nessas lojas. Faz-se importante saber quem são essas mulheres, quais os outros papéis que elas desenvolvem em seu cotidiano, como também reconhecer as diferenças existentes entre gênero impostas no ambiente de trabalho dos supermercados resultante da participação da mulher no comércio como trabalhadora. A pesquisa ainda se encontra em fase inicial e se propõem basear-se numa perspectiva crítica partindo da premissa de que a mulher alcançou sua inserção no mercado de trabalho porém, essa conquista veio acompanhada da precarização do mesmo.

Palavras-chave: Mulher. Trabalho. Gênero.

Introdução

O advento da Revolução Industrial e a afirmação da burguesia como a classe social que passara então a dominar a vida econômica, fez surgir o proletariado feminino, que em decorrência do desenvolvimento das indústrias fez a mulher deixar o trabalho no lar e o transferisse para as fábricas. Estando os homens presentes nas áreas mais valorizadas das fábricas ocupando cargos que exigiam um maior conhecimento técnico e as mulheres assumindo as funções de trabalho manual com menor exigência de qualificação e na maioria dos casos realizando trabalhos repetitivos e em regimes temporários, tornando-se uma desigualdade muito evidente na vida da mulher trabalhadora que sofre com as consequências das imposições do capital.

O capital torna-se fator determinante do modo de vida do homem, variando de acordo com seu acesso a ele por meio do trabalho, o qual o proletariado é obrigado a aceitar determinadas condições, como jornadas abusivas, intervalos reduzidos e baixa remuneração, já que nas cidades, não há emprego para todos e são poucos os que conseguem, já que as cidades sofrem as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho (THOMAZ JR., 2001).

De acordo com Catani (1994, p. 29), a força de trabalho humana é uma mercadoria, que passa a ser trocada por dinheiro na sociedade capitalista que permite a exploração total da mão de obra operária para fins lucráveis e o acúmulo de capital, afirmando a desigualdade social.

O mundo do trabalho vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, e a afirmação da mulher como trabalhadora é um dos sinais dessa transformação uma vez que a mulher sempre trabalhou da mesma forma que o homem, participando do sistema produtivo e até mesmo em lutas, batalhas e guerras. Um trabalho duro e em momento algum reconhecido, eis então a questão, a ausência do reconhecimento do trabalho feminino. Por vários momentos a mulher teve e tem até os dias atuais que lutar pelo reconhecimento e valorização de seu trabalho, de seus feitos e competências constituindo a problemática que por toda a história feminina torna-se um entrave na vida de praticamente todas as mulheres que hoje desempenham diversos e distintos papéis. Compreender contemporaneamente a *classe-que-vive-do-trabalho* desse modo ampliado, como sinônimo de *classe trabalhadora*, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes (ANTUNES, 2009, p.104).

A atualidade exige que se construa uma nova forma de se pensar na mulher, no feminino, enquanto construção de seu próprio espaço e a Geografia está a frente dessa discussão, uma vez que estudar a inserção da mulher no mercado de trabalho, torna-se relevante para a sociedade, que recebe uma nova mulher que enquanto realiza sua atividade laboral causa transformações em uma estrutura hierárquica patriarcal e altera o cenário global como um todo, onde a perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina (CISNE, 2012, p.22). O que pode então ser modificada, já que a mulher busca constantemente seu reconhecimento na sociedade em que vive.

1. A luta feminina pela conquista do espaço no mercado de trabalho

Esse trabalho tem como objetivo desencadear uma pesquisa que aborda o cotidiano de mulheres que trabalham em supermercados no município de Morrinhos (GO), que após suas instalações fizeram com que a população se deparasse com a possibilidade de realizar suas compras em lojas que reproduzem o cotidiano das grandes cidades, com espaços bem iluminados, música ambiente, diversidade de produtos, inúmeras máquinas para o atendimento e para as trabalhadoras surge a possibilidade de um emprego com remuneração mensal.

A evolução da sociedade capitalista criou uma nova mulher, que sai de casa para trabalhar, ajudar, e em alguns casos assumir totalmente o orçamento doméstico como responsáveis pelo lar e chefes de família. A mulher deixou de realizar somente os serviços da casa que realizava sozinha sem ajuda e/ou participação do homem, simplesmente por uma questão machista que por meio de imposição coloca o trabalho doméstico como atribuição apenas a ela e esta deveria realizá-lo sem qualquer remuneração. Hoje é mãe, filha, dona de casa, esposa, estudante e trabalhadora entre outras funções, e ao assumir os mais variados papéis os desenvolvem com a maior competência.

Estudar o trabalho feminino torna-se cada dia mais necessário, pois, é notável a crescente participação da mulher nos diversos setores da economia, política e do social como um todo, e que no momento é posto em questão o cotidiano de inúmeras mulheres no mercado de trabalho, mostrando a evolução e a superação bem como as conquistas profissionais. Em contrapartida essa mulher de depara com as más condições para a realização do mesmo e principalmente com a remuneração ainda muito inferior, como afirma Antunes (2009);

> Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. [...] Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. (ANTUNES, 2009, p.105).

A dupla jornada de trabalho também é vista por Nogueira (2011) e Antunes (2009) como um entrave na atividade laboral feminina ao evidenciar que a mulher trabalhadora padece de uma dupla (e às vezes tripla) e desigual jornada tanto no espaço do trabalho quanto no universo da reprodução. É nesse cenário que irá transcorrer o texto, na evolução da sociedade capitalista que cria e reproduz um modelo de trabalho de exploração da mão-de-obra, com

enfoque principal para a luta da mulher na conquista do seu espaço nesse mercado de trabalho, na busca incessante pela sua emancipação como integrante da população economicamente ativa.

> A mulher trabalhadora, em geral realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, [...] E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo [...] no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital a sua reprodução). (ANTUNES, 2009, p.108).

A mulher hoje constitui a maior parcela da população brasileira, estando presente também em maior número nas universidades, objetivando uma melhor preparação para assumir os papéis de controle, chefia e comando. Embora sabido que muitos obstáculos terão que ser superados, dentre eles o descumprimento de leis que garantem que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de emprego e direitos semelhantes, os quais na prática não acontecem, por mais que o mundo do trabalho está presenciando uma feminização (NOGUEIRA, 2011 p.108).

Acreditava-se, ou melhor, determinava-se que o papel da mulher e o papel do homem estavam bem definidos e estabilizados por tradições e costumes conservadores, porém, o cenário mudou. E isso se deu em função do desenvolvimento político, social, econômico e cultural do país nas últimas décadas, influenciando e modificando a maneira de pensar, agir e viver das mulheres brasileiras como um todo.

A mulher atual busca não mais ser dependente do homem nos diversos sentidos e principalmente financeiramente o que significa uma tarefa nada fácil de ser realizada e nem tão próxima de ser conquistada. A mulher não pensa igual ao homem em vários momentos e isso a proporciona desafios, a leva optar por escolhas que lhes ocasiona ganhos e perdas como principalmente a maternidade, que é retardada e até abdicada em algumas situações em troca de uma carreira profissional bem sucedida.

A conquista do trabalho, o alcance desse estágio na condição de mulher não foi e ainda não é nada fácil. Há algumas funções que são somente destinadas a elas e consequentemente mal remuneradas, fazendo justo o significado do verbo trabalhar que se associa a tortura, sofrimento e dificuldades. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho

masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho (ANTUNES, 2009, p.105).

Os dados recentes de pesquisas demonstram que as mulheres são obrigadas a realizar tarefas semelhantes a dos homens por salários inferiores com rendimento médio de cerca de apenas 72,3% do valor que recebem os homens conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego 2012 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e se sujeitarem a péssimas condições de trabalho, para assumir um importante papel enquanto integrante da população economicamente ativa, participando da população ocupada com 94,8% da mão-de-obra feminina empregada nos serviços domésticos, seguido dos empregos na Administração Pública 64,1% e posteriormente no comércio 42,6%, quando fundamentalmente se concentram na carga horária parcial, conforme Nogueira (2011), quando constata que podemos afirmar que os trabalhos de jornadas parciais estejam mesmo reservados para as mulheres trabalhadoras porque culturalmente (e por interesse da própria lógica do capital) na sociedade patriarcal, as prioridades femininas residem fundamentalmente na esfera doméstica. (NOGUEIRA, 2011 p. 94).

Faz-se importante saber quem são essas mulheres, quais os outros papéis que elas desenvolvem em seu cotidiano, como também reconhecer as diferenças existentes entre gênero impostas no ambiente de trabalho dos supermercados resultante da participação da mulher no comércio como trabalhadora, pois ao sair de casa e ir para o trabalho a mulher transforma todo um sistema histórico e social onde o patriarcado é predominante e faz sujeita da submissão e da exclusão social, quando o marido é o provedor financeiro da família e a mulher realiza o trabalho doméstico não remunerado e quando sai de casa para trabalhar se torna uma provedora complementar confirmando a desigualdade na divisão sexual do trabalho. (NOGUEIRA, 2011 p. 23).

É preciso pensar principalmente quais são as condições de trabalho impostas para as trabalhadoras, sendo essas as questões que permeiam a pesquisa que pretende afirmar ou negar a existência do trabalho precarizado nos supermercados e em caso de afirmação, investigar a partir de quais condições é realizado esse trabalho.

2. O trabalho das operadoras de caixa de supermercados

Ao adentrar nos supermercados é facilmente possível perceber a presença da mulher realizando seu cotidiano de trabalho. Visivelmente elas estão em maior número realizando as mais variadas tarefas como nos caixas, nas padarias, nos balcões de atendimento ou na limpeza dos mesmos, e é por essa razão que a mulher trabalhadora nos supermercados se torna o sujeito da pesquisa em questão.

Rochefort (1998) afirma que, na organização da vida econômica da modernidade vários serviços entre eles bancos, escolas, comércios e serviços de saúde se tornam cada vez mais indispensáveis para as cidades. O século XIX trouxe transformações técnicas e econômicas ao Brasil e com a chegada de novas tecnologias os supermercados que é onde se dará o estudo eram pequenos comércios, evoluíram e se transformaram em lojas de livre serviços, tornando forma dominante de vendas a varejo.

O amplo e movimentado espaço reservado para as compras não lembra mais em nada os armazéns e mercearias de secos e molhados com seus balcões e os mantimentos para serem vendidos à granel.

Hoje o entra e sai de pessoas das mais variadas classes sociais se dá pela busca de produtos industrializados que se tornam cada dia mais necessários, uma vez que são idealizados pela sociedade de consumo. A imposição do modo de vida voltado para o consumo surge para atender aos interesses das grandes indústrias a fim de movimentar sua produção.

Os supermercados foram escolhidos para o estudo uma vez que ao se instalarem modificam toda a estrutura de uma determinada localidade como infraestrutura do local, a paisagem, o trânsito e entre outras mudanças físicas trouxeram um novo modelo de consumir principalmente para as pequenas cidades como é o caso de Morrinhos (GO), que até pouco tempo não disponibilizava um espaço destinado às compras com grande disponibilidade de produtos e ofertas, variedade de marcas e modelos, além de um ambiente agradável que favorece as compras e o consumo.

As mulheres realizam sua atividade laboral nas atividades de menor remuneração salarial, conforme Nogueira (2011, p. 29) quando aponta que: "[...] a acentuada inserção da mulher no mundo do trabalho se dá prioritariamente nos espaços dos empregos precários, de baixos salários, de tempo parcial (ou nas jornadas de meio período), ou seja, com forte exploração da força de trabalho". Estando as mulheres trabalhadoras presentes nas formas mais precarizadas de exploração do trabalho.

> Consequentemente, a expansão do trabalho feminino tem se verificado, sobretudo, no trabalho mais *precarizado*, nos trabalhos em regime de *part time*, marcados por uma *informalidade* ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. (ANTUNES, 2009, p. 108).

O fato de serem mulheres tornam as trabalhadoras mais atrativas para os cargos de operadora de caixa dos supermercados, já que mantêm durante a execução de sua função um constante contato direto com o consumidor exigindo uma prestação de serviço eficiente de qualidade. A demonstração de calma e afetividade se torna mais presente entre as mulheres, além da capacidade de contornar e superar situações e embaraçosas de conflito com os clientes.

A rotina de trabalho é intensa e estressante, exige muito esforço físico e mental das operadoras que são monitoradas durante todo o tempo e fiscalizadas para que não haja demora e tão pouco erros nos atendimentos. Os movimentos são intensamente repetitivos, o levantamento de pesos e a postura incorreta pela falta de assentos adequados é uma constante queixa. Além das inúmeras ameaças dos superiores que causam a insegurança em relação à garantia do emprego para o próximo mês, como também os inúmeros casos de violência contra as trabalhadoras como o assédio com palavras desrespeitosas e cantadas dos clientes, onde são obrigadas a ouvir caladas devido a ameaça de demissão. A exposição é constante à roubos e assaltos, estando na mira dos ladrões e assaltantes por estarem à frente das lojas e recebendo uma quantia elevada de dinheiro. Todas essas situações de pressão e precárias condições de trabalho aliadas a longas jornadas de atividade colocam em risco a saúde e a vida da operadora de caixa de supermercado.

Considerações Finais

A mulher trabalhadora assume o enfrentamento quando sai de casa para realizar uma atividade laboral remunerada e para isso se sujeita as condições de submissão e precariedade para a realização da mesma. Realiza trabalhos determinados pela sociedade como masculinos em troca de remuneração inferior. Possui em alguns casos qualificações semelhantes ou até mesmo superiores a dos homens, mas encontra dificuldades em alcançar os cargos de chefia e salários compatíveis quando homens e mulheres realizam a mesma tarefa. Estão empregadas em trabalhos de baixa remuneração salarial e em muitas situações as profissões se tornam

extremamente femininas, realizadas apenas por elas.

Entretanto mesmo que a passos lentos em caminhos difíceis e pedregosos não se pode negar que houve um imenso e notável avanço na busca da mulher pela sua emancipação e a conquista por seu espaço no mercado de trabalho. Aquela mulher que no passado ficava em casa com a total responsabilidade do cuidado com os filhos e das tarefas domésticas, hoje enfrenta com muita garra e coragem jornadas duplas ou até triplas de trabalho fora e dentro de casa. Assume os mais variados papéis na estrutura familiar e principalmente em grandes momentos tem o papel de provedora financeira do lar, atuando ativamente no espaço produtivo e no reprodutivo instantaneamente.

Sua remuneração mensal não está em muitos casos apenas como complemento da renda mensal da família, e sim assumindo o papel principal no orçamento familiar. Então, por isso a mulher está presente no mundo do trabalho não apenas pela necessidade de emancipação, mas também para suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência. Essa situação de desigualdade enfrentada pela mulher ao sair de casa em busca de um trabalho remunerado foi implantada e lhe é imposta pelo capitalismo que tem na exploração da força de trabalho humana seu principal instrumento de sobrevivência.

Em uma futura pesquisa que irá ser realizada no município de Morrinhos (GO), espera-se então avaliar a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como o movimento de emancipação juntamente com as leis que asseguram o trabalho feminino, enumerando as questões pertinentes à divisão sexual do trabalho e a precarização do trabalho feminino.

Referências

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Bom Tempo, 2009. 287 p. (Mundo do trabalho).

CATANI, Afrânio Mendes**. O que é capitalismo**. 33 ed. São Paulo, 1994.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística/Trabalho e rendimento**. 08 de março de 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento>. Acesso em: out. 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME**.

Dia Internacional da Mulher. Mulher no Mercado de Trabalho. 08 de março de 2012. Disponível em: <http. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acesso em: jun. 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho**: entre a emancipação e precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROCHEFORT, Michel**. Redes e sistemas**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Desenho societal dos sem terra no Brasil**: uma contribuição à leitura geográfica do trabalho. Pegada, Presidente Prudente, V. 2, n. 2, 2001.

AMARRAS FEMININAS: ESTIGMAS DO CORPO

Esdra Basílio
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Larissa Cantarino Chagas
Universidade Federal de Goiás

Odinaldo da Costa Silva
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Neste artigo, buscamos refletir sobre a opressão e violência que nós mulheres estamos suscetíveis há sofrer nos dias atuais na nossa individualidade. Ele é parte de uma pesquisa maior que esta em desenvolvimento intitulada Amarras Femininas, trabalho de conclusão de curso desenvolvido pela (graduanda Larissa Cantarino). No processo de criação que resulta na produção fotográfica, é realizado um diálogo onde a modelo revela quais seriam as suas amarras partindo da sua individualidade, e é através desses depoimentos que desenvolvemos a nossa reflexão a respeito dessas violências. Para esse trabalho selecionamos três ensaios que foram realizados no ano de 2012-2013 que busca elucidar lugares e momentos em que nós mulheres nos sentimos cerceadas, a proposta não é apenas detecta – lós, mas perceber um lugar comum, pois trata - se de uma violência coletiva que afeta a individualidade de cada mulher por uma relação de gênero. A pesquisa esta em desenvolvimento, portanto apresentamos reflexões a e não conclusões. No presente artigo focamos nas violências direcionadas ao corpo, em diversas situações, sendo elas simbólicas ou físicas. Procuramos pontuar a opressão que faz de nós prisioneiras e escravas, através de determinações que impõem concebe um ideal de corpo que vem do olhar do outro. Valemos-nos de autoras/res, que nos ajudam a pensar a dominação masculina e a opressão sobre uma perspectiva dos estudos de gênero como: Roger Chartier, Rachel Soihet, Pierre Bourdieu, Joan Scott, Maria Izilda Matos.

Palavras-chave: Corpo feminino. Violência. Opressão.

Entendemos como Amarras, todos os tipos de violência que sofremos, no quotidiano, nas nossas relações. Não se trata apenas de uma violência física ou sexual, mas aquelas oniscientes que estão intrínsecas nos comportamentos e por sua vez estão naturalizadas, como intimidações com palavras, gestos e olhares em que somos submetidas á todo o tempo. Cobranças em relação à beleza e a juventude que deve ser mantida a todo custo, faz com que ocorra a invisibilidade de mulheres na terceira idade, anulando a presença dessa mulher na sociedade. Também consideramos amarras as cobranças em relação a nossa vida pessoal, algumas determinações que ainda são impostas como a necessidade de construir uma família e ter filhos, ainda nos é apresentado como um ciclo natural a ser mantido.

A partir do conceito da construção de gênero e de nossas relações, pode - se dizer que as agressões, por nós sofridas partem de uma construção de valores, e referenciais atribuídos ao sujeito mulher. Que vem sendo construídas segundo Kristeva (2002) a partir de um denominador simbólico, que reproduz certos padrões de comportamento para a sobrevivência de uma espécie, de vida, de corpo, de símbolo. A ideologia patriarcal que vem sendo reproduzida até os dias atuais são responsáveis pelas amarras que se constrói em cada mulher através da violência física, corporal e psicológica.

Quando nos referimos a amarras nos reportamos a papéis sociais que são empregados ao sujeito 'feminino' como parte que constitui a pessoa que somos, impondo uma identidade cultural. Para Benhabib; Cornell (1987, p.19) "A mulher tem sido sempre "situada" num mundo de papeis e expectativas e fantasias sociais." Ou seja, o não cumprimento desses papéis gera punições a essa mulher que ao fazer escolhas tidas como 'erradas'. Criando um repúdio e discriminação em torno dessa mulher, se constrói um estereótipo que é associado há algo ruim, a imagem esse "tipo" de mulher é acompanhado de signos negativos culminado em uma exclusão, pois seu comportamento é reprovado pela sociedade. Por ela não se adequar aos padrões pré-estabelecidos, pela sociedade.

Nossos questionamentos são: qual a amarra que essa mulher percebe em seu cotidiano? Dentro das regras sociais, o que a mais incomoda e porque elas ainda são reproduzidas? Vivemos em tempos onde acreditamos ter mais liberdade, porém a nossas escolhas ainda são pré-determinadas, nosso presente vive as possibilidades de uma emancipação, porém a nossa estrutura de formação é patriarcal, seria esse talvez o problema? As relações sociais, ainda se estabelecer de forma hierárquica e binaria. O poder centralizado nas mãos dos homens, homem e mulher com funções diferentes e especificas. É a partir desse pensamento que iniciamos reflexões em torno do corpo feminino, e como ele é alvo de projeções e expectativas masculinas. O corpo da mulher sempre visto como um objeto de desejo, onde sempre foi estetizado de acordo com a sua época e o referencial de belo predominante.

Pensar o corpo feminino na atualidade requer um olhar ao passado para entendermos o momento e que estamos vivendo em relação a essa mulher que é percebida em nossa sociedade. Concordamos com Matos (2007) na perspectiva que entendemos o corpo como lócus de emoções, expressões, sensibilidades, nossa experiência no mundo se dá através é no nosso corpo.

Ribeiro (1998) esclarece que a imagem da subjetividade feminina foi moldada pelos discursos da Igreja a partir do século XVIII e que esse discurso vigora até hoje o preceito que a mulher é inferior ao homem.

> Foi-se formando um senso comum eclesiástico, baseada na imagem feminina, como o símbolo da polaridade negativa do humano, na tese da particular fragilidade, da periculosidade do corpo e do instinto feminino, na necessidade de um constante controle, na rigidez do papel tradicional identificado como lei natural e a vontade de Deus. (RIBEIRO, 1998, p.11).

A lei natural de Deus corresponde às expectativas da estrutura patriarcal, onde o corpo da mulher necessita do constante controle do homem onde seu instinto feminino por sua vez manipulado é definido como frágil, um adjetivo ruim, pois, o que inspira fraqueza ao mesmo tempo é o que pré - determina uma dependência do homem, dando o poder de direcionar suas escolhas e determinar seus papeis perante a sociedade. Pode parecer apenas um dado histórico, porém não é difícil detectar resquícios desse comportamento agindo no nosso meio.

Ribeiro (1998, p.39), coloca que "para a perspectiva da historicidade do corpo, que traz inscrito em si a história da pessoa, os seus traumas, as suas neuroses, as suas ânsias". O corpo é por excelência um lugar de poder como anuncia Foucault em seu livro A História da Sexualidade I, compreende - se que o corpo feminino e marcado pela opressão e estigma de inferioridade. Com o surgimento do feminismo é que nós mulheres somos inseridas na cultura que secularmente nos rebaixou seja controlando nossos hábitos e costumes, seja delimitando nosso espaço de convívio com a sociedade.

De acordo com Matos (2007) O corpo pode ser visto pelo historiador como um arquivo vivo. A concepção do corpo varia de acordo com a cultura em que estamos inseridas/dos. A partir de construções sociais, normas, saberes populares, conhecimentos científicos, discurso médico e religioso sempre cercearam o corpo feminino. Após quase três décadas de grandes conquistas políticas reconhecendo a mulher como sujeitos reivindicando direitos, conquistando espaços. Ainda é evidente a agressão que cada mulher sofre dentro de sua individualidade por uma relação de gênero, sejam eles psicológicos ou corporais. Para Maria Betânia Ávila:

> As relações de gênero foram a e ainda estão organizadas de forma hierárquica através da qual há uma conversão das diferenças entre os sexos em desigualdades que produzem formas de exploração e opressão das mulheres. As

> estruturas da nossa sociedade também estão organizadas a partir das relações de gênero assim como outros fatores. (AVILA, 2000, p.14).

Dessa forma, mesmo em tempos em que a mulher usufrui de direitos políticos, ela ainda se apresenta frágil quando é sujeito principal de uma dominação simbólica. O padrão comportamental esperado hoje parece uma 'punição' por termos validados no espaço público, antes ocupado apenas por homens. Agora é hora de se tornar uma 'super mulher' ao desempenhar com total êxito os papeis conquistados, seriam eles as atividades designadas 'naturalmente' aos homens e nos apresentarmos maravilhosas dentro dos padrões comportamentais que envolvem nosso corpo e ações. E é nesse lugar em que é revelada uma insegurança, onde somos colocadas no lugar de objeto. André Rouillé ao falar sobre o trabalho fotográfico de Cindy Sherman[1], que por sua vez satiriza os estereótipos femininos, desenvolve a seguinte reflexão:

> As mulheres estão sempre sob a dominação de um olhar poder anônimo supostamente masculino, submissas a uma autoridade de um olhar onipresente. Produtos do desejo e do olhar masculino esses estereótipos substituem o poder e o controle que a sociedade patriarcal exerce sobre mulheres suas energias, suas atividades, suas emoções, seus desejos, seus corpos. (ROUILLÉ, 2009, p. 347).

Logo a sociedade, se apropria dessa insegurança a fim de constituir um novo referencial onde não somente seu comportamento é estereotipado, mas seu corpo é alvo dos padrões de beleza, objetificando, tornando um produto. Interferindo e arrancando de forma violenta a sua identidade, gerando um repúdio por si, por não se sentir inclusa.

Para Bourdieu (2005) nossas relações são sempre permeadas pelas relações de poder onde os sistemas de poder reafirmam a dominação e ao mesmo tempo legitimam a mesma, ocorrendo assim uma violência simbólica. Chartier concorda com Bourdieu, ao afirmar que para a dominação simbólica se efetivar é necessário um consentimento, mesmo que seja de forma subjetiva. Para Chartier (1995, p.40) "As representações das inferioridades femininas

1 Cindy Sherman: Cindy Sherman n. 1954 em Glen Ridge (NJ), EUA; vive e trabalha em Nova Iorque (NI), EUA. Como fotógrafa e atriz Sherman é simultaneamente sujeito e objeto do seu trabalho. Representa papéis culturalmente definidos da mulher que são reproduzidos em vários tipos de *Mass Média*. (Becker, 2003.p.170).

incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros". Raquel Soihet (2008) afirma que:

> Definir a submissão imposta às mulheres como a violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação- que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. (SOIHET, 2008, p.198).

Soihet (2008) pontua que o consentimento de nos mulheres a certos costumes, cânones não significa que nós estamos nos sujeitando de forma alienante, podemos pensar que o consentimento pode ser visto como uma estratégia de subverter a ordem de dominação, Chartier (1995) nos fala de fissuras entendemos como sendo formas de resistência à imposição de regras que aparecem dentro do processo de dominação.

Naomi Wolf em seu livro *O mito da beleza* (1992) explica que quanto mais conquistamos espaços vencemos obstáculos, mais rígidas, cruéis serão as cobranças e exigências que recaem sobre o corpo feminino. E que o mito da beleza permeia a nossa sociedade, como se fosse uma obrigação à mulher encarnar a beleza a qualquer custo. Wolf também afirma que o mito da beleza e forjado pelas instituições masculinas e ao poder institucional dos homens. Naomi Wolf esclarece:

> Quanto mais perto do poder as mulheres chegam, maiores são as exigências de sacrifício e preocupação com o físico. Aqui no Brasil, a fixação na 'beleza', na década de 90, foi consequentemente direta da ascensão das mulheres a posições de poder, além de representar um controle individual desta ascensão. (WOLF, 1992, p.35).

Segundo Vilela (2008, p. 14) " certos produtos de beleza começaram a partir do século XX a serem comercializados para deixar as consumidoras mais belas o que indica que a beleza passa a ser mais cobrada". O corpo passa a ser visto como objeto de consumo. O corpo da mulher é tratado como uma obra que jamais será concluída, onde são necessários diversos retoques, para que permaneça belo, e se construa um padrão, fortalecendo estereótipos, e a empurre sempre para o lugar de objeto de desejo. Em "O corpo como objeto de arte" Henri – Pierre Jeudy afirma:

> O corpo da mulher é posto em cena em função das fantasias do homem, que tenta, assim, realizar o seus desejos. Uma semelhante construção cênica pode logo dar sinais de esgotamento, por falta de imaginação, e o corpo feminino não é mais ele próprio, senão objetos de estereótipos de excitação de desejo.(PIERRE, 2002, p. 14).

Para conceituar a produção artística utilizamos a categoria de gênero que Joan Scott (1997, p. 14) define como sendo "as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primaria de poder". Scott esclarece que gênero e primordialmente uma forma de dar significados às relações de poder. Ou seja, através da categoria gênero podemos entender as construções sociais. Em Amarras Femininas foi e é possível detectar como somos agredidas na nossa individualidade por aquilo que ainda é entendido como mulher e fortalecido pelas relações de gênero. É assustador perceber como todas as mulheres do nosso convívio, já sofreu alguma agressão muito marcante, seja ela psicológica ou física. A seguir temos três fotos dos três ensaios escolhidos acompanhados do depoimento que compõe o processo, onde as amarras reveladas na entrevista estão associadas ao corpo em três situações distintas.



Figura 1: Carla Nascimento, 24 anos Mãe.
Fotografia: Larissa Cantarino, 2013.
Colorida Digital.

"A intenção era me desligar um pouco dessa opressão que minha barriga faz comigo. Acho que é essa relação estética mesmo, não sei por eu ter tido filho, e a barriga ter crescido e ter tido essas estrias, uma dificuldade em lidar com a textura com tudo isso que carrego eu acho...". (Carla Nascimento, entrevista, 2013).

No depoimento da Carla ela revela como essa tensão que ela criou com o próprio corpo às vezes a deixa insegura, ao ter que mostrar seu corpo em público. E muitas vezes nas suas relações afetivas, o incomodo e o peso é tão grande que ela mesma não consegue tocar a sua barriga. Durante o processo com as mãos amarradas em cima de sua barriga onde ela não suporta tocar, ela realizou uma entrega na busca de si, percebeu que era necessário vencer essa barreira, pois a insegurança estética afeta a sua autoestima, a sua relação consigo, a sua individualidade. Reflete diretamente nas suas relações.



Figura 2: Luíza Leão, 23 anos.
Fotografia: Larissa Cantarino. 2013.
Filme colorida Iso 200.

"A gente ainda culpa muito a mulher, o tempo todo. E ainda tem muitas histórias invisíveis porque o estupro ele incomoda, o sexo vende, o estupro incomoda."

"A violência está o tempo todo, a gente tem que parar de achar que ela não existe." (Luíza Leão entrevista, 2013).

No depoimento de Luíza ela enfatiza muito a questão da violência sexual, e a indiferença de como esse assunto ainda é tratado, ela que por sua fez também foi vítima, se incomoda em perceber como a indiferença com o próximo permite que as amarras se constituam que a violência ainda permaneça silenciada dando a entender que ela não existe.



Figura 3: Camila Penques,25 anos.
Fotografia: Larissa Cantarino. 2012.
Filme Colorido Iso 200.

"Essa foi a minha primeira sensação, uma necessidade de aumentar minha força física. Depois os pensamentos continuaram nessa linha. Lembrei de algumas violências domésticas que eu presenciei. A minha reação nesses momentos era de silêncio, acuamento, medo. Sabia que o agressor era mais forte. Eu me sentia amarrada. Essa amarra, de casa, foi levada para todas as outras relações com homens. Esses do dia-a-dia, como o motorista de ônibus, o pedreiro, o porteiro, o pai, os amigos. Parecia que, a qualquer momento, eles se tornariam violentos; bastaria uma situação propícia a explosões e surgiriam os primeiros gritos, os primeiros murros e assim por diante. Isso foi um trauma, conheço homens pacíficos, vindo à tona quando eu estava amarrada." (...) "São cercos invisíveis. Amarrada, eles tomaram corpo."(Camila Penques entrevista, 2012).

No depoimento da Camila podemos enxergar como a questão do corpo frágil é algo que a incomoda, por uma série de lembranças onde o corpo feminino, o seu e de outras mulheres próximas se revelou vulnerável diante do corpo masculino, em uma situação de violência física a sensação de impotência a amedronta constantemente por não saber quando isso possa surgir e quando seu corpo, pode se tornar alvo da violência física e simbólica.

Considerações Finais

Constatamos na fala das mulheres que participaram do ensaio fotográfico que todas elas apresentam inquietações em relação ao seu corpo e como ele é percebido e as vulnerabilidades a qual nos encontramos pelo fato de sermos mulheres. As violências e opressões por nós sofridas correspondem aos ideais e necessidades que faz com que o homem se aproprie do corpo feminino, definindo e determinando o seu lugar. A partir dos estudos de gênero buscamos entender como se estabelece as relações de poder como se da à construção dos papeis sociais que são destinados a homens e mulheres, entendemos que os estudos de gênero têm como principal objetivo promover a cidadania e, sobretudo contribuem para o deslocamento de dogmas e regras estabelecidas, como os papeis sociais fixos onde a mulher é subjugada.

Referências

ÁVILA, Maria. B. Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia. **Caderno de Critica Feminista**, n° 0, Ano I. 2007.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GRORROSENICK, Uta. **Mulheres artistas nos séculos XX e XXI.** Hohenzollernring köln: Editora Taschen.2003.

MATOS, Maria Izilda S. de. Corpo - Ancora de emoções: trajetórias, desafios e perspectivas. **OPSIS**, Catalão, GO, v. 7, v.8, p.11-32, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres investigando contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.13, n. 24, p.191-207,2008.

ROUILLÉ, André. **A Fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac.2009.

VILELA,Shirley Elias. **A Precocidade do vazio**: Barbie, tudo que você quer ser! Goiânia: UFG, 2008, 115p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós- Graduação em Cultura Visual. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

WOLF, NAOMI. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rocco, Rio de Janeiro. 1992.

KRISTEVA, Julia. **As novas doenças da alma:** O tempo das mulheres, p. 215-239 Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES
GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

O TRABALHO DA MULHER: AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE TAMBIOCÓ, CATALÃO (GO)

Gabriela Bernardes Silva
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ PIVIC/ NEPSA/CNPq

Estevane de Paula Pontes Mendes
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ NEPSA/CNPq

Amanda Custódio
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/PIBID/CAC/UFG

Resumo: No Brasil, o conceito de gênero começou a ser utilizado no final da década de 1980 e início da década de 1990, por pesquisadores com influências feministas. O conceito de gênero explica comportamentos de mulheres e homens, com o intuito de compreender parte dos problemas/dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política, na sexual-e na reprodutiva na família. Na Geografia, a principal preocupação dos estudos de gênero é o espaço, pois procuram trabalhar o tema de forma a demonstrar como a mulher, através do seu trabalho, produz e reproduz o espaço. Assim, tem-se discutido as relações de gênero na agricultura familiar e a importância das mulheres na reprodução da família e do espaço em que fazem parte. A agricultura familiar caracteriza as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar. Nisso, há uma relação entre a terra, o trabalho e a família. Com a modernização, ocorridas pelas transformações no espaço agrário brasileiro, houve mudanças para o segmento. É aí que surge mais forte o trabalho da mulher na agricultura familiar. Antes a mulher tinha o papel de esposa, mãe, educadora dos filhos e uma simples ajuda na propriedade como cuidar dos porcos e galinhas. Hoje está bem diferente, pois a mulher ajuda bastante na renda da família com o seu trabalho, ajudando no sustento da mesma. Com base nisso, este trabalho tem com o objetivo mostrar como é o trabalho da mulher na agricultura familiar e sua valorização na comunidade Tambiocó, Catalão (GO). Para a realização do mesmo foi feita: a) revisão teórico-conceitual sobre agricultura familiar, gênero e trabalho da mulher; e b) pesquisa empírica na comunidade Tambiocó, Catalão (GO), sendo entrevistadas dez (10) mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Agricultura familiar. Trabalho da mulher.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo caracterizar o trabalho da mulher e sua valorização na agricultura familiar especificando a comunidade Tambiocó no município de Catalão - GO. Para isso fizemos um pequeno recorte do que é agricultura familiar, focando as relações de gênero e o trabalho da mulher, e pautando um pouco do que é gênero no Brasil. Fizemos também, uma pesquisa empírica na comunidade Tambiocó onde foram entrevistadas 10 mulheres.

A Agricultura familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção (terra, mão-de-obra, instrumentos de trabalho) e, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do processo de trabalho. Ou seja, a produção familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde há relações com o espaço e com as dinâmicas do sistema de trabalho, no vínculo entre a família e seu entorno sociocultural. Esse modo de produção teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo.

Com a modernização da agricultura e as transformações ocorridas no campo por volta de 1970 os pequenos agricultores passam a enfrentar problemas econômicos, sociais e territoriais. O pequeno agricultor então começa a ter problemas para desenvolver suas atividades no campo, que acaba ocorrendo mudanças da renda da família no campo.

Diante disso, há várias estratégias sociais e econômicas ocorridas na produção familiar. O trabalho da mulher é considerado uma e estratégia que contribui para o sustento da família. As mulheres do campo desempenham um papel importante na família, sendo assim ajudante na renda da casa. É aí que surge mais forte o trabalho da mulher na agricultura familiar. Antes a mulher tinha o papel de esposa, mãe, educadora dos filhos e uma simples ajuda na propriedade como cuidar dos porcos e galinhas.

O conceito de gênero explica comportamentos de mulheres e homens, e nos faz compreender parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, vida política, sexual e reprodutiva na família. No Brasil, o conceito de gênero foi utilizado no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, pelos pesquisadores, com influências feministas. Assim, no final da década de 1980 a palavra gênero começa a ser utilizada em trabalhos acadêmicos (dissertações, artigos e etc.). Na Geografia, o objetivo do gênero em primeiro lugar é o espaço, pois procura trabalhar o tema de forma a demonstrar como a mulher, através do seu trabalho, produz e reproduz o espaço.

Esta pesquisa tem como objetivo mostrar que contribuições às mulheres do campo vêm desenvolvendo na sua comunidade, principalmente na renda da família, tendo como referência a comunidade Tambiocó, situada no município de Catalão (GO).

A escolha da comunidade Tambiocó, no município de Catalão (GO), deve-se ao fato de que há predomínio da mão-de-obra familiar, sendo os próprios membros da família

desempenharem as atividades na propriedade, discutir as relações de gênero na agricultura familiar e a importância das mulheres na reprodução da família e do espaço em que fazem parte.

Para a realização do mesmo foi feita: a) revisão teórico-conceitual sobre agricultura familiar, gênero e trabalho da mulher; e b) pesquisa empírica na comunidade Tambiocó, Catalão (GO), sendo entrevistadas dez (10) mulheres. Para a realização do mesmo realizou-se uma revisão da literatura pertinente ao assunto. Assim foram consultados de obras BLUM (2001), CAUME (1997), MENDES (2005), MESQUITA (2013), LAMARCHE (1993), LOURO (1997), entre outros.

O interesse pessoal por essa temática ocorreu pelos estudos que já vem sendo realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq), no qual eu faço parte desde fevereiro de 2013. Os projetos desenvolvidos pelo núcleo são referentes ao rural no âmbito regional, que possibilita a oportunidade de conhecer melhor a realidade da agricultura familiar e em especial enfatizar a mulher e suas contribuições.

2. Características da Comunidade Tambiocó, Catalão (Go)

A comunidade Tambiocó está localiza no município de Catalão (GO), com distancia de 18 km da sede Municipal. O acesso à comunidade se dá pela GO-330, sentindo Catalão-Goiânia e também pela GO-305, sentido Goiandira-Goiânia. A comunidade possui 40 residências ocupadas.

A comunidade Tambiocó possui a Escola Municipal São Bernardes, que é responsável pela educação desde o 1° ate o 5° ano do Ensino Fundamental. A escola conta com aproximadamente 29 alunos. O transporte para a escola e é feito de Kombi, e é custeado pela Prefeitura Municipal de Catalão. Depois do ensino fundamental, os alunos vão para Catalão para dar continuidade aos seus estudos.

A comunidade possui uma igreja, onde são realizados missas e terços semanalmente, que foi construída em 1964. Possui também um Centro Comunitário que foi construído no ano de 1966 e uma quadra de esportes no ano de 1998.

As festas e eventos são realizados na quadra de esportes, que foi construída no ano de 1988 e reformada no ano de 1998. A quadra tem a finalidade de guardar tudo que é utilizado durante a festa em homenagem a São Sebastião e Divino Espirito Santo, realizado todo mês de Julho.

O Centro Comunitário é usado também para festas de aniversários, reuniões e entre outras atividades da comunidade. Em relação a saúde na Comunidade, há uma Agente Comunitária de Saúde que o serviço é realizado pela Michele Juliana de Assunção desde 2004. A mesma presta serviço como verificação da pressão arterial, pesagem de crianças menos de 5 anos, orientações quanto ao pré-natal para s gestantes, orientações sobre como se prevenir de Diabetes e Hipertensão, encaminhamento de pessoas para consultas medicas e odontológicas na cidade de Catalão, entre outros serviços.

3. Relações de gênero na agricultura familiar

A Agricultura familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção (terra, mão-de-obra, instrumentos de trabalho) e, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do processo de trabalho.

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora diversas situações e especificidades. A característica básica deste tipo de organização produtiva é que a família é proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho. A associação entre família, produção e trabalho tem, nas palavras da autora, consequências importantes para a forma como ela age econômica e socialmente. Sendo assim é um sistema cuja produção e consumo é voltado para diferentes estratégias de reprodução dos grupos familiares, e onde as relações de trabalho são organizadas a partir dos seus diferentes membros utilizando a mão-de-obra da família, já a contratação de trabalho assalariado ocorre de forma ocasional.

Um dos conceitos importantes que as feministas defendem para entender a organização do trabalho na agricultura familiar é o da divisão sexual do trabalho. Ao definir o conceito Kergoat (2002, p. 4) diz que é a "designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado." Segundo ela a divisão sexual do trabalho é organizada a partir de dois princípios: o da separação – há uma divisão clara do que é trabalho de homem e trabalho de mulher; e o da hierarquia – o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho da mulher. Entretanto, as modalidades concretas da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço.

O conceito de gênero surge com o objetivo de caracterizar as diferenças entre homens e mulheres, e de acentuar o caráter social dessas distinções baseadas no sexo. A opção

por trabalhar com esse conceito é devido a sua importância para a compreensão das relações de poder que são desenvolvidas social e culturalmente entre os sexos, nesse caso, entre agricultoras e agricultores familiares da comunidade Tambiocó.

Na agricultura familiar, associada à divisão sexual há também uma divisão etária. Homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar, ocupam posições diferenciadas na produção dos grupos domésticos. Estas posições são pautadas por relações de poder, hierarquias, conflitos. O que as pesquisadoras feministas assinalam é que a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar é fortemente adversa às mulheres. É grande a presença feminina na agricultura, entretanto, há um enorme contingente de mulheres que não recebe nenhum rendimento pelo seu trabalho. Pesquisas como a de CORDEIRO (2003), com o objetivo de compreender a noção de trabalho feminino na agricultura familiar presente nas pautas de negociação da Marcha das Margaridas, indicam que cerca de 60% das mulheres que se declararam ocupadas no setor rural concentravam-se nas categorias de trabalho na produção para o próprio consumo e trabalho não remunerado.

De acordo com Bourdieu (2007), a divisão sexual contribui com a dominação dos homens sobre as mulheres, e está presente nas práticas cotidianas, na ocupação e divisão do espaço, na divisão do tempo, ou seja, nos hábitos de cada sujeito o que de fato permite que essa relação pareça natural.

> A divisão entre os sexos parece estar 'na ordem das coisas', como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivando nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação [...] (BOURDIEU, 2007, p. 17).

Essa situação é um indicador do lugar que o trabalho feminino ocupa na agricultura familiar. As mulheres trabalham, mas não recebem rendimento monetário, e têm pouco acesso à terra, tecnologia, crédito e assistência técnica. Além disso, o trabalho que elas realizam é pouco valorizado socialmente. Ainda predomina a visão de que os homens são quem de fato trabalha; as mulheres apenas ajudam. Por muitos anos, as mulheres não possuíam sequer documentos civis e trabalhistas; e quando possuíam, eram enquadradas neles como doméstica e do lar.

> No meio rural, essa situação é mais evidente comparada ao meio urbano, pois as relações de gênero marcadas pela divisão sexual do trabalho, sendo passadas de geração em geração, ainda se encontram naturalizadas no viver de vida de muitas famílias agricultoras. E mesmo nas situações em que homens e mulheres realizam trabalhos semelhantes, estes obtêm reconhecimentos distintos, de acordo com os papéis sociais que lhes são atribuídos. Geralmente, os papéis dos homens são mais valorizados e recompensados que os das mulheres. Nessa divisão do trabalho, prevalece uma desvalorização da capacidade feminina em relação ao masculino. (MESQUITA, 2013, p. 71).

Conforme as pesquisas foram sendo feitas na Comunidade Tambiocó, houve diferenças nas famílias, como socioculturais e econômicas. E está claro que o lugar que a mulher ocupa no processo produtivo é considerado sempre em segundo lugar, tanto pelos homens como pelas mulheres. Sendo assim a família agrícola acredita que a mulher atua na condição de "ajudante", porém essa ajuda como, cuidar dos afazeres domésticos, cuidar da horta, preparo de suínos, fazer o queijo, o requeijão, contribui na renda da família agricultora.

Na comunidade Tambiocó a principal fonte de renda é provinda do leite, e a tarefa de lidar com o gado é vista como masculina, porém as mulheres muitas das vezes ajudam os maridos, pois é com o leite que elas fazem os queijos, requeijão para venderem na feira. Assim, não só o homem é considerado como responsável pela renda familiar, mas a mulher tem uma mera participação para a renda da família.

As tarefas realmente são separadas, mas isso não dá o motivo para que o trabalho da mulher não seja valorizado. Pelo contrário, as tarefas produzidas pelas mulheres na Comunidade Tambiocó são valorizadas pelos seus maridos.

Mendes (2005), ao analisar as características socioeconômicas da produção rural familiar das comunidades Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta, município de Catalão (GO) no período de 2003 a 2005, salienta que em algumas unidades familiares a produção de vários alimentos como a farinha de mandioca, polvilho, farinha de milho, conservas, licores de frutas da estação, doces em calda e pedaços, geleias de mocotó, queijos, requeijão e várias quitandas são comercializados nas feiras locais e em outras cidades próximas, junto com as hortaliças, aves e ovos. Segundo Mendes (2005, p. 188), "[...] o mercado para a produção artesanal/caseira tem crescido, assegurando uma demanda regular e, principalmente, uma renda específica para as mulheres." Que através dessa produção conseguem assegurar seus próprios rendimentos, situação que, de acordo com a autora, é restrita a uma minoria.

Na comunidade Tambiocó não é diferente, pois há uma produção de (queijos, requeijão, farinha de mandioca, salgados, doces, polpas de frutas, hortaliças) e tudo isso é feito pelas mulheres, para serem vendido na feira na cidade de Catalão nos dias de Quarta-feira.

As feiras livres são lugares onde os camponeses frequentam e as utilizam como espaço para a comercialização de seus produtos, nem sempre vendem exclusivamente aquilo que produzem em sua terra. Muitos deles, além de comercializarem os produtos do trabalho familiar acabam expandindo a variedade dos produtos que comercializam, havendo casos em que o camponês durante a semana trabalha na lavoura e cuida do gado e no dia de realização da feira monta uma barraca onde vende o que produziu com o trabalho familiar e também o que foi comprado de camponeses que não costumam usar as feiras livres para vender seus produtos.

Uma característica marcante das feiras livres e em especial a Feira Camponesa realizada no bairro Ipanema em Catalão (GO) é a presença da mulher, que assume papel de destaque, participação essa indicadora de mudanças no papel da mulher na divisão do trabalho na unidade camponesa. Trata-se de uma nova perspectiva para as mulheres que ficavam ocupadas e submetidas aos trabalhos "menos importantes" na unidade familiar para assumir destaque na busca pelo sustento da família camponesa.

Sobre a participação feminina nas feiras livres, Guimarães e Mesquita (2009) destacam que:

> No campesinato as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental, já que são parte da mão-de-obra familiar, cuidando, primeiramente, dos filhos, e da casa, juntando-se aos demais membros para o trabalho na produção agrícola, pecuária e artesanal apoiada pelas necessidades de autossuficiência/ autoconsumo e, por outro lado, venda de seus excedentes para obter recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produzem, isto é, relacionando se com o espaço público (GUIMARÃES; MESQUITA, 2009, p. 2).

O trabalho e a presença da mulher no meio rural têm um papel importante para a vida das famílias agricultoras, ele garante a sobrevivência e a reprodução da família e, contribui com a renda familiar. Tedesco (1999) expõe que o trabalho feminino é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família, pois é expressivo o esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais para o núcleo familiar, aumentando, assim, sua carga de trabalho.

4. Conclusão

A partir das teorias e dos dados obtidos, pode-se afirmar que um(a) agricultor(a) familiar é todo aquele(a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar. O conceito de gênero apresenta uma importante teoria para analisar as relações de poder entre agricultores e agricultoras familiares, e contribuir para dar visibilidade a história das mulheres e ao seu papel na família agricultora.

Na comunidade Tambiocó a mulher tem uma forte participação na renda da família agricultora, pois há uma produção feita por elas de (queijos, requeijão, farinha de mandioca, salgados, doces, polpas de frutas e hortaliças). Esses produtos são vendidos na feira no município de Catalão nos dias de Quarta-feira.

A valorização do trabalho da mulher no meio rural também uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero. Exemplo disso foi na própria Comunidade pesquisada. Os homens (chefe de família) valorizam o trabalho das esposas, que juntos administram a renda da família.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda J., GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais; pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo, Pioneira,1999. p. 147-177.

ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. **Finisterra,** Lisboa, v.25, n. 50, p. 331-348, 1990. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1990-50/50_04.pdf>. Acesso em: 05 de outubro. 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 315 p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 160 p.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

Brasil. Ministério de **Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 259.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO-CROP, 2011. p. 200.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 144.

CORDEIRO, R de L.M. **Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva.** UFPE, 2003. p. 13.
ESTEVAM, L. A. A Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás**: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, 2004. p. 737-746.

GUIMARAES, R. R; MESQUITA, H. A. Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão (GO). In: **Anais**... XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, p. 1-15.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 176 p.

KERGOAT, D. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, UNICAMP, v.13, n. 1(37), jan./abr., 2002.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1. (Coleção Repertórios).

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179p.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas)

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no **Terra, trabalho e família** município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P. Identidades sociais e suas representações territoriais: as comunidades rurais no Município de Catalão (GO). In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 137-165.

MESQUITA, L. A. P. de. **O Papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 135 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) _ Universidade Federal de Goiás, Catalão (GO) 2013.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TEDESCO, J. C. **Racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331p.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 20. Caxambu, 1996. GT Processos Sociais Agrários.

III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES
GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DO CAMPUS CATALÃO

Gottardo Dezute Mikami
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ Dialogus

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ Dialogus

Resumo: O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa Pibic/CNPq/UFG-CAC em desenvolvimento, denominado "A (re) produção do urbano e terceirização em Catalão – Goiás", cujo objetivo é compreender a (re) produção do urbano em Catalão com enfoque no processo de terceirização da produção e do trabalho, tendo em vista, a entrada da mulher no mercado de trabalho dado a estratégia de acumulação do capital e a chamada *feminização*. De acordo com Harvey (1992) as mudanças tecnológicas, as inovações de processo e as formas de gestão e controle do trabalho compatíveis, promoveram uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho, fundada em novas relações de poder entre capital e trabalho, ou seja, um outro espaço-tempo com impactos profundos na luta de classe, ou seja, uma reestruturação das relações de poder. Uma destas estratégias é a terceirização que é a transferência de parte do processo produtivo para outras empresas, diminuindo o consumo de espaço, o tempo de produção e os encargos trabalhistas, ampliando o ciclo de reprodução. O DIEESE esclarece que a terceirização pode ter duas faces independentes, mas não excludentes, em primeiro a desativação parcial ou total, de setores produtivos, em que a empresa que terceiriza deixa de executar ou 'produzir' e passa a 'comprar' ou incorporar produtos de outras empresas, no caso das terceiras. A metodologia da pesquisa no primeiro momento realiza o levantamento bibliográfico acerca do mundo do trabalho e a terceirização em autores como Harvey, Carlos, Damianni, Antunes, Alves, Nogueira que são o suporte teórico para o entendimento da (re)produção do urbano em Catalão e o processo de terceirização, com enfoque na participação da mulher neste segmento. Para o campo da pesquisa escolhemos o trabalho terceirizado de mulheres na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, empresa Interativa. Ainda como parte da metodologia está em andamento um levantamento de dados em fontes secundárias como a prefeitura do Campus Catalão, IBGE, RAIS, Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e outras. Ainda serão realizadas entrevistas semiestruturadas com as trabalhadoras terceirizadas do Campus Catalão. Neste artigo apresentaremos os dados já levantados pela pesquisa que está em andamento, sendo iniciado com interesse desta pesquisa no ano de 2011, e a participação de grupo de estudos da obra de Marx, também a participação no grupo de trabalho de Urbana realizado pela Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Catalão, além do grupo de estudos *Dialogus* realizado no LEGER (Laboratório Estudos de Gênero em Rede).

Palavras-chave: Trabalho. Terceirização. Mulher.

Introdução

O presente trabalho faz parte de um projeto de pesquisa Pibic/CNPq/UFG-CAC em desenvolvimento, denominado "A (re) produção do urbano e a terceirização em Catalão – Goiás", cujo objetivo é compreender a (re) produção do urbano em Catalão com enfoque no processo de terceirização do trabalho, tendo em vista, a entrada da mulher no mercado de trabalho como

estratégia de acumulação do capital, a chamada *feminização*. Observar como estes processos interferem na produção do urbano é objetivo de uma pesquisa maior de pesquisadores do Grupo Dialogus/UFG/CNPq.

Para tal, analisamos a terceirização dos serviços na UFG/Campus Catalão, na área de limpeza, manutenção e segurança predial desta unidade e as trabalhadoras que aí atuam, compreendendo a relação entre a terceirização e o processo de reestruturação produtiva do capital e do trabalho através das práticas da empresa Interativa Serviços.

De acordo com Harvey (1992) as mudanças tecnológicas, as inovações de processos e as formas de gestão e controle do trabalho, promoveram uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho, fundada em novas relações de poder entre capital e trabalho, ou seja, outro espaço-tempo com impactos profundos na luta de classe e de poder nas relações de gênero, uma reestruturação das relações de trabalho, sendo características a terceirização e a feminização.

A reestruturação produtiva insere-se tanto no setor privado quanto no público diminuindo o consumo do tempo de produção e também os encargos trabalhistas, assim como destaca Antunes (2000) e Harvey (1992) entre outros.

O DIEESE esclarece que a terceirização pode ter duas faces independentes, mas não excludentes, em primeiro a desativação parcial, ou total, de setores produtivos em que a empresa que terceiriza deixa de executar ou 'produzir' e passa a 'comprar' ou incorporar produtos de outras empresas, no caso das terceiras.

Em segundo, alocam trabalhadores para a execução de serviços no interior da empresa cliente, tipicamente atividade-meio, ou seja, vigilância, limpeza, alimentação, manutenção de máquinas e equipamentos e construção civil.

A metodologia da pesquisa consiste, no primeiro momento, de realização do levantamento bibliográfico acerca do mundo do trabalho e a terceirização em autores como Harvey, Carlos, Damianni, Antunes, Alves, Nogueira que são o suporte teórico para o entendimento do processo de terceirização, com enfoque na participação da mulher neste segmento.

Para o campo da pesquisa escolhemos o trabalho terceirizado de mulheres na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, na empresa Interativa que prestam serviços na área de limpeza, segurança, manutenção e jardinagem. Ainda como parte da metodologia está

em andamento um levantamento de dados em fontes secundárias como a prefeitura do Campus Catalão/UFG, IBGE, RAIS, Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e outras.

Este artigo apresenta, ainda, alguns dados levantados em pesquisa de campo com aplicação de questionários junto às trabalhadoras, possibilitando alguns apontamentos sobre o trabalho e a vida destas trabalhadoras. Serão realizadas, ainda, entrevistas que têm como objetivo levantar elementos que auxiliem na compreensão destas trabalhadoras na produção do urbano e sobre a relação entre a precarização do trabalho e da vida cotidiana.

O trabalho precarizado e a feminização

O chamado setor de serviços, também dito como apoio e também de subcontratação, teve um acelerado crescimento nos últimos anos, entre a 1990 e 1998 segundo Druck (1998), em específico o setor de serviços na área de limpeza, alimentação e educação, serviços prestados, sobretudo, por mulheres.

O processo de implantação do projeto neoliberal no Brasil, iniciada na década de 90 pelo governo de Fernando Collor de Melo, criou as condições legais e objetivas para a implantação do processo de terceirização no serviço público brasileiro, alcançando atividades como limpeza, manutenção predial, segurança e transporte, entre outros.

Em 1995, ao assumir o governo, Fernando Henrique Cardoso, iniciou o processo de reforma do aparelho do Estado, agravou medidas de incentivo à demissão voluntária e reforma previdenciária para os setores públicos para que pudesse atingir sua estratégia do plano nacional de terceirização.

Com as medidas de reformas do aparelho do Estado, foi reforçada a venda de diversas empresas estatais para a iniciativa privada e foi retomado esse processo da reforma administrativa com o Governo Fernando Henrique Cardoso em 1995, no qual a preposição do plano consta o enxugamento de gastos com a produção considerada não essencial.

O recorte dado a década de 60 em diante, significa o advento das políticas neoliberais e as suas implicações para com as trabalhadoras no momento histórico de regime militar por um lado e de outro, pela "mística feminilidade" proposto pelas revistas femininas no pós-guerra em que a ideologia acentuava a importância da mulher no espaço reprodutivo e a dedicação exclusiva à vida doméstica, ocultado pela mistificação da "feminilidade".

Dessa maneira, permite a reestruturação produtiva alcançar a chamada "terceira revolução industrial" (Tecnológica), um complexo conjunto de inovações organizacionais ocasionou uma elevada taxa de desempregos, cuja intensificação desse processo se deu na década de 90, "Cuja classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada". (ANTUNES, R. G. ALVES, 2004). Por que o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores? Ao reduzir cada vez mais o tempo produtivo pode-se capturar uma dimensão variável de extração de mais-valia de modo que intensifique a produtividade do trabalho diferencialmente.

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes do capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser mais bem apreendidas com uma palavra: rigidez. (HARVEY, 2011, p. 135).

Para isso, a terceirização foi a estratégica porque legitima o poder de decisão em que o Estado requer, quando desativa parcialmente ou totalmente os setores produtivos de serviços, ou seja, a empresa ou o órgão púbico, como a Universidade, terceiriza os serviços por meio de licitação e deixa de executar as atividades via contenção de gastos públicos com o quadro de servidores e passa a incorporar produtos de serviços de outras empresas, visando ampliar a qualidade com preço reduzido.

O setor de serviços da Universidade Federal de Goiás do Campus Catalão se volta para uma unidade gestora relacionado a limpeza ou higienização do espaço físico do Campus, como: predial, corredores, salas de aula e banheiros, ainda assim, sua relação está voltada para uma gestão sem obrigações trabalhistas com os trabalhadores e as trabalhadoras, de forma que dê maior domínio administrativo, técnico e científico em relação ao contrato com a empresa contratada, otimizando os custos em relação aos serviços prestados.

A terceirização apresenta-se como uma estratégia fundamental no corte de gastos e, para tal, a inserção da mulher nos postos de trabalho terceiros é fundamental, uma vez que esta mão de obra é mais barata e mais flexível quanto a carga horária, sendo muitas trabalhadoras contratas com cargas reduzidas.

Nesse sentido, como afirma Nogueira (2006, pg. 226), "o mundo produtivo recebe cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização, situação essa que se apresenta sob a lógica de expansão capitalista." Também configura o "rosto feminino do

trabalho precário", conforme afirma Hirata (2011, pg 14.), "o aumento do emprego feminino a partir dos anos noventa é acompanhado do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário, uma das características principais da globalização numa perspectiva de gênero."

Nesse sentido, podemos salientar as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras em relatos de experiências no cotidiano de seu trabalho, no qual, estão inseridas no espaço produtivo precário e ao mesmo tempo vulnerável, em que a pretensão de emancipação pode alcançar a dimensão do poder de tomada de decisão em seus lares, como por exemplo, a escolha de comprar o que quiser sem pedir permissão ao marido.

Apesar disso, estudos revelam que as lutas das relações de gênero tem tido conquistas e transformações nos últimos anos, principalmente no espaço público, entretanto no espaço privado, ainda seguem à lógica de reproduzir à divisão desigual do trabalho, da violência, da exploração do trabalho doméstico, conforme Nogueira (2006) em pesquisa que analisa a persistência da exploração no espaço privado.

A falta de políticas públicas – como creches, transporte público de qualidade, escolas de tempo integral, políticas de planejamento familiar, entre outras - que apóiem essa trabalhadora e compromete a escolha de uma profissão em detrimento dos compromissos com o lar, uma vez que como argumenta Nogueira a revolução não chega ao espaço privado.

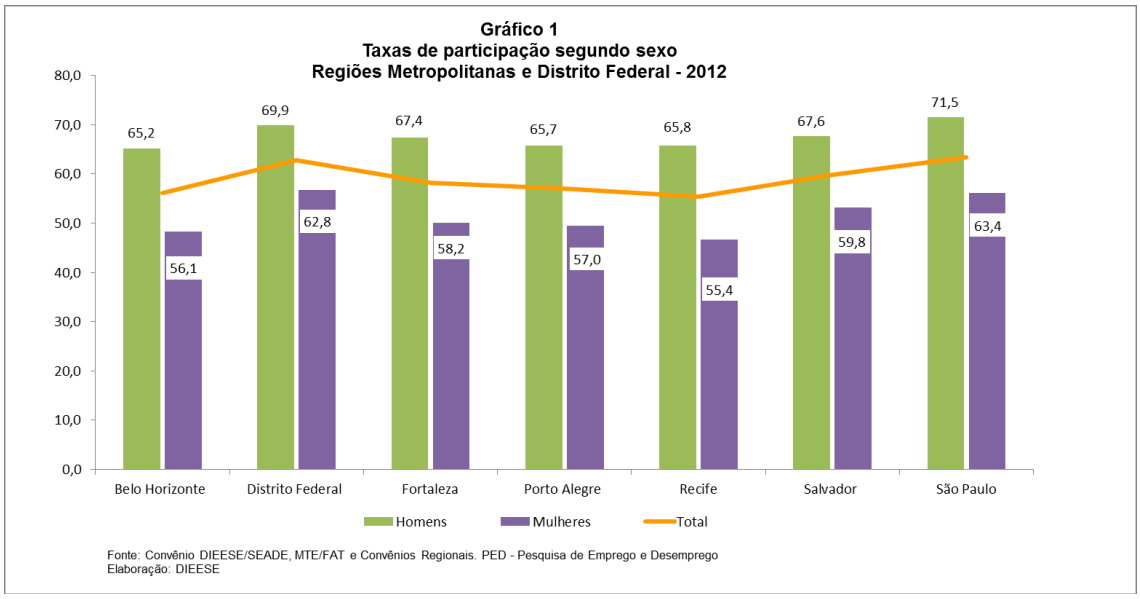
> Nesse sentido, mesmo após o período referente à Revolução Industrial, o qual permitiu, de certa forma, uma acentuada inserção feminina no espaço produtivo industrial, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, aos poucos foi se organizando a família operária patriarcal: marido provedor e esposa provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho que se mantém até o presente. (NOGUEIRA, 2006, p. 26).

Segundo o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), A taxa de crescimento da ocupação feminina foi superior ao dos homens em quatro das sete regiões investigadas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo.

Na maioria das regiões a população feminina registrou retração no contingente de desempregadas. Comparativamente, observou-se que o desemprego declinou mais para as mulheres na maioria das regiões investigadas; mais precisamente em Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre e Recife. Contudo esse melhor desempenho da ocupação feminina, no período, não eliminou a histórica desigualdade nas oportunidades de inserção ocupacional entre homens e

mulheres. As mulheres continuam a estar em menor proporção entre os ocupados e são a maioria dos desempregados em todas as sete regiões que abrangem o Sistema PED.

Diante disso, podemos verificar que quando a mulher está inserida no mercado de trabalho consegue adquirir maior tomada de decisão em casa, por outro lado estão mais vulneráveis ao desemprego e pelo tipo de contratação em suas relações de trabalho, por vezes subcontratação, tempo parcial e terceirizado, portanto a precarização do trabalho feminino acentua-se no século XX e XXI, aumentando não apenas os cargos de trabalho precário ou informal, mas também ao desemprego, que cresce mais entre as mulheres. O gráfico I do DIEESE mostra indicativos a participação segundo sexo em 2012.



Trabalhadoras terceirizadas do Campus Catalão

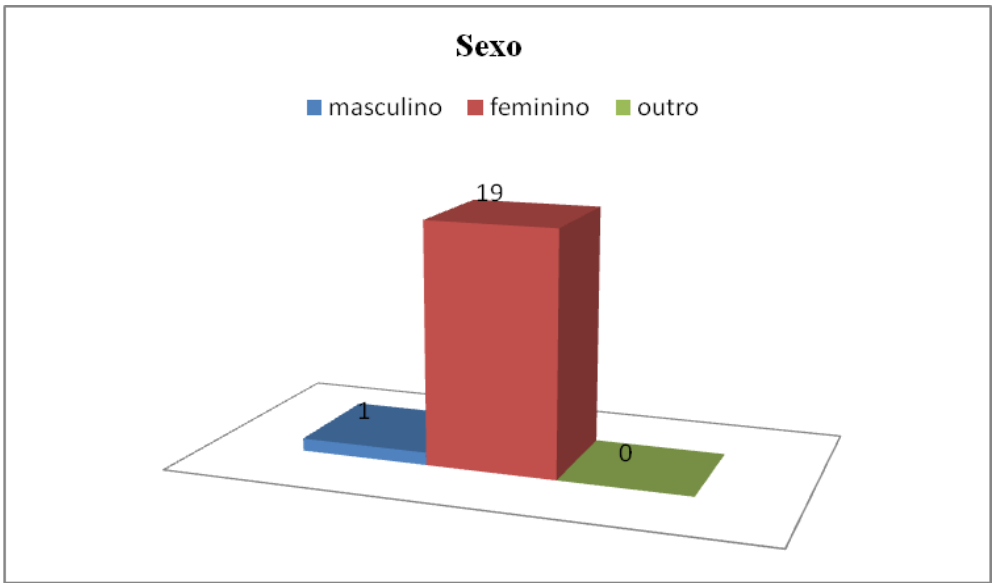
As trabalhadoras que realizam o trabalho dentro da Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, estão inseridas no município situadas na região sul de Goiás, diante de uma população de aproximadamente 90 mil habitantes, sendo que muitas das trabalhadoras vieram de outras cidades. Agrega trabalhadores metalúrgicos, mineradores, agricultores, comerciantes, professores da rede municipal, estadual e privada, além de grandes universidades via Cesuc e UFG, diante disso o município de Catalão compõe a microrregião formador de 11 municípios, além de fazer fronteira com o estado de Minas Gerais e a região do triângulo mineiro.

Os dados apresentados a seguir foram levantados a partir de vinte questionários aplicados às trabalhadoras da empresa Interativa que presta serviço na área de limpeza e segurança no Campus Catalão/UFG. Obtivemos alguns resultados levantados em relação a remuneração e a jornada de trabalho, renda e outros.

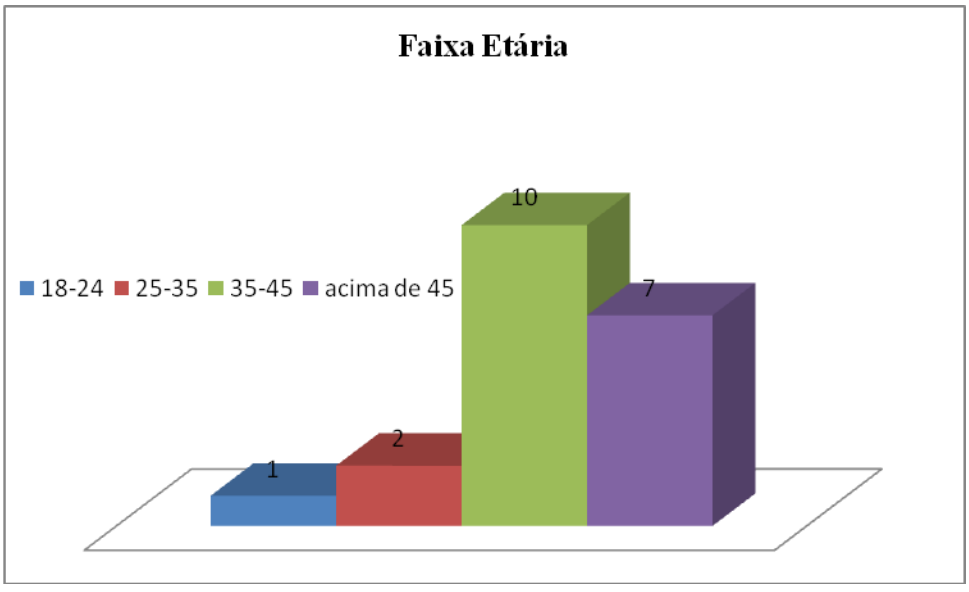
Há que considerar que a precarização do trabalho e a emancipação pelo fruto de seu trabalho, dado o poder de decisão que conquistam em casa, sendo imprescindível sua luta cotidiana para melhorarem suas condições de vida e de trabalho. Isto pode ser observado no fato de que 18 trabalhadoras afirmaram que possuem maior poder de decisão no espaço reprodutivo.

A geração de emprego e renda é uma política voltada para combater a pobreza e as desigualdades sociais, no qual, visa a igualdade de gênero no âmbito do trabalho como meta até 2015. Entendemos que a emancipação no campo do consumo é algo muito complicado, no entanto pesquisas têm apontado o impacto do mesmo no processo de construção de emancipação e empoderamento de mulheres, mesmo que, ainda, apenas nas decisões sobre o que consumir.

Os dados coletados mostram a predominância de mulheres na empresa Interativa que presta serviço em Catalão. Estas exercem funções de limpeza e vigilância/manutenção de salas de aula. Observa-se que o grande número de mulheres nestas atividades, que pode ser observada em outras empresas, é fruto de um prolongamento das atividades do espaço reprodutivo no espaço produtivo, como atividades com pouco reconhecimento e carregadas do estereótipo de "trabalho feminino", portanto, também, pior remunerado, como já mostram pesquisas de Nogueira, Hirata, Santos e outros.

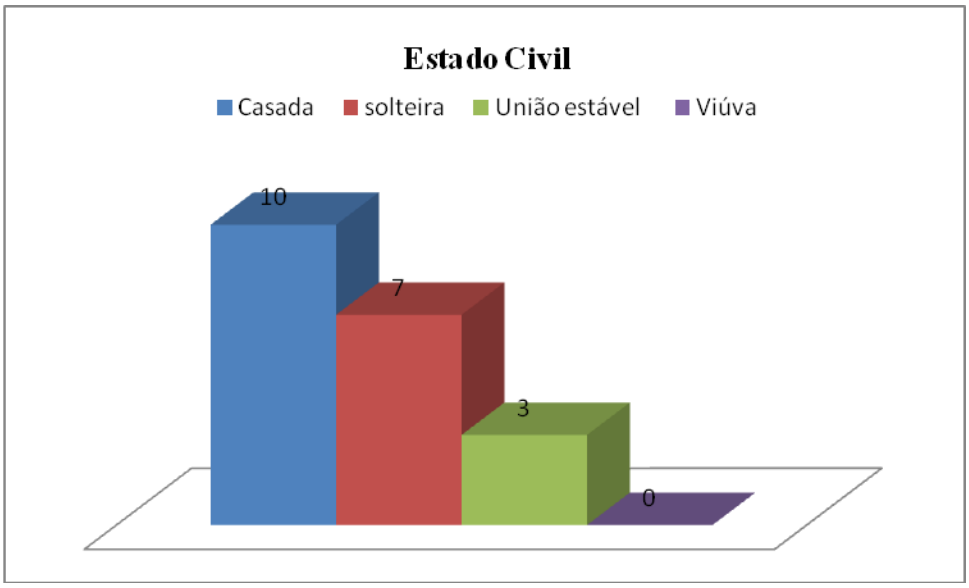


Fonte: Questionários. Org. MIKAMI, G. D.



Fonte: Questionários. Org. MIKAMI, G. D.

Os dados revelam, também, que a maioria das mulheres que trabalham no Campus Catalão tem acima de trinta e cinco anos reforçando dados nacionais que apontam que a maior parte das vagas nestes setores são ocupadas por mulheres acima dos trinta anos, geralmente com pouco estudo e sem muitas perspectivas de melhorar de emprego e aumentar a renda.



Fonte: Questionários. Org. MIKAMI, G. D.

Observamos que a maioria das trabalhadoras divide o lar com um companheiro o que nos aponta para a necessidade crescente do trabalho da mulher na manutenção da casa e não apenas entre as que são chefes de família. Outros dados, que ainda não foram tabulados, mostram que o trabalho da mulher é fundamental uma vez que a renda da família é baixa.

Tendo em vista a notável precariedade do trabalho nas condições assumidas pelos trabalhadores, o resultado que obtivemos é de um maior número de mulheres na área da limpeza e higienização; dos vinte e oito funcionários, vinte e seis são mulheres, sendo que vinte e cinco exercem o trabalho da limpeza e uma exerce o cargo de encarregada; nas tarefas administrativas, apenas dois funcionários são do sexo masculino e possuem o cargo de serviços gerais. No entanto, as funções destes não são as mesmas das mulheres na limpeza dos prédios, banheiros e corredores, demonstrando que há um lugar da mulher no mundo do trabalho construído de forma a reforçar a desigualdade.

Considerações Finais

O trabalho está em andamento e, apesar de os questionários já terem sido aplicados, ainda não tabulamos todos os dados. No entanto, algumas questões já podem ser anunciadas como o baixo índice de escolaridade, os baixos salários e uma carga horária extensa e cansativa e a responsabilidade pelo trabalho doméstico, ou seja, uma realidade que segue o padrão mundial.

As condições precárias do trabalho das mulheres aliadas ao cotidiano no espaço reprodutivo são expressas na forma de conversas onde percebemos as dificuldades narradas, como a falta de transporte público – elas não conseguem usar este em função dos horários e dos altos preços das passagens – a falta de assistência médica (elas não possuem planos de saúde pela empresa), a incerteza na carreira (em outros momentos o contrato a Universidade foi rompido e todas perderam o emprego), entre outros problemas típicos de uma trabalhadora no Brasil.

A realidade da trabalhadora da Interativa no Campus Catalão é uma das dimensões da precarização via terceirização no Brasil que se associa à feminização para acumular ainda mais riquezas à custa do trabalho, socializando a miséria e privatizando os ganhos.

Dessa forma, o trabalho realizado na Universidade é caracterizado pela limpeza, vigilância predial, manutenção e pequenas obras e a alimentação pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores, está inserida no âmbito da política do neoliberalismo, o qual a precarização do trabalho se acentua pelo trabalho temporário e terceirizado por meio da Universidade em amplitude às empresas que fornecem a "mão-de-obra especializada", como é o caso da empresa Interativa Serviços, que além prestar serviços para a Universidade (UFG) e Institutos, também possui amplo atendimento para clientes em outros setores.

Como acontece no setor de Mineração (*Anglo American*), Hospitais, Aviação (ANAC), Transporte (SPTrans), no Exército, Ministério Público, Receita Federal, Previdência Social, Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Senado Federal, Governo do Distrito Federal e dentre outros.

Referências

ALVES, G. **Trabalho, capitalismo e formas de salariato:** notas teórico-críticas**.** In: O Público e o Privado, N° 6, 2005, p. 109-128.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6.ed. Sao Paulo: Cortez; UNICAMP, 1999. 155 p.

BRESSER, L.C. **Plano diretor de reforma do aparelho do Estado.** Brasília, 1995. 68 p.

DOS REIS, F. **Terceirização no serviço público brasileiro.** Disponível em: http://portalctb.org.br

DRUCK**,** G. FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo, Boitempo, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, c1993. 349 p.

HIRATA, H, **Tendências recentes da precarização social e do trabalho**: Brasil, França, Japão. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 13-20, 2011.

MIKAMI, G. COSTA, C.L. **Algumas considerações sobre o serviço terceirizado**: caso da Universidade Federal de Goiás, *Campus* de Catalão. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução : um estudo das trabalhadoras do telemarketing**.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 240 p. : il. – (Coleção Trabalho e emancipação)

Anexo

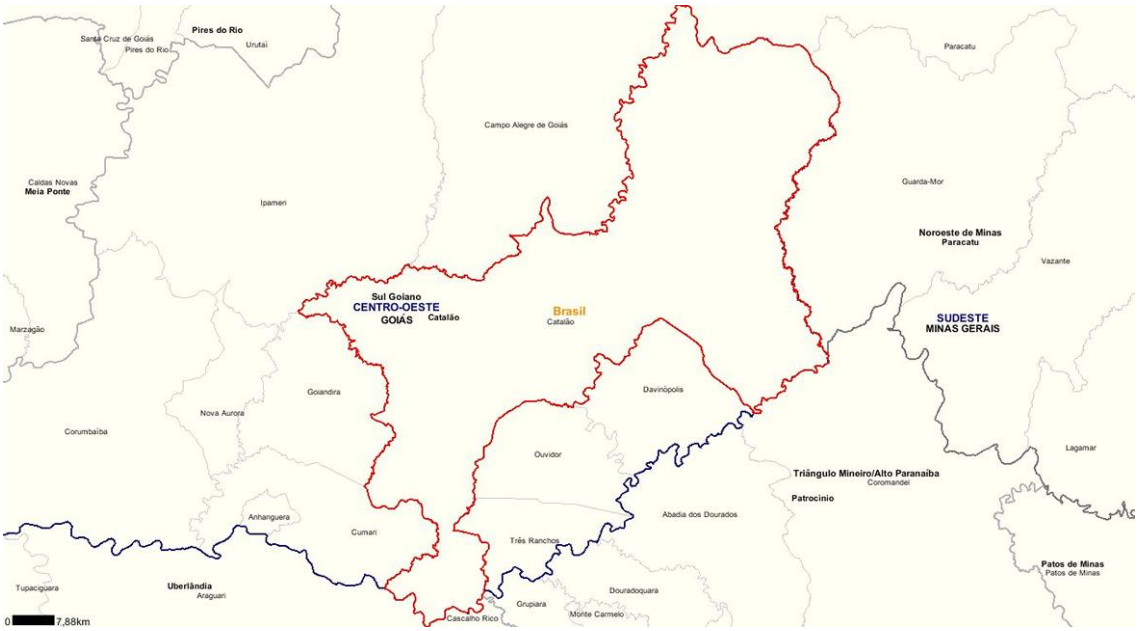


Imagem 1. Região do município de Catalão. Fonte: IBGE, Setembro de 2013.

ESPELHOS OPACOS: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM *NADA A DIZER*, DE ELVIRA VIGNA

Hellyana Rocha e Silva
Universidade Federal do Tocantins/ PIBID/ PIVIC/ NEDiG

Resumo: O presente artigo tem como objetivo desenvolver reflexões acerca da literatura brasileira contemporânea de autoria feminina a partir da leitura do romance *Nada a dizer*, de Elvira Vigna, e assim analisar a desconstrução e a (re)construção da imagem feminina na contemporaneidade, bem como a temática imagética da mulher, envelhecimento, solidão e afetividade presentes na trama.

Palavras-chave: Feminismo. Literatura feminina contemporânea. Crítica literária. Representação imagética.

Introdução

Este artigo surgiu a partir de uma experiência de investigação e é produto final de uma pesquisa incentivada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do edital do Programa institucional voluntário de pesquisa científica (PIVIC), sob orientação da professora Msc. Glória Azevedo. Seu ponto de partida é uma análise sobre a escritura de autoria feminina, de modo geral, e, especificamente, sobre o romance contemporâneo Nada a Dizer, de Elvira Vigna.

Nos últimos tempos, tem sido questão presente nas discussões de gênero a existência de uma escritura legitimamente feminina. Segundo Irigaray, "na hierarquia patriarcal, a mulher não tem espaço próprio servindo como base da sua identidade. Assim, ela só fica com a opção de percurso pelas definições masculinas para reconstruir esse espaço." (1980, p.89). Desse modo, escrever sobre literatura de autoria feminina tem sido, desde sempre, escrever também acerca da condição e do papel exercido pela mulher na sociedade. Sob essa perspectiva, podemos crer que a escritura feminina é um elemento de representação e valoração da história das mulheres, pois as insere nos âmbitos a que, anteriormente, só os homens tinham livre acesso. Falar sob a perspectiva da representação feminina, torna-se então um dos principais caminhos para a criação e recriação de uma história literária em que as mulheres asseguram a legitimidade de seu espaço e de sua expressão.

Mas como ganhar visibilidade literária em uma sociedade dominada e representada essencialmente pelo patriarcalismo? Se pensarmos a literatura como uma herança deixada por antecessores e o texto literário como "habitado (...) por uma longa cadeia de presenças parasitas, ecos, alusões, hóspedes e fantasmas de textos anteriores." (MILLER, 1977, p. 446) percebemos a dificuldade de ocupação do espaço literário pela voz autoral feminina, visto que, a princípio, as escritoras não encontravam antecessoras para se inspirarem ou para poderem se libertar de sua influência, diferentemente dos escritores que podiam vivenciar essa situação, tendo em vista que sempre encontraram, ao longo do tempo, exemplos ou espelhos de autores passados.

À luz das teorias feministas, o corpus desse trabalho procura apresentar como a mulher escritora deu início ao processo de legitimação de sua voz e escrita a partir da autoria, para em seguida. Em seguida, analisaremos como, a partir da consolidação da voz autoral feminina, alguns temas sobre a condição feminina passam a ser abordados pela literatura contemporânea. Para esse estudo, analisaremos o romance *Nada a dizer* (2010), de Elvira Vigna. Nessa nossa análise, procuraremos discutir como é retratada, pela autora, a temática do envelhecimento, da solidão e da afetividade vivenciadas por uma mulher de meia idade. Veremos como a autora constrói uma personagem feminina sem nome envolta com a angústia sofrida diante de um casamento em ruínas, para assim, desconstruir e (re) construir a imagem feminina perante uma sociedade corroída pelo esfacelamento de um casamento pensado como indestrutível.

Autoria feminina

A voz da mulher na literatura foi, por muito tempo, envolvida em silêncios e impedimentos, principalmente no que diz respeito às experiências femininas no conhecimento e na arte. As teorias que emergiam não possuíam referências do sexo feminino nem como seres ativos na história e, muito menos, como escritoras de textos literários, ou seja, as mulheres encontravam-se envoltas por um eco de tendências androcêntricas. Dallery (1997) ao falar da participação da voz feminina no discurso ocidental afirma que

> Não só a voz ou a experiência das mulheres têm sido excluídas do âmbito do conhecimento ocidental, ou mesmo quando o discurso é "sobre" mulheres, ou quando as mulheres são sujeitos que falam, elas ainda o fazem de acordo com códigos falocráticos. (1997, p. 63).

Nesse sentido, a tomada de consciência feminina sobre si e sobre o valor de seu discurso é extremamente necessária para a uma possível reparação do que o feminismo francês chama de repressão do inconsciente feminino, já que a escritura feminina é carregada por autoridade discursiva. E a escrita de representação foi o meio pelo qual a autoria feminina deu voz às mulheres. Mulheres que além de dominar a escrita dominam também a experiência vivida e podem voltar seu olhar sobre si a fim de contestar as hegemonias canônicas e o silenciamento causado pelo pensamento patriarcalista.

As discussões feitas por Gayle (1979) de que a mulher escritora não se encaixaria nessa história literária essencialmente masculina porque "em um primeiro vislumbre, ela parece ser anômala, indefinível, alienada, uma intrusa anormal." (GAYLE, p. 56), permitem repensar a representação da figura feminina na literatura. Nesse sentido, coube à mulher o papel de confrontar a história literária escrita exclusivamente por homens, o que significou também confrontar o modo com que os escritores reduzem as mulheres a meros estereótipos e imagens contraditórias. Essa diversidade de imagens e estereótipos formam uma estrutura dualista em que o feminino é dividido entre uma forma idealizada e uma demoníaca, oscilando entre "o eterno feminino sublimado ou a destruidora, lírio ou rosa, santa ou prostituta, anjo ou demônio, mas sempre identificada com a natureza."(REISNER, 1999, p. 03), ou seja, a presença da mulher como sujeito foi substituído por uma imagem mítica e manipulada pela escrita masculina.

A trajetória da representação da mulher na literatura de autoria feminina é marcada por uma necessidade de se repensar tudo o que já foi dito anteriormente sobre as mulheres, o que torna as representações inicias um grande ressentimento, ou seja, as primeiras escritoras tomaram para si um discurso contestador que mostrava a mulher

> reprimida durante tantos anos (séculos) em sua capacidade criativa e na formulação explícita dos próprios anseios e desejos, a mulher, ao perceber aberta a porta para o depoimento confessional através da via literária, dele aproveitou-se para esvaziar todo o conteúdo emocional represado todo aquele tempo. (WANDERLEY, 1997, p. 13)

Se coube à mulher o poder de confrontar a história a fim de se afirmar como escritora, isso ela o fez e muito bem. Ainda que os primeiros escritos femininos tenham sido marcados, inicialmente, por representações carregadas de angústia ou de mágoa, ao longo dos séculos, esse discurso foi amenizando até que a escritora pudesse falar de temas que desconstroem a representação feminina, na literatura, consolidada pela tradição do pensamento patriarcal.

Ao escrever sobre si, a mulher se afirma para si e se reveste de um escudo a fim de lutar contra as desigualdades impostas pelo masculino, e como sugere Laurentis (1994, p. 206) "representar implica construir o gênero e seus papéis." Nesse caso construir o gênero implica desconstruir tudo o que foi dito anteriormente.

Após esse momento caracterizado pela contestação dos valores vigentes, a autoria feminina passou para outro momento dentro da literatura, um momento de procura da própria identidade, de auto-conhecimento. A escrita passou a ser mais livre e a representação feminina cada vez mais autêntica. Ao adentrar seu universo próprio, a mulher escritora tomou posse da representação da figura feminina, escrevendo assim, a partir de uma concepção feminista, os modos de ser e de estar da mulher na sociedade, o que de acordo com Zolin é "a opção pela metanarrativa, capaz de pôr em cheque a ilusão de verdade e de promover o fenômeno da disficcionalização do que está sendo narrado" (2009, p. 105), ou seja, representar passa a ser objeto de reconstrução e autoconhecimento da imagem feminina para ela e por ela.

> Escrever é precisamente a real possibilidade de mudança. O espaço que pode servir de trampolim para o pensamento subversivo, o movimento precursor da transformação das estruturas sociais e culturais... As mulheres apoderando-se da oportunidade de falar e, em consequência, sua revolucionária entrada na história. (CIXOUS, 1997, p. 350-351.)

Na contemporaneidade, a literatura de autoria feminina expõe as pluralidades existentes na condição feminina que se formam nas experiências e conflitos presentes no cotidiano feminino. Segundo Regina Dalcastagnè (2010), a situação da mulher escritora mudou desde 1929 quando Virginia Woolf afirmou que a mulher, para fazer literatura, "precisa ter dinheiro e um teto todo seu" (1985, p. 08). Conforme Dalcastagnè, atualmente, "há quase um espaço reservado a elas na literatura: falar sobre si. Embora restrito, é um lugar onde as mulheres podem expressar com alguma legitimidade, apresentando sua perspectiva sobre o mundo" (2010, p. 40) Apesar desse espaço "reservado" Dalcastagnè acrescenta que, mesmo assim, ainda surgem tensões significativas já que

> A produção literária das mulheres ainda é rotulada como "literatura feminina", que se contrapõe à "literatura" tout court, já que não se julga necessário o adjetivo "masculina" para singularizar a produção dos homens. Portanto cada escritora tende a ser vista como representante de uma certa "dicção feminina" típoca, em vez de reconhecida como dona de uma voz autoral própria. Apesar de

> toda a evolução da condição feminina, a literatura – ou, ao menos, o romance – continua a ser uma atividade predominantemente masculina. Não é possível dizer se as mulheres escrevem menos ou se têm menos facilidade para publicar nas editoras mais prestigiosas (ou ambos). (DALCASTAGNÈ, 2010, p. 40 e 47-48).

Ao discutir questões relacionadas a autoria feminina, Silva (2011, p. 11) defende a idéia de que "a escrita feminina diz respeito a uma produção estritamente das mulheres, escrita com o corpo." Logo a escrita feminina pressupõe um processo de empoderamento discursivo do corpo, *à priori*, e consequentemente impulsiona desconstruções diversas, como as citadas por Dalcastagnè.

A produção literária feminina contemporânea traz uma ótica distinta da masculina em termos de representação, já que propõe questionamentos acerca da condição feminina e da dominação masculina, além disso, Araújo (2012) acredita que, na contemporaneidade, passou-se a evidenciar as personagens femininas lançadas a uma busca conflitante de si mesmas e de suas identidades.

Feitas essas considerações, analisaremos, a seguir, a personagem protagonista do romance *Nada a dizer*, personagem sem nome, em ruína emocional, em face da perda de sua identidade e dos laços do matrimônio frente a espelhos opacos.

Representações do feminino em *Nada a dizer*, de Elvira Vigna

A representação do feminino como ser que busca uma identidade própria tem sido tema predominante na autoria feminina contemporânea, as obras literárias apresentam personagens que oscilam entre a condição feminina e os empecilhos que as impedem de livrar-se das amarras impostas pelo pensamento androcêntrico. Nesse sentido, a autoria feminina eleva seus escritos a um nível ficcional que subverte e reapresenta as imagens femininas tradicionais.

> Nessa busca do próprio ser as escritoras tomam posições diferentes diante da sua escrita: como escritoras em frente ao espelho, como testemunhas das respectivas condições socioculturais ou como sujeitos discursivos, que procuram uma identidade textual própria. (REISNER, 1999, p. 04).

Nessa busca por identidade, a representação surge como uma tática de desconstrução de ícones femininos tradicionais e (re)construção de imagens femininas legítimas. O que só é

possível a partir da tessitura de um discurso de contestação e subversão do modelo patriarcal, e reapropriação de sua autoridade discursiva e expressão literária.

Nada a dizer (2010), de Elvira Vigna, é uma prosa confessional marcada por um tom de autoexposição tão presente nas autorias femininas da contemporaneidade. A obra retoma um conceito de mulher que se divide entre os ideais patriarcais em que a mulher/esposa via-se cerceada por muros e pelo silenciamento que lhe era imposto, seja pela condição feminina, casamento ou maternidade; e, também, pela subversão desses ideais tradicionais a partir da busca de identidade e auto-conhecimento.

O romance foge do clássico narrador onisciente e apresenta os fatos por meio de uma narradora e também personagem protagonista; uma mulher de meia-idade cujo nome não é revelado e que fora traída por seu marido, com quem vivia um casamento de mais de duas décadas. Através de seu ponto de vista, ela narra a história do adultério de seu marido e, principalmente, as perdas e os danos que a traição e a procura pela verdade em relação ao acontecido trouxeram a sua vida. Dentro do tom confessional presente no enredo, tem-se uma voz feminina lúcida e quase masoquista que se mostra capaz de descobrir tudo em relação à traição sofrida. Esse exercício de descoberta e revelação faz com que o enredo se torne uma busca minuciosa pela verdade e, a partir do desencadeamento da trama, é possível perceber a precisão e a veracidade dos acontecimentos, pois dentro do enredo todos os episódios da traição são revisitados e detalhados obsessivamente.

A transposição para o evento da traição é uma forma que a personagem encontra para tentar compreender o que motivou a traição e assim encontrar um caminho de recuperação. É interessante a trajetória da personagem em direção a verdade da traição, pois ela procura saber quando, onde e como tudo aconteceu. Ao analisar e-mails, chats e mensagens de celular, a protagonista descobre a traição e, desse momento em diante, conversa e convence o marido a contar toda a história: "Foi Paulo quem me contou isso, entre tantas coisas, porque eu pedia que contasse, e insistia, e ele não tinha outro jeito senão contar." (VIGNA, 2010, p. 34). O desenrolar dos episódios narrados seguem uma sequência de datas e, dentro desse tempo, a personagem conta o início do adultério, o fim do mesmo, e o que ainda sobrou do casamento após um ano do primeiro encontro de Paulo e N. (a amante).

Mesmo sendo a traição o eixo norteador de todo o enredo, a ruína e invisibilidade que permeiam o corpo e a identidade da personagem protagonista devem ser consideradas o

elemento estruturador da trama, visto que são essas características que dão a consistência ficcional ao enredo e não fazem dele mais que um inventário de perdas ocasionado pela traição. A narradora-protagonista descreve a traição e, consequentemente, seu estado de ruína como um fator que desencadeia dois processos, primeiro, o de desconstrução e, posteriormente, o processo de (re) construção de sua condição de mulher de meia idade e esposa traída.

A ruína da protagonista tem início quando ela, ao visitar a pasta de Paulo (seu marido) no computador, encontra um e-mail com senha, o e-mail tinha N. como descrição. Desse momento em diante, inicia sua obsessão por vasculhar a vida de Paulo à procura de algo que denunciasse a traição

> E eu caía numa compulsão que se tornava cada dia pior. Vigiava o computador de Paulo em todas as oportunidades. Buscava e-mails antigos na falta de novos. Buscava traços de arquivos já deletados, rastros de qualquer coisa que tivesse o nome de N. (p. 78).

Durante as inúmeras vezes em que vasculhou os e-mails de Paulo e, também, nas inúmeras ocasiões em que questionou sobre N. a protagonista procurava entender porque Paulo demonstrava desconforto, já que negava a existência de um provável romance, como não havia respostas, as brigas continuavam. Ao cogitar a hipótese da existência da traição, a protagonista pensa sobre quais motivos ele teria para o fazer; primeiramente pensou que trair seria um meio de Paulo sentir-se incluso perante os amigos, ou seja, seu envolvimento com N. fora apenas para se integrar com os seus amigos, mostrar que ele também era capaz de ter uma amante, fora apenas uma maneira de impressioná-los, de torná-lo parte da irmandade, afinal, ele já havia se envolvido com garotas de programas outras vezes, "amante ia ser a primeira" (p. 11). Até esse momento, a personagem procurava conhecer o homem que era seu marido, pois, para ela, ele já se mostrava um desconhecido; "Era ele que eu precisava conhecer, porque, eu descobria, não o conhecia." (p. 77). Quando Paulo enfim assume que teve um caso com N., resolve revelar também um segredo antigo, a partir daí, a protagonista entra em total ruína emocional:

> Nessa noite que durou dois dias, em que Paulo me contou do seu caso com N. e, de sobremesa, da origem do chato nordestino, eu desmoronei, eu inteira – e não só minhas opiniões, atitudes e posições. Desmoronei. Eu não existia mais. (p. 105).

Já sabendo da traição e em completo estado de ruína, a personagem protagonista passa pelo período de desconstrução. Essa desconstrução dá-se por meio da autoexposição de sua dor com o relato da traição de seu marido. Ao revisitar os acontecimentos e, por conseguinte, descobrir a traição, ela percebe sua ausência na vida do marido e também em sua própria vida; "Eu não existir para Paulo foi só um preâmbulo rápido antes de eu não existir para mim mesma." (p. 107).

O processo de (re)construção da personagem protagonista está legitimamente ligado à representação que o corpo exerce no imaginário dessa mulher em total estado de ruína.

Em *Nada a dizer*, o corpo feminino surge como um local de reescrita da identidade, e é apresentado de duas formas distintas, enquanto o corpo de N. (a amante) representa uma manifestação erótica, a personagem protagonista mostra um corpo altamente fragmentado. Seu corpo é, inicialmente, um lugar em branco, todavia, a medida que o enredo avança, percebe-se que a personagem preocupa-se em redescobrir o seu corpo, e, principalmente, sua imagem diante do outro. Além desejar redescobrir seu corpo, a personagem se propõe ainda a redefinir-se enquanto mulher, o que implica em uma mudança bem maior. Sobre a reescrita do corpo Reisner faz a seguinte consideração; "Reescrevendo o corpo feminino ou partes dele também significa redefinir o seu desejo. O erotismo não está apresentado somente na sua forma sexual, mas se expressa em uma grande variedade de formas." (1999, p. 04).

O corpo da personagem protagonista é, desde o início da narrativa, um lugar de invisibilidade e negação de sua identidade. Isso torna-se perceptível principalmente pela ausência do nome da personagem, que é sempre descrita por si mesma como a esposa traída.

> Ele não achava que tinha me humilhado ao me pôr num papel merda, banal, medíocre, imbecil, de uma história merda, banal, medíocre, imbecil. Não via que ele tinha me transformado em personagem coadjuvante de uma história de outrem. Que ele havia **me retirado de mim.** (p. 109).

Outro tema presente em *Nada a Dizer* é a velhice do corpo feminino, o que segundo Xavier (2007) tem sido presença significativa nas narrativas de autoria feminina. Se o corpo envelhecido é um corpo geral deixado à margem, Xavier acredita que "as mulheres sofrem mais os efeitos dessa marginaliza, uma vez que a cultura dominante impõe-lhe padrões de beleza e juventude." (2007, p. 85) Para tanto, o corpo feminino envelhecido torna-se abrigo e frustração, visto que se transforma em vazios existenciais por não pertencer a tais padrões.

Se, sob o olhar de padrões sociais e culturais dominantes o corpo feminino envelhecido é deixado às margens, no contexto familiar e matrimonial, a situação não é distinta. A personagem protagonista de *Nada a Dizer* além de possuir um corpo envelhecido tem, ainda, que conviver com a diferença de vinte anos de idade que N., a amante de seu marido, possui. Diante desse corpo duas décadas mais jovem, o corpo envelhecido da protagonista representa um lugar de aniquilamento, que mesmo depois do fim do caso extraconjugal de Paulo torna o corpo sexual da personagem imobilizado, pois durante o ato sexual com seu esposo ela rememora os momentos dele com a amante:

> A cada vez que, desesperada, beijava-o - para que, o rosto grudado no dele, eu nada mais visse, nem mesmo o que vinha dançar dentro das minhas pálpebras fechadas com força -, era a saliva fria, de gosto estrangeiro, a saliva de N., que eu lá encontrava. E, qualquer coisa que ele me propusesse no meio da trepada, eu enrijecia, ele poderia estar tentando reviver, comigo, algo que não era comigo. (p. 117).

Tem-se, sob essa perspectiva, a representação de um corpo sexual degrado e inferiorizado, grosso modo a ruína, a invisibilidade e o envelhecimento tornaram o corpo da protagonista, uma mulher sem nome, imobilizado frente à traição, e sem reflexo a ponto de não conseguir se libertar desse casamento extremamente degradado:

> Uma previsível reação da minha parte à constatação de que meu marido estava tendo um caso seria exigir imediatamente a separação. Afinal, eu nunca perdi uma oportunidade de subir no banquinho e proferir algum discurso feminista, dedo em riste. Mulher enganada deve expulsar o calhorda de casa, e ponto final. (p. 56).

Mas não é o que ocorre. Face à sua dor, a protagonista desmorona e percebe que ela é, na verdade, uma grande ausência, ela não existe. A baixa autoestima da personagem protagonista aumenta à medida que ela se depara com o silêncio do marido e ao perceber que para ele, sua ausência não lhe faz falta. Ela percebe que, para ele, ela é apenas uma sombra, um objeto de que não mais precisa. "Nem quando chegou em São Paulo e me viu, nem nessa hora eu voltei a existir para ele." (p. 20), reflete na maneira desesperada que ela procura por respostas:

> Eu não esperava que isso fosse possível. Que eu pudesse não existir, que minha existência pudesse ser contabilizada pela pessoa que mais conhecia no mundo. Que Paulo pudesse entrar no motel Sândalo com N. sem ao menos lembrar que eu existia. (...) E que fazia tudo isso só porque podia. (p. 105).

E o caminho que a personagem escolhe é o de preenchimento de sua ausência, o que a faz passar por inúmeras transformações para tornar-se *outras pessoas*, já que ela é um vazio:

> Não existente, me multiplicava por mil, milhões. Em cada uma dessas histórias em que eu estava, estava também um pedaço da minha dor – e da minha acusação. Eu colava em mim, ou melhor, na minha casca vazia, essas dores e essas acusações (..) buscava, em pequenos detalhes (..), um eu que escapasse, que renascesse desse nada genérico em que eu morria. (p. 107).

A protagonista se expõe e procura, por meio de uma auto-reflexão, encontrar a si mesma. A partir daí, tem-se a tentativa de (re)construção de seu eu em ruína. Primeiramente, ela procura abandonar a si e passa ver séries de TV; "Passei a não estar mais em mim. E a me encontrar em cada episódio de CSI, Criminal Minds, (...) e todos os outros." (p. 107) Para tanto, ela assiste a séries que relatam adultério, mentiras, etc; "Eu, saía de mim, virei a mulher traída de todas as histórias existentes e ainda por existir." (p. 107) Ao se ver em papéis como o que está vivenciando, a protagonista tenta encontrar uma mensagem, um significado que tivesse haver com sua vida.

Isso, contudo, embora promissor, não foi suficiente para que a personagem pudesse encontrar a si mesma. Assim, uma segunda porta se abriu, como uma segunda chance. A personagem se mudou do apartamento que dividia com Paulo, foi morar na esquina mais próxima, apenas estabelecendo uma pequena distância do marido, e quem sabe, dessa maneira, tivesse a oportunidade de esbarrar em si mesma em uma esquina qualquer. A personagem tenta, também, encontrar sua vaidade feminina, mas para isso precisou de uma referência, ou seja, alguém em que pudesse espelhar-se, e escolheu N., como um espelho a seguir: "Eu ia ser N." (p. 123). Iniciou neste momento uma espécie mudança no visual,

> Entrei em uma loja e escolhi roupas. Meu critério era que fossem cores vivas, que as blusas fossem bem decotadas e as saias, curtas. (p. 123)
> Pensei em pintar o cabelo de preto graúna.
> Em me tornar fumante compulsiva – sendo que começaria compulsiva, que parecia mais fácil. (p. 124).

Ao abrir seu corpo para a vaidade, a personagem fez não o caminho que escolhera, tornar-se N., mas acabou por tomar consciência de si e do que os outros pensavam sobre seu jeito de ser:

> Minhas roupas anteriores, notava agora, se diferenciavam por terem uma um acabamento de renda nas mangas, outra uma textura mole com caimento solto, confortável, (...) ou por ter sido a última que foi comprada, e que, de tanto ser lavada, estava ficando transparente, mas de cujo azul Paulo tinha dito que gostava.
> Eu sabia de tais diferenças. Mas, para qualquer outra pessoa que me visse, tratava-se de camisetas de malha e calça jeans. E só. Duas calças jeans, a mais velha e a mais nova. E dois cabides de camisetas, as mais velhas e as mais novas. As mais novas eu usava quando a ocasião pedia, um cinema, encontrar alguém. (p. 123- 124).

Um episódio interessante e que revela muito sobre a falta de vaidade da personagem acontece quando ela percebe que nunca comprou um batom, e que ninguém jamais se atentou para esse detalhe. A fim de romper com esse caso, a personagem entra em uma loja com a intenção de comprar um batom, porém percebe-se totalmente alheia a essa atitude:

> Entrei numa loja de cuja porta eu via um mostruário cheio de batons. Fiquei olhando. Estavam abertos, eu não tinha a menor ideia se devia experimentá-los. Não me parecia muito higiênico. Olhei um, outro. Havia mais, de outras marcas, nas prateleiras. Saí. Pedi a minha filha que comprasse batom pra mim. E recomendei: "Quero vermelho Puta." Ela disse ahn, ahn, e comprou um quase incolor. (p. 124).

O novo rumo que a personagem escolheu seguir não a aproximava de si e nem da outra imagem que ela queria ser: N., entretanto a aproximou novamente de Paulo. Todos esses acontecimentos confirmam que a personagem apagou, ao longo do tempo, sua vaidade, e o seu desejo de recuperar isso apenas confirmaram-na como uma mulher deslocada, sem graça.

A busca por novas identidades é o caminho que a personagem encontrou para fugir de sua ausência, mas não ocorre como um preenchimento pessoal, a busca por novas identidades representa o desejo que de ser vista por seu marido. Põe-se frente ao espelho e interrogar-se sobre o que fazer para que Paulo a veja, a perceba, essa situação, remete-nos ao que fala Beauvoir em *O segundo sexo* sobre o fato de que, para muitas mulheres, "a felicidade suprema amorosa consiste em ser reconhecida pelo homem amado como parte dele próprio. (p. 422)

Considerações finais

A representação imagética feminina foi o caminho percorrido pela autora, para falar sobre uma mulher de meia idade, casada há mais de vinte anos, sem vaidade, dona de casa,

trabalhadora. Sem a manipulação do olhar masculino sobre a mulher de meia idade vista de maneira decadente ou descartável (como costumam ser representadas as esposas, na literatura contemporânea de autoria masculina), podemos dizer que o romance *Nada a dizer* estabelece um espaço legítimo e próprio do universo feminino, rompendo, dessa maneira, com a representação até então dominantemente masculina. Entendemos, é claro, a representação como uma forma de se fazer conhecer o sujeito feminino e, ao mesmo tempo, de dar voz ao discurso produzido por mulheres. A representação torna-se, portanto, um importante objeto de autoridade ao conceder às mulheres o poder de exteriorizar, a partir do discurso, a memória, a história, e até mesmo o silêncio ao qual foram sujeitadas.

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que Elvira Vigna tem um papel importante dentro da literatura feminina contemporânea, visto que em *Nada a dizer* não cria uma mera representação estereotipada da mulher e dos problemas que abalam o seu universo, pelo contrário, a autora mostra outro lado do que é ser mulher, isto é, a mulher como um ser ainda em construção, transgressor e subjetivo. A própria ausência do nome da personagem vem dizer que ela é um ser ainda em construção, sem uma identidade própria; uma mulher frente há um espelho, entretanto o espelho é opaco, essa mulher não tem uma imagem refletida, ela não se vê, não se conhece.

Todavia, a subjetividade presente na representação imagética da mulher anula a possibilidade de uma transgressão total por parte da personagem protagonista, pois mesmo tendo criado uma mulher propensa à transgressão, Vigna criou também uma mulher frente há um espelho opaco, o que a faz oscilar fervorosamente ante suas representações, e já que não é vista por si mesma e seu desejo é ser vista por outrem, no caso seu esposo.

Nada a dizer traz à tona, nas letras contemporâneas, uma personagem que, como a maioria das mulheres, continua desejando ser vista e amada pelo marido, e que, de forma quase masoquista, se sente incapaz de romper seu casamento, de seguir, de libertar-se das amarras que se vê envolvida. Nesse sentido, Elvira Vigna criou uma personagem que, diante de espelhos opacos, representa o quanto as mulheres continuam presas aos valores do casamento e à dependência da presença do homem para se sentir valorizada e dar sentido à existência, o que se torna evidente com o desfecho da obra, quando a personagem, depois de tanto desconstruir-se e tentar (re) construir-se, acaba por ficar arruinada e presa. Por fim, a personagem protagonista, bem como a própria autoria feminina, representa a invisibilidade da mulher dentro da tradição literária.

Referências

ARAUJO, Adriana Lopes de. **A representação da mulher no romance contemporâneo de autoria feminina Paranaense** / Adriana Lopes de Araujo. --- Maringá, 2012. 156 f.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. Trad Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CIXOUS, Hèlène. The laugh of Medusa. In: WARHOL, Robyn R.; HERNDL, Diane Price. **Feminisms**: an anthology of literary theory and criticism. New Jersey: Rutgers University Press, 1997, pp. 347-362.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. /Regina Dalcastagnè e Virgínia Maria Vasconcelos Leal (Org). São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

DALERRY, Arleen B. A política da Escritura do Corpo: Écriture Féminine. In: **Gênero, corpo, conhecimento**/ Alison N. Jaggar, Susan R. Bordo (editores). Rio de Janeiro: Record Rosa dos tempos, 1997.

GAYLE, Rubin. Infecção na sentença: A mulher escritora e a angústia da autoria. p. 52-77, 1979.

IRIGARAY, Luce (1980): **Speculum**: Spiegel des anderen Geschlechts, Frankfurt am Main, Suhrkamp.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242,

MILLER, J. H. **The limits of pluralism**, III: The Critic as host, Critical Inquiry. Primavera, 1977.

REISNER, Gerhild. A transformação dos mitos sobre o feminino na literatura brasileira contemporânea. Revista Mulheres e Literatura. Rio de Janeiro, Ano 3, vol. 1, 1999.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. A diferença da autoria feminina contemporânea. In: **Deslocamentos da escritora brasileira.** Lúcia Osana Zolin, Carlos Magno Gomes (Org). Maringá: Eduem, 2011.

VIGNA, Elvira. **Nada a dizer**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse**? O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZOLIN, Lúcia Osana. A literatura de autoria feminina no contexto da pós-modernidade. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105 – 116, jul./dez. 2009.

AS TRABALHADORAS DA ITALAC ALIMENTOS EM CORUMBAÍBA (GO): ENTRE A EMANCIPAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/Dialogus

Resumo: No contexto da reestruturação produtiva têm-se as metamorfoses do mundo do trabalho, dentre elas a precarização, que atinge a classe trabalhadora como um todo. Nesse contexto tem-se a feminização do trabalho, uma vez que se intensifica a presença da mulher no mercado de trabalho. Isso significou/significa um importante passo rumo à emancipação da mulher, entretanto estudos revelam o caráter contraditório desta conquista, pois as mulheres sofrem com a precarização do trabalho mais intensamente que os homens, tanto no espaço produtivo quanto no espaço reprodutivo. Esta diferenciação é advinda das relações de gênero, pautadas em relações de poder, de dominação/subordinação entre homens e mulheres na sociedade. Dessa forma, tem-se no mundo do trabalho a (re)produção das desigualdades de gênero predominantes nos demais âmbitos sociais. O presente artigo tem como centralidade analisar o trabalho feminino no espaço produtivo e reprodutivo a partir das considerações das trabalhadoras da agroindústria laticinista Italac Alimentos, em Corumbaíba (GO) acerca do trabalho desempenhado por elas na fábrica e no lar. Estas se encontram inseridas no mercado de trabalho, mas permanecem responsáveis pelo trabalho reprodutivo e do cuidado atuando entre a emancipação e a precarização da sua vida enquanto mulher trabalhadora.

Palavras-chave: Trabalho. Gênero. Contradições.

Introdução

As relações entre gênero e trabalho permeiam a sociedade em todos os âmbitos e revela-se complexa e contraditória, tornando instigante compreender como se dá essa relação e suas implicações para a mulher trabalhadora, para a divisão sexual do trabalho (DST) e para a sociedade como um todo. O contexto atual é marcado pela reestruturação produtiva do capital e por novas formas de conflito capital *x* trabalho, provocando uma intensa mudança na classe trabalhadora que se torna cada vez mais heterogênea. É preciso considerar as novas formas assumidas por essa relação e os seus efeitos sobre o mundo do trabalho feminino, a partir da compreensão da totalidade que envolve o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo na vida da mulher trabalhadora.

No Brasil, a partir dos anos 1990, ocorre a regressão ou estagnação do trabalho masculino e uma tendência à maior inserção da mulher no mercado de trabalho, ou seja, ocorre a

chamada *feminização do trabalho*. Esse processo possui caráter dúbio, pois de um lado, nota-se um aumento da presença de mulheres com nível superior e com empregos formais em atividades que antes eram prioritariamente ocupadas por homens, e por outro lado, tem-se o aumento da precarização e da pobreza entre as mulheres trabalhadoras (HIRATA; KERGOAT, 2008). Essa precarização ocorre a partir da crescente presença da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, na maior parte dos casos, em empregos precários e vulneráveis. Existe uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo, e ainda, a maior presença da mulher está nos setores onde a média salarial é menor. Outro aspecto relevante é a jornada de trabalho em tempo parcial, ou os chamados trabalhos em tempo parcial, cujos salários são menores. Estes postos de trabalho são ocupados, em sua maioria, pelas mulheres.

O processo de precarização do trabalho no Brasil, com a chamada reestruturação produtiva e com as políticas neoliberais, atinge a classe trabalhadora como um todo, mas se acentua na mulher trabalhadora. Essa especificidade está relacionada às relações de gênero na sociedade, cujos princípios de dominação/subordinação entre homens e mulheres ocultam uma hierarquia social. Os homens são considerados superiores às mulheres, *o primeiro sexo, o provedor e o trabalhador primário*. As mulheres são consideradas *o segundo sexo, a cuidadora e a trabalhadora secundária*, e ainda permanecem divididas entre a sua identidade feminina, relacionada ao estereótipo da maternidade e do espaço de atuação restrito do lar, e a sua luta para alcançar sucesso na carreira profissional, ou seja, obter a emancipação econômica e social.

A feminização do trabalho possui um caráter contraditório e, portanto, complexo, pois ao mesmo tempo em que significou um importante avanço rumo à emancipação das mulheres, ou seja, um grande passo para minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico, significou também a precarização da vida cotidiana da mulher trabalhadora. Isso porque que além de ter a sua força de trabalho explorada pelo sistema capitalista no mercado de trabalho, constituir um significativo mercado consumidor de produtos e serviços, a mulher permanece responsável pela realização do trabalho no âmbito doméstico garantindo a reprodução da família trabalhadora.

Acredita-se que entender a relação entre o trabalho na fábrica e o trabalho doméstico perpassa pelos caminhos da construção histórica das identidades de gênero e pela própria concepção de trabalho, seja na esfera doméstica, seja esfera profissional, uma vez que estas não

podem ser entendidas de forma dicotômica, mas como partes integradas num único processo, que é (re)produzido pelo capital como forma de garantir o seu processo de acumulação. Nesse sentido, o capital se apodera das relações construídas historicamente, reproduzindo esta situação de exploração e opressão de gênero a partir da exploração da força de trabalho feminina garantindo a reprodução dos/as trabalhadores/as para o mundo do trabalho ao mesmo tempo em que amplia o mercado consumidor e garante mão-de-obra barata no processo produtivo.

O presente artigo aborda o trabalho feminino no espaço da produção e da reprodução com referência nas declarações das trabalhadoras da agroindústria laticinista, Italac Alimentos, em Corumbaíba (GO)[1]. Investigou-se o mundo destas trabalhadoras e o movimento contraditório da luta rumo à emancipação, avaliando se ocorre ou não a precarização do trabalho feminino na fábrica, e também como esse processo se estende à vida cotidiana das trabalhadoras, por meio da relação entre o trabalho desempenhado na fábrica e o trabalho no espaço doméstico.

O estudo foi realizado a partir da pesquisa teórica e da pesquisa de campo. Dentre os/as autores/as consultados/as tem-se: Harvey (2009), sobre a reestruturação produtiva do capital; Thomaz Júnior (2009, 2011), Antunes (2001, 2004, 2006) e Alves (2005) acerca das novas configurações do mundo do trabalho; Pedro (2005) e Scott (1994) a respeito do conceito de gênero e suas implicações sociais; e Silva (2011), Nogueira (2004, 2006 e 2010), Hirata; Kergoat (2008) e Hirata (2010) sobre os estudos de gênero e trabalho, dentre outros/as.

Na pesquisa de campo foram visitadas as trabalhadoras do Laticínio Italac Alimentos em seus lares, onde foram aplicados os questionários e realizadas as entrevistas. As informações obtidas durante a realização do trabalho de campo, e ainda as impressões oriundas da observação e das entrevistas foram registradas no diário de campo, o qual auxiliou na apreensão dos detalhes do cotidiano das trabalhadoras.

Este texto foi estruturado em três sessões, além da introdução e das considerações.

1 Em Corumbaíba (GO) a Italac Alimentos é uma empresa de capital privado e nacional do ramo de laticínios. Atualmente emprega 177 trabalhadoras. A presença destas no Laticínio se intensificou nos últimos quatro anos. As mulheres atuam em praticamente todos os setores. A maior inserção da mulher na Italac Alimentos nos últimos anos está relacionada às mudanças pelas quais o Brasil vem passando nas últimas décadas. Segundo Silva (2011) estas mudanças estão nas esferas sociais, culturais, políticas, econômicas e demográficas da sociedade, e ainda relacionadas ao estado conjugal, à presença de filhos/as, a escolaridade, a estrutura do grupo familiar e aos novos valores relacionados ao papel da mulher na sociedade, e principalmente às novas características da reestruturação produtiva e da acumulação flexível do capital. Assim, "[...] só podem ser entendidas como parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e de reestruturação produtiva" (NOGUEIRA, 2004, p. 67).

Sendo: a primeira, *A reestruturação produtiva do capital e a feminização do trabalho* no qual são apresentadas as principais características do processo de reestruturação do capital onde são apresentados os principais efeitos desse processo no mundo do trabalho e os elementos da feminização do mundo do trabalho; *O trabalho feminino na fábrica* onde são apresentados alguns aspectos da organização do trabalho desempenhados pelas trabalhadoras na fábrica; e por último, *O trabalho reprodutivo no espaço doméstico* onde será discutida a centralidade do trabalho doméstico e a sua participação na precarização da vida das mulheres trabalhadoras, tais como as trabalhadoras da Italac Alimentos.

A reestruturação produtiva do capital e a feminização do trabalho

Segundo Harvey (2009) as transformações que atingem a sociedade atualmente advém da transição da rigidez do fordismo para a acumulação flexível, ocorrida a partir dos anos 1970, por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de tecnologias produtivas pioneiras, as quais significaram uma nova forma de organização espaço-tempo e uma nova perspectiva para o trabalho e os/as trabalhadores/as.

A acumulação flexível, para Harvey (2009), se apoia na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Significou para os trabalhadores uma maior aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento das novas necessidades do mercado. Proporcionou uma aceleração do tempo de giro na produção, troca e consumo, assim como uma maior volatilidade e efemeridade das mercadorias, dos valores, dos processos de trabalho e das práticas.

As transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, conforme ressalta Antunes (2001) são evidenciadas pela desregulamentação, pela flexibilização e pela terceirização, advindas de uma lógica societal onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução. Assim, pode *diminuir* o trabalho vivo, precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não *eliminá-lo*. Dessa forma, não perde a sua centralidade de categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade, mas ocorrem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os/as trabalhadores/as de um modo geral. Essas mudanças são identificadas a partir da diminuição dos/as trabalhadores/as industriais tradicionais, do aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, e da heterogeneização das formas de trabalho marcadas pela informalidade,

pela subproletarização caracterizada pelo trabalho em tempo parcial, doméstico, temporário, precário, subcontratado e pelas terceirizações, além do desemprego estrutural e da feminização do mercado de trabalho. "Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora" (ANTUNES, 2006, p. 50).

A feminização no trabalho é entendida como a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, ou seja, entre a população economicamente ativa (PEA) e constitui uma tendência em diversos países do mundo desde os anos 1980. Esta é uma das transformações pelas quais vem passando o mundo do trabalho a partir da acumulação flexível. Além disso, é um fenômeno que representa uma série de efeitos sobre a vida da mulher, da sociedade como um todo e sobre as relações de gênero construídas historicamente.

De acordo com Maruani (2008) a feminização dos assalariados constitui uma importante mudança social, pois transformou toda a sociedade, ao mesmo tempo em que intensificou as disparidades entre os empregos femininos e masculinos, e formou-se por meio de um processo dúbio, no qual se tem "[...] mulheres mais ativas, assalariadas, instruídas, mas também mais desempregadas, assalariadas precárias e subempregadas [...] as desigualdades profissionais e familiares se enraízam" (MARUANI, 2008, p. 36).

Com efeito, por meio da feminização do trabalho, as novas características apresentadas pela reestruturação produtiva têm relevantes consequências na divisão sexual do trabalho (DST), tanto no espaço produtivo quanto no espaço reprodutivo. Segundo Silva (2011) os homens e as mulheres entram no mundo do trabalho em condições diferenciadas e muitas vezes desiguais no que se refere ao acesso, à permanência, ao tipo de trabalho e à remuneração, produzidas pela DST, a qual atribui diferentes papéis e funções para homens e mulheres, tanto no espaço público quanto no espaço privado. Para compreendê-las é preciso recorrer ao entendimento das relações de gênero, "[...] relações que perpassam transversalmente todas as questões sociais, econômicas e culturais que fundamentam a sociedade atual" (SILVA, 2011, p. 149). São as relações de gênero, ou seja, as relações de poder entre homem e mulher, de dominação/subordinação instauradas na/pela sociedade, que irão influenciar na construção da DST.

Segundo Nogueira (2004) a ênfase na historicidade das relações sociais possibilita a compreensão da família como um fenômeno social, e que a divisão social do trabalho gera uma divisão sexual entre as funções ditas femininas e masculinas. Dessa forma, o núcleo familiar

origina a primeira divisão do trabalho que se fez entre o homem e a mulher. A partir de então, é preciso reconhecer que ao longo da história essa divisão de atividades atribuídas aos homens e às mulheres sempre existiu.

Segundo Silva (2011) a DST é dinâmica, podendo ser (re)construída social e culturalmente ao longo do tempo, além disso, afirma que:

> As atividades remuneradas das mulheres são frequentemente uma extensão do trabalho reprodutivo no âmbito do espaço doméstico e privado, relacionadas com idade, escolaridade e escassa mobilidade física. Para as sociedades patriarcais, a remuneração das mulheres é complementar, e sua presença é mais importante na reprodução, enquanto cabe aos homens o papel de provedores da família. Quando as mulheres trabalham como assalariadas no âmbito do espaço público, elas estão nas atividades informais, temporárias e precárias, ou então em setores de atividades formais de remuneração (SILVA, 2008, p. 152).

De acordo com Bruschini; Ricoldi; Mercado (2008), no Brasil, mais de 30% das trabalhadoras ainda estão em grupos precários, tais como: empregadas domésticas, trabalhadoras não remuneradas e no trabalho para o próprio consumo da família. Em 2002, 89% das mulheres estavam empregadas no setor de enfermagem, 93% nutrição, 89% em assistência social, 89% em psicologia, 95% na docência em nível pré-escolar, 88% na docência em nível fundamental, 74% na docência em nível médio, 85% eram secretárias e 75% auxiliares de contabilidade e caixas, revelando a presença feminina nos tradicionais *guetos* de trabalho destinado á mulher, pois estão relacionados às atividades do cuidado e da maternidade, estereótipos da mulher construídos socialmente.

Segundo Araújo; Picanço; Scalon (2008) as diferenças de gênero são constantes, mas apresentam variações de acordo com fatores socioeconômicos e culturais dos diferentes países e sociedades. Os fatores decisivos para redefinir o papel da mulher na sociedade e na família é o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o maior acesso à escolaridade e o processo de individuação nas relações sociais. Mesmo assim, no Brasil ainda predominam a divisão tradicional entre homens e mulheres, assim como os dois modelos convivendo juntos: "[...] homem provedor e mulher cuidadora e o de homens e mulheres provedores e de mulher cuidadora" (ARAÚJO; PICANÇO; SCALON, 2008, p. 241) o que revela uma verdadeira desvantagem feminina. Ainda persistem as desigualdades de gênero na organização da vida familiar, seja na distribuição das tarefas domésticas, no envolvimento e na responsabilidade pelos cuidados interpessoais de seus membros e na tomada de decisões.

A realidade vivenciada pelas trabalhadoras da Italac Alimentos em Corumbaíba demonstra claramente esta situação. Dentre as entrevistadas 57,5% tem renda mensal de um salário mínimo, 27,5% de até dois salários e 15% entre dois e três salários mínimos. Esta é a única fonte de renda das trabalhadoras, que foram unânimes ao afirmar que contribuem com as despesas da família e que esta contribuição melhora a qualidade de vida de seus membros.

Segundo os depoimentos 25% das entrevistadas contribuem com até 25% das despesas, enquanto 30% contribuem de 25% a 50% das despesas, 25% das trabalhadoras contribuem de 50% a 75% das despesas e, 20% das trabalhadoras contribuem de 75% a 100% com os gastos familiares. Isso evidencia a importância da renda da mulher para a complementação da renda da família. *Eu sempre trabalhei fora, gosto de ter o meu dinheiro, compro coisas para casa [...] e melhora a autoestima*, destaca uma das trabalhadoras. Nogueira (2004) salienta que o valor complementar do salário feminino (que muitas vezes é o fundamental) é imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente nas classes trabalhadoras.

Mesmo responsabilizadas parcialmente ou totalmente pelas despesas da casa as atribuições domésticas não são divididas da mesma forma. Nas entrevistas 40,9% das trabalhadoras casadas disseram que são as responsáveis pela realização das atividades domésticas, ainda que 4,5 % contem com a ajuda esporádica do esposo, e apenas 9% disseram dividir as atividades com o mesmo. Vale destacar que dentre as entrevistadas, 13% disseram manter uma trabalhadora para ajudá-las com parte do trabalho doméstico, enquanto as trabalhadoras solteiras foram unânimes em afirmar que contam com sua mãe para realizar este tipo de trabalho. Assim, 41,1% das entrevistadas dedicam de duas a três horas por dia ao trabalho doméstico, enquanto 47,2% das entrevistadas dedicam entre três e 4 horas por dia e 11,7% dedicam entre quatro e cinco horas por dia a este tipo de trabalho.

Os dados mencionados estão relacionados à distribuição do trabalho doméstico no Brasil e em muitos países do mundo, onde as mulheres mesmo inseridas no mercado de trabalho tem o trabalho doméstico, em grande parte, sob sua responsabilidade o que contribui para a precarização da sua vida cotidiana. A mulher passa a exercer um tempo de trabalho maior do que os homens, com uma jornada dupla e, por conseguinte com menos tempo para descanso e lazer. Henau; Puech (2008) afirmam que a análise da vida da mulher trabalhadora não deve se resumir ao trabalho profissional, mas também deve ser considerado o trabalho doméstico.

A realidade de desvantagem feminina também é evidenciada por Rizavi; Sofer (2008) ao

ressaltarem que "[...] As mulheres entraram em massa no mercado de trabalho, e com isso adquiriram certa autonomia econômica, mas essa autonomia é relativa" (RIZAVI, SOFER, 2008, p. 121). Isso se deve às relações de gênero que perpassam todos os âmbitos da sociedade, por isso a necessidade de compreendê-la como uma categoria de análise social.

Silva (2011) entende gênero como uma categoria de análise que "[...] problematiza todas as desigualdades hierárquicas oriundas das diferenças percebidas entre os sexos construídas social e culturalmente, e como um instrumento político para desconstruí-las" (SILVA, 2011, p. 149). Essa relação hierárquica é reproduzida no mercado do trabalho, isso porque o capital não elimina as desigualdades de gênero, mas delas se apropria para garantir a sua acumulação e reprodução, assegurando a desvantagem feminina no âmbito produtivo. Isso porque "[...] além do capital intensificar a desigualdade de gênero na relação de trabalho, ele acentua a dimensão dúplice da sua exploração" (NOGUEIRA, 2004).

Para Nogueira (2004) a inserção da mulher no mercado de trabalho foi/está sendo acompanhada por uma intensa precarização, ou seja, a flexibilização e a desregulamentação do mundo do trabalho, a qual tem atingido a classe trabalhadora como um todo, atinge de forma mais intensa a mulher trabalhadora. Isso porque se deu, na maioria das vezes, nas funções mais precárias e vulneráveis, marcadas pela informalidade, pelo trabalho em tempo parcial e nas funções com os menores salários pagos, ou seja, observa-se que a mulher, se comparada aos homens, é maioria nos índices com menores rendimentos. Assim, "[...] a precarização do mundo do trabalho vem atingindo muito mais a mulher trabalhadora e acentuando as desigualdades de gênero" (NOGUEIRA, 2004, p. 73).

Acredita-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho significou um importante avanço rumo à emancipação feminina uma vez que, na maioria dos casos, permite uma maior independência financeira, além de uma maior participação da mulher na gestão da família, rompendo, em partes, com o modelo patriarcal tradicional. Contudo, é necessário considerar a dialética desse processo, pois ao mesmo tempo em que avançou, não rompeu totalmente com a estrutura patriarcal da sociedade e com a subordinação da mulher em relação ao homem, e atribuiu à mulher uma nova luta: a luta contra a precarização no mercado de trabalho e a manutenção de suas responsabilidades no espaço doméstico. Tem-se um contexto em que "[...] apesar da mudança, muita coisa continua igual [...]" (SILVA, 2011, p. 151).

A relação entre a emancipação e a precarização da mulher trabalhadora revela que além

de se lançar numa luta constante para sua emancipação econômica e social, e continuar sendo responsabilizada pela realização do trabalho doméstico e os cuidados com a família, a mulher trabalhadora ocupa a maior parte dos postos de trabalho precários no País, o que acabou promovendo a associação dos termos feminização e precarização. Entretanto é necessário repensar esta concepção, conforme enfatiza Silva (2011), pois

> A expressão "feminização do trabalho" não significa somente mais mulheres no mercado produtivo; atualmente, o conceito é associado à precarização do trabalho e/ou a trabalhos em que o(a) empregador(a) considera importante determinados atributos supostamente femininos, para que o(a) trabalhador(a) tenha um melhor desempenho em suas atividades. [...] homens e mulheres podem exercer trabalhos feminizados, isto é precarizados. Considero que devemos atentar para o uso dos termos feminização e precarização do trabalho e sobre a sua associação, pois a relação de algo negativo ao termo feminização reforça preconceitos (SILVA, 2011, p. 153).

Desse modo, a feminização do trabalho é marcada pela contradição entre o processo de emancipação da mulher e a sua precarização enquanto trabalhadora, pois ambas têm permeado a vida da mulher trabalhadora.

O trabalho feminino na fábrica

Dentre as trabalhadoras analisadas, todas residem na cidade de Corumbaíba e são funcionárias do Laticínio com carteira assinada[2]. Elas têm idade entre vinte e quarenta e sete anos e têm entre três e dez anos trabalho na empresa.

A Italac Alimentos tem quatro turnos distintos de trabalho sendo: uma equipe em horário comercial; outras em turnos de oito horas consecutivas cada. Cada grupo de trabalhadores/as muda de horário a cada três meses. A jornada de trabalho semanal destas trabalhadoras é de 48 horas, com um dia de folga a cada seis dias de trabalho. Uma das trabalhadoras destaca o *horário* como um aspecto negativo da empresa, além de destacar que: *trabalhamos oito horas a mais por semana.* Outra diz que na contabilidade, tem folga fixa, com exceção nos períodos em que o *serviço está atrasado*, conforme explicita: *[...] nossa folga é aos sábados à tarde e aos domingos, mas como agora a contabilidade tá atrasada agente trabalha no sábado*

2 As trabalhadoras afirmaram existir a forma de contratação como diaristas. Estes/as trabalhadores/as prestam serviços diários e recebem R$ 20,00/ dia. Na maioria dos casos em pouco tempo as/os diaristas são contratados/as e passam a ser funcionários/as com carteira assinada.

até a noite e às vezes nos domingos [...].

A empresa culpabiliza as trabalhadoras pela existência do trabalho excedente e as impõe a realização de horas-extras. As entrevistadas revelam a dificuldade que enfrentam na realização de trabalhos na empresa além do horário, tanto pelo cansaço, quanto pela conciliação com o trabalho doméstico e o cuidado da família. Mesmo assim, dentre as trabalhadoras analisadas 76% das trabalhadoras fazem sempre que a empresa solicita. Tal solicitação é feita, na maioria das vezes, no decorrer da sua jornada de trabalho, o que dificulta para as mulheres diante das muitas obrigações no âmbito doméstico. Nesse sentido, para as mulheres cuidadoras da família existe uma dificuldade maior em realizar horas-extras, o que de certo modo explica a resistência por parte da empresa em contratar mulheres, ou mesmo demonstra certa diferenciação entre os trabalhadores homens e as trabalhadoras mulheres.

Durante o cumprimento da jornada de trabalho o único momento específico para descanso são quinze minutos destinados ao lanche. Este é servido uma vez a cada turno sendo: pão com manteiga, leite e café, ou pão com presunto, ou rosca uma vez por mês. A insuficiência do lanche servido há anos pela empresa foi evidenciada por 89% das entrevistadas, o que demonstra a precarização do trabalho desempenhado na fábrica.

De acordo com as entrevistadas, a mudança de cargo na empresa não acontece com frequência. Elas mudam de atividades desempenhadas *sempre, mas o cargo não é fácil mudar*. Uma das entrevistadas diz [...] *o acesso de cargo é de acordo com o nosso desempenho. Eu pedi e duas semanas depois eles e mudaram, mas eu chegava sempre antes do horário, fazia muita hora extra.* [...]" [3] Outra entrevistada destaca que [..]*tem que ter uma ajuda* [...] *alguém tem que pedir* [..] *e costuma demorar a atualização do salário para o cargo novo.*[4]

Os critérios citados pelas entrevistadas para uma possível promoção na empresa representam a grande dificuldade enfrentada pelas mulheres para obter sucesso na sua carreira profissional e exemplifica as desvantagens vivenciadas ao ingressarem no mercado de trabalho, pois segundo elas, a permanência na fábrica, além do horário é mais fácil para os homens do que para as mulheres que precisam realizar o trabalho doméstico.

Embora as trabalhadoras afirmem que o nível de escolaridade e a sua formação

3 A entrevistada tem 22 anos, é solteira, cursa a faculdade de Administração. É ex-trabalhadora da Italac Alimentos onde atuou por dois anos e onze meses, ocupando os cargos de Serviços Gerais e depois Auxiliar de Controle de Qualidade.
4 Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

profissional não seja critério de contratação e promoção para muitos setores da fábrica, sabe-se que para a empresa é interessante empregar trabalhadores/as com maior nível de escolaridade e qualificação profissional, tanto pela qualidade do trabalho oferecido quanto pelas políticas e programas de qualidade do Laticínio Italac Alimentos. Por isso, os/as trabalhadores/as que estudam tem turno de trabalho fixo, em conformidade com o horário em que estudam. Este constitui o único incentivo que estes/as trabalhadores/as recebem da empresa para estudarem. No período das férias escolares o horário de trabalho sofre alterações.

A qualificação exigida pela empresa não corresponde necessariamente ao nível de escolaridade. Dentre as trabalhadoras entrevistadas 30% tem o Ensino Fundamental Incompleto, 25% tem o Ensino Médio Incompleto, 26% têm o Ensino Médio completo, 17% têm o Ensino Superior incompleto e apenas 2% têm o Ensino Superior completo.

Estes dados revelam outra dificuldade enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho, a qualificação profissional e a melhoria do nível de escolaridade. Grande parte das mulheres interrompem os estudos para trabalhar, ou mesmo quando se casam ou tem filhos/as. As que persistem nos estudos enfrentam uma rotina árdua de estudo e trabalho profissional, trabalho doméstico e cuidados com os/as filhos/as. *Um problema para mim é a ausência no crescimento e na educação dos filhos*, afirma uma das entrevistadas. Outra diz: *Eu não tinha vida. Era da faculdade para a Italac e da Italac para a faculdade, quando eu chegava lá, a cabeça não dava para os cálculos.*

Outro aspecto ressaltado por algumas das entrevistadas são os *boatos* pejorativos (re) produzidos tanto entre os/as trabalhadores/as do Laticínio, quanto na sociedade de Corumbaíba, a respeito da reputação destas mulheres, conforme enfatiza uma ex-trabalhadora:

> Na Italac, mulher é assim, se subiu de cargo é porque tá com um encarregado [...] mulher casada trabalhar lá é muito complicado, tem muita fofoca [...] a maior parte do seu tempo você passa lá na Italac [...] as pessoas falam que a mulher que vai trabalhar na Italac é porque *tá com rolo.*

No que se refere aos/as colegas de trabalho elas afirmam ainda sofrerem com os estereótipos de que a mulher trabalha, mas é mais frágil, ou mesmo que o trabalho desempenhado no espaço produtivo não é fundamental para as mulheres como é para os homens. Elas dizem conviver com frequência com *piadinhas* como: *reclama porque é TPM! [...] Logo passa!*

Ou Só homem aguenta a Italac!, Você reclama porque é mulher! Tais estereótipos podem ser associados à "[...] conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares no que tange às necessidades de subsistência familiar [...]" (NOGUEIRA, 2004, p. 88).

Quando questionadas sobre o que poderia ser oferecido pelo Laticínio para melhorar as suas condições de trabalho, as trabalhadoras destacaram uma série de elementos, dentre eles: melhoria dos salários, área de lazer da empresa, auxílio transporte, mudança de horário de trabalho, creche, alojamento e revisão da jornada de trabalho, com destaque para a falta de refeição e a falta de plano de saúde. Segundo as entrevistadas foi implantado o plano de saúde somente para alguns cargos, sobretudo, para a equipe gestora dos diferentes setores.

Dessa forma, a jornada de trabalho extensa e intensa, a necessidade de realização de horas-extras, a falta de alimentação adequada durante o tempo de trabalho, a falta de plano de saúde, dentre outras necessidades evidenciadas, associadas ao baixo de nível de escolaridade e a necessidade de se *qualificar* contribui para a precarização do trabalho desempenhado na fábrica. Esta realidade aliada ao trabalho desempenhado no espaço doméstico e o rotina intensa de conciliação com os cuidados da casa e da família, contribuem para a precarização da vida da mulher trabalhadora e se colocam como desafios a serem superados rumo à sua emancipação.

O trabalho reprodutivo no espaço doméstico

O entendimento da exploração e precarização do trabalho feminino não deve se limitar ao trabalho realizado no espaço produtivo. "A crítica deve abranger também todos os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, entre eles, a compreensão da opressão que se encontra presente no espaço reprodutivo" (NOGUEIRA, 2010, p. 62).

Mesmo com a crescente atuação da mulher no espaço produtivo, o trabalho no espaço doméstico ainda permanece majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres tanto no Brasil e entre as trabalhadoras da Italac Alimentos. Isso representa um aspecto negativo para as trabalhadoras que têm que desempenhar jornada dupla de trabalho, além de denunciar a manutenção da relação de desigualdade e hierarquia (dominação/subordinação) entre homens e mulheres nos modelos tradicionais da divisão sexual do trabalho (DST).

Entre as trabalhadoras entrevistadas, 63% declaram ter filhos/as. Desse total, 15% utilizam a creche municipal para o cuidado das crianças enquanto trabalham na empresa, enquanto 85% recorrem às avós, tias, cunhadas e vizinhas para cuidarem dos filhos enquanto

trabalham, umas pelo grau de parentesco, algumas em troca de *favores*, outras pela cesta básica[5] e algumas por remuneração.

Hirata; Kergoat (2008) afirmam que no Brasil é muito comum o acúmulo de atividades e a prática de se virar entre as mulheres com jornada dupla de trabalho. Nota-se ainda o predomínio da delegação e da conciliação. A delegação de tarefas domésticas é feita às empregadas, faxineiras, diaristas e babás, muito comum nas classes altas, médias e também nas populares. Quase 20% das mulheres ativas no Brasil ocupam estes cargos. Mesmo assim, entre as camadas mais populares predominam a atitude de *se virar* para conciliar as inúmeras atividades a elas atribuídas. Entre as soluções está a rede de solidariedade que inclui parentes, vizinhos/as e amigos/as. A contração de outras mulheres para realizar partes das atividades, serve para amenizar os conflitos domésticos, mas é pautada na exploração do trabalho e na construção de uma rede de precarização.

Desse modo, o trabalho doméstico desempenhado pelas trabalhadoras da Italac Alimentos no lar, deve ser considerado ao se estabelecer uma análise destas trabalhadoras, uma vez que ele faz parte de suas vidas e da sociedade, compondo a sua jornada de trabalho, e principalmente contribuindo para a sua precarização, para a manutenção da divisão sexual do trabalho (DST) tradicional e para a organização tradicional da família patriarcal.

Considerações finais

O trabalho possui dimensões antagônicas para o ser que trabalha. Estas são acentuadas na atualidade, quando os níveis de exploração, diversificação e estratificação da classe trabalhadora são intensificadas pela forma de acumulação do capital, pautada, dentre outros aspectos, na precarização do trabalho. É preciso atentar-se ao aspecto dialético do trabalho para compreender as suas dimensões e a vida dos/as trabalhadores/as.

Nesse sentido, a precarização do trabalho e da vida cotidiana dos/as trabalhadores/as se intensifica no contexto da acumulação flexível e atinge a classe trabalhadora como um todo, apesar de atingir de forma específica a mulher trabalhadora por ingressar no mercado de trabalho em condições distintas/desiguais, já que exerce um papel específico e também subordinado socialmente. Tal papel perpassa pelas relações de gênero e pela divisão sexual do

5 Os/as trabalhadores/as da Italac Alimentos, após seis meses de trabalho com carteira assinada recebem uma cesta básica mensal, caso não tenham faltas sem a devida comprovação médica.

trabalho (DST).

Este contexto é marcado pela fragmentação da classe trabalhadora, pela precarização do trabalho, e ainda por outras formas de dominação/subordinação históricas que são (re) produzidas e apropriadas pelo capital. Dentre elas, as relações de gênero, permeadas pelas relações de poder e hierarquia (dominação do homem e subordinação da mulher) e pelas desigualdades, estando relacionadas à perspectiva de trabalho doméstico enquanto trabalho fundamental para a reprodução da força de trabalho, mas trabalho não pago e historicamente desvalorizado. Nesse caso, a relação desigual entre homens e mulheres na sociedade contribui para uma maior exploração da mulher no mercado de trabalho formal, informal e no âmbito doméstico. A questão da divisão sexual do trabalho (DST) remete à ideia de que há uma divisão entre os sexos, tanto no terreno do trabalho quanto em todos os âmbitos da sociedade.

O estudo apresentado buscou compreender a realidade das trabalhadoras do Laticínio Italac Alimentos em Corumbaíba (GO), no contexto da acumulação flexível e da feminização do trabalho, a partir das atividades laborais exercidas tanto na fábrica quanto no lar. Sobre o trabalho desempenhado por elas na fábrica nota-se o desejo constante de se manter no mercado de trabalho, e principalmente no Laticínio, pois esta constitui uma das poucas opções de trabalho para as mulheres no Município com carteira assinada e com um salário que, apesar de baixo, é melhor do que as demais opções de emprego disponíveis. Além disso, embora reconheçam os problemas e as dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho diariamente, elas reconhecem a contribuição deste trabalho para a melhoria da qualidade de vida da família e para maior autonomia econômica e social própria. No que se refere ao trabalho doméstico, observa-se que ele faz parte do cotidiano destas trabalhadoras, demonstrando, em grande parte, a manutenção da organização patriarcal da família tradicional. E ainda, que ele contribui para a precarização da vida cotidiana destas mulheres que acumulam jornadas de trabalho intensas e extensas.

Dessa forma, a realidade destas trabalhadoras remonta ao intenso debate acerca da contradição entre a emancipação e a precarização que permeia a vida da mulher no mercado de trabalho. Para compreendê-las em seu contexto amplo, recorrem-se às considerações de Nogueira (2004) ao concluir que, de fato, o fenômeno da inserção da mulher no mercado de trabalho constitui um importante passo rumo à emancipação da mulher através do trabalho, e em contrapartida, é uma modalidade de precarização ainda maior para estas trabalhadoras. Isso porque ao passo que minimiza as formas de dominação no espaço doméstico, a forma pela qual o

capital incorpora o trabalho feminino oriundas da divisão sexual do trabalho (DST), faz com que este trabalho seja também desfavorável às mulheres.

Assim, as reflexões apresentadas constituem apenas passos iniciais rumo à compreensão das multifaces do processo de inserção da mulher no mercado de trabalho e as muitas implicações tanto na vida destas mulheres, quanto na sociedade como um todo. Não se esgotam as discussões acerca dessa temática, pois o debate é amplo, no entanto espera-se que o estudo realizado, possa contribuir, para (des)velar, em níveis superficiais, os diferentes fatores que influenciam e permeiam a vida destas trabalhadoras. E ainda, evidenciar as especificidades da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na sua luta contra a opressão e a subordinação. Além disso, entende-se a relação gênero e trabalho como uma construção social e, portanto passível de ser (des)(re)construída.

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo e formas de salariato: notas teórico-críticas. **O público e o privado**, jul./dez 2005, n. 6. p. 109- 128.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org). **A cidadania negada:** Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

_____. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade de Campinas, 2006.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi. Percepções e práticas de gênero em perspectiva comparada. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.) (Org.) **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. FGV: Rio de Janeiro, 2008, p. 227-245.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLD, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.) (Org.) **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. FGV: Rio de Janeiro, 2008, p. 15-34.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

HENAU, Jérôme de; PUECH, Isabelle. O tempo de trabalho de homens e mulheres na Europa. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.) (Org.) **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. FGV: Rio de Janeiro, 2008, p. 207-226.

HIRATA, Helena. Feminismo: pluralismo, diferenças e concepções. **Entrevista especial com Helena Hirata.** São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: < http://contramachismo.wordpress.com/2010/05/12/feminismo-pluralismo-diferencas-e-concepcoes-entrevista-especial-com-helena-hirata/> Acesso em: junho de 2011.

_____; KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico; Brasil, França e Japão. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.) (Org.) **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. FGV: Rio de Janeiro, 2008, p. 35-52.

MARUANI, Margaret. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.) (Org.) **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. FGV: Rio de Janeiro, 2008, p. 35-52.

MOREIRA, Rui. Sociedade espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB n. 83. p. 07-31 dez. 2005.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores associados, 2004.

_____. A feminização do trabalho no mundo do telemarketing. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Boitempo: São Paulo, 2006. (Mundo do Trabalho).

_____. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, ano IV, Agosto de 2010. Issn: 1982-8004. Disponível em: <WWW.marilia.unesp.br/aurora.> Acesso em: junho de 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RIVAZI, Sayyid Salman; SOFER, Catherine. Trabalho Doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, Albertina de Oliveira (et. al.) (Org.) **Mercado de trabalho e gênero:** comparações internacionais. FGV: Rio de Janeiro, 2008, p. 107-124.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Vol. 20, n.2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.71-99.

SILVA, Suzana Maria Veleda da Silva. Mulheres e trabalho: novos e velhos dilemas. In: SILVA, Joseli Maria; PINHEIRO DA SILVA, Augusto Cesar. (Org.) **Espaço, gênero e poder:** conectando fronteiras. Toda Palavra: Ponta Grossa, 2011, p. 149-170.

III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES
GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

A LIBERDADE DO CORPO NO MERCADO DE TRABALHO

Janine Machado Jacob
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Resumo: O presente trabalho apresenta uma analise antropológica sobre o corpo no mercado de trabalho, as transformações que ocorre tanto psicologicamente quanto fisicamente com as prostitutas depois da inserção delas nessa profissão, que buscam uma 'qualidade de vida melhor' em pouco tempo e sem tanto esforço físico. O estudo tem por respaldo discutir o inicio desse trabalho a partir da disciplina Antropologia do Corpo no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás no campus Catalão, onde buscamos apresentar as mulheres que trabalham diretamente com o corpo, as prostitutas. Nessa pesquisa mostro as maneiras pelas quais as mulheres escolhem fazer do seu corpo um objeto de trabalho, e a partir de que motivo as leva a entrarem na prostituição e quais expectativas elas buscam melhorarem no lado profissional. O trabalho de campo é feito de modo etnográfico e com questionário, em uma casa de prostituição com o nome *Boate Delírios Drinks* que fica no interior de Goiás no município de Ipameri, esse trabalho nos mostra como realmente é a vida dessas mulheres e os preconceitos que sofrem devido à escolha profissão. Considerando que a busca pelo corpo perfeito é constante entre as mulheres, e principalmente as que dependem do corpo como objeto de trabalho.

Palavras-chave: Corpo. Prostitutas. Profissão.

Esse trabalho deu inicio a partir da disciplina Antropologia do corpo no curso de Ciências Sociais, onde busca apresentar as mulheres que trabalham diretamente com o corpo, as prostitutas.

Nessa pesquisa mostro as maneiras pelas quais as mulheres escolhem fazer do seu corpo um objeto de trabalho.

> Toda técnica propriamente dita tem sua forma. Mas o mesmo vale para toda atitude do corpo. Cada sociedade tem seus hábitos próprios. (Mauss, Marcel. [1872 – 1950] p.403).

O trabalho de campo é feito de modo etnográfico, em uma casa de prostituição com o nome Boate Delírios Drinks que fica no interior de Goiás no município de Ipameri. Procuramos manter preservado o nome das garotas que participaram das entrevistas.

Como o questionário foi aplicado no período das onze e meia até as quinze horas em um sábado, a boate esse termo usado por elas, estava composta apenas por cinco mulheres, uma é a dona Geíse nome verdadeiro da proprietária da boate, a Michele, a Natasha, a Rebeca e a Paloma, esses quatro nomes são fictícios.

Segundo a dona Geíse a boate tem diariamente de seis a dez mulheres, oscila muito, pois elas não são da cidade e elas vão visitar seus familiares.

Quando conversei com a dona Geíse, refiro à palavra dona, porque ela tem 52 anos e o nome dela é citado porque ela permitiu e todos a conhecem. A entrevista não foi realizada com ela, pois diz ser somente dona e administradora da boate. Dona Geíse ficou vislumbrada em saber que ela e as meninas poderiam contribuir com algo em estudo:

> Que legal agente sempre vê em novela, que para fazer uma personagem igual às meninas, as atrizes tem que frequentar as boates e ver o jeito que as meninas comportam e se vestem. (Dona Geíse, proprietária da Boate Delírios Drinks).

Assim, a minha entrevista foi realizada só com a Natasha, a Rebeca e a Paloma, pois a Michele estava fazendo o almoço e não fez questão de querer ser entrevistada e conversar, portanto, elas ficaram recuadas, sentiram vergonha, e a dona Geíse diz a elas "vamos lá meninas, ajudem a realizar o trabalho", e começaram a jogar uma para a outra.

Enfim, a Natasha resolveu ser a primeira. Respondendo aos critérios que o questionário abordava, ela nos disse que tem vinte e oito anos e começou a se prostituir com dezoito anos, ressaltou, "nossa eu já tenho dez anos de carreira" e ainda fez uma piadinha:

> Quando os homens chegam na Zona e escutam dizer chama aquela de quinze anos. Eles até se excitam mais rápidos, quando chega uma das mais velhas e ele diz ué mais essa não é a de quinze, cadê ela? E nós respondemos quinze anos de Zona, caindo na risada. (Natasha).

Natasha diz ser de Goiânia – Goiás e reside em Ipameri para realizar seu trabalho, é solteira e tem um casal de filhos que moram com os pais, digo pais porque cada um é de um homem diferente, mas ela os vê com frequência. A Rebeca é de Anápolis e também tem um casal de filhos só que moram com a sua mãe. Já a Paloma não tem filhos. "Em comparação das duas que tem filhos o corpo delas estão mais em forma do que a que não tem", dar uma risadinha dona Geíse.

As três informantes responderam que gostam de seus corpos, mas estão fora do padrão, pois estão com "uns quilinhos" a mais e não poderiam, mas não recebem cobranças e dizem que tem clientes que gostam, pois tem onde pegar diz Paloma.

A Natasha tem vontade de fazer uma lipo – escultura, mas tem medo. Já a Rebeca lamenta muito, tem muito complexo, por ter sido magra antes de engravidar do segundo filho e não conseguir voltar e manter o seu corpo. A Paloma já é satisfeita com o corpo.

No quesito de o que elas não gostam e o que gostam do corpo ficou entre a Natasha não gosta da barriga esse é o porquê da vontade de fazer a lipo, mas gosta de seus seios; a Rebeca não gosta da barriga e dos seios por ser pequeno e gosta das pernas e do bumbum; a Paloma gosta de seus seios e não gosta de seu bumbum, alega que é muito grande.

Elas adoram cuidar de seus corpos, a Natasha diz que depende do espirito que ela acorda, ela gosta de vestir bem coloca uma roupa mais bonita como um vestido longo, arruma o cabelo, pinta as unhas, mas tem dia que não tem vontade de nem levantar da cama, ressalta ela.

A Rebeca fazia academia, massagens linfáticas e como não estava obtendo resultados bons ela parou. Já a Paloma faz caminhada, adora abusar dos cremes hidratantes, diz ir ao salão de duas a três vezes na semana.

Conversando com elas, percebe-se que, gastam muito dinheiro investindo nelas, como a Paloma diz:

> O dinheiro entra muito fácil, então somos muito consumidoras, essa semana passada fui em Pires do Rio – Goiás e coloquei aplique no cabelo, fiz hidratação, escovei o cabelo, pintei as unhas, fiz massagem relaxante no corpo, gastei mais de mil reais. (Paloma).

Elas são bastante vaidosas, dentro do possível, não são extravagantes, e dizem se elas tiverem mais condições elas se produzem melhor.

As vestimentas delas no dia – a – dia são short, regatas, calças, vestidos sempre longos, batinhas, rasteirinhas, já na hora do trabalho elas adoram vestir bem provocante, decote, shortinho, salto de 15 cm e 18 cm, muitas bijuterias, espartilhos, cinta liga, vestidos curtos e colados, dependendo do cliente elas colocam até fantasias eróticas.

> Isso significa que para as prostitutas o corpo que está na prostituição é um corpo que deve comunicar uma relação calcada no corpo mercadoria, já nas relações afetivas esse mesmo corpo comunicará sentimentos de afeto, de fidelidade e intimidade, valores que compõe essas ultimas. (PASINI, p. 07 e 08).

A Natasha das três é a que está mais tempo se prostituindo, ela começou as dezoito anos e atualmente esta com vinte e oito anos, a Rebeca começou com vinte e um, está com vinte e

nove anos, já a Paloma tem vinte e nove e começou a três meses, devido a separação do marido, diz ter sofrido muito.

> Ele bebia duas garrafas de pinga por dia, nós morávamos em uma fazenda, eu cozinhava para quinze homens, limpava toda a bagunça, meu marido só me explorava e eu não tinha nenhuma renda, e eu não estava suportando mais, entrei nessa vida, pra pagar o consorcio de um carro, e pretendo sair o mais rápido possível, isso daqui não é vida pra ninguém. Vou ajudar a minha família um pouco e vou abandonar essa profissão. Já montei um salão lá em Vianópolis e eu vendo roupas, busco em Goiânia e da pra tirar um dinheirinho bom, não como aqui mais dá. (Paloma).

Todas as meninas entraram na prostituição através de colegas, que entraram e estavam obtivendo uma renda melhor. Elas estão nesse mercado por causa do dinheiro e nada mais, relatam que é uma vida sofrida, cheia preconceitos, humilhações e agressões tanto verbal quanto fisicamente.

> Todas as vezes que fazemos o programa, eu combino antes, porque chega lá na hora, eles querem fazer o que eles sentem vontade e quem comanda o meu corpo sou eu, a maioria dos homens quer sexo sem camisinha, nós não somos loucas, não podemos confiar em ninguém, à doença está ai rolando e eu não faço sexo anal, o sexo oral também é só com camisinha. E o combinado não é caro, por isso combino antes de entrar no quarto. Porque assim ele não pode dizer nada pra mim. (Rebeca).

> Todavia, qualquer que seja a forma pela qual as diferentes sociedades se apropriem da constituição genética da espécie humana, cada sociedade ditará normas para o relacionamento de homem e mulher e associará a cada um, um complexo de valores e de símbolos: divisão do trabalho, divisão do poder, divisão de riqueza, dignidade, etc. (RODRIGUES, p.71).

Elas buscam uma expectativa profissional de sempre melhorarem, pois o que elas mais buscam é uma qualidade de vida melhor.

Não é sempre que elas sentem prazer, depende do parceiro, mas como elas combinam antes, elas sempre escolhem coisas que não as desagradam.

As prostitutas relatam ter uma convivência boa e frequente com a família, principalmente pais, irmãos, filhos e prima.

A família da Paloma é a única que sabe da prostituição, da Natasha nem desconfia, já a da Rebeca a irmã desconfia, perguntou uma vez ela negou e deu uma responda para que ela nunca mais faça perguntas desse assunto.

> a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados, pois tal é, nesses textos, a condenação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. (FOUCAULT, 1977, p. 204).

Dessa forma percebemos que, a busca pelo corpo perfeito é constante entre as mulheres, e principalmente as que dependem do corpo como objeto de trabalho.

É preciso de uma dedicação, quase que um ritual para que as prostitutas se preparem para o trabalho e uma auto - aceitação. Da maneira que tem que chamar a atenção dos homens.

Anexos:

1. Dados Pessoais:

Nome:
Local de trabalho:
Idade:
Com quem mora:
Estado civil:
Já engravidou?
Tem filhos (as)?

2. Formas de Lazer:

O que faz para se diverti?
Como?
Com quem?
Com qual frequência?

3. Corpo:

Como vê o seu corpo?
O que sente sobre ele?
O que gosta e o que não gosta?
O que faz para cuidar do corpo?
Como se veste o seu corpo no dia – a - dia?
Como se veste o seu corpo no horário de trabalho?
Com qual idade começou?
Como ficou sabendo dessa prática?
Como você define o seu trabalho?
O que você pensa sobre isso, quais expectativas tem sobre esse trabalho?

Há prazer enquanto faz o programa?
Como você lida com as suas necessidades sexuais?
Na hora do seu trabalho quem comanda o seu corpo é você ou o cliente?

4. Gênero:

Como você se vê mulher?
Como você vê a relação entre homem e mulheres?
Você se relaciona só com homens?

5. Família:

Como é a sua família?
Como é a sua relação com ela?
Quais são as pessoas da sua família que é mais próxima à você?
A sua família sabe? Como lida?

Referências

MAUSS, Marcel. Noção de técnica do corpo. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

PASINI, Eliane. **Prostituição e a liberdade do corpo**. CLAM – AMB – 15.04.05

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos Ed., 1986.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor**. Lisboa: Passagens, 1992.

POLÍTICAS DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO: A APROPRIAÇÃO DO ESTADO PATERNALISMO SOBRE O CORPO DA MULHER QUE AMAMENTA

Jaqueline Medeiros Silva Calafate
Universidade Federal do Tocantins

Temis Gomes Parente
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: A política de aleitamento vigente hoje no país trouxe diversos benefícios para a criança, e também para o Estado, diminuindo a mortalidade infantil e índices de cuidados com desnutrição de crianças recém-nascidas, no entanto, como toda política, deve ser avaliação em toda a sua complexidade. Quando se elabora uma política, não há como se prever os muitos fatores que serão afetados com a implementação delas, cabe, portanto a quem interessa (família, sociedade civil organizada e técnicos atuantes na ponta), destacar as lacunas e arestas que precisam ser revistas. Portanto, o objetivo deste estudo é discutir o pensamento moderno acerca de tais políticas, como e de que forma surgiram, e qual o papel e importância tem a participação da mulher juntamente com o movimento feminista na criação e execução das políticas que lhes dizem respeito. Para tanto será realizada uma revisão histórica do debate público da maternidade, delimitando as políticas materno-infantis como objeto deste estudo. Compreendendo a partir disso a atual formulação de algumas destas políticas e o entendimento que se tem acerca da amamentação. Pretende-se com esta discussão, pensar na historicidade desse conceito bem como refletir o contexto no qual foram criadas, compreendendo o viés paternalista que permeia tais questões, e como esse olhar foi responsável por promover distinção de gênero e papéis enrijecidos em nossa sociedade, retirando da mulher o direito de opinar acerca do seu corpo, sentimentos e desejos, ensinando-lhes a como se portar no papel de mães e nutrizes.

Palavras-chave: Maternidade. Políticas materno-infantis. Gênero.

Introdução

Apesar da cartilha da Unicef de 2011 se referir ao aleitamento materno como um direito da criança, e de fato o ser, a mesma entende que: "mamar exclusivamente no peito durante os primeiros 6 meses de vida (p. 12)" além de um direito da criança é também um dever da mãe. No entanto, direitos e deveres são discursos que se embatem quando o assunto é a amamentação, por um lado temos o direito da criança à saúde, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069 de 1990, Art. 7º: "A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência (p. 2)".

Por outro lado temos o direito da mãe sobre seu corpo, como ser separado deste outro que lhe necessita o peito. Como resolver tal embate? Incentivo e informação tem sido a "arma" publicitária que o Ministério da Saúde (2010) tem utilizado para convencer esta mulher/mãe de seu papel de nutriz, e isso tem funcionado em certa medida, pois os números apontam uma efetiva melhora nos índices de aleitamento materno, os quais mostram que 90% das crianças nascidas em "Hospitais Amigo da Criança" saem aleitadas, no entanto, somente 40% destas crianças permanecem sendo aleitadas nos próximos seis meses de vida, o que dizer então destas tantas outras mães que não permanecem aleitando. Observa-se que o discurso e a prática do aleitamento ainda apresentam espaços não explorados.

Permanecer no discurso triunfalista do aleitamento não responde a questão de quem, afinal, pertence o corpo da mulher no momento do puerpério: a instituição hospitalar, à criança, ao Estado, ou a mulher? Essa é uma questão realmente conflitante, pois há o direito da criança e o direito da mulher, em qual medida ambos podem ser violados? Como resolver o impasse do desejo da mulher? Porque afinal de contas o desejo e a escolha de amamentar ou não ainda é da mulher, não há nenhuma lei que a penalize por isso. É claro que questões como negligenciar as necessidades básicas da criança ainda estão em questão, mas o leite, apesar de ser a melhor forma, ainda não é a única forma de prover alimento para o recém-nascido.

Tal discussão emerge em um contexto no qual o movimento feminista se calcou na luta pelo corpo, onde estão em pauta os direitos reprodutivos e sexuais da mulher. Na tentativa de desvincular a mulher do papel de procriadora o movimento tem pensado a criminalização do aborto voluntário, por exemplo, como a negação dos riscos e custos que a "escolha" de se ter um filho se dão no corpo e nas vidas destas mulheres (BADINTER, 1985).

Essas questões nos levam a pensar que é possível que haja implicações que estão além do entendimento/informação acerca dos benefícios do aleitamento interferindo diretamente no ato de continuar amamentando após a saída do hospital. Silva & Souza (2005) acreditam que mesmo após tantos anos da implantação de políticas de planejamento familiar, ainda se observa que grande parte das mulheres que não permanecem amentando não o fazem, segundo o autor, por motivos psico-sócio-econômicos, pois na prática o ato de amamentar é impraticável na realidade cotidiana da mulher que trabalha, possui outros filhos, e equilibra a dinâmica: casa/família/emprego.

Portanto, é necessário que se trate o assunto passando pela perspectiva das discussões gênero, compreendendo que tal tema remete a uma discussão que é ao mesmo tempo social, histórica, política e marcado pela assimetria de discursos (FARAH, 2004). É, portanto, "referenciar a construção feminista que permite avaliar como identidades femininas e masculinas se constituem social, política, histórica e culturalmente" (PRÁ, 2010).

Esse posicionamento marca a historicidade do conceito de gênero que reporta as bases na qual foi construído, compreendendo-o por meio de uma referência de poder patriarcal presente em toda a vida pública e privada. Expressando rígidos sistemas de crenças, ideologia e moral sexista de delimitação de direitos, deveres e condutas, as quais foram responsáveis por legitimar o discurso de segregação da mulher por meio de uma ordem estabelecida socialmente e justificada pela supremacia do masculino.

Nessa perspectiva, a discussão de gênero abre espaço para o questionamento acerca das matrizes histórico-culturais patrimoniais, patriarcais e autoritárias, que sustentam a posição de subordinação da mulher, legitimado pelas instituições por meio de comportamentos, crenças, normas e valores (PRÁ, 2010).

No Brasil, os estudos de gêneros tiveram sua consolidação no final da década de 70, que foi um período onde o movimento feminista estava se fortalecendo no país. No entanto, segundo CC, a inserção do tema na pauta de interesse da implementação de políticas públicas é muito recente, por haver ainda uma enorme dificuldade por parte da agenda pública brasileira em associar gênero, feminismo e política (PRÁ, 2010).

O Brasil desencadeou a ampliação do debate aos direitos humanos, sobretudo no que se refere aos direitos reprodutivos e sexuais muito recentemente[1]. Para Prá (2010) as políticas públicas em torno dos direitos de gêneros deve ser pensada como a emancipação e expansão da cidadania da mulher, para tanto é necessário que as políticas vigentes sejam constantemente reavaliadas. Realizar o monitoramento de políticas públicas é hoje tendência mundial segundo PRÁ (2010) e tem se intensificado nos últimos anos impulsionado pela ideia de controle social acentuada a partir de 1995, conforme pontua Martins (2006):

No entanto, para acompanhar e avaliar a implementação de agendas públicas, é necessário o desenvolvimento de mecanismos e ações permanentes da sociedade civil, por meio de Fóruns permanentes de discussões e comissões (PRÁ, 2010). Avaliar as políticas em pauta

1 Tiveram início em 1975.

sobre as questões de gênero visa à identificação de boas práticas, e também as lacunas encontradas nas ações, dessa forma é possível traçar um plano de ação governamental em busca de melhorias.

O objetivo deste estudo é, portanto, discutir as políticas materno-infantis que dizem respeito ao puerpério e, consequentemente, ao aleitamento materno, como e de que forma surgiram, e qual o papel e importância tem a participação da mulher juntamente com o movimento feminista na criação e execução das políticas que lhes dizem respeito.

Material e Métodos

O estudo que se segue, é uma revisão bibliográfica de carácter qualitativo, o qual buscou, principalmente, por meio dos os autores Philippi (2010); Martins (2006); Martins (2010) e Farah (2004) discutir historicamente a criação das políticas materno-infantis. Num segundo momento o texto tratará do papel do Estado Novo e a construção das políticas de Bem-estar social, sob a perspectiva getulista. Ao final intenta-se chegar à compreensão de como o Estado paternalista foi responsável pela criação destas políticas e como isso afetou as questões de gênero.

Resultados e Discussões

O tema a qual esse ensaio teórico se propõe a discutir é extenso e complexo, sendo assim, esse estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto. É também um tema muito caro a saúde pública, a amamentação tem recebido intenso investimento público por meio de políticas específicas e campanhas publicitárias, tais campanhas sofreram também suas modificações ao longo das décadas. Em 1933, por exemplo, surgiu à revista "A Cigarra" com notícias de fabricação de leite em pó no Brasil que enfatizava era um produto barato, e que substituía com maior benefício o leite materno. Com o fim da segunda guerra mundial desaparece a publicidade em torno de leites em pó, e tanto a Revista *A Cigarra* quanto *O Cruzeiro*, diminuem consideravelmente, limitando-se a um pequeno anúncio de contracapa os assuntos ligados à fabricação e utilização de leite em pó (BOSI; MACHADO, 2005).

Durante as décadas de 20 e 30 a saúde da mulher no Brasil era restrita à gravidez e ao parto, o programa "Materno-infantil" criado em 1975, segundo Philippi (2010), ainda perpetuou tal interesse médico, pois limitava-se somente ao papel biológico da mulher de procriar, que estava de acordo com o papel social de cuidadora da prole que a mulher possuía neste período.

Compreende-se que a assistência prestada à mulher continuou fragmentada, causando baixo impacto sobre os indicadores de saúde da mulher (PHILIPPI, 2010). A década de 60, antecessora ao período de criação desta política, foi caracterizada pela prática médica individualista e especializada em contradição a saúde coletiva e preventiva a que se propunha a saúde no Brasil neste período (PHILIPPI, 2010).

Este período, segundo Martins (2010), foi caracterizado pelos resquícios de um regime político ditatorial que foi acompanhado de diversas reformas institucionais entre Estado e sociedade, uma das áreas afetadas por essas políticas de bem-estar social foram as de assistência às mães e às crianças.

Segundo o autor, tais políticas ainda eram muito restritas no que se refere à maternidade, pois reproduzia valores normativos advindos do Estado Novo getulista, resultando então, em uma política pública materno-infantil-paternalista, onde mulheres eram postas como dependentes e carentes do amparo e proteção do Estado.

Há quase um século atrás, em 1885 a conhecida feminista francesa Hubertine Auclert já previu a organização de um poder político que ressaltasse as qualidades "naturais" e morais da maternidade, a autora acreditava que era necessário pensar a maternidade para além de uma noção privada de família. Para ela, "gerar e cuidar da vida tinha um significado muito mais profundo" (MARTINS, 2010, p. 173).

Para as feministas do final do século XIX a maternidade deveria ser protegida pelo Estado, mas obviamente não previram que o Estado é um corpo social, formado pela moral e modelo vigente desta mesma sociedade, que é ainda hoje paternalista. Para Hubertine Auclert há somente duas opções para o Estado: ou minotauro, que consumiria seus cidadãos com o descaso e abandono, por meio de paupérrimas condições de vida, ou um Estado maternal no qual fosse reconhecida a diferença e a importância da mulher por meio da maternidade (MARTINS, 2010).

Para a feminista, a intervenção do Estado em assuntos até então restritos a indivíduos, criou um novo cenário político no final do século XIX, o que ela não poderia prever é que essa intervenção nem sempre beneficiou a mulher, levando-a a reproduzir os padrões e posições que melhor serviriam ao Estado e ao funcionamento social, segundo o que era melhor para a economia e interesses deste Estado, num momento histórico onde a mulher raramente participava de decisões políticas que as envolviam.

Martins (2010) conclui que não é possível compreender políticas públicas de bem-estar social sem levar em conta o maternalismo assinalado por Hubertine, a qual acredita que os interesses não são apenas "humanitários por parte do Estado em proteger a maternidade e a infância" (p. 174). Para Arretche (1995) a década de 80 marcou a superação de indicadores de volumes de gasto social dos anos 50 e 60, que marcavam os trabalhos desenvolvidos acerca das políticas de bem-estar social. A partir dos anos 80 são realizadas análises mais sofisticadas que permitiram uma abordagem mais qualitativa aos estudados apresentados.

Na década de 80 surge também o Movimento da Reforma Sanitária, impulsionado por movimentos sociais e feministas que reivindicaram uma saúde à mulher que denunciasse discursos reducionistas, olhares fragmentados e negação das diferenças, propondo uma ação que diminuísse as desigualdades de gênero refletindo diretamente na saúde da mulher (PHILIPPI, 2010).

Ribeiro (2010) lembra ainda, que a década de 80 foi marcada por uma intensa mobilização de mulheres nas políticas de saúde, com o objetivo de controle das práticas adotadas e de "desvincular o corpo feminino da ideia de reprodução, ao propor a ampliação dos serviços de acordo com o todo o ciclo da vida, apostando sempre no direito das mulheres conhecerem e decidirem sobre a saúde do próprio corpo" (p. 1030).

A partir dos anos 90, já se era possível observar uma forte interesse do governo na maternidade, passando a interferir até mesmo no direito a propaganda livre instituindo em 1992[2] as Normas para Comercialização de Alimentos para Lactantes, que por meio da Resolução 31 do Conselho Nacional da Saúde que veda a promoção de bicos, chupetas e mamadeiras em comerciais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Foi também nesse mesmo ano que nasceu o Programa Iniciativa Hospital Amigo da Criança, que instituiu os "Dez passos para o aleitamento materno" inserindo uma norma, na forma de ser e fazer o aleitamento, estava então instaurado uma nova política do corpo da mulher, onde a instituição hospitalar se apropriaria desse corpo, legitimado por dados consistentes acerca dos benefícios do aleitamento para o bebê, instaurando-se a problemática: corpo/poder/desejo/assujeitamento (GLAT, 1993).

2 Em 92 foi também idealizada a "Semana Mundial de Aleitamento Materno", que foi uma estratégia da Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (WABA). E foi através deste programa que se intensificou o uso da propaganda em massa de incentivo ao aleitamento exclusivo.

Em 2004 foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes, por meio do SUS, o qual preconizou as demandas feministas, que se concentravam, principalmente, na luta pela autonomia da mulher e seu direito reprodutivo. Neste mesmo ano é lançado também o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, onde observou-se a inclusão das questões de gênero oriundas da participação de mulheres na elaboração destas políticas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

E em meio a todas essas conquistas, a Organização Mundial da Saúde – OMS trousse, o que se consideraria um grande avanço[3], no que se refere à prática do aleitamento materno, uma vez que anterior a isso não havia uma política específica que incentivasse o aleitamento exclusivo[4], isso mudou após pesquisas[5] que evidenciaram que o uso do leite materno exclusivo era o que melhor garantia à saúde da criança nos primeiros meses de vida, a partir disso o governo passou a investir mais fortemente em campanhas que incentivassem o peito exclusivo até os seis meses de vida.

No entanto, apesar dos esforços do poder público e de órgãos como a Unicef e a OMS, de se apropriar do corpo da mulher, e das inúmeras vantagens[6] descobertas pela ciência acerca da amamentação e propagadas por mensagens generalizadas com ênfase no biológico, a decisão de amamentar ainda se constitui como uma escolha exclusiva da mãe, ou seja, é somente dela a decisão de continuar amamentando ou não, sendo que tal decisão não é determinada apenas biologicamente, como defendem médicos pediatras, enfermeiros e técnicos de enfermagem, mas, sobretudo, emocionalmente e socioculturalmente (BOSI; MACHADO, 2005).

Segundo Diehl (2011) essa decisão é influenciada não só pela história de vida da mãe, mas também por sua rede de apoio, sua condição física e emocional e ainda ao valor social que a prática de amamentar possui na comunidade que se vive. Por isso a necessidade de uma investigação crítica do tema, que trate a questão de maneira que seja abordada, principalmente, a

3 Somente mais tarde é foi possível perceber que o governo se apropriaria desse avanço para se apropriar do corpo da mulher, criando políticas que normatizassem a forma como mães lidam com os recém-nascidos e cuidam de seus corpos.

4 Desde 1991a OMS, juntamente com a Unicef, publicou recomendações para o aleitamento materno preconizando a prática exclusiva nos próximos seis meses após o nascimento da criança.

5 LEVY, Leonor; BÉRTOLO, Helena (Org.). UNICEF. Manual de Aleitamento Materno. Editor: Comitê Português para a UNICEF/Comissão Nacional Iniciativa Hospitais Amigos dos Bebês. Edição revista de 2008. Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/manual_aleitamento.pdf

6 Difundidas por meio de documentos e pesquisas realizadas e financiadas mundialmente pela OMS em parceria com a UNICEF, compreendendo que o leite materno é o alimento adequado para as crianças nos primeiros meses de vida, do ponto de vista nutritivo e imunológico (LEVY; BÉRTOLO, 2008).

esfera sociocultural, por meio das representações sociais da mãe que não amamenta. Entende-se por representação social, a fronteira entre a razão e o senso comum, advindo da teoria desenvolvida por Serge Moscovici (1979) e aprofundada por Denise Jodelet (2002), afirmando a realidade como uma construção social e o saber como uma construção do sujeito, propondo, portanto, uma psicossociologia do conhecimento.

Considerações finais

Compreende-se a partir disso a importância da intervenção e participação ativa das mulheres nos Conselhos de saúde e nos espaços de formulação destas políticas, a fim de exercer sobre as práticas do Estado o controle social. E que a prática de amamentar é, portanto, decorrente de uma complexa rede de relações que é composta por diferentes atores e elementos, muitos dos quais, serão aqui avaliados.

Pretende-se, portanto com esta discussão, colaborar para a produção de um novo olhar em direção às puérperas. Permitindo uma compreensão que possibilite que a amamentação constitua-se num momento de genuína entrega e prazer e não de dor, sofrimento e coerção.

Referências

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB Boletim Informativo e Bibliográfico**, n° 39, 1995.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Livro digital, Disponível em: http://groups-beta.google.com/group/digitalsource

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Tavares. Amamentação: um resgate histórico. **Cadernos ESP** - Escola de Saúde Pública do Ceará, v. 1, nº 1, Julho a Dezembro, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

DIEHL, Julia Polgati; ANTON, Márcia Camaratta. Fatores emocionais associados ao aleitamento materno exclusivo e sua interrupção precoce: um estudo qualitativo. **Aletheia**, Canoas, n. 34, abr. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011 000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 12 ago. 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas**. Revista Estudos Feministas**. v. 12, n.1., 2004, p. 47-71.

GLAT, R. **Ser mãe e a vida continua**. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

JODELET, D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). As Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

MARTINS, Charles Fernando. Políticas Sociais no Brasil. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, Curitiba, p. 27-29, ISSN 1984-7068, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Nem Minotauro, nem maternal**: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade. In: RIAL, Carmem; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (Org.). **Diversidades**: dimensões de gênero e sexualidade. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

MOSCOVICI, S. **Comunicação apresentada ao Colóquio sobre as Representações Sociais**, Paris, EHESS, 8-10 jan. 1979.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Manual Técnico. **Manejo e promoção do aleitamento materno num Hospital Amigo da Criança** – curso de 18 horas para equipes de maternidades. Genebra: OMS/ UNICEF; 1993.

PRÁ, Jussara Reis. **Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha**. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 81-101.

PHILIPPI, Jane Maria de Souza. **Políticas de saúde da mulher no Brasil**: história e evolução. In: RIAL, Carmem; PEDRO, Joana Maria; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.). **Diversidades**: dimensões de gênero e sexualidade. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

RAMOS, C. V., ALMEIDA, J. A. G. **Alegações maternas para o desmame**: estudo qualitativo. J Pediatria 2003b; 79(5):385-90.

RIBEIRO, Uriella Coelho. Um estudo sobre movimento de mulheres e feministas e suas interfaces com conselhos municipais de saúde. **Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional**. Movimentos Sociais Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. Florianópolis: UFSC, 2010.

UNICEF. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES
GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

OS REFLEXOS DA INSERÇÃO DA INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO REMUNERADO NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM ESTUDO DE CADO DAS GARIS DO DISTRITO FEDERAL

Jéssica Fernanda Albuquerque
Universidade de Brasília

Lourdes Bandeira
Universidade de Brasília

Resumo: Os objetivos perseguidos no presente trabalho foram de compreender e analisar a violência doméstica presente na vida das trabalhadoras garis, seus reflexos no campo do trabalho e sua relação inversa, os reflexos do trabalho na violência conjugal. O papel das empresas terceirizadas e o sindicato frente a violência sofrida por suas funcionárias e o papel que o trabalho assume na vida dessas mulheres a partir de um contexto de violência doméstica. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e um survey com as trabalhadoras garis do DF. Soma-se ainda a esses dados, entrevistas realizadas com o sindicato e observações constantes em um diário de campo. A luz dos dados percebeu-se que a violência doméstica está diretamente relacionada com o trabalho remunerado. Tendo em vista que todas as entrevistadas apontaram que a violência praticada por seus companheiros foram alteradas depois que começaram a trabalhar. Entretanto, essa influência do trabalho ocorreu de formas diferentes. Em alguns casos o trabalho produtivo foi utilizado como um instrumento ou um motivador para a intensificação da violência sofrida, em outros a violência diminuiu ou cessou. Em todos os casos a violência doméstica foi deslegitimada pelo trabalho. Quando a mulher começa a trabalhar, a hierarquia, os papéis e o controle masculino em que se sustentam a violência são ameaçados, ameaçando consequentemente o próprio exercício da violência machista. Por fim, destaca-se que o trabalho assumiu um papel de refúgio e descanso frente a violência doméstica. Ao trabalhar, essas mulheres aumentaram o convívio social, considerando que em grande parte dos casos de violência doméstica o espaço do trabalho é um dos poucos ou o único lugar que a mulher frequenta além do próprio espaço doméstico, onde normalmente ocorre a violência. Ainda é um dos poucos espaços e momentos da vida da mulher em que o marido não pode controlar, dominar e fiscalizar.

Palavras-chave: Violência doméstica. Trabalho Remunerado. Trabalhadoras garis.

"A mulher toma a palavra
Sou agente vou trabalhar
O marido só resmunga
Tu tens roupa para lavar"

(União das Trabalhadoras de SP, 1984)

Introdução

A partir de uma análise histórica se tornam visíveis os marcantes avanços e a presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, elas saem de suas casas em busca de emancipação. Araújo e Scalon (2005) apontam que o trabalho na vida mulheres pode-se

constituir como fonte de realização pessoal, elemento de apropriação econômica e ainda como elemento de apropriação da autonomia dos indivíduos. E sempre "terão algum tipo de impacto sobre as relações familiares, e como vem sendo demonstrado, particularmente sobre as mulheres".

A contribuição econômica das mulheres é cada vez mais central para a sobrevivência das famílias. O número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando significativamente. Segundo análise realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA - sobre os dados da PNAD de 2009 o percentual de domicílios chefiados por mulheres alcançou 35% em 2009. (IPEA, 2010)

Assim como os autores anteriormente citados, Heleith Saffioti (2005) também descreve diversos avanços feministas na esfera do trabalho, parte das mulheres consegue ocupar posições econômicas, políticas, religiosas, etc, "tradicionalmente reservada aos homens, entretanto a natureza e a base material do patriarcado ainda se sustentam".

> A exploração chega a ponto de o salário médio das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 60% dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros, embora nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior ao dos segundos. (SAFFIOTI, 2005, p. 42).

O trabalho tem ocupado um espaço muito importante nos estudos de gênero, desde as primeiras pesquisas feministas dos anos 70. Conjuntamente com esse tema, pesquisas dedicadas ao estudo da violência contra as mulheres aumentam consideravelmente em diversas áreas do conhecimento.

Pesquisa recente realizada pelo Senado Federal (2013) estima que "mais de 13 milhões de 500 mil mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais) Destas, 31% ainda convivem com o agressor." Dentre as mulheres que sofreram violência, 65% foram agredidas por seu próprio parceiro de relacionamento. Ex-namorados, ex-maridos e ex-companheiros também encontram-se entre os agressores constantes.

Outro elemento fundamental e alarmante é que essa violência é praticada principalmente por seus companheiros e ex-companheiros. Somando-se ainda há os casos praticados por outros parentes chega-se a cerca de 90% de todos os casos de violência contra a mulher. Desta forma,

torna-se claro que a violência sofrida pelas mulheres brasileiras ocorre predominantemente dentro de casa, no ambiente doméstico.

Algumas autoras – Saffiotti (2005), Machado (2010), Azevedo (1985) - ressaltam que a violência doméstica se fundamenta nos valores e normas patriarcais tradicionais, de que a mulher deve ser submissa e passiva enquanto o homem pode demonstrar agressividade e autoridade sobre a sua companheira.

Assim, conclui-se que a violência contra a mulher é legitimada e é consequência das relações desiguais de gênero sustentadas por valores patriarcais, assim, perpassa e "atravessa" diversas relações sociais, e manifestando em todas as classes, independentemente de raça e idade. (PORTELLA, 2005)

É importante destacar que diversas pesquisas têm buscado compreender as relações entre a violência doméstica e outras esferas sociais. Alguns, como o presente artigo, tiveram como recorte as correlações entre trabalho e violência doméstica.

Com base nas informações do Relatório Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros produzido pelo Ministério da Saúde (2005), o Brasil reconhece a violência doméstica como uma questão de saúde pública, que afeta a saúde e o bem-estar das mulheres. Tornou-se evidente que a violência contra a mulher é responsável por 25% dos dias de trabalho perdidos por trabalhadoras, seus filhos adoecem e mais de 63% deles repetem no mínimo um ano letivo.

Alguns estudos na área da economia se voltam para a relação entre trabalho e violência doméstica, trazendo à luz alguns reflexos desta sobre o ambiente de trabalho. Podendo levar a uma redução da produtividade e da assiduidade, a um aumento da tensão entre colegas de trabalho e a um empobrecimento do estado de ânimo geral (BARBOSA, 2011). Embora a análise seja estritamente economicista, focando em questões de produtividade, tendo em base o ponto de vista do empregador, já se destaca que a violência doméstica não deve ser considerada apenas sob a perspectiva do âmbito "familiar", mas como um problema que perpassa as diversas esferas sociais.

Depois de debruçar-nos sobre a questão da violência no trabalho ou como reflexo deste no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, outros fatores importantes foram levantados. Fora observado uma alta taxa de situações de violência doméstica dentre as trabalhadoras interpeladas, a partir de consequentes questionamentos acerca desse ponto. Motivando uma nova proposta de continuidade da pesquisa com as trabalhadoras. Agora, análise

possui um recorte na relação entre a violência doméstica e a ocorrida no trabalho no cotidiano das mulheres garis do DF.

Procedimentos Metodológicos

A primeira fase da pesquisa – 2011/2012 – foi realizada uma coleta de dados obtidos através de um survey, técnica de pesquisa centrada em um longo questionário que compreendeu questões fechadas e abertas. Foram aplicados 150 questionários em na maioria das Regiões Administrativas no Distrito Federal entre o final do ano de 2011 e o início de 2012.

A aplicação do questionário foi realizada abarcando os três turnos de trabalho das trabalhadoras garis oriundas de duas empresas à época responsáveis pela limpeza urbana no DF.

Os temas abordados no questionário abrangem principalmente informações sobre as condições de trabalho, o cotidiano no espaço de realização do trabalho, violência doméstica e no trabalho, saúde e a trajetória/história de vida dessas mulheres.

Já na segunda fase da pesquisa buscou-se o aprofundamento em alguns temas que foram despertados na aplicação do *survey*, dentre eles o tema do presente trabalho, violência doméstica. Para tanto foi utilizada como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada, sendo realizadas em três regiões do Distrito Federal, no Plano Piloto, Lago Sul e São Sebastião.

Foram entrevistadas 10 mulheres e todas foram informadas sobre quem éramos, quais eram os objetivos da pesquisa, os temas abordados, o sigilo sobre suas identidades – todos os nomes citados no texto são fictícios - e ainda que poderiam encerrar a entrevista a qualquer momento ou não responder alguma pergunta quando assim desejarem.

Concluindo, as entrevistas foram realizadas sempre no horário de almoço. Todas nós, pesquisadoras e garis, sentadas sobre sacos de lixo alaranjados e cobertas pela sombra mais próxima ao local de trabalho. Em alguns momentos as palavras foram interrompidas por colheradas e retomadas após um gole d'água ou suco "Tangue" preparado na hora.

Perfil Socioeconômico e Profissional das Trabalhadoras

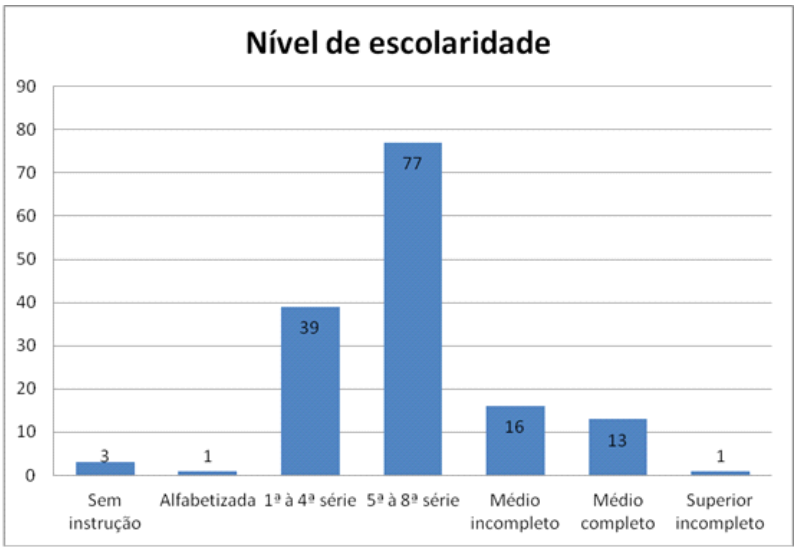
Atualmente o serviço de limpeza urbana do Distrito Federal está sob a responsabilidade das empresas terceirizadas Sustentare e Valor Ambiental que conta com aproximadamente 5000 trabalhadoras e trabalhadores – cerca de 60% são mulheres - para desenvolverem o serviço de limpeza dos espaços públicos de todo o território. Somando-se o número de mulheres que se

autodeclaram como pardas e pretas percebe-se que 80% das trabalhadoras interpeladas são negras.

São em sua maioria mães, tendo em vista que dentro do grupo pesquisado tem-se em média 3,16 filhos por mulher. Somando-se ainda as mulheres solteiras, separadas e viúvas chega-se a 54% do total das trabalhadoras entrevistadas. E muitas dessas trabalhadoras têm a sua renda como fonte econômica principal da família. O salário pago é o mínimo acrescido de uma gratificação de 20% correspondente à insalubridade.

E como já destacado por alguns autores (SOARES, 2010 e COSTA, 2004) elas são mulheres que possuem um baixo nível de escolaridade, tendo maior concentração nas séries do ensino fundamental. Observa-se que a maioria – mais de 2/3 das mulheres completou o primeiro grau de escolaridade. São poucas aquelas que conseguiram avançar nos anos de estudo. Com baixa escolaridade as possibilidades de ingressar no mercado de trabalho é bem mais restrita.

Gráfico Nº 1
Distribuição do nível de escolaridade segundo as séries concluídas
Distrito Federal , 2011-12



Fonte: Resultados da Pesquisa: Trabalhadoras Invisibilizadas. D.F., 2011/12.

A idade das trabalhadoras é bastante variada, porém têm-se algumas faixas-etárias significativas. 45% delas possuem idade entre 31 e 40 anos e 21% possuem idade entre 41 e 50 anos.

Por fim, é importante compreender características gerais da jornada de trabalho das mulheres garis visando apresentar a divisão do tempo diário entre os dois espaços pesquisados, o ambiente doméstico e o trabalho.

Todas as trabalhadoras possuem uma jornada de trabalho de sete horas diárias, excetuando-se uma hora destinada ao almoço, porém são divididas em três turnos de trabalho, um de 07:00h às 15:00h, e outros dois turnos de trabalho nas regiões centrais do Plano Piloto e em outras Regiões Administrativas extremamente movimentadas, como Taguatinga Centro. Sendo um turno intermediário, entre 15:00h e 21:00h e um outro, noturno, de 21:00h às 04:00h.

Dados Empíricos: Relações entre Trabalho e Violência Doméstica

"Só o salário do marido
Sua família passa fome
Mas o povo ainda condena
Diz que está atrás de homem"

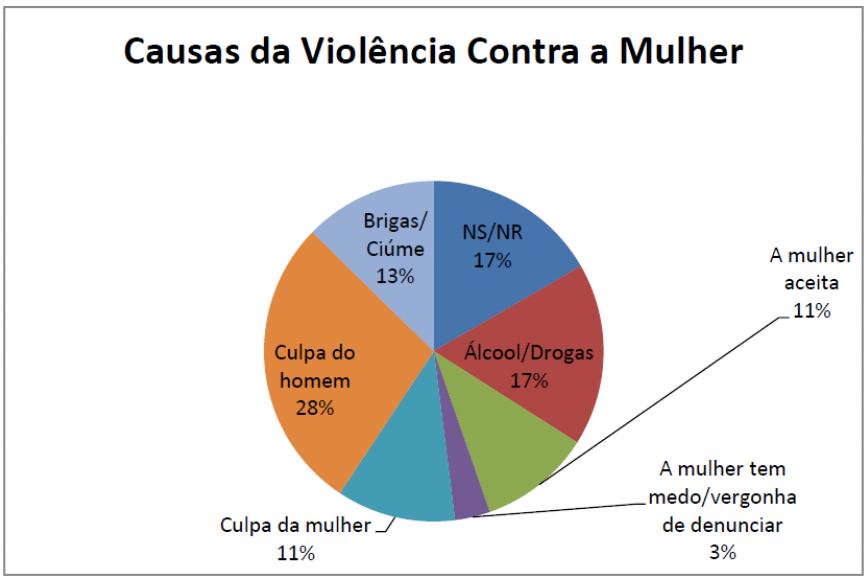
(União das Trabalhadoras de SP, 1984)

A partir dos dados obtidos na primeira etapa da pesquisa, *survey*, descobriu-se que 49% das trabalhadoras garis interpeladas já sofreram algum tipo de violência verbal pelo companheiro, violência manifestada por meio de xingamentos, insultos e humilhações. E 5% delas já sofreram violência sexual por parte de seu companheiro, sendo constrangida a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada.

Sobre a violência doméstica em sua manifestação física, abrange uma parte significativa, cerca de um terço do total, 33% delas já sofreram ou ainda sofrem violência física praticada por seus companheiros. Sendo importante apontar que 5% das entrevistadas preferiram não responder esta questão.

As mulheres garis ainda foram questionadas sobre as causas responsáveis pela violência contra a mulher. 22% das trabalhadoras responsabilizam a mulher pela violência doméstica. Ciúmes, brigas, drogas e álcool foram as causas mais frequentes.

Gráfico Nº 2
Possíveis causas da violência doméstica atribuídas pelas Trabalhadoras Garis Entrevistadas no DF Distrito Federal -2011/12



Fonte: Idem

A partir dos dados apresentados anteriormente verificou-se necessário aprofundar os estudos desse tema. Entrevistamos dez trabalhadoras, sendo que destas, seis já sofreram violência doméstica, e dentre elas, cinco ainda convivem com o agressor e ainda sofrem violência conjugal.

Cada uma delas possui história de vida e situações de violência especificas, no entanto, todas as entrevistadas afirmaram que a violência doméstica - sofrida no espaço privado - está diretamente relacionada com o trabalho – realizado no espaço público.

Quando comentei sobre violência doméstica em nosso primeiro encontro, Andréia, 23 anos comentou: "Eu acho que isso é normal, eu já tive já". A partir dessa afirmação percebe-se que a violência conjugal e a dominação do marido sobre a sua esposa está socialmente internalizado e arraigado aos valores patriarcais. Assim como Portella (2005) destaca, que a violência necessita ser legitimada para ser exercida. Encontramos ainda convergências com o trabalho de Azevedo (1985) na obra "Mulheres Espancadas" quando aponta que a violência contra a mulher possui um duplo sentido, o de reforçar o machismo e ao mesmo tempo ser legitimado por ele.

Posteriormente a mesma trabalhadora nos relatou que desde o início do seu casamento, aos 20 anos, vivenciava situações constantes de violência, perpassando violência verbal, psicológica e física. À época ainda não trabalhava e acredita que esse fator contribuiu para a prática da violência.

> *Se eu estivesse trabalhando enquanto estava casada teria sido diferente, talvez ele nem agisse dessa maneira, por que ele iria ver que eu sou independente. [...] Ele se sentia acima de mim.*

Assim que começou a trabalhar como gari, Andréia denunciou a violência, seu marido foi preso e liberado no dia seguinte por ser réu primário. Ainda afirma que a independência que o trabalho lhe proporcionou possibilitou que ela pudesse se separar de seu companheiro e da violência doméstica também. Destacar que tinha condições de manter-se e teve uma autonomia/firmeza para realizar a denuncia. Tal condição é muito proporcionado pela autoestima e auto-reconhecimento que o trabalho proporciona.

Severina, que possui 45 anos e se tornou gari a poucos anos afirma que a violência praticada por seu marido diminuiu muito após ter entrado em um trabalho remunerado:

> *Acho que ele ficou mais com medo, ele pensava assim: 'Ah, ela depende de mim, então se ela me botar para fora, ela vai passar fome, não vai ter mais como pagar a água, a luz e esses negócios.' Aí eu trabalhando não, eu sou independente. Eu compro as minhas coisas, eu pago as minhas contas. Eu acho que ele se sente inseguro.*

Ana, trabalhadora com 30 anos de idade, também casada afirma que as agressões domésticas só iniciaram após perder o seu emprego, e quando começou a trabalhar como gari as violências também diminuíram.

A luz das falas das três trabalhadoras supracitadas pode-se perceber que o trabalho se insere na vida dessas mulheres como um atenuante da violência conjugal, ou até mesmo como um meio para se libertar da situação de violência, como no caso de Andréia. Sendo fundamental destacar que essas falas estão sempre marcadas pela relação do trabalho com autonomia, e dessa autonomia com a não violência doméstica.

> A violência é um produto e, ao mesmo tempo, um elemento estrutural de subordinação das mulheres, dependendo fortemente, para a sua perpetuação, desta mesma subordinação, na qual as mulheres perdem a sua condição de sujeito.[...] A condição primordial para se lidar com a situação violenta é a

> recuperação da autonomia das mulheres – ou o seu "empoderamento" para superar as relações de subordinação e dominação que sustentam a violência. (PORTELLA, 2005, p. 93).

Severina ainda declara que além da diminuição da violência doméstica seu companheiro passou a ajudar nas tarefas domésticas depois que ela começou a trabalhar, serviço que anteriormente eram de sua total responsabilidade. Assim como analisam Teikal e Coutinho (2007), quando afirmam que "através da independência da mulher novos arranjos de tornaram possíveis no âmbito familiar".

> *Não é mais como era antigamente, por que eu até conversei com ele: 'Eu sei que tu trabalha, eu estou trabalhando, então a gente vamo dividir até as coisas de casa, quem chegar primeiro vai fazendo aí o arroz, o feijão, já vai adiantando alguma coisa.' Às vezes quando eu chego ele tem feito.* (Severina, negra, mãe de uma filha de 16 anos.).

Entretanto, não são todas as trabalhadoras entrevistadas que encontraram no trabalho uma contribuição para melhoras significativas no convívio familiar. As outras três que vivenciam situações de violência conjugal analisam o trabalho como um instrumento/motivo utilizado pelo companheiro para intensificar ainda mais a violência.

Clara - mulher de 50 anos que sustenta a casa praticamente sozinha e ainda ajuda financeiramente os filhos casados com o salário do trabalho de limpeza urbana – afirma que a violência e os xingamentos cotidianos por parte do marido começaram quando ela começou a trabalhar. "Ele está melhorando, mas no começo ele me chamava de lixeira, ele tem vergonha, tem nojo... ele me chamava muito de lixeira, fedida." E ainda brigava muito por ciúme dos colegas de trabalho.

Fátima - aniversariante que completou seus 40 anos no dia da nossa entrevista - tem um caso parecido com o de Clara, declara que o trabalho está sempre presente nas brigas frequentes entre ela e seu companheiro. Ele tem ciúme do contato que ela tem com outras pessoas fora de casa, seja no trabalho ou na escola. "Ele tem vontade que eu saia do trabalho, que eu não estude. Por que por ele eu não estudava, me puxava pelo braço lá na frente da escola." Quando questionada sobre os motivos do marido agir dessa maneira, Fátima faz a seguinte reflexão:

> *Eu vejo assim, que ele quer que eu saia do trabalho para mim ficar dependendo dele, por que aqui eu recebo e quando eu preciso de alguma coisa eu vou no mercado e*

> *compro. [...] E eu dependendo dele não, ele vai ter controle do que que eu estou gastando, do que que eu estou usando, do que que eu estou fazendo. E ele quer esse tipo de coisa.*

Para Laura - 33 anos, mãe de seis filhas – a violência doméstica só piorou desde que se tornou gari, a cerca de um ano. "Ele ficou mais agressivo, até mesmo com as crianças. Ele bebe às vezes e atinge as crianças, por que sabe que atingindo as crianças ele me atinge. É claro que mexendo com os filhos da gente quebra facinho a gente."

Bem como as outras trabalhadoras, Laura também descreve o ciúme do marido em relação a seu emprego:

> *Ele fala que eu vou é namorar. [...] Ele pensa que eu não venho trabalhar, que eu venho é atrás de um macho. Ele me liga e pergunta se está bom o churrasco aqui.*

Até mesmo Severina, que nos descreveu diversos exemplo de como a sua relação conjugal melhorou com o trabalho, nos aponta que este foi utilizado como motivo de ciúme de seu companheiro quando relata que já esteve em depressão e atualmente faz tratamento psiquiátrico por causa dos longos anos de violência doméstica sofrida:

> *As vezes a culpa também era mais de chegar em casa e ele ficava mexendo com o psicológico da gente, ficava dando macho, falando que eu tinha macho, às vezes eu chegava cansada do serviço e porque eu não queria às vezes fazer sexo, ele falava que a pessoa estava transado nos trechos. Assim, essas coisas velhas de bebo.*

Torna-se ainda fundamental analisar alguns pontos muito importantes sobre essas falas. O primeiro elemento é que apesar das três últimas mulheres citadas descreverem situações de intensificação da violência, portanto, o contrário dos primeiros casos apresentados, diminuição.

Em ambos os casos ocorreram mudanças significativas nas situações de violência vivenciadas por elas por meio da inserção delas no trabalho assalariado, mais especificamente, no serviço de limpeza urbana do Distrito Federal.

Tende-se a delimitar profundamente os dois espaços, público e privado, isolá-los, excluindo, ou simplesmente ignorando a influência mútua que exercem sobre o outro espaço. A ordem social fica estruturada em duas esferas separadas.

No entanto, como já apresentado, a fala das entrevistadas demonstram e tornam vivida essa relação público/privado. O trabalho, que se encontra na esfera pública, está constantemente presente na esfera privada, no espaço familiar, na violência doméstica.

Ao analisar a violência doméstica de maneira ampla e a violência sexual de maneira específica Bandeira (1999) aponta que é "inegável a importância do social na perpetração dessas violências".

Ainda é importante relembrar que até mesmo as relações familiares, normalmente de acesso mais restrito aos membros pertencentes à ela, não se constituem isoladas da sociedade como um todo. "A socialização faz parte deste processo de se tornar mulher/esposa, mas não se trata apenas daquilo que as mulheres introjetam em seu inconsciente/consciente. Trata-se das vivências concretas" (SAFFIOTI, 2005, p. 67).

A vida doméstica, privada, familiar, se sustenta e se constitui a partir de valores sociais estruturais, machistas e heteronormativos. Ambos os espaços, privado/público se permeiam e influenciam no trabalho, no acesso a direitos e participação política. "A violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar." (AZEVEDO, 1985).

O segundo ponto a ser levantado é que, novamente, em ambos os casos as mudanças se fundamentam no mesmo argumento, a conquista de autonomia da mulher por meio do trabalho e a insegurança do marido em relação a isso. Alguns companheiros se tornaram mais violentos e outros diminuíram a violência, mas sempre as falas das trabalhadoras levantavam a independência e a autonomia como fatores fundamentais para a ação do marido.

Bruschini (1993), a partir de uma análise histórica, relata como os estudos feministas apontavam que "a raiz da subordinação da mulher está na sua exclusão do mundo produtivo", ainda ressalta que o feminismo marxista brasileiro "considerava a trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina".

A violência contra a mulher está sempre legitimada por um conjunto de valores sociais machistas e sexistas que conferem ao homem a superioridade e o controle sobre a mulher. Assim, quando a mulher começa a trabalhar, a hierarquia, os papéis e o controle masculino em que se sustentam a violência são ameaçados, ameaçando consequentemente o próprio exercício da violência machista.

No nosso campo de análise percebeu-se que em todos os casos a violência doméstica foi deslegitimada pelo trabalho. Assim, com a perda da legitimidade conjuntamente com a insegurança despertada pela independência financeira das mulheres, a violência praticada por alguns dos companheiros foi enfraquecida.

Nos outros casos a violência também é deslegitimada, entretanto, o cônjuge agressor recorre a violência como meio de reforçar o domínio sobre a mulher que vem sendo perdido. Como Saffioti destaca:

> Nem sempre, todavia, a ideologia é suficiente para garantir a supremacia masculina, os homens recorrem, com frequência, à força física para assegurarem o seu domínio. A violência física aparece, pois, como fator coadjutor no processo de simbolização do poder masculino. (SAFFIOTI, 1984)

Assim como Saffioti, Azevedo (1985) ressaltou que as relações hierárquicas entre os sexos "são sempre e necessariamente mediadas por violência simbólica, já que o seu cimento está na ideologia machista". Ainda no mesmo trabalho a autora afirma que às vezes a ideologia, por si só, não consegue garantir a superioridade e dominação masculina, assim, os "homens recorrem à violência física" para mantê-las.

Por fim, ainda foi analisado o papel que o trabalho assume na vida dessas trabalhadoras frente à violência vivenciada em seu ambiente familiar. Ao iniciar a pesquisa considerou-se a hipótese de que o trabalho pudesse assumir um papel de "martírio" na vida dessas mulheres, tendo em vista que mesmo emocionalmente desestabilizada e afetada pelas mais diversas consequências ocasionadas pela constante violência física e psíquica ainda têm que trabalhar diariamente, desempenhando uma rotina de trabalho tão sobrecarregada como a realizada pelas garis.

Entretanto percebeu-se que em todas as falas o trabalho foi apontado como um lugar de "refúgio", "descanso". Ao trabalhar, essas mulheres aumentaram o convívio social, considerando que em grande parte dos casos de violência doméstica o espaço do trabalho é um dos poucos ou o único lugar que a mulher frequenta além do próprio espaço doméstico, onde normalmente ocorre a violência. Ainda é um dos poucos espaços e momentos da vida da mulher em que o marido não pode controlar, dominar e fiscalizar.

Referências

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no brasil. In: SILVA, José Fernando Alves da; LIMA, Ricardo Barbosa de; DAL-ROSSO, Sadi (Org.). **Violência e trabalho no Brasil**. MNDH, 2001.

AZEVEDO, Maria Amélia de. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo. Cortez, 1985.

BRASIL. Data Senado. **Pesquisa sobre violência doméstica contra a mulher**. Brasília. Senado Federal, 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria e SUÁREZ, Mireya. Introdução a gênero, violência e crime no Distrito Federal. In BANDEIRA, Lourdes Maria; SUÁREZ, Mireya. (Org.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília. Editora UnB, 1999.

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho feminino: trajetórias de um tema, perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 1993.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo. Globo, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre a Mulher e Violência. Franchetto, 1985.

DAL ROSSO, Sadi. Condições de trabalho no limiar do século XXI. Brasília. Épocca, 2008.

DEBOUT, Michel e LAROSE, Christian. **Violences au travail**: les editions de l'atelier. Paris, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

IPEA. Comunicado 65º PNAD 2009 – Primeiras Análises: investigando a chefia feminina de família. Brasil, 2010.

LIEDKE, E. R. Trabalho. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre. URGS, 2006

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento.** São Paulo. Francis, 2010.

PORTELLA, Ana Paula. Novas Faces da Violência contra as Mulheres. In: CASTILLO MARTÍN, Marcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro**. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO MARTÍN, Marcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a ferro**. Brasília. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

TEIKAL, Carolina Macedo e COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**. V. 38, n. 3, p. 262-268, set/dez. 2007.

III Simpósio Nacional GÊNERO e INTERDISCIPLINARIDADES
GÊNERO, SEXUALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

MULHERES GARIS, UMA PERSPECTIVA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO/OFÍCIO

Juliana Brussi
Universidade de Brasília

Lourdes Bandeira
Universidade de Brasília

Resumo: O trabalhado de gari, assim como outras categorias de trabalho ligadas a limpeza e cuidado, no Distrito Federal é composto, majoritariamente, por mulheres pretas e pardas com baixa escolaridade. O exercício dessa profissão, de forma geral, proporciona perigos para a saúde das trabalhadoras, já que trabalham ao ar livre, enfrentando chuva e sol em jornadas de trabalho exaustivas e caminhando por longas distâncias. As consequências dessas condições de trabalho são evidenciadas nas respostas e relatos expostos da maioria das trabalhadoras que participaram da pesquisa, que apresentam dores constantes pelo corpo, devido as grandes distâncias que percorrem, ao peso e tamanho dos instrumentos de trabalho e as condições do clima. Os maiores e mais recorrentes riscos que correm são contaminação pelo lixo e principalmente, acidente de carro. Dessa forma, pode-se analisar e questionar sobre a eficiência dos instrumentos de trabalho e segurança, bem como a preocupação, os serviços prestados e as precauções tomadas ou não pela empresa, governo e sindicato para assegurar a saúde e bem-estar no trabalho e a segurança dessas trabalhadoras. Os objetivos do trabalho foram buscar compreender e analisar como o ambiente, o tipo, a intensidade do trabalho e a carga horária influenciam nas condições de saúde dessas trabalhadoras, a partir de questionários, observações e visita ao sindicato da categoria no DF.

Palavras-chave: Trabalho. Gênero. Saúde.

Introdução

A pesquisa com mulheres garis no Distrito Federal foi realizada a partir de seleção no Programa de Iniciação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ProIC – CNPq), e vinculada ao projeto de pesquisa Trabalhadoras Invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência, aprovado pelo Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDANo. 020/2010.Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo. Coordenado pela Profa Tânia Mara de Almeida, e este, por sua vez, orientado pela Profa Lourdes Bandeira.

Foram aplicados 150 questionários, em aproximadamente 20 Regiões Administrativas[1], para mulheres trabalhadoras do Sistema de Limpeza Urbana do Distrito Federal, as chamadas garis.

1 Asa Norte, Asa Sul, Ceilândia, Cruzeiro, Estrutural, Gama, Granja do Torto, Guará, Lago Norte, Lago Sul, Planaltina, Samambaia, São Sebastião, Sobradinho, Sudoeste, Taguatinga, Vila Planalto e Vila Telebrasília.

A inserção no mercado de trabalho, na sociedade moderna, significa sobrevivência do indivíduo e de seus dependentes. Já, para as mulheres, além de meio de sobrevivência é o principal meio pelo qual buscam emancipação e autonomia, em um ambiente parcial caracterizado pelo domínio masculino, branco, heterossexual e com posses (Warner, 1990 e 1992). Porém, mesmo com uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho atualmente, é possível observar, que ainda estão inseridas em atividades de menor qualificação, menor prestígio e de piores condições laborais, com restrição de direitos trabalhistas e longas jornadas de trabalho, etc.

Socialmente, tarefas ligadas ao cuidado, limpeza, higiene são consideradas como femininas, já que a docilidade, paciência, a resistência para trabalhos monótonos e repetitivos são qualidades pretensamente naturais da mulher. A categoria sócio-profissional pesquisada – de - , trabalhadoras do Sistema de Limpeza Urbana, as garis, não é diferente, visto o ambiente, os instrumentos de trabalho e de segurança que utilizam, ou o tipo de atividade laboral que exercem, lidando com o lixo, com os abjetos da sociedade. A partir dessas características e condições de trabalho que exercem, a saúde dessas mulheres é afetada, influenciando em suas vidas individuais e sociais.

Os objetivos a propostos foram de buscar compreender e analisar as condições de saúde que caracterizam as mulheres trabalhadoras garis, no exercício de sua profissão. Coube investigar quais são os perigos, os danos e os malefícios desse ofício que interferem na saúde feminina destas mulheres trabalhadoras. Como o ambiente, o tipo e a intensidade do trabalho, a exposição as condições climáticas – ora sol em demasia, ora chuva, a carga horária, a relação das mulheres com os homens garis, ou como outras categorias influenciam em suas condições de saúde, assim como a saúde dessas mulheres influencia em suas vidas, em todas as esferas subjetivas e sociais, como trabalho, família e educação.

Metodologia

Foram realizadas observações de campo, anotadas em diário de bordo, assim como foram aplicados 150 questionários (Anexo I), em todos os turnos de trabalho dessa categoria sócio-profissional, perfazendo um total de aproximadamente 20 Regiões Administrativas do Distrito Federal, incluindo Plano Piloto.

O questionário se dividia em nove blocos, contendo questões que abarcam o trabalho, a família, violência, saúde e educação. Tendo como tema de cada bloco, os seguintes: Identificação da entrevistada; Local de trabalho; Características do trabalho; Condições de moradia e transporte; Trabalho, família e vida pessoal; Discriminações e violência no tratamento; Violência doméstica; Condições de saúde e Expectativas.

Também foi realizada uma visita no sindicato da categoria, Sindlurb-DF, onde conversamos com o atual presidente, além de conversas com as trabalhadoras em momentos menos formais.

Características do trabalho

As mulheres participantes da pesquisa fazem parte de duas empresas licitadas no decorrer da pesquisa, são elas: Delta e Valor Ambiental, que têm cerca de 5000 empregados e empregadas trabalhando nas atividades de limpeza urbana, sendo aproximadamente 60% desse contingente composto por mulheres. Este é um cenário recente, segundo o atual presidente do sindicato, já que houve uma migração dos homens para a construção civil. As empresas prestam serviços de limpeza, sendo divididos em varrição, catação, pintura/capina e coleta.

A varrição é feita em duplas ou trios. As trabalhadoras utilizam basicamente um carrinho, vassoura, pá e sacos de lixo. Na catação não há equipe, é realizada individualmente, usando-se espeto e sacos de lixo. A pintura/ capina é denominada como "grupo dos diversos", é feito por equipes contendo mais de 5 pessoas, pintando meios-fios e retirando matos entre as encostas do mesmo, este serviço é realizado com enxada e pás, bastante parecidas com as de construção civil, devido o tamanho e o peso. O trabalho da coleta é realizado por aquelas pessoas que trabalham no caminhão de lixo, coletando os sacos já cheios, e colocando no caminhão. É importante ressaltar que existe um maior número de mulheres trabalhando nos dois primeiros tipos de trabalho, enquanto no serviço de coleta quase não existem mulheres.

Participaram da pesquisa mulheres que atuam na varrição, catação e pintura/capina, não houve contato com mulheres que trabalhassem na coleta, já que não encontramos mulheres trabalhando nessa atividade.

Existem três turnos de trabalho, o primeiro pela manhã, tendo início às 7 horas e término às 15 horas, tendo 1 hora de almoço. O segundo turno se inicia às 15 horas e se encerra às 21 horas, e o último turno de trabalho começa às 22 horas e termina às 4 horas da manhã. Os

dois últimos turnos de trabalho não possuem intervalo ou as trabalhadoras "descontam" esse tempo saindo mais cedo.

Ao longo da jornada de trabalho, fiscais e supervisores visitam os trechos onde as trabalhadoras garis estão trabalhando, afim de supervisionar a velocidade, a qualidade e eficiência da limpeza. Os trechos onde elas realizam as atividades, geralmente, são muito longos, então, elas devem percorrer uma distância muito grande durante o turno de trabalho.

É obrigatório o uso de uniforme, calça, blusa de manga comprida e chapéu, identificados com o nome da empresa, confeccionados em cores laranja, com a blusa azul para a empresa Delta, e verde para a empresa Valor Ambiental. O uniforme é também obrigatório para o ingresso no ônibus da empresa, que as levam da parada de ônibus para a DL, onde assinam o ponto e esperam para irem, também com o ônibus da empresa, para o local de trabalho, assim como o caminho inverso. Os instrumentos de segurança oferecidos pela respectivas empresas são: botas e luvas, sendo esta feita de pano, protegendo muito pouco quem as usa, como no contato com lixo quando está molhado e objetos cortantes, além de um cone, para sinalização, caso estejam trabalhando em alguma via.

Características sócio-demográficas da trabalhadora gari

Algumas características são importantes de serem ressaltadas, entre as mulheres que responderam aos questionários, 16% se auto declararam pretas, e 64%, pardas, somando-se 80% de negras, já que de acordo com o IBGE, a população negra é constituída por pretos e pardos.

As mulheres que responderam aos questionários residem nas Regiões Administrativas mais afastadas do Plano Piloto ou no entorno, cidades de Goiás próximas ao Distrito Federal, mas é interessante notar que 61% possuem a moradia própria. Perfazem 46% das participantes que são casados ou possuem união estável, e 43% de solteiras. Muitas dessas mulheres são responsáveis pela renda principal da família, sendo um dado importante neste caso o fato das mulheres chefes de família serem as mais pobres entre as pobres (Valdes & Gomariz, 1993). Em termos brutos, são 3,18 filhos e filhas por mulher.

Quanto a escolaridade, 20% começaram a cursar Ensino Médio, e apenas a metade o concluiu. As mulheres que cursaram até o Ensino Fundamental, não necessariamente o concluindo, somam 77% das trabalhadoras.

Dessas trabalhadoras, 92% não estão estudando, devido, principalmente, a falta de tempo, o cansaço, a distância e o perigo para chegar a alguma escola e a não obtenção de uma vaga na escola apetecida no horário desejado.

Trabalho e gênero

Mulheres e homens vivenciam diferentemente fatos de seu cotidiano, mesmo fazendo parte da mesma classe social e exercendo a mesma atividade laboral. Essas diferenças são observadas tanto no espaço público, por exemplo, no ambiente do trabalho, como no espaço privado. Segundo Engels (1951, p. 128), "Segundo a concepção materialista da história, o fator determinante na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida real". Dessa forma, pode-se dizer que, de algum modo, trabalho e família estão intrinsecamente relacionados, já que são dois polos da vida social, produção e reprodução (NOGUEIRA, 2011).

Como dito anteriormente, o trabalho é o meio pelo qual as pessoas criam condições materiais para sobreviver. Porém, para as mulheres, além de uma forma de subsistência, é o principal modo pelo qual obtém sua emancipação, tanto no plano material como no campo simbólico. Entretanto, no geral, o trabalho das mulheres tem sido marcado pela precariedade e invisibilidade, quando exercido dentro de casa, não possui reconhecimento como trabalho, é um trabalho não-remunerado e invisível. Quando exercido fora da família, no espaço público, muitos ofícios e profissões têm características específicas, tais como o desprestígio, piores condições laborais, baixos salários, etc. O trabalho na limpeza urbana é visto como possuidor dessas características, além de ser invisível, pois só é notado quando não é feito.

Considerando-se que mesmo existindo uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, mas que este, geralmente, obtém menor prestígio social, assim como tem condições precárias, salários baixos, cargas horárias exaustivas, etc., assim como aponta Mitchell, "uma vez que, ao mesmo tempo em que se deu uma expressiva feminização do trabalho, ela se realiza precarizando ainda mais a força do trabalho feminino". Pode-se observar que as mulheres garis estão inseridas nesse contexto, já que quando questionadas sobre qual atividade exerciam antes de ingressarem na profissão atual, 36% responderam ter sido doméstica e/ou diarista,19% responderam serem donas de casa e 8% trabalharam em serviços gerais.

Percebe-se, portanto, que as atividades realizadas anteriormente a serem garis, em sua maioria, são caracterizadas pelo baixo salário e prestígio social, longa jornada de trabalho,

principalmente no caso das domésticas, e/ou o trabalho (exaustivo) realizado no espaço de reprodução social, não-remunerado, no caso das donas de casa.

De acordo com Bruschini ao analisar o tempo de trabalho despendido pelas mulheres em relação ao trabalho no espaço produtivo e reprodutivo, constatou-se que:

> No Brasil, poucos foram os estudos que utilizaram a metodologia orçamento-tempo. Um dos pioneiros foi o de Figueiredo (1980) que, ao investigar chefes de família em uma comunidade pesqueira da Bahia, mostrou que somando suas atividades remuneradas e não remuneradas, essas mulheres trabalhavam, em média, 95 horas por semana. (BRUSCHINI, 1998, p. 291, 292).

Além do trabalho precarizado, é possível perceber nas respostas das trabalhadoras que 70% das atividades são ligadas ao espaço privado, de reprodução, bem como vinculadas ao cuidado, higiene, limpeza e alimentação. Não por acaso, tem-se essa alta porcentagem de tais modelos de trabalho, já que as mulheres são educadas desde a infância para o seu papel na reprodução social e esse processo será conveniente no futuro, para o capital e para o trabalho. A docilidade, a paciência, a resistência para o trabalho monótono e repetitivo são qualidades pretensamente naturais das mulheres, que resultam, na verdade, desse longo processo de qualificação para o trabalho (Kergoat, 1990).

Com a atualidade, produziu-se um processo de precarização do trabalho, devido a algumas mudanças construídas nas relações de trabalho, como as condições de trabalho, e relações de emprego que direcionam para uma maior instabilidade e inseguranças para trabalhadores e trabalhadoras. Além, de hoje, ser possível um crescimento econômico sem a ampliação do número de empregos, devido à tecnologia, por exemplo. Há, também, um aumento na terceirização, que tem permitido outras formas de contratação que substituem o emprego formal, regulamentado e relativamente estável (Antunes, 2003), bem como restringem direitos trabalhistas.

Com as garis, que são terceirizadas, não é diferente, pois várias mulheres não entram em férias há anos, já que com o processo de licitação, existe uma constante troca de empresas, dessa forma, as trabalhadoras migram de uma empresa para outra, fazendo com que não tenham 1 ano de contrato dentro da mesma, e dessa forma, não tirem férias. O sindicato confirmou a informação, com o dado de que desde 2006, têm ocorrido trocas constantes de empresa.

Saúde, trabalho e a mulher gari

É possível questionar a definição de saúde e doença apenas como fator biológico, resgatando-se o lugar da doença na experiência humana, como o fez a antropologia médica (RABELO, ALVES e SOUZA, 1999). Existe, portanto, a importância de se compreender a saúde como um fenômeno social, um fato resultante das interações humanas, e da vida em sociedade, tais como são vistos: educação, religião, política, família, etc. Portanto, com certo atraso, a sociologia vai promover uma desconstrução dessa visão biologizante da doença, integrando um conhecimento sociológico na explicação de impactos na cidadania provocados por políticas governamentais ou não-governamentais, pela educação, prevenção e promoção à saúde nas comunidades, bairros e lares.

Além da mudança na concepção biologizante da saúde e doença, há uma outra mudança que surge em meados dos anos oitenta, quando passa-se de uma percepção simplista de saúde ser considerada como o "antônimo" de doença - saúde era o que não fosse doença – para uma visão mais complexa. A saúde deixou de ser entendida como ação preventiva para ser entendida como promoção, não se referindo mais a uma doença ou desordem, mas à qualidade de vida.

As mudanças citadas na concepção de saúde e doença também contribuíram para um aumento do registro de doenças ligadas ao trabalho, além de outros fatores como afirma Oliveira:

> O registro das doenças ligadas ao trabalho, embora também subnotificadas como os acidentes, vem aumentando principalmente na última década. Segundo o próprio INSS, o aumento do registro de doenças deve-se a três fatores principais: mais enfermidades passaram a ser relacionadas ao trabalho, os casos de fato aumentaram e diminuíram as subnotificações[2]. (OLIVEIRA, 2000).

O conceito de saúde ocupacional nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, devido a incapacidade da medicina do trabalho de explicar e responder aos problemas de saúde que surgiram do processo de produção (DIAS e MENDES, 1991). Assim como nessa ocasião, nos dias atuais, há uma dificuldade em relacionar os problemas de saúde das mulheres com suas atividades laborais, sendo enfocados, do ponto de vista da prevenção dos riscos à gravidez, o que reforça estereótipos de gênero, a visão biologizante e funcionalista da mulher.

De acordo com Messing (1993), o tipo de trabalho em que as mulheres atuam produz alguns problemas de saúde que, a curto prazo, não são agudos ou dramáticos, mas ao longo do tempo torna a penosa a vida de todos os dias. Diferentemente das doenças agudas, que

2 Matéria divulgada pela *Folha de S. Paulo* no dia 4 de abril de 1999.

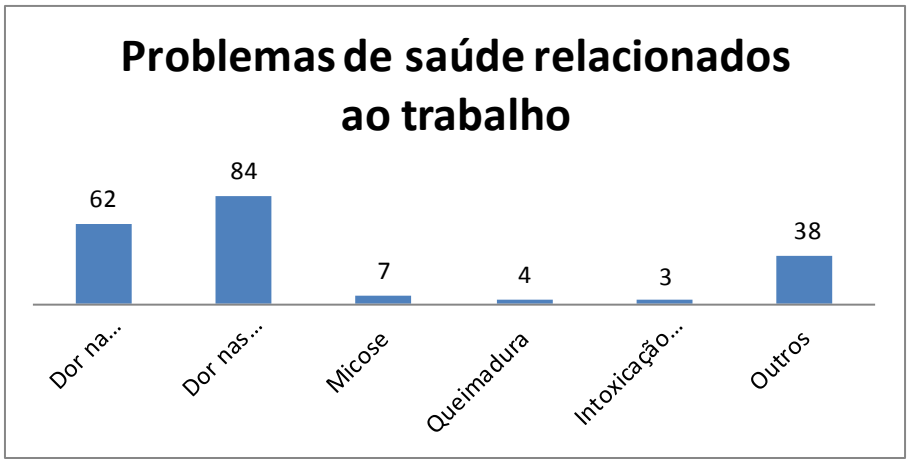
interrompem temporariamente a vida cotidiana, doenças crônicas produzem uma desestabilidade muito grande, já que há uma imprevisibilidade de dias bons ou ruins e uma prolongada interrupção das atividades cotidianas.

Essa é uma realidade presente no cotidiano das mulheres garis, quase todas as trabalhadoras se queixam de dores pelo corpo, principalmente, nas costas, pés, pernas e braços. Essas dores dificultam atividades "obrigatórias" para elas, tanto no trabalho, quanto na vida particular e familiar, já que cumprem uma dupla jornada de trabalho, além do trabalho .remunerado, trabalham em casa, pois muitas ou são mães solteiras, ou não dividem as tarefas domésticas com outras pessoas na casa.

Ao serem perguntadas, no primeiro momento, se apresentavam algum problema de saúde ocasionado pelo tipo de trabalho que exercem, um grande número das respostas era negativo, porém, quando citados alguns problemas de saúde, as respostas tornavam-se positivas.

Das 150 mulheres, 117 responderam ter algum problema de saúde relacionado ao trabalho, esse número de respostas positivas equivale a 78% das entrevistadas. Um número ainda mais expressivo se dá nos tipos dos problemas de saúde que possuem. Das que responderam positivamente, 94% têm algum dos problemas de saúde relacionados à dor. O gráfico seguinte mostra quantas mulheres responderam positivamente a cada alternativa, ressalto que cada mulher podia responder positivamente à todas as alternativas, e que na alternativa "outros" 71% das respostas também foram relacionadas a dor.

Gráfico Nº 4
Número de mulheres que tem algum dos problemas de saúde citados, relacionados ao trabalho
Distrito Federal, 2011/12



Fonte: Dados resultantes da pesquisa "Trabalhadoras invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência", Distrito Federal, 2011/12.

Pode-se perceber que há um número grande de mulheres que sentem dor, e não sem motivos, já que a atividade aqui relatada caracteriza-se pela alta repetitividade, monotonia, ritmo intenso, esforço físico e pressão da chefia. Ainda, como sugerem Assunção & Lima (2003), em uma situação de trabalho, a nocividade se apresenta quando a organização do trabalho diminui as possibilidades do trabalhador evitar a exposição a fatores de risco, como, quando impõem ritmos, tempos para cumprir tarefas, cargas pesadas de trabalho, ou negligenciar o investimento dos e das trabalhadoras para compensar os desequilíbrios da situação.

Ao serem perguntadas sobre as regras de trabalho, 45% responderam que não existe distinção entre as regras de trabalho para as grávidas e para quem não está grávida. O que pode causar problemas de saúde tanto para a gestante, como para o bebê. Houve uma mulher que relatou que sofreu um aborto espontâneo, durante o trabalho, e ao ir ao hospital, o médico afirmou que poderia, sim, ter sido causado pelo tipo de trabalho que estava exercendo. A funcionária não pediu indenização.

Nas atividades laborais que as garis exercem, é imposto um determinado tempo para a conclusão da tarefa, logo, fiscais ou supervisores, frequentemente, exigem mais rapidez, restringindo conversas, pausas para descanso e também para responder ao questionário.

Além, das condições impostas às mulheres, também existe o fato dos instrumentos de trabalho serem impróprios, tornando a atividade mais difícil e exaustiva. Por exemplo, 44% avaliaram como pesado o carrinho, e 11% como muito pesado. É percebido, portanto, que mesmo quando o espaço de trabalho é composto majoritariamente por mulheres (como no caso do Serviço de Limpeza Urbana), há a inadequação dos equipamentos de trabalho (ESTRYN-BEHAR & POINSIGNON, 1989), pois as medidas consideradas universais de quem trabalha, tem como referência o corpo do homem, causando posturas incorretas, cansaço muscular, dores entre outros problemas de saúde para as trabalhadoras.

Pelo fato da dor ser uma experiência bastante individual, não proporcionar marcas físicas visíveis, passa a não ser valorizada "sendo 'percebida' quando o quadro clínico se encontra em estágio já avançado, trazendo grande incômodo ou mesmo incapacidade no trabalho e nas tarefas extralaborais" (SETTIMI, 1995). Assim, além de sofrerem com a dor, ao procurarem seus superiores, ou médicos, principalmente, da empresa, encontram descrédito, houve situações em

que uma trabalhadora relatou que havia ido ao hospital e recebido uma semana de atestado, porém, ao mostrar o atestado, o médico da empresa, diminuiu os dias de repouso para dois.

Logo, ao mesmo tempo, em que sofrem e são obrigadas a aguentar a dor física, tanto durante a jornada de trabalho, como nas tarefas do lar, essas mulheres podem ter sofrimento psíquico e emocional, fazendo com que muitas vezes as trabalhadoras escondam o desconforto e as dores para evitar problemas.

Outros problemas são causados devido às condições laborais, por ficarem durante longo período do dia nas ruas, não possuem lugar físico para irem ao banheiro ou manterem a higiene pessoal. Nos lugares onde existem banheiros, como rodoviária e feiras ou em comércios maiores, em que o acesso se dá de forma mais livre, como em supermercados, não encontram problemas tão grandes comparando-se às mulheres que trabalham em trechos vazios, ou quase vazios, em que não existem grandes comércios ou apenas residências. Essas trabalhadoras, relataram que são obrigadas a pedir para usar o banheiro, e muitas vezes recebendo um "não" como resposta, ou fazem no mato, como disseram, ou apenas em casa, quando voltam. No turno da parte da noite, encontram um maior obstáculo, já que não existem comércios abertos, então, ou repetem a solução de ir no mato, ou as vezes, usam banheiros de postos policiais ou de blocos, onde zeladores trabalham de madrugada. Existem alguns casos de mulheres que tiveram infecção urinária, exemplificando o quanto essas condições trazem danos à saúde.

Para a alimentação, no turno onde existe o espaço de 1 hora para o almoço, tem-se um total de 23% de mulheres que quase sempre levam o almoço para o trabalho e de 53% que sempre levam. Um dado importante é que em algumas Regiões Administrativas existem Restaurantes Comunitários, no valor de 1 real, então, nessas RAs, existe essa outra possibilidade bastante usada para a alimentação.

O fato das mulheres levarem seu almoço para o trabalho, influencia em sua saúde, já que a comida é guardada dentro das mochilas individuais de cada gari, depois elas colocam a mochila em um saco de lixo para protegê-la e em seguida dentro do carrinho, colocando outros sacos de lixo onde serão despejados o lixo encontrado. Vê-se que essa prática pode proporcionar algum perigo para a saúde delas. Na hora de comer, em sua grande maioria, param em alguma sombra e fazem seu alço ali mesmo, sem esquentar, ou sem antes manter a comida em um lugar que previna o apodrecimento de algum alimento.

O acesso a água é bastante similar ao do banheiro e da alimentação, trazem de casa garrafinha, na maioria das vezes, porém, quando a água acaba ou está muito quente, têm que pedir em comércios e residências. E são relatados grandes constrangimentos de recusarem dar um copo d'água, ou oferecem um copo e falarem para elas que não queriam o copo de volta.

O ambiente de trabalho pode causar desconforto na vida de quem o vivencia, seja por desavenças com colegas ou chefias, pelo tipo de trabalho e instrumentos ou pelo ambiente físico. O ambiente em que as garis trabalham é insalubre, lidam com o lixo, com a sujeira, com os abjetos da sociedade, 73% disseram já ter sentido nojo enquanto trabalhavam, as causas mais frequentes são quando encontram fezes ou animais mortos, porém, muitas, como forma de resistência e autonomia dizem não pegar quando encontram.

Para além dessa questão, ainda existe a presença de sol e chuva. Nos dias de chuva, dizem não trabalhar quando ela está forte, mas devem continuar as atividades em caso de chuva fina, garoa, usando uma capa que a empresa fornece, entretanto, as mulheres relatam que a qualidade da mesma não é boa, disseram ser feita do mesmo material de "saquinhos de dindin", o que facilita que rasgue com o mínimo de contato com alguma coisa.

São muitas as queixas em relação ao sol, apesar de usarem um chapéu, ainda ficam muitas horas do dia exposta aos raios solares. Nenhuma das empresas fornece protetores solares, ou não há qualquer lei para essa questão, atualmente. É interessante o dado de que 75% responderam usar protetor solar, mesmo tendo que pagar com o próprio dinheiro. Algumas delas questionaram não haver alguma norma para que as empresas forneçam esse produto para os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema de Limpeza Urbana.

A curto prazo, a exposição constante aos raios solares causa mal-estar e dor de cabeça, principalmente em Brasília, onde o clima é muito seco em determinadas épocas do ano, com a umidade relativa do ar baixa, chegando a 10%, em setembro de 2011[3], lembrando do difícil acesso a água que encontram durante a jornada de trabalho. A longo prazo, o sol pode causar problemas de pele, manchas, e câncer.

Somando-se a cansativa jornada de trabalho, há o tempo da locomoção dessas trabalhadoras de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Nos turnos que se iniciam durante o dia, as mulheres passam cerca de 2 horas, ou 2 horas e meia, em transporte, geralmente

3 Matéria divulgada pelo site *globo.com* no dia 6 de setembro de 2011.

fornecido pela empresa. No caso do turno noturno, onde o horário é de 22 horas às 4 horas, há uma maior carga desse sobretrabalho, desse tempo gasto para o trabalho não contabilizado e remunerado, algumas mulheres devem estar na parada de ônibus às 20 horas para pegar o ônibus da empresa, que as deixam de volta depois da jornada de trabalho, somente às 6 horas da manhã, nesse caso, são 4 horas de trabalho não contabilizado. Dessa forma, o tempo para descanso, que já é curto, devido a todas as tarefas domésticas que fazem, diminui ainda mais, tornando seus corpos mais cansados, e portanto, mais propícios para contrair doenças, tanto físicas como psíquicas e emocionais.

Conclusão

A entrada da mulher no mercado de trabalho representa uma vitória, a principal forma em que buscam sua emancipação. Porém, mesmo com o aumento de mulheres no mercado de trabalho e o número crescente de mulheres chefes de família, esse mercado ainda é marcado pela desigualdade, as mulheres ainda estão inseridas em trabalhos de menor qualificação, menor prestígio social, salários baixos e precárias condições laborais.

Assim como outras categorias de trabalho ligadas a limpeza, cuidado e higiene, o trabalho de gari, no Distrito Federal, em sua maior parte é composto por mulheres, com baixa escolaridade e que são em sua maioria pretas e pardas. O ambiente e instrumentos de trabalho e segurança, assim como o tipo de trabalho exercido proporcionam perigos para a saúde das mulheres garis, já que trabalham ao ar livre, enfrentando chuva e sol em jornadas de trabalho em que ficam em pé durante 6 ou 7 horas, caminhando por longas distâncias. Porém, nem sempre os problemas de saúde que possuem são considerados como causados pelo trabalho que exercem.

Verificou-se que a maioria das trabalhadoras apresentam dores constantes de cabeça, nas pernas, braços e costas, devido as grandes distâncias que percorrem, a inadequação dos instrumentos de trabalho, como peso e tamanho, que dificultam o uso e causam más posturas, cansaço e dores, e as condições do tempo, como sol e chuva. Os maiores e mais recorrentes riscos que correm, segundo elas mesmas, são contaminação pelo lixo, agressão por moradores de rua e, principalmente, acidente de carro, quando limpam avenidas. Apreende-se daí, que os instrumentos de segurança, como luvas, são ineficazes para a proteção a saúde, assim como não se percebe um auxílio a proteção dessas mulheres durante o trabalho, seja pela empresa

terceirizada na qual são contratadas, sindicato ou governo. Também existe um problema para a ida ao banheiro e para a higiene pessoal, sobretudo quando estão no ciclo menstrual, assim como a falta de água durante a jornada de trabalho. A grande maioria das participantes da pesquisa tem o ensino fundamental incompleto, e não estão estudando, devido, principalmente, ao cansaço ou a falta de tempo.

O trabalho, devido aos "ganhos" que proporciona, como meio de sobrevivência e emancipação, deveria ser (visto como) algo positivo, porém, muitas vezes proporcionam cansaço, dores, doenças, acidentes, sofrimento físico e emocional. Pode-se dizer, então, que quando instituições, como o trabalho, funcionam adequadamente, respeitando leis, normas, e levando em consideração a saúde física e mental, bem como o bem-estar do funcionário, são geradores de bem-estar social, e quando ocorre o contrário, geram mal-estar social.

Os dados, as informações das trabalhadoras apontam para a importância de ações preventivas na organização de trabalho e para tratamentos precoces, para que não haja problemas crônicos e novos casos, assim como, uma maior atenção à saúde do trabalhador dentro da empresa. Como mudanças possíveis poderíamos citar: a troca de instrumentos de trabalho, para pás, carrinho e vassouras mais leves e menores; o fornecimento de filtro solar para funcionários; luvas mais resistentes e feitas de material que dificulte, de fato, o contato com o lixo; botas mais leves e acolchoadas, menos duras; fornecimento de água pela empresa, com caminhões pipa, ou com funcionários que façam o serviço desse fornecimento; o pedido de banheiros públicos frente ao Ministério Público; a disponibilização de lugares para guardar a comida, bem como transporte para onde possam realizar o almoço; uma maior contratação de funcionários, possibilitando diminuir, dessa forma, o trecho a ser limpo, etc.

Referências

ANTUNES, R. (2002-2003). **Os caminhos da *liofilização organizacional*:** as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. *Idéias*9(2)/10(1):13-24.

ASSUNÇÃO, A. A. & LIMA, F. P. A. (2003). A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade do trabalho, pp. 1.767-1.789. In: MENDES, R. (Org.). **Patologia do trabalho.** (2 ed. Revisada e ampliada). Editora Atheneu, São Paulo.

BRUSCHINI, C. (1998). Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade?. In: **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**, Série II Alast. São Paulo: Editora da Alast.

DIAS, E. & MENDES, R. (1991). Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Saúde Pública**, São Paulo, vol. 25, nº 1.

ENGELS, F (1951). Engels à Joseph Bloch, Londres 21 septembre 1890. In: MARX, K. & ENGELS, F. **Études philosophiques.** Paris: Éd. Sociales.

ESTRYN-BEHAR, M. & POINSIGNON, H. (1989). **Travailler à l'Hôpital**. Paris: Berger-Levrault.

KERGOAT, D. (1990). Qualification et rapports sociaux de sexe: le cas des ouvrières et celui des infirmières. In: **Les infirmières et leur coordination** (D. Kergoat, F. Imbert, H. Lê Doiré & Senotier, eds), p. 56-66, Paris: Editions Lamarre.

MESSING, K. (1993). Riscos para a saúde da mulher trabalhadora no local de trabalho. Quebec, Canadá.

MITCHELL, J. (1977). **La condición de la mujer**. Barcelona: Editorial Anagrama.

NOGUEIRA, C. M. (2011). **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular.

OLIVEIRA, E. M. (2000). Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho. In ROCHA, M. I. B. (Org.) **Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34.

RABELO, M. C., ALVES, P. C. e SOUZA, I. (1999). Introdução. In: RABELO, M. C., ALVES, P. C. e SOUZA, I (Org.) **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

SAFFIOTI, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

SETTIMI, M. M. (1995). Lesões por Esforços Repetitivos (LER): um problema da sociedade brasileira. In CODO, W. & ALMEIDA, C. C. G. (Org.) **LER (Lesões por esforços repetitivos), diagnóstico, tratamento e prevenção**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Vozes.

VALDES, T. & GOMARIZ, E. (Coord.). (1993). **Mulheres Latinoamericanas em dados**. Brasil. Santiago do Chile: Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales, FLACSO.

WARNER, M. (1990). **The letters of the Republic**: publication and the public sphere in eighteenth-century America, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1990.

NÓS NÃO SOMOS MULHERES TAMBÉM NÃO, (...) NÓS SOMOS GENTE: ANDROGENIA, DANÇA E CONTESTAÇÃO POLÍTICA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Keides Batista Vicente
Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos

Resumo: Durante a década de 1970 um grupo composto por treze homens travestidos de mulheres, é organizado em torno de um espetáculo artístico, envolvendo dança, música e teatro, o Dzi Croquetes. O grupo carrega na estrutura das apresentações, a imagem e a proposta do confronto as mentalidades atuantes na sociedade, utilizando o sacarmos e o escracho. Esta proposta torna-se evidente com a utilização da sexualidade e sensualidade perceptível nas imagens femininas, masculinas e homossexuais durante as apresentações artísticas do grupo. Nestes aspectos a presente pesquisa analisa a utilização do corpo nas referidas apresentações como mecanismo de linguagem artística e manifestação de gênero, sendo possível a compreensão de uma dinâmica de cores, formas, figurino, com tons de ousadia, beleza e brilho.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Contestação.

Em pleno período da história política brasileira conhecido como *Anos de Chumbo*[1], um grupo com treze homens travestidos de mulheres, são organizados em torno de um espetáculo artístico, envolvendo dança, música e teatro, chamando assim a atenção de uma sociedade reconhecida como tradicional, para questões políticas e sociais vigentes no pais. Desta forma o grupo composto por Lennie Dale, Wagner Ribeiro de Souza, Cláudio Gaya, Cláudio Tovar, Ciro Barcelos, Reginaldo de Poli, Bayard Tonelli, Rogério de Poli, Paulo Bacellar, Benedictus Lacerda, Carlinhos Machado e Eloy Simões, formavam o Dzi Croquetes.

Assim a presente pesquisa pretende discutir a formação e apresentação do grupo Dzi Croquettes no que refere os aspectos formais da dança, com os elementos cênicos e as várias linguagens utilizadas como posicionamento critico as imposições sociais e culturais do início da segunda metade do século XX. Para a realização da pesquisa será utilizado o conteúdo visual e as informações contidas no Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez, visto a dificuldade de encontrarmos informações ou produções sobre o

1 O termo foi usado inicialmente para explicar um fenômeno relacionado a Guerra Fria e a estratégia de tensão na Europa Ocidental. No Brasil compreende o período pós 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional n.05, ao final do Governo Médici em 1974. Desta forma foi marcado pelo processo repressivo aos movimentos contrários a ditadura militar, com perseguições, prisões, mortes e exílio de vários envolvidos nos grupos definidos como revolucionários. In: GASPARI, Elio. A Ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

grupo, mantido ainda distante dos estudos sobre a tecnica artista utilizada, ou ainda pesquisa acadêmicas sobre os aspectos políticos, culturais e sociais da obra.

O grupo que se organiza em Santa Tereza no Rio de Janeiro associa arte e prazer, em uma vertente contraria a defendida pela arte do período, como afirmava Vianinha, representante do Teatro de Arena, arte política engajada e partidária. Assim "Arte não é prazer, mas atividade de mensagem e comunicação" (PEIXOTO, 1983, p. 70).

Desta forma ocorre então o distanciamento do discurso burguês da arte e da política-partidária, tendo como representante a imagem do "povo" e da "nação", para questões próximas ao discurso cotidiano da sociedade brasileira. Isso torna-se possível diante dos fatores associativos a sexualidade e figuras históricas do âmbito político, religioso, cultural e popular.

Para Ridenti (1993) o Brasil ao que refere aos aspectos e debates culturais, estava no período pós-60, polarizado em duas correntes estéticas: *formalista ou vanguardista* e outra que defendia o *nacional e popular* (p. 82). O primeiro *faria apologia do mercado e da industria cultural capitalista, identificando aí o moderno, supostamente revolucionário, que romperia com um Brasil culturalmente arcaico*. Desta forma, continua o autor *apostariam tudo no mercado social e estético crescente e libertador da expansão dos meios de comunicação de massa* (p. 86).

O segundo *empenhados na busca das raízes da cultura brasileira, da libertação nacional, no avanço pela superação do imperialismo e dos supostos resquícios feudais nas relações de trabalho no campo* (p. 82). No entanto para o autor mesmo com o caráter revolucionário permaneciam conservadores na forma, utilizando textos que geravam emocionalismo passivo do público e não reflexão e ação, e no conteúdo, baseado na louvação ao povo, integrando a justificativa da *industria cultural capitalista brasileira* (p.86).

Diante do exposto buscamos indícios para pensar o grupo Dzi Croquette como revolucionários e como vanguarda, para isso, no decorrer do texto apontaremos questões que abraçam os dois aspectos acima discutidos.

O referido grupo surgiu no ano de 1972, com o nome inspirado no conjunto norte-americano "The Coquettes" e no movimento gay atuante na *off-Broadway*, considerado *como vanguarda nos anos 70, com características do travestismo, ao deboche, à exploração do virtuosismo dos*

membros do elenco – na leveza admirável de cada passo d Dale –, à caricatura, à farsa e à comédia de costumes, como afirma a jornalista Andreia Macondo[2] .

O grupo ressurge – para muitos o contato com as informações e com o grupo é permitido no tempo presente da elaboração do documentário - no cenário nacional graças ao filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez. Chamando assim a atenção para as questões culturais do período e para uma percepção da conjuntura política, social e cultural do regime militar diferente do conceito cultural utilizado pelo Teatro de Arena, Cinema Novo, CPC da UNE, entre outros grupos político – cultural. Abaixo a capa do documentário:



No entanto o Dzi Croquetes acompanha a linguagem critica as instituições convencionais com humor, enfatizando a caracterização de personagens religiosos, políticos e a estrutura familiar, como nos outros movimentos culturais citados, porém utilizam o deboche na elaboração

2http://paceisthetrick.wordpress.com/2010/08/20/dzi-croquetes-nem-homem-nem-mulher-pura-purpurina/ Acesso em 25/12/2012

do figurino, maquiagem e linguagem. O grupo inaugura no Brasil a critica a estrutura de dança, fugindo do estereótipo do balé romântico, clássico ou moderno, elaborando uma crítica comportamental como base nos movimentos, cores, sons e luzes.

Desta forma o grupo carrega na estrutura das apresentações, a imagem e a proposta do confronto ao pensar e as mentalidades atuantes na sociedade, utilizando o sacarmos e o escracho. Esta proposta torna-se evidente com a utilização da sexualidade e sensualidade perceptível nas imagens femininas, masculinas e homossexual.

Diante das imagens das apresentações do grupo torna-se perceptível o posicionamento de alegria, liberdade de conceitos impostos socialmente. Para isso utilizam uma linguagem de cabaré, usando o carnaval como mecanismo de materialização do descontentamento ou critica, visto que é o momento cultural onde os homens se transformam, isto é, ocorre a transgressão de valores sociais. Como podemos observar na imagem abaixo disponível no http://www.bia-sion.com/blog/?p=34:



Esta linguagem é traduzida em três espetáculos, e mesmo três momentos de formação e ideologia do grupo. O primeiro denominado *Dzi Croquettes* com características de deboche a sociedade vigente, marcado pelos personagens e improvisos; o segundo *O Romance*, baseado no triangulo amoroso Pierrô, Colombina e Arlequim, considerado por Jorge Fernando como comédia musical sem a exuberância do primeiro; e o terceiro *Les Speakerines – As locutoras*, formando a *Tv Croquette*, o que segundo Marcos Jatobá é o retorno da proposta inicial do espetáculo e consequentemente do grupo, finalizando assim a década de 1970 com grande

repercussão. Este último espetáculo é finalizado com a frase que dá o título a presente pesquisa *Já que somos todos ignorantes, enlouqueçamos, pois* proferida por Claudio Tovais[3]. Um último espetáculo ocorre em 1991, quando Lennie Dale, infectado com o vírus da AIDS propõe um reencontro.

Desta forma para a elaboração da análise dos aspectos formais do espetáculo de dança nos direcionaremos a composição da primeira fase do grupo Dzi Croquettes. A escolha justifica-se pelo momento de organização, fundamentação e explosão do grupo. Outro fator é a participação do único dançarino estrangeiro no grupo e que empregou a técnica ao grupo, Lennie Dale, famoso pela expressividade corporal e pelo gênio explosivo, o que levou ao rompimento com o grupo em um descontentamento com o cenário para uma apresentação em Salvador, após a volta de uma turnê pela Europa. Associado a estas justificativas está as imagens contidas no Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), que abordam em maior quantidade a referida fase[4].

Nestes aspectos Lennie Dale veio dos Estados Unidos no início da década de 1960, a convite do empresário Carlos Machado, se aproxima do grupo carioca que frequentava o *Beco das garrafas*, em Copacabana, e começa a realizar espetáculo com música e ritmo brasileiro. No início da década de 1970 é apresentado ao espetáculo por Wagner Ribeiro e convidado a participar, integrando e transformando o grupo, incluindo o rigor da dança em ensaios das novas coreografias, dando assim o formato ao Dzi Croquettes. LEnnie, como afirma o músico César Camargo Mariano, inaugura um novo estilo de apresentação artística envolvendo no mesmo ritmo efeitos de luz de acordo com o som e movimentos do corpo, propondo e instituindo o profissionalismo na arte e expressão corporal envolvendo a dança. Diante da expressividade corporal e a arte que inaugura, Lennie é denominado como *Fantástico*[5]. A performance do dançarino pode ser compreendida pela imagem abaixo, disponível em http://m.fotos.noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2012/09/19/veja-imagens-historicas-dos-dzi-croquettes.htm?imagem=8:

3 In: Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez.
4 Segundo Gil *Seria vão descrever o movimento dançado querendo aprender todo o seu sentido. Como se o seu nexo pudesse ser traduzido inteiramente no plano da linguagem e do pensamento expresso por palavras p. 67.* Assim as análises aqui apresentadas são tentativas iniciais do espetáculo.
5 In: Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez.



Imagem representativa na junção de corpo com purpurina, uma luva de box e a sensualidade dos dançarinos, como segue na fotografia disponível em http://www.adorocinema.com/filmes/filme-183523/fotos/detalhe/?cmediafile=19980025:



A proposta apresentada pelo Dzi Croquettes e incrementada por Lennie Dale, incorpora uma dança que prima pela sincronia entre mãos, pés, cabeça e braços. São homens com longas pernas peludas, calçadas em botas ora feminas ora masculinas ou com sapatos de salto alto, tronco peludo, nu e purpurinado em movimento, nádegas a mostra, bigodes, cabelos longos, raspados ou perucas, compondo a estrutura da apresentação corporal. Movimentos estes na diagonal, com pernas e joelhos flexionados, braços aberto e cabeça para trás, utilizando a ponta dos pés pra o retorno ao ponto ereto, utilização dos ombros e expressão facial, tronco inclinado ou em encontro com pernas e pés. Leveza de passos em contraposição a passos rápidos,

Para a composição do espetáculo envolvem passos de samba, tango, ritmos africano entre outros, ora com a caracterização de personagens artísticos como Chaplin e Carmem Miranda, político como Hitler e militares, religioso como mães de santo e freiras. Além dos personagens do cotidiano como baianas, melindrosas, camponesas ou malandros, e até mesmo personagens de contos infantis como Chepeuzinho Vermelho, incorporando sexualidade e sarcasmo aos personagens e na apresentação. Como podemos observar na imagem abaixo disponível no http://djoh.wordpress.com/tag/dzi-croquettes/:



O espetáculo carrega a expressividade do deboche e da crítica aos conceitos sociais e culturais impostos e atuantes na década de 1970 no país, utilizando artifícios sonoros e visuais, como o figurino exagerado nas cores, nas roupas, perucas, botas, sungas, purpurina, corpo pintado, capas esvoaçantes, compondo assim movimentos, leveza e formas. Além dos corpetes, espartilhos, meias arrastão, ternos, chapéus de malandro, fraque, bengalas, sungas, sapatos femininos com salto alto, sapatos masculinos em discordância com o figurino.

Em uma fase da apresentação do espetáculo analisado, a relação entre música (texto e melodia), figurino e dança mostra em sincronia. O grupo se apresenta vestidos de malandros, com ternos e chapéus brancos, tronco peludo, à mostra e purpurinados, sapatos, lenços vermelhos alternando com flores no pescoço. Alternando palmas entre os momentos da música, corpos em rodopio, mexer de ombros, inclinação de joelhos, passos de samba, jogar de pernas para frente e atrás, posicionamento dos braços acima da cintura, posicionamento do tronco ereto alternando com inclinações abaixo da cintura, e segurando chapéu, tocando o tronco nu e purpurinado.

Nesta apresentação Lennie esta posicionado na frente do grupo, seguido por outros três componentes, acima do palco 4 componentes. Seguido de uma composição Lennie na frente, 3 atrás, em um palco acima 3, e outro palco mais acima mais 4 componentes, totalizando 11 componentes. Esta apresentação é realizada ao som da música, por eles cantada *pare*, *repare*, *bole*, *rebole*, *corra*, *recorra*, *volte*, *revolte*, *plane*, *replane*, *pare*, *repare*, *cite*, *recite*...

Tal organização nos aproxima das considerações de Gil (2004) *O sentido do gesto não é equívoco; pelo contrário, é até inteiramente unívoco e singular. A sua singularidade vem do fato de ele ocupar no espaço uma posição única* (p. 74).

Diante destas informações o grupo Dzi Croquette em sua expressão artística demonstra o ineditismo, originalidade e excentricidade em uma sociedade sob a égide de um regime que impõe em seus Atos Institucionais um rigor que buscar descaracterizar o humano em função do político. Desta forma a identificação do público com o espetáculo é possível pela aproximação com a representação de funções sociais do cotidiano, utilizando o novo e o escracho para apontar o que a sociedade não poderia reconhecer, isto é, o próprio corpo e suas necessidades imediatas.

Em um momento do espetáculo uma conversa entre três dançarinos alternam discussões entre inglês e português que enfatizam em uma frase a proposta do espetáculo, isto é, a

identificação e aceitação social através do pensamento crítico da realidade da sociedade vigente, *Nos não somos mulheres também não, (...) nos somos gente*[6].

Para isso utilizam a imagem cênica e figurativa, a composição da apresentação como a ideia da continuidade e da fragmentação, o androginismo como formação do ser humano, da raça humana. Um grupo caracterizado pelo humor cáustico, com a banalização da imagem da mulher, das imposições sócias, da moda, dos conceitos de beleza, do rigor político que constrói uma sociedade. Enfim do Dionisíaco.

Referências

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, José. A dança e a linguagem. In: **Movimento total**. São Paulo: Iluminuras, 2004.

PEIXOTO, Fernando (Org.). Quatro instantes do teatro no Brasil. In: VIANINHA. **Teatro, televisão e política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

http://paceisthetrick.wordpress.com/2010/08/20/dzi-croquetes-nem-homem-nem-mulher-pura-purpurina/ Acesso em: 25/12/2012.

http://alessandraalves.blogspot.com.br/2010/07/dzi-croquettes.html. Acesso em: 18/08/2012.

http://www.bia-sion.com/blog/?p=34. Acesso em: 18/08/2012

http://www.adorocinema.com/filmes/filme-183523/fotos/detalhe/?cmediafile=19980025. Acesso em: 18/08/ 2012.

Fonte:
Filme-documentário *Dzi Croquettes* (2009), dos diretores Tatiana Issa e Raphael Alvarez.

6 Ibidem.

UMA CRÍTICA AO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE: A PERFORMANCE CULTURAL EM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

Larissa Cantarino Chagas
Universidade Federal de Goiás

Odinaldo da Costa Silva
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este trabalho é parte de questionamentos por mim realizados na produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, em artes visuais bacharelado. No qual busco entender o diálogo do conceito de performances culturais e performance artísticas, em algumas produções. Ao desenvolver a obra a partir de reflexões realizadas em cima da poética que permeia meu trabalho, percebi o diálogo desses dois conceitos. A performance cultural como tema e questionamentos de uma performance artística. A relação do corpo, gênero e simbolismos empregados nas performances culturais como objeto de produção dentro das respectivas linguagens performances, fotografia e vídeo. A performance cultural ela perpassa por repetições de ações simples que envolve nosso corpo e nosso comportamento diante disso, nas relações de gênero não é muito diferente a repetição comportamental que nós indivíduos tendemos a reproduzir por uma determinação de sexo e gênero, em que estão unidos ao definir um padrão. Ou seja, ao ser definida biologicamente do sexo feminino a mulher tende a ter que reproduzir uma série de comportamentos esperados e determinados pela sociedade. Funções, papéis e imagem que precisam corresponder ao esperado para que o padrão social permaneça. Ao examinar principalmente o papel da mulher penso que a necessidade de uma reprodução fechada do comportamento humano e principalmente os determinados por gênero, é algo que a sociedade insiste em passar, de forma condicionada, sendo ela manifestada como um ato onisciente ou não. Dessa forma no decorrer do artigo eu cito com exemplo desse possível diálogo duas performances, uma vídeo performance e um trabalho fotográfico. E valho – me dos seguintes autores para o desenvolvimento dessa reflexão: Marvin Carlson, Judith Butler, Mirian Goldenberg, Ligia Canongia .

Palavras-chave: Performance. Gênero. Mulher.

Antes de analisar esse possível diálogo, é necessário deixar bem claro a partir de conceitos o que é a performance cultural, performance nas relações de gênero e a performance como linguagem artística no campo das artes visuais. Para melhor compreender como esses conceitos se fundem para a concepção de uma obra. Segundo Carlson:

> [...] O reconhecimento de que nossas vidas de acordo com modos de comportamento repetidos e socialmente sancionados cria a possibilidade de que toda atividade humana pode potencialmente ser considerada enquanto "performance", ou que pelo menos toda atividade carrega uma consciência disso. (CARLSON, 1996, p. 4-5).

Dessa forma a performance do cotidiano perpassa por repetições de ações simples que envolve nosso corpo e nosso comportamento, como o levantar da cama, correr à padrões instituídos em relações de gênero, trabalho, esportes e outros. Nas relações de gênero as reproduções comportamentais por uma determinação de sexo e gênero estão unidos para definir um padrão, e passar de forma legitimada e naturalizada comportamentos instituídos nas relações de gênero. Funções, papéis e imagem que correspondam ao esperado para que o padrão social permaneça. Mas será que isso está certo e de fato todos nós sempre repetimos os padrões e somos condicionados a reproduzi-los sem fim, sem abertura para um desvio principalmente ao se tratar de papéis definidos por gênero? A reprodução fechada do comportamento humano e principalmente os determinados por gênero, é algo que a sociedade insiste em passar, de forma condicionada.

Somos constantemente bombardeados sobre como ser e agir, dentro do padrão de individualidade escolhido, sustentando uma falsa ideia de liberdade. E na condição do padrão antigo, pré-determinado por uma sociedade ainda machista junto com as cobranças da era contemporânea que faz de nós indivíduos auto- suficiente a cumprir diversas tarefas com êxito. As que escolhemos e as que são instituídas "naturalmente". Segundo Butler:

> Essas ações têm dimensões temporais coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito. (BUTLER, 2003, p.200).

Mesmo em tempos contemporâneos a sociedade ainda estabelece padrões a partir de uma estrutura binária. E a se apropria dessa verdade, ou seja, a mulher só se torna o "sujeito mulher" quando passa reproduzir a imagem e os comportamentos esperados por aquilo que é entendido como mulher dentro da sociedade. Alguns desses comportamentos sofreram transformações, acompanhando a velocidade capitalista do consumo, hoje para ser é preciso ter. Porém, nas relações de gênero ainda é bem claro o lugar da mulher a constante busca, em ser reconhecida, admirada, desejada, bem sucedida, uma incansável insistência em se revelar capaz, se aprisionando cada vez mais aos padrões determinados nesse tempo, se colocando a mercê da aceitação do outro que ainda obtêm o poder e é encontrada no masculino, que por sua vez faz com que sua busca o seu consumo desenfreado é em atributos que aumente o seu poder pelo

outro e o domínio. Ao fazer uma reflexão sobre a obra de Bourdieu[1], Goldenberg chega a seguinte conclusão:

> [...] a dominação masculina, que constitui a mulher como objetos simbólicos, tem por efeito coloca-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica, elas existem primeiro, pelo e para o olhar dos outros, como objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas esperam que seja "feminina", ou seja, sorridentes, simpáticas, atenciosas submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. (GOLDENBERG, 2005, p. 74).

Dessa forma, mesmo em tempos que a mulher usufrui direito políticos conquistados, ela ainda se apresenta frágil quando é sujeito principal de uma dominação simbólica. O padrão comportamental esperado hoje parece uma "punição" por termos invadido os espaços públicos, antes ocupados apenas por homens. Agora é hora de se tornar uma super mulher ao desempenhar com total êxito os papeis conquistados. Seriam eles as atividades designadas "naturalmente" aos homens e nos apresentarmos maravilhosas dentro dos padrões de beleza atuais, em que é revelada essa insegurança, ao qual somos colocadas no lugar de objeto.

Partindo desse princípio e com a apropriação da perfomance como linguagem em produção no campo das Artes Visuais, inicio uma reflexão a respeito da imagem da mulher,do corpo como suporte de criação dentro das artes e a relações políticas que permeiam essas obras. A performance como linguagem, ganhou grande visibilidade em produções no final da década de 60,principalmente nos Estados Unidos. A performance como linguagem é definida por Cohen como:

> a performance passa pela *body art* em que o artista é sujeito e objeto da arte (ao invés de pintar, de esculpir algo, ele mesmo se coloca enquanto escultura viva). (COHEN, 2002, p. 30.)

Momento em que havia duas frentes dentro das artes o Minimalismo e a Pop Art. O Minimalismo realizava criticas dentro das próprias regras instituídas dentro das artes, já a Pop Art realizava de forma irônica uma critica a condição que a sociedade se apresentava com um viés político e não era considerado um movimento por tratar a arte como popular. Segundo Canongia:

1 BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Bertrand Brasil, 1999.

> Com a mesma indiferença duchampiana, os artistas pop (Andy Warhol, Roy Lichtenstein, George Segal, Jim Dine, Claes Oldenburg, James Rosequist, Tom Wesselmann) incorporam a cultura da mercadoria, em que não mais se distingue a qualidade das coisas em que o valor se identifica com a quantidade. O artista pop questiona, assim, a identidade do objeto, e mais, a identidade do sujeito. Ao querer ser máquina e assumir o mecanismo das operações seriais, o sujeito refuta a emoção e o juízo, tentando refugiar – se na neutralidade. (CANONGIA, 2005, p. 74).

Já o Minimalismo formado por Donald Judd, Robert Morris, Dan Flavin e Carl Andre, era um movimento ligado a escultura que pode ser visto como continuação da pintura, e tinha a finalidade de não representar nada além dela mesma. Não se tratando de uma arte metafórica e nem simbólica, essas obras por diversas vezes eram apresentadas sem títulos, porque um cubo era apenas um cubo. No fim da década de sessenta estavam apresentando o que definiam como pós-minimalismo, isso foi na mesma época que se iniciou o movimento de arte feminista que tinha a linguagem da performance bem forte em suas produções. Segundo Fox:

> O minimalismo era a tendência prevalecente naquele momento. Todo ethos da arte minimalista, era chegar a um conceito cada vez mais puro do que o objeto poderia ser .(FOX, 2004, entrevista, Doc Woman Art Revolution, 2010).

E é possível detectar nesse momento em que a cultura esta agitada, se manifestando, que começa a criar uma tensão entre o movimento de arte minimalista e a arte feminista, essa tensão é interpretada mais uma vez em performance. A "Please Sing Along" é realizada por duas mulheres lutando em um tatme, Nancy Buchanan e Barbara T. Smith. Cada uma está representando um dos movimentos, lá elas lutam para dominar, qual movimento irá dominar, infelizmente hoje digo que prevaleceu a minimalista, em livros de historia da arte, não existe relatos sobre o movimento de mulheres artistas, da mesma forma que elas eram excluídas e silenciadas, são excluídas da historia padrão. E isso é reflexo de uma sociedade dominada ainda por homens.



Fig.1 Nancy Buchanan, Please Sing Along, 1974, performance.
The Woman's Building, Los Angeles
(Photograph: Boris Sojka) Fonte: afterall.org/online/nancy- buchanan/
Acessado: 13/10/13.

O movimento de arte feminista era a necessidade de se fazer ouvir, mulheres artistas ou não do campo das artes buscavam se descobrir e manifestar através da arte suas descobertas e seus questionamentos. Buscavam um espaço não só como mulher, mas como artistas. No documentário Woman Art Revolution (2010) a artista Judy Chicago [2]diz aproveitar desse momento de ascensão da performance enquanto linguagem dentro das artes para poder realizar criticas em que não fossem diretamente agredidas,ao questionar dentro da sociedade o papel da mulher.No trecho da entrevista realizada para o documentário,Chicago diz:

> Um homem pulou no palco e me esmurrou. Eu descobri que era mais fácil de obter acesso com o assunto por meio da performance. A maioria das mulheres sabiam como agir a respeito. Mesmo se elas não tivessem qualquer experiência de performance, elas tinham experiência na realização de papeis na sociedade. (CHICAGO,1990 entrevista Doc. Woman Art Revolution,2010).

Ao ter contato com esse trecho da entrevista de Chicago, percebo como que a produção artística envolta de uma crítica política se comunica de forma simples e natural. Dessa forma a performance cultural e a performance artística dentro dessas produções se unem para provocar e questionar o papel da mulher.

2 J. Chicago Co- fundadora do programa de arte feminista no Instituto de Artes da California, na dec. 70 ao lado de Miriam Shapiro.

As mulheres do final da década de 1960 questionavam a respeito do seu papel na sociedade, principalmente os seus direitos por escolhas e ter voz. Após a 2° Grande Guerra ao qual mulheres tiveram que sair do seu lar para apoiarem os seus "soldados" a fim de promover o sustento de uma casa, foi despertado nessa mesma mulher uma nova visão a respeito do seu lugar. E com um pouco mais de quinze anos após o término da 2° Guerra, após a chegada da pílula contraceptiva a mulher ainda se percebe imersa, e condicionada a aceitar as manipulações e papéis instituídos dentro de uma sociedade controlada por homens. Era necessário se fazer ouvir porque se tinha voz e foi possível se fazer arte e usar da sua realidade, da sua condição no mundo e do seu corpo como ferramenta para ser percebida.

Essa postura é bem clara na performance "Cock and Cunt Play"(1972) realizada por Faith Wilding e Janice Lester participantes do Womanhouse[3] e escrito por Judy Chicago em 1972. E na performance de Martha Rosler "Semiotics of the Kitchen" em 1975. Na performance Cock and Cunt Play temos duas mulheres Faith Wilding (marido) e Janice Lester (esposa) vestidas de preto onde, cada uma representa um gênero. A diferenciação dos mesmos é feita com a representação dos sexos feitos de plástico anexados ao colant preto em tamanho desproporcional, a fim de satirizar as tarefas domésticas que são instituídas a mulher remetida a uma simples definição biológica. Pode-se enxergar também uma referência aos estudos sobre o falocentrismo que faz referência a um poder masculino, uma relação hierárquica ao qual homem exerce um domínio sobre o espaço público e a mulher lhe resta o espaço privado. No decorrer da ação os dois gêneros representados estabelecem um diálogo e a mulher questiona:

> As mulheres jogam, uma como homem e a outra como mulher, engajados na batalha milenar sobre tarefas domésticas e demandas sexuais. SHE quer que HE ajude-a lavar os pratos para em troca fornecer-lhe a gratificação sexual. HE está indignado com esta solicitação e assume sua ira matando-a com seu falo de plástico. A peça é realizada em um ritmo semelhante ao teatro de fantoches. (SOUZA, 2012, p. 81).

3 Womanhouse, foi uma experiência artística coordenada por Judy Chicago e Miriam Shapiro realizada em uma casa abandonada em Los Angeles, participaram desse momento estudantes do instituto de artes como mulher comunidade em geral. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Womanhouse http://womenshistory.about.com/od/feminism/a/womanhouse.htm/.



Fig.2 Cock and Cunt Play, Faith Wilding and Jan Lester. Written by Judy Chicago. Womanhouse 1972.
Fonte: http://blackcigarette.livejournal.com/868330.html Acessado: 13/10/13

Em "Semiotcs of the Kitchen" (1975) a artista Martha Rosler adota uma linguagem paródica, remetendo a programas de culinária no qual, ela apresenta um dicionário de ferramentas culinárias em que seu vocabulário é carregado de raiva e frustração. Neste trabalho, a linguagem não é apenas a performance, mas também o vídeo a compõem enquanto obra e não como registro. A situação se desenvolve da seguinte forma a câmera estática está focada na mulher ao qual ela está centralizada. No balcão diante dela há uma variedade de utensílios, onde ao pegar cada um ela diz os nomes e começa a demonstrar, com gestos as suas finalidades. Acompanhado de sons e gestos irônicos, a mulher e seus instrumentos entram para transgredir o sistema familiar através de uma representação dos seus papéis domésticos. Mais uma vez a necessidade de romper com os signos e com aos espaços restritos que são denominados as mulheres.



Fig.3 Semiotcs of the Kitchen, Martha Rosler,1975.
Fonte: http://www.ilmuromag.it/semiotics-of-the-kitchen-martha-rosler/
Acessado: 14/10/13

Agora passando para o fim da década de 70 sem ter alguma ligação com movimento feminista, Cindy Sherman vem através das suas fotografias realizar denúncias, aos tipos de mulheres que empregados pela mídia e pela sociedade em suas fotografias, é bem claro papeis os culturalmente definidos. Em um momento em que a fotografia começa a se afirmar enquanto linguagem no campo das artes plásticas a fotografia não está mais como uma mecanismo de registro, ao se tornar linguagem vemos corpo, performance e fotografia unidas compor essa obra. Nesse trabalho Cindy Sherman é sujeito e o objeto, ao se transformar em cada uma dessas mulheres que são constantemente reproduzidas. Segundo Rouillé:

> As mulheres estão sempre sob a dominação de um olhar poder anônimo supostamente masculino, submissas a uma autoridade de um olhar onipresente. Produtos do desejo e do olhar masculino esses estereótipos substituem o poder e o controle que a sociedade patriarcal exerce sobre mulheres suas energias, suas atividades, suas emoções, seus desejos, seus corpos. (ROUILLÉ, 2009, p. 347).



Fig.4 Cindy Sherman Film Untitled Still.
Fotografia: # 50. 1979.
Coleção Museu de Arte Moderna de Nova York. Acessado: 20/07/2013.



Fig. 5 Cindy Sherman Film Untitled Still.
Fotografia: # 35. 1979.
Coleção Museu de Arte Moderna de Nova York.Acessado: 20/07/2013.

Considerações finais

Através das obras citadas neste artigo, e as mensagens que elas passam, percebo o que ainda vivemos um processo de transformações desses valores, e como são recentes essas inquietações a respeito da centralização do poder no masculino e a reprodução de comportamentos pré-determinados. Acredito que de uma forma esclarecida ou não ainda podemos detectar essas denuncias em trabalhos atuais, que tratam da subjetividade da mulher e seus significados. Iniciei essa pesquisa com o intuito de entender como esses dois conceitos dialogam dentro da minha produção artística. No projeto "Amarras Femininas" defendo a ideia de uma sociedade machista e patriarcal que exige da mulher uma reprodução de valores que a ela são direcionados, e extrapolo ao definir esse exercício da performance cultural, como uma violência exercida pela sociedade, através de diversos agentes onde em alguns momentos nos vemos como vitima, porém em outros como agenciador na reprodução desses valores, que permanece imerso a ponto de ser naturalizado. Reproduzimos esses discursos, nos nosso cotidiano, nas nossas relações e na nossa individualidade.

Como parte do processo de criação artístico do trabalho "Amarras", há uma etapa investigativa onde através de uma entrevista busco detectar na individualidade de cada mulher o momento em que essa reprodução da performance cultural a invade de forma negativa. Ao passar pela historia de cada uma das onze mulheres que colaboraram com o projeto até o momento, percebo a diversidade dessas violências, e a necessidade gritante de romper com isso e buscar um meio de se tornar mulher independente de rótulos e imposições da sociedade.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANONGIA, Ligia. **O legado dos anos 60 e 70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.2005.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem criação de um tempo-espaço de experimentação**. São Paulo: Perspectiva S.A, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **Gênero e corpo na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, vol.17, n.2, 2005. p. 65-80.

HERSHMAN- LESSON, Lynn. **Woman Art Revolution**. Documentário. 2010.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac. 2009.

SCHECHNER, Richard. **What is performance? In performance studio**: na introduction. Second Edition. New York e London: Routledge, p. 28-51. Trad. R. L. Almeida, 2011.

SOUZA, Silvia Amélia. **Mulheres, arte e domesticidade:** entre a arte feminista e o dicionário do lar. Dissertação de (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes. 2012.

EDUCAÇÃO DO CORPO E JIU-JÍTSU: JOGOS DE GÊNERO NO TATAME

Larissa Limírio de Oliveira
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Ana Carla Dias Carvalho
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação Física

Resumo: O presente estudo contemplou uma investigação qualitativa que abordou o preconceito sexista no Jiu-Jítsu. O objetivo geral buscou discutir e analisar se há preconceito sexista em relação às mulheres praticantes de Jiu-Jítsu em academias de Goiânia-GO. O Jiu-Jítsu conhecido como "Xadrez de Corpo", é uma arte marcial japonesa em que o objetivo é imobilizar o adversário através de estrangulamentos e golpes nas articulações, principalmente nos braços, tornozelos e joelhos. Uma das principais características do Jiu-Jítsu é utilizar a força e o peso do seu adversário contra ele mesmo por meio de técnicas de chão, ou seja, o combate é em sua maioria disputado com os oponentes em contato permanente com o tatame.

Palavras-chave: Gênero. Lutas. Jiu-Jítsu. Preconceito.

Introdução

Este trabalho discute o preconceito com mulheres que praticam Jiu-Jítsu. Na atualidade tem-se uma crescente inserção nas práticas corporais, pensar o esporte, nos impõe a condição de entender os processos de corporalidade em curso no universo das construções de gênero. A educação do corpo está presente em várias instâncias da vida social, segundo Soares (1998, p.89) o "*controle dos corpos* é uma história que remete aos quadros físicos primeiros, a materialidade do corpo, a intimidade de sua dor e de seu prazer, uma vez que as técnicas são sempre um trabalho no corpo, no gesto, no comportamento". Cada sociedade e cultura, com sua sensibilidade, tolera ou rejeita, enaltece ou condena modos de educar o corpo, técnicas de nele intervir.

Através das técnicas das lutas se encontram linguagens contidas em gestos, olhares e na tradição carregada de sentidos e significados sociais atravessados por relações de poder, é o nosso propósito central. O problema da pesquisa consiste em analisar se existe preconceito sexista em relação às mulheres praticantes de Jiu-Jítsu em academias de Goiânia-GO? O objetivo geral é discutir os preconceitos sexistas que atravessam a prática feminina da arte marcial: Jiu-Jítsu em uma academia da cidade de Goiânia. Na cidade há algumas academias que trabalham com essa prática corporal, dessas, uma foi campo de investigação na qual abordamos

aspectos qualitativos e quantitativos do instrumento entrevista com roteiro semiestruturado como forma de coleta de dados que sistematizados resultaram neste trabalho.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo que segundo Oliveira (1997) consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente para posteriores análises apresenta-se como descritiva e exploratória.

Elegemos uma das academias que possuem mulheres em seu quadro de praticantes, cadastradas na Federação Goiana de Jiu-Jítsu (FGJJ) e que oferecem Jiu-Jítsu em Goiânia. Conforme nosso levantamento, essa academia se localiza na parte noroeste da cidade e comporta o maior número de mulheres em atividade no tatame. Das seis alunas da academia foram entrevistadas quatro que foram convidadas a responder um conjunto de oito questões ligadas a prática do Jiu-Jitsu.

1. O corpo que luta

No Jiu-Jítsu como em toda arte marcial, existem questões de hierarquia e respeito, o professor é chamado de Sensei (que em japonês significa "o que nasceu antes") ou Mestre pelos alunos. As ordens de graduação das faixas usadas para distinguir o tempo de treino e o conhecimento dos praticantes são progressivamente: Faixa Branca, Azul, Roxa, Marrom e Preta, sendo essa última usada pelo Sensei. A posse da faixa preta permite ao praticante ministrar aulas de Jiu-Jítsu com autorização da Federação, uma perspectiva de profissionalização do esporte. Caso o Sensei se ausentar do treino por alguma eventualidade os alunos mais graduados conduzem o treino seguindo o ritual aprendido pelo mestre.

O Jiu-Jítsu é uma arte marcial japonesa em que o principal objetivo é imobilizar o adversário através de estrangulamentos e golpes nas articulações, principalmente nos braços, tornozelos e joelhos. Uma das principais características do Jiu-Jítsu é utilizar a força e o peso do seu adversário contra ele mesmo por meio de técnicas de chão, ou seja, o combate é em sua maioria disputado com os oponentes em contato permanente com o tatame.

O Judô é a arte que mais se assemelha ao Jiu-Jítsu (por ter se derivado dela), no tatame dizemos que o Jiu-Jítsu começa onde o Judô termina, pois nessa arte a luta se desenvolve quase que 100% em pé e sua principal finalidade é executar uma queda perfeita no oponente (ou imobiliza-lo no solo por 20 segundos) que dá a vitória ao executor do golpe. Enquanto no Jiu-

Jítsu a luta se desenrola praticamente 100% no tatame, uma queda, seja ela perfeita ou não só acarretará em dois pontos de desconto na pontuação do atleta.

O ambiente onde se aprende e se vivencia as artes marciais japonesas é chamado de Dojo que literalmente significa "lugar do caminho", DO = caminho JO = lugar. O universo das luta imita de certo modo as relações sociais as quais estamos constantemente medindo forças, ou seja, quem tem mais força terá mais poder e domínio.

O corpo que luta, ou melhor, o corpo feminino que luta invade a cena racionalizada em nosso imaginário como um lugar do poder, da força e da superação. Lutar em seu significado literal, nada mais que o combate de dois/duas, corpo a corpo sem armas no qual um precisa se sobressair do adversário. Cada arte marcial utiliza o conjunto de técnicas específicas, de estratégia, de desequilíbrio e finalizações para os objetivos de ataque e defesa.

A gestualidade da luta torna-se o principal elo entre os lutadores, pois é com as "pegadas" que a luta se inicia e se finda. A decisão do combate se dá nos detalhes de cada pegada, "cada toque" faz a diferença na definição do combate.

Breda (2010) cita que as atividades relacionadas às lutas eram comuns a outras atividades como culinária, jardinagem e escrita, compondo a vida dos nativos.

Para Mauss (2003) o corpo é fruto da cultura e dos simbolismos da sociedade em que cada indivíduo vive assim, cada sociedade procura marcar o corpo de seus membros. Para ele, o corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem. As técnicas são atos tradicionais e eficazes que estão diretamente ligadas às tradições, pois não há técnica e transmissão se não houver a tradição. É justamente nesse viés que os homens se diferenciam dos animais, pela transmissão de suas técnicas inclusive as orais. Evidencia-se então, que a cultura faz parte do cotidiano de qualquer sociedade e que às vezes não percebemos isso por estarmos tão enraizados em nossas tradições.

Gastaldo (1995) caracteriza os chamados "esportes de combate" como práticas esportivas que se dão pelo confronto físico (combate) entre dois oponentes com relativa igualdade de condições nos critérios relativos a peso, idade, habilidade entre outros. Dentre esses esportes estão o Jiu-Jítsu, Judô, Boxe e o Full-Contact.

2. Educação do corpo, interesses e rotina no Jiu-Jítsu: o olhar das meninas

O roteiro de entrevistas buscou identificar os principais motivos que levaram a inserção feminina no Jiu-Jítsu. Os objetivos específicos são: a) identificar e discutir os objetivos das meninas/mulheres praticantes pelo Jiu-Jítsu; b) Identificar e analisar se as mulheres praticantes do Jiu-Jítsu percebem discriminações sexistas. Para analisar os dados coletados optamos por organizá-los em três eixos que contemplam os objetivos. São eles: 1) O interesse e objetivos das meninas pelo Jiu-Jítsu; 2) corporalidade e rotina de treinamento e, 3) preconceito.

As entrevistadas têm entre dezesseis e vinte e quatro anos de idade, a maioria cursa o ensino superior e uma está no ensino médio, duas trabalham e pagam sua academia enquanto as demais têm o auxílio dos pais para custear o esporte. O tempo de treinamento delas varia de um a dez anos e todas já praticaram outro esporte de combate por pouco tempo.

2.1 O interesse pelo Jiu-Jítsu

Ao serem perguntadas sobre o que objetivavam na prática do Jiu-Jítsu, o que esperam das aulas e, se treinam por lazer e/ou participam de competições. As alunas contaram que já fizeram outros esportes de combate como Karatê, Capoeira e Judô. As que já tinham praticado a capoeira e o karatê não permaneceram muito tempo nestas atividades, pois consideraram a prática desinteressante.

Já as alunas de Judô, ficaram por mais tempo no esporte, Aline por oito anos e Ana Carolina por seis. Mas todas alegam que quando conheceram o Jiu-Jítsu, passaram a se dedicar exclusivamente a essa modalidade e não pretendem deixar o esporte. Afirmam que o esporte superou todas as expectativas, tanto no campo físico como no social.

As entrevistadas foram unânimes ao dizer que é a disciplina, o clima familiar e a amizade o que mais gostam no Jiu-Jítsu afirmam o interesse na apropriação dos conhecimentos técnicos e históricos da arte.

E, do ponto de vista das competições, duas das atletas competem e duas alegaram estar ansiosas por sua estreia em campeonatos. Enfatizam que o Jiu-Jítsu superou todas as expectativas que elas tinham em relação ao esporte baseando-se nas experiências anteriores com outros esportes de combate.

> [...] Eu gosto muito da disciplina, do clima que tem aqui no tatame, eu gosto do convívio que é muito saudável, a gente se torna uma família, um grupo. Gosto da arte mesmo que é bem envolvente, bem interessante. (Camila)

Conforme os nossos dados, caminhos diferentes levaram as atletas ao tatame, entretanto, o diferencial apresentado pela disciplina no Jiu-Jítsu torna-se fundamental para o exercício de suas vidas.

Ao abordar o "clima familiar e de amizade" notamos que o fator social tem grande influência no contexto da prática corporal, pois pelas indicações das entrevistadas, o praticante que não se adapta a filosofia do Jiu-Jitsu não se fixa nesta prática.

> [...] mas, o cara que é malandro e só quer saber Jiu-Jítsu pra brigar na rua não fica aqui não! Ele ou ela vê que aqui é lugar de gente boa, gente unida que não quer fazer mal pra ninguém, que faz Jiu-Jítsu pelo amor, aí ele fica deslocado e vai embora, como já aconteceu outras vezes aqui. (Ana Carolina).

A entrevistada Ana Carolina, refere-se a uma ética pertencente ao tatame, identificada com códigos de conduta e valores que expressam um convívio saudável e fraterno sintetizando uma harmonia com articulada com o ambiente familiar e de bem estar.

Como visto, embora os objetivos tenham se tornado os mesmos, caminhos diferentes levaram as meninas até o tatame. Curiosidade, indicações e até hiperatividade estão entre estes caminhos. O dinamismo, a disciplina e o clima de amizade do Jiu-Jítsu chamou a atenção das praticantes diferindo-se das outras artes marciais anteriormente praticadas por elas.

O interesse e a satisfação de aprender e aprimorar suas técnicas e os conhecimentos históricos do esporte está no horizonte. Saúde e melhoria da qualidade vida também são destacados como interfaces com a prática. A ética e a disciplina são pontos fortes das falas das praticantes expressando o desejo de conservarem um ambiente saudável e de bem estar em que se sentem a vontade.

2.2 Corpo e rotina de treinamento

O objetivo foi identificar na rotina da prática e no treinamento do Jiu-Jítsu se as mulheres praticantes são tratadas com diferenciação no dia a dia do tatame.

As aulas na academia acontecem regularmente de segunda a quinta no horário das 20:30 às 22:00 horas, organizadas em aquecimento, alongamento, passagem de posição, momento em que o Sensei ensina um golpe novo ou uma variação de algum golpe (seja ele de ataque ou

defesa), treinamento da posição do dia e o "rola" (o combate em si). As aulas se constituem em exercícios e atividades que trabalham todos os grupos musculares tornando a aula dinâmica.

Para as entrevistadas, o treino é igual para todos sem distinção de atividades para ninguém.

> [...] Tudo que um faz o outro também faz... é igual pra todo mundo. O que homem faz mulher também faz. Num tem diferença não. Os meninos, assim, só tem certo cuidado e um respeito a mais né! (Ana Carolina)

Segundo as entrevistadas, no tatame homens e mulheres são iguais, porém cada um com sua individualidade há um "cuidado" maior dos meninos em relação às meninas. De acordo com as informações a respeito das possíveis diferenças no treino dos meninos com relação às meninas percebemos que há certo protecionismo dos meninos. Levando em conta que afirmam e reafirmam um cuidado especial com as meninas.

> [...] Aqui menino e menina é tratado igual, sem distinção. Claro né, a gente trata os iguais, mas cada um com sua diferença né. O menino não vai empregar uma força que ele usa pra lutar com outro menino. Tem mais cuidado com menina. (Camila).

Este tratamento diferenciado seria discriminação? A entrevistada se refere as "forças" diferenciadas que há entre homens e mulheres, pois, ao mesmo tempo em que afirma haver igualdade no treino, também se refere ao fato dos homens não utilizarem a mesma força que empregam cotidianamente no combate com os outros meninos.

Destacam a melhoria no condicionamento físico em geral, na resistência muscular, perda de peso, definição de músculos, mudanças nos hábitos alimentares, maior qualidade no sono, maior concentração e energia nas tarefas diárias (incluindo estudos, trabalhos, etc.) e unanimidade em relação à diminuição do estresse.

> Eu fiquei com muito mais disposição, durmo melhor, acordo melhor, melhorou meu stress 100%, minha resistência física melhorou muito mesmo. Sou outra. Minha alimentação ta muito mais saudável. Eu levo uma vida bem mais saudável depois q comecei treinar. (Camila.)

As alunas demonstram satisfação em relação às melhorias que o esporte tem lhes proporcionado contribuindo com a melhoria na qualidade de vida afetando de forma positiva todas as áreas de suas vidas.

Com relação às mudanças ocorridas depois que passaram a praticar Jiu-Jítsu, as físicas foram as mais citadas pelas atletas. Segundo Alonso (2003), até a década de 50 do último século não se recomendava as mulheres correr nem fazer nenhuma atividade física como exercícios e esportes, pois os benefícios destas atividades como a melhora da capacidade respiratória, definição muscular e diminuição da gordura corporal, afastava as mulheres de seu destino "natural" que era procriação e o casamento.

Neste sentido, a prática esportiva pode contribuir para a desconstrução do destino natural da mulher e para dar luz a liberdade e autonomia feminina na sociedade atual. Crenças como a fragilidade feminina e a dificuldade na realização de atividades exaustivas, falta de espírito competitivo, passaram a ser desmontadas nesse processo histórico recente. Nessa perspectiva tem se ampliado o conceito de corpo, pois,

> Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam a imagem que dele se produz, as maquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam os silêncios que por ele falam os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... Enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre há descobertas a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem. (GOELLNER, 2008).

Os objetivos do dia a dia de cada treino são conhecer, aperfeiçoar e dominar as técnicas propostas pelo Sensei na qual a qualidade da técnica se da por meio da repetição e aprimoramento dos fundamentos do Jiu-Jítsu durante as aulas. Porém, além das técnicas passadas aos alunos, nos treinos também se desenvolvem atividades visando trabalhos de força e agilidade, dinâmica essa que tira o ar monótono e pesado de um treinamento repetitivo, tornando-o prazeroso para aqueles que o praticam.

Os treinos ditos iguais para todos não são tão iguais assim, pois, foram identificadas diferenças na execução de alguns exercícios para mulheres e para homens e ao que se constata durante os combates é que a força empregada na ação varia conforme o sexo do oponente. Nesse sentido, evidenciamos a necessidade de desconstrução dessa falsa ideia de igualdade no tatame considerando as relações históricas, culturais e sociais e, não somente as diferenças físicas entre homens e mulheres.

Em relação aos benefícios que o Jiu-Jítsu traz para a vida das praticantes a diminuição do estresse e a mudança na alimentação foram os ganhos mais evidentes em sua melhoria da qualidade de vida.

2.3 O preconceito

Identificar e analisar se as mulheres praticantes de Jiu-Jítsu percebem as discriminações sexistas é o objetivo desse item. Indagamos sobre a reação dos familiares, amigos/as e companheiros/as em relação às meninas quando começaram a praticar Jiu-Jítsu. Todas disseram que a família não foi contra, algumas até incentivaram, porém Aline destaca os seguintes comentários: "Mas esse trem é muito violento", "você tem certeza que é isso mesmo que você quer?", "isso é coisa de homem, menina!". E fora do âmbito familiar e de pessoas de fora do esporte como "Nossa, como seu namorado deixa você ficar rolando agarrada com esse tanto de homem?".

Camila, Ritiele e Ana Carolina alegam nunca ter passado por qualquer tipo de situação de preconceito, nem na academia que treinam (que por sinal é a primeira e única em que praticaram Jiu-Jítsu), nem em outros espaços. Contudo, a praticante Aline alega ter passado por situações de constrangimento devido a por comentários dirigidos a ela e a outras atletas. Segundo a entrevistada é possível perceber as "caras e bocas" que os homens fazem quando elas entram no tatame, principalmente se resolvem ir com o cabelo um pouco mais arrumado, maquiada ou com o Kimono cor de rosa, que é seu caso.

> Uma vez, fui num campeonato onde uma amiga minha foi competir e quando ela passou e veio me cumprimentar ouvi assim de dois rapazes que estavam atrás de mim: "Aposto que é sapatão!" Eu achei isso ridículo sabe! O que tem haver**? Só por que eu faço um esporte de homem eu tenho que querer ser homem também**? Fiquei muito chateada. (ALINE, grifo nosso).

Na fala acima, Aline afirma que "faz um esporte de homem". Isso mostra que apesar de três praticantes inferirem a ausência de preconceito, Aline anuncia que o Jiu-jítsu é um esporte de homens. Para essa praticante parece-nos que o campo das lutas é perseguido pelo ideário do poderio masculino e, supostamente pensa invadir o território que não é legitimo as mulheres. Neste sentido, mesmo a atleta praticando a arte a tanto tempo permanecem resquícios da essência predomínio masculino nos esportes de combate, indício da discriminação sexista embrenhada nesta prática.

A desconstrução desse tipo de naturalização precisa ser exercitada no cotidiano dos espaços sociais, dentre eles o do campo esportivo, pois, o preconceito ainda está muito enraizado em nossa cultura que às vezes não percebemos as discriminações a nossa volta e as que partem de nós mesmos.

Embora uma das garotas seja reticente às mudanças sociais, a maioria concorda que a sociedade está ampliando o olhar em relação a inserção feminina nos esportes de combate. Como vemos nas falas, a seguir

> [...] Ah, até pela maior procura de meninas pelo Jiu-Jítsu né... Pra mim isso é um sinal de que a sociedade ta mudando sim. (CAMILA)
> [...] Acho que "bem" devagar, a sociedade tá mudando o olhar, mas tá sim. Acho que as mulheres principalmente, que se privaram tanto de fazer as coisas que gostam por tanto tempo tão se atrevendo e enxergando que elas podem ir além. E quando elas acreditam em si mesmas, todos passam a acreditar. (ALINE)
> [...] Olha, eu acho que sim. Por que tem mulher até no MMA hoje lutando a liga do UFC. Eu sei que pra chegar lá elas passaram por muitas barreiras sabe, mas até por terem aberto a liga pras lutas femininas já é um modo de dizer que eles tão mudando essa visão. (ANA CAROLINA)
> [...] eu acho que não. Porque muita gente quando fica sabendo que eu faço Jiu-Jítsu fica falando, "ai, mas isso é muito violento, esse trem de ficar brigando". (RITIELE).

A crescente procura de mulheres para o Jiu-Jítsu e a abertura de oportunidades para participação de ligas importantes do esporte ratificam a ideia de que a sociedade tem se informado e aceitado melhor o assunto.

Interessante notar que, sem exceção, as praticantes revelaram ser muito orgulhosas de sua atuação no campo esportivo, especialmente por terem se atrevido adentrar nesse lugar considerado predominantemente masculino. Diante de seu trabalho, determinação, técnica e competência tem conseguido um lugar privilegiado no tatame.

> É tipo um desafio, eu acho. Saber que eu posso conseguir fazer as mesmas coisas que eles fazem e conseguir ganhar então, é muito bom, porque eu sinto que eu nasci pra fazer isso! Eu nasci pra lutar Jiu-Jítsu. Quando alguém me pergunta o que eu faço de melhor, eu falo: Luto Jiu-Jítsu! (ANA CAROLINA).

A concepção de que lutar é o que fazem de melhor é bastante recorrente. O argumento da busca pelo desafio, superação e, o prazer que sentem ao construir uma história no Jiu-Jítsu move a inserção e permanência delas no tatame. Certamente, estão contribuindo para o que os estudos

do campo do gênero defendem que é combater o preconceito e a discriminação dia após dia para que as novas gerações possam usufruir desse processo de desnaturalização do Jiu-Jítsu como um esporte masculino.

A metáfora "Jogos de Gênero" se desenha a partir da concepção de que as relações sociais se definem e se redefinem com a ajuda do outro assim como no jogo não é possível jogar sozinho, as reflexões contidas nesse texto estão sintonizadas com a ideia de que é possível mudar as regras do jogo em que há lugar para práticas esportivas sexistas. A partir do diálogo sócio cultural em que os sujeitos históricos homens e mulheres possam viver, jogar, lutar e brincar de modo justo, igual, solidário e por que não dizer mais feliz.

Em linhas gerais, o conjunto de informações coletadas aponta para a existência do preconceito em relação à prática feminina do Jiu-Jitsu no entanto, a que se considerar que atualmente, a participação feminina vem se expandindo no tatame.

Enfim, a inserção das mulheres no campo das artes marciais cresce inversamente proporcional ao preconceito, isso devido às desconstruções realizadas ao longo dos anos com as lutas feministas e, ultimamente, com a abordagem da mídia permitindo mais visibilidade dos esportes de combate é evidente o ganho de novas e novos adeptos em todo o mundo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Conferência do Prêmio Goffman:** a dominação masculina revisitada. Editora Papirus, 1998.

BREDA, Mauro; GALATTI, Larissa; SCAGLIA, Alcides José. **Pedagogia do esporte aplicada ás lutas.** Editora Phorte, 2010.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JIU-JÍTSU. Disponível em: <http://www.cbjj.com.br/hjj.htm>. Acesso em: 21 de Dezembro de 2012.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura, educação física e futebol.** 2003, p. 35-67;

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir** (Os corpos dóceis). 1975.

GASTALDO, Édison Luis. **A forja do homem de ferro:** a corporalidade nos esportes de combate. 1995;

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Pensar a prática**. Volume 8, n 1. 2005;

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade** – educando para a diversidade. 2008 pg 10.

MAUSS, Marcel**. Técnicas corporais**. 1974.

SIMÕES, Antônio Carlos (org.). **Mulher e esporte:** mitos e verdades. Editora Manole.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação do corpo.** 1998.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações teses. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MUNDO DO TRABALHO: A CRIAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO

Laudicéia Lourenço de Araújo
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ PIVIC/UFG/ Dialogus

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ Dialogus

Resumo: O presente artigo trata da origem da terceirização como uma inovada forma de trabalho apresentadas no século XXI, tendo implicações na organização do sistema produtivo a criação das prestadoras de serviços em diversos seguimentos da produção. Essa nova forma de trabalho se torna um fenômeno na economia brasileira na década de 90, trazendo ao cotidiano das trabalhadoras a possibilidade de emancipação e precarização, momento este em que o capital se realiza. A metodologia utilizada foi a analise de textos referentes ao tema proposto que nortearam nossa pesquisa na busca de compreender a o surgimento deste setor que geralmente emprega um contingente significativo de mulheres, assumindo funções precárias e conciliada a dupla jornada de trabalho. Nosso objetivo é identificar as relações entre a reestruturação produtiva e o surgimento das empresas prestadoras de serviços que reformularam o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Terceirização. Trabalho. Gênero.

Introdução

O mundo do trabalho perpassa por constantes transformações sociais, políticas e econômicas na expansão capitalista, transformações que atinge todos os segmentos do sistema produtivo e reprodutivo, desde a classe trabalhadora até os mercados internacionais também sofrem os reflexos da reestruturação produtiva. A nova forma de trabalho introduzida por esse novo sistema de acumulação capitalista tem como exemplo a elaboração do trabalho terceirizado.

Essas novas formas de trabalho apresentadas no decorrer da década de 1970, dentre elas o trabalho terceirizado e a inserção do trabalho feminino (a mulher sempre esteve presente no ambiente doméstico, exercendo uma atividade reprodutiva) no universo produtivo nos chamam atenção. Nos últimos anos temos presenciado as conseqüências da reestruturação produtiva do capital para os/as trabalhadores/as com a perda de direitos trabalhistas, aumento da produção e em contrapartida a redução do tempo de produção, a insegurança no emprego, presença do trabalho precário, etc.

O trabalho precário se destaca por estar presente no setor periférico do sistema produtivo, na prestação de serviços e em grande parte essas vagas de emprego são destinadas as

mulheres, porém o trabalho precário não perpassa somente no universo produtivo ele está também no universo reprodutivo, muitas mulheres têm seu cotidiano preenchido por uma dupla jornada de trabalho onde esta realiza trabalho produtivo e reprodutivo.

O fenômeno da terceirização que se alastra por todos os segmentos da produção e incorpora um grande contingente de trabalhadoras, com uma prática desenfreada e desregulada que traz ao cotidiano das trabalhadoras mudanças no que se refere à organização estrutural da indústria, a fragmentação da classe trabalhadora e uma considerável diferença salarial comparada a remuneração masculina, estando na mesma função.

Para que possamos prosseguir com nossa discussão sobre as relações existentes entre a reestruturação produtiva e o surgimento das empresas prestadoras de serviços/terceiras que de modo geral emprega um grande contingente de mulheres. Devemos entender a terceirização não como mera redução de custos na produção e a inserção de mão-de-obra barata, devemos compreendê-la como uma nova forma de realização de determinada atividade a ser realizada por outra empresa especializada no setor, que ofereça vantagens lucrativas a empresa contratante, continuaremos com está análise no decorrer do texto.

A reestruturação produtiva do capital e o mundo do trabalho

Entendemos que a classe trabalhadora é composta por homens e mulheres que vendem sua força de trabalho, por trabalhadores/as informais e temporários que ficam à mercê de contratos e os/as trabalhadores/as desempregados/as que incham o exército de reserva. Ficando excluídos os donos dos meios de produção que precarizam a classe trabalhadora e os agentes do capital que vive de juros e rendimentos financeiros e os pequenos empresários.

É importante compreender que os desdobramentos gerados pela reestruturação produtiva do capital não é um fenômeno acabado, cristalizado ao contrário é um processo dinâmico, que se fundamenta na intensa exploração da força-de-trabalho e pela flexibilidade no sistema produtivo; o trabalhado terceirizado é fruto desta lógica de produção pautada nos altos índices de lucratividade.

Antunes (2005) caracteriza as mudanças no mundo do trabalho como a *nova morfologia do trabalho* que se configura em mudanças sociais, econômicas e culturais tanto no campo como na cidade, resultando no encolhimento do proletariado industrial e no crescente trabalho morto, ou seja, a crescente utilização de máquinas na produção, essa nova fase do trabalho deve ser

compreendida a partir do novo perfil da classe trabalhadora e pela divisão social e sexual do trabalho.

Com a entrada das mulheres no mercado de trabalho na esfera produtiva juntamente com a elaboração do trabalho terceirizado representou para o capital a elevação da lucratividade e tempo, as mulheres assumem funções precárias e com uma acentuada desvalorização social. São funções nas áreas periféricas da produção, como na limpeza, alimentação, segurança, etc. funções repetitivas e precárias.

Com a reestruturação produtiva o mercado capitalista teve que se reorganizar, preservando seus princípios fundamentais como a exploração da classe trabalhadora, incrementando ao sistema produtivo a automação e a divisão do ciclo de produção, umas dessas inovações é a criação das empresas prestadoras de serviços ou as denominadas terceirizadas, essas alternativas contribuem com a lucratividade da empresa contratante.

Esse novo sistema produtivo se fundamentou no trabalho dividido em parcelas, setores de produção que reduzem a ação dos/as trabalhadores/as a um conjunto repetitivo de atividades que no final resultam no trabalho coletivo, o/a trabalhador/a desconhece o produto final de seu trabalho. O reflexo dessas novas ações do sistema produtivo interfere no cotidiano da classe trabalhadora, principalmente para as mulheres que cumprem uma dupla jornada de trabalho.

Sua característica principal está em apresentar um padrão produtivo organizacional fragmentado e tecnologicamente avançado, controle maior de estoque e mantém uma estrutura produtiva mais flexível. As relações de trabalho são alimentadas por campanhas de trabalho em equipe, o pagamento de horas extras ou banco de horas, bônus de produção para os/as trabalhadores/as que atingem as metas fixadas pela empresa, etc.

Essas atitudes vêm ao encontro da submissão da classe trabalhadora ao emprego, além de requerer o envolvimento e participação de todos e todas nas campanhas, na verdade essa política de envolver a classe trabalhadora com a empresa, é uma pratica manipuladora e que preservam em sua essência as características de um trabalho alienado e precário.

Com o aumento do trabalho precário dentro do sistema produtivo e a divisão sexual do trabalho a classe trabalhadora se remodela, a presença cada vez mais significativa de mulheres que assumem funções até então consideradas masculinas, o crescimento do trabalho informal, homens e mulheres sofrem com a forte tendência da superexploração no linear do século XXI.

Essas inovações no sistema produtivo marcam a precarização da força de trabalho das mulheres, com novos arranjos e rearranjos na modalidade de empregos flexíveis, gerando conflito trabalhista entre trabalhadores regulares que estão assegurados de seus direitos trabalhistas e os trabalhadores terceirizados que não tem os mesmos benefícios que as trabalhadoras da empresa contratante, como por exemplo, o pagamento do PL (Participação dos Lucros) e plano de saúde.

Ao analisarmos o perfil das trabalhadoras da Prest John dentro da contratante Mitsubishi Motors, percebemos essa característica; são quarenta e uma (41) mulheres e onze (11) homens para realizar toda a limpeza da montadora. Há uma constante rotatividade e o deslocamento de trabalhadoras de um setor para outro, como manobra para desarticular a organização sindical.

Percebemos a dimensão da reestruturação produtiva em precarizar a força de trabalho através de suas novas formas de trabalho domiciliar, temporário, terceirizado, informal. Julgamos que a terceirização é a forma mais grave de trabalho vigente no mundo do trabalho, pela perda dos direitos trabalhistas, pelas condições degradantes de trabalho, em sua maioria são atividades de intensiva repetição.

Considerando que a terceirização é um fenômeno mundial e que está presente em todos os ramos do mercado financeiro, assumindo qualquer tipo de trabalho na indústria, no setor público e privado, sob diferentes modalidades e formas de regulamentação e legislação variando de acordo com cada Estado. Thébaud-mony e Druck (2007) entendem por terceirização

> [...] a principal forma ou dimensão da flexibilização do trabalho, pois ela viabiliza um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites, conforme demonstra a flexibilização dos contratos, a transferência de responsabilidade de gestão e de custos trabalhistas para um "terceiro". [...] (THÉBAUD- MONY e DRUCK, 2007, p.28).

Essa capacidade alcançada pelo capital em gerenciar a força de trabalho praticamente sem limites, como a contratação e a alta rotatividade de trabalhadores, sem que estes tenham estabilidade no trabalho e vivem constantemente sob dominação de seu *capitão do mato*. As empresas terceirizadas encontram respaldo em diversos segmentos de regulamentação do trabalho e na flexibilização das leis trabalhistas.

Com a criação das empresas de terceirizadas as empresas contratantes buscam maior agilidade no processo produtivo e maior flexibilidade nas atividades da empresa. O grupo *Prest John*[1] é uma empresa prestadora de serviços nas áreas de limpeza e conservação, logística, segurança e coleta de lixo, criada em 1995, na cidade de Catalão (GO), cuja principal ideologia é a busca pela melhoria continua de seus serviços, visando alcançar a satisfação de seus clientes, sob intensa precarização do trabalho.

Desse modo a terceirização se constituiu na principal forma de flexibilização da contratação de trabalhadores e trabalhadoras a partir dos anos 1990, no Brasil, proporcionando a indústria uma nova oportunidade no mercado, tendo como resultado rapidez e qualidade, na garantia total da satisfação dos clientes, com baixo custo com as atividades de limpeza, segurança, alimentação, transporte, etc. Essas atividades foram incorporadas a essas empresas que se tornaram importantes para a redução dos custos com a força de trabalho.

Entendemos a flexibilização como um processo que tem condicionantes macroeconômicos derivados de uma nova fase vivenciada pelo capitalismo e que na prática:

> [...] se aplica nas jornadas moveis de trabalho (a exemplo do banco de horas e outros), na remuneração através dos salários flexíveis (parte fixa variável que chega a representar 60% do total e depende das metas/objetivos cumpridos, dos prêmios de produtividade, assiduidade, criatividade...), nas formas de gestão e organização inspiradas no toyotismo (onde a lógica do just-in-time: hora certa quantidade certa e, portanto, erro zero, implica um controle rigoroso sobre o trabalho, caracterizando a "administração por estresse"), [...] (THÉBAUD-MONY e DRUCK, 2007, p. 30).

A flexibilização nas jornadas de trabalho colocam os trabalhadores sob condições degradantes, forçados a trabalharem mais em menos tempo e em momentos de alta demanda, com uma carga horária diária superior a oito horas, reduzindo as horas de descanso, outro agravante está no aumento das doenças do trabalho, principalmente em mulheres que geralmente são inseridas nesta fase da produção.

A metamorfose da terceirização no Brasil e a inserção das mulheres na esfera produtiva.

Com o esgotamento do regime fordista a partir da década de 70, empresas brasileiras são forçadas a se adaptarem as novas regras do mercado mundial, a buscarem novas alternativas

1 Informações retiradas do site da empresa. <http://prestjohn.com.br/>. Acesso setembro de 2013.

para garantir seus lucros diante da competitividade. Isto porque, o desenvolvimento e uso de tecnologias dentro do setor produtivo e na distribuição de mercadorias em menor tempo.

O histórico da legislação sobre a terceirização no Brasil veio por intermédio do Decreto-Lei n° 200/67, que tratou da permissão de terceirizar diretamente toda a administração pública federal em suas contratações de serviços, esta lei vigora até os dias atuais. Já em janeiro de 1974 foi sancionada a Lei n°6.019 que autoriza o trabalho temporário (como ocorre na época das datas comemorativas, como dia das Mães e o Natal), não se trata do trabalho terceirizado, mas sim do fornecimento de mão-de-obra em situações excepcionais para as empresas que necessitam.

Diante da legalização do trabalho terceirizado na esfera federal empresas puderam contratar trabalhadores/as de outras empresas prestadoras de serviços para que seus/suas trabalhadores/as pudessem exercer suas atividades normais dentro da contratante. No que se refere ao trabalho temporário é preciso que haja motivos, como por exemplo, licença maternidade, férias, ou o aumento da demanda; aqui os/as trabalhadores/as são inseridos/as junto aos/as demais trabalhadores/as da empresa contrate, sob suas orientações. No trabalho terceirizado ocorre o contrário, é a empresa contratada a responsável por toda a produção relatada no contrato com a contratante.

Uma reviravolta na legislação veio em 20 de junho de 1983, com o art. 10, § 2°, o qual permite que além das entidades financeiras, pessoas físicas, estabelecimentos comerciais poderiam contratar os/as trabalhadores/as de empresas prestadoras de serviços de vigilância e transporte para trabalharem dentro de suas mediações.

Esse foi o primeiro passo para a liberação da terceirização em atividades determinadas, esse fenômeno que se espalha por todos os segmentos na pratica tomou proporção tão grande que se tornou quase inviável sua proibição ou limitação como forma de organização empresarial, situação que irá se agravar com a aprovação do Decreto Lei 4330.

A legislação deveria se preocupar em solucionar os impasses causados pela terceirização na vida dos/as trabalhadores/as, assumir uma postura que impedisse ou minimizassem a forma precária que é realizado o trabalho terceirizado. Deve se buscar uma humanização na terceirização que nas palavras de Carelli (2007), consiste na:

> ⌈...⌉ responsabilidade solidária da tomadora de mão de obra pelas obrigações trabalhistas referentes aos trabalhadores das empresas terceirizadas ou subcontratadas; a isonomia de direitos e benefícios dos trabalhadores da

> empresa principal e daqueles das empresas subcontratadas, caso sejam superiores; a possibilidade de sindicalização pelo sindicato da categoria dos trabalhadores da empresa principal. (CARELLI, 2007, p. 66).

Essa mudança no perfil da legislação sobre a terceirização daria fim à redução de direitos trabalhistas e a precariedade vivenciadas por esses trabalhadores/as, é preciso que a empresa contratante responda por todos/as os/as trabalhadores/as, oferecendo a estes os mesmos direitos e benefícios da empresa principal, fossem aplicados aos trabalhadores da terceirizada e estes pudessem se orgulhar coletivamente conjuntamente com os empregados da empresa principal.

O que podemos perceber nas últimas décadas é que a terceirização tem afetado várias gerações de trabalhadores e trabalhadoras, com a constante perda de direitos trabalhistas, precariedade e insegurança no emprego. Vejamos no caso do Brasil:

> [...] esse conjunto de mudanças conforma um processo de desestruturação do mercado entendido como um processo de fragilização e de redução da importância relativa do seu núcleo estruturado, formado pelos contingentes de ocupados com vínculo empregatício formalizado e com alguma proteção social – e, simultaneamente, a sua reconfiguração em conformidade com as necessidades do atual estágio do processo de acumulação de capital. (BORGES, 2007, p. 81).

Um dos momentos mais impactantes do processo de desestruturação do mercado nacional se iniciou na década de 90 e permanece até os dias atuais com uma nova roupagem, apesar dos altos índices de incerteza que perturba tanto os capitalistas quanto a classe trabalhadora, o que se deixa de mais grave é as novas formas de inserção no mercado de trabalho, com funções cada vez mais flexibilizadas e precárias.

Com a expansão do capitalismo provocando transformações no mundo do trabalho, a precarização presente em todos os âmbitos do sistema produtivo, resultou no movimento de flexibilização das vagas de trabalho, esse movimento foi aprofundado na era neoliberal.

São dois os processos que marcaram a década de 90 no que se trata da terceirização: o primeiro deles foi que a terceirização assumiu vários papeis, sendo a subcontratação de empresas menores, que conseguem burlar a legislação com facilidade, que contrata trabalhadores/as autônomos, empresas individuais, etc. mecanismos utilizados para descaracterizar a relação de vínculo com a contratante e por último a flexibilização/precarização nas relações de trabalho. (Borges, 2007).

O sucesso desses dois processos foram permitidos graças à colaboração ativa do Estado neoliberal que modificou toda a legislação trabalhista com a permissão da flexibilização da jornada de trabalho, autorização do contrato temporário, banco de horas, horas extras, contrato temporário, etc.

Borges (2007) nos relata que a desregulamentação das relações de trabalho no Brasil ainda não foi concluída, a classe dominante está a:

> [...] espera das condições políticas para a implementação do ambicioso projeto do patronato, que inclui a extinção da CLT e se, possível, do próprio direito do trabalho, numa estratégia em que conquistas históricas dos trabalhadores, com o mês de férias remuneradas, a jornada de trabalho de oito horas, o 13° salário e a licença-maternidade deixaram de ser direitos assegurados pela lei para serem negociados, pela lei para serem negociados caso a caso. [...] (BORGES, 2007, p. 84).

A classe dominante esta a espera de um governo que possa votar o Decreto Lei 4330, que dá oportunidade das contratadas intensificarem mais a exploração da classe trabalhadora. O objetivo é os/as trabalhadores/as passassem a negociar livremente com as empresas, não tendo estes direitos nos contratos de trabalho ou seguridade social.

Outra dimensão a considerar são as mudanças nas formas de inserção das mulheres nas empresas terceirizadas, refletem o impacto do processo de flexibilização/precarização das relações de trabalho, há por trás do discurso que a flexibilidade como elemento positivo para a trabalhadora, esconde-se um intenso processo de destruição de direitos trabalhistas conquistados com lutas históricas e com a acentuada precarização.

> A crescente precarização das formas de inserção vem reforçar um traço estrutural do mercado de trabalho das empresas terceirizadas, mas não pode ser tomada como reprodução pura e simples de mecanismos de exploração vigentes no passado. Tem-se, com efeito, uma atualização de formas de contratação e uso da força de trabalho pautadas na superexploração, mas não mais apenas como um traço estrutural do modelo de desenvolvimento seguido pelo país, mas como componente-chave do capitalismo globalizado,[...] abrangência estão diretamente relacionadas com a posição do país no sistema econômico mundial, com a capacidade de resistência de cada sociedade e com o grau de consolidação das conquistas dos trabalhadores no passado. (BORGES, 2007, p.89).

O processo de precarização nas condições de inserção no mercado de trabalho atinge todos os segmentos da produção, antes os trabalhadores mais escolarizados que se inseriam no emprego formal, hoje convivem com uma insegurança na inserção do no mercado.

Outra mudança no mercado de trabalho diz respeito a estrutura de contratação de trabalhadores/as, mudanças influenciadas pela diminuição do emprego industrial com a elevada inserção de máquinas no setor produtivo e a elaboração de atividades de serviços finais, com o surgimento de novas atividades de serviços e pelo processo de terceirização, que de modo geral provoca a transferência de postos de trabalho, anteriormente classificados nas atividades industriais, para prestadoras de serviços.

Compreendemos que a reestruturação produtiva vivenciada no Brasil remodelou as atividades das prestadoras de serviços, que são centrais no processo produtivo. Essas mudanças afetam todos os postos de trabalho, por exemplo, o conteúdo das atividades realizadas, tipos de contratação de trabalhadores/as, as formas e níveis de remuneração, a rotatividade de trabalhadores/as e os possíveis ganhos na formação da carreira profissional, com alterações muitas vezes profundas no poder de barganha dos/as trabalhadores/as e da suas organizações.

A permanência da terceirização significa que as prestadoras de serviços têm total licença para flexibilizar/precarizar a classe trabalhadora, sem que a legislação possa lhe impedir. Veremos a redução e a expansão do contingente de trabalhadores/as substituídas pelo aumento ou redução nos contratos de prestação de serviços, acabando com as despesas de contratação e descontratação.

O alto nível de especialização dos/as trabalhadores/as revela que os trabalhadores/as terceirizados/as muito embora recebam menos do que os contratados das contratantes não são menos qualificados. Por outro lado demonstra que a terceirização tem se concretizado num poderoso mecanismo de precarizar os trabalhadores mais escolarizados. A empresa que absorve esses trabalhadores ganha a oportunidade de redução de custos e aumentar os índices de produtividade.

Nossa pesquisa teórica tem apresentado que a terceirização representa as perdas de todas as conquistas sociais da classe trabalhadora, impostas pelo processo de precarização, resultante da reestruturação produtiva dos anos 90 pra cá, a classe trabalhadora das empresas terceirizadas, sofrem com a destruição de direitos trabalhistas e a superexploração.

Considerações finais

A reestruturação produtiva ou acumulação flexível nos 1970 significou uma nova conscientização das mulheres, a luta feminista pela emancipação social, pelo direito ao trabalho



permanente. A luta dos movimentos feministas por combater as formas de opressão, pela independência econômica e social, visava-se a conquista da igualdade de direitos trabalhistas e uma divisão sexual do trabalho mais justa.

O capital tem demonstrado grande capacidade de apropriar-se da polivalência do trabalho feminino, diante da experiência que as mulheres trazem de suas funções realizadas na esfera reprodutiva. Havendo contradições quanto à inserção da força feminina no universo fabril, pelas condições históricas do patriarcado e do preconceito, os homens mostram-se maior dificuldade em se adaptar aos novos rearranjos do mundo do trabalho.

Portanto a principal característica da reestruturação produtiva está na mudança das formas de trabalho, a fragmentação da classe trabalhadora e na criação de novas formas de trabalho, como o trabalho realizado em tempo parcial e de jornadas duplas e com o aumento da política de horas extras, juntamente com o processo de liofilização.

A precarização da classe trabalhadora no Brasil teve seu início na década de 90, diante das políticas neoliberais, o grupo Prest John se consolidou após cinco anos deste fenômeno mundial atingir o território nacional. Os impactos da flexibilização interferem drasticamente na precarização da classe trabalhadora de modo geral, com a fragmentação, a heterogeneidade, a individualização, crise nos sindicatos e, a competição.

E a mais dramática de todos os aspectos é a perda de direitos trabalhistas, da degradação das condições de trabalho, coloca-se a necessidade de compreender os rebatimentos do processo de reestruturação produtiva sob universo do trabalho, somente desse modo será possível pensar ações políticas e ações emancipatórias para o trabalhador. Ai se instala o desafio.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo. Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. 2 ed. Boitempo. 2009.

DAVID, Harvey. **Condição pós-moderna**. 16 ed. São Paulo, Loyola, 2007.

GRUPO PREST JOHN. Acesso em setembro de 2013. <http://prestjohn.com.br/>.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução Alcides João de Barros. São Paulo. Ática, 1991.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo – território**:** considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, vol. 01, n°01 (p. 60 – 81), fevereiro/2006.

THÉBAUD- MONY, Annie e DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo. Boitempo, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Pegada**, vol. 4 n° 02. Novembro/ 2003.

AS RELAÇÕES ENTRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES E OS CAMPOS INTERDISCIPLINARES NO PIBID DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Leandro Kenner Rodrigues de Carvalho
Universidade Federal de Goiás- *Campus* Catalão

Andréia Cristina Peixoto Ferreira
Universidade Federal de Goiás- *Campus* Catalão

Resumo: O presente trabalho tem como foco a investigação da intervenção pedagógica do PIBID de Educação Física no que diz respeito ao objeto de estudo relativo à relação Corpo, Gênero e Sexualidades na educação contemporânea que permeiam as aulas com as turmas de primeiro, segundo e terceiro ano da primeira fase do Ensino Fundamental na Escola Estadual Madre Natividade na cidade de Catalão Goiás. A necessidade de abordar essa temática relaciona-se com a reelaboração de lembranças de minha infância e adolescência, em especial, aquelas relativas à experiência pessoal da vida escolar no âmbito dos ritos de socialização da escolarização. Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa ação, em que o objetivo é construir algumas estratégias metodológicas no PIBID para intervir na forma pedagógica de se trabalhar com a interdisciplinaridade nos conteúdos da cultura corporal, desmistificando tradições na nossa sociedade e desconstruindo essa concepção de corpo e sexualidade associado simplesmente por algo do poder simbólico, como o caso das "cores de homem e cores de mulher". Pesquisando e dialogando com as teorias críticas e pós-críticas como, Grossi (2004); Louro (2010); Scott (1995); buscamos entender as mediações na concepção de gênero, educação do corpo, sexualidades, pois compreendemos que nem mesmo as professoras da escola estão preparadas para abordar esses assuntos e intervir de forma significativa na concepção desses alunos, pois as próprias professoras interferem e reproduzem os padrões hegemônicos e disciplinadores, patriarcais, sexistas e homofóbicos em relação ao corpo. Sendo assim, a elaboração da intervenção pedagógica no campo da pesquisa ação, em consonância com andamento das análises da investigação podem ser pertinentes, ao trazerem contribuições significativas na construção de sujeitos que saibam da necessidade ética de construir uma sociedade mais justa e igualitária, que passa pela igualdade e liberdade no campo das relações de gênero e sexualidades.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Sexualidades.

Introdução

O presente trabalho tem como foco a investigação da intervenção pedagógica do PIBID[1] da Educação Física no que diz respeito ao objeto de estudo relativo à relação Corpo, Gênero e Sexualidade na educação contemporânea que permeiam as aulas com as turmas de primeiro, segundo e terceiro ano da primeira fase do Ensino Fundamental na Escola Estadual Madre Natividade da cidade de Catalão/GO.

1O PIBID é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, mantido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que tem como objetivo a formação inicial de professores, tendo como finalidade a valorização do magistério, apoiar os estudantes das licenciaturas nas instituições federais e estaduais de Ensino Superior, trabalhar com a interdisciplinaridade, e buscando sempre trabalhar com processos metodológicos de pesquisa para superação de problemas enfrentados para contribuir no processo de ensino - aprendizagem, para que os professores em formação venham se tornar os protagonistas nos processos formativos, evitando a evasão de alunos nos cursos de licenciatura, garantindo uma educação de qualidade.

Ingressei no PIBID da Educação Física em abril de 2012, inicialmente elaboramos um processo de fundamentação teórico-metodológica para o planejamento de aulas, sendo que iniciamos a intervenção no Colégio Estadual João Netto de Campos na cidade de Catalão Goiás. Trabalhei com uma turma do oitavo ano da segunda fase do Ensino Fundamental. Elaboramos as aulas divididas por conteúdos temáticos, jogos e brincadeiras populares, dança, ginástica com interface com as lutas e a cultura corporal do esporte. Uma das dificuldades bastante emergente na escola, era com as relações de gênero e sexualidade que havia naquele ambiente, em que aquelas dificuldades começaram a me inquietar, nesse momento comecei a me interessar e trabalhar mais profundamente com essas questões. No início do ano de 2013 decidimos então nos deslocar de uma escola para outra, em que a Instituição de Ensino proposta foi o Colégio Estadual Madre Natividade, uma escola que possui apenas a primeira fase do Ensino Fundamental, sendo que elaboramos, planejamos e sistematizamos as aulas com os mesmos conteúdos temáticos já trabalhados no Colégio anterior.

Pesquisando e dialogando com as teorias críticas e pós-críticas, entendemos e conceituamos neste trabalho como sexo, a referencia de feminino e masculino a partir do contexto biológico, relativo a genitália, mas também sócio cultural, consideramos assim, os possíveis deslocamentos existentes no campo da sexualidade.

> gênero se constitui na pratica social que se dirige aos corpos. O conceito pretende se referir ao modo como as características sociais são compreendidas e representadas. Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino obriga (...) levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos.(...) o conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversas. (LOURO, 1997, p. 22-23).

Sendo assim, o gênero se conceitua pelos deslocamentos presentes na contemporaneidade, direcionados para o sexo feminino quanto para o masculino, em que a própria cultura define e marcam os padrões normativos, o que é ser menino e o que é ser menina, em que os sujeitos podem construir sua identidade através de uma pluralidade que os rodeiam.

Desde o início da intervenção do PIBID na escola campo, analisamos o contato corpo a corpo, em que meninos e meninas evitam a aproximação com outros colegas do mesmo sexo e até mesmo com o sexo oposto, sendo presente esse distanciamento nas brincadeiras e nos conteúdos relativos as aulas da disciplina curricular Educação Física. Pudemos observar que esse contato é evidentemente evitado na mediação pedagógica de professores/as na

escola. Esse distanciamento é perceptível, principalmente, nas relações entre meninos, em que a sexualidade dos mesmos já é questionada desde a infância, como se o homem que tiver contato com outra pessoa do mesmo sexo que seja de uma forma carinhosa, como pegar na mão, abraçar, ficar lado a lado, consequentemente viesse, futuramente, ou até mesmo no momento do contato, se descobrir homossexual. Assim, percebe-se a ideia de como o corpo, principalmente do homem, deve ser impermeável, fechado para novas experiências e conhecimentos no âmbito das dimensões corporais.

Pode-se reconhecer a relação que as aulas de Educação Física trazem para que possamos discutir e (re) pensar como os corpos femininos e masculinos devem estar presentes perante a cultura, principalmente a escolar. Deve-se considerar que as aulas desta disciplina necessitam de experiências em relação ao corpo, adquirindo novos contatos com conteúdos e atividades não trabalhados de costume em outras disciplinas. Verifica-se que a aula da disciplina curricular Educação Física configura-se como a grande "vilã" quando pensamos em repressão/expressão, exclusão/inclusão, sendo muitas vezes o espaço em que os alunos, são permitidos de expressar seus corpos, experimentarem novos movimentos, expressões, comportamentos, gestos, possibilidades. É a partir dessas vivências nas aulas de Educação Física que iniciam os questionamentos sobre as atitudes dos alunos, as cobranças e respostas esperadas em relação a sexualidade dos indivíduos, vindos da escola, dos pais, e dos/as próprios/as professores/as que acabam muitas vezes reproduzindo essas relações em sala de aula, controlando as dimensões da sexualidade a todo o momento.

Com relação à demarcação do disciplinamento do corpo e da sexualidade masculina na sociedade, Louro (2010, p. 27) afirma que,

> Em nossa cultura, a manifestação de afetividade entre meninos e homens é alvo de uma vigilância muito mais intensa do que entre as meninas e mulheres. De modo especial, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase que impedidas, em muitas situações sociais. Evidentemente elas são claramente codificadas e, como qualquer outra prática social, estão em contínua transformação.

Com essa afirmação da autora, podemos observar o pesado disciplinamento e controle que incide sobre o sexo masculino, em relação a atividade e a obrigatoriedade em algo é mais cobrada e controlada em relação a mulher, pois como descrito anteriormente, o contato entre meninos do sexo masculino com indivíduos do mesmo sexo podem ser muito mais vigiados e controlados em nossa sociedade quando comparado a relação entre mulheres – mulheres, pois vivenciamos no nosso dia a dia esse contato que as meninas estabelecem umas com as

outras, sendo vistas simplesmente como amigas, colegas, irmãs. Em alguns casos, vinculados a dimensão do estereotipo, podem ser julgadas e taxadas como um sujeito desviante dos padrões normativos. Contudo, argumentamos que em relação ao homem a questão é mais severa. Podemos vivenciar situações diferentes, meninos cada vez mais agressivos, violentos, demonstrando a atitude que o homem deve ter perante a sociedade, não podendo demonstrar sentimentos, emoções, afeto, carinho e muito menos um contato de aproximação de um sujeito do mesmo sexo, pois, se caso uma dessas situações acontecerem, consequentemente serão esses taxados como homossexuais ou desviantes da norma estabelecida na cultura em que estamos inseridos.

Assim, surge a necessidade de abordar essa temática relacionando-a a elaboração de lembranças de minha infância e adolescência, minha experiência pessoal da vida escolar, na qual os professores, em especial situando as marcas significativas do meu professor de Educação Física, que não conseguia garantir que todos os alunos tivessem contato uns com os outros, separando os conteúdos temáticos por sexo, causando um distanciamento entre meninos e meninas, em que homem só jogava futebol se gostasse e mulher jogava voleibol, caso nenhum gostasse do jogo proposto por sexo ficaria de fora, excluído dos tempos e espaços da aula de Educação Física.

Com esse relato posso explicitar como me sentia diferente, anormal dos outros meninos por não gostar de futebol, pensava que o problema seria comigo mesmo, pois, o próprio professor não desconstruía as piadas, xingamentos e preconceitos que eram a mim dirigidos, como por exemplo, “veado”, “boiola”, “ele deve ser gay”, simplesmente por não gostar de futebol. Com relação a essa questão, Louro (2010) afirma que em nossa sociedade o que prevalece é a cultura de que o homem que é homem tem e deve gostar do futebol.

Na escola em que eu estudava o menino que jogava futebol tinha as atitudes que o homem na nossa sociedade deve demonstrar e expressar para ser considerado, grosso modo, “homem de verdade”, como ser agressivo, viril, relacionando a identidade sexual do indivíduo à norma estabelecida em nossa cultura, a imagem do homem heterossexual, enquanto os outros que não se consideravam e nem agiam com essas atitudes de relações de poder e autoritarismo, eram tratados somente como “os outros”, “os diferentes”, “os anormais” e até mesmo como homossexuais (GROSSI, 2004).

Considero a partir de meu relato e de minhas lembranças, que o professor deveria ser o responsável por oferecer possibilidades para que todos os alunos tivessem contato com a cultura corporal, pela diversidade de conteúdos, em que alunos pudessem construir sua

identidade a partir das aulas de Educação Física, não para a construção impositiva e determinante da sexualidade "normal" ou "anormal". O professor deveria ser o mediador para desconstruir esses preconceitos e tabus preestabelecidos pela sociedade e construídos no dia a dia com as relações de gênero e sexualidade.

Outro momento significativo para a construção e motivação de elaborar este trabalho, se deu com a realização da disciplina de Núcleo Livre "História e Relações de Gênero", ministrada pela professora Drª. Eliane Martins de Freitas, do curso de História, do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG), realizada no primeiro semestre de 2012. Esta disciplina nos auxiliou e motivou, trazendo reflexões acerca da sexualidade, dando inspiração para pesquisar e aprofundar nessas questões, através de aulas expositivas, mostra de vídeos e filmes, leituras e trabalhos direcionados para o campo do conhecimento sobre o corpo, o gênero e a sexualidade. Até então, antes de iniciar esta disciplina não tínhamos conhecimento sobre assuntos importantes a serem tratados voltados para o campo da sexualidade, foi então com os debates e leituras em aula que pudemos ter uma formação específica para estudar e pesquisar este eixo temático.

Sendo assim, essa pesquisa tem como objeto de estudo a relação de corpo, gênero e sexualidade na primeira fase do Ensino Fundamental, com a problemática de como o homem e a mulher se comportam e se entendem como sujeitos do seu sexo no ambiente escolar, espaço este no qual percebemos um distanciamento de alunos e alunas do mesmo sexo, com medo de serem taxados e rotulados como homossexuais, lésbicas, diferentes, anormais, com maior visibilidade nos conteúdos da Educação Física Escolar, bem como ouvimos piadas preconceituosas emergentes naquele ambiente, em que professores (as), pais/mães e a nossa cultura interferem a todo o momento nessa construção de uma imagem estereotipada do corpo presente na sociedade, aumentando cada vez mais os preconceitos, diferenciações e enganos.

Assim, surgiu o interesse em desenvolver esse trabalho na Escola de Intervenção do PIBID da Educação Física no contato com a problemática que envolve a constituição identitária do corpo feminino e masculino e de sua representação cultural na sociedade.

Começamos a nos inquietar a partir dai e pesquisar, como os símbolos e as linguagens corporais interferem no estereótipo do que é ser homem e o que é ser mulher, ou o que é do homem e o que é da mulher, questionamentos em relação a sexualidade dos alunos que fazem com que os tabus existentes na sociedade só aumentem, como os signos e as simbolizações, como as cores representam e interferem na imagem dos indivíduos em relação a sexualidade.

A experiência do testemunho de investigação e intervenção na escola campo: primeiras aproximações

Em umas das primeiras visitas a Escola Estadual Madre Natividade no primeiro semestre de 2013, no processo inicial da intervenção pedagógica do PIBID nesta escola parceira, fomos a escola campo para observar como aconteciam as aulas de Educação Física e como os professores e gestores pensavam a prática pedagógica. Foi questionada a coordenadora de turno da Escola se havia ali algum problema emergente quanto as relações de gênero. A coordenadora anunciou que a única coisa que às vezes acontecia, era que alguns alunos do sexo masculino entravam no banheiro feminino e sentavam sobre o vaso sanitário para fazer xixi, e elas tinham que explicar para esses alunos que aquele banheiro era de mulheres e que fazer xixi sentado era somente uma regra para as meninas, que meninos devem usar o banheiro masculino e fazer xixi em pé, não poderiam sentar no vaso, mas disse que esse era o único problema relacionado a forma de se posicionar dentro daquele ambiente escolar, que quanto a questão do preconceito todo lugar tem sempre, algumas piadinhas que as vezes não conseguem controlar, mas só isso.

A partir da fala da coordenadora percebemos a concepção que a escola tem perante o comportamento dos alunos e qual a forma de instrução e formação para esses sujeitos, transmitindo a ideia do corpo biológico se transformando por um simples comportamento ou gesto expressado, não respeitando a individualidade desses alunos, não esclarecendo que independentemente de fazer xixi sentado ou em pé, nada será mudado, transformado em relação ao seu corpo ou a sua sexualidade.

O que pudemos analisar a partir dessa visita a escola de investigação foi o como a cultura escolar tenta controlar a todo momento a sexualidade de seus alunos, criando interditos na construção desses sujeitos, reprimindo os seus desejos, suas vontades, suas expressões, prolongando e interferindo um medo em que a escola tem de ser a responsável por uma construção da sexualidade, garantindo o incentivo e a preservação da identidade masculina e feminina estabelecida como "normal", sendo vista a identidade sexual como um único modelo, a identidade heterossexual, afirmado por Louro (2010).

Refletindo sobre a reprodução da identidade heterossexual, vista como normal, pensamos o como a emancipação através das relações de gênero tem se tornado cada vez mais difíceis de lidar, como se a identidade sexual que não seja a heterossexual e sim a

homossexual fosse vista e observada como "anormal", sendo estes sujeitos desviantes do padrões normativos.

Louro (2010) afirma,

> Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente remete ao homem branco, heterossexual, de classe média, urbano e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo", e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (p. 15-16).

Como inicialmente na intervenção pedagógica na escola campo começamos um trabalho de reconhecimento do corpo através do conteúdo Jogos e Brincadeiras que possibilita trabalhar na sequencia dos conteúdos a serem trabalhados com a cultura corporal, sendo este um dos eixos temáticos, podíamos perceber durante as aulas o como os alunos já tinham uma ideia formada do que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade, onde em nenhuma dinâmica de aproximação dos alunos nenhum queria pegar na mão do outro colega do mesmo sexo, mas percebíamos mais claramente o como estava uma marca da construção social em relação ao corpo do menino, pois em todo o momento da aula eles tentavam demostrar força, lutavam uns com os outros e não deixavam as meninas estarem a frente de nenhuma atividade, tentando controlar o corpo das meninas, deixando claro a partir dai na concepção deles uma imagem de que eles estavam a frente das mulheres e tinham poder sobre as atitudes delas, sendo vistas como o "segundo sexo", escrito por Beauvoir.

Como afirma Foucault (1979),

> O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (p. 8).

Dessa forma, entende-se que a todo momento o corpo na escola está sendo educado para atender aos padrões normativos exigidos pela sociedade, onde é exigido a todo tempo esse disciplinamento e educação do corpo, o que pode e o que não pode.

Vivenciando as relações de gênero em campo

Em uma das aulas pedi para que os alunos em duplas do mesmo sexo se abraçassem e depois sexos opostos, para quebrar esse medo, esse distanciamento do contato com o outro, todos os alunos se abraçaram de uma forma descontraída, sentiram o prazer em um simples gesto de aproximação, apenas um aluno do sexo masculino não quis abraçar os colegas, se sentiu envergonhado, para acabar com esse receio conversei com ele e perguntei se eu poderia abraçar ele, meio envergonhado ainda me abraçou, assim pude perceber certa mudança depois do acontecido.

Em outro momento das intervenções na escola campo, estava observando alguns alunos do sexo masculino no pátio da escola jogando futebol, e com essa turma de meninos havia ali uma menina, simplesmente uma, jogando futebol junto aos demais colegas, e percebi que todos estavam muito nervosos com ela, falavam mal, gritavam, e ela como uma forma de se defender imagino eu, agia com uma agressividade sobre a bola, passava a bola com raiva, nervosa, irritada. Em um momento ali, a menina jogando, caiu e se machucou, e eu só observando, quando vi uma professora que saiu de dentro da sala onde estava ministrando sua aula em direção da turma que estava jogando futebol, foi quando ouvi ela brigando com a menina, dizendo, isso que da jogar um jogo de homem, que aquilo ali não era jogo de menina brincar.

Outro momento observado na aula foi quando vi uma turma de meninos jogando futebol, e um aluno que estava com o braço quebrado encostou o braço no ombro do seu colega também do sexo masculino, simplesmente apoiando sobre o colega, foi quando vi uma professora vindo em direção deles e escutei ela questionando o que era aquilo ali, onde já se viu homem encostar em outro homem, repreendendo aquele gesto.

Após uma aula de pintura em cartolinas, pedimos para que cada aluno falasse sobre o significado do seu desenho, e percebi que enquanto todos pintavam, coloriam suas imagens com todas as cores que estavam ali disponíveis, rosa, azul, vermelho, verde, roxo, amarelo, preto, dentre outras.

Logo em seguida tirei o meu celular do bolso de forma proposital, um celular que porventura é da cor rosa, quando mostrei para eles/elas, todos/as começaram a rir, com piadinhas, dizendo que aquele celular era de mulherzinha. A partir dai comecei a intervir no acontecido e fazer vários questionamentos sobre as cores, o porquê eles achavam que o rosa era de mulher e o azul de homem, se eles achavam mesmo que o homem que usava rosa era mulher e vice-versa, alguns ficaram sem saber me responder, outros já disseram que a mãe ou o pai tinham falado que sim, que ambos os sexos tem cores específicas, foi quando

percebemos que alguns alunos do sexo masculino estavam usando alguma camiseta de cor rosa, inclusive o professor da escola, foi quando perguntei o que eles achavam, se o professor por estar usando uma cor que supostamente seria específica para mulher estaria deixando de ser homem, e também possuía algumas alunas do sexo feminino usando a camiseta azul, que era justamente a cor do uniforme da escola, e questionei varias vezes se todas as meninas então que estavam usando aquele uniforme tinham deixado de ser meninas simplesmente por uma cor, e expliquei que as cores não afetam ou interferem no que é ser homem ou o que é ser mulher, elaborei uma discussão e um debate sobre o assunto abordado, sobre a beleza que as cores possuem, que todas as cores podem ser utilizadas por todos sem nenhum problema, que todos ali tinham desenhado e pintado seu desenho com uma variedade de cores e isso não tinha mudado nada quanto ao corpo deles.

Um fato que várias aulas pudemos observar, foram as piadas relacionadas com nomes pejorativos, chamando o colega por nomes como, veado, boiola, gayzinho, bicha.

Ate que um dia vejo um aluno chamando o outro de veado, foi quando parei a aula que estava ministrando e questionei sobre o que era ser veado, e o próprio aluno que usou o termo foi quem me respondeu que veado pra ele era um "bicho do mato".

A partir dessas vivências e observações durante as aulas foi que comecei a me incomodar por lembrar-se de memórias da minha infância, onde o mesmo acontece na vida dessas crianças, assim, surgiu a necessidade de abordar, pesquisar e identificar o como as rotulações estão presentes no dia a dia dessas crianças que na maioria das vezes não sabem nem o significado de ser boiola, bicha ou veado pela sociedade, simplesmente reproduzem o que escutam e o que veem tanto fora da escola como até mesmo dentro daquele âmbito educacional.

Com todos esses relatos pude observar o como os alunos desde a infância já criam esse estereótipo do que é ser homem e o que é ser mulher, como deve ser a constituição desses indivíduos perante a sociedade, o como as linguagens, os sinais, os signos interferem na ideia da construção do corpo, como se usar uma cor que não seja especifica para o seu sexo fosse modificar algo biológico ou até mesmo na construção de sua sexualidade.

Uma sociedade que o tempo todo está reprimindo os desejos, as vontades, as fantasias, as imaginações das crianças, uma sociedade que controla, vigia e puni os corpos.

As evidencias no controle da sexualidade estão presentes mais fortemente que em outras disciplinas nas aulas e nos conteúdos da Educação Física, onde possui uma maior vivencia quanto ao conhecimento com o corpo e as expressões que podemos demonstrar

através dele, onde vivenciamos os jogos e as brincadeiras que sempre são marcados por características em que possui um campo especifico para cada gênero, a dança que sempre tem uma visão da dança mais refinada, com delicadeza, ou seja, característica associada ao corpo da mulher, um corpo frágil, observamos também no conteúdo de ginástica com interface nas lutas o como esse ser homem ou ser mulher esta fragmentado, onde os sujeitos pensam na ginastica como uma atividade feminina, e com as lutas já se pensam o contrário, uma atividade praticada por homens, onde a sociedade enxerga a mulher que pratica lutas como se houvesse algo desviante dos padrões normativos, ou seja, algo com a sexualidade esta errada, se a mulher pratica lutas é taxada de lésbica, como se aquele esporte simbolizasse a sua sexualidade.

O mesmo pode perceber ainda mais claramente no esporte, onde as diversas modalidades esportivas que possuem existem uma característica apropriada para cada sexo, onde aquele esporte só pode ser praticado pelo sexo masculino e aquele outro pelo sexo feminino, mas se um homem ou uma mulher jogar um esporte que não seja especifico para seu gênero, a sexualidade daquele indivíduo é julgada, questionada, onde principalmente a escola muitas vezes acaba por reproduzir esses tabus definidos pela sociedade, vigiando o tempo todo os corpos dos alunos, lutando por uma construção de identidade considerada "normal". Louro (2010) afirma:

> Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade "normal" e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher "de verdade" deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam "marcados" como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar. (p. 26)

A partir da citação da autora e das observações em relação ao comportamento dos alunos, identificamos o como a escola ainda é uma escola fechada a novas experiências, novas possibilidades, novas vivências, novas construções, uma escola impermeável, vigia o tempo todo o corpo dos alunos, controlando a sexualidade e incentivando a todo o momento a sexualidade heterossexual.

Cada vez mais podemos observar o como as escolas tentam desmistificar e isolar as abordagens em relação a sexualidade dos indivíduos, sendo uma saída, como se deixar de abordar esses problemas em relação ao conceito de como o corpo deve se situar perante a

sociedade e as questões emergentes em relação ao preconceito existente naquele ambiente deixasse de lado essas situações e simplesmente esquecesse esse assunto, sendo desnecessário abordar essa temática, onde a escola acaba por não fazer interditos em relação aos preconceitos.

Algo surpreendente e curioso já citado anteriormente, é de como a escola tenta vigiar, controlar e punir os corpos dos alunos, como aborda FOUCAULT (1991), e o que nos chama a atenção em relação a esse controle e esse isolamento em questão da sua sexualidade, é que se a escola deixa de lado essa abordagem, o porquê ela se preocupa a todo momento com a construção da identidade sexual desses alunos, se realmente é algo tão importante de se preocupar, porquê vigiar esses corpos, definir o que pode e o que não pode para cada sexo.

Revisão de literatura

Para realizarmos este estudo, a primeira ação que desenvolvemos foi uma revisão de literatura acerca dos temas, corpo, gênero e sexualidade. Assim, realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico no acervo de monografias do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás do Campus Catalão (UFG/CAC). Com as buscas de trabalhos acerca da temática discutida, verificamos que existe ainda uma ausência muito grande de pesquisas nesse campo. Encontramos alguns trabalhos que envolvem a investigação em campos específicos do gênero, como gênero no futebol, no voleibol, em academias e, também, alguns trabalhos que abordavam o ambiente escolar. Os trabalhos que pesquisavam o campo do gênero na escola, direcionavam as discussões para um trato de simplesmente abordar sobre a concepção do professor de Educação Física frente as questões de gênero, em que os trabalhos foram desenvolvidos somente de maneira pesquisada e transcrita, não elaborando metodologias e ações que pudessem transformar aquele ambiente, em que professores não tratavam as questões direcionadas para o medo da sociedade frente a sexualidade homossexual, eliminando e tentando isolar o debate quanto a homossexualidade em fator do corpo presente na contemporaneidade. Encontramos apenas três trabalhos que se aproximam mais com nossa temática no acervo de monografias do curso de Educação Física da UGF/CAC.

Dias (2011), abordou a temática "Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Física Escolar", sendo uma pesquisa do tipo participativa, realizada no contexto da experiência do PIBID da área de Educação Física do Campus Catalão da UFG. Investigou-se como a prática pedagógica desenvolvida nas aulas da disciplina de Educação Física marcava e demarcava a

educação do corpo no campo do gênero e sexualidades em uma escola estadual na cidade de Catalão Goiás, desenvolvendo o trabalho com turmas da 2ª fase do ensino fundamental. Dias (2011) buscou investigar como os/as professores/as lidavam com a discriminação e violência e se reforçavam ou não preconceitos e estereótipos. Concluiu-se o trabalho com a observação de que se encontrava omissa a desconstrução e não reforço de preconceitos e ideias já formadas nos/nas alunos/as acerca de preconceitos e estereótipos. Sendo assim, estes são um dos trabalhos que mais se aproximou com maior ênfase da nossa temática, no qual a autora realizou a pesquisa no contexto do PIBID da Educação Física, sendo o único trabalho encontrado neste programa que relacionava a temática corpo, gênero e sexualidade, o que se distanciou do nosso trabalho foi a turma que a pesquisadora investigou, sendo turma de segunda fase do Ensino Fundamental.

Pensamos, que, se o programa visa valorizar a carreira docente, a motivação de ingressar em cursos de licenciatura, professores/as, alunos/as e pesquisadores/as deveriam investir mais em trabalhos nesse campo, buscando investigar, pesquisar e transformar todos os ambientes que estejam presentes tanto homens como mulheres, sendo estes seres humanos.

Lacerda (2005) aborda sobre a experiência dos toques em geral, como sentir-se, sentir o outro, tendo como objetivo geral, investigar como o toque pode influenciar nas práticas corporais desenvolvidas em Educação Física na formação da cultura corporal de movimento, considerando os fatores que levam o distanciamento do toque, do conhecimento do seu corpo e do/a outro/a. O presente trabalho foi realizado com cinco pessoas integrantes do grupo de dança amador da UFG/CAC, mesmo o trabalho não sendo realizado em um ambiente escolar, concluiu-se que o toque tem vários significados explicitados na cultura corporal de movimento, sendo o/a professor/a o mediador por proporcionar esse contato entre os/as alunos/as. Assim, posso voltar na memória e me lembrar de minhas aulas de Educação Física, o que o toque era proibido, caso isso viesse acontecer era algo de extrema repressão e vigilância.

Parreira (2012), teve como objeto de investigação as relações de gênero e educação do corpo no universo da Educação Infantil, levantando como problema as relações de gênero e educação do corpo em crianças de quatro anos a quarto anos e onze meses de idade, em uma turma do jardim I, Creche Municipal de Educação Infantil, (CMEI). O objetivo geral da autora foi o de compreender como era a mediação da professora da turma em relação a construção de gênero e educação do corpo dentro de sala de aula. Concluiu-se que o CMEI

investigado tem como objetivo educar os corpos das crianças para promover a disciplina, sendo assim, a professora incorpora e reforça valores vinculados a dominação masculina, não havendo uma problematização e reflexão com as crianças acerca das piadas e preconceitos presentes durante as aulas.

Além do acervo de monografias do curso de Educação Física da UFG/CAC, levantamos, também, algumas pesquisas, em sites de eventos científicos na área da Educação Física, relacionando-as com nossa temática. Assim, um dos sites investigados foi o do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE), no qual, nos anais do evento realizado em 2011, encontramos dois artigos nos grupos de trabalho (GT), Escola e Corpo e Cultura.

Fernandes (2006) investigou turmas da primeira fase do Ensino Fundamental em uma escola estadual da cidade de Campinas, SP, no ano de 2006, apresentando reflexões sobre os sentidos de gênero entre as crianças durante as aulas de Educação Física. A interpretação realizada permitiu concluir que as crianças, de maneira geral, quando estavam em atividades dirigidas esboçavam fronteiras entre meninos e meninas, separando-os, no entanto, quando estavam distantes das situações institucionalizadas, elas interagiam entre si, sem expressar tais fronteiras. Analisamos que o presente trabalho investigava apenas as separações de gênero durante as atividades na aula de Educação Física.

França, Vieira (2011) estudaram dois fenômenos em destaque na nossa sociedade, o bullying e a homofobia, juntos constituindo o chamado bullying homofóbico. Os autores vêm discutindo o medo da homossexualidade na nossa sociedade, buscando entender a construção social de gênero e sexualidades nas aulas de Educação Física, sendo a escola um espaço de múltiplas diferenças, discutindo o silenciamento dos professores de Educação Física frente ao bullying homofóbico na escola.

Este foi outro trabalho encontrado que se aproximou mais intensamente com nossa temática, que discutiram e buscaram entender o silenciamento dos professores de Educação Física frente ao bullying homofóbico na escola, o que também fazem uma relação bastante pertinente com nosso trabalho, sendo o professor o mediador por transformar aquela realidade e desconstruir preconceitos, tabus e construções sociais rodeadas de violências para quem sofre, muitas vezes sendo o professor o mediador na construção ou destruição de sonhos.

Considerações finais

Essa pesquisa teve como objeto de estudo a relação de corpo, gênero e sexualidade na primeira fase no ensino fundamental, com a problemática de como o homem e a mulher se comportam e se entendem como sujeitos do seu sexo no ambiente escolar, onde percebemos um distanciamento de alunos e alunas do mesmo sexo, com medo de serem taxados e rotulados como homossexuais, lésbicas, diferentes, anormais, piadas com preconceitos emergentes naquele ambiente, em que professores (as), pais, nossa cultura interfere a todo o momento nessa construção de uma imagem estereotipada do corpo presente na sociedade, aumentando cada vez mais os preconceitos, diferenciações e enganos.

Ao buscar entender as mediações na concepção de gênero, educação do corpo, sexualidade, percebemos a carência em abordar e intervir nessas problemáticas na escola campo do PIBID, pois compreendemos que nem mesmo as professoras da escola estão preparadas para abordar esse assuntos e intervir de forma significativa na concepção desses alunos, pois as próprias professoras interferem e reproduzem os padrões hegemônicos e disciplinadores, patriarcais, sexistas e homofóbicos em relação ao corpo.

Sendo assim, a elaboração da intervenção pedagógica no campo da pesquisa ação, em consonância com andamento das análises da investigação podem ser pertinentes, ao trazerem contribuições significativas na construção de sujeitos que saibam da necessidade ética de construir uma sociedade mais justa e igualitária, que passa pela igualdade e liberdade no campo das relações de gênero e sexualidade.

E destacamos por fim, a importância de dar continuidade a essa pesquisa e repensar a formação de professores, pois muitas vezes somente o curso de graduação não qualifica o suficiente para que possamos intervir de maneira enriquecedora nas relações de corpo, gênero e sexualidade dos indivíduos, pois se a formação desses educadores e educadoras fossem construídas de forma aprofundada e com maior ênfase, talvez pudessem assim, formar sujeitos críticos, reflexivos e emancipados.

Referências

FRANÇA, Filipe Gabriel Ribeiro; VIEIRA, Patrícia Lins. O silenciamento dos professores de Educação Física frente ao bullying homofóbico na escola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XXII, 2011. Porto Alegre. Anais... Disponível em: http://www.cbce.org.br/br/conbrace/. Acesso em: Julho/ 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades**: uma revisão teórica. 75, 2004. Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

LACERDA, Alessandra Luzia Pereira. **Toque ou não me toque?** Significados construídos corpo a corpo. 2005. 30 p. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Educação Física, Catalão, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 176 p.

_____. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2. Jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez,1992.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

O PAPEL DA LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Letícia Lemos Rossi
Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais

Lucas Reis Rodrigues
UNIFRAN – Universidade de Franca

Resumo: O mapa da violência de 2012 concluiu que mais de 70% dos casos de agressão contra a mulher acontecem em sua própria residência. A violência doméstica atinge as mulheres desde a infância até o fim da vida, tornando as agressões um ciclo vicioso que contamina as gerações. A protagonista da luta contra a violência feminina, Maria da Penha Maia Fernandes, diante da inércia do governo brasileiro, foi forçada a denunciar o país à Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Corte condenou o Brasil a editar uma lei de combate à violência contra a mulher. Hoje, sete anos após a edição da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), esse trabalho tem por objetivo mostrar que a violência contra a mulher está inserida de forma marcante no contexto da cultura social brasileira, especialmente no seio familiar, e propor soluções para quebrar esse paradigma e introduzir uma consciência coletiva contrária à violência. Recentemente, pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e a Data Popular mostra que para 88% dos entrevistados a violência domestica deve ser criminalizada e que as mulheres se sentem mais seguras para denunciar as agressões. Nesse panorama, percebe-se que a violência contra as mulheres, embora esteja entre os crimes tidos por mais recorrentes no Brasil, não é aceita pela população e as mudanças sociais só vão acontecer com políticas públicas de esclarecimento e de combate às agressões, com eficiência da repressão. A Lei Maria da Penha deu o primeiro passo para mudar o cenário da violência feminina: colocou a discussão em pauta.

Palavras-chave: Gênero. Violência doméstica. Mulher. Lei Maria da Penha.

Introdução

Cultuadas como deusas na antiguidade, símbolo de fertilidade, beleza e sabedoria, as mulheres também foram historicamente subjugadas em diversas sociedades. Ao passo que recebiam responsabilidades quanto ao trabalho, à estrutura familiar, à organização política e social, também eram vistas sob a condição de inferioridade intelectual e física. Na Grécia Antiga, a mulher idealizada por Aristóteles, estava em um plano abaixo do homem livre, vivia subordinada à figura masculina representada pelo pai quando era adolescente, ao marido quando se casava e sujeita ao filho quando viúva, conforme a descrição do filósofo retratada no capítulo "Dos Poderes Marital e Paternal"[1] seu livro *A política*:

> Na ordem natural, a menos que, como em certos lugres, isto tenha sido derrogado por alguma consideração particular, o macho está acima da fêmea e o mais velho, quando atinge o termo de seu crescimento, está acima do mais jovem, que ainda não alcançou sua plenitude.

1 ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Assim foi insculpido o mito da fragilidade feminina, que teria origem na explicação biológica, em que o vigor físico do homem favorecia a caça e a estrutura da mulher era mais apropriada para criação dos filhos e coleta de alimentos. Justificativa consolidada através dos tempos como motivo para a grande distância dos direitos entre homens e mulheres[2]: "A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência."

Apesar do paradigma da superioridade masculina fundado na biologia ter sido rompido nas últimas décadas dando lugar ao conceito de gênero, que emerge em uma nova abordagem de caráter social e cultural na construção da identidade sexual (OAKLEY, 1972), a ideologia patriarcal que reforça a submissão das mulheres ainda tem forte apelo na cultura brasileira, lastreada no proselitismo religioso, nas salas de aula e nos veículos de comunicação com a publicidade machista, que trata a mulher como objeto sexual.

O sexíssimo foi travado no silêncio da dominação ideológica ou no clamor contra os abusos. Um cenário de fecunda violência contra a mulher ainda nos dias de hoje. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)[3] revelam que ocorrem, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, o que corresponde a 15,52 mortes por dia, sem contar atos como a agressão verbal e outras formas de abuso emocional, violência física ou sexual, muitas vezes não denunciados.

Com a democratização do país e a Constituição de 1988 alicerçada na Dignidade da Pessoa Humana, inúmeros movimentos feministas se fundiram à nova ordem pública. Uma grande conquista foi a Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher, uma resposta formal, mesmo que tardia, para um conflito ancestral.

A validação do dispositivo legal, positivado no ordenamento pátrio, se apresentou como um prenúncio de transformação, acima de tudo, da consciência cultural em relação às construções sobre o masculino e feminino nas relações sociais e de poder, que imprimiram, ao logo da história, um desigual tratamento.

A Lei Maria da Penha completa 7 anos em vigor e desde sua aprovação levanta dúvidas e constatações. A mudança legislativa ganhou nome de mulher e se tornou

2 LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
3http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-09-25/ipea-lei-maria-da-penha-nao-consegue-reduzir-homicidios-de-mulheres.

fundamento para os aparelhos públicos, tanto na prevenção quanto na sanção da violência doméstica.

1. Quem é Maria da Penha?

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêutica bioquímica com mestrado em parasitologia e foi uma das tantas vítimas da violência doméstica no Brasil. Casada com Marco Antônio Heredia Viveros, economista e professor universitário, que atentou duas vezes contra a sua vida.

Em maio de 1983, em Fortaleza, Ceará, enquanto se preparava para tomar banho e se deitar, Maria da Penha leva um tiro nas costas. Quando acorda, a casa está cheia de vizinhos que esperavam uma ambulância, acreditando se tratar de uma tentativa de assalto. Mais tarde as investigações constatam que o marido foi o autor do disparo.

Maria da Penha passa por várias cirurgias e depois de meses no hospital é condenada a uma vida em cadeira de rodas. Mas a história de agressão e violência não terminou. Mais uma vez, o marido atenta contra a sua vida, tentando eletrocutá-la dentro do banheiro da casa.

Começa então a batalha de Maria da Penha contra a impunidade de seu agressor. Apenas um ano depois dos fatos ele é detido, mas alega inocência e é liberado. Em 1991, ele é condenado a 15 anos de prisão pelo Tribunal do Júri, mas o julgamento é anulado.

Em 1996, há um segundo julgamento e Marco Heredia é condenado a dez anos e seis meses de reclusão, mas ganha o direito de recorrer em liberdade. Inconformada com tanta injustiça, Maria da Penha mantem a sua luta. Ganha aliados nos grupos organizados de feministas e de direitos humanos, consegue ajuda para recorrer à justiça Internacional. O Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direito da Mulher (CLADEM) conseguem denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em agosto de 1998, é o ponto alto da luta da Maria da Penha, e foi a primeira vez que a OEA acatou uma denúncia de crime de violência doméstica.

2. O papel da corte interamericana de direitos humanos na elaboração da Lei Maria da Penha

A Corte Interamericana de Direitos humanos é uma instituição judiciária autônoma, que integra o sistema da Organização dos Estados Americanos, cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Trata-se de tribunal composto por sete juízes nacionais dos Estados-membros da OEA, eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência para conhecer de qualquer caso relativo à interpretação e aplicação das disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), desde que os Estados-Partes no caso tenham reconhecido a sua competência. Somente a Comissão Interamericana e os Estados Partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos podem submeter um caso à decisão desse Tribunal.

No exercício de sua competência consultiva, a Corte Interamericana tem desenvolvido análises elucidativas a respeito do alcance e do impacto dos dispositivos da Convenção Americana, emitindo opiniões que têm facilitado a compreensão de aspectos substanciais da Convenção, contribuindo para a construção e evolução do Direito Internacional dos Direitos Humanos no âmbito da América Latina.

No plano contencioso, sua competência para o julgamento de casos, é limitada aos Estados Partes da Convenção que tenham expressamente reconhecido sua jurisdição, ou seja, a Corte respeita a soberania dos países. O Brasil aceitou a jurisdição da Corte Interamericana apenas em 1998, mesmo ano em que foi aceita a denúncia do caso Maria da Penha. A Corte tem competência para apreciar as questões envolvendo violação, por qualquer Estado Parte, de direito protegido pela Convenção. Caso reconheça que efetivamente ocorreu a violação à Convenção, determinará a adoção de medidas que se façam necessárias à restauração do direito então violado, podendo condenar o Estado, inclusive, ao pagamento de uma justa compensação à vítima.

Note-se que, a Corte Interamericana só legitima a Comissão de Direitos Humanos (órgão administrativo do Sistema da OEA) e os Estados-Parte da OEA para a apresentação de demandas perante a Corte. Isso quer dizer que os indivíduos não podem submeter denúncias de violação de direitos humanos para apreciação, sendo necessária a intermediação dos Estados ou da Comissão.

No caso da Maria da Penha, o Centro pela Justiça e do Direito Internacional – CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher –

CLADEM, submeteram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que então formalizou a denúncia perante a Corte. Foi a primeira vez que a Corte Interamericana conheceu de um processo sobre violência doméstica.

O julgamento pela Corte Interamericana de Direitos Humanos tem caráter subsidiário e só é admitido após o esgotamento dos recursos da jurisdição interna. Entretanto, a denuncia também pode ser aceita quando houver atraso injustificado na jurisdição interna do Estado signatário, o que ocorreu no caso Maria da Penha e viabilizou a submissão do Brasil a julgamento pela Corte Interamericana.

Por fim, o Brasil foi condenado internacionalmente em 2001 a pagar uma indenização de 20 mil dólares a Maria da Penha e responsabilizado por negligência e omissão frente à violência doméstica. A Corte ainda recomendou a adoção de várias medidas, entre elas a simplificação dos procedimentos judiciais penais para reduzir o tempo de julgamento dos processos.

Foi então que o país decidiu cumprir as convenções e tratados internacionais dos quais é signatário e o projeto da Lei Maria da Penha teve início em 2002.

3. O ciclo da violência doméstica no Brasil

Segundo Mapa da Violência de 2012[4], na última década, foram assassinadas 43,7 mil mulheres. O número de mortes num período de 30 anos (de 1980 a 2010) teria aumentado de 1.353 para 4.465, para cada 100 mil mulheres, o que representa uma elevação de 230% no quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

No período de 1996, os índices de homicídio feminino duplicam passando de 2,3 para 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres. Há de se considerar que tal aumento pode ser reflexo da melhoria na gestão de dados e notificação dos casos, o que não afasta a expressividade dos números.

Por sua vez, a partir do ano de 2006, as taxas permaneceram estáveis. No entanto, no primeiro ano de vigência efetiva da Lei Maria da Penha, em 2007, houve um leve decréscimo nos casos de feminicídio, que voltaram a crescer de forma rápida até o ano de 2010, quando se equipararam ao quantitativo verificado em 1996.

Hoje o Brasil é o sétimo país no triste *ranking* de casos de homicídios praticados contra mulheres, estando atrás apenas de países como: El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize.

4 http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php.

Os índices de homicídios femininos são maiores na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, havendo uma preponderância nas idades de 20 a 29 anos, que foi a faixa que mais cresceu na última década.

Por sua vez, em todas as faixas etárias, o local de residência da mulher é onde ela mais sofre agressão. 70%[5] dos casos de notificação de violência contra a mulher, registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde, aconteceram na casa da vítima. Esse dado da pesquisa permite concluir que a violência perpetrada contra as mulheres se dá no âmbito das relações afetivas, refletindo uma violência passional.

Na relação das mulheres com seus agressores, o Mapa da Violência de 2012 mostra os pais como os agressores quase exclusivos das mulheres até 9 anos de idade, sendo que até os 4 anos as mães são as maiores agressoras. Na faixa de 10 a 14 anos, os pais ainda são os principais responsáveis pelas agressões, sendo que a partir dos 10 anos o pai se torna a principal figura agressora. Gradativamente o papel agressor do pai vai sendo substituído pelo cônjuge, namorado ou ex, com predominância das faixas etárias de 20 a 59 anos. A partir dos 60 anos, as agressões são realizadas pelos filhos.

Nesse panorama, vemos que a violência contra as mulheres ocorre ao longo de toda a sua vida, sendo realizada por diversos agentes, dentro do lar, que se revessam no papel de algoz. O ciclo vicioso da violência pode gerar na população uma consciência coletiva de que é permitida a agressão doméstica das mulheres, que são subjugadas por toda a vida.

Aqui entra o papel educador da Lei Maria da Penha, que com a sua função de coibir a violência doméstica, mostra para a população que a mulher agredida possui tratamento diferenciado em sua proteção, em atenção às peculiaridades das circunstâncias que envolvem as agressões intrafamiliar.

Agora, cumpre ao Poder Público e em especial ao judiciário promover a plena aplicabilidade da Lei, amparando efetivamente as mulheres agredidas e promovendo uma mudança na família brasileira com repressão severa aos agressores.

4. A violência contra a mulher na visão da população

A Lei Maria da Penha completou sete anos no dia 07 de agosto de 2013. Agora, cabe indagar, a lei protege as mulheres e diminuiu a violência?

5 Conforme dados do Mapa da Violência de 2012.

Segundo pesquisa realizada pelo Data Popular e pelo Instituto Patrícia Galvão[6], A Lei Maria da Penha é conhecida por 98% da população brasileira, sendo, seguramente, a lei mais difundida no país.

Dos entrevistados, 7 entre 10 acreditam que a mulheres seja mais vulnerável dentro de casa, onde são maiores os casos de agressão do que nos espaços públicos.

Por sua vez, 86% acreditam que a mulher passou a denunciar mais os casos de violência doméstica após a Lei Maria da Penha, apesar da pesquisa do Mapa da Violência de 2012 não ter apresentado aumento no caso de notificações. Talvez a violência contra a mulher tenha deixado de ser um tabu sem, no entanto, haver um reflexo no número de caso, o que também contradiz a percepção da população brasileira que considera que os crimes contra as mulheres tenham aumentado nos últimos 5 anos.

No que compete à efetividade da Lei Maria da Penha e na atuação da justiça, metade dos entrevistados acredita que as punições não estão reduzindo a violência contra a mulher e que ela se sente mais insegura dentro de casa.

Um percentual de 88% da população entrevistada acredita que a agressão contra a parceira deve ser criminalizada e denunciada à polícia, o que mostra o repúdio da população à violência. 54% declararam que conhecem uma mulher que já sofreu agressão de marido ou companheiro, e esse percentual é mais expressivo na classe alta, representando 63%. Dos entrevistados, 56% conhecem um homem que já agrediu uma mulher.

Das mulheres que não se separam dos agressores, 66% declararam que têm vergonha que os outros saibam que ela sofre violência e 58% têm medo de serem assassinadas se terminarem a relação.

O fim do relacionamento é visto como o momento de maior risco à vida da mulher. A Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, relata que de janeiro a julho de 2012, 52% das violências cometidas pelos maridos e companheiros foram de risco de morte para a mulher.

5. Papel do Supremo Tribunal Federal na luta contra a violência doméstica

A Lei Maria da Penha não foi recebida com muito entusiasmo por alguns juízes que consideravam suas disposições desarrazoadas, por imprimir tratamento desigual entre homens e mulheres, quando a Constituição prevê que eles sejam iguais perante a lei, sem qualquer distinção. Assim, sob o frágil argumento de que a Lei seria inconstitucional,

6 http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf.

negavam a sua aplicação, o que fez com que diversas vezes o Supremo Tribunal Federal fosse chamado a se pronunciar sobre o assunto, sempre reconhecendo a constitucionalidade e validade dessa Lei tão importante que procura equilibrar o ambiente doméstico protegendo a mulher em seu próprio lar.

A grande polêmica jurídica da Lei Maria da Penha gira em torno da lesão corporal. Após a denúncia, poderia a mulher se retratar e retirar a queixa, impedindo assim o prosseguimento da ação judicial contra seu parceiro?

A controvérsia surge quando a Lei nº 11.340/2006, em seu artigo 41, expressamente afasta a incidência da Lei dos Juizados Especiais no que toca aos crimes praticados contra a mulher no ambiente familiar.

Para esclarecer a questão é preciso mencionar que a lesão corporal como tipificada no Código Penal é um crime de ação penal pública incondicionada, ou seja, uma vez noticiada a sua ocorrência à autoridade policial, o Ministério Público é obrigado a ajuizar ação penal contra o agressor. Todavia, em 1995, com a criação dos juizados especial, a lesão corporal leve ou culposa passou a ser um crime de ação penal pública condicionada à representação. Nesse caso, não basta que o fato chegue à autoridade policial ou ao Ministério Púbico, mas se faz necessária a representação da vítima, que autoriza o Ministério Público a processar o agressor.

Quando a Lei Maria da Penha começou a ser aplicada, o que se viu foi uma enxurrada de retratações. As mulheres denunciavam seus agressores e depois chantageadas pela família e pela sociedade, ou sensibilizadas com o parceiro-agressor, ou ainda fazendo uso desse poder de barganha que a retratação lhes conferia, acabavam por renunciar ao direito de processar.

O STF julgamento duas ações ADC 19-3/610 e ADI 4.424, relatadas pelo Ministro Marco Aurélio, entendeu pela constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha e afastou a aplicação da Lei dos Juizados Especial aos casos de violência familiar. Agora, paulatinamente, a questão está se pacificando e os tribunais pátrios já têm se pronunciado no sentido de que não é possível a retratação da mulher-vítima.

O Estado, então, se apodera da questão da violência doméstica chamando para si o papel de coibir essa agressão covarde e silenciosa que acontece no âmbito dos lares brasileiros, torando a questão um assunto público e não mais particular.

Conclusão

O Brasil desde muito tem sido negligente e omisso no combate à violência contra a mulher. Como a predominância das agressões ocorrem no âmbito doméstico, aparentemente elas não representaram um problema de segurança social a justificar a intervenção estatal nas relações familiares. Essa postura de omissão levou à banalização da violência às mulheres, comprometendo todos os membros da família, em especial os filhos que tendem a reproduzir o comportamento agressivo em suas relações pessoais afetivas.

Diante da total inércia do Poder Público brasileiro em enfrentar o problema da violência doméstica, a Corte Interamericana não teve alternativa a não ser reconhecer que o Brasil não cumpria com os acordos e convenções internacionais de proteção à mulher a que havia aderido e era signatário, condenando o país a implementar mecanismos de rápida e eficaz resolução dos conflitos, conferindo agilidade ao julgamento dos processos em sejam discutidos casos de violência contra a mulher.

Então nasce a Lei Maria da Penha que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, buscando resgatar a cidadania feminina.

Apesar dos esforços da Lei Maria da Penha, estudo do Mapa da Violência de 2012 concluiu que não houve redução no número de assassinato de mulheres no país. Apenas em 2007, quando entrou a vigor a Lei é que foi verificada uma queda.

Verifica-se, assim, que embora a Lei Maria da Penha seja um forte instrumento de combate à violência de gênero, a sua falta de efetividade e impunidade, têm contribuído para a manutenção das taxas de homicídios femininos no país.

Nesse panorama, mesmo considerando que a Lei seja conhecida por 98% da população que tem consciência da proibição de agredir as mulheres, é necessário comprometimento do Poder Público, com ações efetivas de combate à violência, uma vez que o acolhimento da vítima de agressão depende de uma rede de atendimento que confira segurança à mulher e garanta efetividade das medidas protetivas.

A Lei Maria da Penha começou bem, mas só a letra da lei não basta. É preciso despender esforços para a sua integral aplicação, conferindo eficácia aos seus ditames, para formar lares em que a violência é repudiada e o modelo a ser reproduzido seja o de valorização e respeito às mulheres.

Referências

Mapa da Violência de 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php.

Percepção da Sociedade Sobre Violência e Assassinato das Mulheres. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 3ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

OAKLEY, A., **Sex, gender and society**: towards a new society. Londres, Maurice Temple Smith Ltd., 1972.

AS MULHERES NA COMUNA DE PARIS DE 1871: PARTICIPAÇÃO E ESQUECIMENTO

Lilian Marta Grisolio Mendes
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão – DHCS/ Dialogus

Resumo: Este artigo objetiva analisar a efetiva participação das mulheres na Comuna de Paris em 1871 e a forma como a historiografia tem tratado a importante a atuação feminina no cenário revolucionário do século XIX. O limite percebido nos textos e discursos acadêmicos é apontar a importância, sem, no entanto, analisar e ponderar sobre qual o real papel das mulheres naquele cenário histórico. Ao se comemorar os 140 anos da Comuna muitas questões não foram respondidas, tais como: Qual o significado da participação feminina nesse processo revolucionário? Quem foram? O que fizeram? Quais tabus quebraram? Que bandeiras levantaram? Que contribuições e lições nos deixaram? Entendemos como essencial citar a grande revolucionária e *communard* Louise Michel, porém desatacamos que seja fundamental não reduzir a participação das mulheres na figura de Louise. Embora sua participação seja essencial, a participação das mulheres não se limita a ela. Foram muitas. Mulheres na luta, mulheres professoras, mulheres jornalistas, mulheres lavadeiras, mulheres combatentes, mulheres nas barricadas, mulheres trabalhadoras que com sua presença nas ruas e reuniões, com coragem e muita determinação marcaram de maneira indelével o primeiro governo operário e radicalmente democrático da história da humanidade.

Palavras-chave: Comuna, Mulheres, Atuação Política.

Em todos os eventos comemorativos dos 140 anos da Comuna pode-se ouvir a seguinte afirmação, *"As mulheres desempenharam papel fundamental na história da Comuna de Paris em 1871"*. Mas este era o limite: proclamar a importância das mulheres sem debater, sem problematizar, sem ao menos levantar questões essenciais que revelem como de fato as mulheres estiveram presentes neste grande momento histórico. Por isso, a proposta desse artigo é levantar questões para esse debate. Qual o significado da participação feminina? Quem foram? O que fizeram? Quais tabus quebraram? Que bandeiras levantaram? Que contribuições e lições nos deixaram?

Ao falar da contribuição feminina na Comuna, é comum citar a nossa corajosa Louise Michel, destacada militante communard. Embora sua participação seja essencial, a participação das mulheres não se limita a ela. Foram muitas. Mulheres na luta, mulheres professoras, mulheres jornalistas, mulheres lavadeiras, mulheres combatentes, mulheres nas barricadas, mulheres trabalhadoras que com sua presença nas ruas e reuniões, com coragem e muita determinação marcaram de maneira indelével o primeiro governo operário e radicalmente democrático da história da humanidade.

A Comuna de Paris não deu voz às mulheres, elas é que deram vida à Comuna quando se opuseram à retirada dos canhões de Montmartre pelo exército dando início ao movimento

de insurreição dos trabalhadores. Foram elas que ousaram se colocar à frente dos canhões e gritar para impedir a entrega das armas e de Paris. O fato é que a maioria das mulheres que lutaram pela emancipação dos trabalhadores e pelos direitos das mulheres em Paris caíram na triste lacuna da história destinada ao esquecimento. Anônimas, carregaram pedras, pegaram em armas, cozinharam, vigiaram barricadas nas ruas, cuidaram dos feridos, e também anônimas, foram perseguidas, executadas, presas ou exiladas. Porém, algumas letradas, igualmente comprometidas com a revolução em curso e com a história, deixaram seu legado e nos ajudaram a reconhecer a luta travada pelas mulheres em nome da humanidade.

Os ideais das mulheres da Comuna sobreviverão como bandeira de luta enquanto a opressão e a violência contra a mulher persistir. No contexto de crise do capital e de acirramento do discurso neoliberal, e consequentemente, aumento das contradições sociais, a Comuna se apresenta no século XXI como uma experiência emblemática e suas lições continuam atuais. O que dizer do artigo XII da proclamação da Comuna?

> A submissão das crianças e da mulher à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do chefe, é declarada morta. O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer comum. A comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informação sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito à anticoncepção.[1]

Em tempos de violência explícita contra a mulher, em que o fim de relacionamentos podem levar à agressão ou morte das mulheres por seus ex-companheiros, amparados pelo sentimento de propriedade em relação às mulheres, parece-nos adequado relembrar o quanto a Comuna significou no avanço da luta pelos direitos da mulher, inclusive de existir, não como propriedade de alguém, mas como ser social e protagonista de sua própria história.

A Comuna não foi importante apenas pelo que realizou nos seus modestos 72 dias. Os trabalhadores foram ousados, heroicos e revolucionários e por isso foram massacrados. Do que valeu a Comuna se ao fim todos foram derrotados? O fato de 140 anos depois estarmos debatendo, analisando e comemorando o feito, responde a questão. Seu legado mais importante foi o de mostrar que é possível, apontar caminhos, e perspectivas, assim como limites.

1 O mesmo artigo ainda proclama: (...) *"As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida".*

O século XIX trouxe uma profunda transformação nas relações sociais e políticas. O triunfo do liberalismo aprofundou o quadro de miserabilidade e alto grau de exploração da mão de obra assalariada. O pauperismo em torno das fábricas nos centros urbanos e setores agrários era enorme e as condições de vida dos trabalhadores era proporcional ao extraordinário desenvolvimento do capital. Enquanto a burguesia proclamava sua satisfação e inaugurava o mundo burguês, os trabalhadores viviam em situação deplorável. Excesso de trabalho, exaustão física e esgotamento por dormir e comer pouco. Sem direito a educação, lazer ou saúde, sem acesso as mínimas condições básicas de existência e os trabalhadores estavam completamente excluídos do acesso aos benefícios gerados pelo desenvolvimento tecnológico. Essas são algumas das descrições possíveis da situação do trabalhador que nos fornece elementos suficientes para entender a insurreição comunal.

Em relação às trabalhadoras essas dificuldades eram ainda mais extremadas, trabalhavam dia e noite, fora e em casa, cuidavam da produção e dos filhos. A proletarização das mulheres após a industrialização ocorrida no século XVIII originou um dilema: a oposição entre a mulher do lar – desejada pela sociedade patriarcal burguesa-cristã – e a mulher trabalhadora – mão de obra barata e necessária no processo de produção. Assim, é preciso observar a questão da dinâmica sexista do capital:

> Este se reproduz produzindo e reforçando preconceitos, inclusive de gênero. Não atentar para isto, ironicamente, implicou reforçar, reproduzir dispositivos fundamentais da dominação que se pretendia combater. E isto foi feito, quase sempre, em nome de um discurso que justificava o adiamento do secundário em nome da prioridade do combate aos aspectos fundamentais da dominação burguesa. Resultado: a luta pela emancipação favoreceu a reprodução de uma espécie de apartheid. [2]

É nesse sentido que as opiniões sobre a participação da mulher na produção sempre geraram conflitos e divisões internas nos movimentos, inclusive na Comuna. No filme de Peter Watkins, La Commune[3], os personagens que representam os repórteres da TV Communard questionam um grupo de soldados da Guarda Nacional sobre a participação das mulheres. Alguns ironizam, outros rindo respondem com uma nova pergunta: ajudando na cozinha? Todos concluem ser incompatível, exceto um que sai em defesa da atuação

2 GONÇALVES, Renata. *Dinâmica Sexista do Capital*, Revista Espaço Acadêmico, Ano II, nº 22, março/2003. Disponível em www.espacoacademico.com.br.

3 *La Commune (Paris 1871)*, Duração: 5h e 45', Direção de Peter Watkins, França, 1999. O filme utiliza uma linguagem diferenciada onde o espectador acompanha em quase seis horas de filme a narrativa que mistura passado e presente através da TV Communard que registra cada etapa da Comuna. Ao mesmo tempo em que o filme dá voz aos trabalhadores anônimos (através de mais de 100 atores, quase todos amadores), também discute os meios de comunicação de massa.

feminina. E quem são estes homens? Representam em sua maioria a opinião dos proudhonistas, communards seguidores das ideias de Proudhon que tinha posição marcadamente antifeminista. Por diversas vezes proferiu que o lugar da mulher socialmente era o matrimônio, a maternidade e o lar. Era contrário a participação da mulher na produção e ao voto feminino.

Sua posição não reflete a tradição da participação na vida política e nas lutas revolucionárias na França, tanto na revolução francesa em 1789 com a fundação da *Sociedade de Mulheres Republicanas Revolucionárias*[4] ou em 1848 com a fundação de diversos grupos como a *União das Mulheres, o Clube para Emancipação das Mulheres* e as *Vèsuviennes*[5], além de jornais com *La Voix des Femmes.*

Como forma de se contrapor a esta participação feminina, não é demais lembrar que em21 de março de 1804, começou a vigorar na França o Código Civil, o chamado Código de Napoleão. Além dos inúmeros benefícios para a burguesia, em relação a mulher, o Código instituía *"o dever de obediência ao marido"* e suprimiu qualquer direito das mulheres, tornando-as absolutamente dependente do "chefe da família". Seu papel foi restringido por lei e limitava-se ao papel de *mère (mãe).*

Esse contexto esclarece a intensa participação das mulheres na Comuna, não apenas para defender Paris e os trabalhadores, mas principalmente como uma oportunidade real de luta por direitos iguais entre os sexos, o voto e direitos civis.

A guerra e a insurreição comunal

Em 1871 o Império francês de Napoleão III, regime militar-burguês nascido após as derrotas de 1848, representava uma nação imperialista, em guerra constante. A partir de 1852 participou das campanhas na África (e ocupação da Argélia), em 1853 da Guerra da Criméia, da ocupação da Itália e Síria entre outras. Os constantes fracassos levam a uma crise interna e crescimento da oposição ao governo autoritário. É nesse contexto que a declaração de guerra à Prússia de Bismarck em 1871, aparecia como uma opção para conseguir união interna. Segundo Marx, era o encontro de dois regimes bonapartistas, *"meio de escravidão do trabalho pelo capital"*[6], que só poderia ter resultado em guerra.

4 Fundada em fevereiro de 1793.
5 Ver: MOSES, Claire G. *French Feminism in the Nineteenth Century*, University New York Press: Albany, 1984.
6 MARX, K. *A guerra civil na França*, tradução notas: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

A derrota da França em menos de dois meses fez nascer um governo provisório (após a fuga de Napoleão III) que na tentativa de evitar que os prussianos tomassem a cidade, incorporou populares à Guarda Nacional, entregando-lhes as armas. Mas logo se iniciou o processo de negociação com a Prússia, num tratado de paz que envolveria a entrega da cidade, até mesmo por que já se percebia a necessidade de refrear a agitação popular.

> Se a França estivera subordinada durante anos pela farsa de Luis Bonaparte, agora ela era reeditada pela simulação de defesa de Trochu. O general monarquista planejava operações militares destinadas ao fracasso, com o objetivo de permitir aos prussianos aniquilarem a Guarda Nacional. O governo de "defesa nacional" se tornara governo de "traição nacional" e a burguesia francesa perdia qualquer veleidade nacional e a capacidade de dirigir e defender a nação e a república. [7]

Adolphe Thiers, chamado por Marx de gnomo monstruoso[8], assumindo o Governo Provisório resolveu retomar Paris e as armas. Na descrição do historiador da Comuna e também communard, Prosper-Olivier Lissagaray, o Comitê Central já havia declarado *"que o primeiro tiro jamais será disparado pelo povo, que apenas se defenderá em caso de agressão. O agressor chegou dia 15: o sr. Thiers"*[9]. Na madrugada de 17 para 18 de março de 1871, Thiers ordenou às suas tropas a retomada dos 250 canhões que estavam no distrito mais alto de Paris, em Montmartre.

As mulheres, primeiras a chegar ao local, *"rodearam as metralhadoras, interpelando os chefes: 'É indigno! O que estás fazendo aí.' Os soldados se calam. De vez em quando um suboficial exclama: 'Vamos, minhas senhoras, afastai-vos'. A voz não é rude, elas permaneceram"*[10] As mulheres sabiam o que significaria a entrada das tropas prussianas em Paris. A violência sexual (estupro massivo de mulheres) é o mais conhecido crime de guerra e infelizmente, ainda hoje não é tratado como tal.[11]

---

7 BARSOTTI, P. *"Estamos aqui pela humanidade! Viva a Comuna de Paris de 1871"*. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_paulo_basotti.pdf.

8 Ainda sobre Adolphe Thiers é válido ressaltar a apresentação de Michael Löwy: *"Thiers era especialista nessa matéria: ministro do interior sob a Monarquia de Julho, fez o Exército intervir para reprimir os operários e o povo republicano de Paris, insurgidos em abril de 1834 contra a sua decisão de privá-los de liberdade de associação. Sob suas ordens, as tropas do general Bugeaud, futuro conquistador sanguinário da Argélia, massacraram os manifestantes da rua Transnonain, em 14 de abril, num dia sangrento reproduzido por Damier em uma de suas mais famosas litografias"*. LÖWY, Michael, *Revoluções*, tradução: Yuri Martins Fontes, São Paulo Boitempo, 2009, p. 26-27.

9 LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991, p. 79.

10 LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991, p. 81.

11 Ver KESIK, Vesna, *O estupro como crime de guerra e o direito internacional*, Folha Feminista, abril/2003, nº 41, p. 1-2. Disponível em www.sof.org.br.

O movimento popular cresce, toma as ruas e os soldados se recusam a cumprir as ordens do Genaral Lecomte de atacar a população. Thiers fracassa em desarmar o povo que se organiza em federações divididas por bairros e tomam o Hotel de Ville (prefeitura) declarando o nascimento da Comuna. Realizam eleições, abolem a polícia e o exército, a escola é aberta ao povo, realizam a separação da Igreja e do Estado, abrem as cooperativas no lugar das oficinas, desapropriam os imóveis fechados, retiram os descontos dos salários, acabam com a pena de morte, colocam o povo em armas, organizam os conselhos municipais, o sufrágio universal, o voto feminino. É assim que a primeira bandeira vermelha é fincada como símbolo da derrota da burguesia.

Foram 72 dias intensos, *um assalto aos céus*, nas palavras de Marx. Mas apesar das inúmeras medidas revolucionárias, receios e erros deram a possibilidade do Governo em Versalhes reestruturar suas forças, entrar em acordo com os prussianos (receosos também do crescimento da insurreição popular na França) e ocupar a cidade, iniciando um massacre que ficou conhecido como Semana Sangrenta.

A repressão desproporcional e violenta dos *versalheses* aos *communards* demonstram de forma irrefutável a grandiosidade e ousadia desses trabalhadores. Não bastava sufocar o movimento, era preciso esmaga-los para que de seus atos de bravura não sobrasse exemplos e inspiração. Enganaram-se.

Ainda estamos aqui pela humanidade!

E as mulheres?

A Comuna foi uma experiência histórica sem precedentes, e daí advém sua importância inequívoca. Nas palavras de Eric Hobsbawm:

> É inevitável que nos situemos no continuum de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família ou filmes domésticos. Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência histórica significa.[12]

Embora a insurreição popular de 1871 traga inúmeros ensinamentos, destacamos aqui três experiências históricas que nos fazem debater e comemorar a Comuna em suas 140 anos. A primeira lição da Comuna foi comprovar a necessidade de eliminação do Estado Burguês e todas as suas prerrogativas. A segunda, a experiência de um movimento do povo

12 HOBSBAWM, E. *Sobre História*. Tradução: Cid Knipel, São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, p. 36.

radicalmente democrático em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. E, por último, o destaque aqui mais importante: o maior exemplo revolucionário com participação das mulheres do século XIX. Se necessitamos de experiências históricas que forneçam elementos para nossas reflexões e anseios, a Comuna é imprescindível para tal empreendimento.

As mulheres em seu contexto de exploração e miséria, vivendo numa sociedade patriarcal e machista, se rebelaram e tomaram a decisão de participar ativamente com papel, muitas vezes, decisivo no processo da Comuna. Numa sociedade que esperava da mulher castidade, fidelidade, devoção e obediência aos homens (estes que tudo podiam), demonstraram das mais diversas formas: a luta de classes também as pertencia.

As merendeiras, professoras, jornalistas, lavadeiras, todas que de alguma forma combatiam, mostram que a luta do movimento feminino por sua emancipação não pode ser desassociado de todas as outras lutas populares em curso. Eram mulheres- trabalhadoras-oprimidas e por isso mulheres em luta. Combatentes presentes nas barricadas, nas ruas e reuniões.

Diferenciavam-se das mulheres burguesas que refutavam a luta operária apesar de viver a opressão machista do mundo burguês, assim, para Lissagarry:

> Aquela mulher que os saúda ou os segue é a valente e verdadeira parisiense. A imunda andrógina nascida do lodo imperial seguiu sua clientela a Versalhes, onde explora a mina prussiana de Saint-Denis. A que agora ocupa as ruas é a mulher forte, devotada, trágica, que sabe morrer da mesma forma como ama, vinda do puro e generoso filão que, desde 89, corre vivaz nas profundezas populares. A companheira de trabalho quer também associar-se a morte.[13]

É assim que nos mais diferentes documentos aparecem os relatos de como as mulheres iam às trincheiras para incentivar os homens levar roupas e alimentos, e muitas, para ficar e lutar. Apesar da exclusão que se evidenciava naquela sociedade, durante a Comuna souberam marcar presença. Organizaram-se e atuaram em clubes, núcleos e comitês de participação mista como o Clube da Revolução onde Louise Michel presidia os debates ou fundaram suas próprias organizações como a União das Mulheres pela Defesa de Paris e pelos Cuidados aos Feridos ou ainda o Comitê de Vigilância das Cidadãs de Montmartre.

A situação da mulher era sem dúvida o grande incentivo para a determinação e engajamento. Ser destinada ao lar, com dependência financeira mesmo quando atuantes na

13LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991, p. 162.

produção, educadas para aprender subordinação e obediência, explica em parte como o papel das mulheres constituiu uma das maiores quebras de barreira do movimento operário do século XIX e foi decisiva para a mudança de status das mulheres na vida social e política. A partir daí ficaria mais difícil deixá-las fora do cenário da luta de classes.

A participação das mulheres ligadas a Internacional como a socialista Elisabeth Dmitrieff e outras como: Nathalie Le Mel, Marcelle Tinayre, Aline Jacquier Otavine Tardif, Blanque Léfevre (todas fundadoras a organização União das Mulheres), Léo André (pseudônimo de Vitória Léodile Bera), Joséphine Courbois (conhecida por ter participado nas barricadas da cidade de Lyon em 1848), Loiuse Neckebecker (que se tornou capitã de regimento), Paule Mink, Victorine Louvert, Marguerite Lachaise, Eulalei Papavoine, Victorine Brocher, Suetens Leontine, Marie Lepoup, Beatrix Envrie, Malvina Poulain, Anna Jaclard, Sophie Poirier, Baetrix Excoffon (do Comitê das Mulheres para a Vigilância), Marie-Catherine Rigissart, Adélaide Valentin (conhecida por chegar ao posto de Coronel) e mais uma centena de mulheres costureiras, lavadeiras, prostitutas, mostraram a efetiva participação das mulheres tanto nas propostas de emancipação dos trabalhadores e na revolução como nos momentos mais difíceis e trágicos da Comuna.

O Manifesto aos Trabalhadores do Campo, de 09 de abril de 1871, foi escrito pela jornalista Léo André. Louise Michel foi uma das maiores expressões de luta da mulher na Comuna. Esteve em combate (usando traje de soldado), presidia reuniões, empenhava-se nas propostas educacionais, foi presa e condenada afirmando sua culpa, pois, pertencia a revolução e não admitia ser defendida por isso.

Quando Montmartre é tomada, começam os primeiros massacres e a derrota é eminente. Muitos notam a força das mulheres em luta, como Lissagaray que observa: *"Durante a noite, com muito pouco entusiasmo, iniciou-se a construção de algumas barricadas; só as mulheres mostravam ardor"*[14]. A autora Maria Lamas em sua obra de 1952, A Mulher no Mundo, inova fazendo um estudo comparado sobre as questões femininas no mundo revelando com suas pesquisas que as mulheres na Comuna quando perdiam o entusiasmo e se cansavam cantavam a Marselhesa para não desanimar.

Com a derrota da Comuna, a evidente participação das mulheres assustou as forças conservadoras. Em 24 de maio, o massacre tomou proporções avassaladoras e para explicitar o que isso significava, o communard Lissagaray, fez uma comparação: *"O massacre tomou esse*

14 LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991, p. 247, *grifo nosso.*

ímpeto furioso que superou, em algumas horas, a Noite de São Bartolomeu"[15]. É nesse dia que começa a se divulgar a história das incendiárias (pétroleuses). Embora a inexistência de documentos que comprovem se foram as mulheres ou as forças do Governo que colocaram fogo em vários edifícios públicos de Paris, foi um excelente argumento para as prisões e execução de centenas de mulheres.

Para Lissagaray uma invenção,

> que difundida pela imprensa, custou a vida a centenas de infelizes. Correu o rumor de que megeras atiravam petróleo em chamas nos porões. Toda mulher mal vestida, ou carregando uma lata de leite, um frasco, uma garrafa vazia, pode ser acusada de petroleira. Arrastada, em farrapos, até o muro mais próximo, é morta a tiros de revólver.[16]

Sem contar os números desconhecidos do massacre direto na Semana Sangrenta, *"foram submetidas 1.051 mulheres a conselhos de guerra, realizados entre agosto de 1871 e 1873: oito foram sentenciadas a morte, nove a trabalhos forçados e 36 a serem deportadas à colônias penitenciárias"*.[17] No livro Revoluções de Michel Löwy, que reúne fotos marcantes dos processos revolucionários, a Comuna *"contemporânea do advento da fotografia"*, é a apontada como a primeira revolução operária fotografada. A obra trás uma foto expressiva: dezenas de prisioneiras da Comuna no presídio de Chantiers, em Versalhes.

Pelo exposto, a participação da mulher foi muito além de cozinhar e cuidar dos feridos. As mulheres se organizaram e participaram ativamente no campo de batalha, trabalharam na fabricação de armas e munição e politicamente na luta de classes. Defenderam a Comuna e seus direitos como mulheres trabalhadoras, atuaram sem medir esforços na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Portanto, em virtude das considerações expostas e o papel exercido hoje pelas mulheres nos mais diversos segmentos, cabe aqui apontar a necessidade da ampliação das pesquisas sobre o envolvimento das mulheres nos movimentos e lutas sociais. Entendemos como imprescindível reafirmar a participação e força revolucionária das mulheres pela emancipação da humanidade.

Referências

15 LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991, p. 260.
16 LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier, *História da Comuna de 1871*, tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991, p. 260.
17 TOOD, Allan, *Las Revoluciones* – 1789-1917, Madrid: Alianza, 2000.

BARSOTTI, P. **"Estamos aqui pela humanidade! Viva a Comuna de Paris de 1871".** Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_paulo_basotti.pdf.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica Sexista do Capital. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano II, nº 22, março/2003. Disponível em: http://www.espaçoacademico.com.br.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. Tradução: Cid Knipel, São Paulo: Companhia das Letras, São Paulo, p. 36.

KESIK, Vesna, **O estupro como crime de guerra e o direito internacional**. Folha Feminista, abril/2003, nº 41, p. 1-2. Disponível em www.sof.org.br.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. **História da Comuna de 1871**. Tradução: Sieni Maria Campos, São Paulo: Ensaio, 1991.

LÖWY, Michael, **Revoluções**. Tradução: Yuri Martins Fontes, São Paulo Boitempo, 2009, p. 26-27.

MARX, K. *A* **guerra civil na França**. Tradução Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

MICHEL, Louise. **A Comuna**. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

MOSES, Claire G. **French Feminism in the Nineteenth Century**. University New York Press: Albany, 1984.

TOOD, Allan. **Las Revoluciones** – 1789-1917. Madrid: Alianza, 2000.

MULHERES GARIS E OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA

Luciana Abreu da Silva
Universidade de Brasília/ ProIC-CNPq

Lourdes Bandeira
Universidade de Brasília

Resumo: O projeto tem como objetivo compreender como os programas de transferência de renda condicionada afetam a vida das mulheres garis, que são, além de beneficiárias, trabalhadoras; e entender como elas enxergam os benefícios e quais são as dificuldades advindas pelo atendimento às condicionalidades para cumprimento de atividades e de responsabilidades que são estipuladas enquanto papéis de gênero definidos pela sociedade – a exemplo o cuidado com a educação e saúde dos filhos. A pesquisa se fundamenta em entender como a participação das trabalhadoras nesses programas pôde vir a interferir nas suas relações familiares, qual é a contribuição da bolsa para a renda familiar total, quais são as principais críticas, como foi o processo para ser, ou não, contemplada, quais são os benefícios e malefícios que o programa pôde trazer na relação da mulher com seus/suas filhos/as e seus/suas companheiros/as, e, quais os benefícios o programa trouxe para trabalhadora, como mulher gestora, administradora da renda e dos cuidados familiares. Escolheu-se entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas em três Regiões Administrativas s-Plano Piloto, Lago Sul e São Sebastião- que foram escolhidas pela preocupação em abranger as variações das composições socioeconômicas as mesmas. A pesquisa é complementada pela análise documental de artigos produzidos pelo órgão competente – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – no âmbito da gestão e administração dos programas de transferência de renda condicionada. Atualmente o principal é o Programa Bolsa Família, por isso o trabalho também é destinado a explicação do funcionamento do mesmo, mas principalmente constrói uma interface entre a perspectiva das mulheres garis e das vantagens e problemas desses programas. As maiores críticas são sobre as dificuldades do cumprimento das condicionalidades impostas às beneficiárias. Esse fator corrobora com o papel de cuidadora designado às mulheres, elas são subordinadas à opressão patriarcal familiar e do estado, pois viram signo da família e suas individualidades são generalizadas a totalidade do lar. Assim como no núcleo familiar, a força de trabalho feminina está relacionada a funções que corroboram um papel de gênero intensamente legitimado socialmente. As mulheres são destinadas a trabalhos que reforçam a figura de cuidadora e a maternagem, e finalmente a cargos precarizados, invisibilizados.

Palavras-chave: Mulheres garis. Programas de Transferência de Renda Condicionada. Programa Bolsa Família.

1. Introdução

A pesquisa com mulheres garis no Distrito Federal foi realizada a partir de seleção no Programa de Iniciação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvímento Científico e Tecnológico (ProIC – CNPq), como parte do Projeto: Trabalhadoras Invisibilizadas – trabalho, cidadania, saúde, educação e violência. Este foi aprovado pelo Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA No. 020/2010. Seleção pública de propostas para pesquisas em temas de *Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo*. O projeto integral é coordenado pela Profa, Tânia Mara de Almeida, lotada no Depto. de Sociologia e compreende quatro recortes

empíricos, a saber: mulheres na construção civil, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras terceirizadas e as trabalhadoras garis. Este, por sua vez, foi orientado pela Profª Lourdes Bandeira do Depto. de Sociologia/UnB.

O presente trabalho tem como objetivo dar continuidade ao projeto iniciado em 2011. Através do *survey* já realizado foram coletadas informações sobre as condições de trabalho e de vida de 150 mulheres garis que exercem sua atividade no Distrito Federal. Foi possível produzir uma enorme variedade de informações qualitativas e quantitativas, relativas às mulheres trabalhadoras, dentre as quais se identificou um número significativo delas que participam de algum tipo de programa de transferência de renda condicionada.

O sub-projeto atual "Mulheres Garis e os Programas de Transferência de Renda Condicionada", tem como objetivo compreender - através da nova etapa de pesquisa que consistiu na realização de entrevistas e análise documental de dados produzidos pelo órgão competente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) - como esses programas afetam a vida dessas mulheres que são além de beneficiárias, trabalhadoras; e entender principalmente como elas enxergam os benefícios e quais são as dificuldades advindas pelo atendimento às condicionalidades para cumprimento de atividades e de responsabilidades que são estipuladas enquanto papéis de gênero definidos pela sociedade – a exemplo o cuidado com a educação e saúde dos filhos através do cumprimento do calendário de vacinação e manutenção mensal do peso das crianças e dos relatórios de frequência escolar.

> Essas práticas, sempre permeadas por sentimentos amorosos, continuam sendo reproduzidas pelas esferas institucionais, seja o Estado, a família, a escola, a religião, fixando valores e condutas que reposicionam as mulheres como as principais cuidadoras da humanidade. (PEIXOTO, 2010, p. 168).

A pesquisa se fundamenta em entender como a participação das trabalhadoras garis nos programas de transferência de renda pode vir a interferir nas suas relações familiares, qual é a contribuição da bolsa para a renda familiar total, quais são as principais críticas ao programa, como foi o processo para conseguir ou não ser contemplada pelo programa e quais são os benefícios e malefícios que o programa pôde trazer na relação da mulher com seus/suas filhos/filhas e seus/suas companheiros/as.

Assim como indica o nome do principal programa atual de transferência de renda condicionada, o *Programa Bolsa Família* centrou-se na família, pensada estrategicamente pelo governo brasileiro, como interlocutora e mediadora dos conflitos e problemas sociais.

(OSTERNE, 2006), sendo responsabilizada dentro dessa família, uma mulher a serviço de outros, tanto dos/das filhos/filhas quanto do Estado.

> a introdução da unidade familiar no lugar do indivíduo como beneficiário dos programas (...) passam a ter a família como unidade beneficiária e a obrigatoriedade de ingresso e frequência de crianças em idade escolar, na rede de ensino" (SILVA e SILVA, YAZBEK & GIOVANNI, 2008, p. 96).

A destinação da gerência dos recursos dos programas de transferência de renda condicionados pode ser compreendida a partir de duas perspectivas não excludentes, mas integrantes de uma mesma representação: se por um lado as mulheres passam a gerir e ter poder decisório sobre o dinheiro dentro de suas residências, também são percebidas pelo Estado como pessoas mais capazes de ter responsabilidade e zelo sobre o lar e sobre os filhos, claramente reiterado ai o caráter dos papeis sociais atribuído às mulheres.

> Tudo, na gênese do *habitus* feminino [...] concorre para fazer a experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto a objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros" (BOURDIEU, 2010, p. 72).

Parece, nesse sentido, ser um indicio de que as relações capitalistas que supostamente valorizam os sujeitos detentores e provedores de renda para dentro dos núcleos familiares não são capazes de subverter ou tornar as dinâmicas familiares muito diferentes do que já eram.

2- Procedimentos metodológicos

A pesquisa realizada em parceira com as demais pesquisadoras do projeto[1] resultou em uma ampla base de dados, para além daqueles estritamente necessários em relação ao projeto aprovado para 2011-2012, dessa forma a insurgência e a necessidade de novas análises se apresentam aqui. Os dados coletados na primeira fase têm características tanto quantitativas como qualitativas e contribuíram para a fomentação da fase atual que se delineia a partir de entrevistas realizadas em três Regiões Administrativas (RAs): Plano Piloto, Lago Sul e São Sebastião.

A escolha metodológica por entrevistas semiestruturadas visa a incipiente exploração da perspectiva dos atores sociais, dado que é fundamental a possibilidade de compreensão dos

1Jéssica Fernanda Albuquerque e Juliana A. E. Brussi, graduandas em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

dilemas enfrentados por estes. A entrevista se porta como ferramenta fundamental de informação. "capaz de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores". (POUPART, 2008, p. 216).

As entrevistas semiestruturadas (citadas no tópico 5.1- Relatos das garis entrevistadas sobre os Programas de Transferência de Renda Condicionada) foram realizadas com mulheres garis do Distrito Federal que aceitaram participar da pesquisa. As trabalhadoras foram abordadas durante a realização do trabalho.

A quantidade de entrevistas resultou da disponibilidade das mulheres, que, em grande maioria, não gostaram de disponibilizar o horário de almoço – único horário livre, que corresponde a 1 hora corrida (de 12h00min as 13h00min) - para a efetivação da pesquisa, do contrário as conversas aconteceram de forma espontânea. Foi proposta a realização de entrevistas em algum horário livre, como o final de semana ou após o turno do trabalho, no entanto, nenhuma das garis concordou, pois alegaram ter pouco, ou nenhum, horário livre e precisarem se dirigir a empresa imediatamente para tomada do ônibus e retorno ao lar após o dia trabalhado.

A escolha das três RAs decorreu da preocupação em abranger variações nas composições socioeconômicas, urbanas e espaciais. A primeira fase da pesquisa revelou que existem facilidades e dificuldades muito características dependentes da região onde elas trabalham. Por exemplo, há facilidade em utilização do banheiro, em conseguir água, em esquentar a comida no horário do almoço numa área comercial, como a Rodoviária, do que no Lago Sul, região predominantemente residencial.

Foram realizadas dez entrevistas com duração média de 1 hora cada e efetivadas nos locais onde as trabalhadoras almoçavam (no Plano Piloto próximo a Rodoviária; no Lago Sul no canteiro central entre duas pistas e na calçada sob árvores; e, por último, em São Sebastião no Restaurante Comunitário e numa instalação próxima sob a sombra). Em todos os casos foram identificadas as pesquisadoras, os objetivos da pesquisa, as temáticas das perguntas, e comunicou-se que as mulheres poderiam a qualquer momento optar por encerrar a conversa ou não responder alguma questão sem qualquer prejuízo.

As perguntas diretrizes referentes à temática "Programa de Transferência de Renda Condicionada" foram do tipo: Há quanto tempo recebe ou recebeu o benefício? Quais os problemas do programa? A frequência dos filhos na escola aumentou? Quais os impactos disso para a vida familiar? Existe alguma outra fonte de renda para a família? Sua renda é a principal? O benefício afetou seu relacionamento com seus familiares? Seu trabalho afetou

seu relacionamento com seus familiares? Quais benefícios o programa trouxe para você, como mulher gestora da família, administradora da renda e dos cuidados familiares?

Para sedimentar e relacionar os dados já obtidos a pesquisa é complementada pela análise documental de dados produzidos pelo órgão competente – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – no que se relaciona a gestão e administração dos programas de transferência de renda condicionada.

3. Programa de Transferência de Renda Condicionada

Os primeiros impulsos para criação dos projetos de erradicação da pobreza no Brasil visavam o crescimento econômico e estabelecimento do bem-estar social. Dada a importância da redistribuição de renda para alcance desses objetivos, a partir de 1991, são traçadas as primeiras linhas da Rede de Proteção Social ancorada hoje pelo Programa Bolsa Família – principal Programa de Transferência de Renda do país.

A Política Pública Nacional de Transferência de Renda no Brasil é caracterizada por alguns momentos primordiais para seu entendimento desde 1991 até 2003, além de profundas transformações voltadas à economia, o país viveu o amadurecimento de políticas exclusivas ao desenvolvimento social.[2]

Em 2004 o Governo Federal cria o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) a partir da unificação de dois ministérios (Assistência Social e Ministério

2 As principais transformações podem ser divididas em cinco etapas. A primeira, em 1991, quando foi aprovado o Projeto de Lei nº80/1991 de autoria do Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) que propôs a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) em nível nacional; A segunda, ainda no mesmo ano, dada os incrementos do projeto PGRM em que a renda familiar seria vinculada à escolarização dos filhos- o vínculo com a escola pública era o termo de garantia para focalização do programa nos estratos de menor renda – proposta que em curto prazo poderia apresentar eficácia na redução da pobreza no país; Na terceira etapa, em 1995, a Política de Transferência de Renda é impulsionada pelo desenvolvimento dos municípios como Campinas (SP); Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e do Distrito Federal; há formulação de novas propostas de desenvolvimento e alternativas concretas de política social que pudessem tornar viável o crescimento socioeconômico; A quarta etapa é um momento marcado pela proliferação de programas do Governo Federal em 2001. O PGRM é formalmente atrelado à participação escolar e transformado em Bolsa-Escola. Este ano foi importante também para a criação do Programa Bolsa-Alimentação; A última etapa em 2003 é marcada pela transformação política do país, em que, pela primeira vez desde a redemocratização, um partido de esquerda vai à presidência – o Partido dos Trabalhadores (PT). Há prioridade no enfrentamento à fome e pobreza no Brasil através de propostas que visam a redistribuição de renda, a geração de emprego, a inclusão de trabalhadores rurais e urbanos num sistema universal de Previdência Social, a proteção social do trabalhador. Os discursos presidenciais entrelaçavam as Políticas Econômicas às Políticas Sociais dando importâncias ao desenvolvimento social para que se alcance efetivamente crescimento econômico real. No mesmo ano o Congresso Nacional aprova o Programa Bolsa Família (PBF), fortalecendo uma rede de proteção social – O programa consiste na unificação dos programas nacionais de transferência de renda (Bolsa Escola; Cartão Alimentação; Auxílio Gás; Bolsa Alimentação.) e planeja a subsistência de famílias, priorizando a contemplação beneficiária às famílias de baixa renda.

Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome). O MDS é o atual responsável pela gestão do PBF.

3.1. Programa Bolsa Família (PBF)

O principal objetivo do PBF, criado em 2003, é de oferecer garantia ao direito à educação, acesso à saúde e garantia aos direitos básicos de subsistência – como segurança alimentar e nutricional.

Criar possibilidades de emancipação e acesso aos serviços de assistência social pelas famílias através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ao PFB é fonte basal que inspira o investimento do Governo Federal no programa.

Para receber o benefício são priorizadas as famílias em situação de pobreza (com renda per capita variável de R$70,01 a R$140,00 por mês) ou extrema pobreza (com renda per capita até R$70,00 mensais) e que sejam compostas por gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. O valor recebido varia de acordo com a composição familiar e com a condição de renda per capita da família. O PBF oferece quatro tipos de benefícios – Básico; Variável; Variável para Jovem; e, Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância.[3]

3.2. Condicionalidades

O funcionamento do PBF depende de condicionalidades impostas como um acordo entre as famílias participantes e o Governo Federal. Se de um lado o Governo se propõe a oferecer através do programa uma quantia mensal em dinheiro para as famílias que supostamente dá condições para ampliação do acesso aos direitos sociais básicos, estas

3 Segundo as fontes disponibilizadas pelo MDS, a divisão por benefício ocorre da seguinte forma: O Básico é concedido às famílias em situação de extrema pobreza. O valor é de R$ 70,00 mensais, independentemente da composição familiar; O benefício Variável, no valor de R$ 32,00, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham, sob sua responsabilidade, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, até o teto de cinco benefícios por família, totalizando R$ 160,00. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico e o Variável, até o máximo de R$ 230,00 por mês; O benefício Variável para Jovem é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham, sob sua responsabilidade, adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. O valor do benefício é de R$ 38,00. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R$ 76,00; O benefício da Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância é concedi do às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza e que tenham em sua composição crianças de 0 a 6 anos de idade. Cada família pode ter direito a um benefício. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda *per-capita* da família e do benefício já recebido no PBF; As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de R$ 306,00 por mês. Como também, podem acumular um benefício da Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância.

famílias tem que se responsabilizar em prestar contas sobre o desenvolvimento social das mesmas.

As mulheres-mães são responsáveis em fazer o acompanhamento médico de seus filhos menores até sete anos através do cumprimento do calendário de vacinação e se torna obrigatório o acompanhamento pré-natal no caso de gravidez entre 14 e 44 anos. Em relação à educação, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem apresentar frequência escolar mensal mínima de 85% e os jovens de 16 e 17 anos frequência de no mínimo 75% da carga horária.

Ainda em relação aos benefícios concedidos pelo PBF, crianças e adolescentes com até 15 anos, participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem apresentar frequência de no mínimo 85% da carga mensal dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No caso de lesão a esse acordo, as famílias são sujeitas ao corte do benefício.

4. Mulheres garis

O perfil da mulher gari levantado na primeira etapa da pesquisa através do *survey* realizado com 150 trabalhadoras, apresenta características fundamentais para a análise atual sobre a relação da mulher com a família e com algum programa de transferência de renda que ela já tenha recebido ou que ainda receba.

Inicialmente é essencial traçar o perfil racial encontrado através dos questionários. Entre as mulheres abordadas, 64% se autodeclaram pardas, 16% pretas, 16% brancas e 4% amarelas. Utilizando os critérios de classificação do Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 80% dessas trabalhadoras (soma entre pretas e pardas) são negras. Estes dados indicam que as mulheres negras são maioria no trabalho de limpeza urbana, atividade muito discriminada em nossa sociedade.

O levantamento de dados sobre a escolaridade das mulheres indica que 80% dessas trabalhadoras não chegaram a concluir o ensino fundamental e dentre elas 26% não passam de sete anos de estudo. Essas condições acabam por reafirmar novamente o lugar destinado a essas mulheres, que acabam por ocupar serviços pouco qualificados, sem muita perspectiva de desenvolvimento profissional, que sujeitam as trabalhadoras a graves danos à saúde física e mental – as principais queixas são em relação a problemas de coluna, exposição ao sol, dores no corpo – a trabalhos que invisibilizam.

A pesquisa revelou que 92% das trabalhadoras garis não estudam no momento e atribuem o fato principalmente ao cansaço, a distância, a falta de tempo e ao risco de chegar a alguma escola e não conseguir vaga para o turno desejado.

Essas mulheres residem em sua *maioria* nas Regiões Administrativas mais distantes do Plano Piloto; são solteiras, separadas e viúvas, 54% do total das entrevistadas; e, em números absolutos, cada mulher tem em média 3,14 filhos. 61% delas moram em casa própria, enquanto 29% pagam aluguel.

As/os trabalhadoras/es garis cumprem jornada de trabalho de seis a sete horas diárias, durante seis dias na semana Existem aproximadamente 5.000 trabalhadores/as garis no DF, entre homens e mulheres, que tem como tarefa de limpeza todo o Distrito Federal. A remuneração de trabalhadores garis do Distrito Federal constitui-se de um salário mínimo (atualmente de R$678,00) acrescido da gratificação por exercerem trabalho insalubre. Esta é descriminada segundo a função exercida, quando o trabalho é na varrição (consiste em varrer vias públicas de grande extensão com grandes vassouras e latas de lixo sobre rodas) ou na catação (as/os trabalhadoras/es responsáveis saem munidos de um espeto de ferro de cerca de 1 metro de comprimento catando lixos em áreas gramadas – locais que a vassoura não consegue limpar) recebem 20% do salário mínimo pela insalubridade enquanto coletores de lixo recebem 40% do salário mínimo.

Das mulheres entrevistadas 41% moram sozinhas com seus/suas filhos/as, enquanto 44% moram com seus marido/companheiro/companheira. Quando saem para trabalhar, 65% das mulheres que têm filhos/filhas os/as deixam com parentes ou sozinhas/os.

A valorização pelas mulheres de seus trabalhos exercidos fora do espaço doméstico demonstra uma reposição de valores em relação ao trabalho remunerado feminino (PEIXOTO, 200) e se torna estritamente necessária a análise sobre a relação das mulheres com a aquisição de renda para gestão familiar, seja a partir de programas de transferência de renda, seja pelo trabalho remunerado, e sobre o papel social da mulher na esfera doméstica e pública.

> o fato é que o domicílio e a família permanecem como espaço de produção material e de produção simbólica da vida cotidiana. E as mulheres continuam ocupando o lugar de responsáveis por essa produção, num mundo marcado pelo seu ingresso no trabalho pago e pelas exigências de sua contribuição financeira para a família. (ARAÚJO & SCALON, 2005).

5. A transferência de renda e as mulheres garis

A segunda etapa do trabalho tem por objetivo explorar as expectativas e as críticas em relação aos programas governamentais de rede de proteção social.

Em 2012 o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (lançado em 2009 como iniciativa da Secretaria de Políticas paras as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR- e vinculado a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL, com vistas ao aprofundamento do debate sobre as questões de desigualdade de gênero e dos direitos das mulheres, além de acompanhamento no processo de formulação e implementação de políticas públicas) lançou nota sobre como o PBF prioriza as mulheres para recebimento do benefício. De acordo com o Observatório e com dados do MDS, dentre as 13,3 milhões de famílias atendidas, 93% têm mulheres como titulares do CadÚnico. Portanto, as mulheres têm sido responsabilizadas como as principais gestoras dos recursos do PBF em nome da família. (PEIXOTO, 2010).

Com os dados obtidos em 2011/12, foi possível identificar que grande parcela das mulheres garis recebia ou recebe algum benefício governamental. Das trabalhadoras entrevistadas 49% são/foram contempladas por algum programa de transferência de renda, sendo que 48 dos programas de tranferência desse total concernem ao PBF.

Tendo a mulher como representante do grupo familiar – que é materializado simbolicamente pela presença feminina – o PBF atrela e reforça a identidade da mulher e seu papel social como uma figura essencialmente cuidadora. A flexibilização desse papel de cuidadora pode acontecer pela substituição da mãe por outra mulher, isto é, por outra parente da criança (avó ou tia), mas a responsabilização do cuidado continuará vinculada a um papel feminino.

> Logo, o cuidado preserva, no âmbito do PBF, seu caráter vinculado aos papéis de gênero. Assim, tanto a maternidade (relacionada à procriação e/ou ao papel social de mãe) quanto à maternagem (o cuidado da criança e do adolescente desempenhado por outra mulher, geralmente com vínculo de parentesco, porém sem se designar como sua mãe) são funções focalizadas pelo PBF. (CARLOTO & MARIANO, 2009, p. 904).

É possível que se relacione os projetos de transferência de renda com a revalorização da família. Esta última equivale à ideia de que a mãe é a figura central responsável pela gestão e organização do grupo. Atuais contribuições feministas diante às atualizações dos projetos de Proteção Social, como o PBF, são no sentido de se retomar a questão de qual o lugar das mulheres em relação à família e ao Estado. (CARLOTO & MARIANO, 2009)

A atuação do PBF e a imposição de um papel de gênero, que reforça categorias incumbidas às mulheres pelo cumprimento de condicionalidades para receber o benefício,

pode ser uma armadilha destinada à reprodução incessante da figura feminina submissa e destinada aos cargos dedicados ao cuidado e maternagem.

5.1. Relatos das garis entrevistadas sobre os Programas de Transferência de Renda Condicionada

> - Depois que a senhora começou a trabalhar tiraram a cesta?
> S: Tirou tudo, agora to só com esse emprego 'milionário'.
> *Severina, 43 anos, 1 filha, renda única da casa, mora em Ceilândia.*

A nova etapa da pesquisa procurou identificar como as mulheres consideram o PBF, no sentido de ser capaz de proporcionar certa autonomia e quais as principais queixas em relação ao benefício, quais as dificuldades em conseguir e como pode modificar suas relações. As entrevistas realizadas com dez garis revelaram algumas de suas considerações sobre o programa. Todos os nomes aqui citados serão fictícios.

Os pontos mais queixosos nas entrevistas foram em relação às dificuldades de conseguir ser contemplada pelo programa. Das dez mulheres, três não recebem, mas todas já tentaram ter acesso ao benefício. Cinco, das sete que recebem ou já receberam, não tiveram nenhum problema para serem contempladas e todas recebiam anteriormente a cesta alimentação. Das outras cinco mulheres, duas recebem ou já receberam, e todas têm algum tipo de queixa ao PBF.

> Eles fazem uma coisa muito errada, antes de cortar a bolsa eles tinham que visitar a pessoa, ver o que ela tá precisando antes de ser cortado do programa. Porque comigo aconteceu isso, na hora que eu mais precisava eles cortaram.
> *Severina, 43 anos, 1 filha, renda única da casa, mora em Ceilândia.*

Para todas as mulheres contempladas, os programas de transferência de renda condicionada ou a cesta básica (anterior ao PBF) constui/constituiu incremento fundamental para renda total da família.

> - Mora só a senhora e as crianças?
> L: Sim, só eu e meus filhos. Seis.
> -Qual o valor que a senhora recebe?
> L: Recebo R$ 230,00.
> -Notou alguma mudança na qualidade de vida?
> L: Mudou bastante, a gente passava muita dificuldade. Depois eu comecei a trabalhar ai ajudou muito também. Seis meninos não é brincadeira.
> *Laura, 33 anos, 6 filhos, mora no Recanto das Emas. Renda única da casa.*

Várias das reclamações também concernem à visita realizada pelos assistentes do programa no processo avaliativo para receber a bolsa. Uma das entrevistadas sugeriu que a visita ocorresse também quando as bolsas fossem cortadas, pois ela mesma afirma que quando mais precisava o benefício foi cortado.

> Eles olham se tem chuveiro quente, energia, sofá, fogão, panela, ferro elétrico. Eu acho isso errado porque tem gente que mora em sobrado, tem carro na garagem e recebe. E realmente as pessoas que precisam não recebem.
> *Fátima, 40 anos, 2 filhos, mora em São Sebastião. Já tentou várias vezes receber o benefício, mas foi sem sucesso, após a visita foi reprovada.*

> S: Acho que eles tinham que me visitar pra ver, porque minha saúde não é igual a quando eu fiz meu cadastro.(...) quando eu fui lá eu não tinha depressão e nem isso que eu tenho agora, labirintite. E eu faço tratamento no São Vicente e não é toda vez que eu tenho dinheiro e os remédios são muito caros, às vezes tem que mandar fazer na farmácia, é mais de setenta reais. Ai depois que eles cortaram eles falaram se tivesse outra oportunidade era pra eu fazer um novo cadastro, quer dizer, eles nem foram me visitar, eles ao menos podiam ter ido lá pra ver como tava a minha situação. Esse negócio aí de casa, de cerâmica, de alvenaria, pra eles conta muito. E o meu barraco é de madeirite, meu banheiro é do lado de fora, meu piso é isso aqui – cimento – eu tenho só o essencial. E tem gente que tem tudo isso, casa com laje, e recebe. -Depois que a senhora começou a trabalhar tiraram a cesta?
> S: Tirou tudo, agora to só com esse emprego 'milionário'. *Severina, 43 anos, 1 filha, renda única da casa, mora em Ceilândia.* "Eles chegam lá na casa da pessoa e vê o que eles têm, ai tem cerâmica, né? Às vezes a pessoa não tem nada pra comer em casa, nada, só porque tem uma cerâmica no chão a pessoa é rica? Eles não sabem nem o que faz. Eles julgam com os olhos. Eles nem sabem a dificuldade que a pessoa está passando em casa. Tem muita gente onde eu moro, muita mulher com muito filho que não recebe.
> *Andrea, 23 anos, 1 filha. Mora em casa alugada no Recanto das Emas, nunca conseguiu nenhum benefício governamental.*

Ao serem questionadas sobre como o PBF foi importante no relacionamento com familiares, ou como elas se relacionava com a gestão/administração do dinheiro, as mulheres responderam que a renda geralmente é voltada para compra de eletrodomésticos ou dedicada a algo relacionado aos filhos. Por exemplo, Severina dedicou o dinheiro para cuidado da saúde bucal da filha.

> Era, quando eu recebi a primeira coisa que eu fiz não foi pra mim, foi pra minha filha. Eu comecei a cuidar dos dentinhos dela com o dinheiro do PBF, todos os meses eu ia lá e fazia uma coisa. Foi até bom quando tirou a cesta. Assim, com a cesta a gente comia, né? Ai com o dinheiro eu ia no dentista e arrumava o dente dela, arrumei todos.
> *Severina, 43 anos, 1 filha, renda única da casa, mora em Ceilândia.*

Os relatos da primeira fase da pesquisa e das entrevistas mostraram que as mulheres consideravam de extrema importância a manutenção de seu emprego e outras formas de conseguir renda para conseguirem alguma forma de autonomia, e como afirmam ARAÚJO & SCALON (2005:20), alguma possibilidade de escolha no mercado de consumo que lhe confira um sentido subjetivo de autonomia para escolher/comprar, e identificar seu lugar na satisfação dessas necessidades.

> -A senhora sempre trabalhou?
> F: Sim, sempre, ele me conheceu trabalhando. Ele tem vontade que eu saia do trabalho, Ele já foi várias vezes me puxar pelo braço na porta da escola pra eu não estudar, mas eu terminei. Terminei meu terceiro ano e agora to fazendo meu curso. Eu vejo que ele quer que eu saia do trabalho pra ficar dependendo dele. Porque assim, daqui eu saio, vou ali no mercado, eu compro um creme, compro um shampoo, compro uma coisa, quando ele vê já comprei tudo. E eu dependendo dele não, ele vai ter um controle com o que eu to gastando, o que eu to usando, o que eu to fazendo. E ele quer esse tipo de coisa, e isso eu já disse que eu não quero. Se for pra eu sair daqui é pra sair pra uma coisa melhor, se for pra eu ficar em casa dependendo de 'um real' de homem, não dá.
> *Fátima, 40 anos, 2 filhos, mora em São Sebastião.*

O controle que o homem quer exercer sobre a mulher é ligado diretamente à demanda pelo abandono do emprego. Depender economicamente do marido/companheiro significa depender emocionalmente dele também, por extensão. Essa trabalhadora compreendeu que haveria controle e subordinação. Nesse caso o trabalho serve como espaço de uma relativa autonomia dessa trabalhadora.

6. Considerações finais

À luz dos dados apresentados, das percepções reveladas através de entrevistas que se realizaram entre 2012/13 e dos dados coletados a partir das análises do MDS e de diversos autores críticos em relação à função do Estado perante gestão do PBF (e a constante afirmação do papel de gênero conservador através do desempenho de funções imprescindíveis à obtenção da transferência de renda) o trabalho se delineou construindo uma interface entre a perspectiva das trabalhadoras garis e das vantagens e problemas proporcionados pelos programas de transferência de renda condicionada.

O Estado visa cumprir papel de "protetor social" de famílias de baixa renda e busca a partir dos programas de transferência de renda condicionada prover benefícios a fim de

erradicar a pobreza do país, além, claramente, de proporcionar às famílias acesso aos serviços básicos de cidadania – saúde, educação e assistência social.

As maiores críticas ao programa dizem respeito às dificuldades do cumprimento das condicionalidades impostas pelo Governo Federal. Esse fator corrobora com o papel de cuidadora designado às mulheres. Sempre subordinadas à opressão patriarcal familiar e de certa forma, também pelo estado, pois, as mulheres viram signo da família e suas individualidades são generalizadas a totalidade do lar.

As críticas ferrenhas das mulheres garis ao dificultoso acesso e às condicionalidades impostas pelo PBF decorrem principalmente do fato de que há muita dificuldade para se atingir todos os requisitos necessários para se tornarem beneficiárias. E as visitas realizadas pelos assistentes sociais, além de supervisionar superficialmente as condições de vida dessas famílias, não conseguem prever a real necessidade dessas mulheres.

O trabalho assume papel fundamental para as mulheres, uma vez que pode proporcionar autonomia e alguma forma de emancipação. Porém, o serviço de limpeza urbana sujeita as garis à iminência de perigo constante e trata-se de um trabalho que além de insalubre é também visto como abjeto pela sociedade. Na realização de uma das entrevistas, um episódio muito marcante para a equipe pesquisadora ocorreu.

Casualmente no horário do almoço a equipe de garis busca refúgio do sol em baixo de árvores ou prédios, nesse dia estavam trabalhando no Lago Sul, região que tem poucos espaços públicos, porém algumas árvores em canteiros centrais. Um grupo almoçava nessa área e enquanto conversávamos informalmente com um casal que se dispôs a trocar algumas informações sobre a empresa e suas percepções do trabalho, um acidente ocorreu há poucos metros de distância. O acidente envolveu três carros e um deles invadiu o canteiro em que nos encontrávamos. Um dos carros derrapou e invadiu o gramado que estava do outro lado de onde estávamos. Rapidamente a equipe de garis se mobilizou, interditou a rua e correu para dar auxílio aos motoristas envolvidos no acidente. Felizmente ninguém se machucou, nem motoristas, nem a equipe trabalhadora. E, por mais trágico que um acidente possa parecer, sorte não ocorreu no horário em que a equipe estava trabalhando, caso ocorresse certamente haveria envolvido grande número de feridos, quiçá mortos.

Além dos riscos físicos que correm essas/es trabalhadoras/es, há muitos relatos sobre problemas de saúde física e mental relacionas à jornada intensiva de trabalho braçal. Ricardo Antunes (2002-2003) estuda o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Segundo o autor, mulheres ocupam mais de 40% de cargos de trabalho em países desenvolvidos. Mas, é

importante ressaltar que em grande medida essa força de trabalho está relacionada a funções que corroboram um papel de gênero intensamente legitimado socialmente que destinam as mulheres a trabalhos que reforçam a figura de cuidadora e da maternagem, a cargos precarizados, invisibilizados.

Referências

ANTUNES, Ricardo. (2002-2003). Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Idéias**, 9(2)/10(1):13-24

ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi. (Org.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

CARLOTO, Cássia Maria & MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Feministas**, Florianópolis, 17(3): 901-908, setembro-dezembro/2009.

GIOVANNI, Geraldo di; SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. "Os programas nacionais de transferência de renda. In: **A Política Social Brasileira no Século XXI.** 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. G.; SOARES, Fábio.V.; SOARES, Sergei. Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade. Brasília, outubro de 2006. Ipea. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1228.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2013, às 8h00.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Bolsa Família. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia . Acesso em: 12 de julho de 2013, às 08h00.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Condicionalidades. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades. Acesso em: 12 de julho de 2013, às 08h00.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Legislação. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/legislacao>. Acesso em: 12 de julho de 2013, às 08h00.

MINISTÈRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Pesquisas/PESQUISA_MULHER.pdf Acesso em: 10 de julho de 2013.

PEIXOTO, Socorro Letícia F. As mulheres no Programa Bolsa Família: entre consensos e contradições. In: **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. Fortaleza, 2010.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Vários autores. Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas.** Fortaleza, 2006. (Mimeo).

OBSERVATÓRIO BRASIL DE IGUALDADE DE GÊNERO. Mulheres representam 93% dos titulares do Bolsa Família. 02 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/mulheres-representam-93-dos-titulares-do-bolsa-familia/. Acesso em: 12 de julho de 2013 às 10h00.

PORTAL BRASIL. Cerca de R$41,3 milhões são investidos em programa de transferência de renda. 04 de junho de 2013. Portal Brasil. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/06/04/municipios-brasileiros-recebem-cerca-de-r-41-3-milhoes-para-investir-em-programa-de-transferencia-de-renda. Acesso em: 12 de julho de 2013, as 9h00.

AS MULHERES COMO FOCO NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRAS

Luciana Meira dos Santos Nunes
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Estevane de Paula Pontes Mendes
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Resumo: A transformação dos aspectos socioeconômicos e culturais da população brasileira e em específico com a expansão das mulheres no mercado de trabalho tem gerado a implementação de políticas públicas que atendam essa demanda. Aqui se propõe discutir a relação entre gênero e políticas habitacionais, tendo em vista a luta pelas mulheres na conquista da casa própria. Os objetivos que nortearam o trabalho foram analisar o perfil socioeconômico das mulheres beneficiadas com as novas regras dos programas que dão acesso ao financiamento da casa própria e compreender a importância das políticas públicas voltadas para as mulheres, para a garantia do direito a moradia O trabalho aqui proposto será do tipo pesquisa qualitativa. Para Vianna (2001), na pesquisa qualitativa é analisado cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, conseqüências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada. A pesquisa a ser realizada baseia-se assim na concepção do método dialético, o qual explica que todas as idéias surgem da necessidade material, daí o termo materialismo, criado por Marx. Nessa lógica, tem-se a necessidade, o material, a idéia e o objeto, chamado de materialismo histórico dialético. A pesquisa proposta irá analisar elementos que estruturam o real, elementos esses que configuram o espaço observado como as habitações, os moradores, a classe social, as mulheres de baixa renda e chefes de famílias e a logística do planejamento urbano desenvolvido para as cidades como ação governamental que realiza parcerias público-privadas para criar e manter a ordem no espaço da cidade.

Palavras-chaves: políticas públicas, habitação, gênero, mulheres.

Programas habitacionais e gênero

As políticas públicas que formam os programas habitacionais têm revelado a importância entre a perspectiva de gênero e a conquista da casa própria, principalmente no que se refere ao acesso de famílias de baixa renda à moradia. A desigualdade social é um dos aspectos que causam problemas ligados a produção e a apropriação da moradia e da ocupação do espaço urbano por diferentes grupos sociais. Assim, a pesquisa propõe debater sobre as políticas públicas do setor habitacional relacioná-las com gênero.

Conforme Yasbek (2003), ao adentrar o campo das desigualdades sociais, nos deparamos com a desigualdade de gênero como processo histórico posto na maior parte das relações familiares brasileiras. Nesse sentido, tem-se a luta da mulher pela conquista do seu espaço na sociedade enquanto cidadã, trabalhadora, mãe e muitas vezes chefes de família, decorrente das transformações nos modelos de composição familiar dos últimos tempos.

A sobrevivência na cidade depende, entre outros fatores, do acesso à moradia, e essa habitação é um direito básico que garante a cidadania, contudo, devido as desigualdades sociais, não são todos cidadãos que têm esse direito garantido. No Brasil, apenas recentemente, o direito à moradia foi reconhecido mediante a Ementa Constitucional 26/2000, que alterou o artigo 6º da Constituição Federal, colocando a moradia como um dos direitos sociais.

No entanto, a habitação é tida como um produto do modo de produção capitalista, e assim objetiva sempre o lucro. Fato que impede que muitas famílias de baixa renda adquiram sua casa própria, e vivam com dignidade, usufruindo de seus direitos como cidadãos. Contudo, para amenizar os problemas de déficits habitacionais, são criados programas habitacionais que facilitam o financiamento da casa própria, parcelando as prestações em vários anos e com um valor possível de ser pago por famílias que recebam de 1 a 5 salários mínimos.

No processo de constantes transformações socioeconômicas, a mulher tem aumentado sua participação na sociedade, se consolidando como trabalhadora não só em casa, mas também como profissional e com isso garantindo seu poder pela na luta pela conquista da casa própria. Associando a importância da mulher como trabalhadora, mãe e dona de casa, uma das conquistas femininas, principalmente as mulheres de baixa renda, foi a criação da Lei Federal 11.977, de 2009, na qual determina-se que os contratos e registros relacionados ao Programa habitacional: Minha Casa, Minha Vida, deverão se formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.

A criação da lei foi precedida por uma Medida Provisória, onde no artigo 38 da MP 456, de 25 de março de 2009, a qual a presidente Dilma Rousseff assinou essa medida, determinando que em caso de divórcio ou dissolução de união civil estável, a propriedade da casa financiada pelo programa Minha Casa, Minha Vida ficará com a mulher. As novas regras do programa habitacional valem para famílias beneficiadas pelo programa e que tenham renda de até três salários mínimos.

O programa habitacional é uma parceria da União com estados, prefeituras, empresas e movimentos sociais, com foco nas famílias com renda bruta de até três salários mínimos, mas também abrange famílias com renda bruta de até R$ 5 mil reais. Essas famílias recebem um subsídio do governo para financiarem suas casas.

A medida de beneficiar as mulheres se justifica pelo fato que na maioria das vezes, após a separação, são as mulheres que ficam com os filhos, assim é uma forma de proteção e

uma maneira de garantir o patrimônio da mulher e dos filhos. Além desse fato, são muitas vezes a própria mulher que garante o pagamento das prestações de forma parcial ou mesmo integral, devido as mesmas estarem cada vez mais inseridas no mercado de trabalho.

Nas portarias nº 140, de 5 de março de 2010, e nº 610, de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do programa, consta que a indicação dos candidatos se dá a partir da aplicação de critérios de hierarquização e seleção, e um desses critérios nacionais, estabelecidos pelo Governo Federal para hierarquização da demanda, é justamente o atendimento às famílias chefiadas por mulheres.

De acordo com Oliveira (2010), nas duas últimas décadas, inúmeras políticas setoriais passaram a se desenvolver focalizadas no atendimento das famílias mais carentes, principalmente à mulher considerada chefe de família. Associado aos novos arranjos familiares, e dos diversos contextos sócio-econômicos, para o sustento da família, é necessário agregar ao desemprego ou ao emprego assalariado do marido, os trabalhos informais ou mesmo formais, da mãe. Assim, a mulher torna-se muitas vezes o principal membro com recursos financeiros da família, ingressando no mercado de trabalho, coordenando a renda e assumindo o cargo de chefia familiar, no caso das mães solteiras ou até mesmo as casadas.

O número de mulheres responsáveis pelos domicílios brasileiros aumentou de 18,1% para 24,9% em uma década, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002. Esses dados apontam as grandes transformações da sociedade brasileira, nos aspectos sociais, culturais, econômicos e demográficos. Tais fatores justificam as políticas habitacionais facilitarem o acesso ao crédito para mulheres que ocupam o papel de chefes de família e a garantia do direito a casa financiada em caso de divórcio.

Com a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, cresce a necessidade de políticas públicas que atendam as necessidades de moradia, emprego, saúde, educação, enfim as condições básicas de vida. Assim, para dar suporte as questões referentes à habitação, espaço urbano e cidades, o Ministério das Cidades (BRASIL, 2004), tem desenvolvido os programas habitacionais direcionados principalmente ao público de baixa renda, e isso tem feito com que se desenvolvam ações direcionadas à mulher chefe de família.

Para Ávila (2001), a mulher como chefe de família tem poder e responsabilidade pela manutenção do grupo familiar. Assim, por diversas vezes cabe à mulher, independente de classe social, as atividades referentes à alimentação, à vestimenta, à saúde, à educação, aos

cuidados com as crianças, com os idosos, enfim, a todas ações que envolvem o ambiente doméstico. E somando a essas atribuições, a mulher muitas vezes administra o emprego e a renda. Tais atribuições culturalmente consideradas femininas se abrangem e se agravam quando se considera as mulheres que compõe a classe de renda mais baixa, pois por vezes não tem outros familiares que a auxilie nessas ações.

Diante desse quadro, é de extrema importância a necessidade da aquisição da casa própria pela mulher, e plausível a iniciativa do governo de garantir que em caso de divórcio, a casa financiada fique no nome da mulher. Vale ressaltar que até a aprovação das novas regras dos programas habitacionais, não havia nenhum dispositivo que determinasse quem deveria ser o proprietário do imóvel em caso de divórcio. A lei também prevê uma exceção: quando o casal tiver filhos e a guarda for exclusiva do pai, neste caso, a propriedade da casa ficará com o pai.

Cordeiro (2006) cita que os gestores habitacionais não devem apenas criar e fomentar um programa ou projeto, mas deve adotar medidas que contribuam para mobilização e organização que gerem emprego e renda para as classes menos favorecidas economicamente. Nota-se a importância do trabalho social para promover ações que contribuam com a equalização das dificuldades pelas quais chefes de família, do sexo feminino, têm enfrentado na luta efetiva pela solução dos problemas de moradia.

Com base nessa concepção, de analisar o acesso da mulher à moradia, isto é, da associação entre gênero e habitação, Oliveira (2010), descreve que a Caixa Econômica Federal, banco responsável pelos financiamentos dos programas habitacionais populares, em consonância com as leis referentes à habitação, através do seu quadro técnico social, incorporou o termo equidade de gênero nos Programas de Habitação, voltados para um segmento social menos favorecido. Nesse processo, como órgão gestor, a instituição tem atuado na operação de recursos e no acompanhamento dos trabalhos sociais, viabilizando a garantia do atendimento, propiciando ações com foco central na família e tendo a mulher chefe de família como referência da participação e permanência no local de moradia.

Oliveira (2012), ainda explica que a fase de contratação dos projetos habitacionais, avaliado pela Equipe Técnica Social da Caixa Econômica Federal é o espaço onde ocorre esta inserção do sexo feminino, nos programas habitacionais de interesse social. Na fase de definição dos grupos de mutuários cadastrados pelos Municípios, a prioridade é dada à mulher chefe de família, termo esse sobrenomeado daquelas que assumem sozinhas a responsabilidade de manutenção do lar.

Nestas ações dos profissionais, segundo Oliveira (2012), está implícita uma avaliação para concessão da titularidade do domicílio ao mutuário, priorizando os idosos, portadores de necessidades especiais e as mulheres chefes de família e, entre estas àquelas que possuem maior número de filhos. Esses critérios não impossibilitam outras pessoas de participarem e serem contemplados pelo programa, contudo prioriza-se a inclusão da mulher enquanto chefe de família e, principalmente, as que possuem muitos filhos, em decorrência das condições de vulnerabilidade a que estão submetidas, seja pelo atual sistema capitalista ou pela constante violação dos seus direitos.

O trabalho desenvolvido pelos diversos profissionais envolvidos com os programas habitacionais, segundo Oliveira (2010), possibilita que uma parcela significativa da população brasileira tenha, não somente o acesso a uma moradia, mas que se envolvam com outras condições que garantem também o exercício da cidadania. O enfoque na condição de gênero, em específico à mulher chefe de família, tem contribuído para a superação das concepções impostas pelo patriarcalismo da sociedade, ao atribuir à mulher o dever de apenas cuidar da moradia e dos afazeres doméstico.

Para Rolnik (2011) a relatoria da ONU para o Direito à moradia adequada vem trabalhando a questão do direito das mulheres à moradia desde 2002. Desde então estão sendo feitas pesquisas sobre o tema, e nesse processo, pessoas, políticos, organizações debatem e contribuem para criação e aperfeiçoamento de leis que garantam o direito à moradia adequada. Esse direito é de fundamental importância principalmente para as mulheres chefes de famílias, pois o acesso a moradia permite a realização de suas atividades cotidianas, sem o medo de serem despejadas, ou terem que sair constantemente em busca de aluguel. Além disso, o direito à moradia tem importância para a autonomia da mulher perante as diversas situações que englobam o trabalho, a família, a saúde, a segurança.

Na obra Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? Rolnik (2011) explica que independente do gênero, toda pessoa tem direito à moradia adequada, e há sete elementos do direito à moradia que deve ser respeitado. Destaca-se que tais elementos, para vida das mulheres, causam mais impactos, podendo melhorar as condições de moradia ou no seu não cumprimento, dificultar mais a vida das mulheres, principalmente as de baixa renda.

Os sete elementos são: segurança de posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços; infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível. Esses elementos são essenciais, mas por motivos diversos de ordem principalmente política e econômica, não são

respeitados, mas as atuais políticas habitacionais tem tentado minimizar os antigos problemas ligados ao processo de urbanização desordenado do nosso país.

A posse do imóvel garante a permanência da mulher e filhos na casa em caso de divórcio ou contra ações estatais. Antigamente a posse dos imóveis era prioritariamente em nome do homem, as atuais política públicas tem revestido esse caso como anteriormente exposto. A habitabilidade refere-se as boas condições da casa, como segurança, ventilação, tamanho do imóvel, localização. São elementos que favorecem a proteção da saúde e da vida.

A disponibilidade de serviços e infraestrutura inclui o saneamento básico, energia elétrica, postos de saúde, escolas e demais serviços públicos. A falta desses serviços dificultam muito a vida principalmente das mulheres, que ficam responsáveis, na maioria das vezes, pela manutenção do lar e no cuidado com os filhos. O acesso a esses serviços garantem uma melhor qualidade de vida nos aspectos de segurança e saúde.

A localização adequada refere-se a habitação ser próxima de serviços como rede de transportes, mercados, farmácias e o comércio em geral, e também próximos as áreas de geração de emprego. Para as mulheres, morar longe dos serviços necessários, implica em mais tempo longe de casa e dos filhos, mais custo com transportes e outros tantos problemas interligados com a vida urbana.

Sobre a não discriminação e priorização de grupos vulneráveis, está se referindo que a moradia adequada deve ser acessível a idosos, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais e também mulheres, principalmente as que se encontram em grupos de riscos, como as mulheres idosas, viúvas, com deficiências ou com doenças crônicas, mães solteiras, chefes de família, lésbicas, transexuais, vítimas de violência doméstica, e outras tantas situações. Paras essas pessoas o acesso ao trabalho formal ea moradia tem sido mais difícil, assim a importância de políticas públicas que garantam seus direitos.

O custo acessível da moradia é interligado ao fato do preço não comprometer a maior parte do orçamento familiar, para também ser garantido o acesso ao lazer, a educação, á saúde, a alimentação e demais necessidades básicas. Vale ressaltar que o custo acessível pode não ser o mesmo entre homens e mulheres, isso porque geralmente, nos casos das classes menos favorecidas economicamente, o acesso ao emprego formal é mais restrito às mulheres e os salários são mais baixos do que os dos homens, em alguns casos. No caso específico de mulheres chefes de família, solteiras, o custo da moradia apresenta um peso ainda maior no orçamento.

Obviamente sabemos que esses elementos básicos da moradia adequada não são todos respeitados no Brasil, por motivos históricos, políticos e econômicos, como a corrupção, a falta de vontade política, a falta de fiscalização, o interesse do mercado imobiliário, os desvios de verbas públicas, a crescente desigualdade social e os interesses individuais da elite dificultam ou impedem a concretização efetiva dos elementos básicos à moradia, contudo, o tema tem sido estudado e na luta dos movimentos sociais, as mulheres tem conquistado seus direitos em buscado apoio nas políticas públicas habitacionais.

Priorizar a mulher na aquisição da casa própria, por meio de programas sociais não resolve os problemas gritantes que ocorrem historicamente na nossa sociedade, onde ocorrem todo tipo de violação contra os direitos humanos, contudo representa uma conquista, através de inúmeras lutas encabeçadas por mulheres nos movimentos sociais. As mulheres, chefes de família, de baixa renda principalmente, passam por condições de vulnerabilidade, quer seja por situações impostas pelo sistema capitalista, quer pelas constantes formas de violação dos seus direitos, muitas vezes sendo vítimas dos seus próprios companheiros.

A conquista do acesso à casa própria, mesmo sendo paga por longos anos, representa um mínimo de garantia para sua sobrevivência e dos seus filhos, e essa conquista se dá por meio de lutas, pois grande parte das políticas públicas visualiza as mulheres como o sujeito que mais se mobilizam e participam das ações de interesses coletivos, logo, são as mulheres que se destacam na colaboração de projetos que beneficiam a qualidade de vida das comunidades mais carentes, envolvendo-se em ações interligadas com o trabalho, a geração de renda e na busca por soluções para os problemas diários.

O envolvimento em tais ações desperta a conquista da própria autonomia, fator que as fortalecem contra a opressão que é imposta pela nossa sociedade patriarcalista, que ainda tenta impor às mulheres as funções domésticas e a de cuidadora dos filhos. Mas de maneira contraditória, mesmo que as mulheres estejam conquistando sua autonomia, sua posição no mercado de trabalho e sua oportunidade de comprar a casa própria, ainda assim, as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos ainda prevalecem como funções femininas, tal questão perpassa nossa história e cultura, e provavelmente não haverá política pública que reverta essa situação. Mas as políticas podem minimizar os conflitos e coibir ações que violem os direitos humanos e garantir uma vida de cidadãs.

Referências

ÁVILA, Maria Betania (Org). Textos e imagens do feminismo. **Mulheres construindo a igualdade.** Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001.

BRASIL. **Estatuto das Cidades:** guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.

BRASIL (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em http: // www.senado.gov.br / SF / legislação / const /. Acesso em: 05 setembro 2013.

_____; CAIXA. **Trabalho Técnico Social:** avaliação de programas habitacionais – orientações para o entrevistador. Brasília, março de 2004.

_____; MINISTÉRIO DAS CIDADES. Diretrizes **da Política Nacional de Mobilidade Urbana.** Brasília, 2004. Disponível em <http: // WWW.cidades.gov.br>. Acesso em: 09 setembro 2013.

CARDOSO, Adauto Lucio; MELLO FILHO, Cleber Lago do Valle. **Habitação e governança urbana:** avaliação da experiência em dez cidades brasileiras. Cadernos Metrópole, n. 1. São Paulo, EDUC, 1999.

CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. **A busca por moradia:** a trajetória de famílias moradoras em áreas irregulares na poligonal. Turquino / Maracanã. Londrina, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000.** (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n.8). Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de. **O serviço social na habitação:** O trabalho social como instrumento de acesso das mulheres à moradia. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

OLIVEIRA, Maria Cristina Bley da S. de. **Política e Habitação Popular no Brasil:** Passado e Presente. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** São Paulo, LABCIDADE/ FAUUSP, 2011.

SIQUEIRA, Ana Lúcia de Souza. **Quem tem Direito à Moradia?** Uma análise da política nacional de habitação e dos programas de habitação de interesse social (2003-2005). UFRN. Natal – RN, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993

A DOCILIDADE DO CORPO VOLTADA PARA A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO NO UNIVERSO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ludimila Rosa Parreira
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Ana Carla Dias Carvalho
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Educação Física

Resumo: Este estudo tem como objeto de investigação as relações de gênero e educação do corpo no universo da Educação infantil. Temos como questão-problema: como as relações de gênero e educação do corpo são construídas em crianças pequenas (de 04 a 04 e 11 meses de idade) no universo da Educação Infantil? O Objetivo geral foi compreender como se dão as construções de gênero na educação infantil através das mediações realizadas pela professora e das relações entre as crianças no interior da sala de aula. A metodologia adotada foi uma pesquisa de campo do tipo descritiva, na qual fizemos um total de 10 observações registradas em um diário de campo, entrevista semi-estruturada com a professora do Jardim I e utilizamos também de recursos audiovisuais. Concluímos que a turma investigada, jardim I CMEI- Campo tem como objetivo no desenvolvimento das atividades diárias educar os corpos das crianças para promover a disciplina. A professora incorpora e reforça valores vinculados à dominação masculina e a segregação de gênero, reproduzindo de forma significativa, sem que aja uma problematização, reflexão e mediação pedagógica sobre esses aspectos tão singulares da constituição humana. O Gênero é uma construção social, vinculada às experiências vividas na cultura dos indivíduos. Os estereótipos do que é ser menina e do que é ser menino, colaboram para uma vigilância da sexualidade, em que o individuo passa a ser seu sexo, sua sexualidade, e é constantemente vigiado para que exerça o modelo considerado como natural, normal e incontestável, o modelo heteronormativo.

Palavras-chave: Docilidade do corpo. Gênero. Educação Infantil.

Introdução

Este artigo tem como objeto de investigação a educação do corpo e gênero na educação infantil. O percurso desenvolvido nesta pesquisa se constitui da análise da educação do corpo no campo das construções do gênero por meio das relações sociais estabelecidas na educação infantil. Tendo como escola campo o CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) especialmente, a turma Jardim I com alunos e alunas de 04 anos a 04 anos e 11 meses de idade.

Na rotina do CMEI no que tange a construção de uma disciplina para os tempos e espaços do cotidiano tem-se uma educação do corpo muito precisa havendo uma definição da hora de dormir, hora de comer, hora de sair do berço, entre outros. Em uma das nossas atividades em aula, tiramos os colchões do berço para que eles pudessem caminhar sobre os mesmos, e algumas crianças com uma apropriação maior dessa educação que determina hora para tudo, ao ver os colchões deitaram sobre eles para dormir, associando a atividade com a hora do sono. Neste sentido, o cotidiano de disciplina, a vigilância acerca do gênero são

situações ocorridas na Educação Infantil que incentivam a pesquisa e a necessidade da mesma.

Ao eleger esse espaço como campo de pesquisa, passamos a levantar algumas questões pertinentes a temática, tais como: em que lugar da rotina de atividades da sala de aula é tratado às questões das diferenças? Qual o lugar/importância dada à construção do masculino e do feminino nas crianças pequenas? Há reflexões e discussões acerca das relações de gênero, ou percebe-se a falta da mesma? Para isso, a observação e análise das relações sociais no âmbito das relações de troca, entre os professores e os alunos, dos alunos entre si e dos alunos com o espaço da escola.

Segundo Scott (1995) apud Finco (2003, p. 91):

> Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender a complexas conexões entre as várias formas de interação humana. É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres. O conceito de gênero implica conhecer, saber mais sobre as diferenças sexuais e seus significados. Compreender como são produzidas, pelas culturas e sociedades, as diferenças nas relações entre homens e mulheres. (SCOTT, 1995 apud FINCO, 2003, p.91).

Sabe-se que o movimento e a expressão do corpo revelam muito do que somos e pensamos reproduzindo signos e significados, inclusive, capazes de ressignificação. O eixo desta reflexão permeia a ideia de como educar meninos e meninas para a igualdade de direitos e oportunidades. Assim, temos como questão que conduz nossa investigação: **como as relações de gênero e educação do corpo são construídas em crianças pequenas (de 04 a 04 e 11 meses de idade) no universo da Educação Infantil?**

A expectativa é de compreender como se dão as construções de gênero na educação infantil através das mediações realizadas pela professora e das relações entre as crianças (meninos e meninas) no interior da sala de aula. E, enquanto objetivos específicos: a) Conceituar e situar a produção no campo da Educação Infantil, Gênero e Educação do Corpo na área de Educação Física; b) Compreender como a professora lida com as relações de gênero e educação do corpo estabelecidas entre as crianças e qual a sua compreensão sobre os temas gênero e educação do corpo; c) Identificar e analisar as relações de gênero nas brincadeiras realizadas pelas crianças na turma investigada do CMEI; d) identificar e descrever na rotina da aula aspectos que envolvem as construções do masculino e feminino.

Nesta direção, o presente estudo visa analisar como os/as professores/as agem mediante as relações gênero na rotina da escola dos/as pequenos configurando-se uma perspectiva de educação do corpo fundamental para a produção de um pensar e agir em nossas corporalidades.

Na atualidade, a criança pequena passa a maior parte do tempo na escola sendo esta, portanto, um lugar privilegiado de construções de aprendizagens significativas atuando na forma de pensar, de ver o mundo, podendo oportunizar mediações relevantes para seus alunos e alunas.

A expectativa é de encontrar na rotina da escola aspectos que possam influenciar na educação do corpo, nas relações de poder e de gênero construídas e vividas pelos alunos. Pequenas coisas como a diferenciação de cor para meninos e meninas, as permissões e interditos sexistas, a organização das crianças em fila, brinquedos de meninas, brinquedos de meninos, o lugar do corpo do menino e da menina na sala, em síntese, qual o lugar do corpo na prática pedagógica da Educação Infantil.

Segundo Foucault (2004) na busca de um corpo dócil, um corpo de fácil manipulação, a organização do espaço é elemento importante, ou seja, na maneira que os corpos são distribuídos no espaço, colaborando assim para a manipulação do controle sobre os mesmos. Por isso, se faz fundamental pensar como o corpo dessas crianças deve se portar no interior da sala de aula, propiciando ou não o que Foucault nos traz como a "arte do detalhe", permitindo assim, através do corpo vigiar, dominar, e se utilizar do corpo do sujeito.

Na sociedade contemporânea muito se discute sobre as relações de gênero e de poder entre homens e mulheres, porém essas discussões são negadas as nossas crianças e lhe são passados apenas formas de reprodução dos conceitos pré-formados pela parte dominante da sociedade. É a partir da percepção da necessidade de se discutir gênero para nossas crianças, e como nós, professores intervimos nessa discussão, que esse trabalho se faz necessário.

Silvia e Luz (2010) em seu estudo afirmam que segundo Rocha (1999) pesquisas sobre a educação infantil apresentadas em congressos até o ano de 1990 não discutiam a temática gênero. Apesar desse quadro novas pesquisas vêm surgindo com o interesse de discutir a construção histórico-cultural realizada pelas crianças nesse ambiente.

Por compreender que há pouca produção cientifica na área da educação física no que se refere aos estudos da questão de gênero e educação do corpo na educação infantil, vemos aí a importância do nosso trabalho, que busca investigar esses aspectos, necessários, porém, ainda com pouca visibilidade.

O caminho metodológico

O presente trabalho se caracteriza como pesquisa de campo do tipo descritiva. Nosso campo de pesquisa é um Centro municipal de Educação Infantil do município de Catalão/GO, que atende crianças de 06 meses a 4 anos e 11 meses de idade.

TRIVIÑOS (1987) afirma que as descrições dos fenômenos estão fartos de significado do ambiente, sendo assim produto de uma visão subjetiva, que não interpreta seus resultados de maneira quantitativa, mas sim da percepção de tal fenômeno e seu contexto. (TRIVIÑOS, 1987, p. 128).

Desse universo consideramos como sujeitos da nossa pesquisa as crianças e a professora da turma do Jardim I do período vespertino. As crianças pesquisadas possuem idade entre 4 anos e 4 anos e 11 meses. O intuito é analisar as relações de troca e construção existente no espaço de sala de aula dessa turma, no que se refere a gênero e educação do corpo.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram observações registradas em diários de campo, entrevista semi-estruturada e recursos audiovisuais. Fizemos um total de 10 observações, sendo que em uma delas a pesquisadora esteve à frente da turma. Cada observação era descrita em um diário de campo, no qual eram apontadas a rotina das aulas e as tendências consideradas relevantes para a pesquisa. Durante as observações utilizamos também o recurso de fotografia e filmagem. O intuito foi o de, a partir desses instrumentos, poder examinar e depreender como se constrói e como se manifestam as relações de gênero e educação do corpo em meninos e meninas em uma sala de aula.

Descrição e discussão dos dados

Após as observações e entrevista semi-estruturada com a professora da turma, partimos para a analise dos dados obtidos. Para essa publicação priorizamos a unidade de significação que abordou as mediações e construções de gênero e educação do corpo em sala de aula, e contaram com o recurso de cenas que nos ajudou em uma melhor visualização de tendências relevantes que surgiram no processo de observação. Trata-se de registros de construções ocorridas no contexto da sala de aula que foram identificadas.

A unidade de significação que será abordada neste artigo vem com o auxílio de cenas, nas cenas as questões versam acerca das expressões infantis que demarcam forte presença da construção do ser masculino e do ser feminino, apresentando um leque de situações que nos

faz refletir as relações de gênero e educação do corpo no comportamento infantil sobe o olhar do adulto.

Gênero refere-se ao modo com que as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto, ou seja, não é a diferença sexual entre homens e mulheres que delimita as questões de gênero, e sim as maneiras como ela é representada na cultura, através do modo de falar, pensar ou agir sobre o assunto. (LOURO, 1997)

Ao ponto em que se considera o gênero e a educação do corpo como demarcações naturais, eles não são problematizados e continuam a permear as trocas simbólicas, os códigos, os valores, as relações cristalizando-as como algo estático, quando na verdade são construções dinâmicas da realidade histórico-cultural.

O encontro com cenas cotidianas da Educação Infantil

O diálogo realizado aqui sobre essas mediações se dá conforme o conjunto de dados adquiridos na entrevista e sistematização das observações e filmagens as quais organizamos em cenas. Permitimo-nos envolver com as cenas, provocando reflexões acerca de acontecimentos frequentes na sala de aula e que muitas vezes passam despercebidos, tidos como "naturais".

Cena 1 –"Docilização dos Corpos"

> Ao entrar na sala sou recebida pela professora, há uma cadeira vaga ao fundo e eu me dirijo até ela. Os alunos me olham com certo estranhamento, porém começam a se levantar e vir em minha direção, à professora então, diz: "vamos ficar sentadinhos para mostrar o tanto que a gente é bonito e disciplinado". [...]a professora diz: "1,2,3 agora zíper na boca" , ela vai contar a história. Os alunos sentam com as perninhas de índio (levam o calcanhar até o bumbum, sentados sobre as pernas) e cantam músicas que incentivam o silêncio, como: "ao ouvir o som do mosquitinho, as batidas do seu coraçãozinho, pega a chavinha e tranca a boquinha, hummm, hummm... agora joga a chavinha fora, xiiiiii".

Ao observar as aulas da turma do jardim I do CMEI-Campo notamos que a disciplina realmente é o principal objetivo da professora, a rotina disciplinar é bem fixa e rígida. Parece que a professora teme perder o controle. Há todo momento os meninos são ensinados a obedecer ao tempo, tempo de falar; tempo de ouvir; de brincar; tempo de ir ao banheiro; tempo de se alimentar, e para que esse tempo seja internalizado as ações mediante o corpo dessas crianças são imprescindíveis; sendo assim, só é chamada a frente para ouvir a história

quem estiver sentadinho com o rosto debruçado sobre a mesa, só permanece à frente quem respeitar o silêncio, vê as figuras do livro o aluno mais calado, pegam os lápis de colorir em fileiras, ou seja, o corpo dessas crianças são treinados rotineiramente para a obediência e vigilância, em que o movimentar-se é limitado e nem sempre bem-vindo. Conforme Pena; Bogéa; Borges (2008):

> As práticas escolares, em geral, associam movimento à bagunça. À dispersão e, por isso, privilegia o não movimento, a postura estática, quieta e atenta como condição para a aprendizagem. Valoriza-se apenas o movimento mecânico e sistemático, que tem como objetivo aprimorar a coordenação motora, para garantir a aquisição da leitura e da escrita. (PENA; BOGÉA; BORGES, 2008, p. 29).

Para Foucault (2004), a escola, assim como outras instituições, é uma instituição de sequestro, que planeja controlar o tempo e os corpos dos indivíduos, "roubando" deles o máximo de força e tempo. Notadamente, a escola assume a tarefa de formar o corpo, qualificando-o e o corrigindo, assim tornando-o capaz de produzir dentro da dinâmica social, a partir da organização espacial e da disciplina do controle tanto de horários quanto de movimento os quais são essenciais para a construção da docilidade dos corpos dócil. Tal construção de uma dada corporalidade via política do detalhe não se consagra de modo inato como muitos consideram.

Segundo Meireles (2008; p. 05) "é a sociedade e não a biologia ou os genes que determina como devemos ser e nos comportar, quais são as nossas possibilidades ou limites". O movimentar-se é essencial para o desenvolvimento infantil, através do movimento a criança se relaciona com o mundo ao qual está inserido, transforma e é transformado pelo mesmo.

Oliveira (2008) acredita que o movimento seja algo imprescindível para a formação da criança em sua totalidade, e que na educação infantil o movimento se manifesta como linguagem expressiva que faz com que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento.

Assim, quando limitamos os movimentos das crianças torna-se mais fácil exercer sobre elas um domínio, potencializa-se o processo de docilização dos corpos. Como foi nos apresentado na cena acima a música é um elemento muito presente no universo infantil, às crianças gostam e logo decoram a letra e facilmente cantam as canções, isso faz com que elas tornem instrumentos de educação de corpos, carregadas de signos e significados que reforçam questões disciplinares.

Durante as observações pudemos ver a todo o momento a presença da música na aula, seja na hora do lanche, hora da chegada, hora das brincadeiras, hora da historinha, ela está presente indicando como a criança deve se comportar naquele momento. Por exemplo, a música antes do lanche tem a letra: "Meu lanchinho, meu lanchinho, vou comer, vou comer, para ficar fortinho e crescer; desce gatinho de cima do telhado na hora do lanchinho é melhor ficar calado". A música é cantada e coreografada o que faz com que seja facilmente internalizada. Sua letra indica que as crianças devem fazer silêncio, e que devem se alimentar para ficar forte, ressaltando a importância da força, muitas vezes depositada somente no gênero masculino.

E, esse indicativo de força X fragilidade é uma demarcação muito presente na turma, pode ser verificada em vários momentos das observações, a necessidade de o menino ser forte e se sobrepor a menina. A construção do gênero se dá primeiramente pela educação do corpo, separando o que o corpo da menina pode ou não pode e o que o corpo do menino pode ou não pode. Mediante essas definições precisas, se dão as relações de poder, em que podemos inferir o corpo do menino sempre pode mais do que o da menina. Este pensamento de que o homem é mais forte está ligado a uma visão biológica do corpo, desconsiderando as experiências e vivências de cada individuo em cada cultura.

Cena 2 – "Eu Tenho a Força" / "Força X Fragilidade"

> Estou tirando fotos da turma quando um aluno chega até mim e pede para que eu tire fotos dele. Quando fui tirar a foto ele pegou um lápis e utilizou-o como se fosse um peso e ficou fazendo movimentos de musculação (rosca bíceps) para que eu o registrasse "malhando". Depois ele fez outra pose mostrando o bíceps e fazendo cara de "mau". Quando eu o perguntei sobre o porquê das poses ele disse: "Eu tenho a força", levantando o braço para cima, e saiu correndo empurrando os colegas.

Sem dúvida, todo gesto possui uma intencionalidade. Esta cena nos mostra que há uma construção nas crianças muito definitiva de que o homem tem que ser forte, deve ser valente e viril. Ao longo da história é essa visão sobressai, o homem é aquele que vai a caça, à guerra, se insere no mundo produtivo. Ao homem sempre foi permitido e exigido demonstrações de força e coragem, como sujeito ativo ou os super-heróis que protegem as mocinhas de todo o perigo. Os homens salvam as princesas dos feitiços, destroem os monstros, voam, lutam e são dotados de poderes, sempre com corpos viris e músculos definidos. São eles que aparecem nos desenhos assistidos pelas crianças e que, consequentemente, permanecem no imaginário delas. A indústria se apropria muito bem

dessa condição, pois, as roupas e adereços do Homem-Aranha, Batman, Superman, Bem 10 circulavam muitas vezes nas aulas, e durante as brincadeiras encarnavam os personagens.

Durante as brincadeiras livres as crianças dificilmente brincavam juntas, os meninos brincavam de um lado com suas lutinhas e carrinhos e as meninas de outro lado de cantigas de roda. O dia que podiam levar brinquedos (somente na sexta-feira) as meninas levavam bonecas e brincavam de casinha, no entanto, as crianças não brincavam juntas, quando uma menina tentava entrar na brincadeira dos meninos eles logo a expulsava e o mesmo acontecia com o menino que se atrevesse a tentar brincar com elas.

Porém, em certo dia de observação isso mudou, as crianças se uniram e estavam brincando juntos meninos e meninas, ao adentrar mais ao espaço da brincadeira percebemos que eles estavam brincando de "assustar as meninas". As meninas estavam em sua casinha quando os meninos chegavam mascarados ou gritando que iriam pegar elas, logo elas saiam correndo de medo. Eles achavam uma maravilha ver as meninas correndo de medo deles.

Nesse contexto, um aluno que foi rejeitado pelos demais por não ter levado brinquedo se inseriu na brincadeira como "defensor das meninas", ou seja, a margem da brincadeira dos meninos ele encontrou um lugar privilegiado na cena, encarnou o super-herói incumbido de proteger as meninas e assim foi, até que delas se assustou de verdade e começou a chorar, na sequencia a professora interviu separando meninas para um lado e meninos para o outro, "resolvendo" o conflito. Ou seja, percebemos nessa brincadeira uma submissão das meninas no contexto da brincadeira, não tendo muita autonomia ou liderança, conhecidas como mocinhas frágeis, dependentes de cuidados, as princesas a mercê da proteção do seu herói, assim como escutam nas historinhas contadas pela professora, como a Rapunzel, Bela adormecida, que reforçam em grande medida essa condição de submissão.

Essas representações de força e fragilidade contribuem de forma efetiva para a segregação de meninos e meninas. As brincadeiras de meninos possuem mais liberdade já que são fortes e assim não se machucam facilmente. Já as meninas devem brincar de forma mais calma e cuidadosa para que não se machuquem. A diferenciação entre brincadeiras para meninos e brincadeiras para meninas reforçam as diferenças de gênero, pois há uma indicação para que se mantenham distantes um do outro e quem não aderir a essa regra pode ser apontado como pertencente a uma sexualidade diferente da normativa.

Ribeiro (2006) acredita que se aprende desde cedo que uma "mocinha" não deve andar com meninos e que os meninos também são aconselhados a se manter distantes das meninas,

pois a aproximação delas pode trazer apelidos como: boiola, mariquinha, entre outros. Os meninos são estimulados a estar sempre mostrando sua força, astúcia e superioridade.

Sayão (2002) aborda uma discussão sobre como o sexo feminino é visto na sociedade, a mulher deve seguir um padrão para ser bem vista, sintonizado com o modelo de feminilidade heterossexual, passivo, frágil e obrigatoriamente gracioso e maternal. Sendo assim, recai sobre o sexo feminino uma timidez corporal, porque para elas são negadas certas corporalidades.

> É generalizado pelo senso comum, que os meninos têm que ser fortes, ativos; corajosos e dominantes, seus corpos podem tudo, o seu espaço é público e irrestrito. Em contra partida, as meninas têm corpos frágeis, são dóceis, meigas e dependentes, repletas de restrições; seu espaço é privado e muito controlado. (FEITOSA, ROMERO; 2006 p. 05).

Os meninos muitas vezes sentem que detém um poder sobre as meninas, vimos isso no modo em que eles as repreendem durante a aula. De modo imperativo, eles, muitas vezes, dizem a elas como se sentar, como realizar algumas atividades e com quem elas devem realizar, sempre as lembrando de que menina brinca com menina e menino brinca com menino. Observamos essa realidade também no relato da professora Érica: "quando a menina chega e às vezes ela vem de vestido ou de saia eles mesmos por si só falam, senta direito você ta de saia, da pra vê sua calcinha, menina não pode mostrar a calcinha".

Ribeiro (2006) ressalta que muitas vezes as crianças se apropriam de tal maneira dos símbolos designados ao masculino e ao feminino, que "eles mesmos se controlam", pois o menino pequeno já exerce um poder sobre a menina pequena, exigindo dela certos comportamentos. Afinal, as crianças reproduzem os símbolos transmitidos pelos adultos, reelaboram e projetam ideias de como as pessoas daquele meio devem agir, construindo, assim, as representações sociais elaboradas por eles, de como a menina deve se portar e de como o menino deve se portar. Ser menino ou menina está relacionado a atributos sociais e simbólicos e não somente aos esquemas anatômicos. As concepções sociais de o que é permitido a cada sexo, de comportamentos para manutenção da ordem e legitimidade da sexualidade, forma e conforma meninos e meninas.

> **Cena 3 – "Menino não pode brincar de boneca, boneca é de menina, menino é carrinho".**
>
> Desenhei um caminhão e uma boneca no quadro negro e perguntei se eles sabiam o que eram os desenhos. Após eles responderem, perguntei quem já

> havia brincado de carrinho e somente os meninos levantaram as mãos. Perguntei novamente se as meninas não brincavam de carrinho e os meninos já responderam que só eles, por que elas têm que brincar é de boneca. Depois perguntei quem já havia brincado de boneca e somente as meninas levantaram as mãos, os meninos disseram que eles não podem, só podem carrinho. Continuei indagando se realmente nenhum menino tinha brincado de boneca e um menino disse que brincou uma vez com a boneca da mãe dele, que ele brincou sozinho e ninguém viu. Os outros alunos olham para ele meio assustados e depois voltam a conversar. O aluno que havia relatado ter brincado de boneca se levanta e logo vem até mim para me contar que brinca de bola com o pai dele, que os dois brincam de futebol. Perguntei a um aluno se caso eu desse uma boneca para ele se ele brincaria, ele respondeu que a mãe dele não deixa, fala para ele que tem que ser carrinho.

As brincadeiras não fogem a construção simbólica do que é ser menino e o que é ser menina, ou seja, construção de gênero. A brincadeira muitas das vezes se torna a maior representação desta construção elaborada pela criança, sendo através dela que meninos e meninas são educados a diferenciar aspectos da cultura concernentes a cada gênero. Na entrevista a professora relata que:

> [...] entre eles sim eles fazem ne a distinção, com os brinquedos que eles trazem de casa e com o grupinho mesmo que vai formando ali, com meninas mais de um lado, os meninos de outro, e eu tento fazer o máximo para eles estarem interagindo, mas assim, a gente vê que algumas brincadeiras elas preferem com o grupinho delas só de meninas, e os meninos com o grupinhos deles. É difícil um ou outro, uma menina querer brincar de carrinho, ou um menino querer brincar de boneca, boneca eles nem chegam perto. (Fala da Professora Érica).

Podemos confirmar através da fala da professora, como os brinquedos e as brincadeiras estão envolvidos nas construções e reproduções das relações de gêneros inseridas nos corpos das crianças pequenas. E que a professora opta por fazer as mediações ou seja, propor ações através das brincadeiras que meninos e meninas brinquem juntos com todos/as os brinquedos. A criança à medida que vai desenvolvendo o conceito de gênero, também aprende o que acompanha ou deveria acompanhar cada gênero em específico, e acabam por representar isso em suas brincadeiras (CALAÇA, 2006).

Ao nascerem as crianças já vão ganhando brinquedos e decorações em seus quartos que irão desenhando o que é determinado a cada gênero. As meninas costumam ganhar lindos ursinhos e bonecas e os meninos, antes mesmo de conseguir brincar, já possuem coleções de carrinhos. Os pais contribuem no sentindo, de (re) produzir o modelo de educação que muitas vezes se aproxima com o modelo em que foram educados.

A boneca é uma representação histórica do papel em que a mulher é vista na sociedade, da mulher casada que cuida da casa e do seu filho. A boneca é a representação de uma criança que toma o papel de mãe daquele brinquedo, aprendendo desde cedo o papel que uma mulher opera na sociedade.

Apesar de a professora ter uma construção de gênero enraizada nas diferenças, ela consegue perceber essa relação que o mercado impõe na construção de gênero quando diz:

> [...] eu sou contra um pouquinho essas brincadeiras que menina tem que ter bonequinha pra brincar, que menina tem que ter fogãozinho, porque eu acho assim, o mercado, os brinquedos que eles fazem pra meninas é como se estivesse assim: a mulher tem que cuidar de casa, tem que ter fogãozinho, maquina de lavar [...] o mercado mesmo de brinquedo parece que já desde cedo reproduz assim, a mulher dona de casa cuidar do bebê, tem as bonequinhas pras ela cuidar ne, e cozinhar, lavar essas coisas[..].(Professora Érica).

Já o homem, para o senso comum, é visto como o detentor da liberdade, que sai para trabalhar e ganhar o dinheiro, portanto tem poder sobre o mesmo, sendo então, quem controla poder econômico. A esse homem é direcionado quando criança brincar com o carrinho, brincar na rua, movimentar-se.

Para Feitosa e Romero (2006, p. 06) "tais crenças favorecem uma modelagem corporal tendenciosa, pois propiciam experiências diferentes para meninos e meninas. Futuramente elas serão fatores determinantes no comportamento e na expressão de seus corpos, reproduzindo assim as desigualdades vividas".

Na nossa sociedade o carro pode ostentar poder e liberdade, ou seja, o universo das construções simbólicas configura-se a partir da superioridade masculina vem sendo demarcada nos brinquedos direcionados a cada sexo, em que as meninas são educadas para o mundo privado e os meninos para o público, ostentando sua liberdade e masculinidade.

Cena 4- "Maquiagem pertencente às meninas"

> Estou sentada fazendo anotações quando uma aluna que acaba de chegar vai até a minha mesa me dar um beijo (modo com que eles costumavam me receber). Quando ela me chama, eu levanto o rosto para vê-la não consigo disfarçar o susto que levo ao me deparar com ela extremamente maquiada, suas bochechas excessivamente rosadas, sua boca com batom e seus olhos sombreados. Logo perguntei quem a havia maquiado e ela, toda orgulhosa, respondeu que tinha sido sua mãe.

A maquiagem é algo bem presente entre as meninas da turma observada, elas costumavam aparecer na aula exibindo suas unhas pintadas e suas bolsinhas cheias de brilhos

e batons. Na hora de brincar elas ficavam uma maquiando a outra, além de folhear as revistas da Avon que levavam para brincar de comprar quites de maquiagem.

A vaidade e a beleza são elementos exigidos pela sociedade moderna aos seus indivíduos, esse culto ao corpo aparece em revistas, em programas televisivos, em músicas, e muitas vezes é buscado pelas mães e professoras das crianças, sendo assim, perpassa a vida da criança a todo o momento, atingindo em massa as meninas.

Elas experimentam se pintar de várias cores e com os diferentes batons, porém, aos meninos, essa experiência é negada. Há o temor de que menino que se permite maquiar pode vir a ter uma sexualidade que fuja da normativa. Esse receio pode ser compreendido através da fala da professora.

> [...] eu acho inadmissível um menino se deixar maquiar por uma menina, mesmo por curiosidade, isso eu interfiro. Não por perceber alguma tendência, nesse caso é muito novinho, mas eu acho que algumas práticas devem ser evitadas porque talvez influencie futuramente. Até os pais cobram da gente, se um aluno chega e fala assim: Tia a menina passou batom em mim. O pai vai vim aqui e vai questionar o porquê que eu deixei. Então, eu interfiro muito nisso, maquiagem é de menina, menino não pode ficar mexendo em maquiagem de menina. (Fala da Professora Érica).

Interessante notar, que a professora em outros momentos diz não tratar questões no campo do gênero, no entanto, quanto a maquiagem ela objetiva interfere, não permitindo nem sob o ponto de vista da curiosidade, o que move os meninos a se interessarem pela maquiagem, o brincar com as cores, com a fantasia. O registro aceito é de o ato de se maquiar é um ato unicamente feminino a seu ver, e isso se dá pela vigilância da sexualidade. "O menino brincar de coisas consideradas de "menininha" ou o contrário carrega o tabu de que isso pode comprometer o esquema sexual de ambos". (CAMARGO, RIBEIRO, 1999, p. 78)

Considerações finais

Essa pesquisa teve como objeto de estudo a educação do corpo, gênero e educação infantil. Tivemos como questão problema: como as relações de gênero e educação do corpo são construídas em crianças pequenas (de 04 a 04 e 11 meses de idade) no universo da Educação Infantil? Para chegar a uma resposta da pesquisa um longo caminho foi percorrido. Um encontro com as leituras sobre o campo do gênero, a criança, o universo da Educação Infantil, em seguida os aspectos metodológicos que se fizeram presentes: observações em sala de aula, registros das mesmas através de um diário de campo, entrevista com roteiro semi-estruturado, recursos audiovisuais; organização e tratamento dos dados.

O Objetivo foi analisar como se dão as construções de gênero na educação infantil através das mediações realizadas pela professora e das relações entre as crianças no interior de sala de aula.

Ao buscar compreender as mediações existentes no interior da sala de aula, pudemos perceber que é esperado e exigido das crianças comportamentos que reforçam as demarcações destinadas para cada sexo, criando uma identidade padronizada, que não fuja a norma imposta. Transita na Educação Infantil um discurso sobre os corpos que estrutura as suas formas de agir e se portar dentro da sala, formando meninos e meninas, homens e mulheres; a escola cumpre o papel de reforçar estereótipos de masculino e feminino através da vigilância sobre os corpos. O Gênero é uma construção social, vinculada às experiências vividas na cultura dos indivíduos. Os estereótipos do que é ser menina e do que é ser menino, colaboram para uma vigilância da sexualidade, em que o individuo passa a ser seu sexo, sua sexualidade, e é constantemente vigiado para que exerça o modelo considerado como natural, normal e incontestável, o modelo heteronormativo.

A escola incorpora os valores vinculados à dominação masculina e a segregação de gênero, e reproduz isso de forma significativa, sem que aja uma problematização, reflexão e mediação pedagógica sobre esse aspecto tão singular da constituição humana.

Pudemos perceber que o gênero se faz presente nas relações simbólicas das crianças, que desde pequenos seus corpos são estimulados e treinados a corresponder a um dado comportamento, muitas vezes ditados por seus sexos. Portanto, consideramos que nosso estudo teve uma elaboração das relações que perpassam pelo gênero e a criança pequena no âmbito da Educação Infantil procurando contribuir para uma reflexão acerca da defesa da igualdade de gênero e de relações educativas mais justas, solidárias e porque não dizer, mais humanas na escola dos pequenos. Os estudos que pensam a criança pequena vêm crescendo consideravelmente, porém, a temática gênero não é tão abordada, por considerarmos essa abordagem importante, vimos nossa pesquisa como relevante socialmente e cientificamente para a reflexão do universo infantil e as temáticas gênero e educação do corpo.

Destacamos a necessidade de repensar a formação de professores, pois muitas vezes a apenas os Cursos de graduação não os possibilitam o contato com discussões e elaborações acerca do gênero e educação do corpo, fazendo com que esses em contato com as crianças reproduzam modelos de segregação e sexismo.

Referências

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, SP. Editora da Universidade de Campinas, 1999.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. **Cadernos pagu (26) janeiro-junho de 2006: pp.279-287**.

FEITOSA**,** Julia Gonçalves; ROMERO, Elaine. A Expressão Do Corpo Pela Conduta Moral: uma questão de gênero**. Arquivos em Movimento,** Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 5-18, julho/dezembro, 2005. Disponível em**:** http://www.eefd.ufrj.br/arquivos Acessado em: 20/01/2013.

FINCO, Daniela. Relações de Gênero nas Brincadeiras de Meninos e Meninas na Educação Infantil**.** 2003. Disponível em: http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-fincod.pdf. Acessado em 27/06/2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. Ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEIRELES, Gabriela Silveira. Infância e poder: Marcas das relações de gênero na escola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis:UFSC, 2008.

OLIVEIRA, Cristineide Aparecida. **A concepção de corpo presente no espaço da escola e a educação da criança**. Monografia de Educação física. Catalão, 2005.

OLIVEIRA, Nara Rejane. O Espaço do "corpo" na educação da infância. **Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, V.6, n. 1. 2008.

PAZ, Cláudia Denis Alves da**.** Gênero no trabalho pedagógico da educação infantil**.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis:UFSC, 2008.

PENA, Alexandre; BOGÉA, Isabel C; BORGES, Leonor Pio. Aconchegando o Corpo na Escola: As Perspectivas. **Salto para o Futuro.** O Corpo na Escola**.** Ano VVIII. Boletim 04-Abril de 2008. Ministério da Educação.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.145-168.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30389.pdf. Acessado em: 17/01/2013.

SANTOS, Verônica de Barros; KUHN, Roselaine. Liberdade no Brincar e Se - movimentar da Criança como uma Perspectiva Teórica para Educação (Física) Infantil. **Anais do XVI CONBRACE e III CONICE.** Salvador- Bahia- Brasil 20 a 25 de setembro de 2009. Disponível em:

http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1252/589 Acesso em: 20/01/2013.

SAYÃO, Deborah Thomé. Corpo e Movimento: Notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à educação física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2. 2002.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Meninos na Educação Infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cadernos Pagu (34), janeiro-junho de 2010:17-39.** Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n34/a03n34.pdf Acessado em: 17/01/2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER FILHA, Constantina. A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças**. Revista Brasileira de Educação** v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/08.pdf Acesso em: 18/01/2013.

O CAMPO DE PESQUISA NOS ESTUDOS DA MASCULINIDADE

Luís Antonio Bitante Fernandes
Universidade Federal do Mato Grosso/ICHS/CUA

Resumo: Este trabalho tem por objetivo demonstrar a construção do campo de pesquisa, em que utilizou-se pressupostos de que as tecnologias de informação e de fármaco fazem parte de avanços sociais e, como tais, contribuem nas análises Sociológica e Antropológica do campo de pesquisa. Ao propor uma pesquisa de campo em um novo espaço social, as salas de *bate-papo* como parte da tecnologia da comunicação, tomou-se como referencial teórico-metodológico as inserções etnográficas e a definição de *habitus*, perpassadas por um debate com a categoria Gênero. A etnografia possibilitou visualizar o campo não como um espaço virtual, mas sim um espaço real em que as manifestações acerca das identidades dos usuários são assumidas dentro de um imaginário e desejo criados pelos próprios sujeitos. O surgimento dos Medicamentos de Disfunção Erétil, como marco da Tecnologia Fármaco, surge como um elemento provocativo, nos diálogos com sujeitos que se declaravam pertencentes ao gênero masculino e, que supostamente utilizam-se desses medicamentos para satisfazer seus desejos e criar novas possibilidades de relações. Sendo assim, o campo permitiu as condições necessárias para compreendermos como nesses novos espaços de interações é possível assumir identidades múltiplas que (re)definem as masculinidades.

Palavras-chave: Masculinidades. Gênero. Sexualidade. Identidade. Salas de *Bate Papo*.

Introdução

Este artigo refere-se a uma discussão acerca do referencial teórico metodológico de pesquisa desenvolvida em minha tese e que resultou no trabalho final: "Afinal o que querem os homens?: um estudo da masculinidade". Neste trabalho o campo de investigação teórico metodológico foi construído por meio da junção de três tecnologias disponíveis no âmbito social. A *tecnologia da comunicação*, a *tecnologia da informação* e a *tecnologia fármaco*, sendo estas utilizadas como referências para uma análise sociológica e antropológica das novas masculinidades.

A primeira das tecnologias possibilitou-nos compreender os meios de comunicação, especificamente a internet, em sua utilização como forma de interação social e sua interferência na elaboração de masculinidades possíveis que não sejam as impostas pelos padrões socialmente e historicamente construídos. Na segunda, a de Informação, refere-se ao desenvolvimento das técnicas e mecanismos de se levar informação a determinados públicos, mas que não será objeto de análise neste artigo, pois trata-se de um campo trabalhado do qual discutiremos posteriormente.

A terceira tecnologia, de Fármaco, serviu como "catalizador" dos diálogos ocorridos no campo de investigação. Ao proporcionar o surgimento de uma medicalização que alterou o comportamento do homem, os medicamentos de disfunção erétil, a tecnologia fármaco

propõe às masculinidades interpelações crítica sobre seu processo de constituição, que até então estavam enraizado em padrões normativos, tradicionais e conservadores. São essas interpelações que fazem parte de nossas discussões.

Com proposta de inserção em novos campos de pesquisa, o projeto caminhou na abertura de um campo de investigação que, até então, tratava-se de um campo pouco explorado nas ciências humanas. A internet e, enquanto recorte de investigação salas de bate-papo, foi o espaço social observado e analisado para compreendermos possibilidades outras de interação social e de manifestações de identidades que exprimem novas formas de identidades sociais e de gênero.

Um *novo homem* está na ordem do dia. Ideias repetidas com exaustão e reforçadas em revistas, jornais, televisão e nas redes sociais, que apresentam evidências dessas mudanças e suscitam reflexões. O *novo homem* surge no lugar do *antigo homem*, que se comporta dentro de padrões esperados para um *macho* tradicional, mas que, no decorrer dos últimos anos, vem sofrendo mudanças em seu comportamento que estão sendo orientados por uma nova percepção de masculinidade.

O desenvolvimento dos meios de comunicação permitiu, no cenário das relações interpessoais, o surgimento de um novo sistema de interação que, ao mesmo tempo em que encurta os espaços, cria uma nova realidade procurando interagir com possibilidades de novas masculinidades. Esse espaço passa a se chamar de internet ou rede de relações pessoais e virtuais.

Ao fazer uso da expressão *virtual* não se está somente fazendo a distinção entre o *real* e o *virtual*, mas abrindo a possibilidade de olhar para esse *virtual* como um espaço vivido e, portanto, como afirma Marcelo Tas[1], um espaço que se assume como *real*.

Incorporada por um grande número de pessoas, a Internet é utilizada para diversas finalidades, do uso comercial ao entretenimento. As Redes de Relacionamento como, Twiter, Messenger (incorporado pelo Skype), Orkut, e Facebook entre outros, ganham destaque neste cenário, pois são elas as formas de maior manifestação das intimidades dos usuários.

As salas de *bate-papo*, enquanto espaço de relacionamento, ganhou muita visibilidade entre os internautas. Introduzidas no Brasil por provedores, como UOL, Globo.com, Terra, entre outros, nelas há uma interação entre os internautas possibilitada por diálogos em tempo real. Estas salas encontram-se divididas em várias categorias, o que permite aos

1TAS, Marcelo. **Mundo Virtual:** relações humanas, demasiado humanas. Apresentado no programa Café Filosófico, pela Rede de TV Cultura em parceria com a CPFL, em 2010. Marcelo Tas é apresentador de programa em rede de televisão e estudioso na área de cibercultura.

usuários, dentre as várias opções, escolher a que melhor se encaixa ao seu perfil (real ou virtual; imaginário; idealizado), ou ao perfil de relacionamento pelo qual procura.

Sendo um local em que mudanças são constantes, esse novo espaço de interação possibilita estabelecer e promover novas relações interpessoais, pois permite ao usuário/internauta criar uma infinidade de interações reais ou imaginária, mediante o contexto que lhe é apresentado e que é imaginado e criado por ele.

Esse mundo virtual será visto como um novo campo e, que carrega para dentro de si um *habitus* (BOURDIEU, 1996), que é reformulado constituindo-se com outros sistemas de disposições duradouras e, ao mesmo tempo, renováveis e virtualmente constituídas. As salas de *bate-papo* se tornam parte de uma estrutura estruturada com dispositivos que irão funcionar como estruturas estruturantes. Os internautas transportam para esses espaços um conjunto de sistemas simbólicos que darão a eles credibilidade para se afirmarem como sujeitos reais, em um contexto virtual, moldados por sistemas anteriormente estruturados. É nesse contexto que o real e o virtual se imbricam, não deixando claro qual deles está se manifestando.

A etnografia nas Salas de *Bate-papo*

As incursões etnográficas neste campo de pesquisa, as salas de *bate-papo*, se dão de forma tal que o pesquisador está, ao mesmo tempo, distante de seu sujeito de pesquisa, possivelmente separados por quilômetros de distância e muito próximo, já que eles foram intermediados pela tecnologia e pela própria representação simbólica que lhes são permitidas enquanto espaço de interação social.

A etnografia nesse universo de pesquisa assumirá a mesma responsabilidade de outros universos, o de buscar descrever um contexto social, utilizando-se de generalizações e comparações, implícitas ou explícitas, que dão sentido aos aspectos culturais manifestado no contexto pesquisado.

Os espaços, segundo Bourdieu (2005), podem indicar diferenças reais que separam tanto a estrutura quanto as disposições, o *habitus*, cujo princípio está na particularidade criada por cada espaço. Portanto, a cada inserção no campo, encontra-se um *habitus* elaborado diferentemente, pois este foi sendo constituído por sujeitos diferentes que levaram para a realidade virtual o seu próprio *modus vivendi*.

Ainda, segundo Bourdieu (2001), a construção dos espaços de interação se dá pela elaboração dos espaços de objetivação (estruturas) nos quais são manifestadas as permutas de

comunicação diretamente observadas (interação). "Trata-se de apreender uma realidade oculta, que só se descobre encobrindo-se, que só se mostra enquanto fato banal das interações em que se dissimula a si própria" (BOURDIEU, 2001, p. 54).

Trabalhou-se, então, com a categoria de *habitus*, para engendrar-se nos processos de socialização estabelecidos pelos internautas, como modelos a serem seguidos, pois, mesmo sendo um espaço onde a permissão é ampla, os internautas acabam assumindo elementos estruturantes que transportam de seu *habitus* para o novo campo de interação.

O *habitus* se mostra como um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, mesmo estando em um contexto virtual, assume características e papéis sociais pré-estabelecidos que são transferidos do real para o virtual. O *habitus* se mostrará como estruturas estruturadas, com uma disposição para funcionar como estruturas estruturantes, o que significa que suas práticas e representações são princípios geradores e organizadores.

A escolha da pesquisa empírica foi pela incursão no universo virtual em salas de *bate-papo*, com características supostamente heterossexuais, em que percebe-se a ideologia sexista de cultura dominante como elemento predominante. A maioria dos internautas, que se declaram *homens* e entram nas salas de *bate-papo*, tem como objetivo *conquistar* virtualmente, pois a conquista é característica da masculinidade heteronormativa.

Na busca de compreender este universo foram feitas vinte e duas incursões, entre os meses de agosto e dezembro do ano de 2010, numa média de três horas por incursão, totalizando, aproximadamente, sessenta e seis horas, das quais três dessas incursões foram realizadas com o objetivo de reconhecimento do espaço e familiarização com a linguagem. Das dezenove restantes, dialogou-se com cinquenta e sete internautas, dos quais obteve-se retorno de onze aceitações de uso das entrevistas/diálogos, sendo estes utilizados como sujeitos de pesquisa. Os aceites estão registrados nas entrevistas realizadas; os quarenta e seis entrevistados que não aceitaram, ou deixaram dúvidas em relação à permissão de uso de suas falas não foram utilizados como objeto de análise.

Inicialmente, definiu-se quais universos virtuais a serem pesquisados para, em seguida, optar por incursões em salas de *bate-papo* do provedor Universo Online (UOL) no processo de delimitação do universo pesquisado. A escolha das salas de *bate-papo* do provedor UOL se deu pela facilidade de acesso e a delimitação da pesquisa, pois ele se configurava, no período da pesquisa, como um dos mais utilizados no Brasil.

A primeira fase consistiu em uma exploração inicial com três incursões a campo, que foram realizadas para nos familiarizarmos com o contexto a ser pesquisado. Nessa fase,

descobrimos e desvendamos os caminhos que seriam percorridos na busca de coleta de dados, que passa por algumas etapas comuns a tod@s usuários, como: 1 - entrar no provedor (UOL); 2 – clicar em Bate–Papo; 3 – escolher o tipo de sala; 4 – clicar na sala escolhida dentre as 40 opções oferecidas (nesta etapa tem-se a opção de entrar ou espiar para ver o tipo de conversa e quem se encontra na sala); 5 – ao optar por *entrar* surge para o 'navegador' uma página com três etapas: verificação de segurança, identificação – criação de um *Nick/Nome*[2] em local indicado e, por fim, entrar na sala; após essas etapas, o internauta entra na sala escolhida e está pronto para interagir dialogando com os demais.

Ao entrar na página que contém as salas de *bate-papo*, deparou-se com a configuração de layout em que são distribuídas diversas opções de salas. No cabeçalho encontramos o slogan da UOL – Bate-Papo UOL – e, em seguida, algumas informações sobre os aspectos da abrangência de domínio desse sítio de relacionamento, tais como número de salas com webcam, número de salas abertas, número on-line e número de lugares disponíveis. Do lado esquerdo e acima da página, encontramos as opções de salas, divididas em:

Assinantes – criar salas; estados; idades; sexo e temas livres;

Cidades e regiões – mostra como opções grandes cidades e divisões por estado;

Idades – que oferece como opção divisões por faixa etária, sendo que a primeira faixa é de "15 a20 anos" seguida por faixas que se configuram de 10 em 10 anos, iniciando-se pela de "20 a 30 anos" e terminando com a faixa "acima de 70 anos";

Outros Temas – amizade, encontros, namoro, sexo, imagens eróticas, outras imagens, variados, exterior, idiomas, religião, temas livres, criados por assinantes, clássicos.

Ainda, do lado esquerdo e na parte do meio para a inferior, alguns serviços são oferecidos: buscador por pessoas ou salas; uolsac (serviço de atendimento ao usuário) e agenda do bate-papo (bate-papo com pessoas famosas agendadas). Salas que apresentam um histórico maior de visitas aparecem em destaque e as demais estão dispostas do lado esquerdo do usuário. Encontrou-se também uma infinidade de anúncios de produtos que estão dispostos, de acordo com a proposta temática das salas a serem visitadas.

O lado direito da página é reservado para o marketing de produtos. Nesse espaço há uma variedade de produtos que vão desde calçados, produtos de informática até produtos eróticos, de acordo com o tema da sala escolhida e horário de entrada na página.

2 *Nick*: tem significado de apelido, uma forma de identificação do usuário na sala de bate-papo. A intenção do Nick é preservar a identidade real do internauta.

As salas de *bate-papo* configuram-se em temas que designam a proposta do tipo de relacionamento praticado, atributos físicos, credo ou de pessoas que o internauta irá encontrar. Encontramos exemplos de salas com temas como: *sexo*, *imagens eróticas*, *jogos*, *religiões*, *amizade* e outras salas em que a temática se expressa implicitamente, como: *idades* (adultas), *cidades e regiões*, *exterior*, *tema livre*. Notou-se também que, nessas últimas salas, os internautas estavam à procura de uma simples conversa, como também à procura de conversas relacionadas a sexo, como ficou claro na declaração de um dos nossos sujeitos de pesquisa, que diz:

- *Booom, a maioria procura alguma mulher, que aceite brinca com webcam e etc... 99%*

A delimitação deste campo de pesquisa foi pelas salas (no total de 40) que têm como tema a proposta "idade: 20 a 30 anos", pois notamos características importantes contidas nessas salas para o seu desenvolvimento. Num primeiro momento, pela delimitação do *corpus* de pesquisa que se caracteriza entre 18 a 30 anos de idade, o que caracteriza a ideia de encontrarmos um público jovem e que se encontra de acordo com a proposta da pesquisa, devendo ressaltar que, em se tratando de um mundo virtual, nem sempre teremos a real noção do tipo de usuários que estaremos encontrando e se de fato sua idade virtual condiz com sua idade real.

Em um segundo momento, a idade, como componente da identidade, pode ser mascarada para que o usuário assuma outra identidade relacionada à geração, o que nos dá um indicador de que a geração é uma importante característica na formação/constituição das identidades. Isso foi confirmado, quando, em nossas incursões, encontramos internautas com menos de 20 anos e, com mais frequência, internautas acima de 30 anos, que assumiam idades fantasiadas.

A escolha também se fez por sexo/gênero declarado – heterossexual; justificada pelo objeto da pesquisa que é a masculinidade, vista na perspectiva heteroafetiva. Trabalhamos dentro de um contexto de suposição desta opção sexual, pois o tema da sala apenas nos indica que poderemos encontrar usuários em uma determinada faixa de idade, não deixando explícita sua opção sexual. Há que considerar a facilidade que a Internet proporciona ao usuário, de assumir uma identidade (que seja ligada à geração, à profissão, ao gênero, à etnia, à religião, à classe, entre outros) que nem sempre corresponde à sua. Assim, usuários que estão à procura de contatos interpessoais podem assumir diferentes identidades, o que nos dá mais um indicativo de análise e compreensão dos jovens que fazem o uso dessa ferramenta de tecnologia de comunicação para se relacionarem.

Os sujeitos desta pesquisa se definem, portanto, como sendo do gênero masculino e declaradamente heterossexual e que serão percebidos, inicialmente, pelos seus *Nick/nomes* e, posteriormente, mediante sua discursividade nas salas de *bate-papo*, fazendo com que os sujeitos da pesquisa, que formam o corpus deste trabalho, sejam supostamente compostos, em sua maioria, de homens, considerando que no contexto virtual a certeza em relação ao que é real está dentro de um imaginário construído, aceito e legitimado pelos participantes do mesmo, os internautas.

Optamos, numa segunda fase, por criar um pesquisador *virtual* que assumiu a condição de identidade de gênero feminino para a inserção no campo escolhido. Essa condição de "*pesquisador**a***" assumiu os atributos de identidade feminina idealizados pelo universo masculino, por exemplo, o de jovem, padrão de beleza atual, inteligente e com sensualidade e, justifica-se pela facilitação da aceitação nos contatos e diálogos com os sujeitos pesquisados, como demonstraremos mais adiante. Devemos deixar claro que o posicionamento ético dessa pesquisa foi respeitado, pois ao se apresentar como pesquisador**a** deixamos claro quais eram as intenções – o diálogo/entrevista para a obtenção de dados para uma pesquisa sobre masculinidade.

Essa pesquisadora virtual recebeu o *Nick/nome* de **Morena Sensual**, nome sugestivo que foi criado, após inserções exploratórias em que observamos que os *Nicks* utilizados nas salas de *bate-papo* pesquisadas sugeriam, na grande maioria, algo associado principalmente à sexualidade, à sensualidade, ao romantismo, à singeleza, a características físicas, à profissão, ao uso de webcam e alguns, eventualmente, com nomes próprios.

O *Nick* **Morena Sensual** traz, propositalmente, um apelo sexual-provocativo, de um fetiche masculino, no sentido de atrair internautas que estão em busca de algo que vai além do conhecer alguém, ou de uma simples conversa, o que facilita a condição básica de nossa pesquisa, que é o estudo da masculinidade com base no modelo heteronormativo.

A quarta estratégia foi criar um msn/messenger, onde nossa pesquisadora pode estabelecer contatos pessoais e uma página de Orkut para nossa pesquisadora virtual, cujo objetivo foi usar esse espaço de relacionamento virtual, para estabelecer contatos com pessoas e comunidades virtuais. Assim, navegamos em diversas comunidades que têm como características, ou a ligação com a afirmação da masculinidade, ou, ainda, que se manifestem referindo-se à masculinidade, como exemplo, a comunidade "Macho S.A. ou a ligação com o uso de MDE, como a comunidade "Eu uso Viagra". Esses último campo de pesquisa foi

deixado de lado, pois as expectativas em relação contatos e interações com outros usuários não foram correspondidas.

Chamamos a atenção para a maneira pela qual os internautas criam seus *Nicks*. Alguns, do gênero masculino, buscam criá-los, fazendo menção a sua idade, profissão, estrutura física do corpo, cor da pele, nome próprio, referência a webcam, tamanho do pênis, enfim, nomes como:

MorenOSaradO; Moreno 25, KAULLIN h; máster(h); nego; Rafael 25 webcam; Sem Sentido; VanillaEssence; tatuado cam; Piloto-Comercial; MORENO SAFADO; Gabriel33-Poa; Bruno SSA; Médico-Cam; feioveio e gordo; gato simpático; PalyboySafadoSexy; $Samantha travesti; Carlos nextel RJ; bombeiro FARDADOw; porto seguro; personal 21 cam; IMPERADOR 29; Solteiro-25; solteiro webcam; FRED MARLEY; H Aphaville; LÉO 1981; MARCELO-SP; Tédio supremo/RS; ksado Safado; Marcos; Pau na CAM; Professor LindoCAM; RICARDOTADO; gostosinho_cam;

Na quinta estratégia adotada durante as entrevistas, nossa pesquisadora virtual induzia seus interlocutores a refletirem sobre a sua condição de masculinidade. Para tanto, provocava o sujeito da pesquisa, questionando-o, ou "jogando" com ele a possibilidade dele fazer uso de medicamentos de disfunção erétil e, portanto, colocando em xeque a sua virilidade. Esse elemento provocador teve como objetivo fazer com que os sujeitos/colaboradores se colocassem diante de uma situação não comum aos padrões da heteronormatividade.

Ao entrarmos em uma sala de *bate-papo*, com a opção escolhida, "idade de 20 a 30 anos", logo éramos abordados de uma forma tal que a linguagem utilizada expressava toda ideologia de um contexto criado na base da hierarquia masculina e etária. Isso só se rompeu em alguns casos, após o diálogo entrar em uma zona de confiabilidade e conforto.

No decorrer do diálogo entre pesquisador e internautas, a conversa foi sendo direcionada para os interesses da pesquisa e, para tal, a estratégia utilizada foi mostrar ao interlocutor que ele estava conversando com uma pesquisadora. Isso se deu de maneira muito simples e sem constrangimento, pois, nos contatos de aproximação, usuários das salas de *bate-papo* se identificam apresentando sua ocupação profissional, o que nos deixou confortáveis em nosso propósito.

A legitimação da condição de pesquisador dentro do referido espaço foi construída ao assumirmos uma identidade de gênero feminino para as nossas incursões em campo. Apresentávamo-nos na condição de "pesquisadora, doutoranda e professora", dando *status quo*

de pesquisador a nossa identidade, criado dentro de uma produção ideológica legitimada pela intermediação entre campo de produção ideológica e campo das classes sociais. A intenção não foi de ludibriar nossos interlocutores, mas facilitar o desenvolvimento de nossa coleta de dados e mostrar que naquele espaço as possibilidades são infinitas. Nossa fonte de inspiração foi a literatura teatral à qual nós já fizemos referência – "O Homem da tarja preta", em que o personagem interage na rede assumindo uma outra identidade de gênero. Devemos deixar claro que utilizamos somente as entrevistas que foram permitidas pelos nossos sujeitos.

Ficou esclarecido que essa possibilidade só é permitida ou se dá o direito de permissão de uma subversão em um espaço virtual criado, pois este se apresenta como algo constituído pela enunciação, de se fazer ver e se fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação criada pela enunciação sobre o novo "mundo" cria um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido no mundo real. "Portanto, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário" (BOURDIEU, 2001, p. 14).

Segundo Bourdieu (1996), o empreendimento científico se inspira naquilo que só poderemos capturar da lógica do mundo social, se mergulharmos na realidade de uma particularidade empírica, historicamente datada e situada, para construí-la, como caso particular possível, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis.

> O pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem pretensão de *validade universal*. Ele pode, assim, indicar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e cujo princípio é preciso procurar, não na singularidade das naturezas – ou das "almas" -, mas nas particularidades de *histórias coletivas* diferentes. (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Atrás da tela e do teclado de um computador, os sujeitos podem assumir uma infinidade de identidades que lhes garantem, ao mesmo tempo, preservação de sua identidade real e dão autenticidade à nova identidade que pode vir a assumir. O *habitus* do sujeito transfere-se para o *habitus* virtual proporcionado pela sala, criando um espaço relacional virtual e real em que projetará suas práticas e representações geradoras e organizadoras de sua vivência, sejam elas reais ou imaginárias.

A *masculinidade*, como parte de um sistema simbólico de estruturas estruturantes, torna-se objeto de estudo, pois se constitui instrumento de análise que permite apreender

como se manifestam as formas simbólicas de organização social. Torna-se, ainda, instigante, ao ser pensado por meio desse espaço de interação, pois, vista dentro dos padrões heteronormativos, pode ela se estruturar e reestruturar dentro de modelos socialmente desejados e aceitos, ou, pode, ainda, ser recriada dentro de modelos que subvertem toda a ordem estabelecida na e pela condição da masculinidade, o que nos leva a pensar em seu sentido plural - *masculinidades*.

Para se criar um ambiente provocador, em que os sujeitos possam manifestar as suas representações de masculinidades, acrescentou-se nos diálogos com os internautas, como já dito anteriormente, um diálogo baseado no avanço tecnológico médico/fármaco, isto é, o uso dos MDE de maneira recreacional como forma de "apimentar" as relações amorosas/sexuais ou de sustentação da virilidade.

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. O corpo na teoria antropológica. **Revista de Comunicação e Linguagem**, 33: 49-66, 2004.

_____. **Senhores de si:** uma interpretação antropológica da masculinidade. 2.ed. Lisboa: PT, 2000.

BOURDIEU, Pierre.**A dominação masculina.**Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico.** 4ªed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Os usos sociais das ciências:** por uma sociologia clinica do campo. Trad. Denice B. Catani. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu** (11) 1988, p. 11-42.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade:** uma crítica a Freud a partir da mulher. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

COELHO, Maria C. Trocas materiais e construção de identidades de gênero. In: MOITA LOPES, Luiz P. da; BASTOS, Liliana C. (orgs). **Identidades:** recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.
CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Revista Educação e Realidade**, 20(2): julho-dezembro de 1985, pp. 185-206.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **A ordem do discurso.** 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **História da Sexualidade**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (Volume 1, 2 e 3).

_____. **Microfísica do Poder**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GIAMI, Alain. A medicalização da sexualidade: Foucault e Lantéri-Laura: História da Medicina ou História da Sexualidade?, **PHISYS**, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro 15(2): 259-284, 2005.

_____. Permanência das Representações do Gênero em Sexologia: as inovações Científicas e Médicas Comprometidas pelos Estereótipos de Gênero. **PHISYS**, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro 17(2): 301-320, 2007.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens no estudo de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência e Sociedade**, 10(1): 47-57, 2005.

GIFFIN, Karen; CAVALCANTI, Cristina. Homens e reprodução. **Revista Estudos Feministas** (53), Florianópolis, janeiro-fevereiro/1999, pp. 53-71.

GOMES, Romeu. **Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

_____. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 8 (3): 825-829, 2003.

GRASSI, Maria V. F. C.; PEREIRA, Mário Eduardo C. O 'Sujeito-sintoma' impotente na Disfunção Erétil. **Ágora**, v. IV, n.1, jan/jun 2001, p.112.

GRASSI, Maria V. F. C. **Psicopatologia e disfunção erétil.** São Paulo: Escuta, 2004**.** Biblioteca de Psicopatologia Fundamental.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Revista Estudos Feministas,** 14(3): 681-693, 2006.

_____. O armário ampliado – notas sobre a sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista Gênero**, Niterói – RJ, v.9, n 2, pp 171-190, 1. Sem. 2009.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. **Cadernos Pagu** (11), Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998: pp. 141-155.

_____. Resenha: The gender of the gift. **Cadernos Pagu** (2)1994: pp.211-219.

_____. Viagens e sexo online: a Internet na geografia do turismo sexua". **Cadernos Pagu.** (25), julho-dezembro de 2005, pp. 281-326.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2): S201-S212, 2003.

_____.Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, 17(1): 89 – 109, janeiro-abril/2009.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero e feministas: um campo científico. 31º Encontro Anual da Anpocs, 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu – MG.

_____. **Dar a vida e cuidar da vida:** feminismo e ciências sociais. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (orgs.). **O legado de Foucault.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. V.16, nº2, jul/dez 1990. pp. 5-22.

_____. La querelle dês femmes' no final do século XX. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, 2º semestre de 2001.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino**:** dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Ano 9, 2º semestre de 2001. p. 460-482.

_____. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO DO CRACK

Maria Aparecida G. S. Santana
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

José Henrique R. Stacciarini
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Resumo: Ao longo da história da humanidade, as mulheres quase sempre foram dominadas pelos homens e vítimas de descriminações. O preconceito social ainda é mais intenso quando o assunto é o uso de crack por mulheres. Assim, articular gênero e uso de crack é necessário à medida que se busca refletir sobre as relações de poder existentes nos espaços de consumo da droga, lugar onde essas relações se concretizam. Nos espaços contemporâneos organizados em torno do uso do crack, a lógica do modo de produção capitalista se faz presente num contexto em que as mulheres se apresentam mais frágeis e estereotipadas, isto é, há fatores sociais e culturais que colocam a mulher em uma posição de maior vulnerabilidade. Diante disso, entende-se que a ideologia patriarcalista é fundamental para compreender a influência masculina no mundo do crack, que se manifesta de forma exacerbada, dadas as características da condição feminina nesses ambientes. Observa-se que as construções sociais estabelecidas dentro dos espaços utilizados pelos usuários de crack, reproduzem a sociedade, visto que o gênero limita as ações das pessoas e, ainda, existem comportamentos que, teoricamente, somente os homens podem apresentar, o que justifica a maior estigmatização da mulher usuária, vista muitas vezes apenas como reflexo do uso da droga, e que sofre diversos tipos de violências. Partindo do pressuposto que gênero seja a construção social e cultural que produz significados, pode-se dizer que não há como pensar e intervir no campo do uso de crack, sem considerar os elementos estruturantes de relações de poder, como gênero, raça, etnia, classe, cultura de origem entre outros. Dessa forma, ao refletir sobre as relações de gênero e o uso de crack, busca-se compreender aspectos macro e micro que incitam determinadas práticas violentas, que não podem ser explicadas apenas pela dependência química, numa relação simplesmente de causa e efeito. O presente trabalho apoia-se numa pesquisa teórica interdisciplinar, tendo como base vários autores, de diversas áreas do conhecimento como Geografia, Psicologia, Direito, Psiquiatria e Economia, a fim de tentar entender as relações de gênero estabelecidas entre os usuários de crack do sexo feminino. Além disso, tem a finalidade de contribuir para a construção de políticas públicas que possam dar uma atenção integral e adequada às especificidades dos usuários de crack.

Palavras-chave: Gênero. Crack. Violência.

Introdução

Os estudos e as pesquisas geográficas atuais têm alargado seus horizontes, bem como buscado novos paradigmas dentro da diversidade dos saberes, em que a multidisciplinaridade contribui para a análise mais ampla dos problemas a serem estudados. Assim, a articulação entre gênero e uso de crack se justifica para a análise das relações estabelecidas entre o gênero masculino e feminino, no espaço de domínio da droga.

Essa reflexão pode nos revelar novas possibilidades para o entendimento das práticas de gênero e das relações de poder uma vez que, analisar essas representações dentro de um espaço de exclusão social, permite a discussão a respeito das características diferenciais

desses espaços contemporâneos, nos quais a lógica de produção capitalista ganha um aspecto ainda mais sombrio e devastador.

Nesse caminhar, compreender as práticas sociais entre homens e mulheres no espaço do crack, o cotidiano, os aspectos físicos e qualitativos que determinam sua dinâmica, permitirá conhecer a realidade vivida pelos usuários de crack e o grau de hierarquia estabelecido entre os gêneros em situação de exclusão e pobreza.

A complexidade do tema que nos impõem a questão do uso do crack permite uma análise de aspectos micro e macro dessa problemática, a fim de evitar o reducionismo, que focaliza apenas aspectos físicos e psicológicos dos usuários. Apesar de ser estratégico, o reducionismo não permite uma compreensão mais ampla, que colabore para a construção de políticas públicas e atue sobre especificidades desse grupo de forma integral e adequada.

Portanto, busca-se aqui uma análise teórica que permita analisar a vulnerabilidade e os riscos aos quais estão expostas as mulheres ligadas ao crack. Procura-se, ainda, abordar questões culturais, morais e de saúde enfrentadas pelas usuárias no que diz respeito ao sexo e violência.

A expansão do fenômeno do crack em todo país traz novos desafios, que se colocam no campo de várias áreas de conhecimento. Num esforço conjunto para entender o problema e atuar sobre ele, a Geografia, ao incluir a questão de gênero no debate social, dá sua contribuição à medida que busca novos paradigmas, à luz de diversas teorias e múltiplas análises para compreender as intersubjetividades concretizadas no espaço.

Dessa forma, estudos que envolvem as desigualdades que permeiam a relação existente entre homens e mulheres usuários de crack no espaço de consumo, analisando desigualdade de prestígio, de poder, de acesso e controle do território, são fundamentais para compreender como são delimitados e reproduzidos, espacialmente, os papéis masculino e feminino nas relações cotidianas.

Para Bourdieu (2002, p. 14), a subordinação do gênero feminino e a dominação masculina exercida sobre as mulheres se devem a um gradativo processo de "socialização do biológico e de biologização do social". Ou seja, um processo educacional de formação a partir de um sistema patriarcal, onde a manutenção da inferioridade feminina foi moldada para ser percebida como natural. No interior de um espaço preparado para perpetuar a dominação masculina.

No entanto, não se pode pensar as relações de gênero no território do crack da mesma forma que na sociedade em geral. Nesse ambiente, as relações de gênero não são resultantes

de negociações entre dominantes e dominados, que lutam para modificar as relações de forças e não permitem uma reação dialética, aqui, os moldes não são estabelecidos pela sociedade, mas pelos próprios indivíduos. Dessa forma, a segregação social espacial do território do crack reúne variáveis objetivas e subjetivas que oprimem, marginalizam e desumanizam, criam uma identidade própria, de acordo com Montes (1996, p. 56):

> Na verdade, quando analisamos dessa outra perspectiva a questão da identidade, percebemos que ela é um *processo de construção* que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com outros grupos distintos. Assim, percebemos que é impossível pensar a identidade como *coisa*, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas. Ao contrário, é preciso pensar que, uma vez que as sociedades são dinâmicas e a vida social não está parada, também a identidade não é uma coisa fixa, mas algo que resulta de um processo e de uma construção. E não podemos entender essa construção sem o contexto onde ela se dá.

Se tomarmos o contexto social vivido nos ambientes de uso de crack como referência para construção de identidade, em que a violência encontra terreno fértil, teremos dificuldade na construção/reconstrução de uma identidade feminina, podendo ainda haver uma perda de sua identidade primária. Isso ocorre porque a possível construção dessa identidade é realizada em um espaço onde a racionalidade é alterada pelas características farmacológicas da droga; ausência de valores, tolerância e solidariedade entre iguais, em que mulheres são violentas e violentadas, se submetem às regras impostas para manter a dependência e a sobrevivência, sujeitam-se à hierarquia de poder do crack e a ele são submissas, deixando que controle sua vida, Cisne (2012, p. 50-51).

> Compreende-se, no entanto, que são construídos, historicamente, os papéis, as qualidades e as características ou, ainda, as atividades ditas femininas ou masculinas e não determinadas fisiologicamente ou naturalmente. Há, assim, uma construção sócio-histórica do gênero. São, portanto, os homens e as mulheres, na construção de suas relações sociais, que irão determinar a sua força de ser, agir e pensar. Enfim determinar a ideologia e o modo de produção e reprodução da sociedade.

Nesse sentido, as questões de gênero requerem uma análise que considere o perfil do grupo, o ambiente onde estão inseridos, e o processo de exclusão ao qual estão submetidos. Isso porque a vida cotidiana se difere nos vários espaços que produzem expressões sociais e culturais próprias aos seus contextos que dão origem a sentimentos e valores para homens e

mulheres, formando suas identidades num território onde o processo das relações se concretiza a partir das relações de poder.

Assim, o espaço do crack torna-se um conjunto de práticas sociais materializadas, com especificidades e complexidades, sendo produto das ações construídas a partir de concepções e experiências cotidianas, onde regras são estabelecidas entre os grupos plurais, com realidades diversas. Essa concepção é formada de modo que as identidades sociais se constroem e, muitas vezes, se opõem a outras, sendo que cada uma delas procura seu poder, em seu campo e com seus meios.

Diante disso, articular gênero e crack é uma tarefa complexa. Vários aspectos de gênero estão envolvidos nas relações entre as pessoas e as drogas, mas, principalmente, existe uma relação mais profunda quando se trata da relação entre homens e mulheres no território do crack, onde são marginalizados pela lei e pela sociedade. Vale ressaltar que a mulher é duplamente excluída, uma vez que, além de se tratar de uma pessoa do sexo feminino, é drogada.

Apesar do consumo de crack ser uma realidade no cenário brasileiro desde a década de 1990, a inclusão do gênero feminino a esse fenômeno é mais recente, mas cada vez mais se aproxima em número ao sexo oposto. O aumento do consumo de crack não pode ser justificado apenas pelo preço reduzido em relação à cocaína, mas principalmente, pelos efeitos mais intensos, causados aos usuários de cocaína injetável, que encontraram no crack uma alternativa. De acordo com Uchôa (1996, p. 60):

> O crack leva de cinco a dez segundos para ir do pulmão ao cérebro. Viagem rápida, quase instantânea. Seu pico de ação é entre dois e três minutos. O êxtase não ultrapassa dez minutos. O coração fica descompassado. Pode chegar de 180 a 240 batimentos por minuto, dependendo da quantidade de droga. A potência do crack em relação à cocaína cheirada ou endovenosa (injetável), por exemplo, pode ser medida pelos efeitos, velocidade de ação no organismo. No caso da cocaína injetável, o "back", os efeitos surgem depois de três, quatro minutos e duram de meia hora a 45 minutos. Entre dez, quinze minutos começa a fazer efeito a cocaína em pó, cheirada. A "viagem" pode durar uma hora. O crack é veloz tanto no tempo de início de ação, que acontece em segundos, quanto na duração do "barato", poucos minutos. Daí a explicação para o termo "fast food da cocaína", como os americanos costumam chamar a droga, cinco a seis vezes mais potente que a cocaína em pó.

Todos esses sintomas parecem fazer efeitos mais intensos no organismo feminino. Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), feitos com mulheres brasileiras, mostram que os hormônios femininos potencializam o efeito do crack, tornando-o

mais prazeroso e, portanto, aumentando seu poder de dependência. Ademais, em função da conexão da droga com o cérebro ser mais rápida, elas precisam de menos quantidade e menos tempo de uso para se tornarem dependentes.

Deste modo, vale ressaltar que, homens e mulheres dependentes de crack apresentam múltiplas diferenças, baseadas em interações sociais, genéticas, hormonais, neurofisiológicas e ambientais. No campo social, essas diferenças vêm diminuindo à medida que a mulher, cada vez mais, assume novos papéis e responsabilidades. Todavia, essa igualdade ainda é relativa e, no caso de usuárias de crack, o preconceito social ainda é intenso, sendo as mulheres mais segregadas que os homens.

Em todos os espaços, onde as práticas sociais se desenvolvem, ocorrem relações de dominação, principalmente quando se analisa as relações entre homens e mulheres. No caso do espaço dos usuários de crack, o cotidiano se transforma num território onde as relações se baseiam no poder e a vulnerabilidade da mulher se faz mais forte. Nesse contexto, a identidade da mulher num espaço de exclusão social, de uma sociedade capitalista e patriarcal, é ainda mais inferiorizada. Nesse ambiente hostil, onde muitas vezes as mulheres têm apenas o próprio corpo para oferecer como "mercadoria" e suprir o vício da droga – e mesmo assim, ainda é difícil vender o sexo onde o crack é abundante e proporciona muito mais prazer que o ato sexual em si – elas acabam ficando mais vulneráveis aos homens que, muitas vezes, são os provedores da droga.

Observa-se que a intensidade da hierarquia na relação de gênero se agrava no espaço do crack, pois a pobreza e a exclusão social parecem ter uma cultura própria, fato este que faz o preconceito ser maior sobre as mulheres, inclusive entre os próprios usuários. As relações nesses espaços se estabelecem a partir de manifestações simbólicas, baseadas em influências culturais e sociais próprias que originam experiências, sentimentos e valores de homens e mulheres que formam suas identidades.

Para o Psiquiatra Auro Lescher, as cracolândias (espaços de uso do crack) são lugares que guardam semelhança a um campo de refugiados, onde a fome, loucura, doenças, dormência, desenraizamento, perda de identidade e a "pedra" produzem verdadeiros exilados químicos. Nesses lugares, as mulheres, predominantemente jovens mães, com baixa escolaridade, fazem sexo em troca de crack diariamente, deixando de importar-se com quem seja o parceiro ou tipo de sexo praticado, num contexto em que a droga torna essa realidade suportável. De acordo com Oliveira (2001, p. 6):

> No mundo das drogas, principalmente quando se trata da população feminina, a literatura aponta que em geral as mulheres tendem a valer-se do corpo como moeda de troca, enquanto os homens envolvem-se mais comumente com ações ligadas ao narcotráfico, assumindo, na maioria das vezes, a chefia de pontos de droga, conhecidos popularmente como 'boca de fumo'.

Embora de forma discreta, há registros de mulheres envolvidas no tráfico do crack, com destaque para as chamadas "mulas" (que apenas transportam a droga). Essa situação demarca, mais uma vez, as relações de poder entre os sexos no espaço do crack, criando uma forte desigualdade entre homens e mulheres, pois, mesmo vivendo uma vida semelhante aos homens que possuem o mesmo vício, a cultura machista parece transcender a lógica. A mulher é estigmatizada pelos próprios usuários, que muitas vezes a vê como uma transgressora que negligencia seu papel de mãe e cuidadora, sendo vista pelos companheiros como um ser inferior.

Outro problema bastante grave entre as usuárias de crack é a baixa percepção dos riscos de infecção pelo vírus HIV, pois ao utilizarem o sexo como mercadoria de troca pelo crack, "trabalham" em contextos violentos, o que dificulta a negociação pelo uso da camisinha. Além disso, realizam abortos sem assistência médica, gerando maior risco de infecção pelo vírus da Hepatite.

Desse modo, a imersão das mulheres na subcultura do crack contribui para sua vulnerabilidade em diversos aspectos, inclusive sua entrada num ambiente de violência e criminalidade, fomentado pela competitividade entre grupos, o que gera uma deterioração do espaço devido à falta de presença do estado como provedor de políticas sociais e de segurança. Com essa falta de assistência do governo, os grupos rivais acabam resolvendo suas disputas de mercado e defendendo os produtos por meio da violência e opressão dos mais fracos e, ainda, ganham *status* e poder em seu território de atuação.

Vale lembrar que a mulher tem a estrutura física mais vulnerável ao efeito do crack, principalmente durante a gestação, em função da mudança fisiológica, aumentando sua toxidade. Dessa forma, devido a sua estrutura molecular, o crack difunde pela placenta e chega ao feto causando taquicardia e hipertensão arterial, tanto na mãe quanto no feto. Além desse problema, muitos outros também podem afetar a saúde da mulher, como destaca Ribeiro (2010):

> Nas mulheres grávidas, a vasoconstricção placentária também ocorre, resultando na diminuição do fluxo sanguíneo para o feto. A diminuição do fluxo sanguíneo placentário e o aumento da concentração de norepinefrina

> estão associados ao aumento da contratilidade uterina em seres humanos. Dependendo do tempo e da duração da exposição, as implicações do uso do crack para a mãe e para o feto podem ser divididas em efeitos agudos e crônicos. Os efeitos agudos são: ruptura prematura das membranas, maior incidência da placenta prévia, parto prematuro, disritmia cardíaca, ruptura hepática, taquicardia fetal, hipertensão arterial, morte fetal intrauterina, infarto/isquemia cerebral e morte materna. O uso crônico do crack durante a gravidez pode afetar os sistemas 5-HT (serotoninérgico) e das catecolaminas (dopamina, adrenalina e noradrenalina), no desenvolvimento fetal.

Dessa forma, podemos perceber que o uso do crack durante a gravidez produz alterações bioquímicas na mãe e no feto. A mulher dependente química pode ter complicações graves e potencialmente fatais durante a gravidez, podendo também causar danos à difusão nos principais órgãos do corpo. Os mais comuns são AVC agudo, infarto do miocárdio, arritmias, edema e insuficiência renal.

Todavia, o crack atua no cérebro (feminino ou masculino) de forma parecida. Apesar dos indícios de que seja mais potente no organismo feminino e provoca mudança na estrutura desse órgão, tais alterações originam ou exacerbam comportamentos de natureza impulsiva que, anteriormente, pouco ou nada interferiam na vida do indivíduo e, a busca pelo prazer proporcionado pela droga passa a ser mais importante que as convenções sociais e culturais.

Assim, a segregação sócio-espacial do território do crack reúne variáveis objetivas e subjetivas que oprimem e marginalizam, enfim, desumanizam mulheres e homens. No entanto, o sexo feminino, devido à cultura social estabelecida apresenta-se mais frágil e importante diante do poder masculino, que as coloca, com raras exceções, em condição de inferioridade. Nesse sentido Stacciarini (2008) destaca: "Enfatizando que a ação política que incide sobre o território transporta as identidades culturais dos sujeitos e condicionam suas possibilidades de ação".

Diante do exposto, percebe-se que o crack não age apenas sobre os corpos, mas cria uma subcultura própria, que abre feridas no espírito, cria um código próprio de condutas morais, que degrada a personalidade humana, passando a ser coordenada pela imperiosa necessidade do prazer da "pedra". Nesse caminhar, os instintos primários são exacerbados num processo de desumanização que vai além das questões de gênero, pois o efeito farmacológico da droga cria uma avidez tão grande de buscar recursos que o usuário não se prende a convenções de qualquer instância.

Dessa forma, no território do crack, a precariedade da existência social influencia a percepção da realidade, em que o consumo imediato da substância sobrepõem aos valores sociais. Assim, o processo de socialização é frouxo, débil, frágil e fragmentado e a vida passa a ter como principal objetivo, consumir a droga. Nesse sentido, Esch & Stefano (2004), esclarecem.

> Cada indivíduo tem motivações pessoais para alcançar aquilo que possibilita sua sobrevivência e de sua espécie. Tal motivação é mediada por circuitos e neuronais – como o sistema de recompensa. Ao atingir seus objetivos, o indivíduo se sente bem (prazer, recompensa). Além disso, as estratégias e planejamentos que utilizou para alcança-los amadurecem e passam a fazer parte de seu patrimônio neurobiológico. O estímulo motivacional normal é perdido, uma vez que o mesmo resultado pode ser obtido pelo uso de substâncias psicoativas, capazes de agir sobre os circuitos neuronais de modo muito mais intenso. Esse novo circuito corrompe o anterior e vai ser consolidado operacionalmente no Sistema Nervoso Central (SNC) - quando mais perdurar menos reversível será.

Num contexto tão sombrio como o ambiente habitado pelos consumidores e comerciantes do crack, discutir relações de gênero faz sentido à medida que isto venha contribuir para construção de políticas públicas de atendimento ao usuário, pois a dependência química tem suas particularidades em homens e mulheres e, estas, por sua vez, sempre foram menos estudadas.

Pesquisas apontam que há diferenças na dependência entre os sexos e essas podem ser de ordem fisiológica, psicológica ou social. Assim, ao analisar o comportamento dos usuários e os valores a que estão direcionando sua conduta social, pode-se gerar subsídios para implementação de políticas públicas de saúde e assistência social peculiar para suas necessidades e demandas.

Portanto, ao propormos articular gênero, espaço e uso de crack, buscamos promover um diálogo que permita pensar e intervir no ambiente ocupado pelos usuários, considerando seus elementos estruturantes de relação de poder, o que ajudará a compreender a socialização de homens e mulheres. Neste espaço da sociedade que incita ou condena determinadas práticas relacionadas às drogas e seu contexto, além de expor homens e mulheres, principalmente, a determinadas situações de vulnerabilidade.

Enfim, diante da complexidade do tema não se pode focar o diálogo apenas nos aspectos fisiológicos da dependência química, o que poderia reforçar a ideia que toda a problemática existente no território do crack seja causada somente pelos efeitos

farmacológicos da droga, sem interações culturais, sociais e econômicas que permeiam toda sua construção. Portanto, é preciso analisar também os fatores externos e suas interações.

Considerações finais

Este trabalho tem suas origens a partir de uma reflexão que nos gerou indagações a respeito de articular gênero, espaço e crack de forma que isso possa contribuir para fomentar um diálogo que permita intervir no campo do uso de crack, considerando seus elementos estruturadores de relação de poder, como o gênero.

Num esforço para responder a uma pergunta de tal complexidade, percebe-se a necessidade de alargar a busca teórica num diálogo com várias áreas do conhecimento, através de um conjunto plural de fontes bibliográficas, que pudesse apontar caminhos para a resolução do problema. Em síntese, podemos considerar que:

a) O estudo de gênero em sua relação com o espaço e a droga crack permite analisar como são delimitados, espacialmente, os papéis masculino e feminino, sem deixar de destacar que as relações cotidianas não se distanciam das relações de poder, tornando-o lugar de reprodução dos aspectos objetivos e subjetivos, geralmente de dominação do homem sobre a mulher.
b) Observa-se ainda que as relações de hierarquia do mais forte sobre o mais vulnerável se intensificam em situação de exclusão social, pobreza e identidade feminina parece ter origem na resignação ou, talvez, ora na perda ora na quebra de símbolos antes estabelecidos.
c) Os comportamentos permitidos ou não por homens e mulheres dentro do espaço de consumo da droga são estabelecidos dentro de uma ótica masculina. A constante reprovação ao comportamento da mulher usuária, denominada de vulgar ou "vadia", exercem considerável pressão sobre a mesma, produzindo uma baixa estima superior à causada pela droga.
d) Mulheres que convivem nesse espaço e utilizam-se do sexo como meio para manter o vício, tornam-se extremamente vulneráveis à infecção e transmissão do vírus HIV, por viverem situações permeadas por construções sociais e culturais que não permitem o uso de preservativos;
e) Necessidade de investimento do governo na rede pública de saúde, a fim de atender os dependentes químicos (homens e mulheres), levando em consideração suas particularidades, com o objetivo de atingir a estabilidade física e mental e, ainda

trabalhar em sintonia com o setor de reinserção social, visando a construção de uma nova vida social e profissional.

Diante disso, defende-se a estruturação de uma política de atendimento aos usuários de crack, de forma integral, que atenda suas necessidades de ser humano e trate dos prejuízos causados pelo crack por questões de exclusão e pobreza, dando a eles o direito de serem cidadãos.

Referências

BOUR DIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BRASILIANO, S. Psicoterapia psicanalista de grupo para mulheres drogadictas: o que há de feminino? In: BAPTISTA, Marcos; CRUZ, Marcelo Santos; MATIAS, Regina (Org.) **Drogas e Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. Vl.1, p. 144-205.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país, 2005. Brasília, Senado, 2006. Disponível em: <Url:http//www.cebrid.EPM.br>. Acesso em: 01 set. 2013.

CISNE, Mirla. **Gênero e divisão sexual do trabalho e serviço social.** 1º ed. São Paulo: outras expressões, 2012.

Esch T, Stefano GB. **The neurobiology of pleasure, reward processes, addiction and their health implications.** Neuro Endocrinol Lett. 2004; 25(4):235–51.

LESCHER. Auro. Danny, da cracalândia a nação do Prozac, entrevista. Disponível em: www.antidrogas.com.br. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

MARTINEZ, A.S. et.al. **Mujeres, espacio y sociedade:** hacia uma geografia del gênero. Madrid: Editorial sintesis, Coleção Espacios y Sociedade, Série Maior,1995.

MONTES, L. M. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: S.C.H.; WARCZ, L.M.; QUEIROZ, R.S. (Org.) **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp. 1996. p. 46-75.

OLIVEIRA, J.F. **Mulheres (con)vivendo com as drogas**: vulnerabilidade e representações sobre a AIDS [Dissertação de Mestrado] Salvador (BA) Escola de Enfermagem/UFB, 2001.

RIBEIRO, M.L.; Laranjeira R.. **O tratamento do usuário de crack**: avaliação clínica, psiconacioal, neuropsicológicas, farmacoterapia e reabilitação. São Paulo, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre. **Educação e Realidade**, 1995, p. 5-22.

STACCIARINI, José Henrique. **Pluralidades, plubicização e multiplicação do fazer: a ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro**. 2002. Unesp (Tese de Doutorado).

UCHÔA, M. A. **Crack:** o caminho das pedras. São Paulo: Ática, 1996.

VELHO, G. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

A PROBLEMÁTICA DA VISITA ÍNTIMA NO CÁRCERE FEMININO

Mariana Costa Guimarães
Universidade Federal de Goiás

Luciana de Oliveira Dias
Universidade Federal de Goiás

Resumo: A visita conjugal estimula a manutenção dos laços afetivos e familiares que constituem fator fundamental na ressocialização da presa. Entretanto, é notável a diferença de critérios utilizados para a concessão do direito à visita íntima no cárcere masculino e no feminino, o que reafirma uma cultura discriminatória em relação às mulheres no momento em que se facilitam os encontros íntimos para homens presos e os dificultam para as mulheres. Objeto de uma infinidade de preconceitos fora dos muros da prisão, a mulher vai encontrá-los, novamente, exacerbados no dia-a-dia dos presídios. O presente trabalho tem por objetivo, a partir de uma revisão da literatura, verificar se o tratamento dispensado a presos e presas, no trato da questão sexual, é diferenciado. Utiliza-se como referencial teórico neste trabalho, entre outros: Gisela Sapha ASSUMPÇAO, Samantha BUGLIONE, Pedro Armando Egydio de CARVALHO, Olga ESPINOZA, Márcia de LIMA, Cézar Barros LEAL, Julita LEMGRUBER, Lívia Haygert PITHAN, Letícia Isnard Graell REIS, Marli de Araújo SANTOS e Joan SCOTT. A separação involuntária e forçada daqueles que representam a estabilidade emocional provoca não só uma repressão da atividade sexual, mas uma deformação da auto-imagem e abala sensivelmente a identidade do indivíduo submetido a essa supressão. Constatou-se, ao final do trabalho, que a manutenção dos laços familiares e afetivos e, inclusive, a satisfação impostergável dos desejos sexuais da presa, são fatores fundamentais na ressocialização e em uma reinserção menos traumática na comunidade. A concessão desburocratizada da visita íntima a mulheres, e o efetivo exercício de tal direito, a partir de alterações sensíveis na moral e na legislação pertinente, deve ser vista como garantia de isonomia e elemento humanizador dentro de um ambiente tão hostil.

Palavras-chave: Mulher. Visita íntima. Cárcere.

Com o advento da Lei de Execução Penal (LEP), em 1984, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal, o legislador brasileiro assegurou ao condenado e à condenada a titularidade daqueles direitos que não foram atingidos pela sentença condenatória, nem pela lei, garantindo a preservação da integridade física e moral como preceito constitucional inviolável.

A LEP estabelece, no *caput* do artigo 41, os direitos do preso. Entre eles encontra-se o direito à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados. O legislador, contudo, ao tratar do direito à visita, não fez distinção entre visita simples ou visita íntima, sendo esta última a visita privada em que relações sexuais são permitidas. Ora, se não há lei, tampouco sentença, que proíba a visita intima, é corolário de uma interpretação extensiva a conclusão de que se trata de direito do preso e da presa.

Sobre as origens da visita íntima no Brasil, Varella assim relata:

> São nebulosas as origens das visitas íntimas. Contam que começaram no início dos anos 80, insidiosamente, com alguns presos que improvisavam barracas nos pátios dos pavilhões nos dias de visita. Outros, mercenários, juntavam dois bancos compridos, cobriam-nos com cobertores e alugavam o espaço interno para a intimidade dos casais. Na época, as autoridades fizeram vista grossa, convencidas de que aqueles momentos de privacidade acalmavam a violência da semana. Quando surgiram as primeiras queixas de menores engravidadas nesses encontros furtivos, ficou evidente que a situação escaparia do controle. Incapazes de acabar com o privilégio adquirido, decidiram, então, oficializar as visitas íntimas: as maiores de idade podiam subir ao xadrez do companheiro, desde que previamente registradas com identificação e foto. Desta forma, no melhor estilo Pantaleón e suas visitadoras, personagens de Vargas Llosa, o sexo foi burocratizado na Casa de Detenção de São Paulo e o sistema espalhou-se pelo país. (1999, p. 60).

Entretanto, diante da omissão do legislador de 1984, a visita íntima, em muitos estabelecimentos prisionais, em especial nos femininos, passou a ser considerada uma mera regalia, e não um direito.

Por esse motivo, em março de 1999, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão máximo da execução penal, consciente do problema sexual nas prisões brasileiras e da ausência de legislação expressa, editou a Resolução n.º 01 daquele ano, que avançava ao recomendar aos Departamentos Penitenciários Estaduais e órgãos congêneres que fosse assegurado o direito à visita íntima aos presos, de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais.

De acordo com a Resolução, visita íntima é entendida como a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas, pelo menos uma vez por mês.

Passados mais de dez anos da edição da Resolução nº 01/1999, o CNPC, atendendo às recomendações do Plano de Política Criminal e Penitenciária, no sentido de se garantir visita íntima à população carcerária LGBT, editou, em 29 de junho de 2013, a Resolução nº 04, que revogou expressamente a anterior.

A partir desse normativo, compreende-se por visita íntima a recepção pela pessoa presa, nacional ou estrangeira, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro ou parceira, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas às relações hetero e homoafetivas. O artigo

2º da Resolução citada estabelece que o direito em questão deve ser assegurado às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva.

Ocorre que, por se tratar de recomendação, a sensibilidade dos membros do Conselho esbarra na burocracia, nas limitações físicas das cadeias e penitenciárias, na falta de interesse da direção dos estabelecimentos prisionais e, principalmente, na visão retrógrada da comunidade que, sob alegações morais e culturais, consideram a concessão do direito à visita privada às presas uma regalia.

Se o exercício da sexualidade é assegurado em quase todos os presídios masculinos do país, principalmente para diminuir a agressividade e a tensão dos encarcerados, quando se trata da mulher presa a administração dos presídios e a sociedade não são tão maternais. Objeto de uma infinidade de preconceitos fora dos muros da prisão, a mulher vai encontrá-los, novamente, exacerbados no dia-a-dia dos presídios.

A Constituição Federal de 1988 instituiu, em seu artigo 1º, o Estado Democrático de Direito, que tem na dignidade da pessoa humana um de seus princípios fundamentais. Outrossim, na Constituição Cidadã, afirma-se que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Tal proclamação de igualdade é reiterada, tendo como objeto o gênero, no inciso I, do artigo 5º ("homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações").

No mesmo sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) prevê regras mínimas que devem ser observadas no tratamento de reclusos. Entre elas, a de que não haverá discriminação alguma com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, meios de fortuna, nascimento ou outra condição.

Contudo, nas palavras de Julita Lemgruber (1999, p. 99) "em decorrência de uma ideologia patriarcal que ao homem tudo permite e à mulher tudo proíbe, observa-se um duplo padrão de moralidade que se sobressai no terreno da vida sexual de homens e mulheres". Assim, na prática, diferentes regras são observadas na concessão da visita privada no cárcere masculino e feminino, o que reafirma uma cultura discriminatória na medida em que se facilitam os encontros íntimos para eles e os dificultam para elas. Desta forma, a construção cultural da virilidade masculina, em detrimento da castidade feminina, é reproduzida também dentro do cárcere.

Não se ignora que os estabelecimentos prisionais masculinos, assim como os femininos, estão superlotados, possuindo instalações precárias, condições de alimentação e higiene indignas e limitado acesso à saúde. Contudo, as condições das mulheres no cárcere são ainda piores. Lemgruber (Ibid., p. 83) afirma que "ser mulher presa implica uma série de

dificuldades adicionais nem sempre detectadas em prisões masculinas com a mesma intensidade".

Para Garcia (GARCIA, 1998 *apud* CASTILHO, 2007), a prisão para a mulher é um espaço discriminador e opressivo, que se revela na manifesta desigualdade de tratamento que recebe, no sentido diferente que a prisão tem para ela, nas consequências para sua família e na forma como a sociedade reage ao desvio feminino. Além do estigma normalmente atribuído àquele que delinque, a mulher desviante, em uma cultura patriarcal, carrega o rótulo de inconsequente e irresponsável, por não pensar nos filhos e na família. Desta forma, mesmo delinquindo em menor número, a mulher tem sua punição majorada.

Assim, o direito penal se torna um sistema que produz diferenças, não concretizando a igualdade para aqueles definidos como diferentes pela sociedade. No ponto, Samantha Buglione (2000, p. 1) assevera que, como o direito adota um parâmetro de ser humano que é masculino, "as normais penais e a sua execução, bem como as demais formas de controle, foram estruturadas a partir de uma perspectiva masculina, que desconsidera as especificidades femininas". A mulher é vista na expressão da sexualidade apenas como um objeto de satisfação masculina, sem direito ao livre exercício da liberdade sexual (Ibid., 2000).

Nesse contexto, as próprias mulheres parecem ser mais submissas aos regulamentos das prisões, deixando de reivindicar o livre exercício de sua sexualidade[1]. Em verdade, essas mulheres encarceradas sequer se consideram titulares de direitos sexuais. Para Bourdieu (2002, p. 45), "as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamentos que são produto da incorporação dessas relações de poder". Assim, as mulheres absorveriam passivamente a condição de dominadas, transformando-se em agentes da dominação masculina (BORDIEU, 2002).

Em sua obra *Falência da Pena de Prisão*, Bitencourt (2001) pondera que o problema sexual no cárcere desenvolve-se em meio a uma moral sexual, que é compartilhada pela maior parte da sociedade. Nessa perspectiva, constatar, em meio à lenta evolução da moral sexual, que a satisfação dos instintos sexuais e/ou a manutenção dos laços afetivos através do sexo é necessidade (direito) da mulher presa está muito longe de ser realidade.

O preconceito inerente a uma sociedade machista continua impedindo que a atividade sexual feminina ultrapasse a esfera da procriação. Segundo Olga Espinoza (2004, p. 183), "no cárcere, reinstala-se na mulher os sentimentos de inadequação, constrangimento e pudor".

1 Na Conferencia Mundial sobre a Mulher, de 1995 em Pequim, definiu-se o livre exercício da sexualidade como um dos direitos humanos da mulher.

Ocorre que a atividade sexual é elementar e instintiva, sendo impossível o seu controle absoluto por meio da reclusão. Para Bitencourt (2001, p. 204), a repressão do instinto sexual provoca, entre outros, problemas físicos e psíquicos, a deformação da auto-imagem, graves desajustes que impedem o retorno a uma vida sexual saudável, o desfazimento das relações conjugais pré-existentes, a masturbação crônica e a homossexualidade circunstancial.

De fato, não é concebível que a visita daquele com quem se compartilha a intimidade, se restrinja "à liturgia própria do encontro com um parente ou amigo, quando os afetos de corpo e alma nunca atingem a natureza e o grau de segredo e mistério que enlaçam cônjuges ou companheiros" (CARVALHO, 1996, p. 3).

A separação involuntária e forçada daqueles que representam a estabilidade emocional provoca não só uma repressão da atividade sexual, mas favorece a dissolução dos vínculos existentes. O abandono, em parte provocado por essa abstinência forçada, diminui as chances de uma reinserção social exitosa, comprovando que a manutenção dos laços familiares, inclusive através do sexo, é elemento essencial na reabilitação e ressocialização. No ponto, não é incomum que com o abandono de seus parceiros, a mulher encarcerada estabeleça relações homoafetivas circunstanciais (BITENCOURT, 2001).

No campo do direito à convivência familiar, aponta Lemgruber (1999, p. 83) que, para a mulher, "o rompimento do contato contínuo com seus familiares e, sobretudo, seus filhos, afigura-se-lhe extremamente difícil de suportar". As condenações longas provocam, em geral, o rompimento da união conjugal e, no caso de mulheres chefes de família, os efeitos para os filhos e para ela própria são devastadores (CASTILHO, 2007).

Diferentemente da realidade masculina, nos estabelecimentos prisionais femininos em que se concede o direito à visita íntima, esta é restrita aos cônjuges e companheiros, exigindo-se, muitas vezes, que a presa comprove a existência de uma vida conjugal para fazer jus à intimidade.

Em pesquisa realizada nos presídios masculinos e femininos de Porto Alegre, Buglione (2000, p. 8) observou grande discrepância na concessão da visita privada a presos e presas. Enquanto no cárcere masculino uma declaração escrita da companheira é suficiente para assegurar visitas conjugais até oito vezes ao mês, para que a mulher encarcerada tenha o mesmo direito, seu companheiro deverá comparecer às visitas familiares semanais, nas quais não há possibilidade de relação sexual, por quatro meses seguidos e ininterruptos (dependendo da concordância posterior do diretor da penitenciária).

Desta forma, a mulher presa é desestimulada em sua sexualidade em razão da burocracia no acesso à visita íntima. Márcia Lima (2006) assevera que as mulheres encarceradas são submetidas a uma norma que vincula sua sexualidade ao casamento ou a laços comprovados de conjugalidade, privando tantas outras que, embora possuam companheiros ou namorados, não têm o direito assegurado. Assim, as mulheres tornam-se não só diferentes dos homens, mas desiguais em relação a eles e a outras mulheres justamente em razão do valor que se atribui ao casamento e aos laços de conjugalidade (LIMA, 2006).

Se o contato íntimo da mulher encarcerada com seu parceiro não é a regra nos estabelecimentos prisionais brasileiros, maiores dificuldades enfrentará a presa que pretender manter relações sexuais com outras mulheres. Em razão do gênero e da orientação sexual, aquelas que mantém companheiras extramuros são forçadas à abstinência. Nesta perspectiva, a atividade sexual é tolerada entre duas mulheres que compartilham o cárcere, mas quando uma delas ganha a liberdade, aquelas parceiras do confinamento não mais conseguirão manter contato íntimo enquanto uma delas permanecer presa.

Como se percebe, a moral sexual vigente define o tratamento a ser conferido à mulher encarcerada. Permitir que a presa mantenha relações sexuais com seu companheiro(a) significaria conceder liberdade feminina numa sociedade ainda machista.

Assim, a regra geral (prevista na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal) de que a presa conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade tem sido insuficiente para assegurar o respeito a esses direitos.

Com efeito, é imperial que a política pública para a mulher encarcerada vá além do conjunto de normas complementares do CNPCP. Em verdade, se faz necessária uma revisão da LEP de modo que nela se preveja, expressamente, que a mulher encarcerada tem o direito de receber, caso queira, visita íntima do(a) companheiro(a), na frequência da visita regular, em local adequado para garantir privacidade, bastando uma mera declaração da presa com o nome daquele(a) que a visitará. Do contrário, os critérios e procedimentos para a concessão de tal direito no cárcere feminino continuarão sendo fixados arbitrariamente pela administração penitenciária.

Não se desconhece a existência de um Anteprojeto de Reforma da Lei de Execução Penal (Projeto de lei n.º 5.075 de 2001), elaborado com o intuito de suprir a falta de legislação específica que assegure o exercício dos direitos sexuais inclusive no cárcere feminino. A alteração proposta refere-se ao acréscimo da expressão "visita íntima" ao atual

inciso X do artigo 41 da LEP. Assim, o novo inciso XII estabeleceria ser direito do preso a visita íntima e periódica com o cônjuge ou companheiro, na forma disciplinada pela administração do estabelecimento.

Dessa forma, não se trataria apenas de recomendação do CNPCP a ser observada pelos diretores dos estabelecimentos prisionais. A direção, independente da sua posição pessoal, estaria forçada a tratar a visita íntima não como uma regalia ou prêmio, mas como um direito a ser garantido à mulher presa.

Observa-se, contudo, que a expressão "na forma disciplinada pela administração do estabelecimento", contida na proposta, favorece a fixação de regras que, em última instância, acabam por atender à moral do dominante (opressor). Ademais, o citado Anteprojeto de Reforma da LEP, que é de 2001, não contempla as relações homoafetivas, representando um retrocesso frente à Resolução nº 04/2011 do CNPCP.

Neste panorama, conclui-se que a ausência de legislação específica favorece a violação dos direitos sexuais da mulher, em uma perspectiva individual, já que não garante o livre exercício da sexualidade, com privacidade, intimidade e autonomia e sem discriminação, coerção ou violência. Outrossim, em uma perspectiva coletiva, constata-se que, em razão da adoção de um paradigma carcerário masculino, inexistem políticas públicas pensadas a partir da realidade prisional feminina, permitindo que direitos fundamentais sejam constantemente violados.

Por tudo isso, deve-se reconhecer que a manutenção dos laços familiares e afetivos e, inclusive, a possibilidade de satisfação de seus desejos sexuais, são fatores fundamentais na ressocialização e em uma reinserção menos traumática da mulher encarcerada na comunidade. A concessão desburocratizada da visita íntima à mulher presa, e o efetivo exercício de tal direito, deve ser vista como garantia de isonomia e elemento humanizador dentro de um ambiente tão hostil.

Referências

ANTONY, Carmen. Mujeres invisibles: las cárceres femeninas en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 208, mar/abr. 2007. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3418_1.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

ASSUMPÇAO, Gisela Sapha. A mulher presa e a mulher do preso: separadas apenas pelas grades. **R. Cons. Nac. Pol. Crim**. e Penit. nº 9, v. 1, p. 53.

BARBOSA, Licínio Leal. **Direito Penal e Direito de Execução Penal**. Brasília: Zamenhof Editores, 1993.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília: Ministério da Justiça,1996.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira,** apresentado na Conferência Mundial sobre a Mulher. Beijing, 1995.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/946>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CARVALHO, Pedro Armando Egydio de. **Visita íntima**: direito ou regalia? In: Boletim IBCCRIM, n.º 43, p. 3, jul. 1996.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Execução da pena privativa de liberdade para mulheres: a urgência de regime especial. **Justitia**, São Paulo, n. 64, p. 37-45, jul./dez. 2007. Disponível: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/25947/execucao_pena_privativa_liberdade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 out. 2013.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FACCHINI, Maria Iraneide Olinda Santoro. Visita íntima: direito do preso? In: **Boletim IBCCRIM**, n.º 83, p. 8-9.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional.** Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-24032008-085201/pt-br.php>. Acesso em 07 mai. 2013.

LEAL, Cézar Barros. Visita íntima: um direito do preso. R**. Cons. Nac. Pol. Crim. e Penit**. nº 12, v. 1, p.35.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão para mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MIOTTO, Armida Bergamini. **A violência nas prisões**. 2. ed. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico/UFG, 1992.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal:** comentários à Lei nº 7.210, *de 11-7-84*. 9. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2000.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

PITHAN, Lívia Haygert. Análise comparativa das visitas íntimas de penitenciárias femininas e masculinas do RS: um retrato da discriminação às mulheres. **R. Cons. Nac. Pol. Crim. e Penit.** nº 12, v. 1, p.99.

REIS, Leticia Isnard Graell. **Teatro do absurdo**: a mulher presa e a mulher do preso. In: R. Cons. Nac. Pol. Crim. e Penit. nº 10, v. 1, p.93.

SANTOS, Marli de Araújo et al. **A visita íntima no contexto dos direitos humanos**: a concepção das reeducandas do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia. Disponível em:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Marli_Araujo_51.pdf>. Acesso em 07 mai. 2013.

TEIXEIRA, Alessandra; SINHORETTO, Jacqueline. A visita íntima às presas: uma primeira vitória? **Boletim IBCCRIM** n.º 60, p.5.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VERUCCI, Florisa. **A mulher e o Direito.** São Paulo: Nobel, 1987.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E RELAÇÕES DE PODER NA SAÚDE

Mariana da Costa Amorim
Universidade Federal de Goiás

Vanessa Helena Santana Dalla Déa
Universidade Federal de Goiás

Cerise de Castro Campos
Universidade Federal de Goiás

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca identificar uma relação entre a Violência Obstétrica e as relações de poder no cenário de saúde. Violência obstétrica se caracteriza por tratamentos prestados à mulher grávida, parturiente, puérpera, ou ao seu bebê, realizado sem consentimento ou que desconsidere sua autonomia, integridade física e mental, sentimentos e preferências. Ao longo da história da medicina, as mulheres tem sido submetidas a um modelo biomédico de dominação e controle de seus corpos e sexualidade. Neste contexto, a vítima pode não identificar a violência obstétrica como um ato decepador de direitos, uma vez que a medicina se popularizou como uma profissão onde culturalmente o controle sobre o paciente é normal e aceitável, especialmente sobre as mulheres. Através da revisão de literatura, verifica-se que a mulher vítima de violência nas maternidades tem sido tratada como objeto, têm seus anseios e sofrimentos ignorados, se veem sozinhas, vulneráveis, despidas de direitos, recebendo atendimento adaptado a um modelo de parto padrão, que desconsidera a subjetividade. Assim, conclui-se que o ambiente hospitalar retrata as desigualdades nas relações de poder presentes no cenário social e que as mulheres tem encontrado formas de empoderamento do próprio corpo e ato de parir, buscando impedir através de várias ações, a reprodução deste sistema de dominação e violência.

Palavras-chaves: Parto. Dominação. Medicina.

Introdução

A dominação e controle masculino sobre o feminino, sobre seus corpos e sua sexualidade é uma construção cultural milenar, da qual as mulheres lutam para se libertar ainda nos dias atuais. O discurso médico sempre foi reforçado por essa construção (DEL PRIORE, 1993) e havia pouco se interesse pelo corpo feminino e adoecimento das mulheres como campo de pesquisa. Com o surgimento da medicina obstétrica , o ato de parir, antes um evento natural e de propriedade da mulher, se transformou em um evento institucionalizado (WOLFF & WALDOW, 2008), cercado de intervenções, apoiado no saber médico como principal condutor deste processo e conhecedor do corpo feminino.

Por estar inserida em uma sociedade marcada pela dominação masculina, o atendimento à mulher frequentemente mostra-se diferenciado. O profissional de saúde frequentemente assume a postura de detentor de todo o saber sobre o corpo e intervenções a serem realizadas e desqualifica a mulher enquanto conhecedora do seu corpo, da sua saúde e como portadora de direitos.

Acostumados a agir à sua maneira, grandes partes dos profissionais de saúde consideram que suas práticas sejam a única forma de trabalho. Assim sendo, não percebem quando os pacientes pensam diferente (DINIZ, 2002). Segundo dados da Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres brasileiras sofre algum tipo de violência no parto (VENTURI & BOKANY, 2010). Apesar do crescente acesso a informação por parte da população, muitos médicos ainda são relutantes em discutir procedimentos médicos com seus pacientes. Isso possivelmente favorece a ocorrência de violência no parto.

À mulher em trabalho de parto é constantemente coagida a "colaborar" com o modelo padrão de parto imposto e esperado pela medicina, a desconsiderar seus sentimentos e subjetividade (GRIBOSKI & GUILHEM, 2004). Esta dominação médica e empoderamento do parto como prática e saber exclusivo da medicina, tem sido objeto de estudo (DINIZ, 2005) em busca de humanização dos nascimentos, de formas de tratamento médico-paciente pautadas na igualdade, voltadas para a atenção ao outro e respeito nos serviços de saúde em geral.

Os estudos sobre violência obstétrica confirmam o cenário de dominação presente na saúde (GRIBOSKI & GUILHEM, 2004) contribuem para desenvolver medidas mais eficazes de adesão às políticas públicas de saúde voltadas humanização e atenção à mulher e tem mostrado que cada vez mais mulheres tem conseguido impedir a violência e dominação institucional, através de informação sobre parto, sobre direitos, mobilização em marchas nacionais, elaboração de documentos e planos de parto protocolados em cartório e associação online para apoio e troca de informações.

Método

Este estudo, que inicia-se com uma análise das principais literaturas relacionadas ao tema, faz parte de um recorte da pesquisa sobre violência obstétrica, em andamento no Mestrado Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. A coleta de dados será realizada em um hospital-escola, através de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com puérperas. Buscar-se-á compreender como e porquê a violência obstétrica acontece, bem como identificar a percepção das mulheres e profissionais de saúde sobre este fato.

Violência obstétrica e relações de poder na saúde

Ao longo da história da medicina, as mulheres tem sido submetidas à dominação e controle de seus corpos e sexualidade. A cultura das diferenças de gênero sempre esteve presente em nossa sociedade e a revisão histórica de Del Priore (1993) mostra o processo de adestramento da mulher no Brasil Colônia, onde o discurso médico da época era reforçado pelas ideias da igreja e ambos preconizavam que a função natural da mulher era a procriação. Se por um lado, a igreja pregava a visão da maternidade como a absolvição dos pecados das mulheres e o preço necessário da segurança do casamento, onde o parto sem dor era cultuado como um parto sem e por outro lado, a medicina pregava que o útero era o órgão regulador da saúde física e mental da mulher, assim, a gravidez era vista como remédio para todos os males femininos.

Neste contexto patriarcal, cabe frisar que as doenças femininas pouco interessavam aos médicos, profissão, até então, masculina. A atenção ao parto era um ritual feminino assistido pela parteira (ACKER et al., 2006). Rezende (1998) aponta que a presença masculina nos nascimentos era causa de temor nos presentes, visto que só era solicitada em casos de complicações e riscos à saúde da mulher ou do bebê.

Com o início do processo de industrialização, a ideia de parto como evento fisiológico feminino foi perdendo força e a visão de gravidez e nascimento como patologia contribuiu para a institucionalização do parto. A medicina obstétrica passou a lutar pela exclusividade sobre o parto a partir de 1840, o nascimento, na visão inicial da medicina partia do olhar biológico, anatômico e patológico (BRENNES, 1991).

Historicamente, as mulheres sempre tiveram seus partos rodeadas de mulheres experientes. Após o ingresso dos médicos neste campo, as mulheres foram privadas de acompanhantes, os partos começaram a ser tratados como enfermidades e as mulheres foram deitadas afim de proporcionar à equipe de saúde mais comodidade na investigação (GUTMAN, 2010).

Beauvoir (1949) cita que essa passividade que muitas vezes caracteriza a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve desde a infância, resultado de uma imposição social. Percebe-se que após a institucionalização do parto, as mulheres deixaram de ser sujeitos da ação e começaram a ser tratadas como objetos. A partir deste momento, as dores, antes conhecidas como dores fisiológicas naturais, tornaram-se dores emocionais, agressões e ausência de direitos.

Wertz (1993, citado por DINIZ, 2005) informa que durante várias décadas do século 20 as mulheres passaram por seus partos totalmente sedadas e inconscientes. O chamado

"sono crepuscular" era resultado da mistura de morfina e anestésico alucinógeno e tendo em vista que tal composição provocava intensa agitação, as parturientes eram amarradas na cama. O modelo de parto cesariana atual ainda considera que as mulheres devem estar com os braços amarrados:

> Amarrar os braços das mulheres durante a cirurgia constitui um dos protocolos hospitalares que foi compreendido por várias mulheres como violência obstétrica. Ele é realizado sob a justificativa de evitar que a mulher contamine o campo cirúrgico, porém tal medida não se justifica, muito menos ao final da cesárea, quando as mulheres poderiam ter os braços desamarrados e o contato facilitado, sem prejuízo para a segurança de ambos (SALGADO, NILY E DINIZ, 2013. p.7).

A violência obstétrica parece estar relacionada com o hábito cultural de legislar sobre o corpo feminino, determinando como a mulher deve se comportar, se vestir, falar, trabalhar, o que ela deve fazer e como deve parir (SENA, 2013). Este hábito cultural também está fortemente impregnado na medicina, onde as mulheres tem sido submetidas aos usos e abusos desta profissão e a determinações de como agir e parir, conforme relato de um obstetra participante da pesquisa de Aguiar (2010):

> Eu sempre falo assim: é só você ver a postura da paciente (...) na cama do parto. Se a paciente está completamente descoberta, com o lençol na cara, você percebe que ela não tá focada no parto dela, ela tá com alguma coisa. Agora, se você percebe uma paciente já bem, com uma postura boa, ela tá focada, ela tá entendendo. Eu sempre falo: olha pra você. Vê como você tá. Tá completamente pelada, perna aberta, berrando. Não tem muito sentido. (AGUIAR, 2010. p.115).

Lovell (1981), afirma que as mulheres são consideradas como esposas, enfermeiras e pacientes silenciosas, porém perfeitas parceiras dos médicos. A análise do discurso médico, realizada por Aguiar (2010) confirma a expectativa de passividade da mulher no contexto hospitalar:

> (...) boazinha é quando a paciente colabora, faz força, quando ela é... tudo que a gente pede ela faz sabe (...) (AGUIAR, 2010. p.111)
> (A paciente escandalosa) é aquela paciente que não deixa... (...) que não ouve a opinião do médico, que exige uma coisa que, na verdade, ela desconhece (...) e ela começa a se rebeldiar (...) (AGUIAR, 2010. p.114).

A pesquisa de Pereira (2000, pág 393) identifica relações de poder, violência e dominação simbólicas no atendimento prestado a mulheres grávidas ou parturientes e buscou compreender:

> Por quê, como diz a paciente Regina, é tão difícil saber qualquer coisa dos médicos, por que eles chegam e nem falam o nome e já vão levantando a roupa, mexendo com a gente? [...] é assim que é, não adianta reclamar[...].

Por estar inserida em uma sociedade marcada pela dominação masculina, o atendimento à mulher frequentemente mostra-se diferenciado. Nas relações entre pessoas iguais, ou que se reconhecem como tal, há a exigência social de que ambos se apresentem, digam seus nomes e que o médico informe os procedimentos que serão realizados e aguarde consentimento. Essa relação não é frequente quando se trata da mulher paciente. O profissional frequentemente assume a postura de detentor de todo o saber sobre o corpo e intervenções a serem realizadas, não possibilita questionamentos sobre sua prática e desqualifica a mulher enquanto conhecedora do seu corpo, da sua saúde e como portadora de direitos (PEREIRA, 2000). Isso provavelmente contribui para a crescente utilização de métodos invasivos e não consentidos. Conforme a pesquisa de Franzon e Sena (2012), 25% das mulheres participantes relataram ter sofrido episiotomia sem consentimento.

Na pesquisa realizada por Aguiar (2010), as parturientes definiram como "maus tratos" situações onde não houve manejo da dor, ou ocorrências de negligência, falta de assistência, abandono, falta de escuta, dificuldades de comunicação e tratamento grosseiro e discriminatório. A pesquisa considerou também que a maioria das parturientes não questionou os profissionais de saúde acerca das intervenções realizadas, por entenderem que isso poderia ser percebido por estes profissionais como um questionamento de sua autoridade.

> Queria saber quantos pontos foram e, assim, ele não falou. Até que eu até perguntei. Disfarçou e não falou, eu não sei por qual motivo (...). (AGUIAR, 2010. p.86)

Ainda sobre a desqualificação da mulher neste contexto, a renúncia da autonomia é imposta às mulheres quando desde a tenra idade estas são ensinadas a agradar, fazer-se objeto e não perceber-se como sujeitos (BEAUVOIR, 1949). Como se apoderar do próprio corpo e do momento do parto, quando não se conhece recursos para afirmar-se perante o outro dominante?

> ...Não precisaria ter sido dessa forma, eu poderia ter sido mais ativa, poderia ter me informado do que estava acontecendo, eu poderia ter andado, poderia ter feito o meu trabalho de parto... O que não aconteceu. Eu me submeti ao que eles exigiram... (ZORZAN, SENA, ARRUDA E BRUM, 2012. min 17'58).

As pesquisas sobre violência obstétrica tem contribuído para proporcionar às

mulheres repertórios de comportamentos de afirmação e formas de impedir da violência: através do plano de parto, plano de parto protocolado e notificação extra-judicial. Certamente é lamentável que seja necessário um documento produzido de forma independente e registrado em cartório para que as mulheres sejam respeitadas no momento do parto, uma vez que não ocorre uma auto-percepção da equipe de saúde em relação ao seu preconceito e necessidade de mudança e sim uma inibição da ação violenta imposta pela ameaça. Entretanto, não há dúvidas que estas ações tem se mostrado eficazes na diminuição dos episódios de violência, talvez até mais eficazes do que as políticas de humanização do SUS (BRASIL, 2004) e de Assistência Humanizada à mulher (BRASIL, 2001).

Em relação à necessidade de mudança de pensamento e postura da equipe de saúde, Gutman (2010, p.19) afirma que a melhor forma de olhar a paciente, seria "Como vai você? Precisa de alguma coisa? O que posso lhe oferecer? Está com medo? Sentindo dor? Quer a companhia de alguém? Está confortável? Quer me contar algo que eu não saiba? Quem está cuidando de seus outros filhos? Quer mandar algum recado? Sem dúvida espera-se que no momento do parto já exista vínculo estabelecido, não apenas com o objetivo de monitorar a gravidez. Mas no sentido de um acompanhamento humano que fortaleça a mulher. Caso contrário, qualquer situação de dor ou de medo se transforma em sofrimento e desamparo.

Gutman (2010 p. 18) acrescenta ainda, que as salas de parto talvez sejam o local mais sutil em toda a sociedade para se permitir exercer o controle, maus tratos e ódio sobre o feminino. Na pesquisa de Pereira (2000), os resultados mostram que as mulheres entrevistadas percebem a sala de pré-parto como local de abandono e solidão, por vezes cenário de violência institucional.

O obstetra Jorge Kuhn relata que quando tentou implantar o parto humanizado em grandes hospitais Brasileiros, obteve dos gestores hospitalares respostas do tipo "por mim você pode cortar a mulher em quatro desde que me entregue um bebê bom". (DIP, 2013). Ainda atualmente, o atendimento aos partos parece ter apenas o objetivo de extrair um bebê saudável ou vivo e os meios para se alcançar este objetivo parecem não ter muita importância.

> ... Aí depois você entende... Eu entendo porque tanta gente tem pavor de parto normal e porque tem tanta cesárea no brasil... Deve ser por causa disso: Se alguém ficar sabendo exatamente o que acontece dentro dos hospitais no parto normal, vai querer cesárea mesmo (...) porque é um horror o que você passa dentro do hospital (...). (ZORZAN, SENA, ARRUDA E BRUM, 2012. min 20'50").

À mulher em trabalho de parto não é permitido chorar, gemer, pedir informações, caminhar para aliviar a dor, escolher a posição que lhe seja mais confortável, escolher se concorda ou não com métodos invasivos e desnecessários como raspagem de pelos pubianos (cujo atrito da pele com a lâmina pode favorecer infecções), lavagem intestinal (que resulta em uma incontinência discreta, mas constante de matéria fecal líquida, que expõe e constrange a mulher), monitoração fetal contínua (que impede a livre movimentação da parturiente), obrigatoriedade de jejum, aplicação de ocitocina sintética (hormônio para acelerar o parto, que torna as contrações mais dolorosas para a mãe e frequentemente leva o bebê a sofrimento fetal), puxos precoces ou dirigidos (instigar a mulher a fazer força antes da hora), episiotomia (corte no períneo), manobra de Kristeller (empurrar a barriga), rompimento artificial da bolsa amniótica, entre outros (TORNQUIST, 2002; GUTMAN, 2010).

Além destes fatores, quando é realizado uma cesariana, a mulher é condenada a outras cesarianas nos próximos partos, uma vez que muitos médicos desacreditam a escolha da gestante por outro tipo de parto, quando seu histórico mostra já ter sido dominada ou apaziguada no contexto obstétrico. O chamado VBAC, parto vaginal após cesárea, é pouco considerado no meio médico conservador, sendo realizado principalmente por obstetras adeptos da humanização, que visualizam a necessidade da devolução do controle do parto para a mulher. Haddad (2011) evidencia que o sucesso do parto vaginal após cesárea tem se classificado entre 60 a 80%.

Não se discute aqui a aplicação do parto normal como uma regra ou padrão para todas as mulheres, tampouco condena-se a cirurgia cesariana. Tal cirurgia é reconhecida como salvadora da vida de muitas mulheres e bebês, uma descoberta científica sem dúvida importante para a saúde feminina e neonatal. Discute-se aqui o controle e dominação sobre as decisões da mulher em relação a um evento fisiológico e emocional que lhe pertence.

> ...Chegando no bloco cirúrgico eu implorei pro anestesista, eu disse 'eu não quero anestesia, está tudo bem comigo, eu só quero atendimento (...) (e o anestesista respondeu) ' não,
> vai ficar tudo bem, anestesia é pro seu bem, você vai ver, essa dor vai parar' e eu disse 'eu não quero! O que está acontecendo?' e aplicaram a anestesia. (ZORZAN, SENA, ARRUDA E BRUM, 2012. min 11'57).

Em 2011 cerca de 92,4% dos partos realizados pelo maior plano de saúde em Goiânia/GO aconteceram através da cesariana (WILLIK, 2013). E nota-se que grande parte das mulheres em fase inicial da gravidez, preferem o parto normal (FAÚNDES et al, 2004),

entretanto mudam de opinião ao longo da gravidez devido à comentários médicos que amedrontam e desconstroem a decisão da mulher. Cabe considerar que a dominação do corpo da mulher e do processo decisório sobre o parto, ocorre inicialmente nas consultas pré-natais.

> Eu estava fazendo pré-natal no posto, né? (...) só que eu deixei de ir lá porque eu pergunto as coisas pra médica, assim, ela finge que não escuta; tem que ter uma pessoa pra estar explicando pra você (...) eu estou lendo ali mas eu não estou entendendo nada do que está acontecendo. (HOTIMSKY, 2002. p. 1306)

A mulher chega ao momento do parto insegura, amedrontada, frágil e vulnerável. Durante o parto, ouve da equipe de saúde comentários do tipo "se você não dilatar em uma hora, vamos para a sala de cirurgia", "porque está chorando? Na hora de fazer o bebê você não chorou", "Se você gritar eu vou embora e não vou fazer o seu parto", "Não chora não porque logo você vai esquecer esta dor e no ano que vem vai estar aqui de novo" (FRANZON & SENA, 2012) e com isso é constantemente coagida a "colaborar" com o modelo padrão de parto imposto e esperado pela medicina, que desconsidera seus sentimentos e subjetividade.

Várias pesquisas relatam as formas de violência, dominação, machismo e humilhação vivenciadas pelas mulheres em trabalho de parto, alguns exemplos são mostrados nas falas das parturientes:

> Cada vez que eu gritava por causa da dor de uma contração, a enfermeira ria e me dizia: "Quando você fez, gostou muito". Eu não podia acreditar que naquele momento alguém estivesse me dizendo uma coisa daquelas." (GUTMAN, 2010. p.18)
> "No ano que vem você não se preocupa não, porque vai estar aqui de novo. Só que eu não respondi nada, eu fiquei quieta. (...) Ah, achei isso ruim, né? (...)"(AGUIAR, 2010. p.97)
> "(...) Aí eles falaram que ia pôr remédio para dar dor e doeu muito, a noite todinha e no outro dia também, toda hora fazia toque e era muito dolorido, eu sei que tinha hora que eu nem deixava dar o toque, não queria, e o médico fazia assim mesmo (...) e o médico veio romper a bolsa com um aparelhinho e enfiou lá dentro e rebentou a bolsa ali na cama mesmo, no meio de todo mundo (...)." (PEREIRA, 2000. p.396)
> "(...) mas é assim que é, né? (...) A gente tem que se conformar, porque a gente precisa, e as pessoas daqui são aquelas que ajudam a gente que não pode, então tem que esquecer alguma coisinha que acontece, é assim que é (...)" (PEREIRA, 2000. p.396)
> "No hospital fui desrespeitada, (...) fizeram mais de 10 exames de toques em 4h, riram de mim, duvidaram da minha dor, caçoavam da minha escolha da casa de parto, tentaram proibir a companhia do meu esposo, limitaram meus movimentos, me xingaram por ter molhado o cabelo, duvidaram da minha contração, não acreditaram nas minhas palavras (SALGADO, NILY e DINIZ, 2013. p. 6).

Alguns autores (WOLFF & WALDO, 2008) acreditam que após o parto, tudo é

alegria com a chegada do bebê e os maus tratos são, de certa forma, esquecidos. Como se a mulher-mãe se despersonalizasse de sentimentos próprios e auto percepções após o parto. A dor dela deve ser a partir de agora a do bebê e a vida dela agora é a vida do bebe. O bebê está bem? Saudável? Então aquela que sofre é uma ingrata. Ingrata com a vida, com a natureza, com a divindade que lhe deu um bebe saudável, ou um bebê vivo, e em troca recebe reclames, tristezas e traumas em relação ao parto.

À mulher que foi vítima de um parto violento, porém seu bebê nasceu saudável, não é permitido sofrer. Socialmente este sentimento é condenado, punido. E a própria mulher envergonha-se de tal sentimento.

> Minhas mãos estavam amarradas por isso quando ela nasceu apenas vi rapidamente (...). Não me sentia mãe e não a reconhecia como minha filha, me sentia uma vaca cesareada. A sensação de derrota e roubo me deixou longe dos bons sentimentos, embora estivesse grata por ela ter nascido bem e com saúde. (...) Eu fiquei bem deprimida com tudo o que ocorreu com o nascimento da minha filha, acredito que isso influenciou muito, não senti aquela explosão de amor, não me sentia mãe, parece que tinha dormido grávida feliz e acordado triste com um bebê estranho nos braços (assumir isso é muito dolorido pra mim, sinto vergonha e me sinto uma criminosa ... (SALGADO, NILY e DINIZ, 2013. p. 6)

Em sentido contrário ao pensamento de que após o parto tudo é esquecido, outros autores (Verde JM, Coupland VA, Kitzinger, JV. 1990; Simkim,1991) concordam que as mulheres se lembram com clareza, muitas vezes durante anos após o parto, dos atos e palavras recebidos da equipe de saúde no momento do nascimento de seu bebê. Quando estas lembranças remetem a abuso de poder ou violência, as mulheres relatam sentimentos dormência em um primeiro momento, a sensação de alívio por tudo estar acabado. Em um segundo momento sentem gratidão pela saúde e vida do bebê e por último, são tomadas pelo sentimento de violação. As cenas traumáticas são repetidas em flashbacks e o stress pós traumático que pode durar meses ou anos, podendo afetar negativamente a relação com a criança ou com o parceiro. As marcas emocionais da violência obstétrica podem ser semelhantes aos casos de estupro, tendo em vista que o parto também é um evento sexual.

> mas a pior, para mim, foi a episiotomia que foi feita sem consentimento e sem nem avisar, me causou durante bons meses desconforto físico (...) e psicológico (...) eu me senti violada, violentada .... Eu falo que quando eu leio algum relato de violência sexual, como a vitima se sente depois, eu consigo traçar um paralelo, porque a forma como isso afetou a sexualidade e forma como eu lidava com meu próprio corpo foi bastante forte... (ZORZAN, SENA, ARRUDA E BRUM, 2012. min 8'45)

Os médicos que ainda se encontram arraigados no pensamento hierárquico e de dominação, não consideram o ser humano e subjetividade a quem é dirigido o auxílio, contribuindo para os sentimentos de despersonalização e ausência de autonomia da parturiente e também para traumas profundos em relação ao parto e sexualidade.

> (...) Depois que passa é muito complicado pra você se recuperar emocionalmente... É muito difícil mesmo. Ficam questões que parecem que vão ficar pra vida toda (...). (ZORZAN, SENA, ARRUDA E BRUM, 2012. min 40'34)

Em 2011, três autoras de blogs sobre maternidade se reuniram para lançar na internet o Teste da Violência Obstétrica (FRANZON & SENA, 2012), que foi aplicado simultaneamente durante 38 dias, em 74 blogs brasileiros relacionados à maternidade. O teste da violência obstétrica foi respondido por quase duas mil mulheres. Entre as participantes, 26% informaram que durante o parto não esclareceram dúvidas ou falaram de seus medos e preocupações, porque a equipe de saúde não respondia ou respondiam mal. 18% das participantes relataram que se sentiram ameaçadas pela atitude ou fala de algum profissional. Apenas 45% das mulheres foram consultadas ou informadas sobre todos os procedimentos realizados. Sena (2013), conclui que realizar procedimentos não consentidos ou não informados no corpo de outra pessoa, significa apoderar-se de um corpo que não lhe pertence. A pesquisa de Aguiar (2010), verificou que para alguns médicos é necessário agir com rigidez e até um certo nível de coação, afim de preservar a autoridade médica.

> Eu acho que em alguns momentos, não só no trabalho de parto, mas em como toda... Em toda área médica existem momentos, eu não posso dizer como se fosse uma coação, mas é aonde a sua opinião acaba... Você acaba direcionando, é... Pra um, pra um caminho." (AGUIAR, 2010. p.122).

O manual do Ministério da Saúde sobre parto e assistência humanizada à mulher, levanta um questionamento pertinente no que se refere à implantação de políticas públicas voltadas para humanização:

> (...) como alterar posturas arraigadas e introduzir uma abordagem humanizada? Certamente, não será com normas ou manuais. (...) é necessário uma mudança de atitude que, de foro íntimo, depende de cada um. Entretanto, algumas questões devem ser vistas como compromissos profissionais indispensáveis: estar sintonizado com novas propostas e experiências. (...) Reconhecer que a grávida é a condutora do processo e que gravidez não é doença. E, principalmente, adotar a ética como pressuposto básico na prática profissional. (BRASIL: 2001, p. 09).

O desenvolvimento e aplicação destas políticas por si só não bastam para modificar o cenário. Faz-se necessário um trabalho de conscientização da violência obstétrica como uma realidade que necessita ser modificada, bem como uma desconstrução do pensamento hierárquico e machista , humanização dos atendimentos na saúde e respeito à subjetividade de cada paciente. A partir disso, abrem-se caminhos para modificação de posturas e pensamentos dos profissionais, no sentido de uma atuação voltada para o outro, para o acolhimento, empatia e relações de igualdade.

> (...) Reconhecer a individualidade é humanizar o atendimento. (...) Permite também relações menos desiguais e menos autoritárias (...). (BRASIL: 2001, p. 10).

Conclusão

Os estudos sobre violência obstétrica confirmam o cenário de dominação presente na saúde e contribuem para desenvolver medidas mais eficazes de adesão às políticas públicas de saúde voltadas humanização e atenção à mulher. Pesquisas sobre violência obstétrica tem impulsionados mulheres que buscam o empoderamento do parto e de do corpo feminino.

Entre as ações de empoderamento, estão a busca de informação, a associação em grupos de apoio e disseminação de informação online, marchas nacionais pelo direito de parir e humanização dos nascimentos, elaboração de planos de parto registrados em cartório e protocolados na maternidade, além do conhecimento de seus direitos, em todos os artigos e incisos, caso necessário citá-los em momento de impedir a violência. Quando ainda assim a violência acontece, a carta aberta, entregue ao obstetra e também divulgado nas redes sociais tem sido uma opção utilizada por algumas puérperas.

Muitas mulheres tem buscado também as casas de parto, como opção para o nascimento de seus filhos. Assim também o parto domiciliar já tem sido reproduzido no Brasil por enfermeiras (os) obstetras ou parteiras. O auxilio das doulas também tem sido solicitado por muitas mulheres. As doulas são profissionais responsáveis por acompanhar e acolher emocionalmente a mulher durante o parto, sugerindo posições mais confortáveis, massagens, palavras de incentivo e crédito na capacidade de partejar da mulher.

Desta forma, as mulheres tem mostrado que, longe de aceitar a violência e dominação médica, buscam despertar para formas de luta contra a reprodução e continuidade do sistema.

Referências

ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck [et al.]. As parteiras e o cuidado com o nascimento. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Vol. 59, no 5, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1. 1949.

BRASIL, Ministério da saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Política Nacional de Humanização – A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS. Brasília - DF. In: Série B. Textos Básicos da Saúde, vol.VIII, 2004. p. 5 – 6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticos de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf. Acesso em: 2013-05-01.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cad. Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Jun 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0102311X1991000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2013-04-17.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília / DF: Edunb, 1993.

DIP, Andrea. Na hora de fazer, não gritou. 2013. Disponível em http://www.apublica.org/2013/03/na-hora-de-fazer-nao-gritou/. Acesso em 2013-10-19.

FAUNDES, A. PADUA, K.S. OSIS, M.J.D. CECATTI, J.G. SOUZA, M.H. Opinião de mulheres e médicos brasileiros sobre a preferência pela via de parto. **Revista de Saúde Pública**, 2004 ago; 38 (4): 488-494.

FRANZON, Ana Carolina A. SENA, Ligia Moreiras. Ação Teste da Violência Obstétrica – Divulgação de Resultados. **Blogagem Coletiva**, Brasil. Maio 2012. Disponível em http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/Divulgacao-dos-resultados_-Apresentacao_Diagramada_Versao-final.pdf. Acesso em: 2013-08-01.

GUTMAN, Laura. **A maternidade e o encontro com a própria sombra**: o resgate do relacionamento entre mães e filhos. São Paulo (SP): Editora BestSeller; 2010.

HADDAD, Samira El Maerrawi T.; CECECATTI, José Guilheherme. Estratégias dirigidas aos profissionais para a redução das cesáreas desnecessárias no Brasil. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet**., Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, Maio 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032011000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2013-10-06.

LOVELL, Mariann C. Silent but perfect 'partners': medicine's use and abuse of women. Advances in Nursing Science. 2012. MA/USA v. 3, n. 2, p. 25-40. Disponível em: <http://journals.lww.com/advancesinnursingscience/Citation/1981/01000/Silent_But_Perfect__Partners___Medicine_s_Use_and.4.aspx>. Acesso em: 2013-08-17.

PAULA, Érica de; CHAUVET, Eduardo. Site do longa-metragem "O renascimento do parto", 2013. Disponível em: http://www.orenascimentodoparto.com.br/. Acesso em: 2013-10-06.

PEREIRA, Wilza Rocha. Poder, violência e dominação simbólicos nos serviços públicos de saúde. **Texto Contexto Enferm**. 2004; 13(3):391-400.

REZENDE, J. **Obstetrícia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

SALGADO, Heloisa de Oliveira; NILY, Denise Yoshie, DINIZ, Simone Grilo. Meio grogue e com as mãos amarradas: o primeiro contato com o recém-nascido segundo mulheres que passaram por uma cesárea indesejad. **Journal of Human Growth and Development**, 2013; 23(2): 190-197 . Disponível em: http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/61298/64235. Acesso em: 2013-10-06.

SENA, Lígia Moreira. Tudo o que você precisa saber sobre violência no parto e que poderia ser dito em 18 minutos. 2013. Disponível em http://www.cientistaqueviroumae.com.br/2013/10/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre.html. Acesso em: 2013-08-23.

SIMKIM, P. Apenas mais um dia na vida de uma mulher? Percepções das mulheres a longo prazo de sua primeira experiência de parto. Parte 1. **Nascimento**, 1991, 18 (4) :203-10.

TORNQUIST, Carmen Susana. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Rev. Estud. Fem**., Florianópolis, v. 10, n. 2, July 2002 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200016&lng=en&nrm =iso. Acesso em: 2013-08-05.

VERDE, JM; COIPLANF, VA; KITZINGER, JV. Expectativas, experiências e resultados psicológicos do parto: um estudo prospectivo de 825 mulheres. **Nascimento**, 1990; 17 (1) :15-24.

WILLIK, Aline. Documentário sobre humanização do parto e violência obstétrica em Goiânia. TBC, Setembro 2013. Disponível em http://www.youtube.com/watchv=ONY FyC7lwgo&feature=share. Acesso em: 2013-10-06

WOLFF, Leila Regina; WALDOW, Vera Regina. Violência consentida: mulheres los trabalho de parto e parto. **Saude soc.** , São Paulo, v.17, n.3, setembro de 2008. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S010412902008000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 2013-09-29.

NEGRO REI: REFLEXÕES SOBRE MASCULINIDADES NO REINADO DA FESTA DO ROSÁRIO DE CATALÃO (GO)

Marise Vicente de Paula
Universidade Estadual de Goiás – UnU Pires do Rio

Alex Ratts
Universidade Federal de Goiás/ Lagente

Resumo: A Festa do Rosário de Catalão acontece a mais de 130 anos e possui cerca de 20 ternos de Congos com aproximadamente 2.000 dançadores, o que dá a ela o status de maior festa de congado do Brasil. A Congada possui vários tipos de integrantes como Bandeirinhas, Dançadores, Capitães, General e Reinado. No presente artigo, que é parte de minha pesquisa de Pós-Doutorado intitulada *Os Reinados do Congado de Catalão, Goiandira, Ouvidor e Goiânia: Gênero, Etnia e Espacialidade*, foi discutido as masculinidades no Reinado da Congada de Catalão. Para tanto foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas. O trato metodológico das entrevistas seguiu os preceitos da fenomenologia e da história oral. Ao final desta reflexão foi possível considerar que, no Reinado, existe uma espécie de ruptura dos estereótipos negativos impostos historicamente sobre os homens negros e que, o Rei representa muito mais um modelo de masculinidade dominante do que um modelo de masculinidade periférica. Desta forma, pode-se especular que a cultura, mesclada com a religiosidade, representa um veículo de afirmação de identidade das minorias excluídas que adquirem status não somente social, mas também cultural através de suas manifestações. Isso não quer dizer que a exclusão étnica seja superada, pois o Rei e a Rainha da Congada levam uma vida simples, realizando atividades mal remuneradas e pouco valorizadas socialmente. O que muda neste contexto é o prestígio social, que representa uma forma de poder, de visibilidade, que secularmente foi negado aos negros e seus descendentes.

Palavras-chave: Masculinidades Negras. Reinado. Congada. Cultura. Espaço.

1. Introdução

As Festas em Louvor à Nossa Senhora do Rosário, também conhecidas por festas de reinado, por serem constituídas em sua maioria por congadas que possuem reis do congo eleitos pelas Irmandades do Rosário, como a figura de comando principal, tiveram sua gênese de acordo com Souza (2002) por volta do século XVI, em uma espécie de justaposição cultural e religiosa, resultado do domínio da cultura europeia sobre a africana no período escravista e mantido ainda nos dias atuais com modificações espaço-temporais.

A diáspora imposta aos africanos pelo tráfico de escravos levou-os não só às Américas, mas antes disso, a Portugal e às ilhas atlânticas, nas quais a produção de açúcar foi implantada pelos lusitanos. Postos a trabalhar sob regime de escravidão nas lavouras, nas minas e nos serviços domésticos foram introduzidos ao cristianismo, imposto aos povos e terras descobertas.

As festividades promovidas pela Coroa e pelas autoridades municipais, como entradas reais, aclamações, casamentos e aniversários de membros da Família Real, eram ocasiões em

que as pessoas negras se encontravam, sendo inclusive incorporados nos cortejos e chamados, ao lado de outros grupos, a apresentarem suas músicas e danças exóticas à cultura dos brancos.

Mas se a presença de africanos e seus costumes tradicionais eram saudadas nas festas oficiais, quando se reuniam para folgar aos domingos e celebrar seus dias santos, já se adaptando ao calendário português, eram frequentemente cerceados pelos representantes da administração real. No entanto, algumas vezes, eram permitidas no âmbito das instituições religiosas, que aceitavam que celebrassem a Virgem Maria vestidos à sua moda, com danças e ritmos africanos executados dentro e fora das igrejas. Nestes momentos havia a celebração em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, invocação sob a qual, os negros já se reuniam em irmandades desde 1494.

De acordo com Souza (2002), o catolicismo foi integrado às comunidades negras por meio das exterioridades do culto e não pela assimilação dos conceitos teóricos da fé, por isso, os negros elegeram Nossa Senhora do Rosário para objeto de culto por terem estabelecido uma relação direta entre o seu rosário com o rosário de Ifá[1], usado por sacerdotes africanos. Além disso, a conversão ao catolicismo representava uma chave da aceitação social.

Outro fato apontado seria a presença de Baltasar, um dos três reis a levar as oferendas e adorar o menino Jesus ainda na manjedoura e representado como negro, no estábulo pintado na Igreja de São Domingos. Tal imagem exercia especial atração sobre os negros.

Em Portugal, a chegada de africanos escravizados e submetidos à conversão ao cristianismo e à necessidade de encontrar formas de se organizarem na nova sociedade estimulou a formação de Irmandades do Rosário, que existiram também na Espanha e nas colônias e foram amplamente difundidas na América portuguesa. (OLIVEIRA E GABARRA, 2009)

As associações eram meios encontrados pelos grupos de instituírem formas de solidariedade, principalmente frente à morte e à doença, algumas vezes facilitando a obtenção da liberdade dos que eram escravos. Isso ocorria porque o meio social era extremamente hostil ao escravo, fosse ele liberto ou não. As Associações de escravos em Irmandades os fortaleciam, pois cooperavam entre si, reafirmando sua identidade e se protegendo do branco (PACHECO, 2010).

1 O Rosário de Ifá associa-se aos antigos minkisi, objetos mágicos da cultura africana que promovia cura aos necessitados, composto por pequenas peças irregulares que lembravam rosas, feito da palmeira chamada Okpê-Lifá. (PACHECO, 2010)

É especulada ainda, a possibilidade de essas Irmandades terem servido para práticas religiosas africanas, já modificadas por uma mistura dos elementos das diferentes culturas em contato. De acordo com Souza (2002), em Portugal, os africanos fundaram Irmandades do Rosário mais ou menos secretas, cada qual com seu próprio rei, já no século XVI.

Tinhorão (1988), para explicar a coroação do rei do Congo por grupos de escravos em Portugal desde o século XVI, destaca o sucesso da conversão da corte congolesa ao cristianismo e, ainda, como tal feito foi usado para fortalecer a Coroa Portuguesa diante de Roma.

Já em relação às Américas, as eleições dos reis negros assumiram formas variadas, nas quais a origem étnica podia ou não ser determinante, e os elementos oriundos da classe dominante eram mais ou menos evidentes. Tal eleição de líderes por comunidades negras, efetuada no âmbito de uma associação de ajuda mútua e festejada com cortejos de rua, danças e músicas de nítida origem africana, esteve disseminada por toda a América, do século XVI ao século XIX, sendo um típico exemplo de hibridismo cultural, isto é, manifestações que congregam elementos das diversas culturas contatadas e, permite múltiplas leituras, conforme os grupos sociais que delas participam (SOUZA, 2002)

Tratando-se dos reis negros e suas Irmandades de Homens Pretos, foi na América portuguesa que tal eleição esteve mais difundida, existindo comprovadamente desde o início do século XVII, ganhando força no século XVIII, mudando as feições no século XIX e ocorrendo ainda hoje em várias localidades brasileiras, como acontece em Catalão (GO), cuja Irmandade do Rosário foi fundada no ano de 1940, de acordo com Macedo (2007).

Em relação às Irmandades, estas foram elementos fundamentais no exercício de uma religiosidade colonial, caracterizada pelo culto de santos, pelas devoções pessoais e pela pompa das procissões e festas, marcadas pela grandiosidade das manifestações exteriores da fé na qual conviviam elementos sagrados e profanos.

Segundo Souza (2002), um padre Jesuíta denominado Andreoni que viveu no Brasil de 1681 até sua morte em 1716, mencionou a presença de reis no âmbito das festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e recomendou que os senhores deixassem os escravos fazer seus folguedos.

> Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranham os senhores a criarem os seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente, em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito e de orar na capela do

> engenho, sem gastos dos escravos, acudindo o senhor com sua liberdade aos Juízes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juízes e juízas da festa houvera de gastar o seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que podem licitamente ajudar. (ANDREONI *apud* SOUZA, 2002, p. 191).

A eleição dos reis, no interior das Irmandades, geralmente era acompanhada da escolha de pessoas que assumiam uma série de outros cargos, compondo uma corte festiva, com títulos que remetiam às cortes europeias e às cortes africanas.

Segundo Souza (2002), no compromisso de 1565 da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos dos Mosteiros de São Domingos, em Lisboa, o capítulo 26 estabelecia que se algum irmão quisesse por sua devoção ser mordomo, príncipe, rei, duque, conde, marquês, cardeal ou qualquer outra dignidade, deveria se submeter à votação. De modo semelhante ao ocorrido em Portugal. É, nos documentos produzidos pela Irmandade da América Portuguesa, que aparece com maior detalhe a composição e ocorrência destas cortes festivas, eleitas junto com o rei e a rainha, nas quais cada um tinha um papel específico na preparação e nos atos rituais da festa.

A diferença básica era que, enquanto, na terra natal, os chefes afirmavam um poder sobre toda a comunidade, na sociedade escravista eram aceitos como reis apenas no contexto da festa e de inversões rituais. Muitas vezes vistos com ironia pelos senhores e seus representantes, a autoridade desses reis também transcendia o momento da festa, uma vez que frequentemente eles amorteciam os atritos entre os diferentes segmentos sociais, além de serem chamados para resolver disputas internas da comunidade que os escolheu (SOUZA, 2002).

Além dos títulos que estabeleciam uma hierarquia e definiam papéis, também as insígnias indicativas dessas posições tinham equivalentes nas monarquias portuguesas. As roupas luxuosas, ou pretensamente luxuosas, de acordo com as possibilidades financeiras dos membros da corte festiva, que incluíam mantos vistosos e ricamente forrados à semelhança dos descritos pelos cronistas para os reis lusitanos, eram sempre acompanhados de coroa e cetro, muitas vezes de metais preciosos, outras de materiais que imitavam o brilho do ouro ou da prata.

Os mantos, roupas especiais, coroas, cetros e tronos são descritos por diversos observadores da congada e aparecem em imagens que registram essas ocasiões. As roupas provavelmente eram feitas por iniciativa das pessoas que as vestiam, sendo mais um indício do esforço financeiro exigido para a ocasião. Com trajes europeus, como vestidos longos,

casacos, calções e mantos, com turbantes e tangas, da mesma forma que jóias e sabres eram usados junto com penas de avestruz e máscaras, a corte festiva se apresentava como síntese de elementos díspares.

Para Silva (2008), a tradição das vestimentas dos Reis negros parte do processo de conversão ao cristianismo dos congoleses realizado pelos portugueses. A partir daí a corte congolesa passa a imitar as vestimentas e a organização social da corte portuguesa, substituindo as vestimentas feitas originalmente por peles e fibras, por tecidos finos e ornamentos negociados com os portugueses traficantes de escravos.

De acordo com Souza (2002), tanto na África, quanto no Brasil, nas festas de congado, vigoram normas semelhantes à da sociedade de corte, com hierarquia definida a partir do luxo e da riqueza das vestimentas e ornamentos.

Em Catalão, a tradição do vestuário se perpetua. Todos os anos a família real usa a indumentária oficial composta por capas, cetro, coroas e ornamentos.

Para Santos (2011), no Brasil, o registro mais antigo de coroação do Rei dos Congos foi em Recife no ano de 1674. Esta cidade, situada na região Nordeste do País, recebeu uma grande quantidade de escravos africanos, com forte controle dos senhores escravocratas, para que não surgissem rebeliões.

A coroação dos Reis Negros fazia parte de um conjunto de estratégias dos donos de escravos para manter a ordem e a submissão dos negros escravos, pois esse evento permitia simbolicamente que os negros tivessem seus Reis e isso foi um recurso utilizado pelo poder do Estado e da Igreja para controlar os escravos. A coroação, assim, era uma forma aparente de organização social dos negros.

Afastados da estrutura original de sociedade, em que os líderes tribais tinham a função real de organização e comando, os negros passaram a ver nos Reis do Congo, elementos intermediários para o trato com a sociedade branca e o sagrado. (SANTOS, 2011).

O controle da revolta dos escravos pelos senhores, legitimação e catequese através da participação da Igreja e dos santos católicos, e, para os negros, uma organização possível dentro da sociedade brasileira da época, representavam os vários interesses que estavam em jogo. Desta forma, A coroação dos Reis se dá por concessão do poder constituído pelos senhores de engenho e com a participação da Igreja que, nesse período, vivia sob o regime de padroado, no qual a corte portuguesa tinha o direito de conceder benefícios eclesiásticos e controlar as atividades eclesiásticas na nova terra.

Esta situação se configurou porque a violência física e psicológica contra os negros, expressa na privação de sua liberdade, fazia com que constantes revoltas ocorressem dentro do sistema escravocrata. De acordo com Batiste (1985), a resistência dos negros escravos se dava através do assassinato dos senhores brancos, revoltas à mão armada, fugas coletivas, formação de quilombos e suicídio em massa. Em decorrência desse contexto, há necessidade de criar mecanismos de controle que pudessem harmonizar o sistema das organizações dominantes.

Desta forma, coroar um Rei negro significava, neste contexto, manter os escravos sob controle, através do pseudo poder a eles instituídos através da figura de um líder que lhes atribuísse alguma identidade. Este ato fazia com que os escravos africanos rememorassem a organização social de sua terra natal, amenizando assim psicologicamente a submissão cultural estabelecida. De acordo com Câmara Cascudo (2000), a coroação de um Rei negro acabou por constituir, uma forma aparente de organização social dos negros, uma sobrevivência que se transformou em fundamentação mítica.

Como não possuía um poder político, os Reis negros eram considerados como uma ponte entre os escravos e as divindades africanas, que representavam uma forma de resistência contra as atrocidades do regime escravocrata.

Assim sendo, a religião será vista como uma forma de resistência e preservação de sua cultura através do sincretismo estabelecido entre os escravos e a religião oficial dos senhores brancos, o catolicismo. Neste contexto, Nossa Senhora do Rosário vai ser decisiva na organização coletiva dos africanos,

De acordo com Santos (2011), houve muitas revoltas sangrentas, mas também ocorreu a resistência pacífica através das Congadas e Irmandades do Rosário, onde os protestos eram expressos nas letras das músicas e na organização social dos escravos. Desta forma, a coroação dos Reis negros representava uma subversão controlada feita pelos escravos africanos integrados ao sistema.

Os Reinados do Congo resistiram até a atualidade. Em Catalão (GO), de acordo com as informações orais, o reinado tem a função de acompanhar a coroa e dar ordens aos generais a respeito dos trajetos e cortejos.

O posto de Rei é obtido por votação da Irmandade do Rosário, sendo um cargo vitalício passado de pai para filho. A figura do Rei é hierarquicamente superior aos demais membros da família real, que são escolhidos por ele, o que expressa uma masculinidade

patriarcal eurocêntrica expressa em uma manifestação cultural de origem negra, que será objeto de reflexão do presente artigo.

2. Espaço geográfico e masculinidades negras: perspectivas e representações

Lançar um olhar sobre as relações de gênero, segundo uma abordagem geográfica, significa pensar os sujeitos masculinos e femininos e suas relações sociais, históricas, culturais e econômicas desenvolvidas de formas específicas no espaço geográfico, segundo as diversas dimensões que ele abrange.

Considerando que o espaço geográfico, por ser de origem social, é fluído, múltiplo e sexuado, isso significa dizer que as relações entre homens e mulheres, que são desiguais e muitas vezes perversas, representam entre outras forças, elementos de configuração espacial, ou seja, existe predomínio de determinado sexo em determinados espaços segundo orientações culturais e históricas. Além do gênero, existem outros fatores determinantes de espacialização dos seres, como a etnia, a classe social, a sexualidade, a religião, entre outros elementos.

Neste contexto, a ciência Geográfica passou na década de 1990 a estudar, a partir da abordagem cultural, temas ligados à categoria gênero como um importante elemento de compreensão do espaço geográfico. Contudo, de acordo com Silva (2011), a produção geográfica sobre Gênero trata-se de uma produção periférica, visto que, com exceção da USP, todos os grupos de pesquisa que se ocupam da temática situam-se em Universidades periféricas contando com menos recursos dos órgãos governamentais de fomento da pesquisa. As produções científicas na área de gênero estão voltadas principalmente para as feminilidades e as mulheres e, são realizadas em sua maioria por pesquisadoras, que devido a sua carga de trabalho doméstico e a reprodução familiar, recebem um menor percentual de bolsas produtividade. Além disso, os temas produzidos pelos grupos de pesquisa em gênero, são pouco valorizados por alguns seguimentos da Ciência Geográfica.

Apesar das desvantagens apresentadas, os estudos de gênero cresceram consideravelmente nos últimos anos, contribuindo para a compreensão de uma sociedade cada vez mais múltipla e plural.

Seria impossível ignorar a participação social e a importância cultural das mulheres no Brasil contemporâneo que passou por várias mudanças fundamentais no campo da educação e trabalho, o que facilitou a atuação de mulheres em espaços antes hierarquizados como masculinos.

Os dados estatísticos oficiais mostram uma supremacia das mulheres em nível de escolarização e migrações internacionais. Uma certa equiparação em postos de trabalho ocupados, em participação em movimentos sociais e em crescimento na participação de atos criminosos e violentos. Esta grande mudança no padrão comportamental feminino exigiu das ciências sociais uma ampliação da análise de gênero, refletindo esta necessidade também sob a Ciência Geográfica. (SILVA, 2011)

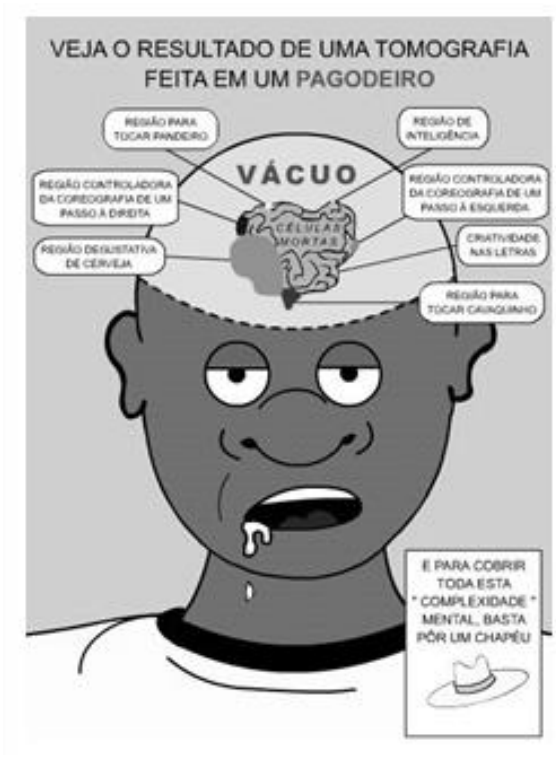
Contudo é importante ressaltar, que as mudanças das feminilidades atingem os padrões comportamentais das Masculinidades, visto que, não existe um grupo homogêneo de homens na sociedade. Existem aqueles que atendem ao padrão dominante e privilegiado, fruto do sistema patriarcal eurocêntrico, mas existem também masculinidades periféricas compostas pelos desempregados que trocam papéis sociais com suas esposas no trabalho doméstico ocupando assim o espaço privado, os gays, os negros, entre outros.

Será justamente com a masculinidade periférica negra, que o presente artigo irá tratar mais diretamente, considerando que a Congada e seu Reinado representam uma manifestação da cultura negra, com clara hegemonia masculina em seu processo de constituição e visibilidade.

Souza (2009) aponta que existem pouquíssimos trabalhos que tratam sobre a masculinidade negra, apesar de o assunto ser preocupação por parte de vários intelectuais desde o século XIX. Para estes estudiosos, os homens negros eram motivo de desconfiança e temor, sentimento este dominante desde os primeiros contatos realizados entre os europeus e os africanos.

Estabeleceu-se assim um processo tenso e doentio onde, de acordo com Friedman (2001), o pênis negro tornou-se um ponto de referência das relações que seriam tecidas entre homens negros e brancos a partir dali. O pênis negro foi medido, dissecado e pesado por cientistas. Foi preservado em formol e exibido na Europa causando espanto e desejo na plateia que o contemplava. Desta forma, a masculinidade negra representava uma ameaça ao homem branco, que avaliou a inteligência do homem negro na proporção inversa ao tamanho de seu pênis.

Na atualidade, este mito da pouca inteligência do homem negro ainda é bastante difundido nos meios de comunicação como pode ser observado na figura 1, veiculada na internet.



Fonte: Disponível em: http://pobreotario.blogspot.com.br/2008/12/tomografia-do-pagodeiro.html

Para Fanon (1983), um homem negro não é um homem, antes, ele é um negro e como tal não tem sexualidade, tem sexo e essa condição foi base pare descrevê-lo desde o século XIX no Brasil, como um ser animalesco e macrofálico em contraste com o homem branco.

Neste período, durante os debates de origem higienista, de construção de um Brasil enquanto uma nação moderna, a miscigenação foi vista como a solução para superação do atraso que a herança da etnia negra tinha causado ao país. A partir daí foi implementada uma política de branquemento por parte do Estado nacional, com o incentivo da imigração de europeus para o Brasil. Essa política excluiu o homem negro e colocou o homem branco europeu imigrante como salvador de uma etnia em queda. Ao mesmo tempo, o homem negro passa a ser alvo das preocupações da polícia que os via como vadios, ladrões e arroaceiros.

Isto aconteceu porque o processo de libertação dos escravos foi desorganizado e arbitrário no Brasil. Os negros libertos foram jogados na rua à sua própria sorte. Não tinham bens, nem trabalho assalariado e tinham que buscar alternativas para sobreviver em uma sociedade pós-escravista, que ainda mantinha forte a cultura do preconceito contra os negros.

Neste processo as mulheres negras tinham mais facilidade de obter trabalho pois, conseguiam colocações como empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, amas de leite e babás. Os homens negros por sua vez, cuja ocupação histórica no Brasil foi o trabalho no campo, foram substituídos gradativamente por trabalhadores europeus, encontrando assim sérias dificuldades de colocação no mercado de trabalho. Por não encontrarem ocupações permanentes, os negros eram acusados de vadiagem e por isso eram alvos constantes da polícia que agia já neste período com violência. De acordo com Decânio Filho (1997), para se defender dos ataques dos brancos, os escravos, antes mesmo da abolição, utilizavam o ritmo e os movimentos de suas danças africanas, adaptando a um tipo de luta, a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança que foi um instrumento importante da resistência cultural e física dos negros brasileiros. Contudo, a capoeira era proibida pelos senhores de escravos, e após a abolição passou a ser proibida pelo Estado. Os negros que praticavam essa arte eram acusados de serem arruaceiros. Foi somente em 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que a capoeira foi reconhecida como esporte nacional.

A desqualificação do homem negro é contínua na história do Brasil. Para Bocayuva (2001), que discute o erotismo na obra de Gilberto Freyre, o homem negro é emasculado e tem sua sexualidade comparada as das senhoras brancas. Essas representações da masculinidade negra geravam personagens como o Negrinho que era um homem infantil, submisso e dependente, inclusive das vontades sexuais dos brancos. Esse homem que se utilizava da cachaça como fonte de lazer, estabelecia com a mulher branca uma relação assexuada, servindo muitas vezes de moleque de recado.

Outro personagem muito difundido é o Negrão, esse ao contrário do Negrinho, é conhecido por sua virilidade e macrofalia, representa uma constante ameaça ao homem branco devido seu insaciável apetite sexual e sua sensualidade diabólica que as mulheres brancas eram incapazes de resistir. De acordo com Friedman (2011), este fato foi um dos principais motivos da criação da Ku Klus Klan que faziam rondas noturnas atrás de homens negros que se aproximassem de mulheres brancas, com ou sem seu consentimento.

Souza (2009) afirma que esse mito do homem negro hipersexualizado é constantemente abordado pela literatura e pela TV. Um exemplo deste fato pode ser observado no programa de televisão Legendários exibido pela Rede Record onde o assistente de palco é um homem negro, de porte atlético, vestido apenas com uma toalha de banho envolta em sua cintura.

> O grande perigo deste mito é que mesmo sendo desumanizante, ele garante algum status perante as mulheres e, principalmente perante os outros homens, sendo talvez o único que esta pessoa acredita ter. Ela é uma gaiola dourada de onde seu prisioneiro tem dificuldades de sair, dificultando inclusive que essa pessoa cuide de sua saúde. (SOUZA, 1998, p. 105).

Existe também a representação do homem negro como serviçal de confiança. No período escravista foi representado pelos capitães do mato, posteriormente pelos capatazes e na atualidade como seguranças pessoais. De acordo com Souza (2009), este homem é uma fusão do Negrinho e do Negrão, pois deve ter um porte avantajado capaz de impor medo, mas também deve ser submisso e assexuado.

Desta forma, "quando um homem negro não está submisso, colocando sua força a serviço do status quo, está fora de controle, tornando-se uma ameaça. Neste caso ele é satanizado e provavelmente será exterminado fisicamente" (SOUZA, 2009, p. 106).

Este fato é perfeitamente comprovado no estudo realizado por Paixão (2010) este mostra que, de acordo com os dados do IBGE (2010), na proporção de homens que foram mortos por violência policial, 94% são de negros com idades entre 15 e 29 anos.

Outro mito bastante conhecido sobre os homens negros é o do pai ausente e violento. Este já era tema das reflexões da elite brasileira no início século XX, sendo o foco as preocupações com a constituição de uma família desejável. Para eles os pobres e negros, pela ausência de uma figura paterna forte, seriam incapazes de criar filhos úteis para serem incorporados à nova ordem econômica que surgia. Esse mito, de acordo com Souza (2009), talvez seja um dos mais recorrentes, das representações de fracasso dos homens negros, que são desqualificados como chefes de família.

As representações dos homens negros na sociedade brasileira se confirmam em um quadro de exclusão étnica, comprovado no Brasil pelas pesquisas estatísticas oficiais.

De acordo com dados apresentados por Paixão (2010), em uma entrevista cedida à Record News, considerando o negro como a junção entre pessoas que se auto declaram pretas e pardas, este grupo soma de acordo com os dados do IBGE (2010) 50,7% da população brasileira.

Mas, apesar de representar a maioria entre os brasileiros, devido ao processo histórico de segregação das pessoas negras, atualmente os dados estatísticos mostram que os negros brasileiros vivem seis anos menos que os brancos, o número de analfabetos negros é o dobro do número de brancos, a renda dos negros é a metade da renda dos brancos e os negros ficam dois anos a menos na escola que os brancos.

Considerando que o IDH, Indice do Desenvolvimento Humano, da ONU, no Brasil fosse composto apenas por pessoas brancas, ficaríamos na quadragésima posição. O Brasil de acordo com o último senso de 2010 está na septuagésima posição. Mas, se o índice fosse medido somente para as pessoas negras brasileiras, nos igualaríamos às condições socioeconômicas de um país pobre africano e ficaríamos na centésima quarta posição.

Segundo Paixão (2010), entre 2003 e 2009 foram libertados 40 mil escravos brasileiros que viviam em fazendas sob o regime servil, ou seja, não recebiam remuneração o suficiente para poder pagar dívidas intermináveis. Desses 40 mil escravos, 73,5% eram negros e homens.

Santana (2011) aponta que de acordo com o IBGE (2010), homens brancos recebiam em média 6,3 salários mínimos; mulheres brancas, 3,6; homens negros 2,9; mulheres negras 1,7. Desta forma é possível constatar que a etnia e o gênero reservam lugares diferenciados para homens e mulheres, negros e brancos na pirâmide social.

> Embora constituam 50,7% da população (IBGE, 2010), os negros correspondem a apenas 1% dos que ocupam postos estratégicos do mercado de trabalho; o salário médio pago aos trabalhadores negros equivale à metade do salário dos trabalhadores brancos; os brancos também têm 30% a mais de chances de conseguir emprego, e o dobro de chances de manter a qualidade de vida das suas famílias, do que os negros. (SANTANA, 2011 p. 02).

Souza (2009) considera que estas desigualdades têm inicio na infância dos homens negros, pois, os meninos negros e pobres são vistos pela sociedade e suas instituições, inclusive as de ensino, como problemáticos e irrecuperáveis. Presume-se que são frutos de famílias desajustadas, pois em sua maioria são compostas por mães abandonadas e provedoras e por pais ausentes. Eles são menos elogiados e encorajados que os outros gêneros e etnias na escola, por isso representam uma grande parcela de evasão escolar, pois são vistos como não merecedores de afeto e investimentos.

3. Metodologia

Para a realização da presente pesquisa, foram feitas revisões bibliográficas em fontes relacionadas à temática abordada, trabalhos de campo para realizar observações, registros fotográficos, aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Foram realizadas 02 entrevistas, uma com o Rei da Congada de Catalão o Sr. Eurípedes Antônio Rita e 01 com a Rainha a Sra. Eloene de Jesus Rita.

O trato metodológico ao material das entrevistas seguiu os preceitos da fenomenologia e a história oral, sendo esta fonte o principal recurso de construção da Pesquisa de Pós-Doutorado em Geografia, intitulada: Os Reinados do Congado de Catalão, Goiandira, Ouvidor e Goiânia: Gênero, Etnia e Espacialidade, que originou o presente artigo.

4. Congada, reinado e masculinidades

A Congada é formada da reunião dos ternos do congo, do Reinado e do General. Cada elemento componente da congada apresenta suas características próprias, mas interligadas às demais no processo ritual que compõe a festa.

Para Brandão (1985, p. 33), "o terno de Congos é a menor unidade ritual da Congada." E vai além, argumentando que representa um rigoroso e hierarquizado sistema, cujo comando está subordinado a um capitão. Sob suas ordens e com a função de substituí-lo ante a uma eventualidade estão os suplentes. Nos ternos maiores aparece a figura do 2º, 3º e até 4º capitães que também exercem esta função de suplente.

Os capitães normalmente vestem uma farda diferenciada dos dançadores e trazem, à mão, um bastão, cujos movimentos aliados ao ritmo sonoro emitido por um apito orientam os dançadores quanto à batida e as evoluções a serem realizadas em determinados momentos.

À frente do terno vem um grupo de bandeirinhas carregando os estandartes de Nossa Senhora do Rosário ou dos santos de devoção. É um grupo composto normalmente por meninas já que a tradição pede que as bandeirinhas sejam virgens fazendo uma alusão à pureza de Nossa Senhora do Rosário (MACEDO, 2007)

Os dançadores representam o maior número de integrantes de um terno. Conhecidos por soldados apresentam uma formação hierárquica. Na primeira fila ficam os capitães suplentes e os guias que são dançadores mais experientes e com melhor preparo para carregar as grandes e pesadas caixas de marcação de ritmo.

Depois vêm os que carregam os instrumentos menores como pandeiros, afoxés e banguês. No fim da fila, normalmente, tem um grande grupo de crianças de variadas idades. Algumas, de tão pequenas, seguem o terno nos braços das mães, muitas delas pagando promessas feitas por genitores ou parentes. No centro dos ternos entre as duas alas de dançadores vêm os instrumentistas, que tocam violão, viola ou sanfona.

Para ingressar em um terno de congo, Brandão (1985) afirma que, segundo depoimentos orais de capitães, o soldado começa por simples dançador. Mostrando atitude e qualidades específicas como devotamento, comprometimento e índole, pode subir à condição

de caixeiro e aos postos de comando. É importante ressaltar que para ingressar em um terno, o dançador pede ordem ao capitão, que leva o pedido à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Existem diversos ternos de Congadeiros em Catalão: Moçambiques, Congos, Catupés, Vilões, Marinheiro, Marujeiro e Penacho, ao todo somam 20 ternos, com cerca de 2.000 dançadores no total, o que dá *status* à Festa de Catalão como a maior do Brasil (RODRIGUES, 2008).

O General representa uma figura de comando geral da Congada. É um cargo perpétuo escolhido pela Irmandade assim como acontece com o Reinado. A função de um general é estabelecer o comando da Congada mediante as ordens do Rei que representa autoridade máxima. Assim a hierarquia de poder do Congado seria estabelecida pela tríade Rei, General e Capitão.

O General é a figura que conduz os ternos de congo nos momentos dos cortejos no domingo e da entrega da Coroa na segunda-feira. Seu cargo na ordem da congada é superior ao capitão. Sua indumentária lembra uma farda de general do Exército Brasileiro e também carrega uma espada nos ombros.

O reinado é constituído pelo Rei, Rainha, os príncipes e as princesas. (Foto 01). Em Catalão, a Rainha é escolhida em função do Rei. Pode ser sua esposa ou parenta próxima como mãe ou irmã. Os príncipes e princesas devem ser parentes do rei, e são escolhidos por ele. Este fato demonstra que no reinado a mulher não tem autonomia. A rainha Carolina, uma das mais populares da congada de Catalão, foi rainha por ser mãe do Rei.

Em entrevista realizada em outubro de 2008, o Rei, Sr. Eurípedes Antônio Rita, declara como acontecem estas escolhas:

> As princesas também são escolhidas dentro da família, né? Tudo dentro da família. É neta, é filha essas coisas né? A gente escolhe assim que elas pede assim pra dançar, a gente coloca elas, assim na falta de uma ou de outra a gente coloca elas no lugar. Mais só que dentro das princesas a gente quer uma coisa diferente né? Hoje as coisa tá muito mais mudado né? Mais antes a gente é tinha que ser tudo virgem mesmo e.... Qualquer probleminha a gente tirava. Podia deixar não a moça. (Eurípedes Antônio Rita, informação verbal, Catalão (GO), out., 2008).

Assim como das bandeirinhas, era exigida a virgindade das princesas, tradição hoje menos cobrada, devido ao processo histórico de liberação sexual das mulheres que vem fazendo com que as tradições conservadoras da festa se percam aos poucos.



Foto 01 - Família Real.
Rainha perpétua, Rainha, Rei e Príncipe.
Autor: RATTS, A. J. P. (2008).

O rei, assim como o general, é escolhido pela Irmandade em cargo de caráter perpétuo, como descreve o Rei Eurípedes de 62 anos, que começou a dançar congo desde os 06 anos de idade e é rei a mais de 30 anos, narrando sua própria trajetória de vida:

> O rei é escolhido, é passado assim, de família de pai pra filho, assim... Quando meu pai [Antonio Leopoldo Rita] pegou a coroa, era o Sebastião era primo primeiro dele, aí ele passou pro meu pai né? Aí meu pai adoeceu e eu fiquei no lugar dele por uns nove ano, depois ele faleceu, aí eu fui conversei com o pessoal que era o reinado, a diretoria da época né? Aí eles pegaram entraram num acordo e deixaram que a gente desse continuidade. Daí do meu pai pra cá, do seu Sebastião pra cá, pra meu pai, depois pra mim assim, vamo vê se mantem a familia né? (Eurípedes Antônio Rita, informação verbal, Catalão (GO), out.,2008).

De acordo com o estatuto da Irmandade do Rosário, um Rei só poderá ser substituído mediante o falecimento do titular, pedido de afastamento feito pelo próprio titular e não participação na Festa do Rosário durante três anos seguidos sem a apresentação de justificativa à Irmandade.

A família Real durante a festa é tratada com distinção. Na Alvorada fica situada com os demais familiares em uma mesa exclusiva e é servida com prioridade. Isto também ocorre nos almoços no decorrer da festa.

Para o Rei atual, o reinado possui a função de acompanhar a coroa e dar ordens para o general no que concerne aos roteiros e aos horários, como diz em entrevista a seguir:

> O reinado é o significado dele é pra acompanhar a coroa, aí onde a coroa tá a gente tá acompanhando, é o reinado é que faz a entrega da coroa. Na lenda o reinado é que faz a participação dos congos, dá as ordens pros generais, pra que eles dêem continuidade nos cortejos, pras horas que é preciso pra festa. (Eurípedes Antônio Rita, informação verbal, Catalão (GO), out., 2008).

Para a Rainha Eloene de Jesus Rita a função do reinado se restringe a guarda da coroa:

> [...] reinado começou depois [da congada] porque tinha a coroa aí eles roubaram a coroa. Não tinha guardião, aí surgiu o reinado pra vigiar a coroa, os guarda coroa. (Eloene de Jesus Rita, informação verbal, Catalão (GO), out., 2008).

Esta informação coincide com os relatos de Campos (1976), a respeito da festa do Rosário, afirma que em sua infância por volta da década de 1920, não havia reinado. Os reis eram os festeiros brancos que normalmente elegiam as crianças para tal função. Maria das Dores Campos, a Mariazinha, relata ter sido rainha da festa por algumas vezes. Assim de acordo com a Rainha Senhora Eloene o reinado surge após as congadas com a função de guardar a coroa.

Na entrega da Coroa a família real é de fundamental importância, pois é peça chave na passagem simbólica da festa de um festeiro para outro no ritual de entrega da coroa que encerra a festa todos os anos. Em entrevista a Brandão (1985 p. 38), um capitão de Congo não identificado afirma: "[...] aqui nós não entregamos a coroa sem o rei e a rainha."

As indumentárias da família real também são especiais. As vestes são confeccionadas todos os anos, mas as capas do rei e da rainha são mais antigas, conservadas cuidadosamente para serem usadas no período da festa. A capa da Rainha é a mesma de sua mãe a Rainha Carolina Ribeiro Rita, popularmente conhecida por Carola, que faleceu em 2006.

O rei Eurípedes é natural de Catalão, é casado e é pedreiro aposentado, mas ainda exerce a profissão, leva uma vida simples, é muito conhecido na cidade por sua função de rei da congada.

A rainha Eloene, natural de Catalão, casada, empregada doméstica, declara também ser muito conhecida na cidade devido a sua condição de rainha da festa de Nossa Senhora do Rosário. Todavia, o momento vivido pelos reis no período da festa se distingue bastante da dureza da realidade de suas vidas cotidianas, que expressa a condição de exclusão do negro na sociedade brasileira.

A configuração do Reinado mostra claramente que o Rei representa a figura de hierarquia mais alta dentro das Congadas, visto que cabe a ele dar as ordens de comando ao General para todos os momentos rituais da festa. Contudo, sua atuação não se restringe a isso, pois a composição do reinado obedece a seus desejos que curiosamente obedecem a critérios patriarcais e ocidentais de configuração, já que existe a exigência da virgindade das princesas e a subalternalização da figura da rainha.

Este modelo de masculinidade dominante é uma contradição com a figura de um homem negro que representa uma masculinidade periférica, inclusive na produção e reprodução de sua vida material, considerando que o Rei Eurípedes é pedreiro, o que configura um trabalho mal remunerado e pouco valorizado em termos de status social.

Uma possível explicação para este fenômeno seria o fato de que, de acordo com Souza (2002), primordialmente, os Reinados ao mesmo tempo representavam os Reis do Congo, mas também reproduziam as cortes europeias com vestimentas e acessórios que imitavam este seguimento. Com isso o estabelecimento das regras do Reinado da Congada com o passar dos anos pode ter captado esta forma patriarcal de organização, onde a figura do homem representa o posto mais alto de poder.

Nesta perspectiva, os mitos sobre os homens negros são derrubados, visto que o Rei representa a figura masculina forte de comando, ao contrário do mito do pai ausente e violento, o Rei Negro escolhe a família real e a comanda dentro dos preceitos rituais da festa, cumprindo seu papel na festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Esta ruptura pode ser observada também na vida cotidiana do rei. Sua postura sóbria e altiva não lembra em nada o mito do negrinho submisso, do negrão hipersexualizado ou do subalterno, sem autonomia e reconhecimento social. O Rei da Congada é socialmente conhecido e respeitado, dentro e fora da festa, sendo tratado com distinção por sua colocação junto às Congadas.

Nossa equipe de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades - LAGENTE acompanhou o Rei Eurípedes dentro e fora da Festa do Rosário, inclusive em momentos de lazer em um Baile da terceira idade. Na festa do Rosário, por

vários momentos podemos observá-lo trajando calça de linho e camisa social na companhia de sua esposa, filhos e netos. No baile da terceira idade, em um clube local, estava sozinho porque disse que sua esposa não gosta de festas. Estas observações nos levaram a refletir que mesmo repetindo a situação sócioeconômica da maioria dos negros no Brasil, o Rei Eurípedes derruba mitos negativos sobre a figura masculina negra.

Desta forma, é possível especular se as manifestações culturais religiosas de orientação étnica representam uma ponte de superação de determinados estigmas, historicamente atribuído aos negros no Brasil. Os momentos da festa parecem se fundir a momentos da vida real em uma contradição que se mistura à realidade e à representação onde os momentos rituais se estendem à vida cotidiana. A Congada, enquanto Irmandade, qualifica socialmente o que foi historicamente desqualificado e o Negro Rei se mostra um homem soberano.

5. Considerações finais

Ao longo da história do escravismo no Brasil, os Reinados dos Congados, juntamente com as Irmandades de Homens Pretos, representaram centros de resistência dos negros escravos aos processos de dominação do branco sob sua cultura e sob suas vidas. A escravidão acabou, mas o preconceito racial e a exclusão étnica persistem, obrigando assim, que os negros e seus descendentes procurem formas sociais de autopreservação e inserção social. Esta luta se dá no campo da política, da arte, da cultura e da produção e reprodução da vida cotidiana.

No presente artigo, foram discutidas as formas de manutenção da cultura negra pela via dos ritos realizados no Reinado da Festa do Rosário de Catalão através de uma reflexão sobre as masculinidades ali existentes.

Ao se falar de masculinidades negras, é importante apontar que existem uma série de estereótipos historicamente construídos e cotidianamente evocados pelas mídias, que montam personagens negros que em sua totalidade são vistos como masculinidades periféricas e desqualificadas em relação ao papel de um homem ideal, que para a sociedade de orientação paternalista e ocidental é representado pelo homem branco, heterossexual, católico e provedor do lar.

Ao refletir acerca da masculinidade negra no Reinado da Congada de Catalão, foi possível observar que neste ambiente, existe uma ruptura destes estereótipos negativos e que o Rei Eurípedes representa muito mais um modelo de masculinidade dominante do que um

modelo de masculinidade periférica. Desta forma, pode-se especular que a cultura, mesclada com a religiosidade, representa um veículo de afirmação de identidade das minorias excluídas que adquirem status não somente social, mas também cultural através de suas manifestações.

Isso não quer dizer que a exclusão étnica seja superada, pois, em sua maioria os congadeiros e, inclusive o Rei e a Rainha da Congada, levam uma vida simples, realizando atividades mal remuneradas e pouco valorizadas socialmente. O que muda neste contexto é o prestigio social, que representa uma forma de poder, de visibilidade, que secularmente foi negado aos negros e seus descendentes.

6. Referências

ANDREONI, João Antônio. Cultura e opolência do Brasil. In: SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista**. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. 387 p.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. Tradução Maria Heloisa Capellato e Olívia Krâuhembuhl. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A festa do Santo Preto**. Rio de Janeiro: FUNART, 1985. 121 p.

BOCAYUVA, Helena. **Erotismo à brasileira**. O excesso sexual na obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Garamound, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

DECÂNIO FILHO, Ângelo. **A herança de mestre Bimba**. Coleção São Salomão, Salvador, 1997.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator. 1983.

FRIEDMAN, David M. **Uma mente própria**. A história cultural do pênis. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

MACEDO. Robson. **Congada de Catalão**. Catalão: Talento Gráfica e Editora, 2007. 98 p.

OLIVEIRA E GABARRA, Larissa. **O reinado do congo no Império do Brasil.** O congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PACHECO, Paulo Henrique Silva. A origem branca da devoção negra do rosário. Revista Tempo de conquista Disponível em:

<http://www.revista.tempodeconquista.nom.br/attachments/File/Paulo_Henrique_Pacheco.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

PAIXÃO, Marcelo. Entrevista com Marcelo Paixão. (2010). Disponível em: http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/05/19/o-brasil-dos-brancos-e-rico-dos-negros-e-muito-muito-pobre/.

RODRIGUES, Ana Paula Costa. **Corporeidade, cultura e territorialidades negras**: a Congada em Catalão – Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2008. 129 f.

SANTOS, Carlos Roberto Moreira dos. **Congada e Reinado:** história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. 136 p.

SANTANA, Olívia. **O Negro no mercado de trabalho no Brasil**. (2010). Disponível em: http://www.faced.ufba.br/artigos/artigo_olivia1.htm

SILVA, Joseli Maria et all. Espaço e Múltiplas Masculinidades: um desafio para o conhecimento cinetífico geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria et all. **Espaço, gênero e masculinidades plurais.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SILVA, Wagner Aparecido da. **Viva Rei, Viva Rainha, Viva Também seu Capitão.** A Família do Congado em Conselheiro Lafaiete- MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Plesbiteriana Makenzie. São Paulo, 2008. 80 p.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista**. História da Festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002. 387 p.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. As representações do homem negro e suas consequências. **Revista Fórum Identidades.** Ano 3, Volume 6 | jul-dez de 2009.

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons Negros no Brasil**. Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo": Art Editora, 1988. 138 p.

GÊNERO, SEXUALIDADE E ESPAÇO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE AÇÕES DE PESQUISA DO PIBID NO CEPIF EM PIRES DO RIO (GO)

Marise Vicente de Paula
Universidade Estadual de Goiás – UnU Pires do Rio

Cristiane Dias
Universidade Estadual de Goiás e do CEPIF

Raphael de Araújo Pinheiro
Universidade Estadual de Goiás

Lorena Rodrigues dos Santos Moraes
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: A presente reflexão busca realizar uma análise sobre gênero, sexualidade e espaço escolar, a partir dos dados coletados na pesquisa realizada junto ao subprojeto de Geografia do PIBID/UEG, através da aplicação de 254 questionários entre os alunos (as) do Colégio Estadual "Professor Ivan Ferreira" (CEPIF), cujo objetivo principal foi traçar um perfil dos estudantes do ensino médio desta instituição, bem como conhecer suas opiniões e anseios sobre a escola campo e o ensino de Geografia. Após a análise e sistematização dos dados foi possível verificar que existe uma predominância de alunas do sexo feminino no CEPIF em conformidade com diversas pesquisas que apontam um processo de maior escolarização de mulheres nas últimas décadas no Brasil. Ao se identificarem no questionário, alguns alunos (as) se auto declararam como homossexuais, o que apontou para o grupo de bolsistas a necessidade de refletir em momentos coletivos de estudos sobre as questões que envolvem a sexualidade no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, os alunos (as) do CEPIF ao responderem questões sobre o espaço escolar apontaram que há muito que se pensar acerca deste elemento em prol de uma educação mais democrática, acessível e significativa para os alunos (as) do CEPIF.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Espaço Escolar.

1. Introdução

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação escolar.

Para tanto, há a concessão de bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica e média da rede pública de ensino.

Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura que é o coordenador do projeto e de um professor da escola, o supervisor.

O PIBID busca incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, contribuir para a valorização do magistério, elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério e contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Neste contexto, as Instituições de Educação Superior interessadas em participar do PIBID apresentam à Capes seus projetos de iniciação à docência conforme os editais de seleção publicados. As instituições aprovadas pela Capes recebem cotas de bolsas e recursos de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades do projeto. Os bolsistas do PIBID são escolhidos por meio de seleções promovidas por cada IES.

Na Universidade Estadual de Goiás, este programa teve início no ano de 2012 com 41 subprojetos aprovados nas áreas de: Biologia, Educação Física, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Química. As ações envolvem mais de 328 bolsistas entre alunos, professores da UEG e professores das escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Na Unidade Acadêmica de Pires do Rio existem três projetos de natureza em desenvolvimento, um na área de Letras, outro na de História e outro na de Geografia, que será a base para as discussões propostas no presente artigo.

Desta forma, buscaremos, a partir da experiência desenvolvida junto ao subprojeto do PIBID de Geografia, de revisões bibliográficas e de registros fotográficos, fazer uma reflexão sobre gênero e sexualidade no espaço escolar, visto que no Colégio Estadual "Prof. Ivan Ferreira" - CEPIF, onde o grupo do PIBID/UEG do curso de Geografia desenvolve o subprojeto: *Educação em Geografia sob uma Perspectiva Ambiental*, a maioria dos alunos é do sexo feminino no ensino médio.

Este fato foi constatado durante uma das atividades do grupo, que consistiu na aplicação de questionários junto aos alunos a fim de realizar a diagnose[1] da escola campo. Neste questionário foram feitas perguntas de identificação que incluíram o item sexo, com as opções: masculino, feminino e outros. Neste contexto, a maioria dos entrevistados eram do sexo feminino demonstrando o crescimento do processo de escolarização de mulheres no Brasil, e um grupo também se auto identificou como outros, demonstrando o processo de autorreconhecimento e externalizacão da sexualidade entre os jovens.

Estes dados chamaram a atenção do grupo, que chegou à conclusão da existência da necessidade de realizar discussões acerca da categoria de análise gênero, numa perspectiva teórica, inicialmente, em grupos de estudo, a fim de obter aporte para implementação de ações futuras na escola campo.

Desta forma, o presente artigo representa uma reflexão que contém essas inquietações que surgiram a partir da vivência no espaço escolar, através das ações do PIBID/UEG.

2. Referencial teórico

Por muito tempo, as diferenças entre homens e mulheres foram estabelecidas pela anatomia. A diferenciação social dos atributos femininos e masculinos, muito ligados à constituição biológica, possibilitaram a imposição de estereótipos sobre mulheres e homens, atribuindo aos dois sexos, características e funções sociais e afetivas pré-estabelecidas, que muitas das vezes se reafirmavam em ideias preconceituosas e segregadoras para ambos.

A fim de superar esta limitação teórica sobre o universo masculino e feminino, foi desenvolvido o conceito de gênero, muito utilizado a partir dos anos de 1990, após o impacto político do feminismo e as novas perspectivas de análise agregadas a este movimento (MORAES, 1998a).

Lamas (2000, p. 13) afirma que "um grande êxito do feminismo foi ter conseguido modificar não somente a perspectiva política com que se abordava o conflito nas relações mulher-homem, mas também transformar o paradigma utilizado para explicá-lo."

O novo conceito de gênero possibilitou a compreensão de que não é a anatomia que posiciona a mulher e homem em âmbitos e hierarquias distintos, e sim as representações

1 Pesquisa que visa realizar uma caracterização da escola campo, bem como viabilizar o conhecimento deste espaço e seus sujeitos, como os alunos, professores e funcionários. A diagnose funciona como um elemento de investigação que dá suporte ao planejamento das atividades a serem implementadas pelo grupo.

estereotipadas que as sociedades fazem dela, representações estas que são sociais, culturais e historicamente construídas.

O conceito de gênero foi desenvolvido como o conjunto de ideias sobre o que é feminino e o que é masculino, colocando em questão as ideias dicotômicas que gerem a concepção ocidental do papel social de homens e mulheres, concepção esta profundamente androcêntrica e excludente do feminino, como afirma Perrot (1998).

As teorias feministas incorporaram o gênero enquanto elemento de contrapartida à análise determinista proveniente do século XIX, partindo do pressuposto que a desigualdade deriva não da biologia, mas da simbolização da diferença entre o masculino e o feminino que historicamente foi reproduzida sob uma tendência de subalternização da mulher. Isto permitiu uma intervenção que rompia com o determinismo biológico e minava as noções tradicionais do que são as mulheres e os homens.

Em busca de uma neutralidade científica, a ciência positivista do século XX era representada por um sujeito teoricamente neutro, mas simbolicamente masculino – o Homem. Coube ao feminismo a crítica aos princípios epistemológicos androcêntricos e sexistas que alimentaram a história das ideias ocidentais. A partir da concepção de gênero, a luta era mostrar que a mulher também faz parte da sociedade, devendo por isso ser considerada como objeto de análise, bem como sujeito do conhecimento (CARVALHAL, 2004).

Passando a ser objeto de análise científico, dois dilemas cercam as pesquisas sobre o gênero, sendo estas questões a diferença essencial entre homens e mulheres e a busca pela igualdade entre os diferentes gêneros, em um processo que por si só parecia contraditório. De acordo com Lamas (2000), este é um assunto sem solução. Na medida em que mulheres e homens são iguais enquanto seres humanos e diferentes quanto ao sexos, não se pode optar, exclusivamente e de uma vez por todas, pela igualdade ou pela diferença.

Neste sentido, para construir as bases teóricas do movimento feminista, houveram buscas em campos diferenciados pelas ativistas norte-americanas que se apoiaram na teoria do gênero e as europeias mais embasadas nas diferenças sexuais (LAMAS, 2000).

As feministas europeias, mais especificamente as inglesas, se embasavam na necessidade de utilizar a teoria psicanalítica para abordar o tema da diferença sexual. Tinham o objetivo de demonstrar como o discurso dá forma à ação.

A corrente norte-americana, por sua vez, considera a importância da história de vida do ser no processo de construção da identidade, tendo na infância, na relação com a família e

com a sociedade, elementos constitutivos do ser mulher e do ser homem, segundo um fator psíquico.

Neste sentido, a diferença sexual se reduz às diferenças de sexo e a busca pelo respeito à diferença, concentra-se na mudança do estatuto deste psíquico historicamente construído. Esta tendência teve maior adesão dos movimentos feministas na América latina do que as teorias sexistas.

As teorias de gênero buscam reconstruir os relatos sociais e históricos sobre as mulheres, para tanto, foram incorporadas outras categorias, como as de classe, raça e etnicidade. "O Gênero foi conceituado como uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, e com isso se eludiu o papel do inconsciente no sistema total de valores que inclui a subjetividade e a sexualidade." (LAMAS, 2000, p. 15).

Para Moraes (1998a), as relações de gênero como vêm sendo abordadas nas ciências sociais, superam uma visão universal e abstrata das diferenças entre os sexos, abordando uma diferenciação que antes de tudo é cultural no processo de modelagem do que é ser homem e ser mulher. O que chamamos de homem e mulher não é produto apenas de uma diferenciação biológica, mas sim de relações sociais baseadas em diferentes estruturas de poder.

Desta forma, para que a concepção de gênero tenha um embasamento teórico coerente é necessário levar em consideração os elementos culturais que compõem os costumes, crenças e conhecimentos, muitas das vezes sexistas, homofóbicos e machistas, além de racistas e classistas, dos diferentes grupos, na construção do que é masculino e do que é feminino na história das sociedades ocidentais.

Ao considerar os elementos culturais na construção do conceito de gênero, aponta-se para uma compreensão da gênese da diferença social pelo sexo, da busca pelos parâmetros e fundamentos das diferenciações de poder, de política e de papel social entre homens e mulheres na história da humanidade, e esta busca não é apenas histórica, mas vai além, ela é psíquica ao passo que busca a própria construção do sujeito.

O conceito de gênero abrange os aspectos psicológicos, sociais e culturais do que é ser homem, e do que é ser mulher e da elaboração do que é feminino e masculino. Partindo do pressuposto que a cultura herdada estabelece marcas características a cada sexo, pela constituição interior do seu ser e não pela exterior, de fator puramente biológico.

A categoria gênero permitiu sexualizar as experiências humanas, incluindo a questão do gênero como elemento analítico a um universo que anteriormente foi naturalizado como

masculino. Esta tendência volta à discussão também para os homens, excluídos das análises mais específicas em função da figura funcional do homem, construído a imagem de Deus. Desta forma, os estudos de gênero não se remetem apenas às mulheres como equivocadamente é compreendido em alguns casos, remete-se a ambos os sexos e seus atributos culturais e existenciais (RAGO, 1998).

As estruturas de poder, baseadas nas divisões de trabalho, na acumulação do capital e de sua expansão, imprimem sob o sistema cognitivo da humanidade a naturalização do domínio, de diferentes classes e gêneros (CARVALHAL, 2004).

Lamas (2000) afirma que o corpo é um importante agente identificador desta diferença de gêneros, neste sentido utiliza o fator biológico como elementos de distinção, porém com significado distinto das concepções naturalistas, pois, utiliza o fator cultural como agente dominante da diferença. Isto acontece porque o corpo é tido como uma entidade, que sente, que somatiza e vivencia experiências. Desta forma, o conceito de gênero necessita ser relacionado, além das experiências culturais e sociais do ser, às experiências subjetivas e pessoais, como elementos de constituição do conceito.

A ideia de gênero, entretanto, não se limita a arguições puramente teóricas, esta reflexão tem um papel sócio-político muito importante, pois, conceitua e esclarece conflitos da vida real que envolve violência, exclusão e diferença social entre os sexos. O que se busca é um processo de desconstrução da naturalização da visão homocêntrica de mundo, reconhecendo e respeitando a diversidade, seja de gênero, como a de orientação sexual, como de cultura e de raça.

A busca é pela igualdade:

> Ainda que nas sociedades mais desenvolvidas comecem a ser obtidas as condições propícias para eliminar a desigualdade sexista, é indubitável que na América Latina mulheres e homens vivem existências marcadamente distintas só pelo fato de pertencer a um sexo. Nossas sociedades, muito mais que aquelas do Primeiro Mundo, estruturam mais rigidamente a vida social em torno da diferença anatômica e as mesmas condutas têm uma valorização distinta se forem realizadas por um corpo de homem ou um de mulher. (LAMAS, 2000, p. 24).

Este fato demonstra a dimensão e a importância da discussão acerca do conceito de gênero, que traz intrínseco em sua constituição elementos sociais e culturais do ser, na discussão em relação ao reconhecimento da diversidade, no que concerne à liberdade, à autonomia e ao respeito.

Na atualidade, a abrangência do uso da categoria gênero, de acordo com Moraes (1998a), chega ao estado de modismo entre alguns estudiosos das ciências sociais, por se constituir em uma categoria politicamente correta, em muitos casos utilizada simplesmente como sinônimo de sexo, fator este que reduz o significado do conceito e aponta para uma necessidade de maiores critérios na utilização do mesmo.

Na educação as discussões de gênero são recentes e necessárias, visto que a busca por uma escola que agrega, que entende e valoriza a diversidade, passam pela compreensão e utilização do conceito em seu cotidiano.

3. Discussões e resultados

3.1. Escolarização de mulheres e sexualidade

As diferenças entre homens e mulheres, por um longo período histórico, foram elucidadas a partir das peculiaridades biológicas de seus corpos, que atrelada a crenças culturais pautadas na religiosidade e nos costumes, deu ao homem uma série de vantagens em relação a mulher, no que se remete a força física e ao potencial intelectual.

Com o desenvolvimento dos movimentos feministas, enquanto uma ação política, o conceito de gênero tomou corpo buscando superar a ideia de que as diferenças entre os sexos se pautassem exclusivamente em fatores naturais e introduziu a noção de diferença enquanto uma construção cultural pautada na identidade, que é formada a partir de valores sociais aos quais o indivíduo é formado ao longo de sua vida.

> O gênero começou a ser utilizado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos, de inserir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas sobre o corpo, e de destacar o caráter relacional das definições normativas da feminilidade e da masculinidade, isto é, mulheres e homens passaram a ser definidos em termos recíprocos. Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino (VIANNA e RIDENTI, p. 97).

Segundo Louro (2012), o termo gênero passou a ser usado com o propósito de marcar as diferenças entre homens e mulheres, que não são apenas de ordem física e biológica, a diferença sexual anatômica não pode ser pensada de forma isolada das construções sociais e culturais da qual fazem parte. Dessa forma:

> Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...]; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que

> uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja etc. são "genereficadas", ou seja, expressam as relações sociais de gênero). (LOURO, 2012, p.103).

Será nesta perspectiva, de que a escola representa um espaço generificado, que a presente reflexão buscará apontar alguns elementos relacionados às questões de gênero no espaço escolar, a partir de pesquisas realizadas no Colégio Estadual "Professor Ivan Ferreira" junto às ações do subprojeto do PIBID de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Pires do Rio.

Não é incomum a ideia de que o ensino e aprendizagem nos dias de hoje possam estar ainda ligados a fatos tais como a diferença de gêneros e as diferenças em relação à sexualidade. A escola é na teoria o campo maior da democracia e da liberdade de expressão sexual, religiosa, política e cultural, pelo menos hipoteticamente. A escola tem um papel fundamental na construção da vida social de todo cidadão, sendo uma importantíssima ferramenta direcionadora de valores e atitudes, sendo acessível a um olhar mais crítico e reflexivo sobre as identidades de gênero, assim promovendo conhecimentos homogêneos, tanto na prática pedagógica quanto para formação de pessoas mais preparadas para a vida.

> A problemática da educação escolar está na ordem do dia e abarca diferentes dimensões: universalização de escolarização, qualidade da educação, projetos políticos pedagógicos, dinâmica interna das escolas, concepções curriculares, relações com a comunidade, função social da escola, indisciplina e violência escolares, processo de avaliação no plano institucional e nacional, formação de professores\as, entre outras (CANDAU, p. 13).

Nesta reflexão, a ideia de gênero nos espaços escolares será abordada segundo a realidade no Colégio pesquisado, que é a maior presença de pessoas do gênero feminino em relação ao masculino, em conformidade com os dados apresentados em algumas pesquisas que afirmam um número maior de mulheres escolarizadas em relação a homens, como é possível observar em: Probst e Ramos (2013); Bruschini et all in: Barsted, Pitanguy (2011); Melo, Lastres e Marques (2004).

Além disso, faremos uma reflexão sobre as questões ligadas à sexualidade, visto que alguns dos jovens, que responderam os questionários aplicados, afirmam sua homosexualidade, o que levou o grupo a pensar na necessidade de refletir sobre como trabalhar no espaço escolar respeitando e valorizando a diversidade de gênero também sobre o aspecto da sexualidade.

3.1.1. O Aumento da Escolarização de Mulheres no Brasil: um espelho do estudo de caso em Pires do Rio (GO)

De acordo com os dados do IBGE (2010), na faixa etária de 25 anos ou mais, o percentual de homens, com pelo menos o nível superior de graduação completo foi de 11,5%, e das mulheres, de 19,2% entre as pessoas ocupadas no Brasil. Contudo, Bruschini et all in: Barsted, Pitanguy (2011), afirmam que o incremento das mulheres ao ensino superior se deu, sobretudo, em áreas tradicionalmente femininas, como Educação, Saúde e Bem Estar Social, Serviços, Humanidades e Artes, ou seja, o acesso das mulheres à educação, não conseguiu ainda romper com os conceitos culturais de cunho sexista da sociedade brasileira.

De acordo com os dados expressos na tabela 1, no Brasil, as mulheres apresentam melhores níveis de instrução que os homens do ensino fundamental ao superior. No Ensino médio, que representa o universo da presente reflexão, as mulheres representam 25% dos indivíduos que têm ensino médio completo, enquanto os homens representam 24,1%.

Tabela 1. Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais por sexo e nível de instrução

	Homens	Mulheres
Sem instrução e fundamental incompleto	50,8%	47,8%
Fundamental completo e médio incompleto	14,9%	14,4%
Médio completo e superior incompleto	24,1%	25%
Superior completo	9,9%	12,5%
Não determinado	0,3%	0,3%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 disponível em: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/12/493.html

Em relação à taxa de abandono escolar precoce (proporção de jovens entre 18 e 24 anos de idade que não haviam completado o ensino médio e não estavam estudando), de acordo com os dados do IBGE (2010), a maioria dos desistentes eram homens 41,1%, sendo que as mulheres somavam 31,9%.

No Colégio Estadual "Prof. Ivan Ferreira", o grupo do PIBID/UEG do curso de Geografia desenvolve o subprojeto: *Educação em Geografia sob uma Perspectiva Ambiental*. Este quadro que expressa à maioria de pessoas do gênero feminino como estudantes do ensino

médio, se confirma, visto que, dos 254 alunos que foram entrevistados, 148 são do sexo feminino, ou seja 58,2% são mulheres, enquanto 38,5% são homens.

Diante disto, é possível refletir que este quadro da educação nacional segundo a perspectiva do gênero, mostra que nas décadas de 1970 e 1990 as mulheres aumentaram seu nível de escolarização. A consequência disto é o aumento da integração deste gênero ao mercado de trabalho, seu acesso a melhores empregos, qualidade de vida e independência financeira como afirma Probst (2008, p. 01):

> Algumas conseguiram transpor as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar, a partir da década de 70 quando as mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho. O mundo anda apostando em valores femininos, como a capacidade de trabalho em equipe contra o antigo individualismo, a persuasão em oposição ao autoritarismo, a cooperação no lugar da competição. As mulheres ocupam postos nos tribunais superiores, nos ministérios, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia de ponta. Pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo.

Contudo, é preciso ressaltar que ainda existem muitas desigualdades entre os gêneros no que tange ao mundo do trabalho. Esse aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, trouxe, atrelado às vitórias, sérias desigualdades, em uma realidade onde a maioria das mulheres ao ingressar no mercado de trabalho recebe salários mais baixos em relação aos homens em funções similares, mesmo apresentando maior nível de escolarização. (CARVALHAL, 2005, p. 02).

A realidade sexista que obriga a mulher a realizar duplas e/ou triplas jornadas, porque mesmo após séculos de lutas, ainda cabe a ela ser a única ou principal responsável, na maioria das realidades, pelos serviços domésticos e cuidados com os filhos, acarreta ainda mais a rotina da mulher no mercado de trabalho, interferindo assim em seu rendimento profissional e principalmente em sua qualidade de vida.

É preciso que estas questões sejam discutidas na escola, que representa na atualidade um espaço de predominância feminina. A escola enquanto instituição formadora para a vida deve superar a simplificação de suas atribuições que se limitam a transmissão de conteúdos e buscar a inserção de temáticas como os estudos de gênero como prevê o Parâmetro Curricular Nacional – PCN (1997) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

A sociedade moderna, que tem quebrado vários preconceitos em torno de desigualdades e formado cada vez mais opiniões de igualdade entre os gêneros, ainda pode

estar longe de quebrar totalmente essa linha de diferenças de gêneros dentro das escolas e isso pode estar ligado a vários fatores históricos e culturais. A falta de critérios em dividir masculino e feminino é culturalmente fundamentada. O que apenas reforça como a escola por mais que tem renovado seus objetivos e crescido a ideia de igualdade ainda faz da diferença de gêneros algo corriqueiro.

Desta forma a escola e os ambientes escolares devem preparar seus alunos para entender essa definição complexa e ampla. Contudo, nossas observações levam a crer que a visão de divisão sexual a partir das diferenças biológicas ainda é predominante.

Para Vianna e Ridenti (1998), esta divisão dos padrões entre feminino e masculino é também resultante do determinismo biológico. O determinismo biológico seria definidor das desigualdades entre mulheres e homens, tendo a medicina e as ciências biológicas como importantes aliadas que, durante muito tempo, subsidiaram as normas sociais quanto às relações de gênero.

Entender o significado do conceito de gênero facilita para compreender as relações muitas vezes impostas pela sociedade, onde valores e regras são pré-determinados influenciando diretamente em seu comportamento. Vendo isso, fica evidente a importância da escola na formação social individual e coletiva de homens e mulheres.

3.1.2. Sexualidade e espaço escolar

Outro importante dado, verificado após a sistematização das informações colhidas na pesquisa realizada na escola campo, foi a auto-afirmação da sexualidade de alunos do ensino médio, que apresentam idades entre 15 e 17anos, visto que entre os 254 entrevistados, 08 se auto declararam homossexuais ou seja, 3,1%.

Apesar de representar um pequeno percentual, o fato dos alunos se assumirem como homossexuais, aponta para uma importante modificação no comportamento dos adolescentes frente às questões de gênero, que até um tempo histórico próximo, representava um tabu, quase que intransponível.

Esta realidade aponta para uma necessidade da escola, trabalhar questões ligadas à sexualidade, tanto em uma perspectiva de informação e formação, quanto na busca pelo respeito a diversidade de gênero, que representa, na sociedade contemporânea, um importante elemento de discriminação e violência entre os jovens, infelizmente muito comuns no espaço escolar, visto que, entre os 254 entrevistados no CEPIF, 41 declararam já ter sofrido Bulling.

> Quando falamos em relações de gêneros na educação, quase sempre dois assuntos são evocados de imediato: questões ligadas à sexualidade e à constatação de que a grande maioria dos professores de educação básica no Brasil são mulheres, numa proporção que aumenta conforme diminui a idade dos alunos atendidos, a chamada "feminilização" do magistério. (CARVALHO, 2008, p. 91).

Assim sendo, é possível considerar que sexualidade representa um assunto tão tabu quanto o gênero, considerando que esses termos estão bastante interligados na questão da formação escolar hoje no Brasil.

De acordo com Louro (2012), a escola, em sua maioria, trata dos assuntos relativos à sexualidade, muito no campo da educação sexual, voltando as discussões para saúde, abordando temas de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis e planejamento familiar. Contudo, discutir a sexualidade, no aspecto do direito à diversidade ainda, representa uma dificuldade entre os docentes no trato com crianças e adolescentes, visto que a escola em sua essência é classista, sexista e excludente.

A formação de cada ser humano representa um processo muito complexo, e a escola possui um papel fundamental neste processo, juntamente com as instituições família e sociedade. Fazer com que uma criança, no ambiente escolar, seja capaz de compreender as diferenças de gêneros sem renovar os preconceitos criados ao longo da nossa história, requer muitos elementos, que estão imbricados na formação religiosa, cultural, social e econômica.

A questão da identidade de gênero começa a ser trabalhada na família, onde meninos e meninas recebem orientações especificas e buscam imitar o comportamento de seus pares, pais, mães, irmão, avós, primos entre outros. Normalmente estas referência buscam padrões do que deve representar ações masculinas e femininas de forma bastante rígida, inclusive na escolha das cores socialmente instituídas para cada sexo, como o rosa para meninas e o azul para meninos, que muitos adultos carregam como uma regra inalterável por toda sua vida, como se um homem que se veste de rosa, maculasse sua masculinidade.

Na escola, essa padronização se repete, onde os espaços escolares são construídos e generificados. Desta forma, existem espaços específicos para meninos e meninas que não devem se misturar nem compartilhar brincadeiras. Contudo é importante considerar que na escola existem espaços somente para aqueles que são socialmente incluídos como os brancos, os magros, os heterossexuais, católicos e esteticamente considerados bonitos e cognitivamente capazes. Os seres humanos supérfluos como os negros, os gordos, os

homosexuais, ficam à margem, assim como na sociedade, não tendo projetos e ações de inclusão na maioria das realidades escolares do Brasil.

> Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO, 2012, p. 61).

Em contraposição a esta realidade, pondera-se que o papel da escola, deveria ser o de formar cidadãos conscientes da diferença de gêneros e capazes de compreender a sexualidade como fator comum a todos os seres humanos.

Discussões acerca da diversidade de gênero e sexualidade fazem-se urgentes na escola, contudo, é preciso que estas discussões sejam respaldadas em projetos pedagógicos, formulados e discutidos no espaço escolar, bem como, que os docentes tenham formação adequada para estas abordagens, trazendo à tona uma demanda emergente na formação de professores junto às licenciaturas de Geografia, que teimam em ignorar essa necessidade.

4. Considerações finais

Se as questões de gênero representam para Geografia um novo campo de investigação ainda pouco habitado pelos pesquisadores desta ciência, pensar elementos desta natureza junto ao ensino de Geografia representa algo ainda mais complexo e inusitado.

Contudo, é preciso que haja uma intensificação da pesquisa acerca dos assuntos de gênero e sexualidade no espaço escolar, bem como da valorização destas temáticas junto aos cursos de licenciatura na formação de professores, visto que os educadores necessitam se conscientizar sobre tais questões tendo respaldo teórico para formar cidadãos críticos e participativos.

Um professor que nunca foi levado a pensar na diversidade de gênero, dificilmente terá sensibilidade de tratar este assunto de maneira adequada com crianças e adolescestes, apresentando muitas vezes, dificuldades até mesmo de convívio e de respeito à materialização desta diversidade no cotidiano de seu trabalho no espaço escolar.

Desta forma, é preciso que se busque alternativas de formação de professores, a fim de superar as abordagens de cunho higienista acerca da sexualidade na escola, pensando a

diversidade de gênero como um fenômeno recente, porém primordial para formação igualitária de meninos e meninas no ambiente escolar.

Referências

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: desafios para a prática pedagógica. In: Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (Org.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Vozes. Petrópolis - RJ, 2008.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. In: Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (Org.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Vozes. Petrópolis - RJ, 2008.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Sentelha, 2004. 144 p.

LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidade em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: Antonio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (Org.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Vozes. Petrópolis – RJ, 2008.

LAMAS, Marta. Os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta**. n. 84/85. mar./ago. de 2000. p. 12 – 25.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 14 ed. Vozes. Petrópolis RJ, 2012.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998. p. 99-105. Campinas – SP.

MOREIRA, Antonio Flávio e CANDAU, Vera Maria. (Org). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Vozes, Petrópolis, RJ. 2008.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998. 159 p.

VIANNA, Claudia. RIDENTI, Sandra. Relações de Gêneros e Escola: das Diferenças ao Preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferença e preconceito na escola alternativas teóricas e práticas.** Sumus Editorial, 4 ed**.** São Paulo, 1998.

Relações de gênero e sexualidade: Estudo sobre as relações de gênero e as contribuições da prática docente para a desmistificação de diferenças e preconceitos em relação ao sexo (sexismo) em sala de aula**.** Disponível em: http://monografias.brasilescola.com/pedagogia/relacoesgenerosexualidade.htm#capitulo_4.1.

MULHER, TRABALHO E A IGREJA CATÓLICA: A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX EM CATALÃO (GO)

Marli José Tavares
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão/Dialogus

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão/Dialogus

Resumo: O estudo em questão buscou compreender a relação feminina com a Igreja Católica e a preparação da mulher para ser professora em Catalão (GO) no início do Século XX. A Igreja Católica, juntamente com a Santa Sé, iniciou um processo de renovação chegando ao Brasil na forma de Associações atuantes nas áreas de saúde e educação, tendo a mulher como trabalhadora principal. A análise se fez através da categoria gênero que enfatiza o caráter social das diferenças impostas entre os sexos, tornando perceptíveis as conotações sociais em contraste com as conotações físicas. As concepções de mulheres existem quando definidas em relação aos homens. O conceito de gênero relativo ao contexto sociocultural possibilita pensar diferentes sistemas de gênero e suas relações com outras categorias como raça, classe ou etnia. Iluminando a compreensão de como o poder é distribuído de forma desigual, entre homem e mulher nos espaços ocupados, seja no lar, na cidade, nas instituições, e aqui em específico na Igreja Católica, que teve e ainda tem grande influência no comportamento feminino, saindo do espaço da Igreja e alcançado a sociedade. A pretensão central do estudo está na busca pela mulher trabalhadora, enfim, da mulher enquanto ser social que contribui na formação da sociedade. O respaldo teórico metodológico se faz a partir de autores como: Guacira Louro; Elisabeth Johson, Joseli Silva; Friederich Engels; dentre outros.

Palavras-chave: Mulher. Religião. Trabalho.

A sociedade mundial passou por transformações no pós-guerra. Os questionamentos sobre valores que até então eram firmados como verdades absolutas, surgem em diversas vertentes. O aclamado progresso deixou um rastro de sofrimento, que acabou impulsionando os questionamentos e a busca por mudanças voltadas para o ser humano. Incluída neste contexto estava a mulher e seu processo histórico de submissão ao poder masculino.

A discriminação da mulher na sociedade, é perceptível ao longo do tempo, em específico na sociedade ocidental, e um dos caminhos para se compreender esta situação, pode estar na investigação da relação varão e mulher, a partir dos segmentos de grande atuação na sociedade, como por exemplo, a religião.

A possibilidade de estudos com esse caráter somente foi possível a partir dos movimentos de contestação que tomaram conta do mundo na segunda metade do século XX. O surgimento do movimento feminista e seus conceitos possibilitou a análise dos questionamentos acerca dos valores socioculturais. As reivindicações dos direitos da mulher, em diferentes níveis sociais passaram a ser buscados.

Para reivindicar é preciso conhecer e entender o processo de atuação da mulher ao longo do tempo. O 'feminismo ocidental' apresentou novos conceitos hermenêuticos que possibilitasse uma análise da condição feminina, dentre estes conceitos, está o de gênero, como aponta Ivone Gebara:

> [...] Sexismo como atitude de discriminação em relação ao sexo feminino; de falocracia ou androcacia para afirmar a 'centralidade' do poder masculino; de patriarcalismo para indicar a existência de um sistema que utiliza a dominação dos homens sobre as mulheres em vista de perpetuar-se. O conceito de *GÊNERO (gender)* aparece como um dos últimos conceitos hermenêuticos introduzidos pelo feminismo ocidental. [...] (GEBARA, 2000, p. 38) [Grifos da autora].

Este conceito enfatiza o caráter social das diferenças impostas entre os sexos, tornando perceptíveis as conotações sociais em contraste com as conotações físicas do sexo. As concepções de mulheres existem quando definidas em relação aos homens. O conceito de gênero relativo ao contexto sociocultural possibilita pensar diferentes sistemas de gênero e suas relações com outras categorias como raça, classe ou etnia.

Isto posto, ilumina-se a compreensão acerca dos comportamentos condizentes ao homem e a mulher, como o poder é distribuído de forma desigual e culturalmente aceita entre homens e mulheres, seja no lar, nas instituições, e aqui em específico na Igreja Católica. Vários estudos estão voltados para essa relação, que remontam desde os tempos de Jesus até os dias atuais, apontando o processo que colocou a mulher à marginalização dentro da Igreja.

Não é preciso ter um conhecimento minucioso acerca do cristianismo católico para perceber que o poder de decisão está reservado aos homens. Diante da complexidade do tema será feito apenas um resgate histórico, breve e sem exaustão de análise, do papel da mulher desde o início do cristianismo até o século XX.

No cristianismo primitivo, observa-se um movimento de inclusão dos segmentos sociais marginalizados pelos judeus, incluindo, a mulher, como é ressaltado por Fiorenza:

> [...] Jesus questionava radicalmente as relações sociais, hierárquico-religiosas e patriarcais (...) no movimento de Jesus, oferece a base teológica para o reconhecimento das mulheres como discípulas de pleno direito [...] (FIORENZA, 1995, p. 196).

Liderar missões cristãs, profetizar e apostolar se fizeram parte do papel da mulher, isto aconteceu nos tempos de Jesus, pois nas tradições cristãs primitivas o que prevaleceu foi o poder dos padres, portanto o modelo patriarcal e androcêntrico que foi se firmando até os dias atuais, não só na religião, mas na sociedade em geral.

Um dos fatores para esta afirmação está embasado em conceitos, anterior a era de cristo, e que sempre se fizeram presentes na relação homem-mulher. O homem, até mesmo pelo seu porte físico, caçador, guerreiro lhe permitiram a posição de liderança. A mulher dedica-se a ao cuidado com o outro, filhos, velhos e organização do espaço utilizado. É assim que a mulher chega à sociedade mais ou menos organizada, com o surgimento das cidades:

> No novo meio proto-urbano, o macho tornou-se a figura dominante; a mulher passou ao segundo lugar. (...) O poder do homem revela-se agora em façanhas, onde a mulher havia sido mais ativa. A força da mulher tinha estado em seus encatamentos e sortilégios peculiares, nos mistérios da menstruação, da cópula e do parto. O poder do homem revela-se agora em façanhas de agressão e força física. (MUMFORD, 1991, p.35).

Nos dias atuais percebemos essa divisão dentro dos espaços urbanos, ou seja, as cidades não são pensadas e/ou planejadas para a mulher.

Seguindo o resgate histórico, percebemos que relação da mulher com o cristianismo Católico foi se tornando contraditória e emblemática com o passar dos séculos, No início do cristianismo, a mulher era relembrada como Maria, exemplo de mãe, associado a ações divinas que se confundem com os processos de geração, alimentação, cuidado, clemência e misericórdia. "[...] Invocada mãe por excelência, Mãe de Deus, Mãe de Misericórdia, Mãe do Consolo Divino, Nossa Mãe [...]" (JOHSON, 1995, p.55).

Durante a alta Idade Média, a mulher foi duramente massacrada, o pensamento clerical, fundamentado nos 'santos padres' foi marcado pela misoginia. A figura de Eva que corrompe e instiga a maldade. Como podemos perceber: "[...] Foi pela mulher que começou o pecado, por sua culpa todos morremos [...]" (COYLE, 1999, p.120).

A veneração à Maria era a repulsa ao corpo e à exposição da mulher ao público, à mulher era reservado o espaço privado, o doméstico, à reclusão. À Igreja era-lhes reservado apenas o direito da oração, negando-lhe o direito a pregar e governar. Mulheres como Maria Madalena e Joana D`arc não são figuras resgatadas como exemplo de contestação e afirmação, quando lembradas servem de exemplos a não serem seguidos.

O poder da sociedade medieval estava nas mãos da Igreja, com suas ordens religiosas, regras e normas sempre excludentes e rígidas. Há também que se ressaltar que tamanha repressão certamente gerou resistência. Àquelas que não podiam fazer parte de alguma Ordem, se dedicavam aos 'esquecidos' pela Igreja: os famintos, leprosos, idosos, etc.

O caminhar da sociedade medieval marcou, mais que, qualquer outra época, o controle da participação e ação da mulher. Já no final da Idade Média, com o crescimento das

cidades e maior centralização do poder civil, a preocupação com a mulher na sociedade era considerável: "[...] O controle da voz feminina passou a ser exercido com maior rigor [...]" (PIERONE; PALAZO; SABEH, 2007, p. 21).

Nem mesmo as grandes transformações com os novos ideais da Idade Moderna instigou a liberdade feminina, o que se percebe são novas maneiras de repressão. A Igreja católica continua com a mesma visão de submissão da mulher. O Concílio de Trento (1545-1563) reafirma a reclusão feminina, ou seja, os trabalhos das religiosas deveriam ser feitos em conventos e não nas ruas em contato com a sociedade.

No Brasil, a participação das mulheres na Igreja, não foi diferente. Mesmo tendo um catolicismo 'popular'[1]sua atuação estava reservada à participação aos cuidados da Igreja, ou se reclusar em conventos e casas de recolhimentos. É importante ressaltar que essas 'casas' recolhiam as mulheres, sem a obrigatoriedade dos votos, assim percebe-se que era uma maneira de controlar o comportamento das mulheres que não seguiam a vida religiosa, regulamentar casamento e abafar a rebeldia feminina, mantendo-as submissa. A mulher casada tinha por obrigação o cuidado com os filhos, maridos, irmãos, anciãos.

Destarte, no final do século XIX é possível visualizar uma inovação no papel da mulher. No caso específico, o papel da mulher na Igreja Católica e sua atuação no trabalho e na cidade. Muitas congregações religiosas foram surgindo no Brasil, certamente, um dos fatores que contribuiu para tal crescimento, foi o abandono do Império e depois do Estado para com a classe mais pobre. Essas congregações atuavam na catequese, na imprensa, nas missões, na educação e na ação social.

O mundo estava se transformando, revoluções, industrialização, proletarização e secularização das massas. E a mulher atuava neste contexto, mesmo que de maneira discreta, a mulher se tornará mais visível.

A Santa Sé[2] reconheceu que era preciso rever o papel da mulher diante do novo contexto:

> [...] a importância global da ação capilar por elas exercidas em todos os domínios do apostolado, mas também a necessidade de adaptar o antigo direito das religiosas, baseado numa reclusão muito rígida, às condições inteiramente novas da sociedade do século XIX [...] (AUBERT, 1975, p. 113).

1 A ausência de sacerdotes e a distância da Cúria Romana fez desenvolver um sincretismo religioso, com influencias católicas romanas e de outras religiões, como a indígena e africana, gerando um catolicismo brasileiro, que foi denominado de 'popular'.
2 É a jurisdição eclesiástica do Papa e forma o "governo central" da igreja.

Sem dúvida, as congregações femininas permitiram certo reconhecimento do papel da mulher na sociedade, porém é perceptível que a atuação da mulher nada mais era do que a extensão do privado, ou seja, a atuação na área da saúde e da educação era a continuidade do trabalho doméstico, não havendo, portanto um rompimento com a concepção andocêntrica.

Durante todo século XIX as congregações femininas se espalharam pelo Brasil e no início do século XX chega à cidade de Catalão (GO). Em 1921, as Irmãs Agostinianas Missionárias, fundaram o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, que até os dias atuais é dirigido por elas. O referido colégio, com seu modelo de educação rígida e com especial controle disciplinar, formava jovens mulheres com ênfase no aspecto doutrinário e sacramental, ou seja, diferente do modelo de catolicismo aqui predominante, que era o 'popular'.

Isto posto, percebemos que a mulher será 'usada' nesse período, como a intercessora entre o catolicismo popular e o catolicismo romano, entre as tradições do rural e as inovações das cidades.

O Brasil sempre foi um receptor da cultura europeia, na religião não foi diferente. Desde o Império o Brasil já havia estreitado suas ligações com Roma, isso se deve ao processo de Romanização[3], que é um exemplo claro da negação da realidade brasileira e uma valorização do modelo europeu, especialmente da Igreja de Roma.

Vale ressaltar que Catalão (GO) participava desse momento de importação de ideias e comportamentos religiosos europeus, isso pode ser constatado com o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus aqui se instalou para atender ao apelo das famílias mais abastadas, preocupadas com a formação de suas filhas, como ressalta Maria José Paim: "[...] as famílias Fayad, Safatle, Sebba, se empenharam para trazer as madres agostinianas da Espanha [...]" (PAIM, 1995, p. 7).

O Brasil se dinamizava, as cidades cresciam e queriam seguir o progresso a qualquer custo, as transformações do século XIX juntamente com as consequências da exploração do capitalismo traziam consequências afetando toda a sociedade, em meio a tudo isso estava a mulher e sua ação. Qual seria então a função da mulher nesta sociedade moderna, urbana, mas com traços fortemente rurais?

A mulher ocupava lugar distinto do homem; enquanto este tinha livre acesso ao espaço público e privado, a mulher estava restrita à vida privada. Porém, a sociedade

3 No final do Segundo reinado, surgiu no Brasil um movimento dirigido pela hierarquia eclesiástica, cujo objetivo era colocar não só o Brasil, mas também o mundo sobre a direção da Santa Sé- que é o mesmo que Igreja de Roma.

brasileira exigia mais dinamização do gênero feminino, o que não significa uma mudança de comportamento, o que se percebe é uma extensão da função da mulher no espaço privado para o espaço público. É preciso salientar que este espaço público era restrito, dimensionado para a participação da mulher na sociedade.

A mulher 'educada' tornava-se necessária no urbano, pois sua atuação sempre foi de cuidar dos filhos, maridos, anciãos, dentro do espaço privado, mas é naquele reduto que as decisões acontecem. Há de supor então que a mulher sempre foi o eixo fundamental entre família e sociedade, privado e público.

Dessa maneira, a educação sistematizada não deveria mais estar tão distante das mulheres, é nesta área que a mulher encontra seu 'lugar' na cidade e no trabalho. Certamente, ser professora era a profissão que aparentemente não confrontava com o casamento e com os deveres femininos. Segundo Guacira Louro, aos poucos as mulheres brasileiras se inseriam no meio letrado, que antes estava reservado aos homens:

> As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas, por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o perédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo se faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras [...] (LOURO, 2000, p. 454)

A inserção da mulher na vida ativa da sociedade acontecia sem grandes rupturas, mesmo porque a sociedade brasileira, de modelo patriarcal. O homem era figura central, tudo girava em torno do masculino. A economia, a política e a religião eram administradas pelos homens. Este modelo refletia até mesmo no planejamento das cidades, que segregava e ainda segrega a mulher. Como aponta Rosa Tello: "Sin embargo, para las políticas urbanas el espacio cotidiano, como las mujeres, es invisible, porque, al ser 'a privacion de lo privado', es decir, al ser continuación del espacio doméstico, 'es como si no existiera [...]" (TELLO, RINCÓN, 2009, p. 47).

A cultura ocidental não reconhece a especificidade dos gêneros, e até o espaço urbano reflete a homogeneização e a segregação. A cidade é pensada a partir de um planejamento urbano normatizador, racional, vinculado ao masculino.

A maneira que a mulher encontrou para ser atuante na sociedade, naquele momento, em uma cidade do interior de Goiás, foi a extensão do privado, ou seja, através da educação, saúde e obras sociais. Num contexto em que tudo se é pensado e desenvolvido a partir do masculino, a mulher, para atuar, o faz a partir das "brechas".

Naquele momento, educação e religião foram aliadas para a 'preparação' da nova mulher exigida pelo progresso. Percebemos que o papel da mulher não foi repensado e sim moldado ao atual contexto, que não trazia novas concepções, mas sim uma restauração do modelo preexistente, que era androcêntrico.

Assim sendo, percebemos que a mulher precisava ser preparada para atuar na sociedade, uma vez que seu papel era de cuidar daqueles que o estado não contemplava, ou seja, as camadas populares e marginalizadas. As jovens professoras que saiam do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, eram preparadas para se tornarem transmissoras do modelo romanista nas camadas populares, que estavam imbuídas do catolicismo popular.

A Igreja Católica sabia que era preciso seguir a nova sociedade, mas de maneira a restaurar e não renovar, como ressalta Riolando Azzi: "[...] Em outras palavras, restaurar é restabelecer em perfeita forma o modelo antigo [...]" (AZZI, 1994, p. 22). Seguir ao progresso era colocar as pessoas na prática sacramental: batizar, confessar, casar.

Especificamente no Estado de Goiás, percebemos que o catolicismo de caráter popular e devocional era bastante presente, percebemos essas características até os dias atuais, com a realização de festas em louvores a santo. E para a Igreja Católica, o catolicismo popular apresentava uma ameaça ao modelo romanista, a nova sociedade exigia mais dinamização da mulher na sociedade cada vez mais urbana. Sabiamente houve a preparação da mulher professora, trabalhadora, evangelizadora.

É importante ressaltar que esta 'nova mulher' foi muito bem preparada pela Igreja Católica em Catalão (GO). Em 1943, um grupo de franciscanos veio dos Estados Unidos, atendendo ao convite de D. Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás, para desenvolver apostolado, junto às populações goianas. O trabalho desenvolvido pelos franciscanos terá a colaboração das professoras, recém-formadas no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus.

Frei Alexandre Wyse, dá uma visão do contexto no qual os franciscanos norte-americanos se estabeleceram no Brasil.

> Durante a segunda guerra mundial, em 1943, o então Arcebispo de Goiás, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, solicitou à Província Franciscana do Santíssimo Nome de Jesus de Nova York a fundação de uma missão da Ordem em nosso Estado de Goiás. (...) Na Arquidiocese, com mais de 300 mil quilômetros quadrados, havia escassez de clero, não havendo quase recursos humanos e financeiros para as obras espirituais e sociais da Igreja. Dom Emmanuel, ao convidar os franciscanos americanos para Goiás oferecia-lhes a possibilidade ampla de um campo apostólico em paróquias e

nas escolas e colégios. Aceito o convite veio a primeira turma ainda no final de 1943 [4]

A primeira comunidade franciscana foi estabelecida, em Anápolis, no ano de 1944, com os freis: Paulo, Jaime e Damião. No mesmo ano, para a paróquia de Catalão, vieram os freis: João Francisco Granahan – como superior e vigário – Cristóvão e Gabriel. Eles foram recebidos por uma comitiva em 28 de janeiro de 1944, como está registrado no Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus.

Os franciscanos deram às normalistas do Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus a oportunidade de prática da formação profissional e religiosa que receberam, pois a formação como normalista, não era apenas uma preocupação com o letramento, mas também e tão importante quanto, estava a evangelização através da catequese, que foi, a arma mais poderosa usada pela Igreja para a expansão de seus princípios, pela busca de novos fiéis, e pelo controle do papel da mulher na sociedade.

No segundo semestre de 1948, os franciscanos abriram uma escolinha primária numa sala da antiga Casa Paroquial, na Praça Dom Emanuel (praça da velha matriz) que recebeu o nome de *Escola São Vicente de Paulo*. Lá os alunos recebiam material escolar, uniforme, carinho e formação religiosa: *"*A Escola São Vicente de Paulo foi criada em agosto de 1948 e foi dirigida por Solony Lôbo*"*.[5]

Percebe-se então que, Igreja e Estado estavam juntos no processo de 'letramento', mesmo o Estado sendo laico, desde a República. Nota-se também que a mulher foi um eixo fundamental nesta parceria, pois atuava nos dois comandos sem maiores questionamentos, cumprindo seu dever de trabalhadora cristã católica. Contribuindo, dessa maneira, para o desenvolvimento da sociedade, pois a normalista atendia os espaços deixados a parte pelo Estado e pela religião. A professora atuava na educação (letramento) e ainda levava os princípios morais e religiosos para a sociedade.

A normalista, em Catalão, exercia o ofício de educadora pela fé, sua preocupação era com a disseminação do catolicismo romano, a partir da educação. Toda essa preocupação e dedicação se fizeram pelo fato de Catalão apresentar, naquele período, um forte catolicismo popular. Não somente Catalão, mas Goiás como todo. Frei Alexandre Wyse (1989) ao descrever o contexto no qual os franciscanos foram convidados a virem para Goiás salienta a pouca participação da Igreja principalmente no interior goiano.

4 As informações dos nomes dos freis acima citados seguem conforme Livro Tombo 1930 a 1952, 21, onde não estão descritos os sobrenomes.
5 Livro Tombo, 1930/52, 80

Vale ressaltar que no Brasil desenvolveu-se um catolicismo próprio, oriundo do contato que os jesuítas e colonos estabeleceram com os índios. Marilena Chauí (2001) aponta que a religiosidade popular no Brasil atingiu de forma distinta o campo e a cidade. O catolicismo rural apresentava uma herança do padroado, uma noção de cristandade pautada na relação de confiança e troca, essas relações ganhavam força com a ausência dos representantes oficiais da Igreja.

Todo esse contexto incentivou os leigos ao desenvolvimento religioso de suas comunidades, por intermédio da formação de irmandades, festas em louvores a santos, romarias. Catalão, mesmo como referência de desenvolvimento urbano no início do século XX, como aponta Palacín (1994) apresentava fortes traços de um catolicismo popular rural, como exemplo, a festa de Nossa Senhora do Rosário e os rituais de benzição.

A Igreja interviu neste processo, e contou com a participação ativa da mulher. Dessa maneira, a Igreja possibilitou à mulher ter um papel relevante na nova sociedade urbana, porém, sem nunca ocupar lugar de lideranças e decisões.

Considerações finais

A nova sociedade trouxe, apenas, mais atuação feminina, como trabalhadora, citadina e aparentemente inovadora. A mulher trabalhadora, atuante na cidade, nada mais era do que o reflexo do modelo religioso, sistematizador e masculino. Educação, religião e controle do gênero feminino, é isso que se percebe através deste estudo.

A mulher que trabalha e participa da vida urbana é aquela mesma mulher oprimida no espaço privado, o que aconteceu foi uma expansão das normas e não uma renovação, o trabalho da mulher enquanto educadora, apenas reforçava sua posição de inferioridade dentro da sociedade, sem tomar decisões, ou não deixar que suas ideias sejam de justa forma lhe atribuídas. Atuar na educação era transmitir normas estabelecidas por homens.

Educar implica em ensinar conceitos e detalhá-los, e a religião é uma maneira de difundir e estipular regras a serem seguidas, podendo até entrar no campo científico, nutricional, filosófico, e, sobretudo, comportamental, dependendo da religião. Por isso existem escolas religiosas Judaicas, Católicas, Islâmicas, para que as crianças desde tenra idade possam inculcar os preceitos da religião e viver segundo os mesmos.

Uma sociedade se constitui a partir das regras que são impostas aos indivíduos, determinando seus comportamentos, que podem ser concordantes ao modelo estabelecido, ou

contrários a ele. Mesmo porque, são a partir das regras, que se escolhem os comportamentos a serem seguidos.

Vale ressaltar que, religião e educação se interligam, basicamente, pelo fato de unirem esforços em torno da ética, da moral e da disciplina. Valores esses que absorvidos pelo indivíduo dá à sociedade um estereótipo mais homogêneo, que é o que interessa à religião, e a sociedade. Pensar a sociedade como homogênea é reduzir (ocultar) centenas de problemas, não só a religião, mas também o Estado quer uma sociedade homogênea.

Dentro deste contexto está o gênero feminino, que é diferente do gênero masculino, e é este quem determina o modelo a ser seguido. Dessa maneira, pode-se afirmar que a mulher não teve um novo papel na sociedade catalana, na primeira metade do século XX, o que houve foi uma remodelagem do modo antigo, que segrega, limita e ofusca o verdadeiro papel da mulher.

A professora trabalhadora na cidade foi uma participação nada inovadora e/ou progressista, e sim um reflexo da formação romanista e rígida, desenvolvida pelos Grupos religiosos que aturaram na educação não só em Catalão, mas em todo o país. É importante ressaltar que, as expressões contrárias a percepção do presente estudo se farão presentes após a participação efetiva do movimento feminista, desencadeado a partir de 1960, período posterior ao recorte temporal da pesquisa em questão.

Referências

ASANO, Sandra Nui; COUTINHO, Sérgio (Org.) Associação das Filhas de Maria e a Preparação das Mulheres para a Missão de Guardiãs Naturais da 'Moral e da Religião. In. **Religiosidades, Misticismos e História no Brasil Central**. CEHILA: Brasília, 2001.

AUBERT, R. **A Igreja o liberalismo e o mundo moderno**. Vozes: Petrópolis, 1975. (Coleção Nova História da Igreja. Volume V. Tomo 1).

AZZI, Riolando. Contexto Religioso: a Reustaração Católica. In: **Neocristandade**: um projeto restaurador. Paulus: São Paulo, 2001. Pp. 301 – 319.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO Bóris. **História Geral da Civilização**. Tomo III O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930 – 1964). 2° edição.. Difel: São Paulo, 1986.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade:** o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1990.

BRUNEAU, Thomas C. **Religião e politização no Brasil: a Igreja e o Regime Autoritário**. Loyola: São Paulo 1979

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**? Brasdiliense: São Paulo, 2001.

COYLE, Katleen, **Maria na Tradição Cristã a partir de uma perspectiva contemporânea**. Trad. Bárbara T. Lambert. Paulus: S. Paulo, 1999 (Coleção Teologia Sistemática)

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro, 2002

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. **Discipulado de iguais**: uma eklesialogia feminista crítica da libertação. Trad. Yolanda S. Toledo. Vozes: Petrópolis, 1995.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio:** uma fenomenologia feminista do mal. 2. Vozes: Petrópolis, 2000.

JOHSON, Elisabeth A. **Aquela que É**: o mistério de Deus no trabalho teológico feminino. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis, Vozes. 1995.

LOURO, Guacira; DEL PRIORI, Mary, (org), **História das mulheres no Brasil**. Contexto:São Paulo, 2000.

MUNFORD, L. Santuário, aldeia e fortaleza. In: MUNFORD, L. **A cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas**. Martins Fontes: São Paulo, 1991.

NUNES, Maria José Rosado. As freiras no Brasil. In. DEL PRIORI, Mary (Org). **História da Mulheres no Brasil.** Contexto: São Paulo, 2000. Pp. 482 – 509.

PAIM, Maria José. **Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus: inserção da mulher catalana no espaço público**. Catalão, Monografia de Graduação. UFG/CAC, 1996. Mimeografado.

PALACIM, Luis Gomes. **História política de Catalão**. UFG: Goiânia, 1994.

PIERONE, Geraldo; PALAZZO, Carmem Lúcia; SABEH, Luiz Antônio. **Entre Deus e o Diabo:** santidade reconhecida e santidade negada na Idade Média e na Inquisição Portuguesa. Bertran: Rio de Janeiro, 2007.

TELLO, Rosa; RINCÓN, Socorro Pérez. Inclusión y exclusión de las mujeres em las políticas y prácticas de renovación urbana. In: TELLO- QUIRÓZ. **Ciudad y diferencia**. Edicions Bellaterra: Barcelona., 2009.

WYSE, Alexandre, O.F.M. **No Coração do Brasil: Custódia do Santíssimo Nome de Jesus em Goiás**. Anápolis, 1989.

O CORPO E A IDENTIDADE EM *A SOMBRA DAS VOSSAS ASAS*

Marta Maria Bastos
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Luciana Borges
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão

Resumo: Neste trabalho apresenta-se a relação entre identidade e corpo em *A sombra das vossas asas* (1997), romance da escritora contemporânea Fernanda Young. Nesse romance, a autora apresenta a protagonista Carina, cujo corpo é tomado como simples suporte de pessoa, uma matéria prima na qual se diluí a identidade pessoal. O corpo, no discurso científico contemporâneo, transformou-se num território privilegiado de experimentações sensíveis. Desde então foi fácil considerá-lo uma instigante fronteira a ser vencida, explorada e controlada. A protagonista desse romance representa na contemporaneidade uma grande preocupação com sua imagem refletida no espelho. Uma imagem que foge aos padrões estéticos ditados pela cultura atual. Para atingir o corpo perfeito, ela se utiliza dos recursos da cirurgia plástica a fim de corrigir imperfeições em suas formas físicas e atingir os padrões corporais de beleza ditados pela cultura atual. Para tanto, serão tomados aportes em David Le Breton (2003), em *Adeus ao corpo*; Denise Bernuzzi de Sant'Anna (2001), em *Corpos de passagem*; Gilles Lipovestsky (2004) em *Os tempos hipermodernos;* Stuart Hall (2004) em *Identidade e Pós-Modernidade*; Georges Vigarello (2006*), em História da Beleza*. Esses autores e demais outros serão acionados para a discussão que envolve o corpo e a identidade feminina no romance *A sombra das vossas asas*.

Palavras-chave: Corpo. Identidade. Padrões Estéticos.

O presente trabalho apresenta uma leitura da protagonista Carina, do romance *A sombra das vossas asas* (1997), no centro dos processos de corporificação e sua relação com a constituição da identidade da personagem. No romance, destaca-se a mulher contemporânea, convivendo com todos os seus conflitos existenciais, retratando sua fragilidade diante da realidade atual, suas incertezas e insatisfações com o próprio corpo, ou seja, com sua própria imagem refletida.

Para a realização deste trabalho, será importante traçar alguns dos principais apontamentos que apresentem a identidade feminina no romance A sombra *das vossas asas*, (1997) da escritora contemporânea Fernanda Young, atendo-se para o foco principal da abordagem que são as questões da estética do corpo e o corpo erotizado.

A presença da mulher como personagem central neste romance é um elemento fundamental na literatura de Fernanda Young, uma vez que, a cultura do corpo movimenta a grande indústria do consumo, girando em torno da beleza e da sensualidade, da qual a mulher é o alvo principal. O fato de o corpo feminino ocupar um lugar importante na mídia

atual, representando status de pode econômico e sedução erótica, não desconstrói os estereótipos em relação a que esse corpo esteve historicamente subordinado.

A contemporeneidade é um período marcado pela cultura do corpo. Em nenhuma outra época, na história da humanidade, o corpo mereceu tamanha atenção como na atualidade. Para David Le Breton (2003, p. 31), em *Adeus ao corpo*, "nossas sociedades consagram o corpo como emblema de si. É melhor construí-lo sob medida para derrogá-lo ao sentimento da melhor aparência. Seu proprietário, olhos fixos nele mesmo, cuida para torná-lo seu representante mais vantajoso."

De acordo com Breton, o corpo é a marca consagrada do sujeito. Na atualidade o indivíduo se representa pelo seu corpo, pela sua beleza e pelos atributos físicos que exibe, sobressaindo mais que suas qualidades morais e intelectuais. Daí o maior cuidado ao corpo e não às qualidades de sujeito. Ao corpo é atribuída outra função: a de matéria prima a ser experimentada em várias transformações.

Pautados na concepção popular a respeito do próprio corpo, na qual o sujeito dizia: "eu tenho um corpo"; agora o sujeito diz: "eu sou um corpo". Para o indivíduo é como se no corpo estivesse reunida toda unidade do seu ser, dissociando-o da alma. O corpo se tornou um objeto disposto de acordo com seus desejos e vontades, para servir aos caprichos individuais do sujeito, com os mais novos e variados experimentos, de acordo com a ditadura da moda.

Para Núcia Alexandre Silva de Oliveira (2007, p. 294), no ensaio "Imagens de beleza... questões de gênero": A beleza é um dos temas mais debatidos e vendidos em nosso tempo, visto que, nas próprias revistas, na TV e em todos os tipos de mídia cotidianamente assistimos a um "espetáculo" de culto ao corpo que não invariavelmente nos leva ao questionamento. De acordo com Oliveira, estamos frente a um universo da promoção da beleza. Isso se faz por meio de imagens de anúncios publicitários que trazem desenhos, fotos, ilustrações, e outras reportagens direcionadas para o tema da beleza e aos cuidados ao corpo.

Diante dessa maneira de representação, homens e mulheres são alvos de discursos generificados no que se refere à beleza e o culto ao corpo. O discurso direcionado à mulher é para que ela construa uma imagem delicada, graciosa; por outro lado, para os homens são apresentadas imagens e textos de beleza relativa à força, à virilidade e aos músculos, por serem esses elementos representados pelo universo masculino. Para Oliveira (2007, p. 294): a análise das imagens coloca-nos diante de um aparato à parte no que diz respeito a esta

promoção do culto ao corpo belo; são veículos que colocam em cena de modo não apenas mais explícito, mas, também, mais direto, aquilo que pretende vender.

De acordo com autora, as imagens são elementos constituidores de ideias; atuam de forma direta, reforçando e dando especial visibilidade à observação das diferenças de gênero. Há um tipo de beleza específica para a mulher e outra destinada ao homem. Essas imagens colocam o indivíduo frente ao produto que se quer vender. Para Denise Bernuzzi Sant'Anna (2001, p. 74), em *Corpos de passagem*, talvez:

> Nossa época seja a mais dedicada em problematizar, adular, cultivar e explorar comercialmente o corpo, sobretudo o dos jovens. A moda do corpo, o "corporéisme" anunciado na França, nos anos 1970, é hoje uma tendência global investida pela tecnologia, a mais refinada. Nas clínicas, nas academias de ginástica e na mídia, a banalização das novas fusões entre o corpo humano e a eletrônica revitalizaram tanto o fascínio quanto a aversão tradicionais perante o progresso técnico.

De acordo com as ideias dessa autora, a globalização, com seus efeitos imediatos em todo o mundo, em muito contribui para o desenrolar da questão do corpo, atraindo para ele, em especial para o corpo feminino, o interesse do mercado econômico, que vê nesse tipo de investimento a possiblidade de grandes negócios, sobretudo a longo prazo. Se o corpo virou mercadoria, então o corpo tem valor de mercado, está a serviço do capital. Corpo é dinheiro, tem valor de troca. Mas, como fica a identidade desse corpo? De acordo com Breton (2003, p.22), o corpo:

> Colocado como representante de si, cepo de identidade manejável, torna-se afirmação de si, evidenciação de uma estética da presença. Não é mais o caso de contentar-se com o corpo que se tem, mas modificar suas bases para torná-lo conforme a ideia que dele se faz. Sem o complemento introduzido pelo indivíduo em seu estilo de vida ou suas ações deliberadas de metamorfoses físicas, o corpo seria uma forma decepcionante, insuficiente para acolher suas aspirações.

Para esse autor, o corpo deixa de representar sua unidade fenomenológica do homem, é nesse caso, um elemento material de sua presença, mas não sua identidade, pois ele só se reconhece aí após realizar as transformações corporais que o conduz a reivindicação de si mesmo. É no corpo que se imprimem as marcas identitárias. É também nele que se refletem todas as transformações pelas quais o indivíduo passa ao longo de sua vida. O corpo é palco de mudanças que transformam as identidades.

A era contemporânea permite ao indivíduo a manipulação de si, pelo o uso de medicamentos e psicotrópicos para atenuar o cansaço, induzir ao sono, melhorar o humor, produzir energia, aumentar o poder da memória. São alguns recursos dos quais os indivíduos fazem uso diariamente. A tecnociência produz próteses para o corpo, no sentido de suprimir falhas, defeitos e moldar formas. O corpo é visto como uma matéria-prima a ser modelada de acordo com as exigências do mercado atual. A contemporaneidade trás em si marcas da presença do efêmero, do líquido e do passageiro. São marcas herdadas da modernidade de que Gilles Lipovetsky (2004, p. 16) pontua como sendo um período que:

> Não apenas não conseguiu concretizar os ideais das Luzes que objetivava alcançar, mas também, ao invés de avalizar um trabalho de real libertação deu lugar a um empreendimento de verdadeira subjugação, burocrática e disciplinar, exercendo-se igualmente sobre os corpos e os espíritos.

Na contemporaneidade, o corpo e a identidade também não poderiam deixar de pertencer à categoria do efêmero e do passageiro. O indivíduo passa por constantes transformações desde o nascimento. Essas transformações envolvem seu corpo e a formação de sua identidade. As transformações pelas quais o corpo passa, acontecem naturalmente, fazem parte das várias etapas que compõem os diferentes ciclos da vida, compreendendo os períodos que vão desde a infância; passando pela puberdade; a fase adulta até o envelhecimento e a morte. Ela surge dentro de nós e vai sendo formada à medida em que vivemos e nos relacionamos como seres humanos, da maneira como nos apresentamos aos outros, em diversas situações em que nos encontramos. Stuart Hall (2006, p.38-39), em *A Identidade cultural na pós-modernidade* afirma que:

> a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo de "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.

Para Stuart Hall (2001, p. 38) "embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e "resolvida" ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como "pessoa" unificada que ele formou na fase do espelho". De acordo com o autor, para o indivíduo há uma identidade como resultado

de si mesmo, para apresentá-la ao mundo exterior. A identidade criada a partir de sua existência, a que o autor denomina "unificada na fase do espelho".

Essas identidades de se trata esse autor, embora não façam parte da composição de nossos genes, são internalizadas por cada um de nós na medida em que vivemos e nos concebemos como sujeitos. O meio histórico e social imprime em cada um de nós marcas de identidade. Concebemos nossa identidade a partir da visão do espelho, ou seja, daquilo que nos foi apresentado pelo mundo exterior.

Diante dessa concepção, deparamos com presente sob o passado, marcando uma nova era, que promete ao ser humano receitas fáceis de felicidade, liberdade e igualdade, são igualmente apresentadas pelos tempos hipermodernos. Esta é a era que promete a aproximação das sociedades, das culturas, do tempo e do espaço, permite também ao indivíduo. Segundo Bauman (2005, p.91), "a liberdade de alterar qualquer aspecto e aparência da identidade individual é algo que a maioria das pessoas hoje considera prontamente acessível, ou pelo menos se vê como uma perspectiva realista para um futuro próximo." A liberdade de manipular e alterar a própria identidade já não é mais um sonho, mas uma possibilidade de realização. Conforme discorre Stuart Hall (2004, p. 75):

> Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos – lugares – histórias e tradições específicos e parecem "flutuar livremente".

As identidades sofrem diante da globalização e estão presas aos seus ditames. É uma conexão invisível, porém poderosa, que ditadora de normas, padrões e conceitos a uma sociedade transformada de acordo com a imposição de sua ditadura, torna-se altamente consumidora, e presa a essa rede, sofre inúmeras variações.

De acordo com Bauman (2003, p. 76), com o processo da globalização, essas identidades estão entrando em colapso, fragmentando-se diante de tantas informações oriundas das mais remotas partes do mundo, para formar o sujeito efêmero. Isso ocorre devido à oferta de várias informações, bens e consumos dos quais o indivíduo pode lançar mão e experimentar. Entretanto, mesmo que essas informações e produtos de consumo não façam parte da cultura na qual o sujeito esteja inserido, esses processos são assimilados e experimentados, resultando na fragmentação da identidade cultural, para formar o que ele chama de "homogeneização cultural." Para Breton:

> O corpo não é mais apenas, em nossas sociedades contemporâneas, a determinação de uma identidade intangível, a encarnação irredutível do sujeito, o *ser-no-mundo*, mas uma construção, uma instância de conexão, um terminal, um objeto transitório e manipulável suscetível de muitos emparelhamentos. Deixou de ser identidade de si, destino da pessoa para se tornar um *kit*, uma soma de partes eventualmente destacáveis à disposição de um indivíduo apreendido em uma manipulação de si para quem o corpo é a peça principal da afirmação pessoal. (2003, p. 28).

Na atualidade, o corpo deixou de ser uma unidade única da qual é composta o ser humano, a unidade corpo e alma, passa a ser visto e considerado dissociado da alma. Já nos primeiros séculos de nossa era, os gnósticos, conhecedores dos mistérios divinos consideram o corpo como composto de duas partes opostas. Para Breton (2003, p. 14) "A gnose manifesta um dualismo rigoroso: de um lado estende-se a esfera negativa – o corpo, o tempo, a morte, a ignorância, o Mal; do outro, a plenitude, o conhecimento, a alma, o Bem." Essa oposição quanto à dualidade do corpo, que vê na alma o bem e na matéria corporal o mal, coloca um em supremacia do outro, na busca de uma ruptura que visa escapar da morte e perpetuar a vida. A esse respeito Breton (2003, p.15) afirma:

> No discurso científico contemporâneo, o corpo é pensado como uma matéria indiferente, simples suporte da pessoa. Ontologicamente distinto do sujeito, torna-se um objeto à disposição sobre o qual agir a fim de melhorá-lo, uma matéria prima na qual se dilui a identidade do homem. Duplo do homem, mas sem cláusula de consciência, senão ao contrário, pela evocação dos preconceitos, do conservadorismo, ou da ignorância dos que desejam fixar limites à fragmentação da corporeidade humana.

De acordo com Breton, o corpo serve apenas como matéria, que sustenta o homem. Dele fragmentado, o corpo funciona como um simples objeto esvaziado de seu caráter simbólico e de qualquer valor, para servir ao rancor dos cientistas como matéria-prima a ser experimentada e transformada.

A respeito da evolução da humanidade Sant'Anna (2001, p. 24), pontua que: "Muito do imaginário ocidental associa o espírito (alma) à capacidade de passar por todos os lugares sem tropeço, atravessando qualquer porta ou pensamento, vencendo, livre de choques ou dificuldades, os limites do tempo." Para a autora, enquanto o corpo permanece ligado a terra e todas as coisas matérias, algumas sociedades tendem a dar uma maior importância ao corpo. Transferiu-se parte da antiga importância que se dava a alma para o corpo, na busca do corpo imaterial, eterno. Se a alma é eterna, deseja-se atingir uma eternidade para o corpo, sem mesmo esperar a morte do corpo, para consagrá-lo.

O ideal de imortalidade do corpo, representado na figura daqueles que o cultuam e desejam que ele seja imortal, veem seus ideais se materializarem na busca do corpo eterno pelos experimentos de alguns cientistas, que acreditam que o corpo marcado pela doença, pela dor, pelo pecado e pelo envelhecimento, deve ser suprimido e remodelado. Para Breton (2003, p.16) "o corpo não é um local de domínio para o biólogo ou o engenheiro que entende muitas vezes de tratá-lo como um rascunho para levá-lo enfim a perfeição última que só esperava a correção da ciência".

De acordo com Breton, tratar o corpo como um simples rascunho a ser remodelado não é tão simples assim. O corpo constituído de carne é perecível e um dia será atingido pela morte. O indivíduo tenta dissociar o corpo da carne, abolindo todos os sofrimentos que se lançam sobre ele, como o envelhecimento e a morte. Nesse intento, pensa-se que eliminando todos os males que afligem a carne, atinge-se a plenitude da vida em corpo e alma.

Existem muitas sociedades devotadas a laicizar a vida, imortalizar o corpo. Sant'Anna (2001, p. 24) fala que "uma antiga paixão pela alma foi transmutada na busca de um corpo transparente, imaterial, eterno, capaz de se movimentar por muitos espaços e ultrapassar todas as fronteiras". Para essas sociedades não é mais é necessário esperar que o indivíduo seja levado ao último estágio final: a morte, última etapa da vida, para que seu corpo descanse e sua alma transite em total liberdade pelo tempo e espaço. Mas guiado pela inteligência, elas veem no corpo um veículo a serviço da transformação e a possibilidade de perpetuação da juventude e da perfeição enquanto matéria, na tentativa de equiparar corpo e alma.

Para o modelo de sociedades laicizadas, há uma legião de séquitos, que esperam e tentam realizar com essa crença, a imortalização do corpo, pelo menos enquanto matéria viva, procurando a perpetuação da juventude, da beleza e da perfeição, por meio da realização dos mais diferentes e variados experimentos em relação ao corpo. O corpo se tornou um acessório ao comando da inteligência. Para Breton (2003, p. 29):

> O corpo tornou-se a prótese de um eu eternamente em busca de uma encarnação provisória para garantir um vestígio significativo de si. Inúmeras declinações de si para folhear diferencial do corpo, multiplicação de encenações para sobre-significar sua presença no mundo, tarefa impossível que exige tornar a trabalhar o corpo o tempo todo em um percurso sem fim para aderir a si, a uma identidade efêmera, mas essencial para si e para um momento do ambiente social.

A sociedade de consumo leva o indivíduo ao desejo compulsivo de experimentações de transformação, com resultados de uma identidade efêmera, mas idealizada segundo seus desejos momentâneos. Bauman (2001 p. 90) pontua que: "a vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis – não mais por regulação normativa". Como não deve mais haver normas a serem seguidas no que se refere às escolhas individuais de consumo, cabe ao indivíduo a total liberdade, o direito e o poder de realizar suas próprias escolhas. Essa liberdade se estende para seu corpo e para sua identidade.

Na atualidade, o corpo tornou-se "propriedade de si mesmo", um bem de consumo e para o consumo, cabendo ao indivíduo o poder de atuar sobre si mesmo, a fim de transformar e administrar o próprio corpo segundo seus desejos e aspirações. Esses valores referentes ao corpo se estendem de maneira mais ampla ao corpo feminino, pois é sobre ele que ocorre maior influência da moda. Nesse fazer se insere a identidade individual do sujeito. É com bases nessa conceituação do corpo que se apresenta o romance *A sombra das vossas asas*, cujo enredo trata-se da estética corporal feminina na contemporaneidade.

A protagonista Carina: uma identidade revelada aos poucos

O romance *A sombra das vossas asas* (1997), ambientado temporalmente na contemporaneidade, tem como personagem principal, Carina, uma jovem de 19 anos, filha única de um casal judeu polonês, Chaim e Lídia, radicado na Argentina. Tempos depois, a família se muda para a cidade de São Paulo, onde Chaim continua com o mesmo negócio, a fábrica de bakelite, tornando-se maior sua lucrativide.

Aos dezenove anos, a menina inocente e submissa, que até aquele momento vive privada de qualquer luxo ou vaidade, sonha em se tornar *miss* e modelo internacional. Ao se tornar órfã e só no mundo, tem agora uma grande fortuna nas mãos. Para ela, é chegado o momento de realizar seus sonhos. Será a partir dessa busca que sua identidade sofrerá inúmeras transformações, uma vez que, na interação com os outros e com o mundo da moda, se descobrirá como alguém que não atende às expectativas estéticas desse meio.

Para Fabiana Jordão Martinez (2009, p.199), no ensaio "De menina a modelo, entre modelo e menina: imagem e experiência", a realidade de uma menina ao se deparar frente à carreira de modelo a coloca de frente a drásticas transformações:

> Em um primeiro momento, quando uma menina se torna modelo, na maioria dos casos, é possível que ela imagine que seu *status* irá mudar de alguma maneira: como que por um ato de magia, sua aparência mudará e

> com isso, as visões sobre ela também. Tornar-se modelo significa até certo ponto uma forma de "trocar de corpo" publicamente, de deixar o passado de menina "feia", "sonsa", engraçada e anônima para se tornar uma "mulher" bela, desejável e famosa. Esta experiência também remete a um universo de experiências, um mundo adulto, onde já não se é mais percebida como menina. A carreira de modelo funciona no imaginário de muitas meninas como uma espécie de rito em que o corpo e as "coisas de criança" são trocados por um corpo e um arranjo de experiências atinentes a um universo adulto. (JORDÃO, 2009, p. 199).

É chegado o momento de abandonar o seu lado "criança", mostrar para o mundo sua beleza convertida em um corpo de mulher. Carina quer se tornar uma *top model* e dá os primeiros passos em busca da realização do sonho de construir uma carreira internacional. É o momento de se exibir nas passarelas e revistas de moda e beleza, enfim, consolidar uma carreira brilhante nesse universo.

É interessante atermos ao fato de que, no caso da ficção, o fato de pensar que poderá ser modelo parte da protagonista Carina. Ela não é encorajada por nenhuma pessoa quanto ao fato de vir a ser modelo. Ao contrário da maioria das modelos de nossa realidade, que dizem não pensar nessa possibilidade, até por se acharem feias e desengonçadas. Elas são levadas às passarelas por meio do incentivo de outras pessoas que veem nelas essa possibilidade. No caso de Carina, seu desejo parte dela mesma.

Ela espera poder contar com o glamour das passarelas. Entretanto, surge um entrave nesse sentido. A personagem da ficção, movida pelo desejo incontrolável de se tornar uma *top model*, marca uma entrevista com Rigel Dantas, o mais famoso fotógrafo da época, que se dedica a registrar imageticamente as mulheres mais famosas do momento e que, pela sua representatividade, poderia apresentá-la ao mundo da moda. No entanto, seus atributos físicos não correspondem aos padrões de beleza exigidos para uma modelo: ela é considerada *gorda*. Carina constata esta dura realidade, após realizar a entrevista com Rigel. Este, após declará-la fora dos padrões exigidos para ser uma modelo, descarta-a.

A partir daí, a vida de Carina toma um novo rumo, diante dos fatos que passa a experimentar com a dura realidade que a contemporaneidade impõe a uma exigente sociedade de consumo. Diante da constatação de que seu corpo não atende às exigências da sociedade atual, Carina busca adequá-lo aos padrões estéticos exigidos pelo contemporâneo. Como resultado, essas mudanças vão alterar toda sua identidade.

A rejeição desencadeia em Carina a tomada de consciência quanto à sua imagem refletida. Era assim que se via, sem nenhuma autoestima. Como se percebe na passagem do romance Young (1997, p.48-49): "Cada vez que se olhava no espelho era uma desanimada

visão que tinha. Odiava-se. Não possuía a mais longínqua autoestima. Ninguém a ensinou a amar-se. Então era aquilo, um monstro obeso e disforme. Uma loura aguada, nariguda e peituda". A visão do espelho lhe revelara mais que um simples reflexo, sua imagem se reflete por fora, e sua consciência responde negativamente, rejeitando esse reflexo.

Em nossa contemporaneidade a beleza é associada ao corpo magro. A atualidade rejeita os padrões do passado, como da Renascença, quando os corpos considerados belos exibiam certa gordura, negando esse padrão para a atualidade. Em nossa era busca-se construir um padrão de beleza que corresponda à conjuntura atual.

O conceito de obesidade é algo que merece atenção, pois para cada época, os valores corporais de magreza e gordura sofrem variações conceituais. Segundo Gilman Sander L. (2004 p. 333-334), no ensaio "Obesidade como deficiência: o caso dos judeus": "Embora existam conjuntos de definições médicas contemporâneas da obesidade, também é claro que a definição daqueles que são obesos muda de uma cultura para outra com o passar do tempo. Para cada época há um padrão estético a seguir". Na atualidade, exige-se um padrão estético magro, ditado principalmente para o corpo feminino, o que significa que o indivíduo deve evitar o corpo obeso.

Cabe aqui retomar a atenção para a relação entre eu e o outro para as percepções identitárias: é o contato com o outro, o fotógrafo, que dá uma nova dimensão do eu. Portanto, esse eu refletido no espelho de Carina, é a um só tempo a repercussão do que ela não gostaria de ser, e a materialização das exigências para a beleza do corpo feminino dentro dos padrões da modelagem profissional. Carina era de fato gorda, ou apenas sua imagem no espelho, agora que deseja ser *top model*, a acusa de algo que não é. Essa informação na narrativa não é muito clara.

Carina está presa no jogo de espelhos. Nesse caso, é difícil avaliar o que é de fato material e o que é pura fantasia, fruto de seu desejo: inventar para si uma carreira de muito sucesso, mesmo que para atingir essa carreira, tenha que remodelar todo o seu corpo e sua personalidade.

A estética corporal e a cirurgia plástica

Georges Vigarello (2006, p. 17), no ensaio *História da beleza*, afirma que, no século XVI, "a estética corporal, também privilegiava as partes altas do corpo feminino, compostas pelo rosto, seios e cintura; do quadril para baixo, o corpo feminino não era valorizado." Com

o passar dos séculos, o culto à beleza feminina ganha maior expressão, acentuando o valor para algumas partes do corpo em detrimento a outras. A moda do vestuário feminino acompanha essas mudanças e produz modelos que valorizam as partes que se deve destacar no corpo. Aos poucos, a valorização dada ao corpo feminino vai mudando o foco da atenção para outras partes, como para as chamadas "partes baixas".

A figura feminina, aprisionada às exigências dos padrões de beleza impostos pela moda, tem sua atenção voltada para a estética do corpo, uma vez que, na contemporaneidade os avanços no campo da cirurgia estética se colocam a serviço da estética corporal, de modo bem mais acessível que no passado. Mary del Priore e Márcia Amantino (2011, p. 09), na introdução de apresentação do livro *História do corpo no Brasil* salientam que:

> O corpo humano nunca esteve tão "na moda" como hoje. O mundo pós-moderno criou um tipo de corpo e todos os demais, para serem aceitos, devem se encaixar no modelo. Magro, diga-se de passagem. Não há espaço para os corpos que ocupam muito espaço. Os distintivos de beleza se globalizam e quem não os tem os busca na cirurgia plástica, atualmente bem mais acessível financeiramente. Alega-se que a mídia construiu este padrão de beleza, e a partir daí, todos se sentiram na obrigação de aderir ou não, para não ficar fora do chamado grupo socialmente aceito.

A personagem Carina, do romance *A sombra das vossas asas*, a exemplo da classe burguesa, como detentora de uma considerável fortuna, se faz privilegiada pelos recursos que a medicina estética oferece: torna-se arquiteta dos planos que irão alterá-la esteticamente, realizando uma grande mudança na imagem que seu corpo refletia e em toda a sua vida, resultando, com isso, na alteração de sua identidade. Para Bauman (2005, p. 91):

> Selecionar os meios necessários para conseguir uma identidade alternativa de sua escolha não é mais um problema (isto é, se você tem dinheiro suficiente para adquirir a parafernália obrigatória). Está à sua espera nas lojas um traje que vai transformá-lo imediatamente no personagem que você quer ser, quer ser visto e quer ser reconhecido como tal.

É bem isso o que a protagonista procura. Adquirir uma imagem que a transforme em outra pessoa para ser vista e reconhecida com uma nova identidade. Após a realização de todas as transformações estéticas, Carina tem como objetivos colocar toda sua beleza e erotismo a serviço de sua vingança. Nos dizeres de Xavier (2010, p. 108-109), é muito importante observarmos:

> O trecho do romance em que o narrador descreve todos os passos da paixão de Carina para atingir seu objetivo, num processo doloroso de auto sacrifício, nos leva a pensar nos rituais sagrados onde a beleza tem seu

> altar. É como uma religião onde não falta nem o sacerdote, improvisado na figura do médico. Em *A Sombra das Vossas Asas*, o cirurgião que transforma Carina, o faz de forma completa, uma vez que é com ele que a personagem tem sua primeira relação sexual.

Para realizar sua vingança, ela se utilizará de seu corpo, transformando-o, num processo doloroso, por meio da cirurgia plástica. Sua transformação causará mudanças profundas não somente em seu corpo, mas também em sua identidade. E seu plano é estrategicamente calculado para não falhar. Rigel não é apenas o profissional que a rejeitou. Ele personifica um conjunto de símbolos e marcadores de beleza circulantes. Vingar-se dele não representa um feito de ordem prática, mas de ordem simbólica. De acordo com Breton (2003, p. 47):

> A cirurgia estética é uma medicina destinada a clientes que não estão doentes, mas que querem mudar sua aparência e modificar, dessa maneira, sua identidade, provocar uma reviravolta em sua relação com o mundo, não se dando um tempo para se transformar, porém recorrendo a uma operação simbólica imediata que modifica uma característica do corpo percebida como obstáculo à metamorfose.

De acordo com o autor, a cirurgia plástica representa um diferencial quanto aos outros tipos de cirurgia, por não se aplicar a um "corpo doente", mas a um corpo para o qual possa melhorar as formas. Nesse caso, a cirurgia plástica é mais simbólica do que física, pois quem a realiza acredita estar retificando uma característica do corpo que servia de entrave para a metamorfose, cujo resultado urge em ser atingido.

Carina considera que as transformações em seu corpo e em sua identidade será o grande passo para atingir seus ideais de perfeição para vingar-se. Com isso, ela espera provar para si mesma que é capaz de realizar em si uma transformação de tal modo, que tanto seu corpo como sua identidade sejam transformados: em uma nova mulher e uma outra identidade.

Segundo Novaes (2011, p. 484), a imagem contemporânea do corpo perfeito na qual: "seu *status* é adquirido por meio de sua jovialidade, de sua beleza, da aparência de felicidade, de seu poder de atração sexual e, finalmente, do quão longevo parecer, isto é, a tentativa desenfreada em retardar os efeitos de seu envelhecimento". Esta será a imagem de que Carina necessita para atingir seu alvo. O destino age a seu favor colocando em suas mãos a receita de que necessita para realizar tudo o que sonhou. Conforme afirma Young (1997, p. 55):

> Foi folheando um livro de fotografias de Man Ray que Carina viu quem gostaria de ser. E com quem tentaria ao máximo parecer-se. Ficou atônita no meio da livraria, com esse pesado volume aberto nas mãos. Depois de olhar detalhadamente a foto, catou, lá no índice, mais sobre a mulher desejada. Encontrou outras cinco páginas. E resolveu levar o livro.

Ela encontra a fotografia da mulher na qual deseja se transformar. A partir daquele instante, tudo começa a fluir positivamente para a realização dos seus planos de mudança. A imagem estampada na foto causa em Carina um desejo imediato de ser Lee Miller. Ser igual a modelo da foto não lhe é suficiente, ela desejou ser a outra. Para isso, ela transforma seu corpo em cada detalhe, junto às transformações físicas sua identidade também é transformada. Para Novaes (2011, p.483):

> O poder da imagem ideal, que sugestiona o sujeito, se passa a partir de uma referência ao corpo do outro e de sua presença. A perspectiva com uma imagem totalizante, idealizada e controlada está, aparentemente, na origem do tratamento que alguns de nossos contemporâneos, em resposta impõe a seus corpos.

De acordo com Novaes a eterna busca pela imortalidade, transforma o corpo numa encenação de uma obra de arte. Nessa busca, o indivíduo deseja romper com a finitude, com todos os males que o afligem com a ideia de morte. Na atualidade, o corpo tornou-se objeto estético e passou a ganhar valor como obra de arte. Nessa visão, o indivíduo procura romper com sua condição humana, para tornar-se criatura a-sujeitada.

Depois de efetuadas todas as transformações em seu corpo, em sua maneira de ser e agir, Carina agora se sente pronta conquistar o fotógrafo. Havia nela muita sede, de tudo o que não viveu em toda sua vida. Foi muita solidão e falta de amor. Para viver tudo isso, ela deveria extravasar, deixar sair de dentro de si a outra mulher em quem havia se transformado. Por meio de um acidente forjado, consegue o primeiro encontro com o homem que não a reconhece. Rigel vê apenas a extraordinária beleza de Carina, encanta-se por sua jovialidade e inteligência, sem desconfiar do simulacro ali presente.

Nos encontros que se sucederam ao primeiro, o erotismo falou mais alto. Entre seus corpos uma explosão de erotismo e sensualidade, não os deixando viverem mais nada. O desejo de estarem permanentemente juntos culminou em casamento. Na a convivência diária, a outra identidade de Carina surgia a cada desentendimento entre os dois. O que fez Rigel perceber nela uma identidade em crise. Nesse trecho do romance Young (1997, p. 52):

> Embora fosse inevitável constatar que aquela, largada no banco de trás, berrando, com as feições transformadas pela desordem mental, era a verdadeira Carina. Aquela outra, a dócil, a inteligente, a ponderada, a segura, era uma mulher 100% planejada. Ele não amava Carina, ele havia amado a outra, a invenção.

Carina, mesmo com o novo corpo, sente-se dominada por sua antiga identidade. Não obstante ter tentado modificar-se a partir do novo corpo, a luta interna entre "as duas Carinas" faz ressaltar que esse corpo anterior, que a protagonista julgava apenas um objeto, permanece subjacente como marcador do que Carina tinha sido. Segundo Sant'Anna (2001) "Nas relações de dominação, o sujeito garante sua condição de sujeito na medida em que mantém o outro na posição de objeto. Assim, uma relação de dominação, acarreta, frequentemente, a degradação de um dos lados, no caso, o dominado." (p. 95). O eu e o Outro de Carina são, paradoxalmente, ela própria, pois, a partir da transformação ela é uma mercadoria, um objeto estético, eroticamente transformado a serviço da vingança, mas que sofre o domínio de sua antiga identidade, quando em seus planos, o dominado deveria ser somente o fotógrafo. Na prática, ela não contava em não poder manter tudo sobre o controle.

O corpo inventado e construído apenas para satisfazer uma necessidade ditada pelo mercado da beleza e dos sentimentos transformados em mercadoria, não comporta a dura realidade. Planejar um projeto de vida a partir de motivações externas para adequar-se ao desejo do outro, pode ser algo bastante perigoso.

Referências

BRETON, David Le. **Adeus ao corpo:** antropologia e sociedade. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papirus, 2003.

HALL, Stuart**. Identidade e Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP e A editora, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. Tradução: Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. **De menina a modelo, entre modelo e menina: gênero, imagens e experiência.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de filosofia e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas. Campinas-SP, 2009.

NOVAES, J. V. Corpo Beleza e Feiura: feminino e regulação social. In: PRIORE, Mary Del e AMANTINO, Márcia. (Org.). **História do corpo no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Núcia Alexandre Silva de. Imagens de beleza... questões de gênero. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17 n. 01. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM. Uberlândia-MG, 2007.

PRIORE, Mary Del e AMANTINO, Márcia. (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GILMAN, Sander L. Obesidade como deficiência: o caso dos judeus. **Cadernos Pagu** (23), Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpos de passagem**: ensaio sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação da Liberdade, 2001.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

YOUNG, Fernanda. **A sombra das vossas asas.** Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: PRODUÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Natália Soares Ferreira
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ Dialogus

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ Dialogus

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada junto aos professores/as/alunos/as do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) – extensão e especialização – na modalidade à distância ofertado entre os anos de 2009 e 2012 pela Universidade Federal de Goiás/Grupo Dialogus. Ao realizarmos a pesquisa entendemos que a mesma se se justifica pela necessidade da produção de um espaço mais igualitário com respeito à diversidade. Analisamos os relatos dos cursistas através de seus posts no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e os projetos de intervenção em escolas, que foi a atividade final do curso e os artigos finais do curso de Especialização. Investigamos como foram os projetos de intervenção propostos pelos cursistas e os temas dos artigos finais de especialização, observando os temas mais trabalhados e as metodologias aplicadas. Assim, esperamos ter elementos para explorar as principais dificuldades colocadas pelos/as cursistas para o trabalho com as temáticas do curso GDE e, a partir de tal, contribuir na produção de materiais didáticos para o trabalho com as temáticas. A partir das experiências expostas pelos/as cursistas sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho com os temas é que nos propusemos a desenvolver esta pesquisa, com objetivo de produzir materiais didáticos que possam ser usados no espaço escolar, e fora dele também, como instrumentos da construção de uma sociedade com mais respeito às diversidades.

Introdução

O Curso Gênero e Diversidade na Escola é um curso ofertado em todo o país através de uma parceria entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Centro Latino Americano das mulheres (CLAM), Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres e Universidades públicas de todo o país através da Universidade Aberta do Brasil – uma instituição mantida em parceria com prefeituras. O objetivo maior do curso foi o de levar elementos para uma discussão sobre Gênero e Diversidade na Escola para os/as professores/as, principalmente em função da proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), onde aparece a relevância de se trabalhar junto ao conteúdo escolar os chamados temas transversais, especificamente, gênero, questões étnico-raciais e diversidade cultural e sexual.

O curso foi ofertado na modalidade extensão, em 2009, em sete cidades do Estado de Goiás (Alexânia, Inhumas, Posse, São Simão, Mineiros, Uruana e Catalão), constituíndo-se em uma oportunidade para que professores/as da educação infantil, e do ensino fundamental

e médio pudessem discutir com maior profundidade sobre a abordagem dos temas transversais. O curso teve uma carga horária de 160 horas estabelecendo três encontros presenciais e as outras atividades que foram realizadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Entre 2010 e 2012 foi ofertado o mesmo curso na modalidade Especialização em polos das cidades de Catalão, Morrinhos, Inhumas e Itumbiara, com carga horária de 360 horas. É importante lembrar que os/as alunas/os do curso não necessariamente eram apenas destas cidades, pertencendo à zona rural e a outras cidades próximas.

A modalidade à distância tem uma dinâmica diferente da presencial, com uma rede de profissionais que dão suporte ao trabalho. Não vamos nos deter muito neste ponto, mas achamos necessário citar os sujeitos do processo: professoras/es conteúdistas (preparam o material a ser trabalhado), professoras/es formadoras (discutem o material com os tutores à distância), tutores/as à distância (que trabalham no ambiente virtual de aprendizagem com os cursistas, conduzindo-os a discussão teórica) e os tutores/as presenciais (que trabalham nos pólos dando assistência aos alunos/as com questões referentes à técnica, no caso com os computadores, o AVA, etc.). O curso teve uma duração de nove meses (extensão) e dezoito meses (especialização) e o material era composto por um CD room, um livro com o conteúdo deste mesmo CD e um caderno de metodologias de trabalho com o tema a ser ministrado em sala de aula. No curso de especialização este material foi acrescido de artigos científicos, capítulos de livros, além de vídeos e outros materiais de apoio.

O curso obteve o total de 264 inscrições (extensão) e 500 inscrições (especialização), sendo divididos entre os polos já citados. Acreditamos que o grande número de pessoas que procuraram o curso esteja ligado ao fato de existir dificuldades em lidar com o tema diversidades e as questões de inclusão de crianças "diferentes", ponto que apareceu muito nos questionários preenchidos para a inscrição.

Para a realização da pesquisa, primeiramente realizamos uma revisão bibliográfica sobre os temas Gênero, Diversidade e Educação com o propósito de compreender melhor como estes temas se encontram no espaço escolar. Este levantamento também foi realizado com o material do curso Gênero e Diversidade na Escola das modalidades extensão e especialização , que inclui um material didático elaborado pelo Ministério da Educação em parceria com o Centro Latino Americano de Estudos sobre as Mulheres, além de produções das/os professoras/es do Dialogus entre outros autores.

As leituras foram discutidas em grupo de estudos com a orientadora procurando avançar na compreensão da temática. Além disso, realizamos também uma pesquisa sobre

materiais didáticos sobre Gênero e Diversidade que se encontram disponíveis em redes públicas e particulares de ensino, em portais de educação e junto a outros grupos que trabalharam com o curso GDE, bem como outros grupos que militam pela causa. Foi construído um arquivo com estes materiais cujo objetivo é auxiliar na produção de material didático e em futuras pesquisas do Grupo.

Foi feito um levantamento do perfil dos alunos do curso de extensão e especialização em GDE polos mencionados, analisando as postagens realizadas durante o curso sobre a questão de gênero e da diversidade, os relatos de experiências em sala de aula e por último o projeto de intervenção elaborado pelo/as alunos/as como etapa final do curso.

Dentre as leituras já feitas nesse projeto, podemos citar aqui algumas delas, por exemplo, GROSSI e LAGO (2009); Portal Gay de Minas (2006); JUNCKES e SILVA (2009); CARVALHO (2004); TONINI (2002); JUNQUEIRA (2009); ROSINI (2007); LOURO (2008) e SCOTT (1989).

Nessas leituras encontramos depoimentos sobre gênero, diversidades, homossexualidade, e a partir disso relataram muitos obstáculos no trabalho com esses temas em sala de aula. Assim, percebemos a dificuldade de trabalhar tais temas em suas aulas e por isso a ideia de montar um material didático de apoio para orientá-los.

Análise preliminar de dados

O curso GDE é dividido em módulos: Diversidade, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual e Relações Étnico Racial e ao final os/as cursistas elaboraram projetos de intervenção e artigos tendo um destes temas como referência. Todos os módulos foram trabalhados com material áudio visual que simulavam situações cotidianas das escolas, procurando chamar a atenção do/a professor/a para a sua vida cotidiana na escola e os enfrentamentos colocados.

Ao observarmos algumas postagens do curso podemos ver que umas das dificuldades, durante o curso, era a aceitação das diversas orientações sexuais. Em grande parte dos/as cursistas, podemos perceber uma tolerância e não a aceitação de que há diferentes opções sexuais de um aluno ou aluna. Embora os depoimentos tragam a presença constante do tema nas escolas através das perguntas de alunos e alunas e das práticas também, os/as professores e professoras que fizeram o curso ainda se mostravam cheio de receios e barreiras em tratar destas questões, que para muitos, é do âmbito familiar e não escolar.

Embora os PCNs tragam a necessidade de se discutir os temas transversais, isso antes era algo nunca visto, era tratado como um tabu e para muitos ainda é. Atualmente a

nossa pesquisa revelou que nas cidades dos polos, ainda são poucos os projetos e com pouca frequência nas escolas, que preferem uma abordagem biológica do tema, esvaziando outras discussões. Talvez por isso mesmo, a maioria dos professores também não quiseram o enfrentamento da questão da diversidade sexual em seus trabalhos finais. Vejamos algumas discussões mais profundas sobre esta temática na linha que o curso propôs.

Em seu texto Joseli e Yvan (2009, p. 152) cita Madureira (2007, p.18), onde ele escreve sobre o tema sexualidade na escola e como este era visto dentro da mesma.

> Pode-se dizer que o trato da sexualidade no campo educacional esteve voltado para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a Aids, assim como a gravidez, deixando de lado o foco da emancipação e do reconhecimento dos direitos sexuais, embora Madureira (2007, p. 18) destaque que a política educacional previa como diretriz "[...] considerar a contraposição dos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade".

No decorrer do curso GDE, foi ministrada uma disciplina específica que tratou a temática em questão. Essa se subdividiu em três unidades: I –(parte I) Gênero e aprendizado de gênero; (parte II) marcas de gênero e as diferenças de gênero na organização social da vida pública e da vida privada; II –(parte I) A discriminação de gênero e a luta dos movimentos sociais; (parte II): a violência de gênero; III – Gênero no cotidiano da escola. Para debater sobre o assunto foram realizados fóruns de discussão de artigos e outros, o envio de atividade (análise das relações de gênero postas nos livros didáticos) e chats de discussão sobre violência de gênero. É importante ressaltar que foram selecionados textos específicos para subsidiar a discussão em todas as atividades citadas.

Com relação à perspectiva teórica, dentre várias referências, selecionamos para o nosso estudo o texto de Joana Maria Pedro. Essa autora (2005) organizou uma coletânea de artigos de várias autoras, o texto de uma historiadora, que responde perguntas de outros historiadores/as. Fica nítido o debate dentro da história, se caracterizando enquanto história social e cultural. A autora dialoga com os pós-estruturalistas, assim, compreendemos que está bem próxima da história cultural. Dentro do estruturalismo é possível refletir na perspectiva de duas linhas: a marxista e a não-marxista. A marxista vai trabalhar na perspectiva materialista. Os estruturalistas não marxistas vão buscar na linguagem; ou seja, uma estrutura simbólica da sociedade que irá determinar os comportamentos, a compreensão que essa sociedade tem do seu sujeito, das suas ações. O pós-estruturalismo leva ao limite essa ideia de que é a linguagem que constrói o real. Entretanto, não podemos esquecer a

perspectiva da história social que tenta pensar o conceito de gênero, inicialmente nos anos 90, quando essa categoria vem à tona.

A gênese da história social ocorre no seio dos movimentos sociais, empregando inicialmente a história da mulher. Tendo em vista a pluralidade de concepções, amplia-se o termo, utilizando-se então "mulheres" até chegar ao conceito de gênero. Cabe ressaltar que durante essa trajetória, o próprio movimento feminista passou por períodos denominados "ondas". No final do século XIX, constitui-se o que se conhece por "primeira onda". O objetivo centrava-se nas reivindicações dos direitos políticos, sociais e econômicos. Já o propósito da "segunda onda" destinava-se à luta pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Através desses momentos que se constituíram importantes nos movimentos feministas, vemos que suas reivindicações estão permeadas por seu caráter político e, baseado nesse aspecto, vimos que as mesmas eram insuficientes para pensar as relações sociais que se estabeleciam.

É nesse contexto que o debate das relações sociais irá se constituir em uma linguagem antes não pensada, ou seja, a partir da relação homem x mulher surge a possibilidade de se pensar outras perspectivas, em que o conceito de "gênero" passa a ter destaque nas novas discussões que se formavam. A história social menciona que esses novos objetos, esses novos temas, são despolitizantes até mesmo em algumas situações reacionárias, por isso Pedro (2005) faz toda essa trajetória, ou seja, defende que a categoria gênero é tão política quanto classe. A ideia fundamenta-se pelo fato dessa categoria não surgir dentro da academia, mas nos movimentos sociais.

Outra reflexão que a autora nos proporciona é no sentido de pensarmos que a categoria gênero não é algo simples de se compreender, isto é, está permanentemente em disputa. Tendo em vista que o conceito não é estanque, são verificadas distintas percepções políticas em variadas correntes teóricas, o que não possibilita a complementação entre elas, devido ao seu antagonismo. Pedro (2005) no decorrer de seu texto, por exemplo, destaca duas autoras com posicionamentos distintos em relação ao pensar gênero: Joan Scott e Judith Butler.

Ao nos possibilitar a fazer o exercício de pensarmos a diferença entre Judith Butler e Joan Scott, percebemos que Scott afirma a existência de um sexo binário, biológico, enquanto o gênero constitui-se em uma construção cultural. Butler, em resposta às concepções de Scott, radicaliza e propõe a seguinte questão: se gênero é discurso, quem disse que sexo é pré-discursivo? Quem disse que sexo é anterior ao gênero? Compreende-se, assim, que para

dizer que o sujeito é mulher ou homem, primeiramente temos que ter uma concepção de gênero dada. Dessa forma, percebemos que a concepção das autoras citadas por Pedro (2005) se diverge. Nesse sentido, para Butler, não é o sexo que é anterior ao gênero, mas o gênero que antecede ao sexo. Se conseguirmos compreender as construções que são dadas de gênero, entenderemos a discussão sobre sexo.

Seguindo essa perspectiva de que uma pessoa é do sexo feminino e outra do sexo masculino, temos que construir discursivamente quais são os elementos que o identificam como masculino e feminino.. Mas, a biologia é a disciplina responsável pela discussão nas escolas e com a perspectiva heteronormativa não promove uma discussão social e cultural. Para essa ciência, isso está dado, não precisa ser construído culturalmente. O que Butler questiona é o seguinte:

> Olha feministas, quando vocês assumem que sexo é biológico, portanto sexo é binário, e que existe uma relação mimética entre sexo e gênero (menina com vagina tem determinados comportamentos femininos) e quando vocês assumem essa construção de um corpo, o que vocês estão fazendo? Vocês estão também binarizando o gênero, vocês do movimento feminista e todos que não entram na heteronormatividade e no binarismo (BUTLER, 2003).

Partindo dessas reflexões, foi possibilitado aos/as cursistas GDE a situação do debate teórico que está em jogo. A categoria gênero é uma categoria política, ela está em disputa dentro do movimento, no sentido que o movimento pressione para que ela se consolide e pressiona para dizer qual que é a verdadeira categoria. Assim, ao analisarmos com cautela o texto de Pedro (2005), somos levados a refletir sobre a seguinte questão: E nós, como é que vamos lidar politicamente com essa categoria que está em disputa, em construção? Esse é o nosso grande desafio, bem como de nossos cursistas que se permitiram aventurar pelos caminhos dessa discussão.

A discussão de gênero é como observamos bastante complexa e exige uma formação teórica por parte do/a professor/a e um preparo para as situações vivenciadas na escola e que extrapolam os estereótipos de feminino e masculino. Além disso, a escola é o lugar onde "explodem" as diversidades sejam elas raciais, religiosas e/ou sexuais e o/a professor/a necessita estar preparado/a para lidar com esta diversidade. Lamentavelmente a diversidade sexual ainda é tratada a partir de uma perspectiva biológica e normativa e não a partir da construção histórica e da ruptura com estes estereótipos, com a heteronormatividade imposta.

O perfil dos(as) professores(as) cursistas do GDE

Optamos por traçar um perfil do/a cursista e das dificuldades enfrentadas durante o curso, com base nos depoimentos e dados levantados junto à secretaria GDE. Assim temos os seguintes números do curso de extensão:

CURSISTAS GDE - EXTENSÃO				
POLO UAB	INSCRITOS	MATRICULADOS	DESISTENTES REPROVADOS	APROVADOS
ALEXÂNIA	41	32	11	21
CATALÃO	30	28	12	16
INHUMAS	50	32	15	17
MINEIROS	45	41	22	19
POSSE	40	37	11	26
SÃO SIMÃO	19	16	1	15
URUANA	39	31	19	12
TOTAL	264	217	91	**126**

Fonte: Secretaria do curso de Extensão em Gênero e Diversidade na Escola.

Podemos observar que já há uma diferença entre os inscritos e os matriculados e muitos desistiram em função de o curso de extensão não oferecer nenhuma remuneração na carreira docente ou por descobrirem que o curso não ia tratar de temas que ele imaginava, como a inclusão de crianças especiais. Observamos que é alto, também, o número de desistentes ou reprovados.

Acreditamos, a partir de depoimentos do ambiente, que um dos motivos de desistência por parte dos/as alunos/as foi o fato de o curso ter sido ministrado à distância. Por este ser uma modalidade ainda nova, muitos alunos ainda não conheciam bem como era a dinâmica utilizada e acreditavam que seria mais fácil fazer um curso à distância por ter a possibilidade de flexibilizar horários; no entanto, esta dinâmica não é tão simples como parece e muitos alunos acabaram não tendo disciplina suficiente para seguir com o curso, que exigia, como qualquer curso em EaD, uma dedicação diária para se manter no ritmo das discussões além de um tempo para leituras e atividades propostas.

Outro problema é conciliar a jornada de trabalho na escola com o curso. Em várias postagens e mesmo quando procurados pelos/as tutores/as presenciais para saber o porquê da desistência, os/as cursistas reclamaram da dificuldade de trabalhar cargas horárias extensas, trabalhar em mais de uma escola e ainda ter que se dedicar às atividades do curso, uma vez que o Estado exige a qualificação, mas não há a contrapartida das condições

necessárias para realizá-la como a diminuição da carga horária, incentivos financeiros ou mesmo a possibilidade de poder colocar em prática os estudos realizados, especificamente os do curso GDE.

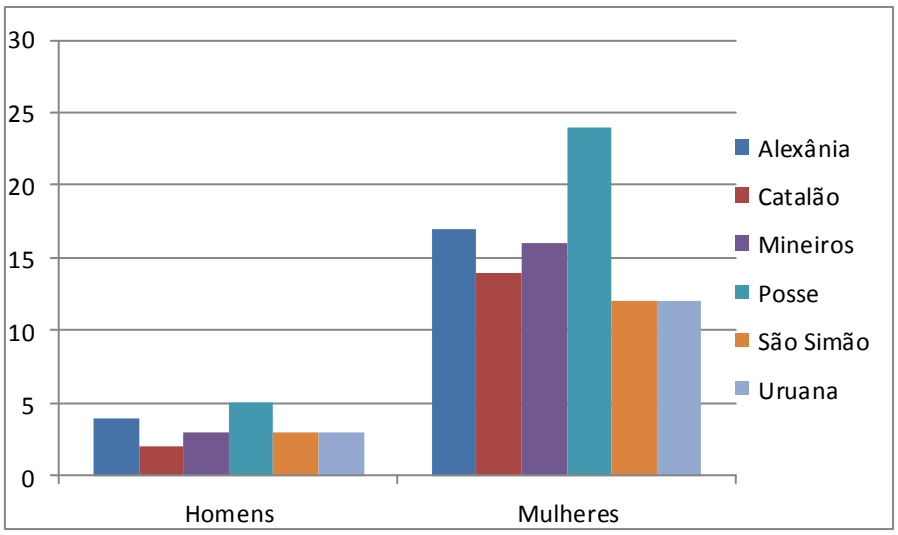
Outro motivo que pode ter levado a um grande número de desistências foi a temática proposta, uma vez que observamos uma confusão entre diversidade e inclusão na escola. No processo seletivo, os/as professores/as tiveram que elaborar uma justificativa apresentando o interesse pelas discussões que seriam possibilitadas no decorrer do curso. Avaliando com cautela todas justificativas, percebemos que a grande maioria desses/as profissionais não tinha um entendimento acerca das reflexões sobre gênero e diversidades. Muitos disseram se interessar pela discussão, na medida em que lhes possibilitariam ampliar sua visão e possibilitar um melhor trabalho com crianças "diferentes". Mas muitos outros entenderam a proposta do curso e apresentaram boas justificativas para a escolha do mesmo.

Apesar de reconhecerem a importância de trabalhar sobre as relações de gênero que ocorrem cotidianamente na escola, os/as professores/as não faziam a discussão por se sentirem incapazes de realizar tal mediação, ou seja, não estavam capacitados para falar sobre o assunto nas escolas. Compreendiam a proposta colocada pelos PCN'S e LDB, porém não têm os instrumentos necessários para trabalharem essa temática. Em outro questionário feito durante o curso os/as cursistas justificavam não trabalhar com os temas transversais por não ter tido uma formação específica durante a graduação, e que seus cursos nunca ofereceram tais discussões. Outros apontam a falta de material pedagógico adequado e até mesmo falta de incentivo da própria escola de trabalhar nessa perspectiva, pois a escola é um espaço de convivência e enquanto tal tem que ter domínio de seus sujeitos.

Ainda sobre o perfil da/o cursista constatamos que constituíam-se praticamente de professores/as da rede pública de ensino, em sua maioria mulheres, com carga horária de trabalho muito extensa, e carente de conhecimentos na área proposta. Contudo, cabe ressaltar que esses profissionais não desconhecem a existência de tais abordagens, uma vez que as mesmas têm ganhado visibilidade em diversos setores e várias áreas do conhecimento científico devido às transformações ocorridas no mundo moderno (sejam essas políticas, culturais, econômicas, sociais, entre outros.).

O grande número de mulheres revela a feminização ao mundo do trabalho docente acompanhado de uma desvalorização do papel do/a professor/a na sociedade e da precarização das condições de trabalho na educação.

Divisão Sexual dos Cursistas GDE - Extensão



Fonte: Trabalho de campo. Org. Costa, C.L.

Ao analisarmos o quadro acima, percebemos que a maioria dos/as cursistas são mulheres, sendo este um dado relevante. O trabalho da mulher de acordo com SANTOS (2009) é passado por questões de gênero. O papel principal da mulher era ser mãe e dona de casa. A maternidade é a que mais a levaria ao sucesso, pois alguns acreditavam que a máxima realização de uma mulher era ser mãe e assim ela teria que trabalhar com cargos que a fizesse lembrar esse papel de ser mãe como, por exemplo, cuidar de crianças nas escolas, ou seja, ser professora. O fato de ser mulher, mãe, esposa, dona de casa e ainda trabalhar fora pode, também justificar os altos índices de desistência no curso.

Sobre os projetos de intervenção propostos pelas/os cursistas ao final do curso temos dados coletados da secretaria do curso e, embora o curso GDE tenha tido como um dos princípios básicos trazer a discussão de Gênero e Diversidade observou-se, pelos dados, que tal objetivo não foi alcançado em sua plenitude, pois, os dados mostram que os/as professores/as se recusaram a propor projetos que tratasse da questão gênero e diversidade sexual.

Dentre todos os temas escolhidos pelos cursistas para a realização do projeto final de intervenção nas escolas, podemos observar que o que mais se destacou foi "Preconceito Racial", tendo um total de 25 cursistas com este tema em seu trabalho final. E a minoria foi a sexualidade, juntamente com gênero e educação sexual. Estes temas mereciam mais atenção em função da proposta dos PCNs e do próprio curso, no entanto, observamos que ao final foram os que menos tiveram propostas de intervenção realizadas pelos cursistas.

O tema "Preconceito Racial" pode ter sido escolhido entre os cursistas por ser um tema que oferece um pouco mais de facilidade, conhecimento e de maior domínio público, ou seja, por talvez por ser mais aceito ou "comum" e não chocar tanto as pessoas que já estão acostumadas à necessidade do reconhecimento desta questão na sociedade. No entanto o cruzamento da questão étnico-racial com gênero, mostrando a grande concentração de miséria entre estas mulheres, ou outras ligações entre os temas, também teve pouco interesse.

Ao analisar os pólos e os projetos de intervenção observamos que ao total foram 126, sendo eles divididos entre os sete pólos. Os temas foram oito, sendo sete mais próximos aos temas trabalhados no GDE e um que relatava sobre "ética e moral". Abaixo, segue uma tabela descrevendo a quantidade de cursistas que escolheram cada tema e em seguida o gráfico com os mesmos dados.

Propostas de Projetos de Intervenção em Escolas por Pólos

Temas	Alexânia	Catalão	Inhumas	Mineiros	Posse	São Simão	Uruana	Total
Preconceito Racial	4	4	2	3	8	1	3	25
Diversidade Cultural	3	1	2	10	3	3	1	23
Educação Sexual	3	2	0	1	5	1	1	13
Discriminação e Diversidade	4	4	6	1	1	1	1	18
Diversidade	2	0	2	2	6	5	3	20
Gênero	0	3	2	1	1	4	0	11
Sexualidade	0	0	2	0	1	0	1	4
Outros	5	2	1	1	1	0	2	12
Total	21	16	17	19	26	15	12	126

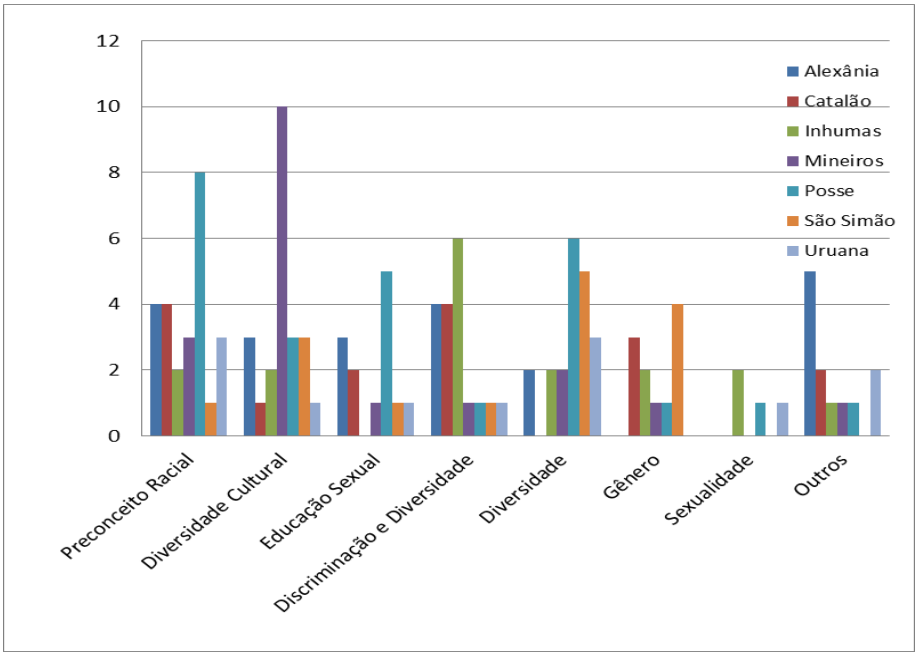
Fonte: Trabalho de campo. Org. Costa, C. L.

Os dados mostram que houve uma preferência pelo trabalho com os temas preconceito racial, diversidade cultural e diversidade em geral. Ao lermos algumas postagens no ambiente virtual de aprendizagem – AVA – observamos que ao longo do curso esta tendência já aparecia, sempre nos depoimentos onde ficou claro a dificuldade em se tratar de orientação sexual, sexualidade, homofobia, etc. Para rever estes valores é necessário muito esforço em superar questões historicamente colocadas como certas e erradas, portanto exige um esforço maior na desconstrução de pre-conceitos pessoais estabelecidos.

Outra questão de a preferência estar nestes temas é a relação com a escola e com a família que ainda não é de todo traquila, sendo que, embora os PCNs coloquem como

diretrizes, muitas escolas optam por não realizar estas discussões e muitos pais e mães também fazem pressão junto aos professores e professoras para não abordarem "certos assuntos".

Temas Apresentados nos Projetos de Intervenção em Escolas por Polos



Fonte: Trabalho de campo. Org. Costa, C. L.

Assuntos como homossexualidade, homofobia, sexualidade ainda são temas que encontram uma resistência para serem abordados na escola, embora o cotidiano escolar esteja cheio de alunos e alunas com dúvidas, cursiosidades e vontades. Concordamos que não é fácil tratar de questões polêmicas, estereotipadas. No entanto, o curso tinha como objetivo provocar entre os/as cursistas a necessidade de se despertar para tal realidade e aprender a, minimamente, conviver e respeitar, parece ter conseguido pouco.

Também em relação às metodologias não tivemos ações mais criativas ou inovadoras, ficando, quase sempre em práticas tradicionais. Ao analisar os trabalhos, conseguimos dividir as atividades em quatro eixos, sendo eles:

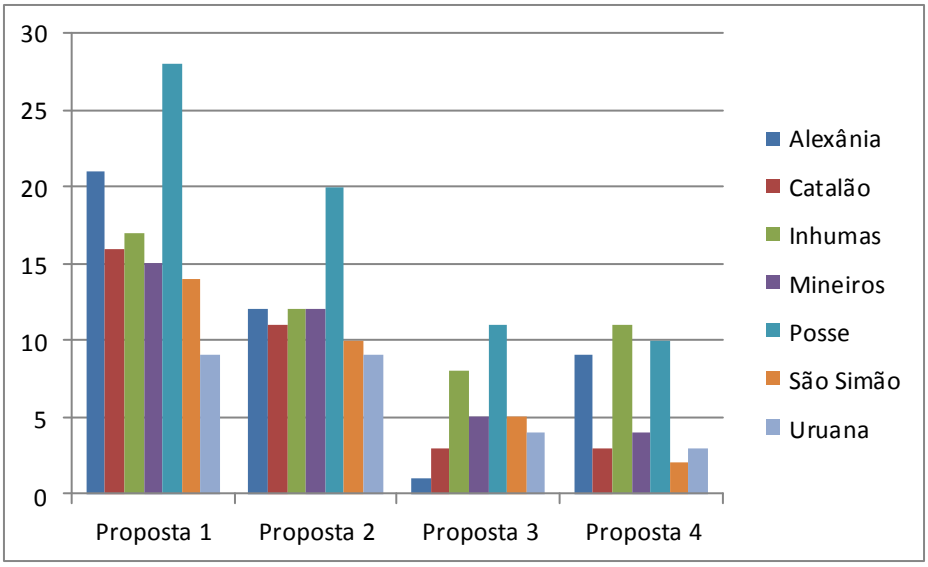
Proposta 1: Explicação do tema, leitura de textos relacionados ao mesmo, trabalho com filmes, musicas e debate com os alunos.

Proposta 2: Produção de material e/ou apresentações

Proposta 3: Pesquisas

Proposta 4: Trabalho em grupos, entrevistas.

Abaixo, veremos como foi distribuída cada atividade nos pólos, a quantidade de professores que abordaram essas propostas.



Observamos que a proposta 1 foi a mais escolhida pelos cursistas, proposta que traz elementos como a leitura, debates, filmes e músicas e a proposta 2 que é baseada em produção de material e apresentações – geralmente de peças teatrais sobre o tema. No entanto nos projetos as diretrizes de como se realizarão as propostas são pouco claras e, muitas vezes, o professor entende que passar um filme ou trabalhar com a letra de uma música exige uma boa formação acerca dos conteúdos para que não haja dispersão da proposta. As propostas com menor indicação foram a 3 e a 4, envolvendo pesquisas, trabalhos em grupo e entrevistas, apontando para um problema recorrente no ensino infantil, fundamental e médio que é a separação entre ensino e pesquisa e o trabalho com a formação de um aluno pesquisador, um sujeito-ação.

Sobre os dados do curso de Especialização temos ressaltamos que iniciaram o curso 260 alunos/as. Destes 95% eram de professoras. Destes matriculados/as 117 chegaram ao final e produziram artigos finais de curso divididos nos seguintes temas e quantidades de trabalhos:

GÊNERO, LINGUAGENS E DISCURSO – TOTAL CURSISTAS – 14
TEMÁTICA: GÊNERO, EDUCAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS – TOTAL CURSISTAS – 21
TEMÁTICA: SEXUALIDADE E GÊNERO – TOTAL CURSISTAS – 10
TEMÁTICA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – TOTAL CURSISTAS – 13
TEMÁTICA: ORIENTAÇÃO SEXUAL E HOMOFOBIA – TOTAL CURSISTAS - 29

TEMÁTICA: GÊNERO E TRABALHO – TOTAL CURSISTAS - 15
TEMÁTICA: GÊNERO E VIOLÊNCIA – TOTAL CURSISTAS - 12
OUTROS – 3

Observamos que no curso de especialização o interesse pela temática Orientação Sexual e Homofobia foi grande o que demonstra que no curso de Especialização, talvez em função do tempo e de trabalhos mais teóricos, o trabalho com as temáticas sexualidade e educação foram maiores. Embora o número de desistências tenha sido alto, entendemos que ao final os trabalhos apresentados tiveram boa qualidade e resultaram em duas coletâneas que serão publicadas em breve pelo Dialogus.

Diante dos dados aqui apresentados, entendemos que a pesquisa necessita ser mais valorizada entre os/as docentes para que possam se preparar melhor para a discussão com tais temas. O ideal seria que o/a trabalhador/a da educação tivesse tempo necessário e condições materiais para produzir pesquisas e se qualificar cada vez mais, no entanto, esta não é a política adotada pelos nossos governantes, o que reproduz a discriminação, o pré-conceito, a homofobia, a desigualdade.

Entendemos que a contribuição da nossa pesquisa pode contribuir no sentido de oferecer materiais para o trabalho com a temática, procurando mudar um pouco esta realidade. O grupo pensou em criar materiais com uma linguagem acessível aos professores/as e aos alunos/as e que procure contornar um pouco a situação narrada e vivida no GDE.

O levantamento dos principais problemas enfrentados pelos/as professores/as durante o curso e na elaboração do projeto de intervenção foram elementos para a produção de materiais didáticos neste projeto. A partir dos depoimentos e das dificuldades relatadas pelos/as cursistas, pensamos em produzir um material que aborde a questão do gênero e da diversidade de maneira simples, acessível, chamativa, com cores e que levasse informação aos alunos/as nas escolas, de forma agradável. Por isso propomos a produção cartilhas com histórias que acontecem no cotidiano da escola, a produção de vídeos de curta duração, produção de documentários, teatros e a criação de um banco de dados sobre a temática que seria disponibilizado para alunos/as e professores/as.

Propomos também a confecção de banners para serem colocados em corredores da escola, pátio, locais onde os/as alunos/as circulam, procurando levar o debate, também, para fora da sala de aula, com atividades mais interativas. O banco de dados com artigos, teses, monografias, artigos, vídeos, tirinhas, imagens, músicas e planos de aulas já está pronto e em

fase de testagem com professores/as. Esperamos realizar este procedimento com a turma do GDE que se inicia no ano de 2014, além de professores/as da rede pública de Catalão.

Além disso, entendemos que cursos como o GDE devem ocorrer continuamente para alcançar o maior número de professores/as e construir uma outra discussão sobre a temática, neste sentido entendemos que é importante a oferta do curso sempre que possível. Entendemos, também, que a Universidade deve estar sempre pronta para auxiliar os/as docentes, por isso temos como proposta a divulgação do Grupo Dialogus Interdisciplinares enquanto apoio para este trabalho.

Algumas ações foram comprometidas em função da greve dos/as professores/as que durou 51 dias em Goiás no ano de 2012. Desta forma, os protótipos de alguns materiais não puderam ser testados nas escolas e também não tivemos como realizar atividades com os/as alunos/as. Também deixamos para o ano de 2013 a divulgação do grupo nas escolas.

Considerações finais

O trabalho com o curso Gênero e Diversidade na Escola propiciou muitos elementos para o debate não apenas com as temáticas, mas também sobre a vida dos/as professores/as e suas práticas docentes. A angústia relatada por muitos/as com relação à necessidade do debate nas escolas sobre tais temáticas e sobre a falta de formação e de materiais nos incentivou a continuar as pesquisas.

Entendemos que é muito importante a formação em cursos de licenciaturas – o que ainda é uma raridade no Brasil – e os cursos de formação continuada como o GDE, embora ainda representem para o/a docente um acúmulo de tarefas, um sacrifício do tempo de descanso, já que não há estímulos como a redução de carga horária em sala para que o/a professor/a se qualifique.

A necessidade do enfrentamento dos estereótipos, dos preconceitos e valores historicamente consolidados apresenta-se como o grande desafio na formação de professores/as e, sem dúvida, em um exercício difícil para todos e todas que entendem a urgência do debate nas escolas para a superação de ações como a homofobia e a intolerância à diversidade.

Outras pesquisas somam-se a esta na tentativa de compreender um pouco mais sobre a vida cotidiana do/a professor/a e os desafios enfrentados na construção de uma formação mais justa e igualitária, com respeito às diferenças.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores**. Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Temas Transversais. Brasília, 1998.

GROSSI, Mirian P. **Masculinidades**: uma revisão teórica. Antropologia em primeira mão. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: Florianópolis:UFSC, 2004, v. 75.

HYPOLITTO, Dinéia. Formação continuada: análise de termos. **Revista Integração**: **ensino-pesquisa-extensão**. São Paulo: v.6, n.21, p. 101-103, maio 2000. Disponível em: http://www.bve.inep.gov.br/. Acesso em: julho de 2010.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 8. Ed., 2005.

MORENO, Montserrat. Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro. In:_____. BUSQUETS, Maria Dolors. et al. **Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. São Paulo: v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais do Brasil. **Revista de Didácticas Específicas**. p. 148-166, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Gender, a useful of historial analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRÁTICAS EDUCATIVAS, GÊNERO E INCLUSÃO NO TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Neusa Maria da Silva
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - MG

Antônio de Pádua Nunes Tomasi
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – MG

Resumo: Este artigo é parte da pesquisa em andamento no PROGEST, Grupo de Pesquisa do Mestrado em Educação Tecnológica - CEFET - MG, que disponibiliza cursos de capacitação em Gestão de Obras para operárias da construção civil. São objetos de discussão, as relações de gênero que acontecem no ambiente de trabalho dessas mulheres e os saberes adquiridos por elas decorrentes das práticas educativas ministradas neste curso, que são fundamentadas nas obras de; Philipe Meirieu, Vicent Merle , Guy Jobert, Paulo Freire e autoras que tratam das relações de gênero no trabalho, como Helena Hirata, Joan Scoth. São objetivos do estudo, desvelar as perspectivas dessas operárias em ambiente historicamente masculino, que propicia a discriminação de gênero, investigar os saberes que lhes dão autonomia no trabalho para que possam construir suas carreiras profissionais, investigar como essas mulheres lidam e combatem a discriminação no seu cotidiano laboral. A pesquisa é de caráter etnográfico, e será realizada em três fazes, sendo que ainda se encontra na primeira fase, que é composta por pesquisa bibliográfica exploratória e entrevistas coletadas das alunas do curso de Gestão de Obras. Como resultados iniciais, pode-se afirmar que, as mulheres operárias, alunas dos cursos oferecidos pelo PROGEST, adquirem novos saberes que lhes permitem a inclusão no canteiro de obras, de forma mais autônoma e mais atenta aos mecanismos de discriminação presentes no seu local de trabalho. Espera-se que estes estudos ampliem os conhecimentos sobre os saberes adquiridos para a atividade do trabalho, sobre as ralações de gênero e as discriminações no trabalho das operárias da construção civil.

Palavras-chave: Saberes. Gênero. Autonomia. Construção civil.

Introdução

PROGEST – Programa de Estudos em engenharia, sociologia e tecnologia. É um grupo de pesquisa que agrega alunos do Mestrado em Educação Tecnológica, da graduação das áreas de engenharia da produção civil e da engenharia elétrica, oferecendo os cursos de instalações elétricas prediais e gestão de obras, sendo que este último, tem turmas para homens e turmas de mulheres. As práticas educativas do programa são pautadas na Formação ao longo da vida – FLV e o objetivo do programa é capacitar os operários e as operárias da construção civil, assim o PROGEST desenvolve os cursos utilizando uma matriz curricular básica com diretrizes fundamentais para a inclusão e ou reinserção destes trabalhadores no mundo da construção civil. Nossa investigação se concentra nas turmas de mulheres do curso de Gestão de Obras. Interessa - nos investigar quais saberes elas buscam

que lhes garantam a inserção e a convivência em ambiente tão masculinizado tradicionalmente, que pode propiciar a discriminação de gênero.

Gênero e discriminação na construção civil

As relações de gênero são procedimentos complexos e instáveis, formados de partes que são diferentes entre si e as relações implicam em ligações variadas simultaneamente entre homens e mulheres, frente aos diferentes aspectos da vida social, entre eles o trabalho. Gênero, segundo Joan Scott (2009) se enquadra em uma categoria útil à história em geral e não somente na história das mulheres, que pode proporcionar um terreno rico para analisar as desigualdades das hierarquias. Para esta autora, o gênero surgiu para opor-se ao determinismo biológico das relações entre os sexos, que servia para justificar as desigualdades que existem na aparência física entre homem e mulher. Essas desigualdades dão origem à discriminação por gênero, que é proibida por lei. Segundo o princípio da igualdade da constituição brasileira de 1988, que dispõe o seguinte: "Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", ou seja, não deve haver discriminação em hipótese alguma. Discriminação é definida pela convenção 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) como: "toda a distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão." A discriminação pode ser direta e indireta, a primeira é mais facilmente detectável, pois ela é notória, explícita e de fácil comprovação, mas a indireta é de difícil comprovação, como exemplifica o procurador geral da república Dr. Otávio Brito Lopes:

> Normalmente, em processos organizacionais, aparentemente neutros, mas que permitem a influência de subjetividade. Normalmente, quando um jovem negro ou uma mulher procura um departamento de seleção e recrutamento de uma empresa, eles são recebidos, aparentemente, da mesma forma. São convidados a se sentar, oferecem café, preenchem uma ficha. Mas, sabe-se lá por que, normalmente o trabalhador negro não é recrutado. Normalmente, a mulher não é recrutada para determinados cargos, mas sim para outros. Ninguém diz expressamente que não vai recrutar o trabalhador negro ou a mulher por conta de ser mulher ou por conta de ser negro (Lopes, 2010, p. 153).

A discriminação indireta sempre acontece e não existem muitas leis que fazem referências a ela, e as existentes são veiculadas em meios que nem toda população tem acesso,

principalmente para a população mais carente, como as mulheres operárias da construção civil. Apesar de elas serem mais escolarizadas que os homens, segundo dados do censo demográfico 2010, pesquisa realizada pelo IBGE – Instituto Brasiliero de Geografia e Estatística, elas ainda não conseguem interpretar exatamente o conteúdo das leis. Como indica a fala da aluna operária: "As leis são complicadas, não consigo entender nada que está escrito, no serviço ninguém sabe explicar direito, não tenho tempo de 'ir no' Ministério". É neste sentindo e aliada à necessidade da manutenção do trabalho que a discriminação contra a mulher no mundo do trabalho vai proliferando.

No início do século XX no Brasil, a mulher só poderia trabalhar com a permissão do marido, conforme o código civil de 1916, artigo 242, que conferia ao marido todos os direitos, pois a ele cabia prover e ser o legítimo chefe da família, não cabendo à mulher nenhuma atitude sem autorização expressa do marido, era uma sociedade baseada no sistema patriarcal, no qual a dominação masculina permitia apenas que as mulheres exercessem trabalhos domésticos ou pequenos trabalhos como a venda de doces, bordados e costura que eram pouco valorizados e deviam ser sempre exercidos no âmbito do lar. Esta situação só deixou de existir legalmente com a Constituição Federal de 1988, que deu à mulher direitos iguais aos dos homens. Assim podemos inferir que, deveres e direitos são iguais para os homens e para as mulheres, garantindo dessa maneira, a inserção da mulher no mundo do trabalho e a todas as oportunidades. As conquistas até o momento conseguidas, como auxilio maternidade, direito ao descanso antes e depois do parto, salários iguais, aliás, direitos de igualdade que já tinham sido expressos na Declaração dos Direitos Humanos da ONU de 1948. Como podemos notar, a legislação existe para que não haja discriminação, porém a discriminação por gênero acontece principalmente em territórios onde a predominância é masculina, como é na construção civil, que dificulta a inserção e o trabalho da mulher nestas áreas.

A CLT – Consolidação das Leis do Trabalho foi criada em 1943, pelo então Presidente Getúlio Vargas, nela continha vários artigos de ordem discriminatória, como o artigo 375 que estabelecia que a mulher só pudesse fazer horas extras, caso tivesse atestado médico oficial autorizando-a e devidamente anotado em sua carteira de trabalho. Esse artigo somente foi revogado em 1989 pela lei 7.855, e também foi revogado por esta mesma lei o artigo 387 que proibia o trabalho das mulheres em minas e locais subterrâneos. Mas a maior expressão de dominação masculina e discriminação contra a mulher no trabalho era o no artigo 446, que também foi revogado pela mesma lei. Ele dava poder ao pai ou marido para

pleitear a rescisão de contrato de trabalho da mulher, caso ele julgasse necessário a qualquer momento sem prévio aviso à mulher trabalhadora. A CLT, hoje, garante que o trabalho das mulheres seja protegido no sentindo de não haver exploração salarial, garantir os direitos às gestantes, durante a gestação como depois do parto, direito a amamentar os filhos até aos seis meses de idade e direito à creche. Diante dessas conquistas trabalhistas as mulheres cada vez mais estão ocupando os postos de trabalhos, que antes eram exclusividade masculina. Elas são contratadas, mas, a discriminação por gênero é bem visível, segundo depoimentos coletados das operárias, durante o curso de Gestão de Obras, oferecido pelo Grupo de Pesquisa PROGEST – Programa de estudos em Engenharia, Sociedade e Tecnologia, elas relatam que o tratamento que recebem de seus superiores hierárquicos, na maioria das vezes é de cunho discriminatório, desqualificando-as quando frisam que "obra não é lugar para mulheres", "que lugar de mulher é em casa tomando conta de criança". Elas ao fazerem relatos dessa natureza, expressam o desconforto que sentem ao serem tratadas com expressões de caráter machistas e discriminatórias. Mas desconforto maior é quando elas têm que se esquivarem do assédio sexual que algumas sofrem durante o trabalho, configurando-se quando eles dizem "piadinhas" de baixo calão, quando fazem insinuações maliciosas constantes, com o objetivo de obter favorecimento sexual e, elas se sentem impotentes, pois o assediador se vale de sua autoridade no trabalho para constrangê-las.

O assédio sexual é crime, conforme artigo 261 da Lei 10.224 de 15 de maio de 2001 é uma coação difícil de ser provada, pois ele acontece silenciosamente, aos poucos, por isso muitas vezes, a mulher prefere pedir demissão a fazer uma denuncia formal. E ainda existem as discriminações indiretas que são ditas em forma de elogios, que tomam corpo quando um engenheiro encarregado de uma obra diz às suas funcionárias o seguinte: "não sabia que era tão bom trabalhar com mulheres, vocês são mais caprichosas e obedientes", ou seja, a valoração delas vem pelo fato de serem obedientes e submissas, e não da competência no trabalho. Observa-se através destes "elogios", uma avaliação subjetiva e discriminatória do engenheiro. Principalmente quando ele usa a expressão "caprichosa" que nos faz lembrar as atividades domésticas, rotina na qual elas deveriam deixar tudo harmonioso para a chegada do marido, o provedor, e que foi imposta às mulheres por séculos, como forma de domínio masculino. A discriminação por gênero é uma das mais praticadas, pois alguns homens incapacitam as mulheres apenas por serem mulheres. Neste sentindo, que os estudos sobre gênero expressam os diferentes papeis que são designados às mulheres e aos homens no processo produtivo e na sociedade em geral e como estes estudos viabilizam o combate às

práticas discriminatórias. Este combate à discriminação por gênero é necessário por si só, mas também, porque este tipo de discriminação é esteira para outras práticas discriminatórias, como racismo, homofobia, assédio moral, assédio sexual etc. Estes estudos ainda nos permite elaborar saberes sobre o lugar da mulher na sociedade, levando em conta a trajetória histórica de opressão das mulheres. Não obstante, devemos lembrar que não há como realizar um estudo sobre a mulher sem olhar holisticamente para o contexto social, ou seja, a presença masculina não deve ser abolida destes estudos, como podemos verificar no conceito de feminismo de (Alves et al.,1985) que se aplica bem aos estudos de gênero:

> O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher não tenha que se adaptar a modelos hierarquizados e onde as qualidades femininas ou masculinas sejam atributos do ser humano em sua globalidade. (Alves et al.,1985, p.9)

A partir desta citação podemos inferir que nas relações sociais e de sexo, o que deve prevalecer são os saberes que o indivíduo agrega à sua vida, a competência no exercício da atividade seja ele homem ou mulher.

Estas discriminações podem causar sérias consequências como baixa auto estima, depressão e consequentemente a funcionária diminui sua produção, sente-se infeliz e pode causar a alta rotatividade, pois a maioria delas preferem pedir demissão a fazer reclamação formal contra o assediador, pois não suportam a transformação do ambiente de trabalho em ambiente hostil. Situação inadmissível, pois conforme: (SCOTT,2005.p.15) "A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou levá-la em consideração." Essa diferença é reconhecida, mas não é ignorada, pois a discriminação por gênero é uma das mais praticadas, tanto que, alguns homens incapacitam as mulheres apenas por serem mulheres. O combate à discriminação por gênero é necessário por si só, mas também, porque este tipo de discriminação é esteira para outras práticas discriminatórias, como racismo, homofobia, assédio moral, assédio sexual etc.

Formação ao Longo da Vida – FLV.

A formação ao longo da vida é entendida como uma escolha feita pelo indivíduo, ele decide o que aprender e como aprender. O indivíduo ao optar pela formação ao longo da vida, ele já traz uma bagagem de saberes, portanto é uma nova aquisição de conhecimentos, ou

melhorar os que têm, pois como já foi dito, esta escolha é do sujeito. Para nos fundamentar nos apropriamos dos escritos de (TOMASI, 2010) onde ele diz que a "apropriação de conhecimento e de formação do espírito humano não se restringe ao período escolar ou universitário", esta informação nos faz acreditar que na formação, o sujeito vai à busca de um futuro profissional melhor ou até mesmo a realização de um projeto pessoal, que necessariamente não está nas escolas de ensino sistemático. Para (Merle2006) a formação de adultos é quando o indivíduo conquista sua autonomia e tem a oportunidade de relacionar conceitos de seu dia a dia a conceitos científicos. Não se pode confundir a Formação ao longo da vida com a educação ao longo da vida, que segundo (MEIRIEU,1998), o termo educação, refere-se à aprendizagem do indivíduo, enquanto criança. A educação é uma escolha do adulto para a criança, ou seja, a criança aprenderá de forma já estabelecida pelo adulto. Sabe-se que a escola tem a missão insubstituível de garantir certo número de saberes e saber fazer, que sejam adquiridos por todos de maneira sistemática e organizada. (MEIRIEU,1998,p. 17). Entende-se que a escola é o local onde a criança irá socializar-se, conhecerá regras de boa convivência que são partes integrantes na formação infantil. É na escola de base que este saber em parte é adquirido, local em que a criança aprenderá conforme um currículo pré estabelecido pela secretária de educação, sendo uma carga horária obrigatória para o prosseguimento de seus estudos. Enquanto a formação ao longo da vida - FLV, no entendimento de MERLE 2006, [...] é a conquista da autonomia e a oportunidade do sujeito de relacionar conceitos de seu dia a dia a conceitos científicos [...], ou seja, este indivíduo carrega consigo uma experiência de vida, que poderá ser relacionada com os novos conhecimentos que irá adquirir de forma sistematizada em seu novo ofício. O PROGEST que oferece cursos de qualificação para operários da construção civil à luz da FLV há 10 anos, percebendo a necessidade de qualificar profissionalmente mulheres operárias da construção civil, abriu turmas para esta demanda do mercado de trabalho.

Somente na região metropolitana de Belo Horizonte, as mulheres ocuparam 1,3%[1] das vagas que foram oferecidas pela construção civil no ano de 2012. Portanto faz se necessário o estudo desta mudança cultural que está acontecendo no mundo do trabalho da construção civil. Este comportamento social nos leva a refletir por que as mulheres estão procurando por um ofício que sempre foi ocupado por homens? Quais seriam as implicações sociais deste momento da construção civil? Neste sentido, o PROGEST incentiva o exercício da cidadania, a ampliação de conhecimento (questões pessoais e sociais),estimula a consciência

1 - Boletim Trabalho e Construção

crítica, autonomia e o fortalecimento da autoestima com a finalidade de instigar a mulher a tornar-se protagonista de sua história elas vão vencendo as barreiras e prosseguindo com a revolução silenciosa nos canteiros de obras da RMBH."

Práticas educativas da Formação ao Longo da vida

As práticas educativas que são administradas através das disciplinas de informática básica, materiais de construção, matemática básica, linguagem para fins profissionais, leitura de projetos hidráulicos, elétricos, arquitetônicos e estruturais, sendo que as disciplinas de leituras de projetos são as de maior interesse, pois possibilitam à elas o controle do andamento da obra e consequentemente a distribuição do trabalho. Ainda têm gestão de pessoas, educação ambiental, qualidade de produtividade, ergonomia e segurança do trabalho, tecnologia das construções e por final, logística e fluxo, são disciplinas de formas organizativas globais e integradoras, que proporcionam a construção dos saberes. Todas essas disciplinas são ministradas em um ano, com a carga total de 220 horas. Na FLV as alunas passam a refletir sobre seu papel na sociedade e lhes são outorgadas os saberes que as tornam autônomas de maneira que podem analisar criticamente todas as situações que são por elas vividas. Adquirem condições de se "desenvolverem pessoalmente e profissionalmente" (MERLE,2006.p.4). As aulas fundamentadas na FLV tem seu conteúdo organizado de forma integradora, para que as alunas entendam como é produzida a aprendizagem, ou seja, "deve ser um aprendizado no qual todos aprendem e ensinam ao mesmo tempo, dando sentido assim, a reconstrução do conhecimento por meio de suas próprias práticas, alcançando os saberes de forma clara." (FREIRE, 1996.p.23). Esta interação entre as alunas e formadores[2] é enriquecedora e só acontece por que os conhecimentos prévios e contribuições das alunas são respeitados, esta relação entre experiência e apropriação de conhecimentos valoriza a singularidade de cada uma e contribuí para a *possion de soi* (MERLE,2006.p.5),ou seja, a posse de si mesma, em outras palavras a autonomia para a livre escolha, é empoderamento através do saber. Essa condição proporciona as alunas do PROGEST, autoestima elevada, melhor compreensão das tensões que existem no trabalho da operária na construção civil, dando a elas maior clareza de sua situação em seu ambiente de trabalho e possibilitando-lhes consciência de seus direitos em todas as estâncias, para assim compreenderem melhor o meio de sua atividade.

2 - Formadores: Alunos dos cursos do Mestrado e Engenharias civil e elétrica do CEFET-MG –Campus II e da UFMG

Considerações:

A pesquisa ainda tem muito a desenvolver, pois se encontra em fase inicial nos estudos sobre os aspectos das relações de gênero que entremeiam o trabalho de homens e mulheres na construção civil. Mas nos primeiros resultados obtidos podemos inferir que, os cursos do PROGEST,com suas práticas educativas à luz da FLV promovem a autonomia de suas alunas e na medida em que elas adquirem novos saberes a inclusão e ou a reinserção no canteiro de obras acontece. Quando se tornam mais esclarecidas elas passam a não permitir discriminações contra elas e contra seu trabalho. Mas a despeito das dificuldades, elas avançam lutando por melhor qualificação e mais igualdade no trabalho e os estudos sobre gênero podem contribui para a melhor compreensão das relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho, proporcionando um ambiente sem preconceitos e promove o reconhecimento das competências das mulheres.

Referências:

ALVES, Branca M. e PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. [e-Boock]. Coleção PrimeirosPassos, São Paulo: Abril Cultural, 1985. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/113816280/O-que-e-Feminismo-Branca-Moreira-Alves-e-Jacqueline-Pitanguy-Colecao-Primeiros-PassosBranca > Acesso em: 15/08/2013.

Boletim DIEESE: **A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Março de 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/2013pedmulherbhz.pdf >. Acesso em: 15/08/2013.

BRASIL. CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm **>.** Acesso em 15/08/2013.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm **. A**cesso em: 15/08/2013.

BRASIL. Código civil de1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm > . Acesso em 15/08/2013.

BRASIL. Lei 10.224 de 15 de maio de 2001 : Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10224.htm > Acesso em: 15/08/2013.

Censo demográfico brasileiro. Resultados do censo demográfico brasileiro 2010 . Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab5.pdf . Acesso em: 15/08/2011.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm > . Acesso em: 15/08/2013.

FREIRE, Paulo. 1996. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Ed. Paz e Terra

LOPES, O.B. Minorias, Discriminação no Trabalho e ação Afirmativa Judicial. In **Revista do Tribunal Superior do Trabalho** - Ano 76 – nº 4 – out. a dez. 2010. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/18736/76-4.pdf?sequence=1 > Acesso em: 15/08/2013.

MEIRIEU, P., Éducation et formation tout au long de la vie. **Comité Mondial pour l'éducation et la formation tout au long de la vie**. Paris: UNESCO, 2005.

MERLE, V. Apprendre tout au long de la vie: pourquoi, comment ?**Comité Mondial pour l'éducation et la formation tout au long de la vie**. Paris: UNESCO. 2006.

Organização Mundial do Trabalho. Disponível em:< http://www.oit.org.br/ > . Acesso em: 15/08/2013

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista estudos Feministas**, 2005.

TOMASI, A.P.N. **A construção social da qualificação dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte: estudo sobre os Mestres-de-Obras**. Fafich – Departamento de Sociologia e Antropologia – Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho/ CNPq, Relatório de Pesquisa. 1999.

QUESTÕES DE GÊNERO NA POESIA DE OLGA SAVARY

Nismária Alves David
Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Na lírica brasileira contemporânea, merece destaque a escritora Olga Savary, poeta, contista e tradutora, cuja literatura é marcadamente feminina e, depois do pioneirismo de Gilka Machado em *Meu glorioso pecado* (1928), tem sido apontada como a primeira autora brasileira a publicar um livro integralmente composto de poesias eróticas, o qual se intitula *Magma* (1982). A partir da perspectiva teórica de Octavio Paz sobre erotismo e poesia, bem como das contribuições da crítica literária feminista, este trabalho pretende abordar as relações entre a voz feminina e a dicção erótica na obra savariana, dando destaque ao modo como as questões de gênero se incorporam à sua poética. Na análise do erotismo poético na poesia brasileira de autoria feminina, Angélica Soares (1999) aborda a tensão entre a consciência literária do erotismo e a consciência erótica do literário, a fim de esclarecer que a matéria erótica como matéria de poesia é uma forma de liberação da subjetividade e de expressão do desejo. Também, como afirma Ana Luísa Amaral (2003) acerca da escrita do corpo em textos produzidos por mulheres, pode-se constatar que, na configuração do sujeito lírico, o corpo poético apresenta marcas do discurso produzido pelo corpo de mulher. Assim, a análise da poesia de Savary possibilita tratar da presença e da recorrência de imagens em que há a poetização do corpo e o questionamento da representação tradicional do gênero feminino.

Palavras-chave: Gênero. Poesia. Erotismo. Olga Savary.

Olga Savary (Olga Maria Augusta Savary), filha de pai russo (Bruno Savary) e mãe brasileira (Célia Nobre de Almeida), nasceu em Belém (PA) a 21 de maio de 1933, viveu em Fortaleza (CE), porém passou a maior parte de sua vida na cidade de Rio de Janeiro, onde vive desde 1946. Seus livros de poemas são: *Espelho Provisório* (1947-1970), *Sumidouro* (1971-1977), *Altaonda* (1971-1977), *Magma* (1977-1982), *Hai-Kais* (1977-1986), *Linha d'água* (1980-1987), *Retratos* (1987-1989), *Rudá* (1990-1994), *Éden Hades* (1990-1994), *Morte de Moema* (1995-1996), *Anima Animalis* (1996) e *Repertório Selvagem* (1997-1998), os quais foram reunidos e publicados em *Repertório Selvagem* (Obra Reunida) em 1998.

Autodidata, é ainda contista e tradutora, tendo se dedicado à tradução de escritores hispano-americanos como, por exemplo, Julio Cortázar, Pablo Neruda, Octavio Paz e Mario Vargas Llosa. Dentre os prêmios que recebera, destacam-se o Prêmio Jabuti de Autor Revelação pelo livro *Espelho Provisório* em 1971 e o Prêmio de Poesia da Associação Paulista de Críticos de Arte pelo livro *Sumidouro* em 1977. É interessante ressaltar que Olga Savary é um dos 18 poetas que integram a *Antologia de Poesia da América Latina*, editada na Holanda em 1994, na qual se encontram Neruda e Paz, ganhadores de prêmios Nobel. (TOLEDO, 2009).

Leitora de Cecília Meireles e Clarice Lispector, entre outros nomes, sua literatura é marcadamente feminina e, depois de Gilka Machado que escreveu poemas eróticos em *Meu glorioso pecado* (1928), Savary é apontada como a primeira mulher brasileira a publicar um livro totalmente composto de poesias eróticas, *Magma* (1982), e foi a organizadora da primeira antologia brasileira de poemas eróticos, intitulada *Carne viva* (1984).

Acerca do erotismo, em entrevista concedida à Marina Caruso, Savary (2011) declara: "As mulheres não tinham vez, voz ou libido. Felizmente acordamos. [...]. Quando o poeta fala em erotismo, fala porque não teve na dose que precisava. É mais falta do que excesso". Ademais, em entrevista a Clauder Arcanjo, a escritora expõe:

> Assim, considero um elogio reconhecer meu pioneirismo em escrever poesia erótica, a atitude audaciosa de publicar *Magma* e *Carne viva*. Até porque erotismo é fundamental, erotismo é o divino no humano, erotismo é vida. Só acrescentaria que falar sobre este tema é fazer o discurso da falta. Se a gente vivesse o erotismo completamente, não carecia escrever um só verso ou texto erótico. (SAVARY, 2008, p.1).

Ao consultar a fortuna crítica da obra savariana, constata-se que é reduzido o número de trabalhos dedicados à sua poesia e que, por esta razão, muito há o que estudar com o intento de compreender e divulgar sua produção literária, já que o meio acadêmico deve se responsabilizar pela constante revisão da história literária. Dentre os trabalhos consultados, observa-se a confirmação de que o erotismo é um dos traços marcantes da poesia de Savary como apontam as estudiosas Marleine Ferreira de Toledo (2009) e Angélica Soares (2012).

Com o fito de aprofundar o estudo da temática erótica na lírica, este texto é parte dos resultados incipientes do projeto de pesquisa em andamento, *A voz feminina e o erotismo na poesia de Olga Savary*, desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás (UEG), que pretende abordar as relações entre o sujeito lírico feminino e a dicção erótica na obra de Olga Savary, dando atenção às circunstâncias em que sua atividade como poeta foi realizada e ao modo como o feminino se incorpora à sua poética. Por considerar o erotismo e as relações de gênero, a referida pesquisa também espera tratar da presença e da recorrência de imagens em que há, por exemplo, a poetização do corpo, a atualização do mito, o diálogo intertextual e a reflexão metapoética que marcam a escrita savariana.

A literatura de Olga Savary é um exemplo de obra escrita por mulher, a qual apresenta uma voz lírica que trata principalmente sobre o tema mulher. Essa constatação suscita a seguinte pergunta que norteia os objetivos da pesquisa supracitada: *Repertório Selvagem* constitui um exemplo de escrita feminina? Embora certos de que a expressão

"escrita feminina" é criticada por supostamente reforçar as distinções binárias entre discurso masculino e discurso feminino das quais se tenta fugir, este texto busca compreender como o sujeito feminino toma posição nos poemas savarianos.

Assim como Virginia Woolf (1985) e Simone de Beauvoir (2009) tocaram a condição da mulher como escritora, os versos de Olga Savary permitem pensar sobre aspectos subjetivos e cotidianos que abordam a questão da identidade da mulher escritora. Essa constatação faz recordar as dificuldades históricas enfrentadas pelas mulheres escritoras. A esse respeito, Constância Lima Duarte (1997, p. 87) destaca:

> as dificuldades e as tentativas das mulheres ao longo da história, para serem consideradas escritoras e, assim, integrarem o cânone literário. Muitas fizeram uso de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública.

Isso de deve ao fato de o gênero se constituir pelas relações sociais em que se evidenciam as diferenças entre os sexos, bem como envolve as relações entre homem e mulher, as quais se manifestam como relações de poder, tão marcantes na história social e cultural e que se instauram por meio da linguagem como uma violência simbólica. (DUARTE, 1997). A pesquisadora Elódia Xavier (2007), por sua vez, escreve sobre o corpo no imaginário feminino e lembra que, nos anos 70, "as feministas descobriram que podiam ser donas do próprio corpo e daí extrair o prazer". Disso resulta que, na literatura, vemos mulheres que desafiam os tabus, escrevendo acerca dos prazeres da carne e rompendo "o silêncio sobre o próprio corpo". (XAVIER, 2007, p.155). Mediante o movimento feminista, as mulheres cada vez mais se conscientizam e se questionam sobre sua condição e, inclusive, conquistam lugar no âmbito literário, dominado por homens. (SILVA, 2009, p.22).

A resistência em torno do uso do vocábulo feminismo no Brasil, segundo Duarte (2003), não é adequada ao movimento legítimo que foi ao transformar as relações entre homens e mulheres. Por isso, propõe a seguinte definição: "'feminismo' poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo." (DUARTE, 2003, p. 1).

No que se refere às contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista, Soihet (1997) destaca sua importância e esclarece que os historiadores sociais viam as mulheres de modo homogêneo, como "pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se

alterava", isto é, apresentavam uma identidade coletiva que favoreceu o movimento feminista nos anos de 1970. Disso resulta a oposição entre homem e mulher, mas, no entanto, ao final dessa década, surgem questionamentos acerca da viabilidade da categoria mulheres, introduzindo a diferença como um aspecto a ser discutido. "Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades". (SOIHET, 1997, p. 96).

Conforme Clarke (2008), Olga Savary define a si própria como feminista no sentido de que sua literatura se volta para a liberação das mulheres, principalmente, para a liberdade de expressão. A lírica savariana poetiza o direito ao prazer e à sexualidade como exemplificam os poemas aqui selecionados. A começar, no primeiro livro de Savary, *Espelho Provisório* (publicado em 1970), já se constata a representação poética da mulher não como um ser frágil. Neste livro, lê-se o seguinte poema:

Desmistificação

Não sou um ser macio
como a água distraída
sem um som que me apoie
na lâmina dos ventos
ou do vago rumor entre duas ondas;
não sou um ser gentil, dizia,
sou uma guerreira.

Rio de Janeiro, abril de 1969.

(SAVARY, 1998, p. 110).

O ato de desmistificação da mulher marca toda a obra de Savary. Sem falseamentos e sem interditos, num verdadeiro desnudar, a poeta apresenta a mulher não limitada à esfera particular, mas sim como aquela que busca o acesso à esfera pública e, em especial, aquela que realiza o trabalho de escritora. O poeta Ferreira Gullar, ao prefaciar *Espelho Provisório*, escreve que Olga denuncia a alienação da vida, trata das contradições profundas da existência, com um misto de explosão e delicadeza. (SAVARY, 1998). Como uma "guerreira", enfrenta a ideologia dominante para desconstrui-la, opondo-se ao preconceito do sexo frágil e, sobretudo, exerce o direito de cantar o desejo feminino.

Tradutora de haicais japoneses, Olga Savary é mencionada como a primeira escritora brasileira a escrever e jogar com esta forma no livro *Hai-kais* (publicado em 1986), do qual se escolhe o exemplo a seguir:

Entre Erótica e Mística

Antes que me esqueça,
Poesia, as palavras não só combato:
durmo com elas.

(SAVARY, 1998, p. 215).

O ritual do fazer literário é colocado na fronteira entre o erotismo e o misticismo. O sentido etimológico de erotismo remete a *erot-*, do grego *érós*, amor, que se associa à figura mitológica Eros que, em *Banquete*, de Platão (2003), é apresentado como o intermediário entre os deuses e os humanos, sendo uma força constantemente insatisfeita e inquieta. O ato erótico é inerente ao ser humano, visto que, para Bataille (1987, p. 15), deflagra os movimentos da paixão que movem o ser, já que "somos seres descontínuos, indivíduos que morrem isoladamente numa aventura ininteligível, mas temos a nostalgia da continuidade perdida" ao longo da vida. Nessa perspectiva, a experiência erótica é entendida como uma experiência interior. A mística, por sua vez, vem do grego *mystikós* e se refere aos mistérios e às cerimônias religiosas secretas que conduzem à comunhão com o divino, ao êxtase (estar fora de si).

Da mesma forma, produzir a poesia pode ser comparado a uma cerimônia religiosa secreta que possibilita alcançar o estado de êxtase e de continuidade do ser. Além da imagem do combate, prevalece a imagem do dormir com as palavras, isto é, a unidade entre sujeito lírico e as palavras, sugerindo uma conotação erótica e mística concomitantemente. Manifestam-se a liberdade no fazer poético, a consciência crítica do fazer literário, e ainda a palavra erotizada como o corpo. Paz (1994, p. 7) relaciona o erotismo à criação poética e entende a poesia como erótica verbal, bem como esclarece que o erotismo se origina da sexualidade e, unido ao amor, compõe a "dupla chama da vida".

Na análise do erotismo poético na lírica brasileira contemporânea de autoria feminina, Angélica Soares (1999) aborda a tensão entre a consciência literária do erotismo e a consciência erótica do literário. A matéria erótica como matéria de poesia é uma forma de liberação da subjetividade e de expressão do desejo. Em outras palavras, trazer o erotismo na poesia é um modo de "conscientização da necessidade de ruptura dos paradigmas masculinos repressores" (SOARES, 1999, p. 57) e, como disse também Lúcia Castello Branco (1984, p. 8), há a escrita da "linguagem do desejo".

Em 1983, Olga Savary recebeu o Prêmio Olavo Bilac em reconhecimento à literariedade de seu audacioso livro *Magma* (publicado em 1982), do qual se transcreve o poema "Nome II":

Nome II

Diria que amor não posso
dar-te de nome, arredia
é o que chamas de posse
à obsessão que te mostra
ao vale das minhas coxas
e maior é o apetite
com que te morde as entranhas
este fruto que se abre
e ele sim é que te come,
que te come por inteiro
mesmo não sendo repasto
o fruto teu que degluto,
que de semente me serve
à poesia.

(SAVARY, 1998, p. 184).

Novamente, depreende-se a metapoesia em que a poeta realiza autorreflexão do fazer poético. Várias palavras pertencentes ao campo semântico da comida remetem ao desejo. Além disso, as imagens lembram o mito da *vagina dentata* em que o órgão genital feminino se apresenta como uma boca cheia de dentes castradores do falo, mas, no entanto, o corpo feminino se apossa do corpo masculino para extrair as imagens que são a semente que "serve à poesia".

Na obra savariana, percebe-se a imagem da mulher constituída por um olhar feminino, exemplificando a representação do corpo erotizado na poesia. Ao discutir a corporalidade feminina na literatura, Xavier (2007) destaca que as escritoras adentram no âmbito literário marcadamente masculino e passam a expor o corpo erotizado. Esse tipo de corpo é o corpo que "vive sua sensualidade", busca "usufruir desse prazer", emprega um discurso de sensações para passar ao leitor "a vivência de uma experiência erótica" (XAVIER, 2007, p. 157).

Do livro *Magma*, também se reproduz o poema "Saturnal":

Saturnal

Paraíso é essa boca fendida de romã



- bagos de vida,

Paraíso é esse mistério de água ininterrupta
Fluindo do terminal das coxas,

É a vulva possuída-possuindo
Violáceo cacho de uvas,

É esse dorso de vinho navegável
Atocaiado para um crime.

(SAVARY, 1998, p.186).

O título "Saturnal" sugere licenciosidade e, no decorrer dos oito versos, constata-se a definição de "Paraíso" como o prazer carnal e imagens que sugerem o encontro dos corpos feminino e masculino. Tanto o lado selvagem quanto o erótico são evidenciados, uma vez que o "ato de amor para Olga Savary é uma expressão de delírio selvagem. É o delírio de ser possuída e de possuir." (SANTANA, 2011, p. 83). Na poesia savariana, é frequente a apresentação dos amantes como macho e fêmea no jogo erótico, bem como há a inserção de elementos do mundo animal que, segundo Toledo (2009, p. 92) representam as contradições de "medo e desejo, doçura e aspereza ou sedução e intimidação". A esse respeito, Soares (2012, p. 150) explica que "a animalidade humana é recriada constantemente no erotismo de *Repertório Selvagem*".

Abaixo, cita-se o poema "Nada Além", publicado no livro *Repertório Selvagem:*

Nada Além

Toco teu corpo como a uma seda
Com essa vontade de estar em volta
Ao teu redor qual fosses um veleiro,
Te cerco inteiro de maio a janeiro,
Eu a te seguir cardume de peixes.

Toco teu corpo como afago a água
Com essa vontade de estar perto,
Asa é a leveza do meu gesto,
Casa onde te envolvo, pura labareda,
Amor laçando todas tuas setas.

(SAVARY, 1998, p. 335).

A liberdade de escrever os desejos relaciona-se com a liberdade do corpo e a emancipação da mulher, rompendo todos tabus. Diante das mudanças sociais, o erotismo tem

uma função política e social. Tornar a sexualidade um ato erótico afasta-a do fim reprodutivo e "a obra savariana foi idealizada com o intuito não só de escandalizar, mas também de gerar uma espécie de aceitação positiva no ideário e na dicção do gênero feminino" (SANTANA, 2011, p.114).

De acordo com Ana Luísa Amaral (2003, p. 116), "o próprio corpo poético seria, necessariamente contaminado pela 'materialidade' do discurso produzido por um corpo". Olga Savary desconstrói paradigmas patriarcais e explicita o universo feminino na constituição de poemas eróticos. Considerando que a obra reunida *Repertório Selvagem* é composta por poemas escritos por mulher, este estudo assume relevância no campo de estudos de poesia de autoria feminina, já que o próprio ato de analisar a produção literária de mulheres, segundo Sylvia Paixão (1990, p. 55), "é uma forma de romper com os preconceitos sociais, pois destaca a presença feminina num meio dominado pelo homem".

Por fim, em toda a obra savariana, mediante a representação do gênero feminino, evidenciam-se a contestação e a subversão dos comportamentos que são impostos culturalmente pela sociedade patriarcal à mulher. Ao criar versos que focalizam o desejo, Savary apresenta uma mulher que não vive em função de outro, mas tem seu projeto de vida, de poesia e de prazer (tanto prazer do corpo quanto prazer estético), suscitando a reflexão de seus leitores sobre o questionamento da representação tradicional do gênero e sobre o papel exercido por mulheres que se inserem na esfera pública da literatura como escritoras. Sobretudo, com densidade lírica, reavalia os valores sociais contemporâneos e conscientiza a mulher da importância de sua liberação e ruptura da repressão que lhe é, muitas vezes, imposta nas práticas culturais.

Referências

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. Estudos Avançados. vol.17, n.49. São Paulo, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>. Acesso em: 16 jun. 2013.

_____. O cânone literário e a autoria feminina. In: Aguiar, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas:** desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 85-94.

AMARAL, Ana Luísa. **Do centro e da margem**: escrita do corpo em escritas de mulheres. In: Cadernos de Literatura Comparada 8/9. Literatura e Identidades. AMARAL, Ana Luísa et. al. (Org.). Porto: Editora do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, 2003, p. 105-120.

BATAILLE, George. **O erotismo.** Tradução Antonio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. O **segundo sexo.** Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é erotismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

CLARKE, Margaret Anne. *An Introduction to Olga Savary*. In: Maria H. Andre and Eva P. Bueno (eds.). **Encyclopedia of Latin American Women's Writing**. New York: Routledge, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/417788/AnIntroduction_to_Olga_Savary> Acesso em: 01/03/2013.

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. O olhar condescendente (Critica literária e literatura feminina no século XIX e início do século XX). **Travessia***:* revista do curso de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da UFSC (Florianópolis), p.50-63, 2. semestre de 1990. Disponível em: < http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ travessia/article/view/17201/15775>. Acesso em: 04/03/2013.

PAZ, Octavio. **A dupla chama:** amor e erotismo. Tradução Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.

PLATÃO. **Banquete.** Tradução Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2003.

SANTANA, Patrícia Maria dos Santos. **O erotismo profano de Hilda Hilst e a erótica animalesca de Olga Savary:** veredas na desconstrução do imaginário feminino. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade do Grande Rio (UNIRIO). Duque de Caxias, 2011.

SAVARY, Olga. **Repertório selvagem:** Obra Reunida: 12 livros de poesia, 1947-1998. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/ MultiMais / Universidade de Mogi das Cruzes, 1998.

_____. **Olga Savary, a poeta do erotismo**. Entrevista concedida à Marina Caruso. 16/06/2011. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI162428-17642,00-OLGA+SAVARY+A+POETA+DO+EROTISMO.html>. Acesso em: 14/03/2013.

_____. **Entrevista com Olga Savary**. Entrevista concedida a Clauder Arcanjo. 17/08/2008. Disponível em: <http://teatrofantasma.blogspot.com/2008/08/entrevista-com-olga-savary.html> Acesso em: 10/03/2013.

_____. Página 69 (Aquele olhar...). 1993. Disponível em: <http://www.releituras.com/olsavarymenu.asp>. Acesso em: 13/03/2013.

SILVA, Jacicarla Souza da. **Vozes femininas da poesia latino-americana**: Cecília e as poetisas uruguaias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOARES, Angélica. A 'animal força humana' em Repertório selvagem, de Olga Savary: uma leitura ecofeminista. **Revista Navegações.** v. 5, n. 2, p. 149-155, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/12786/8544> Acesso em 01/03/2013.

_____. **A paixão emancipatória:** vozes da liberação do erotismo na poesia brasileira. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas:** desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 95-114.

TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de. **Olga Savary – Erotismo e Paixão**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Elódia. **Que corpo é esse?** O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE: OS DIREITOS SEXUAIS EM CONTEXTOS DE VISITA ÍNTIMA NO COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GOIÁS

Priscila Marília Martins
Universidade Federal de Goiás

Helena Esser dos Reis
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Tendo por incitação inicial o que versa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, art. 5º caput, dos direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos sobre isonomia e inviolabilidade; a Lei de Execução Penal (LEP), de 11/07/1984, em seu art. 41, sobre a constituição dos direitos dos presos – Inciso X - "Visita do cônjuge, companheira, de parentes e amigos em dias determinados"; e a Resolução nº4, de 29/06/2011, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), que recomenda aos departamentos penitenciários ou órgãos estaduais ou órgãos congêneres que seja assegurado o direito à visita íntima à pessoa presa, recolhida nos estabelecimentos prisionais, é que esta pesquisa tem ocorrido. As metodologias utilizadas para tanto são observação participante e entrevistas semiestruturadas, com as quais apresento, conjuntamente, problematizações a partir das discussões de Judith Butler, Avtar Brah, Gayle Rubin, Olga Espinoza, Samantha Buglione e Michel Foucault sobre questões recorrentes, como a hierarquização binária, que justifica mulheres não terem acesso a direitos assegurados por lei. Pretende-se então, ao reconhecer historicamente a preservação da dignidade humana via direitos sexuais, problematizar a falta de justificativa legal para a ocorrência da não-isonomia dos gêneros quando do usufruto do direito legítimo ao exercício da sexualidade plena no contexto prisional; perceber os aspectos que corroboram para o descumprimento da lei, verificando o que perpetua a desigualdade; visibilizar percepções e experiências de mulheres em situação de cárcere sobre si mesmas, suas sexualidades e o que as cerca em contexto amplo. Por fim, trago considerações fundamentais e escassamente abordadas no âmbito científico-acadêmico sobre as sexualidades das mulheres encarceradas em Goiás.

Palavras-chave: Mulheres. Cárcere. Visita Íntima.

1. Introdução

Apesar de o surgimento das prisões ser anterior à sua institucionalização – e até mesmo à sua positivação nos códigos penais ou leis específicas –, enquanto invento da modernidade essa instituição de 'detenção e punição legal' segue mostrando-se lamentavelmente inadequada quanto ao que se refere à regulação, controle e promoção da execução da pena.

Enquanto instrumento de punição por excelência das sociedades modernas, "a detestável solução de que não se pode abrir mão", nas palavras de Foucault, os modelos instituídos em países como o Brasil (de abismal desigualdade social) vêm reificar a falência do sistema – demonstrando ineficácia punitiva e de reinserção dos detentos egressos do sistema no contexto social.

A Constituição Federal de 1988 prevê, contudo, um extenso rol de direitos e garantias fundamentais. Na parte que aborda especificamente o direito penal, tanto a parte do direito material como a parte processual, há um avanço perceptível. Para Fernando Galvão: "[...] a atividade repressiva somente é legítima quando em conformidade com as premissas ideológicas acolhidas na constituição"[1]. É interessante observar que as políticas Criminal e Penitenciária tentam acompanhar essas previsões, só que infelizmente não logram êxito na realidade. Talvez a resposta esteja nas diferenças entre o direito penal e a política criminal, considerando que:

> [...] o direito penal é a barreira intransponível da política criminal – esta famosa frase de Franz V. Liszt caracteriza uma relação de tensão, que ainda hoje está viva na nossa ciência. Os princípios empíricos com base nos quais se tratam os comportamentos socialmente desviantes são contrapostos por Liszt ao método jurídico (em sentido estrito) de construção e ordenação sistemática-conceitual dos pressupostos do delito. Ou, dito de forma sucinta: a frase caracteriza, de um lado, o direito penal como ciência social e, de outro, como ciência jurídica.[2]

De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (InfoPen), dados referentes ao ano de 2012 colocam o Brasil em quarta posição no ranking mundial como uma das maiores populações carcerárias, com cerca de 500 mil presos. Assim, de forma simplificada, pode-se ressaltar que, em geral, um dos grandes desafios das políticas públicas é agrupar deveres legais, demandas sociais e limitações econômicas[3]. Observa-se, contudo, que a limitação econômica não é o único problema, tendo em vista que parte dos recursos às vezes não é utilizada, devendo-se questionar o fato ensejador de tal situação.

Ao pensar sobre as especificidades das populações em situação de encarceramento, foram adotadas, pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes – realizado em Genebra, no período de 22 de agosto a 3 de setembro de 1955 –, Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros, recomendadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como referencial mínimo para organização dos sistemas de execução de penas e tratamento dos presos no mundo, tendo como princípio fundamental a sua aplicação de forma imparcial, não devendo existir qualquer espécie de

1 GALVÃO, Fernando. *Política Criminal*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, p. 142.
2 ROXIN, Claus. *Política Criminal e Sistema Jurídico-Penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 2.
3BUCCI, Maria Paula Dallari. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas públicas. In: Cristana Fortini; Júlio César dos Santos Esteves; Maria Tereza Fonseca Dias. (Org.). *Políticas Públicas: Possibilidades e Limites*. Belo Horizonte: Fórum, 2008a, p. 225.

discriminação, seja por origem, raça, cor, sexo, língua, religião, etc.

Consta no documento que tais regras não objetivam detalhar "um sistema penitenciário modelo", mas estabelecer, "inspirando-se em conceitos geralmente admitidos em nossos tempos e nos elementos essenciais dos sistemas contemporâneos mais adequados", princípios e regras básicas que orientem "uma boa organização penitenciária e da prática relativa ao tratamento de prisioneiros".

Observa-se, na legislação brasileira, que tais regras foram incorporadas e basearam as diretrizes para tratamento penal e realização dos serviços penais. Em 11 de julho de 1984, foi editada a Lei 7.210, de Execução Penal, conhecida por LEP, que objetiva disciplinar, em todo o país, normas que definem o cumprimento de penas privativas de liberdade, regulamentando, assim, todos os aspectos significativos da trajetória prisional, e estabelecendo as responsabilidades pela fiscalização e pela execução da pena.

Em congruência com a LEP, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) estabeleceu a Resolução nº 5, de 19 de julho de 1999, que versa, do art. 1º ao 14, sobre as diretrizes básicas que devem nortear a política criminal e penitenciária no país: a promoção humana e garantia de direitos daqueles que cumprem pena. A mesma Resolução preconiza, do art. 15 ao 29, que devem ser priorizadas, dentre outras ações, a melhoria das condições das unidades prisionais, permitindo a proximidade do condenado com a sua família; a garantia do respeito aos direitos dos presos – entre eles o direito à saúde, à humanização da pena –, o apoio a convênios com entidades sociais para garantir a assistência adequada, a realização de campanhas comunitárias para esclarecimentos e prevenção, a promoção da qualificação de pessoal penitenciário, o direito do encarcerado ao trabalho e, ainda, o direito de exercer, de maneira plena e salutar, sua sexualidade, entre outros.

Defender a tese de que os direitos sexuais estão inclusos entre os direitos humanos é, no mínimo, desafiador. Enxergar na vivência plena e salubre da sexualidade um direito que deve ser garantido pelo Estado o é ainda mais.

O modo como historicamente delinearam-se as particularidades do que estava sendo nominado por direitos sexuais e reprodutivos (porque até então indissociáveis) deriva de concomitantes questionamentos de alguns movimentos sociais mais fortemente interessados na promoção da igualdade de direitos entre os seres humanos. Sob esse ponto de vista, a perspectiva histórica da construção dos direitos sexuais e reprodutivos é, sem dúvida, a mais reveladora, visto que é conflituosa a produção científica do ponto de vista médico sobre o masculino e o feminino, quanto ao entendimento sobre os corpos e quanto à evolução das

teorias a respeito da sexualidade. É neste ponto que fica mais claro porque há ainda hoje grande dificuldade de, primeiro, separar a prática do sexo da finalidade da reprodução, e, depois, de alterar os modelos de gênero que temos, com suas perversas estruturas de poder.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, em 1948, pós destroços do genocídio nazista e da Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), dando início a um processo de internacionalização dos direitos humanos, chamado, no ramo do Direito, de Direito Internacional dos Direitos Humanos, e ao sistema global de proteção aos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas. Este sistema tem como destinatários todos os seres humanos, em sua abstração e generalidade.

A construção e o reconhecimento desses direitos vêm, desde então, evoluindo, tendo se expandido para áreas de importância vital para a preservação da dignidade humana, qual seja também os direitos sexuais. Nesse processo, foram levadas em conta as especificidades de indivíduos e grupos, havendo, portanto, um distanciamento da figura abstrata do homem para atender as diferenças existentes entre sexos, raças, gerações etc. Foi a partir desse processo nas formulações contemporâneas que surgiram os direitos humanos das mulheres e, posteriormente, os sexuais e reprodutivos, que, ainda hodiernamente, vêm sendo consolidados, principalmente desde a última década do século XX.

Os direitos sexuais, por sua vez, começaram a ser mais amplamente discutidos no final da década de 1980, com a epidemia do HIV/Aids, principalmente dentro dos movimentos gay e lésbico, a quem se juntou parte do movimento feminista.

É, entretanto, bem mais tarde, 1994, introduzido o termo "direitos sexuais", como estratégia de barganha na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) para que os direitos reprodutivos fossem assegurados no texto final da Declaração e Programa de Ação do Cairo – a inclusão do termo "sexual" radicalizava a linguagem de forma que, ao conceder sua retirada, era negociada a manutenção de "direitos reprodutivos". Com isso, o termo 'direitos sexuais' não figurou no documento final do Programa de Ação de Cairo.

Foi retomada a discussão sobre tais direitos na IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Conforme previsto no parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim,

> Os direitos humanos das mulheres incluem seus direitos a ter controle e decidir livre e responsavelmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito

> mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências.

Apesar da descrição, essa ainda não é uma definição propriamente dita dos direitos sexuais. Refere-se aos direitos que supostamente compõem os direitos sexuais, permanecendo o prazer, como um fim em si mesmo, omitido do discurso das conferências internacionais da ONU.

Faz-se necessário, ainda nos dias atuais, que a concepção do que entende-se por direitos sexuais ocorra no sentido da ampliação para um conceito positivo, que vá além do combate às discriminações e abusos cometidos contra as minorias sexuais, incluindo-se aí as mulheres que não se enquadram nas formas dominantes de seu gênero.

Pensando a partir de uma perspectiva de gênero, ainda que a Constituição Federal garanta a isonomia de direitos a homens e mulheres, é visível a luta das mulheres para que isso ocorra. Não diferentemente de outras instâncias, a opressão de gênero é também vivenciada no sistema penitenciário brasileiro. Segundo Piovesan (2003, p. 223),

> Com relação à condição jurídica da mulher, essa tensão valorativa alcança o seu grau máximo. Se de um lado a Constituição Brasileira e os tratados internacionais de proteção dos direitos da mulher consagram a igualdade entre homens e mulheres, o dever de promover essa igualdade e proibir discriminações, os diplomas infraconstitucionais adotam uma perspectiva androcêntrica (segundo a qual a perspectiva masculina é a central e o homem é o paradigma da humanidade) e discriminatória com relação à mulher.

Ainda sobre a discriminação da mulher pelo sistema jurídico, prossegue:

> Essa perspectiva discriminatória, constante por exemplo no Código Civil de 1916 e no Código Penal de 1940 , estabelece nítida relação hierárquica entre homens e mulheres, retirando destas direitos fundamentais, atribuindo-lhes um papel social pré-definido e adjetivando o seu comportamento social, com base em uma dupla moral, que passa a condicionar a aquisição ou perda de seus direitos. (p. 224).

Multiplamente excluídas e estigmatizadas, as encarceradas carregam, *a priori*, o estigma de serem mulheres. Maioritariamente negras e com pouca escolaridade, as detentas carregam também estigmas da pobreza. Ingressas ou egressas do sistema penitenciário, receberão, de forma perpétua, o estigma de marginais, o que é bem explicado pela teoria do Labeling Approach (GENOVÉS; UTNE; ILLESCAS, 1999, p. 369).

Com relação aos direitos sexuais em contextos de visita íntima, pioneiro, o México foi o primeiro país da América Latina a autorizar a visita íntima, já consentida, nos dias de hoje, a maioria dos países latino-americanos. No Brasil, foi consentida pela primeira vez em 1924, no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, aos detentos casados civilmente e que tivessem bom comportamento. Em 1929 já não era necessária a exigência do casamento civil, e, em 1933, esse tipo de visita foi estendido aos presos provisórios. Atualmente, a visita íntima é permitida em todos os estabelecimentos prisionais masculinos no país.

Em se tratando da visita íntima para mulheres encarceradas, foi regulamentada, pela primeira vez, em 1999. São Paulo, a capital precursora da realização no país, tornou reconhecido o direito à livre disposição da própria sexualidade da mulher encarcerada apenas em dezembro de 2001– 77 anos após o direito ser concedido aos homens.

Instintiva e elementar, à atividade sexual não sói ser controlável quando, ou por meio, da reclusão. Não parece razoável e possível buscar a ressocialização das detentas quando, ao mesmo tempo, ignora-se a salubridade de suas demandas sexuais, fazendo crer que esta não merece atenção especial.

Mais grave no caso das detentas, a dificuldade da sociedade em reconhecer seus direitos–principalmente no que concerne a seus corpos, seus direitos sexuais e reprodutivos em geral (LIMA, 2006, p. 15) – reside no fato de conceder às mulheres (e neste caso ainda estamos falando de mulheres em situação de cárcere) uma liberdade que poderia provocar certo abalo às estruturas de uma sociedade ainda patriarcal e sexista, na qual ainda e constata a discriminação das mulheres no cotidiano, embora seja garantida na Constituição a igualdade entre os sexos.

Ainda segundo Lima (2006), o discurso das autoridades e funcionários das instituições penitenciárias utilizado para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, no tocante à visita íntima, tem como base argumentos de que a mulher engravida, tem necessidades sexuais diferentes das masculinas (dado que seu desejo é menor) e, portanto, não necessitaria de relações sexuais–o que configura um discurso hegemônico caracterizado, na visão de Butler (2003), pelo 'falocentrismo' e pela 'heterossexualidade compulsória'[4].

2. Justificativas

Os estudos de gênero e sexualidade, como campos de conhecimento específicos, desenvolveram-se num período histórico relativamente recente, provocados,

4 A heterossexualidade compulsória é vista como a matriz primigênia do poder; obrigatória, figura como a episteme determinista da cultura, binarizando-a entre masculina/feminina. Ver: Butler, 2003.

maioritariamente, pelo movimento feminista (via *Woman Studies*), a partir da necessidade de se construir ferramentas teóricas para ampliar o alcance da ação política em torno do combate à violência e exclusão a que mulheres e minorias sexuais eram submetidas.

É a vontade de não saber sobre a sexualidade das mulheres, garantida por uma categoria descrita por Gayle Rubin como patriarcado (teoria que deriva das teses de Lévi Strauss sobre o parentesco), que faz perdurara invisibilidade das sexualidades femininas.

Pensadas por e para homens, as políticas penitenciárias (e porque não pensar até mesmo em termos da própria arquitetura penitenciária) demonstram notoriamente o quanto a população carcerária feminina é invisibilizada e preterida em direitos – o que pode ser percebido na violação constante de sua dignidade, quando, por muitas vezes, não são atendidas, igualitariamente, em suas necessidades e especificidades.

Lima (2006, p.57), em pesquisa realizada na Penitenciária Feminina de São Paulo, capital, ressalta a ausência de equidade direitos em relação aos presos, uma vez que para que mulheres encarceradas inscrevam seus companheiros para realização da visita íntima é necessário ter comprovada a vida conjugal. Tal critério acaba por discriminar a maioria delas. Dessa forma

> ...a interpretação da opção ou não pela visita íntima passa, num primeiro momento, pela desigualdade de gênero, que se reproduz intra-gênero, tornando as mulheres não somente diferentes dos homens, mas desiguais em relação a eles e às outras mulheres, pelo valor social atribuído à instituição do casamento ou laços de conjugalidade. Assim, são submetidas, na condição de mulheres presas, a uma norma que vincula sua sexualidade ao casamento ou laços comprovados de conjugalidade com o parceiro, o que pode excluir as mulheres que, mesmo possuindo companheiros e/ou namorados, não podem usufruir desse direito (LIMA, 2006, p. 57).

Foi observado ainda por Buglione (2000, on-line), nos presídios de Porto Alegre, que apenas uma declaração por escrito da companheira é condição suficiente para que o recluso receba, até oito vezes ao mês, visitas íntimas. No caso das mulheres encarceradas, é necessário que o parceiro compareça, com rigor, às visitas familiares semanais, durante quatro meses ininterruptos, sem relações sexuais, para, posteriormente, ser dado o aval da direção do presídio para que as visitas ocorram, no máximo, duas vezes ao mês.

É sabido que grande parte dos estabelecimentos prisionais brasileiros nem sequer permite a visita íntima para as mulheres, dado que não é um direito objetivado, mas um acordo tácito. Mirabete (2004, p. 121) considera que

> (...) a tendência moderna é considerá-la [a visita íntima] como um direito, ainda que limitado do preso. É um direito limitado por não ser expresso na lei como direito absoluto e sofrer uma série de restrições tanto com relação

> às pessoas, como às condições que devem ser impostas por motivos morais, de segurança e de boa ordem do estabelecimento.

É, contudo, em meio às "condições que devem ser impostas por motivos morais" que surgem, ainda, relatos de solidão afetiva, nos quais muitas mulheres dizem tornar-se homossexuais circunstanciais. Em seus argumentos consta, maioritariamente, a facilidade de relacionarem-se com pessoas mais próximas, acessíveis, visto que muitas vezes há empecilhos para que elas se relacionem com namorados ou outros homens. Com relação a uma parcela de presidiárias homossexuais que têm companheiras extramuros, estas não podem receber a visita íntima, pois não é permitida para pessoas do mesmo sexo. Mesmo posteriormente à aprovação da união estável e casamento civil entre homossexuais (o que aconteceu muito recentemente), há relatos de que este tipo de relação ainda não tem "legitimidade".

A partir dessas considerações, procura-se investigar os fatores que impedem que os direitos, principalmente na área penal, sejam efetivados, além de ser também uma forma de analisar o que pode ser feito para que esses direitos previstos na Carta Magna sejam de fato cumpridos. Pode-se facilmente entender o descaso com a população criminal em função do estigma que as pessoas criminalizadas carregam. Preconceito e exclusão figuram, na nossa realidade, como substantivos inerentes à área criminal.

> Em geral, tem-se um discurso generalizador que enfoca a violência como questão de polícia tão somente. Refere-se apenas a uma luta, tenaz e implacável, entre bandidos e mocinhos, entre Estado e inimigos do Estado e da sociedade.[5]

Todavia, a justificativa mais utilizada para a invisibilização e violação dos direitos das mulheres em situação de cárcere é sua reduzida presença numérica em relação aos homens. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), no Brasil, aferem que elas representam cerca de 6,5% dos presidiários. Deve-se levar em conta, no entanto, que a taxa anual de crescimento do número de mulheres encarceradas é de 11,5% – muito superior à masculina. Esses dados revelam, portanto, que é de suma importância que as necessidades e especificidades femininas sejam levadas em conta pelo sistema carcerário.

A tentativa de compreender significados e especificidades das mulheres encarceradas, provisoriamente ou não, em contexto de visita íntima no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia-GO se dá na medida em que visa – para além dedar visibilidades às experiências e olhares dessas mulheres– contribuir para a construção e ampliação não só dos campos de

5 WEDY, Miguel Tedesco. *Teoria Geral da Prisão Cautelar e Estigmatização.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 19.

estudo sobre gênero e sexualidade das mulheres encarceradas em Goiás, mas também para sinalizar possíveis políticas públicas capazes de equiparar, neste e quiçá em outros contextos, homens e mulheres em direitos.

A fim de poder observar e pensar questionamentos como: quem são essas mulheres, portadoras de direitos, neste contexto? O que buscam/esperam de suas sexualidades?Como as exercem? Quais as consequências/sequelas do confinamento sobre o exercício de suas sexualidades? Vivências sexuais alternativas são experiências permitidas? Como? Quando? Essas mulheres sentem-se assistidas pelo Estado e plenas no exercício de seus direitos sexuais nesse espaço? Quais as concepções apresentadas pelo Estado de familiaridade, conjugalidade e relações estáveis quando regulam as visitas íntimas? As mulheres estão sujeitas a essas concepções da mesma forma que os homens?

Esta proposição investigativa justifica-se ainda, para além de contribuir para a criação e cessão de instrumentos que visem a um aprimoramento teórico e metodológico dessa discussão, pelo intento de problematizar a falta de justificativa legal para a privação das mulheres de relações sexuais (BITENCOURT, 2004, p. 219). Nota-se, pelos discursos regulatórios e de controle, que há, de forma generalizada, uma aparente omissão dos pesquisadores da temática quando tratam da visita íntima a mulheres em condição de encarceramento, o que corrobora ainda mais para o descumprimento da lei (no que tange à isonomia de gênero) e acalenta certa severidade punitiva à sexualidade feminina.

Há uma necessidade urgente de que sejam pensadas, no contexto do Estado de Goiás, essas questões (já fortemente discutidas em outros estados federativos) ainda pouco sabidas e de caráter insipiente tanto dentro quanto fora da esfera acadêmica, lembrando-nos que essas investigações tomam variadas manifestações relativas ao corpo e à sexualidade das mulheres e contemplam estudos que articulam a problemática de gênero na prisão às expressões, experiências e práticas sociais, culturais e políticas em torno de seus corpos e de suas sexualidades, destacando, ainda, as conexões entre gênero e outras categorias de diferenciação, tal como sexualidade, classe, raça,geração e demais recortes imbricados no contexto de encarceramento.

Ao inserir-se na interlocução dos campos de conhecimento denominados sexualidade/relações de gênero, intenciona aproximar (e, na medida do possível, intercruzar) três áreas de produção de conhecimento nas ciências sociais e aplicadas (Sociologia, Antropologia e Direito), valorizando e acentuando a necessidade de percepção e

contextualização dos sujeitos, multifacetados, no que concerne a sua posição no mundo e na sociedade.

3. Hipótese(s) de Trabalho

Hipótese que norteia este projeto, vale questionar o fato de que o abuso de poder e o machismo, facilmente perceptíveis, são dois dos maiores obstáculos da visita íntima nas penitenciárias femininas. Enquanto instrumento de barganha, a visita íntima pode tornar-se uma grande ferramenta de negociatas por parte de diretores e funcionários do presídio. Tal poder sobre as vidas sexuais/afetivas das internas acaba, na maior parte das vezes, por restringir possibilidades de reintegração social e contatos com o mundo exterior. Tais restrições, consideradas inconstitucionais, mesmo quando oriundas do poder Legislativo, editam normas infraconstitucionais (art. 41, X, LEP), uma vez que a Constituição Federal garante, em seu art. 5º, inciso X, a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, além dos princípios da dignidade humana (art. 1º.) e da isonomia (art. 5º.), sem qualquer discriminação em decorrência do sexo.

No entanto, ainda nos dias atuais, grande parte dos estabelecimentos prisionais brasileiros sequer visibiliza para as próprias internas seus direitos no que concerne à visita íntima e demais direitos sexuais.

É importante, também como hipótese de trabalho que merece observação, o fato de que, contrariada, a vontade do indivíduo pode tornar a abstinência imposta em problemas de ordem psicológica, deformar a imagem que o recluso faz de si, destruir a plenitude de sua vida sexual, sua conjugalidade, e induzir a conflitantes, e até autodestrutivos, comportamentos, acarretados, muitas vezes, por graves danos causados ao estado mental do indivíduo. Para Bitencourt:

> A imposição da abstinência sexual contraria a finalidade ressocializadora da pena privativa de liberdade, já que é impossível pretender a readaptação social da pessoa e, ao mesmo tempo, reprimir uma de suas expressões mais valiosas. Por outro lado, viola-se um princípio fundamental do direito penal: a personalidade da pena, visto que, quando se priva o recluso de suas relações sexuais normais, castiga-se também o cônjuge inocente (2004, p. 220).

Desestimuladas (pelo processo burocrático, pela culpa e pela "moral" impostos) ao direito à visita íntima, as mulheres em situação de cárcere tornam-se 'reféns' dos regulamentos das prisões, estando sujeitas a incoerentes políticas internas, que as fazem ter vergonha e receio de lutar para usufruir de forma plena de sua sexualidade e de todos os

demais direitos que a englobem. Temendo a pecha de promíscuas, rendem-se à opressora predominância da educação patriarcal imposta há séculos, oriunda, muitas vezes, não apenas de funcionários, mas das próprias companheiras. Neste contexto, a mulher

> ...se sente humilhada por manifestar o desejo de ter 'desejo', quando vai para a visita íntima. Neste caso, o delito é o desejo. E, sendo assim, ela é julgada e condenada. Nesse tribunal, as participantes são as próprias mulheres, sejam as que se encontram nas mesmas condições, isto é, presas, sejam as 'outras', isto é, mulheres trabalhadoras da instituição (LIMA, 2006, p. 79).

Não menos importante, percebe-se ainda que, menos rígidas, as condições e regras das visitas íntimas em presídios masculinos são organizadas de maneira a favorecer o contato com as parceiras, facilitando a presença das mesmas assim como a manutenção do elo familiar (Lima, 2006). São ofertadas condições para que o encarcerado aplaque sua lascividade, o que pode garantir, consequentemente, o controle da prisão, "aliviando" os homens e, assim, evitando motins.

4. Metodologia

No instante em que é colocada uma proposta de investigação, tem-se em mente a perspectiva temporal que implica desde a escolha do objeto até a sua conclusão final. Nesse sentido, a construção deste plano de trabalho a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (2013/2) está inserida numa lógica processual. As leituras realizadas, bem como a etnografia que circunscreve a problemática, e, ainda, a realização de entrevistas semidiretivas são cúmplices na intenção de dar contornos – com, claro, a precisão possível – ao recorte proposto.

Num primeiro momento, será realizado um levantamento bibliográfico mais exaustivo, com o intuito de mapear, prioritariamente, os trabalhos em que são discutidas as questões de direitos/gênero/sexualidades das mulheres em contextos de encarceramento. Já para o segundo instante, como afirma Bourdieu, "não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica" (1998, p. 15). Nesse sentido, é preciso ir até o real, ciente de que é no cotidiano que podemos um material passível de observação e interpretação.

A coleta de informações e dados será feita por meio de observação participante e, pontualmente, por entrevistas semiestruturadas, podendo, ainda, desenvolver-se por meio de entrevistas não-diretivas. De acordo com Meinerz (2007),

> (...) é importante tecer algumas considerações sobre a especificidade da observação participante em relação a outros tipos de observação, que também caracterizam outras formas de pesquisa. A diferença fundamental da observação na pesquisa antropológica é que ela prevê a participação do pesquisador nas dinâmicas que envolvem o grupo estudado. Dessa maneira, a disciplina assume o caráter subjetivo implicado na coleta de dados e investe na capacidade do pesquisador para o estabelecimento dessa interação. Assim, cada problema de pesquisa, bem como o tipo de relação que cada pesquisador estabelece com o campo, tem a sua especificidade (p. 192).

À medida que bastantes possam ser as informações e descrições transmitidas pelas entrevistadas, pode ser percebida a utilidade da entrevista não-diretiva, tendo em vista que, de acordo com as proposições de Thiollent (1982, p. 85), o método de entrevista não-diretiva permite uma maior liberdade para os entrevistados, uma vez que são eles quem detêm a atitude de exploração, favorecendo, assim, a captação de informações ainda mais profundas que as trazidas por outros métodos.

Essa proposta de coleta de informações parte do princípio de que a pessoa entrevistada possui uma compreensão da realidade cunhada a partir de suas próprias experiências histórico-culturais, que podem ser mais facilmente apreendidas por meio dessa técnica. Em princípio, as "informantes" serão selecionadas em decorrência da notoriedade de inserção no universo estudado, percebida por meio de narrativas ou performances dentro de espaços de sociabilidades e em suas redes de relações.

O olhar sobre o conteúdo das falas das mulheres em situação de cárcere tem como ponto de partida contribuições de Michel Foucault sobre a "ordem do discurso". Este autor nos apresenta a forma como o discurso deve ser tratado: como um mecanismo a ser investigado através de suas condições de existência, e que está condicionado por uma ordem institucional que o produz, regula e controla. Essa análise proposta por Foucault se configura em dois aspectos: o crítico e o genealógico, em que o primeiro diz respeito ao princípio da inversão, que tenta explicitar as formas de exclusão, limitação e apropriação do discurso, mostrando como este se forma e com qual objetivo é produzido; e o segundo, o genealógico, que, utilizando outros três princípios – descontinuidade, especificidade e exterioridade – busca entender como séries de discursos se formam com o apoio desses princípios.

Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão:** causas e alternativas. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. VadeMecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Lei nº 7.210, de 11 d'e Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. VadeMecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema penitenciário no Brasil**: dados consolidados. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm.> Acesso em: 10 mai. 2013.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/946>. Acesso em: 10 mai. 2013.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero:** feminismo e Subversão da Identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais. Resolução nº 1, de 30 de março de 1999. Disponível em: <http://www.pgj.pb.gov.br/site/Internet/Conteudo/caimp/Arquivos/resolucao_n01_031999.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004. 183 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENOVÉS, Vicente Garrido; UTNE, Per Stangeland; ILLESCAS, Santiago Redondo. **Principios de Criminología.** Valência/Espanha: TirantLoBlanch, 1999.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita**: a mulher no sistema prisional. Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-24032008-085201/pt-br.php> Acesso em: 10 mai. 2013.

MEINERZ, Nádia Elisa. Entre saias justas e jogos de cintura. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya (Org.). **Um olhar sexual na investigação etnográfica**: notas sobre trabalho de campo e sexualidade. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007, p. 125-154.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Execução penal: comentários à Lei n. 7.210/84**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

THIOLLENT, Michel. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982.

SANTOS, Marli de Araújo et al. **A visita íntima no contexto dos direitos humanos:** a concepção das reeducandas do Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Luzia. Disponível em:< http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Marli_Araujo_51.pdf>. Acesso em 10 mai. 2013.

GÊNERO E TRABALHO NO ÂMBITO DA AGRICULTURA CAMPONESA

Priscila Souza Maldonado
Universidade Federal de Goiás

Marcelo Rodrigues Mendonça
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Sabemos que o avanço do capital no campo através da territorialização do agronegócio tem trazido consequências devastadoras aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Assistimos a um constante desmonte da agricultura camponesa, que segue resistindo, na busca por reproduzir seu modo de vida, seus saberes e suas práticas, que acabam destoando da lógica homogeneizante do capital. Dentro desse contexto, focaremos nossos olhares nas relações de gênero, que se modificam conforme os rearranjos do capital e na medida das necessidades de acumulação, mantendo historicamente a subalternidade e a opressão de uns por outros. Pressupomos que as práticas e as relações homem-mulher possuem fissuras que, em alguns momentos, se constituem impeditivos para a construção de valores e sociabilidades que vão de encontro à conformação capitalismo-patriarcalismo. As relações assimétricas entre homens e mulheres continuam sendo reproduzidas no âmbito da agricultura camponesa, o que não contribui para a diminuição das desigualdades no campo. Mesmo com a conquista de direitos sociais e o aumento da participação das mulheres no âmbito público – ocorridos de forma bastante lenta e heterogênea nos diferentes espaços-tempos – a opressão de gênero está longe de chegar ao fim, e ainda nos impõe uma difícil tarefa que é a de buscar as devidas mediações para evidenciá-la. Questionar a divisão social e sexual do trabalho e a forma como o capital se apropria das diferenciações, bem como, seus desdobramentos na vida dos sujeitos, é necessário para pensarmos a amplitude do debate de gênero. Reconhecer o trabalho como uma atividade humana em si com toda sua complexidade, sobrepujando as relações que inferiorizam ou ignoram o chamado trabalho reprodutivo, neste caso, é fundamental.

Palavras-chave: Gênero. Trabalho. Camponesas.

1 Introdução

Esse artigo se propõe a debater como se efetiva a divisão sexual do trabalho no campo, explicitando os papéis sociais de gênero desempenhado pelas mulheres camponesas. Para isso, vamos levar os olhares aos assentamentos rurais buscando, nessas primeiras aproximações, contemplar as preocupações da pesquisa de mestrado, que está em fase inicial.

Trataremos de algumas dimensões das relações de trabalho e gênero e da dominação capitalista no meio rural. É importante destacar que estamos próximas das discussões realizadas nos grupos de pesquisa: CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) e GETeM (Grupo de Estudos Trabalho e Movimentos Sociais).

Existem diversas teorias com abordagens distintas para explicar o campo brasileiro.[1] Sabemos que é possível fazer uma leitura, em que, não apareçam as relações sociais de poder, nem tampouco, os conflitos e embates decorrentes das disputas travadas pelos sujeitos que se

1Embora uma discussão aprofundada sobre as teorias que explicam o campo atualmente, seja de extrema relevância, não estamos nos propondo fazê-la nesse momento.

opõem. Nesse sentido, podemos dizer que, essas são divergências que se firmam no domínio teórico, metodológico e político, pois, a ciência também é um campo em disputa.

Aqui, estamos nos propondo a fazer uma leitura por dentro dos conflitos sociais, evidenciando as disputas e as contradições, que não aparecem "à olho nu", e que exigem um esforço teórico, que permita a apreensão da trama social. Nossa preocupação se dá na relação entre a teoria e a prática, na busca da sua interação dialética, o que significa trabalhar na perspectiva da práxis.

Na medida em que o capital se realiza no território brasileiro – avançando por quase todos os biomas – monopoliza terra e água, e, confere uma lógica destrutiva, não apenas para fauna e flora, mas também, a uma massa enorme de trabalhadores e trabalhadoras, que, expulsos e expropriados são obrigados a migrarem em direção a outras regiões do país, atraídos, pelo *mesmo capital* que os dispensa.

O avanço do capital no campo tem trazido consequências devastadoras aos trabalhadores e trabalhadoras camponesas. Há um constante desmonte da agricultura camponesa. Ainda que o agronegócio amplie seu potencial destrutivo, existe e resiste a agricultura camponesa que, na busca por reproduzir seu modo de vida, seus saberes e suas práticas acabam destoando da lógica homogeneizante do capital.

Isso nos leva a questionar o modelo produtivo hegemonizado pelo agronegócio, que tem trazido efeitos devastadores à produção camponesa, nos permitindo afirmar que, na medida em que o capital se territorializa no campo, impõe uma lógica de domínio e controle sobre o território, fragilizando as trabalhadoras e trabalhadores e os projetos alternativos de organização social.

Esse modelo de dominação, imposto a *todas as formas de vida*, avança, reafirmando conflitos que, se evidenciados, nos permitem vislumbrar outras relações sociais de produção, que partam de pressupostos condizentes com as necessidades, não somente de mulheres e homens do campo, mas, (e, porque não?) também daqueles e daquelas que estão na cidade.

Parte desse desafio se concentra na retomada de práticas conservacionistas, ecológicas, camponesas e que resgatem e valorizem a vida, a biodiversidade, a relação simbiótica com o meio, passando pela construção de outras formas de sociabilidade. Desse modo, também se impõe a necessidade do questionamento das relações desiguais de gênero que se estabelecem no âmbito da agricultura camponesa, no sentido de vislumbrar possibilidades de ruptura com a lógica patriarcal, que está intimamente relacionada ao modelo dominador e explorador do capital.

2 Divisão sexual do trabalho e as dificuldades de superação da opressão de gênero no campo

O espaço agrário brasileiro tem como uma de suas principais características a histórica desigualdade e a pobreza. A estrutura agrária caracterizada pela concentração da propriedade da terra e as disparidades na distribuição de renda per capita é o suporte para a permanência dos mecanismos econômicos, sociais e políticos causadores e mantenedores da miséria.

O modelo agrícola modernizante hegemonizado pelo agronegócio e pelo intenso avanço das formas de controle do capital sobre o território, tem gerado desemprego no campo e intensificado processos de expropriação que por sua vez resondem pela superexploração e precarização de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nesse sentido, os lugares os quais desafiam o poder e a hegemonia do agronegócio no campo, explicitando para a sociedade o conflito de classes são os acampamentos e assentamentos. E são esses os lugares que objetivam as nossas preocupações em relação ao processo de dominação do capital que compreende as formas de opressão. Nesse contexto, tratamos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero engendradas no assentamento rural.

Geralmente, no assentamento a divisão das tarefas estão muito relacionadas à esfera do trabalho produtivo ao homem e o trabalho reprodutivo à mulher, ou seja, no assentamento as atividades do lar, são realizadas pelas mães e filhas e as atividades agropecuárias pelos pais e filhos. "[...] a construção de relações de gênero nestes espaços parte da tradicional divisão sexual das tarefas legitimada na nossa sociedade. A mulher é relegada à esfera privada e reprodutiva no assentamento [...]" (FRANCO, 2002, p.04).

> O confinamento na esfera doméstica que afeta as mulheres assentadas junto ao fato de só os homens terem acessado ao mundo público, faz com que no exercício dos direitos fundamentais, as discriminações sejam aceitas como naturais, até em relação à mulher sair da casa [...]. (FRANCO, 2004, p. 92).

A divisão sexual do trabalho, mantém a invisibilidade do trabalho da mulher, pois, nas bases do capitalismo, essa divisão se apresenta hierarquizada em função dos papéis sociais de homens e mulheres. Desse modo, o trabalho realizado pelas mulheres não é reconhecido, assim também não se reconhecem e não se valorizam os saberes e práticas que as mulheres trabalhadoras desenvolveram ao longo da história. Ao mesmo tempo:

> O capital tem sabido se apropriar intensificadamente da polivalência e a multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens -- pelas condições histórico-sóciais que são uma construção social sexuada- mostram mais dificuldades em adaptar-se às novas dimensões polivalentes, o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres. (ANTUNES, 2001, p.110).

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho dentro e fora de casa, ela é duplamente explorada pelo capital. Porém, essa prática é escamoteada por discursos que relacionam o trabalho doméstico à simples tarefas do dia-a-dia, que servem para garantir a harmonia do lar e da família. Todas as atividades realizadas para a manutenção da unidade familiar como limpar a casa, lavar as roupas, cozinhar, cuidar das crianças etc, não é considerado trabalho, além disso, são atribuídas naturalmente às mulheres. O fato de que este trabalho não se expressa em valores monetários faz com que *não apareça* (invisibilidade) o tempo e a energia empregada pelas mulheres nas tarefas domésticas. (FRANCO, 2004).

No lote o trabalho produtivo realizado pelas trabalhadoras, muitas vezes é considerado uma ajuda ao homem, não sendo reconhecido como elemento integrante da produção. "A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas vivenciam no seu cotidiano." (FRANCO, 2002, p.02).

Apesar de significar uma quantia significativa da produção para o autoconsumo, - criação, hortaliças e frutas – o trabalho desempenhado pelas mulheres é pouco valorizado por representar muitas vezes uma parcela pequena na constituição da renda.

A invisibilização, a subvalorização e a inferiorização do trabalho feminino tem como consequência a remuneração inferior das mulheres em relação aos homens para as mesmas atividades. A atribuição de valor para as atividades produtivas é diferenciada em função do sexo de quem as desempenha.

Em geral são os homens os principais responsáveis pelo dinheiro na casa, a responsabilidade pelas atividades econômicas é sempre masculina; são eles que possuem todo controle sobre o dinheiro e o custeio, também tomam a frente das decisões relacionadas a produção e comercialização dos produto.

As mulheres que se dedicam a atividades remuneradas, geralmente, fora do lote, acabam ganhando menos que os homens pelas mesmas atividades desempenhadas. Mesmo assim, as mulheres que tem uma renda se consideram privilegiadas, pois, a maioria não

desempenha atividade remunerada. Ainda sobre as condições de trabalho das mulheres Valenciano (2005) afirma que:

> A diferença de salários é brutal, as condições de trabalho são precárias e desvalorizadas. Esse quadro se agrava quando as atividades são realizadas no meio rural. As mulheres ganham salários inferiores aos dos homens para o mesmo tipo de atividade e não possuem registros em carteira. Logo, não gozam de nenhum benefício como licença-maternidade e outras garantias a que teriam direito. As condições de existência da classe trabalhadora tornaram-se mais precárias e a presença feminina em postos de trabalho tem aumentado consideravelmente; contudo, encontram-se concentrados nos segmentos e atividades mais precarizadas atualmente. Tudo isso nos leva à conclusão de que esses condicionantes da manutenção e reprodução do capital também se apoiam na opressão de gênero. (VALENCIANO, 2005, p. 112).

Do ponto de vista da classe social, as trabalhadoras e os trabalhadores são explorados, porém, as condições desses homens e mulheres que vendem sua força de trabalho são desiguais entre si.

> O imperialismo cultural do pensamento racional iluminista ocidental coloca uma concepção da imagem feminina que agrega atributos de inferioridade, subordinação e constrangimento, cabendo ao gênero masculino as características de superioridade, força, coragem e liberdade em todas as sua acepções. E esses modelos e imagens são transmitidos às novas gerações mediante padrões de sociabilização. (FRANCO, 2002, p. 11).

Mesmo assim, nada disto permanece inquestionável nos assentamentos rurais, pois, apesar dessas relações se enraizarem ao ponto de aparecerem como *insuperáveis*, as assimetrias de poder entre homens e mulheres são percebidas e questionadas pelas trabalhadoras, que as reconhecem como o empecilho para a participação equitativa na vida do assentamento e na mobilização política. A submissão da mulher no do casamento também é questionada pelas trabalhadoras.

> A desigualdade no acesso ao poder e tomada de decisões nos assentamentos e acampamentos rurais entre trabalhadores e trabalhadoras coloca o empoderamento como uma necessidade básica para as mulheres. Isso abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, seja por estar organizadas algumas em grupos, seja pela consciência da sua situação. (FRANCO, 2004, p. 95).

As formas de organização das mulheres viabilizam a reivindicação formal dos seus direitos, além de aumentarem a percepção crítica sobre as condições na qual se encontram as mulheres trabalhadoras no campo. Essa participação caminha no sentido da ruptura com a invisibilidade pública dessas mulheres, que se dá muitas vezes sob tensões no âmbito familiar, pois, é normalmente acompanhada da resistência de familiares como, pais, mães, e

principalmente os maridos. Nos assentamentos essa resistência chega a ser muito maior, pois, é justamente onde as funções sociais de gênero sob a ideologia hegemônica são mais nítidas. "O fato de a mulher assentada transgredir a invisibilidade a partir destas incipientes incursões na esfera pública representa um logro no caminho da emancipação da sua condição subordinada de gênero" (FRANCO, 2004, p. 176).

Desse modo, as ações efetivadas pelas mulheres nos assentamentos, principalmente, no que tange sua organização em coletivo, representam efetivamente canais para repensar a sua condição no seio familiar valorizando o seu papel social, mesmo que isso ainda esteja longe de caracterizar uma equidade de gênero.

3 Considerações finais

O capitalismo intensificou ainda mais a opressão da mulher, submetendo-a a condições de extrema exploração e precarização do trabalho. A opressão da mulher dimensiona e redefine as formas de exploração, tendo como alicerce o machismo e a desigualdade social.

As relações de gênero, que se modificam conforme os rearranjos do capital e na medida das necessidades de acumulação, mantém historicamente a subalternidade e a opressão. As práticas e as relações homem-mulher possuem fissuras que, em alguns momentos, se constituem impeditivos para a construção de valores e sociabilidades que vão de encontro à conformação capitalismo-patriarcalismo. Essas relações de poder assimétricas continuam sendo reproduzidas no âmbito da agricultura camponesa, o que não contribui para a diminuição das desigualdades no campo.

A conquista de direitos sociais e o aumento da participação das mulheres no âmbito público -- ocorridos de forma bastante lenta e heterogênea nos diferentes espaços-tempos – não garante a superação do patriarcado e, de certo modo, ainda nos coloca a difícil tarefa que é a de buscar as devidas mediações para evidenciar os avanços e recuos dessa luta.

A opressão de gênero dificulta, e muito frequentemente impossibilita, a plena participação das trabalhadoras, na vida pública e política nos assentamentos rurais. "Apesar de ter criado as condições para sua emancipação, o capitalismo acirrou a opressão da mulher ao combiná-la com a exploração e a dupla jornada de trabalho e ao criar novas formas de opressão." (TOLEDO, 2008. p. 104).

A opressão é condição necessária para aprofundar as relações de submissão impostas pela união indissolúvel entre o patriarcado e o capitalismo. As lutas e conquistas de direitos

democráticos pela classe trabalhadora são importantes, pois, quanto mais democrático for o sistema de governo, mais a classe trabalhadora poderá enxergar que não é a falta de direitos, mas sim, a permanência do sistema do capital, que impossibilita a emancipação plena e irrestrita do ser humano. A democracia não suprime a opressão de classe.

São condições materiais e objetivas da vida, que formam a consciência que constroem e mantêm as superestruturas ideológicas. Para mudar a consciência é necessário garantir a equivalência nas condições materiais de existência e, portanto, também a emancipação da mulher, que só poderá ser alcançada com a superação do sistema do capital. Do ponto de vista da luta pela emancipação e autonomia da casse trabalhadora requer que pensemos a partir da ruptura do modelo econômico vigente. A construção de novas relações entre homens e mulheres remete ao esforço de mudança da ordem social como um todo.

Questionar a divisão social e sexual do trabalho e a forma como o capital se apropria das diferenciações, bem como, seus desdobramentos na vida dos sujeitos, pode ser necessário para pensarmos a amplitude do debate em relação à superação das formas de opressão. Reconhecer o trabalho como uma atividade humana em si com toda sua complexidade, sobrepujando as relações que inferiorizam ou ignoram o chamado trabalho reprodutivo, faz parte dessa luta.

Sabemos que é através da pesquisa que podemos fazer os apontamentos em relação a como se dá o processo de divisão sexual do trabalho e a dimensão e implicações para homens e mulheres trabalhadoras.

Ainda que a participação das mulheres nas atividades do assentamento e o fato da assentada conseguir transgredir a invisibilidade a partir da inserção na esfera pública, a mudança dos valores sociais que reproduzem a assimetria de gênero não se efetiva de fato, pois, essas mulheres permanecem presas a convencionalismos e moralismos dos quais os homens não são cobrados.

O discurso da eqüidade entre homens e mulheres é apropriado pelas assentadas, mas continua-se esperando que certas tarefas sejam realizadas pelas mulheres, pois, cabem *"naturalmente"* à elas e por acreditarem que levam *"mais jeito"*.

A relativa eqüidade entre os homens e mulheres no assentamento, perde o sentido quando a participação feminina se torna restrita. Assim não se pode perceber avanços nesse sentido, sem a participação das mulheres também, nas funções de decisão e de participação política. As forças sociais que atuam e se articulam nos assentamentos conjecturam uma

ideologia de gênero baseada na opressão das mulheres, herdada e hegemônica na sociedade ocidental.

É a partir da combinação do capitalismo – patriarcal que se da a apropriação da práxis social dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse é um ponto fundamental, pois, está estreitamente relacionado à necessidade de se reverter as situações que limitam, não só as vidas de mulheres em muitas partes do mundo, mas de todo o universo da classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo. São Paulo, 1999.

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. Expressão Popular. São Paulo, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DI FIORI, Gecira. O que muda e o que permanece no movimento feminista. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.** 2007, Florianópolis, SC. Disponivel em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gecira_di_fiori.pdf. Acesso em 18 de junho de 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). **Revista Estudos Avançados da USP (versão eletrônica)**, v. 15, n. 43. São Paulo: 239-254, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300018&script=sci_arttext. Acesso em: 04 de Nov. de 2010.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO. **Jornal da campanha pelo limite da propriedade da terra**. Brasília, 2010.

FRANCO, Maria Franco. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema.** Tese de doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

FRANCO, Maria; THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Classe e Gênero nos territórios de Luta pela Terra:** apontamentos para o debate. Pegada (UNESP), João Pessoa, 2002.

GOMES, Paulo César. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach (1845)**. Versão para ebooks. RocketEdition, 1999. Disponível em: EbooksBrasil.com. Acesso em: maio de 2013.

PINTO, Célia R. Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto da mulher enquanto sujeito político. In COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. (p.127 – 150). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPAIO, Plinio de Arruda. A Mística. In: **As Imagens e as Vozes da Despossessão: A Luta pela Terra e a Cultura Emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).** [S.l.: s.n.], 2002. Disponível em: http://www.landlessvoices.org/vieira/archive05.phtml?rd=MSTICAOF657&ng=p&sc=3&th=42&se=0. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

SOARES, Vera. 1994**. Movimento de mulheres e feminismo***:* evolução e novas tendências. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, nº especial, out.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Novos arranjos territoriais e velhos dilemas para o trabalho no campo, no Brasil, no século XXI.** In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M.C.; CORRÊA, A. M. (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008b. p.256-274.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado.** Presidente Prudente, Revista Pegada, v.9, n.1, 2008c. p. 7-33.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 985 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

VALENCIANO, Renata Cristiane. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero.** Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar: a construção crítica de novos referenciais para a questão agrária. In: XI Jornada Do Trabalho, 2010, João Pessoa/PB. **Anais da XI Jornada do Trabalho**, 2010.

SINUCA DE BICO: ENCAÇAPANDO O PRECONCEITO?

Raphaela Granato Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Carlos Eduardo Santos Maia
Universidade Federal de Juiz de Fora

João Gabriel da S. Carmo
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O presente trabalho é parte constituinte da pesquisa em iniciação científica intitulada: "ESPAÇO-TEMPO DAS PARADAS LGBTS: PAISAGEM, TERRITORIALIDADES E TURISMO (ESTUDO DA REALIDADE JUIZFORANA)". Propomos uma reflexão sobre as relações de gênero que permeiam o Snooker Bar Tacada de Mestre. Destacamos a cidade como palco da cultura e da diversidade, abarcando as mais variadas interações de seus atores no cotidiano, em que se criam e recriam significados e identidades. Partindo da perspectiva das territorialidades e explorando as significações e relações intersubjetivas, objetivamos investigar as razões de o referido bar ser atualmente frequentado por um público "cativo", que se autodeclara como pertencente à "comunidade" LGB (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais), em meio aos "tradicionais" frequentadores heterossexuais. A investigação se pauta na seguinte pergunta: Como se estabelecem as relações (micro)territoriais em locais de lazer frequentados pelos cidadãos LGB em "points" tradicionalmente apropriados por heterossexuais? Exploraremos a questão da frequência tradicional de heterossexuais e o novo público LGB discutindo a segmentação quanto à afinidade com o bar, as identidades manifestas e as práticas homoafetivas. Metodologicamente tomamos como base bibliografia concernente ao tema e pesquisas de campo, na qual utilizamos entrevistas semiestruturadas e observação, além de conversas em "chat".

Palavras-chave: Gênero. Territorialidades. Lésbicas.

Introdução

Durante os três anos do projeto de pesquisa de iniciação científica no qual trabalhamos com territorialidades LGB durante "parada do orgulho", uma série de questionamentos surgiram, por exemplo: como se dão os diferentes usos dos espaços públicos e privados de uso coletivo pelos sujeitos de orientação LGB? Como o cotidiano da Cidade de Juiz de Fora é alterado pela Rainbow Fest e o desfile da "parada do orgulho"? Quais e como se estabelecem relações (micro)territoriais nos locais de lazer frequentados pelo público LGB? No desenrolar da pesquisa, estivemos em muitos lugares frequentados por este público, entre eles um nos chamou atenção: o Snooker Bar Tacada de Mestre, local procurado por sujeitos LGBT, em sua maioria lésbicas, para *happy hour*. Passamos então a investigar como se deu a apropriação daquele lugar por este grupamento e, em especial, as mulheres, tendo em vista que o bar não é considerado como um "bar gay/LGB".

O snooker bar Tacada de Mestre foi fundado em 1998, há quinze anos, e sua proposta era atender o público masculino adepto do esporte, perfil que mudou bastante ao longo do

tempo. Em entrevista, a esposa do dono bar lembra que, naquela época, bares de sinuca não eram frequentados por mulheres e havia bastante preconceito no fato de uma mulher estar em um ambiente de sinuca, sendo considerado 'impróprio'. A fala dela traz à tona a questão da relação "espaço privado de uso coletivo X gênero", ou seja, neste caso, ambiente frequentado exclusivamente ou predominantemente por um determinado gênero (masculino) sendo mal vista quaisquer presenças diferentes, pois bar de sinuca era sinônimo de 'reduto' quase que exclusivo dos homens.

Ressaltamos que há anos atrás as questões sobre gênero ainda não estavam bem postas no Brasil, bem como o próprio movimento de "orgulho gay", pois foi no "fim de século" que as paradas começaram a ser realizadas por aqui, diferente do que ocorreu nos EUA e na Europa. Desse modo, "o padrão hegemônico que categorizou os corpos também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos (...) Aos sujeitos femininos se atribui o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio."(SILVA, 2009, p.123) . Sob este prisma de ideias sobre gênero, a partir de um ponto de vista bipolar, o lugar da mulher seria a casa, cuidando de seus filhos e das outras tarefas domésticas; enquanto os homens se ocupariam de trabalhar para sustentar a família e, vez a vez, se divertiriam em bares, campos de futebol, bordéis, etc. Esses elementos se cruzam com a fala da entrevistada, que nos informa que seu marido sempre gostou de jogar sinuca e ela, quando jovem, não podia ir aos lugares que ele frequentava porque era "lugar que não entrava menina, não entrava mulher". Com o passar dos anos as discussões sobre gênero ganharam fôlego, assim como movimentos sociais vêm dando maior visibilidade para as questões das mulheres e também das minorias LGBTs. Ressalte-se que o movimento LGBT começou a se reforçar, com o aumento das paradas gays e outras manifestações organizadas por esses atores. Como em outras cidades, a sociedade juizforana talvez reproduzisse a ideia de que o lugar da mulher seria em casa, cuidando do lar e dos filhos, ou exercendo alguma atividade remunerada para "auxiliar na complementação da renda doméstica"; enquanto os homens seriam os principias "provedores materiais" e quiçá por isso gozassem daqueles privilégios de diversão mencionados.

Em Juiz de Fora, no ano 2000, a cidade avança em relação à criação de políticas públicas voltadas para questão de discriminação sexual, sendo promulgada a Lei nº. 9791, de 12 de maio, conhecida como Lei Rosa, que coíbe atos de natureza discriminatória por orientação sexual. Isto a nosso ver pode ter favorecido que gays e lésbicas passassem a frequentar lugares antes destinados a heterossexuais e expressassem sua orientação sexual

sem receio de serem reprimidos ou coagidos; paralelamente novos bares e boates voltados especificamente para este público também foram abertos na cidade, mas o que cabe tratar nesse trabalho é a inserção de lésbicas como público assíduo no "Bar Tacada".

Uma breve caracterização do Snooker Bar Tacada de Mestre

O bar em estudo situa-se no calçadão da rua Halfeld, que é uma via central da cidade e polariza as principais atividades financeiras e comerciais do município, sendo servida por bancos e lojas de grande porte. Além de estar localizado no coração da cidade, o estabelecimento possui uma característica bastante peculiar, qual seja, encontra-se instalado no segundo andar de uma galeria comercial que no período noturno permanece fechada. Isso faz com que o lugar seja considerado "discreto" pela maioria das pessoas. Muitos nem sabem que ali existe um bar, outros até sabem, pois este possui uma sacada que dá vista ao calçadão. Em sua fundação, no ano de 1998, o objetivo do bar era ser um snooker e, como tal, era frequentado por um público predominantemente "masculino, mestiço, proletário e heterossexual". Com o passar do tempo, este perfil mudou.

Segundo os responsáveis do bar, após a abertura de uma boate LGBT nas suas proximidades, a frequência de cidadãos LGB começou a aumentar. De certa maneira o bar era procurado no início por ser próximo à boate, para o que chamamos de "esquenta", ou seja, as pessoas iam até o local para consumir bebidas, encontrar amigos antes de irem para a boate. Porém, ir ao bar não só par o "esquenta da noitada na boate" foi se tornando rotineiro entre os cidadãos LGBs, especialmente as lésbicas, cada vez mais assíduas na casa. Atualmente o bar é buscado por diversos estilos: casais heterossexuais e homossexuais; homens jovens e senhores desacompanhados heterossexuais; lésbicas e gays jovens e adultos também desacompanhados ou em grupos de amigos que se dispõem em locais distintos no bar, e isto por que "as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferente escalas e dimensões". (MANÇANO, 2005, p. 28). O Snooker se tornou aparentemente um ambiente bastante tolerante às diferenças.

Na cidade, entre os que o conhecem, os comentários são de que o bar é um local aonde "vai muito gay e lésbica". Durante nossa pesquisa também utilizamos salas de bate papo da internet, na qual perguntávamos para TODOS se conheciam o bar Tacada de Mestre. Alguns diziam que não, entre os que responderam conhecer, perguntamos como era o bar, e a resposta também foi essa: de que se tratava de um bar com muito gay e lésbica. No que se

refere às entrevistas realizadas no bar com frequentadores, a maioria considera o Tacada de Mestre um ambiente LGB. Realizamos sete entrevistas e apenas uma pessoa disse que considera o bar como um ambiente misto. Para os responsáveis do estabelecimento, o snooker não é um bar LGB - em entrevista, a responsável diz que não, mas que considera seu bar como um lugar acolhedor.

Realmente o bar não tem essa proposta LGBT, mas é impossível desconsiderar a presença deste público. As manifestações homoeróticas e homoafetivas são comuns, o bar é um ambiente no qual realmente vemos padrões bem mais tolerantes do que em outros locais da cidade, ainda que pese a Lei Rosa para os demais estabelecimentos. Desse modo, como observa Fortuna, "gostaria de admitir que as (micro)territorialidades podem induzir processos de (re)funcionalização de espaços, tornando-os aptos para atividades originalmente não previstas (...) Ora, a cidade e a metrópole revelam cadências intermitentes e erráticas, quando vistas do lado das (micro)territorialidades". (2012, p. 209)

A territorialidade do bar

Segundo Mançano:

> São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (2005, p. 28).

Assim o bar se torna um território, através de suas relações sociais. Além disso, outra característica que compõe e caracteriza o território são as relações de poder, sendo este, por definição *"um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder."* (SOUZA, 1995, p.78.). Apoiados nesses pressupostos teóricos podemos dividir o bar em três (micro)territórios distintos e bem definidos. A figura 1 ilustra os locais que são (micro)territorializados.



Figura 1: Os ambientes do bar

A entrada é o local preferido dos casais heterossexuais e homossexuais que frequentam o bar e também pelos que espiam as partidas de futebol transmitidas pela televisão. Geralmente não se sentam em grupos de casais, sendo este um ambiente aparentemente mais calmo e propício para conversas a dois. Talvez procurando uma intimidade que lhes é negada em outros lugares, tanto casais heterossexuais quanto homossexuais, notam-se manifestações de carinho e erotismo, como beijos, abraços e outras carícias mais íntimas.

Os banheiros também se localizam nesta parte do bar. Sobre o banheiro feminino nos cabe destacar que este carrega em sua espacialidade as marcas das relações lésbicas que ocorrem no local. Nas portas e paredes do banheiro a quantidade de pichações é bastante significativa. Visualizamos declarações de amor, como também algumas outras mais ofensivas como "fulana de tal é chifruda", demonstrando uma rivalidade entre as frequentadoras. Também é possível perceber em algumas pichações a pessoa se identificando como lésbica através do código "fulana mxm". Não há nenhuma pichação de caráter heterossexual. Este também é um lugar de "pegação", tanto que, em nossa pesquisa no local,

observamos que, quando duas mulheres iam juntas ao banheiro, o grupo sempre se agitava, e comentários como "olha lá hein", "humm vai no banheiro é?", "se esse banheiro falasse" denunciavam esse caráter.

O balcão também se localiza na entrada e os donos geralmente ficam presentes, observando quem entra e quem sai do bar por um circuito interno de TV. Há uma televisão disponível nesta ala que, à primeira vista, não contempla o público de casais. Geralmente são exibidos jogos de futebol transmitidos por canais de assinatura. Segundo nossa informante, o público masculino, sobretudo composto por indivíduos acima dos 40 anos, costuma realizar "bolões" de apostas com os resultados dos jogos. Em pesquisa de campo, observamos que os clips de música e outros programas não são exibidos durante as partidas de futebol e mesmo que vários clientes peçam, a programação esportiva é mantida. Nota-se ainda que a música da Jukebox é desligada caso esteja em volume elevado atrapalhando as transmissões dos jogos. Desse modo, quando o cliente coloca a ficha na Jukebox é abordado para que "maneire" no volume para não atrapalhar as pessoas que estão assistindo os jogos de futebol.

É interessante ressaltar que o espaço posterior, pois existe de fato uma divisão física entre os espaços, também é servido por uma televisão, ou melhor, um telão, no qual também são exibidos os mesmo jogos de futebol. Nota-se aí uma hegemonia do público que está assistindo as partidas, independente de estar participando do bolão, em detrimento de outros clientes.

O espaço 2, em que as mesas de sinuca estão dispostas, é o ambiente eleito por excelência dos homens heterossexuais jovens, adultos e de terceira idade, em sua maioria proletários e mestiços que praticam o esporte, bem como pelas lésbicas que circulam bastante por este espaço e também praticam o esporte. Muitas levam as partidas bem a sério e jogam bastante animadas. São comuns alguns comentários irônicos do público masculino heterossexual quando quer utilizar as sinucas e elas estão ocupadas pelas lésbicas. Talvez seja ainda um ranço machista de tempos passados nos quais bares de sinuca eram locais proibidos para as mulheres.

Assim como Facchini retrata em seu estudo, também percebemos um destaque no par "masculina" / "feminina", com um perfil semelhante ao encontrado pela pesquisadora:

> trajam camisa de botão, calça social ou *jeans*, sapato, têm cabelos curtos com formas angulares e usam cores sóbrias. Essa aparência vem acompanhada de uma gestualidade e comportamento também característicos: elas têm o andar mais duro e gestos pausados e contidos, (...) próximas à mesa de bilhar, sempre com uma bebida na mão. Também são essas mulheres que

> mais ocupam a "sinuca" e as que mais parecem levar a sério o jogo, com tacadas estudadas e ar compenetrado. (FACCHINI,2008).

No snooker notamos esta mesma situação do par "masculina/feminina" nos casais lésbicos ou grupos maiores. As mais masculinas utilizam roupas sóbrias, quando já adultas, enquanto as lésbicas mais jovens dos 18 aos 25 anos costumam utilizar o estilo "skater", com tênis *all star*, bermudões, camisas de rock, ou camisões xadrez. Existe também outro estilo, o das "ladies", porém pouco visto no bar.

Além das mesas de sinuca, que são cinco, quatro menores e uma maior, este ambiente possui também pequenos balcões onde as pessoas, quando o bar está bem cheio, utilizam como mesa para apoiar suas bebidas e tira - gostos. Entretanto esta não é uma área tão livre assim. Essas prateleiras são reservadas estritamente para aqueles que irão utilizar a sinuca. Até aí não há inconveniente nenhum, o fato que desagrada muitos clientes é o de estarem ali em "suas prateleiras" consumindo e serem obrigados a se retirar, pois alguém irá utilizar uma mesa de snooker. O que as pessoas se queixam é que muitas vezes os clientes que irão utilizar o snooker não consomem nenhum produto além do jogo, portanto seria desnecessário saírem do lugar em que estavam confortáveis (notamos tal situação em nossas pesquisas de campo no local. O grupo com o qual estávamos interagindo se dispunha numa dessas prateleiras e foi obrigado a se retirar, ficando "sem lugar" uma vez que as mesas estavam ocupadas, os praticantes da sinuca que passaram a ocupar a área do snooker deixaram a prateleira vazia e não consumiram nenhuma bebida ou comida). Esta atitude é sempre vista como um ponto negativo e perguntamos aos responsáveis o porquê disto. Recebemos a resposta de que se tratava de uma norma da casa, que as prateleiras ficam reservadas para quem irá jogar. Parece-nos que isto acaba servindo como uma estratégia dos clientes que jogam sinuca para "limparem a área" da sinuca de "presenças indesejáveis". Claro que não se trata de todos os frequentadores, alguns são até simpáticos e não se importam de dividir o espaço, mas a maioria não gosta.

Assim a área do snooker é fortemente territorializada pela mesa de sinuca, pelo jogo, e não pela presença do indivíduo que ali chegou primeiro e já estava acomodado em sua mesa. Neste caso, não é a questão financeira que fala mais alto, pois várias vezes as pessoas que estão consumindo bebidas gastam muito mais do que as que estão na sinuca: controlar e ter acesso à mesa de sinuca em si é deter o poder.

Outro ambiente muito disputado é a sacada, digamos que é o mais disputado pelo público LGB. A sacada é um local mais arejado, sendo permitido fazer uso do tabaco. Muitos preferem sentar-se na sacada por este motivo, para poderem fumar sem serem incomodados,

outros porque é o local que mais agrupa os sujeitos de orientação LGB. Além disso, é na sacada aonde ocorre à maioria dos flertes. Aí observamos grupo de amigos, tanto gays como lésbicas, sendo um espaço de visibilidade e também de invisibilidade ao mesmo tempo, uma vez que a sacada dá frente para o calçadão da rua Halfeld, mas, em contrapartida, é o ambiente mais interiorizado do bar - para se chegar até lá as pessoas têm que circular pelo snooker. Assim aqueles que buscam ficar mais escondidos dentro do bar, se localizam na sacada, preferencialmente nas mesas de canto. Como é um local de aglomeração e relativamente pequeno, apenas cinco mesas, a visibilidade fica um pouco comprometida.

O Tacada é delas?

Em nossa pesquisa de campo observamos que a incidência de mulheres lésbicas no bar se sobrepõe a dos homens gays. Segundo nossa informante o bar é o ponto de encontro da galera, sobretudo das lésbicas. Esta preferência, como percebemos na fala das informantes e também da responsável pelo bar, relaciona-se ao caráter "escondido" que perpassa ao local, devido à acessibilidade, tendo em vista que se situa em uma galeria comercial que permanece fechada à noite, permitindo a passagem somente daqueles que irão se dirigir ao bar. Assim o bar é considerado "muito discreto" e passando-se pelo calçadão da rua em que está instalado, os transeuntes veem apenas uma porta de aço fechada, com um pequeno portão entreaberto e um vigia no fundo. Olhando-se para cima, vê-se a sacada. Esta sensação de invisibilidade que permeia o bar corresponde com "a invisibilidade social que se vivencia ainda hoje foi construída a partir dos múltiplos discursos que caracterizavam a esfera do privado, o mundo doméstico, uma vivência heterossexual como o 'verdadeiro' universo da mulher" (PIAZON; STREY, 2008).

Destacamos ainda, segundo Louro (1997), que a lesbianidade pode ser constituída de uma maneira mais sutil, pois entre o gênero feminino, no ocidente, práticas como beijos, abraços, o andar de mãos dadas são consideradas comuns, o que faz a lesbianidade se manifestar de uma maneira quase invisível. Há autores, porém que argumentam que as lésbicas se organizam como mulheres oprimidas, com menor acesso ao capital, como responsáveis pela prole e como sujeitas à violência masculina (ADLER; BRENNER, 1992), daí a "invisibilidade".

Em um primeiro momento, a expressiva presença das lésbicas no referido bar pode ser justificada por estes fatores, tendo em vista que as mulheres em geral possuem um poder aquisitivo menor que o dos homens. Verificamos que o bar é localizado na região central e

muitas frequentadoras saem de seus trabalhos, que geralmente ficam nas proximidades do bar, sem necessitarem gastar com transporte (note-se que entre os frequentadores LGB predominam também proletários e mestiços). Com relação aos preços praticados no local, estes são bem acessíveis (adequados ao público); a título de exemplo, uma ficha de sinuca custa um real. O bar oferece além das tradicionais porções de petiscos, como batata frita ou torresmo, sanduíches cujo preço (dos lanches mais simples) giram em torno de três a cinco reais.

Além de se ser um lazer econômico, o bar também oferece um ambiente acolhedor, como mencionado anteriormente pela responsável, ou seja, os riscos de sofrer uma agressão motivada por homofobia são restritos. Aliás, em sua fala, a dona do bar relatou que até a presente data nunca ocorreram brigas motivadas por questões de orientação sexual. Ela diz ainda que a postura daqueles que não se sentem a vontade em frequentar lugares mais tolerantes simplesmente é de pagar a sua conta e não voltar mais.

Por último, a própria localização do bar favorece a procura das mulheres. Segundo uma de nossas informantes, as mulheres escolhem ir ao Tacada por se tratar de um lugar "escondido" onde se sentem melhor do que, por exemplo, em outros bares que ficam também no calçadão da mesma rua, porém são bastante expostos, pois as mesas ficam na rua. Geralmente este público feminino é assíduo na casa, em nossos questionários, a maioria frequenta o lugar semanalmente. Além da frequência semanal, são pessoas que se fidelizaram ao bar, tendo em vista que são clientes de anos, algumas há mais de 10 anos.

De acordo com nossas observações o bar possui uma territorialidade alternativa, onde os sujeitos a exercem de maneira diferenciada dos demais espaços que apreendem. Tendo em vista a preferência do público feminino por este bar, podemos destacar ainda, segundo Fortuna, que "as (micro)territorialidades, entendidas estas como espaços circunscritos de intimidade pessoal ou grupal" (2012, p. 206) possuem um caráter de estabilidade e segurança, condições que propiciam esta escolha por parte do público em questão.

O bar também pode se tornar, além de um microterritório, um lugar, tendo em vista as experimentações do público que o frequenta. Cotidianamente o Tacada possui um significado particular para esse grupamento como um "ponto de encontro", "lugar de se fazer amizades" e outros. Ele passa a ser um lugar à medida que vão se tecendo as relações entre o espaço e o sujeito que vivencia inúmeras situações: a paquera, as conversas, o jogo de sinuca, a cervejada, etc.

Com base na pesquisa salientamos que o Tacada não é um bar exclusivamente lésbico, mas foi "adotado" por este grupo e, ao longo do tempo, as frequentadoras se mantém assíduas ao local. Diante da frequência heterogênea, tanto em número quanto em assiduidade, destacamos que o Tacada não é somente delas, mas as mulheres querem deixar suas marcas, nesse (micro)território da diversidade como um todo.

Considerações finais

A pesquisa de campo foi fundamental para entender melhor como são organizadas as territorialidades LGB, dando especial enfoque para as lésbicas. Percebemos em nosso estudo que a escolha do bar por este público de certa maneira é intencional. No primeiro momento, devido à proximidade com outro lazer (a boate LGBT), depois com o acolhimento dispensado pelo estabelecimento e sua discrição.

Os bares de sinuca, que anteriormente eram vistos como um ambiente exclusivamente masculino e heterossexual, aos pouco foi se "colorindo" no "Tacada" e se adequando a novos padrões de comportamento e compondo (micro)territórios. A frequência se dá por inúmeros motivos, seja por ordem financeira, uma diversão barata, seja pela centralidade, ou então pelo bom atendimento. A responsável pelo bar confirma que os funcionários e também eles (os donos) se esforçam para fazer um bom trabalho em que todos sejam tratados com igualdade. Sendo assim a proposta de respeito e igualdade se casa com a luta pelos direitos LGBT, pois esses sujeitos desejam mais do que tudo respeito e igualdade. Desta maneira as pessoas que encontram um espaço que lhes fornece liberdade para ser o que quiserem certamente irão retornar.B

Referências

ADLER, S.; BRENNER, J. Gender and Space: Lesbians and Gay Men in the City. **International Journal of Urban and Regional Research**. Volume 16, Issue 1, p. 24-34, March 1992. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111>. Acesso em: 4 maio 2012.

FACCHINI, R. Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 195-223, 2. sem. 2008. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/101/77>. Acesso em: 29/10/2013.

FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 199-214, jul/dez. 2012. Disponivel em:

http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/3278/2988. Acesso em: 29/10/2013.

GUIMARÃES, A.F.P; VIEIRA, N.R.F. O sexo implícito: a invisibilidade lésbica na mídia e na academia. Disponível em: http://nugsexdiadorim.files.wordpress.com/2012/03/o-sexo-implc3adcito-a-invisibilidade-lc3a9sbica-na-mc3addia-e-na-academia.pdf Acesso em: 20/10/2013.

JUIZ DE FORA. Lei nº. 9.791, de 12 de maio de 2000. Dispõe sobre a ação do Municípiono combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual. Tribuna de Minas. Juiz de Fora, MG, 13 maio 2000, p. 10. Disponível em: <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000023610>. Acesso em: 6 jan. 2011.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MANÇANO, B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano8, nº6, p. 14-34. Jan/Jun. 2005. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf. Acesso em: 20/10/2013.

PIASON, A.S; STREY, M.N. Gênero para além do binário: uma perspectiva de visibilidade às lésbicas. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IIImostra/ServicoSocial/62570%20-%20ALINE%20DA%20SILVA%20PIASON.pdf.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E; GOMES P. C. C. e CORREA, R. L. (Org.) **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2010.

SILVA, J. M . Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. In SILVA, J. M. **Geografias Subversivas***:* discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2009.

A PROSTITUIÇÃO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL E TRABALHO NA CIDADE DE CATALÃO

Rogério Silva de Mesquita
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ SEDUC-GO

Ana Lídia Costa Batista
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Bruna de Oliveira Borges
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão

Resumo: Ao se falar em prostituição a sociedade carrega consigo ideias e preconceitos cristalizados acerca da mesma que são difíceis de serem desfeitos. Quando se fala em prostituição, rapidamente as pessoas criam imagens mentais dos espaços físico-sociais e das pessoas envolvidas nesse mundo que é quase sempre visto e entendido como um submundo. O que ocorre é que a prostituição é socialmente entendida, muitas das vezes, de forma mistificada, isso ocorre, porque, as pessoas ao se relacionarem com uma realidade social que não conhecem plenamente são levadas a pensarem de forma equivocada e discriminatória. Na tentativa de desmistificar o "mundo da prostituição" fomos em busca de respostas e de novas possibilidades, tentamos com esse artigo conhecer um pouco melhor o modo como as garotas de programa se constituem, enquanto, sujeitos e a relação estabelecida entre as prostitutas e o restante da sociedade catalana. A princípio podemos perceber o quanto a prostituição é marginalizada, ela se desvia dos comportamentos socialmente aceitos, sendo um comportamento desviante e as pessoas que praticam esses atos, também, são considerados sujeitos desviantes. Esse desvio começa relacionando-se ao ato sexual, que segundo os princípios impostos, principalmente, pela religião só devem ser praticado após a instituição do matrimônio e com um parceiro único e fixo. As garotas de programa, no entanto, têm vários parceiros e sem um relacionamento estável. Além de serem desviantes por manterem relações com vários parceiros, outro fator que reafirma ainda mais o desvio é a questão da relação sexual ser mediada pelo dinheiro. E devido a esse embate social que as profissionais do sexo lutam por mais respeito, por um lugar na sociedade; querem sair para o trabalho e nas ruas serem reconhecidas e aceitas pelo que são de verdade, querem mostrar que não são diferentes, são pessoas normais, que trabalham e são remuneradas pelo que fazem, sendo assim teriam direitos como qualquer outro profissional.

Palavras-chave: Prostituição. Dinheiro. Sociedade.

Trabalho e Função Social - Identidade

Sabe-se que desde os primórdios da humanidade o trabalho está inserido dentro da mesma e o desenvolvimento da história fez com que o trabalho modificasse a natureza ao produzir meios de subsistência para o homem. Diante disso é importante ressaltar que existem distintas concepções de trabalho que foram adaptadas de acordo com as diferentes sociedades, além disso, a forma de conceber o trabalho variou em relação a cada período da história da humanidade, criando e diversificando as relações de produção de vida material e capital.

Portanto, é necessário comparar os indivíduos da sociedade atual com o sistema capitalista vigente. É conhecimento de todos que a Revolução Industrial que ocorreu no século XVIII modificou o cenário da relação do trabalho da sociedade, neste âmbito o sistema capitalista caminha em direção a ideia de buscar atender a subsistência social através dos lucros, além do fortalecimento do capital por meio da exploração do trabalhador, em que a mercadoria em sai não é apenas o produto fabricado, mas também a força de seu trabalho.

> Resumindo podemos ver como através do trabalho produtivo da sociedade se constituem classes sociais antagônicas, que, por sua vez, determinam a relações sociais entre os indivíduos. Conforme o lugar onde o individuo se inserir, dele será esperado o desempenho de determinadas atividades que garantam a manutenção das relações de produção e, consequentemente, as classes sociais como tais. (LANE, 2006, p. 57).

Não há como entender um fenômeno psicológico isolado da esfera social, e desta tarefa se ocupa a Psicologia Social. Trata-se de uma via de mão dupla, o sujeito constrói e é construído pelo social, são as relações que produzem o sujeito. Para Psicologia Social o sujeito não toma atitudes, ele desenvolve atitudes em relação aos objetos do meio social.

Um tema recorrente na Psicologia Social é a identidade. Para Ciampa (1985) a identidade possui caráter de metamorfose, as mudanças estão constantemente ocorrendo, embora não sejam percebidas. A identidade advém da realidade social na qual o sujeito está inserido, revelando assim uma condição de vida, uma família, costumes e princípios. Somos identificados por nossas definições e também pelas atividades que realizamos. A nossa identidade vai sendo definida a partir dos papéis que vamos desempenhando. A identidade nunca está pronta é um constante devir a ser, o sujeito é individual e singular ao mesmo tempo em que estabelece uma multiplicidade de papéis.

Consideramos fundamental a compreensão do papel social para se pensar acerca da prostituição, que é extremamente marcada por estereótipos e preconceitos, sendo assim um papel acaba assumindo o lugar do sujeito, isso porque a pessoa que se prostitui é muitas vezes destituída de todos os seus papéis sociais sendo identificada exclusivamente como prostituta. Nas falas da entrevistada é possível identificar que isso lhe causa sofrimento, já que em determinado momento ela diz: "*Eu sou prostituta aqui dentro, lá fora não*", ou seja, o estereótipo impede que grande parte das pessoas veja que ser prostituta é apenas um papel e não o único. Nesse sentido também podemos retomar Ciampa (1985) que diz que a nossa identidade se materializa no tempo e no espaço, é fundamental compreender que espaço é esse dado à prostituição atualmente.

Existem inúmeros questionamentos a respeito da "identidade social" e "os seus papeis", sendo que para muitos os papeis é algo natural e necessário, enquanto, a identidade é consequência de opções livres, todavia, devemos levar em consideração que o nosso cotidiano social é decorrente da vida material e querendo ou não, irá determinar os papeis de nossa identidade social.

Mulher Como Qualquer Outra

A exclusão e inclusão social são temas muito debatidos atualmente pela mídia, universidades, escolas e até mesmo em grupos informais. São dois temas correlacionados e impossíveis de serem separados, "a exclusão (...) é permanentemente comparada com um cenário de algo que está incluído". (STOER, 2004, p. 27).

Dessa forma, no cenário da inclusão o culto ao corpo e bem como ao seu biótipo tem grande importância na sociedade atual como também em outros tempos históricos, todavia vários teóricos afirmam que o século XX é o "século do corpo" e também o "século da mulher", pois os excluídos da sociedade começaram a ter voz, tanto a mulher como outros grupos minoritários começaram a se fortalecer e ganhar espaço na sociedade.

Ao perceber o corpo – gênero – tem um grande valor nos dias atuais a entrevistada diz que seu corpo é ela que constrói, faz o que quer dele em seus programas, porém em seu discurso percebemos que há sim um processo de alienação, que ocorre no modo de produção capitalista, que segundo Goldamann: "durante o tempo de trabalho, o operário não pertence mais a si mesmo, transforma-se apenas em objeto pertencente a outro, já que ele é o ao mesmo tempo, ´retificado` e alienado`". (GOLDMANN, 1979, p. 142.)

O corpo não pertence mais a si mesmo, mas sim aos homens que a tomam por um prazer sexual momentâneo, independente do cliente, o que vale é o capital, como ela mesma expõe: "... pontos negativos é ficar com pessoas muito das veiz que eu naum quero, fico por conta do dinheiro (risos)".

A entrevistada se sente no poder de valorizar seu corpo estipulando o valor cobrado pelo programa de acordo com cada cliente.

> ... eu não sou obrigada a ficar com ninguém, eu fico com quem eu quero e pelo valor que eu quero....
> O valor do meu programa, seu eu cobrar 1.000,00 reais é meu. (...) o mínimo que eu cobro da casa é de 100,00 reais, naum posso fazer menos do que isso, mais qualquer valor que eu pedir se o cliente pagar é meu, seu eu pedir 500,00 e ele der é meu....

Neste âmbito ela desvaloriza o corpo do seu cliente, em detrimento do seu, mas fica o dilema "o que é valorizado"? Difícil de responder, pois para a entrevistada ela seria mais valorizada, devido ao grande rendimento monetário de sua atividade, que outras mulheres que desenvolvem outras atividades econômicas. "... eu de programa tiro, tiro salário de muitos formados entendeu, então não compensa eu deixar de fazer o que faço pra trabalhar de faxineira...".

Outro aspecto ligado a prostituição é o seu espaço – ambiente – peculiar que proporciona a atividade valorizando-a, ela se justifica dizendo que: "... lá fora você acha que tudo é lindo, maravilhoso, tudo é curtição, você não vai pensar no que vem amanhã, aqui não". Neste sentido, o pensamento de Merleau-Ponty nos ajuda a compreender o espaço, é uma construção que o individuo faz a partir da sua experiência e da ação no seu envolvimento, sendo que o corpo constrói o espaço a sua volta, ele modifica o local, interferindo-o. Então pensando nesta perspectiva de local a entrevistada relata sobre uma festa de final de semana que ocorreu na cidade:

> Igual no domingo nos fomos lá para o encontro de opalas né, só pra você ver tava eu mais outras meninas daqui e da outra boate e tinha meninas lá que tava muito mais depravada que nós pra você ver ai quem é mal falada na história? Eu que "dou" por conta de dinheiro né, ela não, ela tá se expondo lá de graça pra todos, ela não é mal falada ela é filhinha de fulano né, ela não é putinha que gosta de dar de oferecer, eu sou puta, sou puta, mas porque tô aqui cobrando não tô batendo na porta de ninguém né, então penso! Eu acho errado as vistas das pessoas em relação às garotas de programa.

Aqui o corpo teria então uma autonomia, em que pode ser usado do modo em que o indivíduo quer ser inserido em determinados locais. Nesta perspectiva a mulher dentro do ambiente da Boate é prostituta, fora dela se torna uma mulher como qualquer outra e a nossa entrevistada traz isso em seu discurso, "... mulher normal, como qualquer uma". A prostituição é assim entendida por ela como uma profissão, como Ciampa propôs ela representa diferentes papéis sociais. O fato é que ela se entende e se percebe socialmente como uma mulher, ser prostitua é seu emprego e não sua vida.

Pelas falas da entrevistada podemos perceber que enquanto prostituta em um ambiente de prostituição, ela é valorizada, assim, fica notável o quanto o espaço influencia o social, ela tem valor enquanto prostituta e dentro de um espaço físico e social restrito que é o da prostituição, estando fora desse espaço ela é um individuo desviante e marginalizado.

Análise de Dados

De acordo com as falas da nossa entrevistada podemos perceber que o único motivo que a levou, a prostituir-se, foi o dinheiro. Quando questionada se gosta de fazer programa, prontamente ela respondeu: "Eu não faço programa porque gosto, mais, sim porque me convém, tiro um salário de um formado, não compensa eu trabalhá de faxineira, quero fazer programa fora, ir pro exterior, cumpri meus objetivo". Ou seja, o único motivo que a mantém na prostituição é o dinheiro, como qualquer outra pessoa ela tem anseios materiais e vê na prostituição a melhor opção para alcançar esses anseios.

Ao ser questionada sobre os motivos que a levaram tornar-se garota de programa, a resposta foi simples, clara e direta: "O dinheiro, aqui em uma noite eu ganho o que eu ganhava em um mês atrás do balcão". A nossa entrevistada residia em Goiânia e veio para Catalão convidada por uma amiga, antes de se tornar garota de programa ela trabalhava como balconista em uma rede de lanchonetes de Goiânia, e nas palavras dela: "Antes eu era certinha, não estudava, mas, trabalhava".

E Segue contando:

> Estudava, mais eu parei de estudá antes de começa a fazê programa. Lá eu trabalhava e ganhava num mês o que aqui eu tiro numa noite, eu num vou virá faxineira, aqui eu ganho mais que muito formado.

Essa fala ressalta o fato de que o interesse pela prostituição é exclusivamente o dinheiro.

A entrevistada reforça o interesse pelo dinheiro, ao dizer que muitas vezes precisa relacionar com pessoas que não quer: "Pontos negativos? É de eu ficar com pessoas que muitas das vezes eu num quero. Eu fico por conta do dinheiro né. E o lado positivo (risos) né é o dinheiro né".

Percebemos contradições nas falas e, portanto fica nítido que reproduzir o estereótipo da prostituta que faz programas por dinheiro não encerra a discussão, existe muito mais além da fala, do aparente há um conteúdo implícito e que precisa ser considerado.

Em dado momento da entrevista percebemos certo sofrimento, posto que ao perguntarmos sobre a sua vida fora do ambiente da casa noturna sua resposta foi a seguinte:

> Pera aí deixa pensar aqui. Ah é complicado né assim, nessa vida aqui a gente perde muito tempo, a gente acha que não, mas, ao mesmo tempo perde, porque você deixa de viver a sua vida lá fora pra viver aqui né. Igual sair cê sai, mas, é dia de domingo, que, que tem dia de domingo? Dia de domingo,

> num tem nada né. De vez em quando tem encontro de alguma coisa de dia né, então cê num sai numa balada, cê num conhece ninguém, cê num tem tempo pra conhecê as pessoas, pra mostrá quem você é, então é diferente né, o ritmo de vida que a gente leva das outras pessoas, mas, a gente se acostuma.

Embora não seja feliz, a nossa entrevistada acostumou com a condição de não ser feliz, privando-a de novas experiências e relacionamentos, mas o simples fato de acumular bens materiais, o que possibilita até certo momento uma felicidade passageira.

Ela diz que é certo ser prostituta e que não se deixa abalar pelas opiniões alheia, no entanto, em certo momento ela se contradiz declarando que:

> É complicado né, porque o que a gente faz é errado né, eu acho que é, porque mesmo que eu num queira eu tô incentivando outras pessoas a vir aqui né, eu sou bonita eu num sou mulher de jogar fora, se eu saí ali fora muitos homem vai me querer né, Então que que vai acontece, eu vou tá fazendo com que ele venha aqui e me veja tá vendo. Eu acho que por um lado é errado de ser prostituta. De várias formas que você pensá num tem como (risos) cê achá que essa profissão é certa.

Ela se contradiz em vários momentos, pois embora errado, sendo prostituta ela se sentia mais valorizada que antes. É como se a prostituição fosse um mal necessário e justificado na relação com o dinheiro. Percebemos o quanto ela se atém a julgamentos de valores, as dúvidas entre o certo e errado. Não acreditamos que o dinheiro seja a única função da prostituição na vida desse sujeito.

Materiais e Métodos

Para elaboração desse artigo foi realizada uma entrevista com uma mulher que atua como prostituta em casas noturnas. A entrevista foi feita no dia 18 de maio de 2011 em uma casa de prostituição na cidade de Catalão Goiás. A entrevistada tem 24 anos é natural de Brasília DF, e atualmente vive parte do tempo Catalão e o restante do tempo em Goiânia.

A entrevistada se prostitui há cinco anos, a entrevista ocorreu de forma tranquila e a intenção era coletar dados na tentativa de se identificar o impacto e a relevância da cultura e da sociedade na constituição da prostituição. A entrevista, gravada, foi realizada com base em perguntas prévias.

Considerações Finais

Percebe-se claramente que há uma inversão de valores entre a visão da prostituta e da sociedade para com a prostituição, enquanto que a sociedade considera que praticar sexo em troca dinheiro é desvalorizar-se enquanto ser humano a nossa entrevistada se sente mais valorizada enquanto mulher praticando sexo em troca dinheiro.

Outra questão observada é que para a mulher que se prostitui, a prostituição é um emprego, como qualquer outro, e ela não se reduz a ser prostituta, a garota de programa se vê como uma mulher empregada na prostituição, já para a sociedade a prostituta é vista somente como prostituta uma escória, como se não houvesse nada para, além disso.

Para compreendermos a identidade de alguém, precisamos compreender sua história, entender o contexto social, politico e cultural no qual esse sujeito está inserido. Por ser um processo a identidade é definida a partir de relações vividas no cotidiano, a isso Heller (1972) chama de cotidianidade. Ao realizarmos as mais variadas tarefas revelamos a nossa identidade pessoal e profissional, o que nos torna seres únicos e insubstituíveis, posto que cada um de nós tenha um jeito especial e próprio de direcionar o trabalho e encontrar soluções cotidianamente. Em Heller temos que a vida cotidiana é a própria vida de todo homem, não sendo possível estar fora dela. E nesse sentido o sujeito é particular e é genérico. A mulher com a qual conversamos é singular, particular, mas, é também um sujeito que diz de toda uma classe marginalizada, excluída e estereotipada.

Ao mesmo tempo em que transformamos o meio no qual vivemos, somos também por ele transformados, sendo assim pretendíamos com esse trabalho identificar as influencias sociais que se manifestam no fenômeno da prostituição. Pretendemos avançar com as pesquisas, posto que esse foi apenas um trabalho inicial. Acreditamos que a prostituição é um fenômeno muito complexo e que possibilita muitas abordagens, mas, o nosso cuidado maior é não reforçar qualquer tipo de estereótipo. Percebemos claramente o quanto é divergente o discurso da entrevistada e o discurso de grande parte da sociedade.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização da entrevistada

1. Qual a sua idade?
2. Até que série você estudou?
3. Onde e com quem mora?

4. Você já teve alguma profissão/ocupação?

5. Quanto é aproximadamente a sua renda familiar?

6. O que levou você a fazer programas sexuais?

7. Há quanto tempo faz programas sexuais?

8. Porque escolheu este local?

9. Já fez prostituição em rua (calçada)?

10. Quantos dias na semana você faz programas?

11. Quais os horários do seu turno de trabalho?

12. Você se previne contra as DST/AIDS? O que faz para se prevenir?

13. Quantos programas, em média, você faz por dia?

14. Quanto você ganha, em média, por um programa?

15. O que faz com o dinheiro ganho?

16. Já sofreu algum tipo de agressão? De quem?

17. O que espera ou pretende fazer no futuro?

18. Você pretende fazer programas em outra localidade?

19. Qual a média de idade de seus clientes?

20. Como você sê vê diante da sociedade? E como a sociedade te vê?

21. Você tem filhos, ou já teve?

Referências

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia**: uma introdução ao estudo da psicologia**.** 13º ed. Reformada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2002.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. IN: LANE, Silvia T. Maurer & WANDERLEY, Codo. (Org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo.: Brasiliense, 2012. p. 58-77.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na Vida Cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 18 ed. Petrópolis. Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving**. Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro. ZARAR. 1975.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2006.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: p**rostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991.

STOER, Stephen R. **Os lugares da exclusão social**: um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo. Cortez, 2004.

HALBWASCHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In.: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UMA REFLEXÃO SOBRE OS ADOLESCENTES NA COMTEMPORANEIDADE: ENTRELAÇANDO GÊNERO, SEXUALIDADE E SEUS CENÁRIOS CULTURAIS

Sueley Luana Silva
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ SEDUC- Goiás

Resumo: Este artigo tem como objetivo a partir da Ciência Geográfica propor uma reflexão sobre os desafios e tensões vivenciadas pelos adolescentes na contemporaneidade, a partir do gênero, sexo, contextos políticos, econômicos e sociais, levando-se em consideração que a adolescência pode ser caracterizada por uma fase de descobertas e de construção da identidade do indivíduo que são influenciadas a partir de relações culturais e sociais. Nesta perspectiva, é necessário demonstrar a complexidade dos processos que envolvem os adolescentes na sociedade contemporânea e seus cenários de inclusão e exclusão. Portanto, este artigo é parte de uma pesquisa onde analisa-se conflitos vivenciados pelos adolescentes e os padrões conservadores impostos pela instituição família e sociedade civil em relação à sexualidade, demonstrando a violência vivenciada por alguns adolescentes que subvertem as regras impostas. São regras que tentam padronizar o comportamento sexual do ser humano, organizando ideologicamente os papeis na sociedade do ser homem e ser mulher a partir do seu sexo biológico. Neste contexto, apresentamos algumas reflexões que são produtos da revisão bibliográfica sobre adolescentes, contemporaneidade, gênero e sexualidade, como Costa, Foucault, Silva, Castro entre outros. Entretanto falar em conflitos vivenciados pelos adolescentes na contemporaneidade não é tarefa fácil, pois não podemos generalizar e nem padronizar as formas de pensar e agir dos adolescentes, esta generalização a partir de conceitos e pré conceitos pode produzir diversos tipos de violência. Contudo, utilizamos a Ciência Geográfica para compreender a espacialidade da violência, o contexto sócio espacial dos adolescentes, propondo uma reflexão sobre a trajetória de vida dos adolescentes que subvertem algumas regras impostas pela sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Adolescentes. Gênero. Sexualidade.

1 Formação da sociedade brasileira

Para compreender a sociedade contemporânea faz senecessário propor inicialmente uma reflexão sobre a formação da sociedade brasileira, demonstrando as transformações politicas e sociais ao longo dos séculos, pois o atual espaço geográfico brasileiro é produto da sua história.

Nessa perspectiva, à sociedade brasileira é formada pela miscigenação entre o indígena, o branco colonizador, negros africanos trazidos pelo trafico negreiro e alguns imigrantes europeus. Assim, o espaço geográfico brasileiro se constitui de uma grande diversidade cultural. De acordo com Moraes:

> O Brasil é um país de forte formação multicultural, sendo sua população composta não apenas de antecedentes indígenas e dos colonizadores lusitanos. Mas também de um amplo contingente de africanos de diferentes nações (trazidos no trafico escravista) e de grandes levas de imigrantes também de distintas nacionalidades (MORAES, 2009, p. 03).

As primeiras aglomerações urbanas ocorreram nas áreas litorâneas, contudo, com o passar dos anos outras áreas do território brasileiro foram ocupadas, desenvolvendo varias atividades econômicas, inicialmente a agricultura, extrativismo vegetal e mineral, pecuária e posteriormente atividade econômica industrial.

Portanto, a partir da analise da divisão regional da produção de cada região brasileira e seus processos de urbanização, é notório que o Brasil tornou - se capitalista durante o período colonial, quando o objetivo maior do colonizador era a exploração de riquezas naturais e a sua comercialização. Nesta perspectiva Moraes contribui:

> Cabe assinalar que o avanço cafeicultor ocasionou um surto urbanizador na região sudeste do Brasil, num processo no qual a partir do último quartel do século XIX a construção de ferrovias ganhou um peso fundamental como agente modernizador e indutor da ocupação de novas áreas (MORAES, 2009, p.10).

No fim do século XIX e inicio do século XX, a economia exportadora predominante no Brasil, propiciou o surgimento da ferrovia. Sendo necessário ressaltar, que mesmo com a decadência da economia cafeeira, algumas outras linhas ferroviárias foram construídas, escoando outras mercadorias do interior do país para o litoral, ligando varias áreas produtoras agrícolas.

Desta forma, partir do século XX, a industrialização no Brasil ganho à explosão da indústria automobilística, expandindo os transportes terrestres e surgindo as estradas de rodagem. Desta forma, os veículos automotores passaram a servir não apenas como meio de transporte, mas como símbolo do consumo na sociedade capitalista. Conforme Stacciarini:

> Com o governo de Juscelino é lançado o "Plano de Metas" cujo slogan é "cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos" de "gestão" administrativa. Juscelino constrói Brasília ("a capital da geopolítica") e o Brasil "abre as fronteiras" ao capital das multinacionais principalmente aquelas cujas matrizes se localizam nos Estados Unidos da América (STACCIARINI, 2009, p. 08).

Neste contexto, a partir de algumas metas do governo e investimento do mercado externo o Brasil se industrializou aceleradamente. Assim, varias indústrias transnacionais espalham pelo território brasileiro, aproveitando de algumas vantagens estratégicas tais como, menor custo da mão - de - obra, benefícios fiscais, disponibilidade de matérias primas, facilidade de escoamento de produtos e uma legislação ambiental frágil.

A globalização da economia trouxe para algumas regiões brasileiras a industrialização e consequentemente uma grande densidade demográfica. Portanto, a maioria dos sítios urbanos industriais cresceu de forma desorganizada, trazendo alguns fenômenos sociais, bem como, a marginalidade, oferta precária da educação e saúde, o desemprego e a fome.

Ao analisarmos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a renda per capita e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, é notável as disparidades no território brasileiro. Contudo, percebe-se que no Brasil a renda per capita elevada está concentrada em uma pequena camada da população, e a maioria das pessoas esta vivendo em condições insatisfatórias, sem nenhuma qualidade de vida.

Neste sentido, após Segunda Guerra Mundial, várias transnacionais passaram a deslocar para países não desenvolvidos, uma vez que os países ofereciam incentivas as empresas transnacionais, tais como doação de terrenos, isenção de impostos, mão de obra barata e a oferta abundante de matérias primas. O Brasil foi um dos países que consolidou sua industrialização a partir da expansão de algumas transnacionais.

Desta forma, o espaço geográfico brasileiro sofre varias transformações políticas e sociais, sendo necessário destacar, a chegada à presidência de Jucelino Kubitschek (1956 a 1961), o qual elaborou um conjunto de propostas que foi batizado de Plano de Metas, cujo slogan era o desenvolvimento de cinqüenta anos em cinco.

Neste contexto político, uma das grandes obras de Jucelino Kubitscheck, foi à construção da nova capital brasileira, a cidade de Brasília. Assim, para a edificação da nova capital milhares de trabalhadores destinaram- se para o Centro Oeste brasileiro. Após o governo de Jucelino Kubitschek chega à presidência Jânio Quadros, neste sentido, Couto contribui:

> No primeiro pronunciamento depois da posse – 31 de janeiro de 1961- bombardeia o governo antecessor. Fica sete meses e desiste. Vem então João Goulart. Período turbulento, que começa com experiência parlamentarista – setembro de 1961 até janeiro de 1963- e termina com o golpe militar de 31 de março de 1964. (COUTO, 2002, p. 277).

Assim, em 1964 o Brasil entrava em um dos períodos sombrios de sua historia, o golpe militar, que durou até 1985. O período militar é marcado por governos ditatoriais que governou de forma severa e brutal, neste período toda sociedade brasileira era repreendida politicamente.Cabe salientar que o governo militar promoveu uma distribuição de terras na Amazônia, estimulando a criação das chamadas agrovilas produtivas e a mecanização do

setor agrícola. Assim somente o grande produtor adquiriu as terras em virtude de uma grande escala de produção. De acordo com Barros:

> Na década de 30, Getúlio Vargas deu direitos aos trabalhadores urbanos, mas nem sequer permitiu a legalização dos sindicatos rurais. Surpreende saber que mais de 70% da comida consumida pelo povo brasileiro vem da pequena agricultura familiar e não do agronegócio, que existe preponderamente para a exportação. (BARROS, 2010, p.13).

Desta feita, a partir da citação acima percebe - se que faltou políticas agrárias para o pequeno produtor, que não conseguiu fomento para a aquisição das maquinas e implementos agrícolas equipamentos de irrigação, insumos e sementes.

Nesta perspectiva de discussão, por falta de políticas agrárias neste período muitas pequenas propriedades rurais foram vendidas ou arrendadas, deixando o pequeno produtor sem terra. Cabe salientar, que a mecanização do campo, fez a atividade rural sofrer grandes transformações, como, a dispensa da mão de obra do trabalhador rural, assim, grandes contingentes de trabalhadores deslocaram – se para os centros urbanos.

Gradativamente a população rural brasileira intensificou o deslocamento para os centros urbanos a partir da década de 1960, com crescimento aleatório de várias cidades formou-se grandes espaços marcados por intensos contrastes. A população que chegava às cidades não tinha recursos financeiros e nem qualificação de mão-de-obra para a vida urbana, criando uma segregação social relacionado ao trabalho e espacial relacionado à moradia.

Paralelamente a isso, o setor industrial das cidades também estava reduzindo sua capacidade de contratação de trabalhadores devido à incorporação das novas tecnologias que se utilizava de máquinas no lugar de trabalhadores. Assim, uma parte desse contingente de mão-de-obra foi absorvida pelo setor terciário – comércio e prestação de serviços. Outra parcela dessa população passou a trabalhar no precário mercado informal devido à necessidade de sobrevivência na cidade.

Esta transição demográfica do meio rural para o urbano, juntamente com outros fatores determinantes, bem como, a globalização, expansão do capitalismo e a superpopulação, faz surgir alguns fenômenos sociais em meio à população brasileira, os quais são: A precarização e redução do salário do trabalhador, a proliferação das atividades informais sem vinculo a qualquer seguridade social e aposentadoria, bolsões de pobreza e declínio da fecundidade e da mortalidade.

Em 1988 o Estado reformula a Constituição Brasileira, na tentativa de proporciona uma vida digna a população e acabar com asdesigualdades sociais existentes desde os primórdios da colonização. Assim, são estabelecidos direitos e deveres ao cidadão brasileiro.

A Constituição Federal Brasileira relata que todos devem ser tratados de forma igualitária, pois constitui "objetivo fundamental da nossa República Federativa construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação[1]".

Além disso, "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".

Contudo, a desigualdade social ainda continua, não é toda população que usufrui de tais direitos, ou até mesmo não sabem que são cidadãos portadores de direitos. Assim, a população se divide em classes sociais, entre ricos, pobres e indigentes.

Esta divisão de classes sociais que permeia a população brasileira é reflexo de uma sociedade desigual, onde as ações e políticas sociais são ineficientes. Elaborar Leis e programas não é suficiente, é necessário investimentos dos nossos governantes para aplicabilidade, levando em consideração que há regiões que necessitam de maior proteção social. Desta forma, no meio urbano também é cenário de desigualdade, os movimentos populares urbanos estão relacionados à busca por melhores condições de vida, ao respeito a partir da sua cultura, raça, etnia e gênero, ao acesso a direitos sociais básicos, são movimentos em busca de cidadania[2].

A partir da reflexão proposta acima percebemos que o espaço geográfico urbano contemporâneo está repleto de desigualdades sociais vividas por vários grupos que lutam por um espaço na sociedade. Entre tantos grupos que merecem reconhecimento e abordagem pelas ciências humanas e sociais estão os adolescentes. Dentre as ciências que se ocupam do debate está a Geografia, ciência que procura desvendar e explicar as diversidades existentes

1 Art. 3º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

2 Para o conceito de cidadania, nos baseamos nos estudos de GOHN, Maria da Glória. Historia dos Movimentos e Lutas Sociais. A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo, Edições Loyola, 1995. Cumpre relembrar ainda que as categorias da liberdade e de igualdade sempre foram centrais nas duas dimensões da cidadania, quer individual quer coletiva, isto porque a luta pela aquisição ou extensão de direitos: sociais, econômicas, politicas e culturais, sempre esteve associada à lutas pela igualdade e pela liberdade (pg.196).

na sociedade urbana e rural. Entre os assuntos abordados pela Geografia está a subversão à ordem, criada e imposta pela sociedade aos adolescentes.

2 Desafios vivenciados pelos adolescentes na contemporaneidade

O espaço geográfico urbano contemporâneo é produto da história, das lutas sociais, das relações de trabalho e de políticas públicas que são estabelecidas no tempo e no espaço, produzindo desse modo, processos como: a marginalização, a segregação de determinados grupos na sociedade. Esses processos resultam nas relações espaciais desiguais e conflituosas de poder e opressão entre os grupos. Neste contexto, as estruturas espaciais se organizam a partir das relações sociais, econômicas, políticas e culturais ao longo do processo histórico. A esse respeito, deve-se considerar que:

> [...] o espaço geográfico é a herança da história das sociedades humanas, formadas por homens e mulheres, de sua economia e de sua cultura, portanto qualquer espaço geográfico construído em alguma parte da superfície tem historicidade. (COSTA, 2011, p.82).

Corrobora-se com a autora no sentido de que o espaço é reflexo da história e de heranças passadas de homens e mulheres, atores responsáveis pelas diferentes paisagens e formas de uso do espaço. Desvendar os diferentes usos do espaço e suas paisagens é perceber as desigualdades que segregam e marginalizam alguns grupos em determinados espaços urbanos e rurais. Nesta perspectiva, alguns espaços urbanos apresentam altos índices de violência diante do crescimento acelerado, da falta de planejamento e infraestrutura social, acarretando a proliferação dos bolsões de pobreza. Tais fatores contribuem para que a população torne-se vulnerável ao desenvolvimento de atitudes violentas, disseminando a criminalidade que subvertem as Leis impostas pelo Estado. Conforme Santos:

> O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz–se ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. (SANTOS, 1979, p.18)

Desse modo, o espaço urbano se reproduz segundo as necessidades sociais, econômicas e políticas do ser humano ao longo do processo de produção, reproduzindo relações espaciais desiguais, que se reflete em contrastes e disparidades. Neste sentido, encontramos no espaço urbano lugares desiguais segundo a atuação dos atores planejadores

do espaço como: o capital, os promotores imobiliários, e o Estado. De acordo com a atuação dos atores mencionados anteriormente encontra-se locais que se discrepam em termos de infraestrutura como alguns serviços sociais básicos e essenciais, como segurança, saúde, educação e lazer.

Segundo Santana apud Santos (1979) "o sistema econômico é o principal fator de segregação e discriminação social, que traz constrangimentos, que se opõe a uma plena realização do indivíduo e sua inserção social" (SANTANA, 2013, p.6007). Nesta concepção, o fator econômico influencia nas inter-relações dos indivíduos e na produção de determinados espaços, reafirmando a divisão de classes sociais que engendram processos de inclusão e exclusão, que são vividos e percebidos por determinados grupos sociais locais. Sob a luz dos pensamentos de Paula (2010) deve-se compreender o lugar como sendo por excelência lugar de vivencia, um lugar que é concebido pelo ser, que tem caráter social, histórico e particular.

Tais particularidades estão presentes no espaço urbano. Um espaço que se encontra à mercê da violência, exclusão e descriminação, frutos da inoperância do Estado com suas políticas públicas. Lugares que estão longe de serem ideais para a reprodução da vida. A partir do exposto, assevera-se que as contradições presentes no espaço urbano têm suscitado abordagem pelas ciências, dentre elas a Geografia. Entre os grupos que suscitam pesquisas estão os adolescentes. Nessa perspectiva propomos uma reflexão sobre os adolescentes na contemporaneidade demonstrando seus cenários de inclusão e exclusão em meio à sociedade capitalista.

Contudo, falar de exclusão na perspectiva de compreensão dos desafios vivenciados pelos adolescentes destes espaços urbanos periféricos, também se faz necessário analisar os:

> [...] factores de la esfera económica, sino también a otrosfactores como sonlaprecariedad laboral, ela cceso a laeducación formal, la falta de vivendas dignas, laprecariedad em lãs condiciones de salud, la ruptura de lazossociales, entre otros. Todos estosfactoressonel resultado de acontecimientospropriciados por las desigualdades y medidas estructuralesdel sistema econômico y social (CORONEL, 2011, p. 194).

Neste contexto, os fatores culturais, sociais e econômicos influenciam nas relações dos adolescentes em meio à sociedade, direcionando comportamentos e a construção de identidades. De modo corriqueiro, salienta-se que a adolescência pode ser caracterizada por uma fase de descobertas e de construções da identidade, sendo a passagem da infância à idade adulta marcada por transformações físicas, psicológicas e sexuais. De acordo com León:

> A adolescência, assim, é compreendida primordialmente a partir de causas sociais externas ao sujeito que a vivencia. A teoria de Piaget toma como base as mudanças observadas no pensamento durante a adolescência, quando o sujeito tende à elaboração de planos de vida e as transformações efetivas e sociais unidas a mudanças no pensamento (LEÓN, 2009, p. 51).

Além das vivencias no seu cotidiano, os adolescentes recebem influência dos meios de comunicação como as redes sociais, influenciando na construção do singular. O espaço cibernético passa a ser uma forma de troca de vivências, confidências e relacionamento promovendo intensificação dos laços sociais entre os adolescentes. Do mesmo modo, vêm influenciando no modo de vestir, lazer e desejo de consumir. Entretanto, não se pode deixar de ponderar que nem todos adolescentes tem acesso ao mundo tecnológico, não usufruem, desse modo, das mesmas oportunidades. São considerados excluídos do processo, "os fora de moda". Nesta perspectiva, estar "fora da moda" é:

> [...] para a mulher e para o homem, através de vários tempos sociais, uma situação herética semelhante à da pessoa desgarrada de atitudes e de comportamentos predominantes ou representativos de pensares e sentires consagrados como ortodoxos em ética, religião, política, economia e noutros setores caracteristicamente socioculturais (FREYRE, 1997, p.19).

Assim, percebe-se a complexidade dos processos que envolvem os adolescentes, cenários de inclusão e exclusão em meio à sociedade contemporânea. Indubitavelmente, esta exclusão social causa violência, conflitos e desafios, bem como, a falta de reconhecimento das plurais identidades entre os adolescentes que se apresentam no espaço, sejam sexuais, culturais e de gênero. Neste sentido:

> É comum também observar a combinação de categorias identitárias, não somente de gênero, mas de classe social, territorialidade e, em muitos casos, raça/etnicidade e orientação sexual, o que implicaria perfilhações juvenis diferenciadas em relação a sexualidades. Isso alerta quer contra generalizações sobre formas de ser e pensar a/ da juventude [...] (CASTRO et al 2009, p. 77 *apud* HEILBORN 199).

A partir do exposto não podemos generalizar e nem padronizar as formas de pensar e agir dos adolescentes, pois esta generalização poderá produzir diversos tipos de violência em particular contra adolescentes que subvertem as regras impostas pela sociedade e pela instituição família. São regras que padronizam o comportamento sexual do ser humano e organizam papéis na sociedade a partir do seu sexo biológico. Conforme Silva, "as normas são diferentes das ações, pois, ao experienciar as normas de gênero, as pessoas não apenas as

reproduzem como as transformam, escapando do padrão idealizado de masculinidade e/ou feminilidade." (SILVA, 2009, p.41).

Neste contexto, não existem padrões hegemônicos de feminilidade ou de masculinidade, como é desejado pela instituição família e ideologicamente[3]colocado pela sociedade civil. Esta idealização "[...] transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana [...]" (HELBORN, 2004, p. 30) causando opressão a determinadas identidades de gênero.

Desse modo, vão existir meninas que apresentaram masculinidades em suas ações cotidianas e não deixarem de serem mulheres, da mesma forma os meninos pode apresentar feminilidades em seus atos e não deixarem de serem homens, sendo possível ocorrer do adolescente se identificar com um gênero e apresentar outro sexo biológico. Segundo Silva os adolescentes "afloram seus conflitos entre identificação de gênero e o corpo biológico" (2009, p.143). Neste sentido, passa a ser um desafio individual para os adolescentes que subvertem os padrões conservadores impostos pela família e as representações colocadas pela sociedade, pois,

> Os transgressores da norma geral estabelecida são fadados a severas punições, construídas pelas táticas eficazes e sutis da interdição. Do ponto de vista objetivo e legal, a sociedade brasileira não pode mais perpetrar a punição física pela "ordem" do Estado. Mas as penalidades são praticadas, e elas respondem por inúmeras mortes de pessoas consideradas "anormais" (SILVA, 2009, p. 142).

Todavia, a falta de compreensão e aceitação das plurais identidades que se apresentam no espaço entre os adolescentes é preocupante diante das atrocidades cometidas contra pessoas consideradas "anormais". Outro fato preocupante é a falta de dialogo entre os pais e filhos sobre sexo e sexualidade. Nota- se que nesta sociedade contemporânea a primeira relação sexual entre os adolescentes vem ocorrendo a cada dia mais cedo e lhes faltam orientação.

Esta falta de dialogo sobre sexo e sexualidade com os adolescentes os deixam vulneráveis a vários tipos de doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez indesejada e a violência sexual. Dialogar a respeito de sexo e sexualidade é compartilhar de experiências, é

3ARANHA apud CHAUI: "A ideologia é um conjunto lógico, sistêmico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem os membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar. O que devem sentir e como devem sentir. O que devem fazer e como devem fazer". (1999, p.37)

desconstruir alguns conceitos e preconceitos que são estigmatizados politicamente que discriminam e oprimem determinados gêneros. De acordo com Foucault:

> Seria legítimo, certamente, perguntar por que, durante tanto tempo, associo – se o sexo ao pecado – e, ainda, seria preciso ver de que maneira se fez essa associação e evitar dizer de forma global e precipitada que o sexo era "condenado" – mas seria, também, preciso perguntar por que hoje em dia nos culpamos tanto por ter outrora feito dele o pecado? (FOUCAULT, 1988, p.15).

Conforme o autor associa – se o sexo ao pecado, como – se fosse algo imoral, desonroso. Estas associações vêm sendo disseminadas ao longo dos tempos de geração para geração, permeando a sociedade contemporânea, como forma de manipular a sexualidade dos indivíduos na sociedade e silenciar algumas identidades de gênero. Esta perversidade de associar o sexo à imoralidade vem sendo transmitida aos adolescentes, trazendo frustrações para alguns, sentimento de culpa e sofrimento por exercer sua sexualidade.

Neste contexto, independente da família impor limites ou não sobre a iniciação sexual de seus filhos, o que entra em discussão são estas associações em relação ao sexo e a sexualidade, que vem causando conflitos, dúvidas entre os adolescentes. A família deixa de falar sobre sexo com os adolescentes como se eles não fossem portadores de desejos, fantasias e curiosidades, ou quando falam, reproduzem de fato estas representações, padrões que não reconhecem e nem respeitam as plurais identidades de gênero existentes no espaço.

Por fim, são vários os conflitos e desafios vivenciados pelos adolescentes na contemporaneidade, em particular aos que subvertem as regras impostas pela família e sociedade civil. Portanto esta reflexão contribui para a desconstrução de alguns padrões e conceitos históricos que sustentam a descriminação e a violência sofrida pelos adolescentes no espaço geográfico brasileiro.

Referências

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. (ECA). Lei nº 8.069/90.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à Filosofia. 2 ed. Revisão atual. São Paulo: Moderna, 1999.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. BUSSON, Shayana. Gênero, Juventude e Sexualidade: Representações e a Produção Política – Cultural**. Juventude e Contemporaneidade Desafios e Perspectivas.** Org. Maria Tereza Guimarães, Sônia M. Gomes Souza. SEDH-PR, CONANDA, CECOM: Cânone Editorial, 2009.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitscheck de Oliveira.** Record, Rio de Janeiro, 2002.

COSTA, Carmem Lúcia. A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 2, n.2, p.76-84, ago. dez. 2011.

CORONEL, Liliana. La maternidad adolescente: un caso de exclusiónsocioterritorial em lomas de zamora. **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas.** Org. Maria Joseli Silva, Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior. Ponta Grossa, PR: Toda palavra, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Modos de homem e modas de mulher.** 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004

LEÓN, Oscar Dávila. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. **Juventude e Contemporaneidade:** desafios e perspectivas. Org. Maria Tereza Guimarães, Sônia M. Gomes Souza. SEDH- PR, CONANDA, CECOM: Cânone Editorial, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma critica. São Paulo: Annablume, 2009.

PAULA, Marise Vicente de. **Sob o Manto Azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de Gênero na congada de Catalão (GO).** Tese de Doutorado, ano de obtenção 2010, IESA/UFG, Goiânia.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTANA, Maria Aparecida Guimarães Silva. STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. Complexidades do Espaço do Crack. In: **X ENANPEGE**. (Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Geografia). 2013. Anais, p.6005-6012.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2009.

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. **Dos deslocamentos de população do Brasil do século XVI à Expressão Espacial da Miséria da População Rural e Urbana Brasileira no limiar do Terceiro Milênio**, In: XI SIMPURB, 2009, BRASILIA DF, ANAIS DO SIMPURB, BRÁSILIA DF: Ed. SIMPURB, 2009, v.1.p. 03, 10,17.

A FEMINIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL ABRAHÃO ANDRÉ EM CATALÃO – GOIÁS

Suzana Alves Vale
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão

Carmem Lúcia Costa
Universidade Federal de Goiás - *Campus* Catalão

Resumo: O presente trabalho resultada da participação no grupo de pesquisa Dialogus (Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho), no projeto de pesquisa: A feminização e a precarização do trabalho docente em Goiás - com financiamento do CNPq- como bolsista PIBIC, e da pesquisa para meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Analisamos a feminização no trabalho docente, que, em Goiás, segundo dados da Secretária Estadual de Educação de Goiás (Seduc) supera os 80%. Através da pesquisa empírica realizada no Colégio Estadual Abrahão André, por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas com professoras, procuramos compreender: como a intensificação e ampliação do raio de atuação das docentes afetam sua vida profissional e pessoal; de que forma as políticas de cunho neoliberais impostas pelo governo goiano tem influenciado o ambiente escolar e a função docente. Buscamos subsídios em autoras(es) como Chamon (2005), Santos (2009), Louro (2003), Oliveira (2004), Nogueira (2004), Sampaio e Marin (2004) dentre outras(os). Realizamos levantamento de dados sobre o trabalho docente feminino, junto ao MEC, à Seduc e ao Sindicato dos trabalhadores da educação em Goiás (Sintego), bem como dados sobre esta realidade no Brasil. Observamos 85% de feminização em Catalão considerando Ensino Fundamental e Médio, nas séries iniciais esse percentual aumenta. A política do atual governo para a educação no Estado vem intensificar ainda mais a precarização já em processo. Os principais problemas relatados pelas docentes e demais trabalhadoras/es da educação são: cortes de gratificações obtidas em qualificações, o sucateamento do sistema de saúde do servidor, precárias condições de trabalho, e a falta de estímulo para a qualificação. Além destes diversos são os desafios, a soma de tudo isto à responsabilidade com o lar precariza a vida cotidiana destas mulheres, pois o mundo do trabalho, a despeito da inserção da mulher, continua masculino e pouco adaptado às necessidades femininas.

Palavras-chave: Educação. Feminização. Precarização.

Introdução

Percebemos a predominância feminina na atuação docente, e a precarização das condições de trabalho desta categoria ao nos atentarmos à realidade atual. Precarização esta que não se restringe ao ambiente de trabalho, mas alcança a vida cotidiana das professoras. Essas mulheres além de enfrentarem os desafios de sua profissão, no lar precisam realizar os trabalhos domésticos e o cuidado com a família acumulando duas ou mais jornadas de trabalho. Pois, a mulher mesmo estando inserida no mercado de trabalho de modo geral continua com a responsabilidade dos afazeres domésticos.

A feminização do magistério carece ser compreendida em suas especificidades, a presença majoritária da mulher se dá nas séries iniciais. Segundo dados do Educacenso de 2011 para o país, a predominância feminina vai se alterando ao aproximar do ensino médio.

Vejamos este fato por níveis de ensino: Educação Infantil 97,1%; séries iniciais do Ensino Fundamental 90,4%; séries finais do Ensino Fundamental 72%; Ensino Médio 62,4 (fonte: MEC/Inep/Deep). Percebemos então que a feminização do magistério se estabelece nas séries iniciais, onde o salário é menor e a carga de trabalho e responsabilidades assumidas são maiores.

A precarização crescente se expressa através da defasagem do salário; por um grande numero de trabalhadores temporários; aumento da carga horária; perda de direitos adquiridos; más condições de trabalho; assedio moral; dentre outros. Esta situação é agravada pela falta de uma boa formação inicial; por não ser facilitada a formação continuada e por haver mudanças abruptas da legislação trabalhista. Corrobora conosco as autoras Sampaio e Marin (2004), ao analisarem os efeitos da precarização do trabalho docente sobre o currículo:

> Consideramos que problemas ligados à precarização do trabalho escolar não são recentes no país, mas constantes e crescentes, e cercam as condições de formação e de trabalho dos professores, as condições materiais de sustentação do atendimento escolar e da organização do ensino, a definição de rumos e de abrangência do ensino secundário e outras dimensões da escolarização, processo esse sempre precário, na dependência das priorizações em torno das políticas públicas (SAMPAIO; MARIN, 2004, p. 1204).

Temos observado uma desconstrução da profissão docente no Brasil há anos, através da carência de políticas públicas que, principalmente, valorizem a carreira docente, a formação inicial e continuada, melhoria dos espaços escolares, entre outros. Desta forma, nos chama a atenção a feminização e sua estreita ligação com a precarização do trabalho docente.

Neste texto temos por intuito analisar as condições em que se realizam a precarização e a feminização do trabalho docente em Goiás e, mais especificamente em Catalão. A pesquisa empírica foi realizada nas escolas estaduais da cidade, no entanto nos concentraremos no contexto do Colégio Estadual Abrahão André este recorte se deve aos limites de um trabalho final de curso. O trabalho docente que discutiremos se desenvolve nos níveis de ensino Fundamental e Médio da rede pública, que são as fases sob a responsabilidade do governo estadual. Avaliamos como a precarização das relações de trabalho alcança a vivência cotidiana das docentes e para tal pesquisamos não apenas o espaço produtivo[1], mas também o reprodutivo.

[1] Neste texto optamos por usar a expressão produtivo em seu sentido mais genérico, com a conotação de trabalho assalariado na sociedade capitalista, e não no sentido mais restrito de trabalho que produz mais-valia segundo Marx.

A respeito do trabalho docente podemos destacar as seguintes autoras: Chamon (2005), Santos (2009), Louro (2003), Oliveira (2004), Nogueira (2004), Sampaio e Marin (2004) dentre outras/os que demonstram que o número de trabalhadoras na educação cresce a cada ano em relação direta com o desprestígio da carreira. Já pesquisadoras/es que discutem a categoria trabalho podemos listar: Antunes (1999), Nogueira (2004), Pinto (2007), Harvey (2012) dentre outras/os que analisam as transformações ocorridas no mundo produtivo.

Em nossas incursões pelas escolas de Catalão pudemos observar que a realidade de feminização e precarização não se difere muito do restante do país e do estado de Goiás, guardada suas especificidades. Os dados coletados apontam 85% de feminização considerando Ensino Fundamental e Médio, sendo que nas séries iniciais esse percentual aumenta. Em duas escolas que oferecem apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental 100% dos cargos são ocupados por mulheres, incluindo-se todas as servidoras.

A realidade do sistema público da educação goiana se mostra como um exemplo elucidativo da alarmante situação que este se encontra no país. A política do atual governo para a educação no estado vem intensificar ainda mais a precarização já em processo. A soma de todos os desafios à responsabilidade pelo lar, cuidado com a família, a realização dos trabalhos domésticos precariza a vida cotidiana das professoras, pois o mundo do trabalho, a despeito da inserção da mulher, continua masculino e pouco adaptado às necessidades femininas.

A feminização e a precarização do trabalho docente

Buscamos entender o processo conjunto de feminização e precarização do trabalho docente, em sua constituição sócio histórica, a partir da inserção da mulher no mundo do trabalho capitalista moderno como se configura atualmente. A intenção da retomada histórica é de entender como se constitui o processo para melhor interpretar os eventos contemporâneos.

A mulher ao ser inserida na docência se vê incumbida da nobre missão civilizadora "condutoras da moral da ordem e dos costumes estabelecidos pelos interesses capitalistas" Chamon (2005). Normalmente as profissões tidas como femininas estão relacionadas ao cuidado, ao zelo, a afetividade. De modo geral vincula-se seu desempenho profissional a papéis que normalmente exerceria no lar, como se fosse o trabalho remunerado um prolongamento do trabalho doméstico e, por conseguinte desvalorizado.

Faz-se necessário ampliarmos o conceito de trabalho considerando também o trabalho reprodutivo. Discutir a condição da mulher e excluir o trabalho doméstico constitui uma forma de simplificar a realidade cotidiana por ela vivida. Desta maneira precisamos focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, a família. Nogueira (2010) nos auxilia nesta reflexão ao ponderar,

> [...] a intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de 'trabalhadores/as' para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível ao capital (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Os afazeres domésticos não remunerados realizados pelas mulheres servem como fundamento para a redução de custos da reprodução da força de trabalho, o que faz com que os salários mantenham-se mais baixos. Em se tratando da docente há um agravante em sua situação além da intensa carga de trabalho na escola, ela sempre leva trabalho para casa, este sendo cumprido fora de sua carga horária não é remunerado.

Entendemos por feminização docente a expansão de mão-de-obra nos empregos na educação. A inclusão da mulher no magistério inicia-se quando o homem começa a perder o interesse pela profissão, já não mais prestigiada com anteriormente. Chamon (2005) coloca como baliza do início histórico da feminização do magistério a "segunda metade do século XIX, na maioria dos países ocidentais". No Brasil isso acontece com o advento da Primeira República (1889), na visão da época como parte de um movimento de transição do arcaísmo do Império e à modernidade da República.

Desde o Brasil colonial há diferenças entre a atuação masculina e feminina nas esferas social, econômica, política e educacional. Estas desigualdades devem-se as relações de gênero desenvolvidas social e culturalmente, e utilizadas pela elite para legitimar normas e padrões culturais para o controle social. Desta forma, "a desigualdade de direitos entre senhores e escravos, homens e mulheres não tem outra causa senão a lei do mais forte" Chamon (2005, p. 24). Esse processo está intimamente interligado às relações de gênero de uma sociedade patriarcal e à estratégia de acumulação e reprodução capitalista.

Relevante se faz diferenciarmos sexo e gênero, para melhor desenvolvermos nossas reflexões. Sendo assim, o primeiro se refere à diferença biológica, já o segundo, nos remete a construção histórica, cultural e social que fundamenta a distinção entre masculino e

feminino. Ou seja, o que é papel do homem e da mulher de acordo com natureza específica de seu sexo biológico. Desta maneira a diferença é tida como desigualdade, as relações tornam-se hierarquizadas e a mulher subordinada, como se o comportamento e aptidões estivessem condicionados ao sexo. Scott (1994) assim conceitua:

> [...] gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens mulheres, mas sim gênero é saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. (SCOTT, 1994, p. 13).

Precisamos enfatizar que a precarização docente antecede à feminização, a profissão era abandonada pelos homens justamente porque já não apresentava o prestigio e compensações anteriores, e outros postos de trabalho tornavam-se atrativos a eles na indústria e no comercio. O Estado por um lado afastou os homens ao não oferecer boas condições de trabalho e salário, e por outro convocou as mulheres a partir de políticas públicas. Assim a feminização do magistério teve inicio quando o Estado assume a educação formal. A escola é pensada para responder as necessidades e interesses da elite dominante, no sentido de legitimar e naturalizar culturalmente o estilo de vida urbana. O Estado passa a organizar a educação e a definir seus rumos.

No período de 1889 a 1930 devido ao crescimento econômico ocorreram mudanças políticas, sociais, educacionais e nas relações de trabalho. Os republicanos defendiam a educação leiga e gratuita assumida pelo Estado a fim de moldar os cidadãos e controlar aspirações de classe.

Já na década de 1960 segundo Oliveira (2004, p.129) "[...] assiste-se, no Brasil, à tentativa de adequação da Educação às exigências do padrão de acumulação fordista e ás ambições do ideário nacional-desenvolvimentista [...]". O argumento usado é de que ampliando o acesso a escola se reduziria a desigualdade social. No entanto, essa democratização da escolarização nem sempre foi acompanhada por uma educação de qualidade.

As autoras/es por nós estudadas/os são unanimes em destacar as décadas de 1980 e 1990 com sendo o momento em que a precarização do trabalho pedagógico se intensifica, relacionam este fenômeno à reestruturação produtiva e a globalização da economia. Nesta época torna-se expressivas e decisivas para a educação no Brasil e em outros países a interferência de organismos internacionais de financiamento. O Fundo Monetário

Internacional (FMI), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e outros, vem interferindo fortemente nos rumos da escolarização e na formação de seus profissionais.

Nas últimas décadas do século XX inicia-se a reestruturação produtiva do sistema capitalista. O modelo taylorismo/fordismo[2] já não conseguia mais atender adequadamente as demandas da acumulação capitalista. Deste fato, surge a necessidade de buscar alternativas para superar esta crise. Neste momento acontecem várias transformações no sistema de produção que dão origem ao período de acumulação flexível e a implantação do neoliberalismo. Em decorrência de todo esse processo mudanças profundas marcam divisão do trabalho no mundo.

A globalização do capital e a nova divisão internacional do trabalho precariza o trabalho principalmente nos países economicamente menos desenvolvidos. Segundo Nogueira (2004) este contexto influencia mudanças no mundo do trabalho e afeta de maneira diversa emprego masculino e feminino. Enquanto o trabalho masculino entra em recessão, o trabalho feminino aumenta. Porém, "paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaço formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (NOGUEIRA, 2004, p. I)".

Inserido a este contexto está reestruturação do trabalho docente no Brasil, ligada às reformas educacionais ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso, diante das exigências capitalistas. A educação deveria responder as demandas do setor produtivo; as concepções educacionais deveriam ser embasadas por princípios de equidade social, e não de igualdade; "a educação dirigida à formação para o trabalho e a educação orientada à gestão ou disciplina da pobreza (OLIVEIRA, 2004, p.1133)".

Políticas públicas e sociais como a educação passam a ser vistas como serviços sociais e, desta forma, a educação, entendida como um serviço social pôde ser terceirizada ou privatizada. É vista como mercadoria, um bem de consumo e não um direito do cidadão. É nesta lógica perversa que estudantes e professores são vistos como capital humano. O docente é visto apenas como mais um recurso.

[2]Este sistema de organização do trabalho se fundamentava na especialização das atividades e funções do operário. Tinha por finalidade controlar o ritmo do trabalho e sua intensificação. Propunha a padronização dos produtos e produção em larga escala, de forma que os custos de produção fossem compensados pelo alto consumo. O nível de simplificação fazia com que o trabalhador, de certo modo, torne-se "apêndice da máquina" (PINTO, 2007).

Processa-se então a reestruturação do trabalho docente. Com a intensificação do trabalho e a ampliação de suas atribuições estas/es trabalhadoras/es sofrem com o desgaste e a insatisfação profissional. Ao se verem obrigadas/os a atuarem em funções para as quais não foram formadas/os. Neste contexto complexo o ato ensinar é resignificado, e as professoras/es perdem sua identidade profissional. A este fenômeno Oliveira (2004) chama de "desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante" (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

O trabalho docente não se restringe apenas a atuação em sala de aula. Agora inclui a administração da escola, no sentido de que estes profissionais se dedicam ao planejamento, elaboração de projetos, discussão do currículo e da avaliação. Amplia-se o âmbito de atuação e responsabilidade. Segundo Oliveira (2004),

> Essa nova regulação repercute diretamente, na composição, estrutura e gestão das redes públicas de ensino. Trazem medidas que alteram a configuração das redes nos seus aspectos físicos e organizacionais e que têm se assentado nos conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico (OLIVEIRA, p. 1130).

Desta maneira a escola passa a ser gerida como uma empresa, que precisa adequar-se a nova realidade do mercado mundial. Para esta mesma autora, o poder hegemônico se vale do fato de que a precarização do trabalho proporciona o desenvolvimento econômico sem o aumento do número de empregos. Entra em cena neste período, também, a terceirização de algumas funções nas escolas públicas, como nas áreas de limpeza, de alimentação e, até mesmo com o aumento dos contratos temporários de docentes como uma regra e por longos períodos.

Com base nos dados coletados nas escolas de Catalão referentes ao vinculo empregatício observamos que cada unidade possui em média 2,35 trabalhadoras/es contratados temporariamente e, que em sua maioria 72,2% são mulheres. Os cargos ocupados são majoritariamente na docência, na vigilância e merenda. Com remuneração de um a no máximo dois salários mínimos, e com direitos dilapidados mostrando a face da feminização e precarização do trabalho docente no Estado de Goiás.

O empobrecimento, a desvalorização político-econômica da/o docente no Brasil é algo alarmante, em se tratando da7ª maior economia do mundo, 75ª posição no *ranking* do *PIB per capita*, ao se tratar de dados que mensuram a qualidade da educação o Brasil está no 88º posto (MODÉ, 2012). Análise destes dados nos aponta que a educação não é prioridade

no país. Temos clareza que a valorização das/os docentes não se restringe ao nível salarial, no entanto não podemos fugir desta discussão, pois é uma questão antes política que econômica. É inaceitável que profissionais docentes recebam no Brasil salários menores que profissionais de outras categorias com a mesma titularidade.

A situação de Goiás e, por conseguinte, de Catalão é um exemplo elucidativo. O sucateamento da rede estadual se expressa por: prédios em péssimo estado; más condições de trabalho; salários defasados; falta de estímulo para a qualificação; a deterioração do sistema de saúde do servidor público; supressão de direitos trabalhistas, dentre outras medidas autoritárias impostas pelo governo Marconi Perillo, juntamente com o secretário da educação Thiago Peixoto, que é economista e sem experiência na educação.

O projeto do estado de Goiás para a Educação, implantado no final de 2011, conhecido como – Pacto pela Educação – tem alguns programas como o bônus, uma premiação em dinheiro para o/a professor/a que não tiverem faltas durante o ano letivo; e também, uma premiação em dinheiro e computadores para as/os alunas/os que se destacarem com as melhores notas durante o ano. A política também estabeleceu um novo plano de carreira onde as gratificações foram reelaboradas, sendo que as gratificações referentes à qualificação em nível de especialização foram incorporadas ao salário base. Sobre esta questão o professor entrevistado, militante do sindicato dos trabalhadores da educação avalia que:

> [...] O governo liberou um pacote para a educação chamado Pacto pela Educação. E aí que pacto é esse? Porque a gente entende que pacto são ambas as partes, sociedade civil e governo organizado que senta e discute esse pacto para ver se é bom. Mas o governo não, ele comprou este pacote pronto e queria implantar isso goela abaixo aqui em Goiás.
> No plano de carreira do professor em 2012 ele (o governo) mudou na progressão vertical, nós temos: professor p1 que seria nível um, que teria apenas magistério, professor p2 que tem a antiga licenciatura curta, que hoje já não existe; professor p3 que é a licenciatura plena; depois para passar a p4 teria um curso de especialização alcançando até 30% de titularidade; para mestrado 40% e doutorado 50%, era deste jeito, o governo retirou isto. Com a questão do piso nacional instituído no governo Lula [...] Piso nacional é piso mais carreira, o que governo fez? Acabou com a carreira para implantar o piso. Vou dar exemplo para ficar claro: eu professor p4 se eu ganho 2000 reais tá abaixo do piso. Então eu tenho 30% de 2000, 600 reais não é mesmo? Então o salário era: vencimento 2000 reais, mais 30% das titularidades 2600. O que ele fez, pegou os 600 da titularidade e incorporou no vencimento e ficou pagando o piso. Aí teve o movimento de greve [...] (Professor Paulo)[3]

[3] Os nomes das entrevistadas e do entrevistado são fictícios neste artigo.

Diante da situação surgiu o movimento grevista que se estendeu por 51 dias em todo o estado e paralisando quase cem por cento da categoria, que lutava por reposição salarial, melhores condições de trabalho, mais investimentos em escolas e mais incentivos para a carreira, como a qualificação.

A greve foi encerrada no dia 27 de março de 2012 com um acordo entre governo e Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (Sintego), acordo este que não garantiu maiores conquistas para a categoria, a não ser a promessa de negociações sobre um novo plano de carreira, que até o momento não aconteceu. Além de todos os desafios enfrentados educadores e educadoras precisam organizar-se e lutar por seus direitos e pelo direito de todos à educação de qualidade. O desgaste e desmotivação podem ser ilustrados pelo depoimento de uma das professoras entrevistadas no No Colégio Abrahão André:

> O estímulo que nós tivemos esse ano, (2012) o Estado de Goiás, ele retirou nossa titularidade, e que a minha foi com pós-graduação. Eu fiz pós-graduação para mim ter os 30%, então foi retirado. Quer dizer estímulo nenhum, me deixou lá embaixo, me igualou que nem um que está entrando, eu ganho a mesma coisa de um professor que está entrando agora. A diferença é que eu tenho prêmio. (Profa. Lúcia).

Várias são as dificuldades enfrentadas, grande número de professoras/es são obrigados a complementar a carga horária com disciplinas para as quais não foram formadas/os. As mulheres nesta situação também são maioria, uma vez que são maioria no serviço público de educação no estado de Goiás. Em Catalão não é diferente as professoras que atuam fora da área formação é de 82%, enquanto os homens nesta situação são de 18%. Ouvimos o seguinte relato:

> [...] eu trabalho Ciências e Matemática, assim já fiz curso, mas assim curso rápido, curso superior só fiz Geografia. Assim, já fiz curso de Matemática e Ciências, se não me engano 120, 180 horas dos outros cursos.
> É no caso Ciências sim. Mais no geral a escola tem um problema nesta área. Assim, a parte de Ciências do 9º ano envolve cálculos, então mesmo o professor que é biólogo, que normalmente eles dão estas aulas para biólogos, eles não gostam das aulas de 9º ano. Aqui na escola, por exemplo, tem professor formado na área, mas que não gosta, porque tem cálculo. Como eu já trabalhei com Matemática, uns 16 anos que venho trabalhando, então aparte de cálculo é mais fácil, então, você liga com Ciências, Física, Química e tenta dar uma boa aula. (Profa. Caroline).

No segundo trecho a professora explica que leciona ciência para complementar sua carga horária e porque em ciências. É comum encontrarmos professoras/es atuando fora de sua área de formação para complementar sua carga horária. Professoras e representantes do

sindicato nos relataram que esta prática é antiga e que os docentes acabam por aceitar tal situação para não perderem as aulas em escolas próximas a sua casa ou onde já trabalham há algum tempo. No entanto, sabemos que a Seduc afirma que esta não é uma prática nas escolas estaduais. Temos a clareza de que tal situação precariza ainda mais não apenas o trabalho docente como também a vida cotidiana, uma vez que o tempo de preparação para tais disciplinas é ainda maior.

O resultado são aulas ministradas sem a qualidade necessária para uma boa formação, e a sobrecarga de trabalho para a/o docente que "aceita" tal situação. Muitas vezes, não há onde recorrer em busca dos direitos dos docentes e quando o fazem sofrem perseguições, são removidas/os da escola, entre outras práticas.

Os baixos salários desestimulam e obrigam a uma carga maior de trabalho em outras escolas, o que compromete a vida destas trabalhadoras, a sua saúde e a sua qualificação. Isso pode ser observado no grande número de trabalhadoras/es afastadas/os por motivos de saúde, como depressão, stress e problemas ligados à prática docente como desgaste das cordas vogais, alergias, etc. De acordo com o Sintego do total de pedidos de afastamento, 57% são de mulheres.

Os problemas de saúde colocaram muitos docentes, também, em outras atividades fora das salas de aula, como em bibliotecas, laboratórios, apoio administrativo, entre outros. Esta é uma estratégia para evitar as perdas salariais com a aposentadoria antes do tempo mínimo. O deslocamento muitas vezes também só é conseguido como "favor político", prática bastante comum em escolas estaduais em épocas eleitorais. A saída da sala de aula é muitas vezes o único caminho para alguns graves problemas de saúde enfrentados pelas/os docentes, que em alguns casos precisam de longos tratamentos.

No entanto, no início do mandato do atual governo, todas/os as/os professoras/es que estavam fora de suas funções originais foram remanejadas/os, sendo muitos obrigadas/os a voltar a exercer a docência, mesmo sem condições físicas, de acordo com dados do sindicato da categoria, o Sintego, precarizando ainda mais as condições da educação em Goiás. Uma das professoras entrevistadas nos relatou um história comovente de uma colega, que exemplifica bem o descaso do estado com a saúde destas/es profissionais:

> Uma professora, ela deu tendinite, está com depressão forte. Ela fez uma cirurgia no braço. No dia que ela fez a cirurgia eles concederam a licença para ela, mesmo o estado dela, você olha pra ela você vê que ela está totalmente desequilibrada, eles deram apenas quinze dias de licença, sendo que é direito dela no mínimo um mês, e eles deram apenas quinze dias. Hoje ela está dentro de sala dando aula sentindo dor, e totalmente desestrutura,

> porque ela está com depressão, ela precisa de tratamento, mas o estado em si não concede. Isso vai nos frustrando, deixando a gente desestimulada. (Professora Clarisse).

Uma das maiores perdas, na nossa análise, na política do governo foi a perda da gratificação para os cursos de especialização e substituição da mesma por uma gratificação por cursos de formação continuada, que devem ser realizados todos os anos, mas sem licença ou diminuição da carga horária para a realização dos cursos. O desgaste político com a greve foi muito grande, uma vez que a comunidade não compreende as lutas da classe docente e, sempre em épocas de greves, ficam contra o movimento, colocando as/os docentes na situação de culpados pela situação de precarização e não cobrando do governo melhorias na educação.

Dentre todas as questões por nós observadas durante toda a pesquisa, a respeito do trabalho docente feminino, o que mais de característico e específico nesta atuação é a sobrecarga de trabalho e responsabilidades. A professora acumula funções na escola para as quais não foi formada, além disto, leva muito trabalho para casa, planejamento e correções, coisa que em geral outras trabalhadoras não fazem. Não bastando este fato, se veem responsáveis pelo trabalho doméstico, pela educação dos filhos, cuidado com os idosos e, em alguns casos são chefes de família. De forma que a precarização do trabalho docente alcança e transforma fortemente a vida cotidiana da professora, seja na área profissional ou pessoal. Todos os depoimentos por nós coletados reforçam esta constatação, destacamos alguns sobre a extensão do tempo de trabalho para casa e o tempo de descanso:

> "Vixi!" Muito, muito serviço. Assim, época de corrigir prova, de planejar. Para planejar eu tenho sábado e domingo. Aliás, agora não tem né? Porque o Estado, agora por causa da greve temos que dar aula no sábado. Então no domingo eu tenho que perder, perder não né? Eu tenho que reservar umas seis horas para tá planejando, fora época de prova, época de prova então, tem época que é duas da manhã e você tá lá elaborando. Outra hora você dorme um pouquinho e acorda quatro, cinco horas para continuar trabalhando, porque você não consegue trabalhar até muito tarde. Nossa! Serviço para casa é um trem que a gente tem de sobra.
> No sábado normalmente tem aula em um período, por causa da greve. No domingo metade dele eu tenho que reservar para planejamento. Isso quando é só planejamento, que quando coincide com as provas, aí vara a noite e vai embora. (Professora Caroline).
>
> E muito. Além da minha conta, não estou conseguindo o serviço que eu tenho em casa de escola. Principalmente agora, essa nova maneira de avaliar do Estado.

> Tiro mais para dormir melhor, depois que eu descanso: avaliar e corrigir prova, preencher diário, as coisas da semana a gente vai levando esperando o feriado para poder fazer. (Professora Dulce).
>
> Quase sempre eu levo serviço pra casa. O volume de trabalho é muito grande, sabe? Porque a gente tem plano de aula semanal, tem que corrigir redação de língua portuguesa, tem atividade, tem planejamentos, provas, tem semana de prova e final de semestre, a gente fica com um fluxo muito grande de trabalho para casa.
> [...] nos dias da semana eu tento organizar na parte da noite, no sábado como a gente está fazendo reposição, nos horários que não estou repondo a gente organiza alguma coisa, geralmente na manhã, mas a gente tem a vida da gente, de casa também. Agora descanso mesmo, que eu posso falar para você, que eu fico mais tranquila, é no final da tarde de sábado e domingo de manhã. Porque domingo à tarde eu mecho com planejamento de aula, provas e essas coisas. (Profa. Neide).
>
> Durante o período escolar que estou na escola, eu tenho janelas, eu acúmulo porque tenho quatro janelas na escola. Fora essas janelas, eu uso meu tempo em casa, o tempo que é muito pouco vago a noite ou quando já cheguo para continuar meu trabalho. Então mesmo assim não dá, planejar alguma coisa e corrigir é 10 e 10 meia da noite e isso é contínuo. Sábado, todo sábado. O único dia que eu tiro, mesmo assim eu pego para mim descansar um pouquinho, eu pego pra mim estudar é no domingo. Mas aí quando eu pego para estudar, ler que é muito pouco tempo, professor não tem tempo de ler, você não tira, não tem tempo para ficar pesquisando, então a gente tem pouquinho tempo, é muito pouco no domingo, eu tiro 2 e 3 horas para isso. Sem contar que eu sou mãe e pai de família, que é muito mais difícil. (Profa. Lúcia).

Como pudemos perceber nos depoimentos das docentes o trabalho ultrapassa o espaço escolar e se estende até o lar, isto acontece porque a carga de trabalho é grande e o tempo destinado a ele na escola e pequeno. Visto que a educadora recebe por hora, estas horas trabalhadas em casa não são remuneradas, uma da faceta da flexibilização produtiva que alcança o ensino. A situação ainda se agrava pelo fato de terem que lecionar em mais de uma escola a fim de receberem um salário maior que atenda minimamente suas necessidades materiais. Ao discutir a reestruturação produtiva, precarização e feminização do trabalho docente em Catalão, a pesquisadora Costa (2012), considera:

> Nas escolas [...] a dura rotina das trabalhadoras que trabalham em duas e até três escolas diferentes todos os dias da semana, ministram aulas para grande número de alunos, sem muitos recursos didáticos e ainda lidam com a cobrança permanente pela qualificação, uma das exigências da flexibilização. (COSTA, 2012, p. 153).

Devido aos limites estruturais deste artigo não poderemos aprofundar analise dos diversos desafios enfrentados pelas professoras Goianas, representadas pelas professoras

catalanas especialmente do Colégio Estadual Abrahão André que entrevistamos. No entanto devemos levantar as principais questões por nos analisadas em nossa pesquisa, além do que já tratamos neste texto. As queixas mais frequentes no momento em que fizemos as entrevistas, implementação da política Pacto pela Educação e o retorno da greve, foram as exigências feitas pela Seduc. Além do currículo único imposto, também foi citado:

- A obrigatoriedade em fazer planejamento de todas as aulas por escrito e entregar a coordenação da escola e esta á Secretária de Educação a cada quinze dias;
- A determinação de que o estudante deve ter quatro avaliações com substitutivas para fechar uma nota, o que intensifica o tempo de planejamento, elaboração e correção das avaliações;
- O preenchimento de dois diários um manuscrito e outro virtual, além da dificuldade obvia de trabalho dobrado, ainda há um problema para aquelas/es professsoras/es que não dominam a informática, e que não receberam formação do estado para isto;
- A reposição de aulas, devido à greve, que estavam acontecendo no sábado em que as/os discentes dificilmente compareciam, mas as/os docentes precisavam ministrar aulas a uma pequena parte da turma.

Assim diante de toda esta discussão pudemos compreender que o trabalho docente tem suas especificidades como o fato de que o trabalho não se encerra na escola e este prolongamento do trabalho não é remunerado. Entretanto, em si tratando de uma área em que os cargos são preenchidos majoritariamente por mulheres este quadro se agrava, visto que em uma sociedade patriarcal como a nossa, mesmo estando inserida no mercado de trabalho a mulher de modo geral se responsabiliza por todo trabalho doméstico. Se a mulher trabalhadora é explorada mais intensamente por ser explorada no espaço produtivo e reprodutivo, a trabalhadora docente ao levar trabalho para casa ainda tem a exploração intensificada.

Considerações finais

A situação da mulher educadora requer ser entendida em sua especificidade. Não é possível pensar a situação da mulher trabalhadora tendo com referência as regras masculinas que regem o mundo do trabalho, as políticas públicas que não levam em conta as necessidades específicas destas trabalhadoras como creches, transporte público, saúde pública, entre outras necessidades de trabalhadoras da educação ou de outros setores da economia. Pensar a relação entre precarização e feminização abriu-nos a possibilidade de

compreendermos que esta força de trabalho mais explorada, mais barata, com acúmulo de atividades no espaço produtivo e reprodutivo é essencial para a reprodução do capital, principalmente em épocas de crise quando estas são chamadas a ocupar postos de trabalho tradicionalmente masculinos. E tudo isso com um forte discurso de emancipação, conquistas, poder que nem sempre se efetivam na vida cotidiana destas trabalhadoras.

A precarização estende-se do ambiente de trabalho e alcança a vida cotidiana das trabalhadoras da educação seja através dos péssimos salários, da carga horária de trabalho a mais cumprida em casa em preparação de aulas, correção de provas e trabalhos ou em estudos, privando, muitas vezes, a mulher trabalhadora do convívio com os familiares e de momentos de lazer. Aliado a este quadro, a responsabilidade do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos faz com esta profissional nem sempre tenha as mesmas chances de crescimento dentro de uma carreira profissional.

Diante de tal quadro de sobrecarga de trabalho as doenças ocupacionais são cada vez mais frequentes. Ao conciliar a vida profissional com os afazeres domésticos e a maternidade elas têm a qualidade de vida e o desempenho profissional comprometidos, ficando sempre em segundo plano a carreira e a qualificação. O número cada vez maior de trabalhadoras afastadas por motivos de saúde da docência em Catalão nos revela um pouco deste universo e, ainda, mostra que muitas vezes é necessário continuar trabalhando, mesmo quando não há as condições para tal. Assim é grande também, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de mulheres jovens que morrem por doenças do coração ou acidentes vasculares cerebrais, demonstrando o stress que repousa sobre estas trabalhadoras.

Acreditamos ser de extrema importância o desvelamento da situação em que se encontra esta categoria trabalhista. A partir da compreensão mais profunda desta realidade poderemos tentar contribuir para a elaboração de políticas públicas que considerem as relações de gênero e que venha auxiliar na melhoria das relações de trabalho na educação. O que certamente influenciará na construção de um sistema educacional público de melhor qualidade.

Nas escolas pesquisadas encontramos mulheres (predominantemente) e homens que se percebem sujeitos ativos da sociedade. Desta forma, mesmo com todas as dificuldades e limitações procuram ser profissionais responsáveis e pessoas solidárias. Segundo Paulo Freire esta consciência de seu papel e sua meta na sociedade é que permite a pessoa uma práxis transformadora. Sendo assim cremos que se existe precarização do trabalho docente,

também é verdade que existe resistência. E justamenta desta resistência nascerá uma realidade nova em que de diferença não seja sinônimo de desigualdade.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 287 p.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 119 p. Coleção Primeiros Passos.

CHAMOM, M. **Trajetória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FCH – FUMEC, 2005.

COSTA, C. L. Reestruturação produtiva, precarização e feminização do trabalho docente em Catalão, Goiás: algumas considerações. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 150-154, ago./dez. 2012. Disponível em < www.**revistas2**.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/3243/2791 > Acesso em 24 out. 2012.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **Condição pós-moderna**. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 115-184.

LIBÂNEO, J. C. e SANTOS, A. (Org). **Educação na era do conhecimento em rede e transdiciplinaridade.** Campinas: Alínea, 2005.

LOURO, G. Mulheres em sala de aula. In: Mary Del Priore e Carla Bessanazi (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

MODÉ, L. **Brasil perde posto de 6º maior economia.** O Estado de São Paulo. São Paulo. Dez. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-perde-posto-de-6-maior-economia-,974586,0.htm>. Acesso em: 24 fev. 2013.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. BOLETIM DO BLOCO DA ESQUERDA PARA O TRABALHO, nº 10, Nov./Dez. 2004. Lisboa/Porto, Portugal. Disponível em < http://www.espacoacademico.com.br/044/44cnogueira.htm > Acesso em 12 maio 2011.

_____. C. M. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 240 p. Coleção Trabalho e Emancipação.

OLIVEIRA, A. D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br . Acesso 20 jan. 2011.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismos, fordismo e toyotismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 103 p.

PONTUSCHKA, N. N. **A prática profissional docente em questão: desigualdades e diversidades.** In: Anais do VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia. Uberlândia, 2007.

RIBEIRO, A. I. Miranda. **A Educação da mulher no Brasil-colônia**. São Paulo: UNICAMP, 1987. Dissertação (mestrado em Educação).

SAMPAIO, M. das M. Ferreira; MARIN, A. J. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618.pdf > Acesso em: 18 jul. 2011.

SANTOS, E. F. **Mulheres entre o lar e a escola**: os porquês do Magistério. São Paulo: Annablume, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 16 (2): Porto Alegre, 1990, 5-22.

ESCOLA E HOMOFOBIA: ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DOS JOVENS LGBT NO ESPAÇO ESCOLAR

Suzana Souza Oliveira
ENSP/FIOCRUZ

Resumo: A partir da análise de estudos sobre homofobia e discriminação no ambiente escolar, utilizando como apoio as legislações pertinentes, esse estudo se propõe a examinar a situação dos jovens LGBT inseridos no sistema de educação básica no país. Entender como ainda que tenhamos uma série de mecanismos de proteção a todos/as os/as jovens, os LGBT ainda sofrem situações de discriminação e violência cotidianamente em nossas escolas. Ainda que tenhamos legislações que protejam os/as jovens, independente de cor, credo ou orientação sexual, estes sofrem preconceitos cotidianamente nos locais que simbolicamente deveriam ser locais de proteção: na escola e na família. Entender como a escola ajuda a (re)produzir as normas heteronormativas presentes na sociedade, e consequentemente geram situações de discriminação e violência a esses jovens, nos fará compreender como se dão essas questões. Analisando a discriminação e preconceito sofridos por jovens LGBT na escola, foi possível observar como a escola, que é considerada, um espaço de libertação e desenvolvimento de criticidade, também é um ambiente repressor e excludente, pois é regida por normas que têm a heteronormatividade como o que é considerado "normal" e ignora todos que não correspondem as suas expectativas. Assim, constatou-se que os atos de discriminação se dão pela instituição escola, pela comunidade escolar e pelo sistema educacional, ocasionando a muitos/as esses/as jovens o abandono precoce da escola.

Palavras-chave: Jovens LGBT. Escolas. Homofobia.

Introdução

Neste trabalho busco investigar de que forma a escola ajuda a (re)produzir as normas heteronormativas presentes na sociedade, gerando situações de discriminação e violência aos jovens LGBT. Assim, buscarei compreender como as instituições educacionais estão lidando com as questões relativas à orientação sexual de seus/suas estudantes. O principal objetivo desse estudo será discutir e refletir como os/as jovens LGBT são violentados e excluídos no cotidiano escolar, ainda que existam legislações que os/as protejam e garantam o livre exercício de sua sexualidade e identidade de gênero. Diante da dificuldade de compreender a sexualidade como uma construção sócio-histórica e cultural, a homofobia surge como mais um obstáculo para a criação de políticas públicas para a inclusão dos/as jovens.

Entender a educação como um sistema em que se articulam relações de poder, construção de conhecimento, reprodução de valores e padrões heteronormativos nos ajudará a compreender como identidades e subjetividades são forjadas dentro do ambiente escolar. Para isso, serão utilizados como base para a pesquisa alguns trabalhos da educadora Guacira Lopes Louro, estudiosa de questões relativas a gênero e sexualidade e as suas implicações no ambiente escolar. Autores como Rogério Diniz Junqueira, Michel Foucault, entre outros e documentos oficiais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais, também servirão de subsídios para a pesquisa.

O trabalho será dividido em três partes "A escola (in)visibilizando os jovens LGBT", onde será abordado como a escola, impregnada de relações de poder e hierarquias colabora para manter os padrões heteronormativos. No tópico seguinte "Pedagogia da exclusão: a escola que segrega os 'diferentes'", será analisado como o sistema escolar, ao discriminar os/as LGBT, exclui e segrega, ocasionando para muitos o abandono precoce da escola. Na terceira e última parte "Legislação: da teoria à prática", busco compreender como as principais legislações que norteiam a educação básica nacional, se posicionam em relação ao exercício da sexualidade dos jovens.

A escola (in)visibilizando os jovens LGBT

Ante a necessidade de construirmos uma sociedade mais justa, equitativa e livre de preconceitos e discriminação, é imprescindível identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos. A escola, que deveria ser o local de promoção desses direitos, não cumpre essa função, ao contrário. Diante desse cenário, é necessário problematizar e entender como se dá a homofobia no ambiente escolar. As dificuldades ao lidar com esse fenômeno advêm de nossas realidades enquanto sujeitos sócio-históricos, a partir da criação e recriação da cultura e das relações sociais. Essas incompreensões acerca da homofobia e de suas implicações produzem obstáculos para a criação de políticas públicas.

Historicamente, a escola foi alicerçada por um conjunto de valores, normas e crenças responsáveis por identificar aqueles que não se encaixam no padrão, como "anormais" e "doentes". Todos aqueles e aquelas que não estivessem dentro do modelo pré-estabelecido (heterossexual, branco, cristão, masculino e burguês), poderiam ser considerados "anormais". Segundo Guacira Lopes Louro, na escola

> [...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2001, p.27).

A escola (re)produz padrões sociais, perpetuando concepções e valores e, produzindo subjetividades nos indivíduos, legitimando as relações de poder. Jovens LGBT sofrem

situações de opressão, violência e discriminação cotidianamente, fazendo com que internalizem a homofobia e a aversão a si mesmo. O Estado, a família, a escola e a sociedade corroboram com essa situação. A escola, reflexo da sociedade da qual faz parte, estruturou-se em concepções estereotipadas, que tem o homem branco, heterossexual e burguês como o modelo a ser seguido.

A distinção do que é considerado "normal" ganha validade quando é descrito por um profissional, nesse caso psicólogos, psiquiatras ou educadores. Assim, esse profissional, detentor do discurso científico, acaba por ter o poder de legitimar as diferentes nuances da sexualidade. O sujeito, imerso pelos padrões estabelecidos como normais, sentem, almejam e reproduzem tal comportamento.

Sobre a discussão que inclui o tema da normalidade, Michel Foucault diz:

> Essa emergência do poder de normalização, a maneira como ele se formou, a maneira como se instalou, sem jamais se apoiar, sem jamais se apoiar numa só instituição, mas pelo jogo que conseguiu estabelecer entre diferentes instituições, estendeu sua soberania em nossa sociedade. (FOUCAULT, 2001, p. 23).

As relações de poder estão presentes na escola, e estão intrinsecamente ligadas ao gênero e a sexualidade. No ambiente escolar, diferentes sujeitos se articulam com diferentes trajetórias, sofrendo influências da comunidade local, de aspectos religiosos e de movimentos sociais. Com isso, vão se construindo as relações de poder que conformam a escola. Ainda que haja um constante movimento, ainda convivemos com demandas que teimam em não mudar, ou que se alteram muito lentamente, como as questões ligadas a diversidade sexual, em que se mantêm atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas.

> A homofobia, nas escolas, atinge com maior violência e crueldade principalmente travestis e transexuais que vivem um completo sentimento de exclusão e estigmatização. Suas dificuldades começam com obstáculos à sua própria matrícula, à participação em atividades pedagógicas, a terem suas identidades e integridade física minimamente respeitadas até à utilização da própria estrutura física das escolas, como banheiros (JUNQUEIRA, 2009a, 25).

Problematizar o binarismo existente nas relações de gênero na escola implica em discutir normas, procedimentos, currículo, material didático e formas de avaliação. Esses dispositivos institucionais ressaltam as diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, e os reproduz. Estes mecanismos utilizados pelas escolas são permeados por relações de poder,

refletindo e fixando as diferenças entre os sexos. A diversidade sexual, historicamente ignorada pelas instituições educacionais, legitima as diversas formas de discriminação. Assim, os alunos que não se encaixavam no padrão considerado normal são desvalorizados socialmente. A omissão deliberada da escola em se envolver e discutir questões relacionadas à sexualidade recai sobre a formação dos alunos/as, levando-os/as a considerar a sua condição como vergonha ou patológica.

Embora, os efeitos da homofobia afetem toda a comunidade escolar, é sobre as pessoas LGBT que as consequências se mostram mais visível, pois dada a violência da discriminação, muitos abandonam a escola. O resultado deste abandono também se reflete na vida pessoal desses/as jovens, baixando sua autoestima, dificultando a construção da sua identidade, influenciando em sua vida social e afetiva. Em pesquisa realizada pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), uma quantidade alarmante (87%) da comunidade escolar (alunos, pais professores ou servidores), se mostrou preconceituosa com homossexuais, bissexuais e travestis. Em outro estudo, dessa vez da socióloga e professora da Universidade de Brasília, Miriam Abromovay aponta o *bullying*[1] homofóbico como a forma de discriminação com maior presença no ambiente escolar. Essas pesquisas dão uma dimensão dos problemas enfrentados pelos/as jovens LGBT nas escolas. Sem uma política articulada e integrada envolvendo a todos, dificilmente essas questões serão sanadas, e esses/as jovens continuarão sofrendo discriminações, violências e abandonando os estudos.

A especialista em sexualidade Claudiene Santos, da Universidade Federal de Sergipe(UFS), já ministrou diversos cursos a professores da rede pública sobre homofobia e diz "alguns docentes abandonaram o treinamento logo após o primeiro dia pela incapacidade de aceitar o tema. Outros não sabiam que estavam prejudicando um aluno quando faziam vista grossa diante de uma manifestação homofóbica"[2]

A livre orientação sexual dos LGBT é um direito humano fundamental garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas principais convenções de Direitos Humano. Ainda que, existam leis que asseguram a dignidade a todas as pessoas como direito fundamental, os LGBT são massacrados todos os dias, tendo direitos básicos desrespeitados. O não reconhecimento dos/das jovens LGBT enquanto cidadãos/ãs

1 Trata-se de comportamentos agressivos que ocorrem nas escolas e que são tradicionalmente admitidos como naturais, sendo habitualmente ignorados ou não valorizados, tanto por professores quanto pelos pais.
2 Políticas Públicas. Disponível em http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/169/a-exposicao-do-diferente-234945-1.asp. Acesso em 12/09/13.

de direitos fere a sua autoestima, a sua dignidade, seus direitos e principalmente, a sua identidade. Com isso, estereótipos surgem, e a esses jovens restam apenas papéis secundários em nossa sociedade.

A escola que é um lugar de formação para a cidadania, também é a que exclui aqueles que não se enquadram nos modelos padronizados. Ela segrega aqueles que não são considerados "normais". Esse equipamento social é um dispositivo disciplinar, cuja produção histórica contribui para a construção de subjetividades em sujeitos que ainda estão no início de sua formação identitária.

Pedagogia da exclusão: a escola que segrega os "diferentes"

A escola é grande (re)produtora de diferenças e desigualdades, se incubindo de separar os sujeitos considerados "anormais". De qualquer forma, estamos sempre investindo nos corpos, acometendo-os de diferentes sentidos, e nas instituições educacionais essa premissa não é diferente. Nós o construímos e os adequamos a critérios estéticos, morais, religiosos e culturais, atribuídos diferentemente aos corpos de homens e mulheres. Para imprimir uma marca de identidade ao corpo, utilizamos de diversos artifícios, como: exercícios físicos, roupas e ornamentos, consequentemente, diferenciações são determinadas.

Com todo esse processo de reconhecimento de identidades, também se constroem as diferenças, implicando na instituição de desigualdades, de ordenamentos e de hierarquias, estreitamente relacionados às redes de poder circulantes em nossa sociedade. O reconhecimento da existência desse "outro", que não partilha dos mesmos atributos que possuímos e que estamos acostumados, é definido a partir do lugar social que estamos inseridos.

> De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média, urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os "outros" sujeitos sociais que se tornarão "marcados", que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2000, p.9).

Uma educação emancipatória, reconhece a escola como um espaço importante para a discussão da sexualidade, e propõe o debate como uma forma de emancipação e libertação humana, ou seja, uma forma de transformação social. Esse modelo de educação visa à emancipação do sujeito, compreendendo-o de forma plena, integral, histórica e ética, consciente de sua sexualidade e vivendo-a em sua plenitude. O debate acerca da sexualidade deveria estar presente desde os primeiros anos da educação básica. Isto que deveria ser um direito, incluído nos conteúdos curriculares e também estendido a todos os cidadãos, não deve ser tratado como um privilégio para poucos, de acordo com o seu grupo social ou a sua cultura.

> Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. (...) o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder. (LOURO, 2000, p. 9 *apud* SILVA, 1998).

Os processos de constituição de sujeitos e de produção de identidades produzem e alimentam fenômenos homofóbicos e misóginos, recorrentes em ambientes escolares. Com isso, surgem os diversos comentários, com conteúdos homofóbicos, racistas e misóginos. Embora, as normas heteronormativas estejam presentes em todos os ambientes, é na escola e na família que ela se apresenta de forma mais dolorosa e cruel, visto que são locais considerados como espaços de acolhimento e proteção. A escola sempre se caracterizou por ignorar a diversidade sexual. A invisibilidade de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, precisa ser problematizada. Essa omissão do sistema de ensino é notada no currículo, nos livros didáticos, nos projetos pedagógicos e também nas discussões a respeito dos direitos humanos, essa exclusão se reflete nos espaços públicos, onde o tema é praticamente ignorado, configurando-se mais uma forma de opressão.

Nas escolas, é a partir da concepção de heterossexualidade que o currículo é elaborado. Os corpos femininos e masculinos são referências para a abordagem da sexualidade com os/as alunos/as, exemplo disso está nos livros didáticos quando são ensinados os conceitos de aleitamento, fecundação, gestação e partos. Com isso, aqueles que não se encaixam nessa matriz heterossexual, são excluídos. Portanto, o currículo escolar ocupa grande importância na construção das diferenças, pois é por meio dele que são

veiculados representações de gênero e sexuais. São "ensinados" modos de "ser masculino" e de "ser feminino".

Ao pensarmos nas relações de poder existentes no ambiente escolar, agindo na construção do sujeito, nos deparamos com a imposição de um modelo identitário hegemônico, visto como a "verdadeira" identidade humana, tendo a heterossexualidade como o único pressuposto válido. Essa perspectiva heteronormativa (Butler, 2003), perpassa o currículo, a prática pedagógica e os projetos pedagógicos, inclusive aqueles sobre sexualidade. Exemplo disso pode ser encontrado em projetos desenvolvidos nas escolas, quando são discutidos temas como: gravidez na adolescência, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis. Sendo excluídos aqueles que não se encaixam no padrão heteronormativo. Ao deixar de debater o assunto, a escola legitima a heterossexualidade como uma "norma", renegando os homossexuais a condição de "desviantes". Neste momento, ocorre uma visibilidade deturpada, que torna dolorosa e conflituosa seu processo de construção identitária. Guacira Louro observa como se dá esse cenário na escola,

> [...] sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 1999, p. 30).

Atualmente, a escola continua (re)produzindo as normas tidas como "aceitáveis" pela sociedade, escolarizando os corpos e as almas. Louro (1997, p.67) diz "gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir".

A escola, ambiente comum para o exercício de diversos tipos de práticas homofóbicas, marca a vida daqueles alunos que diferem do que é considerado como padrão. Uma das principais vítimas desse processo de discriminação são as travestis, que devido à sua constituição física provocar o que é designado pela heteronormatividade como "normal", abandonam precocemente a escola, muitas vezes ainda no ensino fundamental, sendo raros os casos daquelas que conseguem concluir o ensino médio e ingressar no ensino superior. A discriminação e o preconceito são os principais motivos quem levam esses jovens a

abandonar a escola. De acordo com a pesquisa do o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe) [3]cerca de 20% dos estudantes homossexuais que iniciam o ano letivo saem da escola no decorrer do ano. A escola tem importante função no processo de conscientização, orientação e normatização dos corpos de crianças e adolescentes. Ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, contribui para (re)produzir e hierarquizar as diferenças.

Identificamos questões homofóbicas nas escolas em práticas cotidianas, como nas aulas de educação física em que os meninos são estimulados a desenvolver e provar sua masculinidade. A sexualidade das meninas, também é vigiada por professores/as, e atividades que envolvam maior agressividade são consideradas "inadequadas", pois não condizem com o ideal feminino heterossexual. É comum meninos serem chamados de "maricas", "viado", "bichinha", xingamentos que remetem a mulher e ao homossexual, identidades negadas e excluídas na afirmação da heterossexualidade. Busca-se relacionar as práticas infantis com as dos adultos, considerados "normais", ignorando que ainda são sujeitos que estão em formação, construindo uma identidade. Não são incomuns discriminações, ridicularizações, espancamentos e em casos extremos, a morte, tendo homossexuais como vítimas. Tais fatos ocorrem em espaços públicos e privados, como em ambientes de trabalho e em escolas. A escola, de acordo com Louro, é um espaço em que se vivencia intensamente essa realidade. "Diferenças, distinções, desigualdades...A escola depende disso. Na verdade a escola produz isso." (LOURO, 1998, p. 57). O conjunto de situações vexatórias e constrangedoras contribui para expulsar as identidades consideradas "diferentes" da escola. Diversos espaços sociais e institucionais têm se constituído como cenário para episódios de violência dirigidos a homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais. Nas escolas, os corpos são disciplinados, avaliados, ensinados, docilizados, e com isso são violentados, magoados e coagidos, tudo isso em nome de uma masculinidade e de uma feminilidade heteronormativa. A passagem de um jovem pela escola deixa marcas no corpo e na alma, definindo como será a sua vida.

Legislação: da teoria à prática

Em várias oportunidades nos deparamos com os temas respeito, liberdade, dignidade, tolerância e sexualidade que estão presentes em nossas leis. Nas últimas décadas, algumas legislações e orientações foram criadas para a proteção de crianças e adolescentes, buscando

3 Homofobia afasta estudantes das escolas no Rio. Site de Terra, 8 set. 2009, Caderno Notícias. Disponível em: http://noticias.terra.com.br/educacao/homofobia-afasta-estudantes-das-escolas-no-rio,dbe837dabd9ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html. Acesso em: 11 de setembro 2013.

assegurar direitos e deveres próprios para essa faixa etária. Para isso, vimos à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/1996 e ainda os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1ª a 4ª séries (BRASIL.MEC, 1997a) e de 5ª a 8ª séries. É inegável que a criação dessas legislações se constituiu em um avanço no que diz respeitos a proteção das nossas crianças e adolescentes, no entanto a aplicação dessas leis ainda deixa a desejar.

Ainda que tenhamos essas legislações, identificamos uma evidente relação entre os índices de discriminação, preconceito, distanciamento social e o baixo rendimento de alunos/as vítimas, diretas ou indiretas, de homofobia nas escolas. A heteronormatividade não atinge apenas os homossexuais, os heterossexuais também sofrem as consequências das normas estabelecidas em nossa sociedade, pois precisam sempre atender as suas expectativas. Essa padronização faz parte da formação e constitue relações simbólicas, que envolvem a todos e todas, homens, mulheres, homossexuais, transexuais, bissexuais, heterossexuais. É preciso que haja uma discussão sobre sexualidade e gênero na escola que vá além da situação dos/as jovens LGBT, é importante problematizar todo o processo de heteronormatividade (re)produzido pela escola, indo para além dos conceitos, mas tomá-la como uma estratégia política.

O respeito à cidadania dos/as jovens, passa pelo reconhecimento de sua identidade de gênero e sexual, visto que isso é um direito. Isso implica combater toda e qualquer forma de agressão, constrangimento, discriminação e violência em relação a sua orientação sexual e criar mecanismos para que esse direito lhe seja garantido. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu capítulo sobre o Direito à Liberdade, ao Respeito e a Dignidade combater qualquer situação que envolva violência e discriminação contra o/a jovem.

> Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade
>
> Art.16º O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
> II – opinião e expressão;
> V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
> Art. 17º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
> Art. 18º É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
> (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990).

Não se deve perder de vista o hiato que existe entre a realidade e a lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos enfatizam o dever de toda a sociedade em proteger as crianças e adolescentes, no entanto essa sociedade que deveria proteger é a mesma que crucifica, discrimina e violenta aqueles que não atendem as suas expectativas. O/a jovem LGBT ao rejeitar os rótulos apregoados, torna-se vítima das normas heteronormativas, consideradas as únicas "verdadeiras".

A LDBEN 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seus princípios fundamentais, inspira-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, exaltando o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No que diz respeito ao âmbito específico do educacional são elencados onze princípios, entre eles respeito à liberdade e apreço à tolerância, ou seja, nenhuma criança ou adolescente pode ser negligenciado em razão cor, religião, condição social, deficiência ou orientação sexual.

Uma tendência observada em nossas escolas é a preocupação de pais e educadores com a demonstração a cada dia mais precoce da sexualidade dos jovens. Diante disso, o Ministério da Educação lançou no ano de 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e no ano 2000 foi inserido o tema orientação sexual, com o enfoque em gênero. A orientação sexual seria trabalhada na escola problematizando, debatendo e esclarecendo as dúvidas relativas à sexualidade. Tendo em vista a transversalidade dos temas abordados no PCNs, a orientação sexual pode ser discutida nas diferentes disciplinas do currículo, por todos os/as educadores. A reflexão orientada por professores/as possibilitaria a discussão de valores, crenças e preconceitos, ampliando a criticidade de crianças e jovens.

> O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal. Apenas os alunos que demandem atenção e intervenção individuais devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado. (PCN, v.10, p.83, grifos meus).

Com a inserção dos PCNs na educação básica, temas antes renegados foram incluídos nos currículos de todas as escolas do país, no entanto ainda nos deparamos com barreiras que vão além do que é apresentado como obrigatório na educação formal. Embora, a orientação sexual esteja presente nos PCNs como objeto de discussão, ainda encontramos resistência de parte dos/as professores/as em debater com os/as alunos/as questões relativas à sexualidade. Essa aversão de educadores se dá por diversos motivos, como: excesso de conteúdo a ser dado, compreensão de que essa discussão deve ser responsabilidade apenas da família e ainda por falta de entendimento de como poderá desenvolver o tema em sua disciplina. Em estudo divulgado pela Agência Brasil intitulado *Homofobia: o preconceito nas escolas* é apontado o despreparo dos professores para a condução do tema em suas aulas, visto que nos cursos de licenciatura, não existem disciplinas envolvendo discussões sobre gênero e sexualidade. A pouca discussão dessas questões nos cursos de graduação, também pode ser apontado como uma das causas para a perpetuação de atitudes preconceituosas no ambiente escolar. Em razão disso, o/a professor/a, que não foi educado para lidar com a diversidade, contribui para a (re)produção de comportamentos discriminatórios.

Ainda que tenhamos diferentes mecanismos que resguardam e protegem as crianças e adolescentes em todos os âmbitos, garantindo-lhes o livre exercício da sua sexualidade, ainda nos deparamos com jovens sendo atacados cotidianamente por exercer a sua orientação sexual. O Estatuto da Criança e do Adolescente, garante ao jovem o direito à "Liberdade, ao Respeito e à Dignidade", a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem em seus princípios o "respeito à liberdade e apreço a tolerância" e os Parâmetros Curriculares Nacionais, tem entre os seus temas transversais a "Orientação Sexual". Diante do exposto, podemos observar que não faltam mecanismos para lidar com os casos de violência e discriminação homofóbica nas escolas, existem diferentes dispositivos nos mais diversos âmbitos que abordam a temática. É possível identificar que apesar de termos em nossas legislações artigos especificando o tratamento que deve ser dispensado a todos/as os/as jovens, independentes, de sua orientação sexual, ainda encontramos dificuldades para sairmos da abordagem teórica e começarmos a colocar a lei em prática.

Considerações finais

Nesse estudo voltado para a compreensão da discriminação por homofobia nas escolas de educação básica, foi possível verificar alguns dos elementos constitutivos do processo de discriminação e violência sofridas por alunos/as LGBT. Constatou-se que as situações de

violência ocorrem implicadas por relações de poder existentes no ambiente escolar. Vimos como a educação, ainda que tenha legislações que garantam o acesso e permanência de todos/as, independente de cor, credo ou orientação sexual, ainda vitima aqueles que não de "adéquam" a norma, excluindo os LGBT.

Todo o processo de exclusão começa ao se assumirem socialmente. Passam então, a enfrentar situações de preconceito e discriminação na família e no ambiente escolar, onde seu nome, seu gênero e a sua segurança são desrespeitados, culminando com a sua exclusão e consequente abandono dos estudos. Com a saída precoce da escola, não se qualificam, e não conseguem a inserção no mercado de trabalho, recorrendo a subempregos[4], ou em outros casos a prostituição.

Analisando o resultado do estudo, pode-se observar como a escola, considerada como um espaço de libertação, também é um ambiente de profunda repressão. Isso se dá pela forma como o sistema educacional é regido, isto é, orientado sob a égide de uma sociedade que tem a heteronormatividade como o que é considerado "normal", ignorando aqueles que diferem e não correspondem ao padrão pré estabelecido.

Foi constatado que o/a profissional de educação, ainda que consciente do seu papel enquanto agente de mudanças tem dificuldades para lidar com a sexualidade dos/as estudantes, e isso se dá por insegurança com a sua própria sexualidade, por desconhecimento sobre o assunto, ou ainda por estar imerso em valores e crenças estereotipadas. Dessa forma, nos deparamos com educadores/as ajudando a (re) produzir preconceitos.

Compreender como se dá a discriminação dos jovens LGBT no ambiente escolar, é imprescindível para elaborar estratégias para o enfrentamento da homofobia. Ainda que as pesquisas sobre gênero e sexualidade busquem compreender as diferenças socioculturais entre homens e mulheres, na prática pedagógica ainda prevalece o viés biológico, indicando que a compreensão dessas categorias como construção social ainda não faz parte do dia-a-dia das salas de aula. O combate ao preconceito contra os LGBT é fundamental para o reconhecimento e respeito à identidade desses/as jovens se dá por uma postura ética da sociedade, que os enxergariam não mais como cidadãos menores, passaria a reconhecê-los/as os como diferentes, mas não de uma forma inferior

4 Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o subemprego é a situação em que "o emprego de uma pessoa é inadequado em relação a determinadas normas ou a empregos alternativos, tomando como parâmetro a qualificação deste indivíduo. O subemprego incorporaria pessoas trabalhando em jornada inferior à determinada para a atividade em que estão envolvidas e que, simultaneamente, estão procurando trabalho e disponíveis para trabalho adicional no período de referência. Disponível em http://www.oit.org.br/. Acesso em 02 de outubro de 2013.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Revelando tramas, descobrindo segredos**: violência e Convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

ARRUDA, André (Coord.) **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: (Lei 9.934/96) e legislação correlata. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. EBC Empresa Brasil de Comunicação. Pesquisa revela que 87% da comunidade escolar têm preconceito contra homossexuais. 24 de jul. 2009. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/grande-reportagem/2009-07-24/homofobia-preconceito-nas-escolas. Acesso em: 29/08/13.

BARTOLINI, Alexandre (Org.). **Diversidade sexual e de gênero na escola**: Educação, Cultura, Violência e Ética. 1ª edição – Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2012.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394/96.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: orientação sexual. Secretaria da Educação Fundamental. MEC/SEF. Brasília; 1997.

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Pesquisa Sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. São Paulo: MEC/INEP, 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf. Acesso em: 03/09/2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

_____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 9-34.

_____. Currículo, Gênero e sexualidade: o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, G.L. et al. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: Richard

Miskolci; Larissa Pelúcio. (Org.). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume, 2012, p. 277-305.

_____. Introdução – Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: _____. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Unesco, 2009b.

LOPES NETO, AA. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **J Pediatr**. Rio de Janeiro: 2005; 81(5 Supl):S164-72. Disponível em http://www.scielo.br. Acesso em 11/09/13.

REPRESENTAÇÃO OFICIAL E MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: OS FÓRUNS INTERNACIONAIS SOBRE GÊNERO DA ONU E A ATUAÇÃO BRASILEIRA

Vivian Souza Alves da Silva
Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ PPCIS

Resumo: O presente trabalho apresenta um panorama do desenvolvimento do movimento feminista no Brasil e pretende entender o teor da participação das delegações oficiais brasileiras nas quatro Conferências Mundiais sobre as Mulheres, organizadas pela ONU entre 1975 e 1995. Tal iniciativa se baseia no entendimento de que há enorme interdependência entre os grupos sociais organizados e o poder estatal, de forma que tanto o desenvolvimento autônomo dos movimentos sociais, quanto a inserção destes no Estado, proporcionam uma melhor compreensão das causas e bandeiras por estes defendidas. O estudo concluiu que o amadurecimento do movimento feminista brasileiro ao longo de duas décadas foi capaz de dar as bases para uma representação oficial na última das Conferências que foi notadamente mais sólida, madura e coerente com os debates no interior do movimento.

Palavras-chave: Movimento feminista. Representação oficial. Fóruns da ONU.

1. Introdução

O desenvolvimento autônomo do movimento social feminista brasileiro, bem como sua inserção no aparato estatal a partir dos anos 1980, cumprem importante papel no que tange às possibilidades de que suas demandas sejam levadas em conta pelo Estado e suas agências e organismos. O presente trabalho tem por objetivo observar algumas das dinâmicas que envolveram o desenvolvimento dos grupos feministas entre as décadas de 1960 e 1990 no Brasil e, para isso, o estudo aqui apresentado será dividido em quatro partes, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos.

2. Dos anos 1960 à Conferência de 1975

A organização coletiva de mulheres em torno de grupos de interesses não é uma invenção das agitadas décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Antes disso, muitos coletivos femininos se formaram no país, como é o caso dos movimentos contra a carestia das décadas de 1940 e 1950 que, sobretudo nos bairros mais humildes das capitais, começaram a se transformar, na década seguinte, em movimentos pela melhoria dos serviços públicos e pela maior oferta de creches, escolas e hospitais. Esses grupos iniciais focavam sua luta nos interesses práticos das mulheres de classes populares e da classe média e, ainda que esses interesses não desafiassem por si mesmos a estrutura de subordinação que encarcerava as mulheres aos papéis tradicionais que se esperava que ocupassem na sociedade da época, eram diretamente originados desta (MOLYNEAUX, 1985).

Entre esses grupos de mulheres formados a partir da segunda metade do século XX em países do Terceiro Mundo, era comum perceber um afastamento consciente do rótulo "feminista" (MAIGUASHCA, 2005, p. 132). No Brasil, em particular, num momento em que o discurso da esquerda marxista se fortalecia frente às instabilidades políticas que levariam o país a um golpe militar em 1964, o feminismo era amplamente identificado como uma ideologia política de inspiração burguesa, levada à frente por mulheres brancas, em condição social privilegiada e com pouco contato com as camadas mais pobres da população. Para esses mesmos grupos, entretanto, não se fazia possível ignorar a relevância e pertinência das questões que começavam a ser colocadas pelas autoras e militantes feministas dos países centrais. A necessidade de se pensar um outro tipo de feminismo já se mostrava evidente desde a chegada do termo ao país. Para as mulheres brasileiras que começavam a se organizar, parecia imprescindível que esse "outro feminismo" fosse capaz de compreender a realidade das mulheres dos países periféricos e, sobretudo, que não limitasse seu campo de atuação ao combate às opressões dirigidas contra as mulheres exclusivamente devido ao seu sexo/gênero. A experiência de viver em uma sociedade intensamente desigual em termos econômicos e profundamente marcada pela segregação racial tornava impraticável a dissociação das lutas por justiça e igualdade em frentes independentes entre si.

É nesse sentido, portanto, que os movimentos de mulheres que se delineiam no Brasil não elegem como prioridade, num primeiro momento, a discussão de questões de ordem mais subjetiva, que pautavam a "segunda onda" do feminismo nos países centrais como, por exemplo, a sexualidade e os direitos reprodutivos. O jornal paulista "Nós Mulheres"[1], de março de 1978, ilustra bastante bem a preocupação central que guiava as mulheres organizadas em torno de uma ideia feminista nesse momento. Em seu editorial de número 7 se lê: "Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não são só oprimidas enquanto sexo, mas também enquanto classe" (MANINI, 1995, p. 50). A construção de uma proposta feminista no Brasil está intimamente ligada à compreensão mais geral do feminismo de tradição marxista, que entende a dominação feminina como sendo "determinada por relações sociais de produção econômica", mas reconhece igualmente as "tensões inerentes entre os interesses das mulheres e os da sociedade em geral, dominada e moldada pelos homens" (MAHMOOD, 2008). A assimetria

1 O jornal "Nós Mulheres" existiu entre os anos de 1976 e 1978 e, conforme consta em Debértolis (2002, p. 31) "[a] maior parte dos artigos de Nós Mulheres versava sobre política e condições de vida. Reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais. Nesta direção, não se distingue muito de outros órgãos de imprensa de oposição voltados para a mulher, como o Brasil Mulher, surgido um pouco antes como órgão porta-voz do Movimento Feminino pela Anistia".

nas relações entre homens e mulheres seria, portanto, a partir dessa perspectiva, "constitutivas das próprias estruturas de dominação que o marxismo se propunha a transformar". (CASTILLO, 2008).

A união tão potencialmente enriquecedora entre as feministas e a esquerda, ainda que encontrasse na luta contra a ditadura a sua convergência política, não foi, porém, livre de querelas. Ainda que fiéis à compreensão marxista da luta de classes enquanto motor da história, muitas feministas brasileiras, exiladas em Paris e participando, a partir de 1972, do Grupo Latino-Americano de Mulheres, viram-se acusadas por seus próprios companheiros de estarem se articulando em torno de um grupo com proposta "apolítica". Conforme expõe Céli Regina Pinto (2003, p. 53):

> [...] a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais. Portanto, o feminismo, que no Brasil não era visto com bons olhos pelo regime militar ultradireitista, também não tinha guarida entre os militantes da extrema esquerda.

No contexto brasileiro de autoritarismo e cerceamento das liberdades civis, por um lado, e radicalização do discurso da esquerda e luta pelo fim da ditadura, por outro, o ano de 1972 trouxe para as mulheres brasileiras articuladas em torno do feminismo uma série de possibilidades até então inéditas. Durante a 27ª Assembleia Geral das Nações Unidas foi aprovada a resolução 3010/72, que proclamou o ano de 1975 como o "Ano Internacional da Mulher", além de ter agendado a realização de uma conferência internacional sobre o tema, em comemoração à data, a ocorrer no México. Essa iniciativa, que possibilitou a realização de conferências preparatórias para a Conferência de 1975, legitimou a organização social das mulheres e possibilitou que esta fosse feita publicamente, ainda que permanecesse em vigor "a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política", instaurada pelo AI-5, em 1968. A articulação dessas mulheres passa a ocorrer para além das fronteiras dos grupos de esquerda, dentro dos quais procuravam, até então, debater suas questões específicas e, desse modo, começa-se a se ter notícia do surgimento de grupos de reflexão de caráter privado, em São Paulo e no Rio de Janeiro, capitaneado por mulheres que retornavam de períodos de estudos nos EUA e na Europa.

A reunião de dois desses grupos informais de mulheres do Rio de Janeiro possibilitou a realização da "Semana de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira", em 1975, apoiada pelo Centro de Informações da ONU (UNIC-Rio) e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Na ocasião, pluralizaram-se as temáticas das

discussões, e foi aberto espaço para assuntos outros que não aqueles ligados diretamente à questão da "mulher proletária". A resistência em admitir um caráter mais subjetivista às discussões, no entanto, se evidenciou devido a não inclusão de temas relativos à sexualidade e à reprodução feminina no documento final do encontro (DAMASCO, 2009, p.30). A fundação do "primeiro grupo feminista institucionalizado do Brasil" (SOIHET, 2007, p. 357), o Centro da Mulher Brasileira (CMB), deu-se como consequência da realização da Semana. Desde o início de suas atividades, o CMB encontrou-se envolvido em debates internos que buscavam estabelecer a predominância de algumas questões em detrimento de outras. A sobreposição da solidariedade de classe à solidariedade de gênero era requisito para a legitimação e aceitação do feminismo na esfera pública, inclusive entre os grupos de esquerda. No momento inaugural do órgão, os temas "voltados para a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, a violência contra a mulher, [...] problemáticas ligadas à subjetividade e às relações interpessoais, constituíram uma tendência derrotada nos debates que definiram a criação e o perfil do CMB" (SOIHET, 2007, p. 367), tendo o grupo optado por enfatizar três temas centrais: saúde, educação e trabalho.

Em virtude do contexto internacional em que ocorreram os três primeiros encontros da ONU sobre as mulheres, entre 1975 e 1985[2], o Brasil manteve-se alinhado às posições do "Grupo dos 77", uma organização intergovernamental de países em desenvolvimento que buscava promover a causa do desenvolvimento através da articulação coletiva de seus membros em fóruns internacionais. A opção por essa estratégia, que se baseava "nos interesses conjunturais dos países em desenvolvimento", contribuiu para que, em muitos casos, as Conferências tivessem o seu foco desviado das questões que diziam respeito especificamente às mulheres (FONTÃO, 2011, p. 13). O G-77 buscava se organizar em torno da ideia de que o acesso ao desenvolvimento garantiria a melhoria na situação de vida das mulheres, e sua atuação no encontro de 1975 se fez sentir através de sete resoluções adotadas pela Conferência com o tema "desenvolvimento". Entre "os avanços e conquistas da conferência, merecem destaque" a instituição de

> [r]ecomendação para que fosse criado um instrumento jurídico internacional, de caráter obrigatório, que combatesse todas as formas de discriminação contra a mulher; [...] Adoção do Plano Mundial de Ação da Conferência do Ano Internacional, que se configurou como o primeiro

2 Em relação a isso vale recordar que o cenário internacional estava fortemente marcado pela polarização entre os projetos capitalista e socialista, sendo o "grupo dos não-alinhados" e o próprio G-77 tentativas de uma atuação internacional mais autônoma por parte de alguns países do então "Terceiro Mundo".

> instrumento internacional de natureza programática, dirigido especificamente às mulheres (FONTÃO, 2011, p. 13).

A participação do país foi bastante tímida, apesar da delegação brasileira ter patrocinado três projetos de resolução, todos adotados no texto oficial, que conta com 35 resoluções no total. A primeira delas, patrocinada conjuntamente pelo Brasil e outros 22 países, foi oficializada sob o número 24 e denominada "educação e formação". A resolução versa sobre a necessidade de promover oportunidades iguais de acesso à educação para ambos os sexos, bem como oportunidades iguais para professores e pessoal administrativo da área educacional. A essa altura, o movimento feminista/de mulheres dedicava boa parte dos seus esforços a reivindicar questões ligadas às condições de vida da mulher trabalhadora, dentre as quais o acesso igualitário à educação de qualidade, à formação profissional e ao ensino infantil para todos os meninos e meninas são importantes metas.

A resolução 25, intitulada "igualdade entre homens e mulheres e eliminação da discriminação contra a mulher" foi sugerida pelo Brasil, em conjunto com outros 6 países. O texto manifesta a necessidade urgente de mudanças de caráter socioeconômico que sejam capazes de promover a plena integração da mulher à sociedade, e descreve a discriminação contra a mulher como incompatível com a dignidade humana e os princípios de respeito pelos direitos humanos. A partir disso, convoca as Nações Unidas a dar "alta prioridade" à finalização da elaboração da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), que havia sido iniciada em 1973. A busca por instrumentos internacionais legais que garantam o fim da discriminação e a inserção social, política e econômica da mulher está em clara consonância com os princípios básicos defendidos pelas feministas e mulheres militantes – não só no Brasil. No entanto, mesmo com a aprovação da CEDAW, em 1979, o governo brasileiro só ratificou a convenção em 1984, e não sem apresentar uma série de ressalvas ao texto final.

3. Da abertura política à Conferência de 1980

O Brasil viveu um período de intensas mudanças de ordem política e social entre 1975 e 1980, ano da segunda conferência da ONU sobre as mulheres. Grande parte das agitações do período está ligada em maior ou menor grau ao processo de abertura política que se iniciou em 1974, tão logo o General Geisel assumiu o poder. Entre grandes conquistas das mulheres no período destaca-se a Lei do Divórcio, promulgada em fins de 1977, e que contribuiu para amenizar o estigma que se abatia sobre as mulheres que optavam pela

separação extrajudicial. Com a flexibilização da legislação do casamento, um amplo espaço de discussões surge, com possibilidades de incorporação de temáticas de cunho mais subjetivista, como as relações matrimoniais abusivas e a violência doméstica.

Em decorrência das eleições gerais de 1978 no país, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, grupo fundado por mulheres paulistas e análogo em funções ao CMB, publica um documento histórico denominado "Carta às mulheres", no qual enumerava as demandas gerais e específicas do movimento de mulheres às quais os candidatos deveriam atentar. Entre as demandas gerais figuravam a questão da anistia, das eleições livres e diretas e da formação de uma Assembleia Constituinte; como demandas específicas tinha-se a

> criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros, aumento das áreas de lazer, principalmente nos bairros pobres; aumento do número de escolas e de horas letivas; ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas; igualdade salarial; condições mais adequadas de trabalho. (PINTO, 2003, p. 61).

As reivindicações expostas pelas mulheres estão diretamente ligadas à luta por uma sociedade menos desigual e que possibilite às camadas mais pobres da população o acesso a um tratamento digno por parte do Estado. A preocupação em reivindicar as necessidades das mulheres trabalhadoras e com filhos, se de alguma forma coloca em segundo plano o debate subjetivista e o questionamento dos papeis socialmente impostos e das relações de poder existentes entre homens e mulheres no interior das famílias, reafirma o compromisso do feminismo brasileiro com a luta por condições dignas de vida para as mulheres das camadas menos favorecidas da população, que então estavam sendo gradualmente absorvidas como mão-de-obra pelo mercado de trabalho e, nesse sentido, acumulando jornadas devido às tarefas domésticas.

Ainda como consequência das eleições gerais de 1978, algumas mulheres afastam-se Centro da Mulher Brasileira devido ao envolvimento que tinham com as questões eleitorais e partidárias. Essas mulheres, então ausentes, formavam a corrente mais comprometida com a aceitação do feminismo na esfera pública, uma vez que, inseridas em partidos políticos e a eles obedientes, buscavam "evitar questões que ameaçassem tal aliança [entre o feminismo representado pelo CMB, os grupos de esquerda e a Igreja Católica], não se descartando atitudes autoritárias com vista a esse objetivo" (SOIHET, 2007, p. 368) [3]. Devido à nova

3 Soares (1998) aponta para a grande ligação existente entre a Igreja Católica e os movimentos de mulheres no Brasil, uma vez que "[c]omo resultado das medidas repressivas do governo militar, principalmente de 1964 a 1974, apareceram novas estratégias das comunidades organizadas" (idem, ibidem, p. 40). A Igreja acabou por

configuração do Centro, agora menos umbilicalmente ligada às militantes partidárias, algumas ideais dissonantes até então debatidas apenas nos corredores começam a ganhar maior destaque. Por ocasião do Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979, foram organizadas algumas reuniões preparatórias, nas quais se fez sentir, não sem atritos, a nova tendência que ganhava espaço no CMB. Conforme narra Soihet (2007, p. 371), o clima nas assembleias gerais tornou-se extremamente tenso quando foi proposto um seminário com o tema "Livre apropriação do corpo da mulher". Quanto à proposta de um seminário para tratar da temática do aborto, apontou-se a necessidade de levar em consideração a posição da Igreja em relação ao tema. Ainda que barradas pelas assembleias gerais de mulheres, as temáticas da subjetividade ganhavam espaço público cada vez mais notório. Algumas mulheres do Centro começaram a se questionam sobre a real necessidade da manutenção de certos "aliados" e, inspiradas por este pensamento, promovem a primeira ruptura no CMB.

A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, é de grande importância para esse novo momento do movimento feminista brasileiro, uma vez que traz à casa as mulheres que haviam partido para o exílio e, lá, entraram em contato com o feminismo europeu e norte-americano e com diferentes formas de organização social e doméstica. A organização do movimento feminista brasileiro nos anos 1980 é, portanto, saldo dessa experiência de exílio combinada com a experiência das mulheres que ficaram no país durante a década anterior. Não obstante as intensas transformações que a sociedade brasileira estava vivendo na época, o movimento feminista não foi capaz de traduzir o novo fôlego que ganhara a partir de 1978 na forma de uma participação oficial brasileira bem sustentada na Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para as Mulheres, em Copenhagen. O único projeto de resolução encaminhado pelo Brasil na conferência de 1980, em conjunto com outros 10 países, dizia respeito à situação política na Nicarágua – que vivia, desde o ano anterior, em um regime de inspiração marxista, com o apoio de Cuba e da URSS.

A Conferência de 1980 parece ter sido "sequestrada" por questões específicas da conjuntura internacional. A despeito do enfraquecimento do fórum como espaço de debates sobre a situação das mulheres no mundo, o evento paralelo à Conferência oficial, que reunia a sociedade civil e ONGs, se repetiu nesta edição, como na anterior e nas outras duas seguintes. Reunindo aproximadamente 8 mil pessoas, "o Fórum de ONGs foi além dos temas oficiais colocados na Conferência e tratou de questões fundamentais para as mulheres, como

configurar-se como um dos poucos espaços em que o regime militar tolerava a resistência pacífica, não obstante diversos episódios de perseguições a integrantes da Igreja, inclusive do alto clero.

a escravidão sexual, o feminismo [e] a violência doméstica" (FONTÃO, 2011, p. 21). Vale mencionar que, durante as discussões no fórum,

> um dos debates era sobre a relevância de se falar em feminismo para quem não tem água, comida ou casa, implicando a necessidade de serem priorizadas as necessidades básicas. A resposta para esta questão foi de que o "empowerment" da mulher, através da conscientização e envolvimento em processos de tomada de decisão, são os elementos chave na capacitação das mulheres, para o atendimento de suas necessidades básica. (COSTA[4] *apud* FONTÃO, 2011, p. 21).

Os desafios de um projeto feminista em um país subdesenvolvido, marcado pela condição de miséria em que vivem parcelas significativas da população, são inúmeros. As mulheres – brasileiras inclusas – reunidas em Copenhagen enxergavam isso, e faziam ecoar o desejo por um feminismo estruturado localmente, que não se contentasse em incorporar de maneira acrítica as fórmulas do feminismo "original", pensado a partir da realidade de mulheres dos Estados Unidos e da Europa. Os fóruns de ONGs que ocorreram paralelamente às quatro Conferências sobre a mulher da ONU deixaram claro, em nível transnacional, que o feminismo precisa ser ressignificado a partir das experiências das mulheres em cada uma das sociedades. Valorizar a diferença, o pluralismo e a incapacidade de se categorizar as mulheres no singular são grandes compreensões que ganham força a partir do encontro de 1980.

4. Do processo de redemocratização à Conferência de 1985

Em meio à (re)democratização do país, o movimento feminista enfrentou novos desafios que vieram a tiracolo do processo, e foi obrigado a repensar estratégias de atuação, sobretudo no que diz respeito à sua participação no Estado. Depois de mais de vinte anos de ditadura militar, os movimentos sociais brasileiros precisariam reaprender a dialogar com as instituições, tarefa hercúlea para aqueles que, proibidos mesmo de articulação independente, agora se viam diante novas e desafiadoras possibilidades de atuação. O mais novo e acalorado debate no interior do movimento se dá entre as "institucionalistas" e as "autônomas" e, como resultado disso, se observa a formação de diversos coletivos, ONGs e agrupamentos sociais de mulheres, muitos desses frutos de "rachas" no interior de órgãos já consolidados. Segundo Soares (1998, p. 38) "[n]o início dos anos 80 chegavam a quase uma centena os grupos feministas espalhados pelos principais centros urbanos do país".

4 COSTA, Patrícia Gay Pepperda. "*A inserção da categoria do gênero nas Relações Internacionais: Contribuição Brasileira à Conferência de Beijing 95*". Dissertação de mestrado – IREL/UNB. Brasília, 1997.

A volta do pluripartidarismo em 1981 traz para o movimento de mulheres e feminista uma nova variável, responsável por complexificá-lo ainda mais: a oposição ao regime militar, unificada até então em torno do MDB e da qual faziam parte muitas das militantes feministas, acaba por dividir-se em partidos com posições mais bem definidas. A reorganização partidária resultou, por um lado, na polarização do movimento feminista "pelas diversas propostas que surgiram no âmbito das questões gerais da reconstrução da democracia liberal" (SOARES, 1998, p. 43) e, por outro, na incorporação dos temas relativos às mulheres nos programas e plataformas eleitorais dos partidos mais "progressistas", na tentativa de atraírem as militantes para seus grupos. Os movimentos sociais, a partir de sua capilarização entre os novos partidos surgidos a partir de 1981, buscam criar formas de organizar sua relação com o Estado e a fazê-lo incorporar as reivindicações de seus grupos, de forma que "as políticas públicas passam à agenda desses movimentos" (SOARES, 1998, p. 42). O movimento feminista ganha espaço dentro do aparelho burocrático do Estado através da criação, em de 1983, de Conselhos Estaduais da Condição da Mulher que, segundo Manini (1995), "seriam órgãos [...] dirigidos por mulheres que colocariam em prática as aspirações do movimento feminista". Não sem gerar atritos dentro do movimento, os Conselhos Estaduais se mostraram fundamentais para o reconhecimento em caráter nacional da importância que o tema adquirira na última década para a vida política brasileira:

> O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo tinha um cunho consultivo e propositivo, não tinha orçamento próprio e era composto por mulheres do PMDB. As feministas ligadas ao PT e a grupos de femininos das camadas mais populares fizeram forte oposição ao conselho desde a sua criação. O movimento estava em uma encruzilhada, pois havia por parte das feministas do PMDB a real possibilidade de [atuação dentro] do conselho, o que não implicou na disponibilidade do Estado para aceitar essa presença. Esse é um dos grandes problemas que a institucionalização tem encontrado na história: os grupos são fortes para penetrar na esfera estatal, mas não conseguem ocupar um espaço nas instâncias decisórias e precisam, ao mesmo tempo, lidar com a oposição de parte do movimento que não aceita a institucionalização. (VAZ, 2008, p. 33).

Como resultado de pressões de mulheres que já estavam inseridas institucionalmente no Estado, ocorre o surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985[5].

5 "O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM foi criado junto ao Ministério da Justiça, tinha orçamento próprio e sua presidente tinha o status de ministro. Era constituído por 17 conselheiras, nomeadas pelo Ministro da Justiça, por um Conselho Técnico e por uma Secretaria Executiva, todavia sua atuação real foi de 1985 a 1989. Com o governo Collor, perdeu seu orçamento e passaram a ser indicadas para a direção e para o conselho, mulheres com pouca tradição no movimento feminista" (VAZ, 2008, p. 34).

A participação do Brasil no último dos encontros da década para a mulher – a "Conferência Mundial para revisar e avaliar as realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz" – foi resultado do processo de amadurecimento das ligações entre o Estado e o movimento social de mulheres. O país demonstrou ter amadurecido seu posicionamento, interessando-se por contribuir e participar de forma mais efetiva das discussões travadas no âmbito das reuniões da Conferência. Isso ocorre porque

> [a]té o início da década de 1980, o que unia os diferentes movimentos sociais era a resistência ao autoritarismo do regime militar. Isso consubstancia uma postura anti-estatal, que só começa a ser contornada pelas mudanças no padrão de relacionamento entre os setores populares e o Estado, ocasionadas pelas transformações do próprio regime. [...] Um novo espaço de poder era definitivamente inaugurado (HADDAD, 2007, p. 29).

O Brasil figurou como um dos 33 países a patrocinar o projeto de resolução "Violência doméstica contra as mulheres", que jogou luz sobre uma questão que encontrava eco crescente entre os grupos de mulheres do país desde o fim dos anos 1970. A resolução apontava a necessidade de agências governamentais tratarem o comportamento violento contra a mulher como uma questão criminal, que providenciassem serviços de assistência à mulher vítima de violência e seus filhos e que desenvolvessem leis e procedimentos legais, onde esses ainda não existissem, para fortalecer o processo de proteção e suporte à mulher violentada.

5. Da Constituição Cidadã ao desmonte do Estado: a participação brasileira na Conferência de 1995

Durante a Constituinte de 1987, a reunião de grupos feministas institucionalizados, ONGs e militantes autônomas gerou um grupo que ficou conhecido como "*lobby* do batom", e que foi de importância ímpar no processo de (re)democratização do Brasil. O *lobby* concentrou esforços no sentido de garantir direitos civis iguais para homens e mulheres e conseguiu fazer aprovar "80% das reivindicações encaminhadas (...) na área dos direitos da mulher" (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 24). Algumas das conquistas concretas do *lobby* na Constituição de 1988 foram a extinção da tutela masculina na sociedade conjugal, a eliminação do direito do homem de impedir a sua esposa de trabalhar, o enquadramento da violência sexual como um crime contra os Direitos Humanos, em oposição ao crime moral, a extensão da licença maternidade para 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário e

proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos. Ainda no correr dos anos 1980 vale destacar a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM), em São Paulo, no ano de 1986, quando também surgiu a primeira DEAM do Rio de Janeiro. Há que se apontar, além disso, a instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984 e o surgimento de núcleos de estudo de grande importância para o desenvolvimento do debate acadêmico em torno do feminismo, como é o caso do Pagu (Núcleo de Estudos de Gênero), na UNICAMP e do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), da PUC-Rio.

A virada da década trouxe consigo novas formas de se pensar e de se fazer o feminismo. Não bastando os desafios colocados aos movimentos sociais brasileiros pelo processo de democratização do país, a adoção da ideologia neoliberal por parte das elites nacionais tornou ainda mais complexo o cenário dos anos 1990. Entendido como "uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar do século XX" (MELO, 1998, p. 65), o Estado neoliberal abdica de algumas de suas obrigações históricas exatamente no momento em que os movimentos sociais buscavam iniciar uma interlocução com os poderes públicos. É no fluxo desses acontecimentos que se observa o surgimento massivo de organizações não governamentais (ONGs) no país, cuja atuação acaba por substituir em grande medida os antigos compromissos do Estado com seus cidadãos. O fortalecimento do "terceiro setor", nesse sentido, não pode ser entendido como resultado exclusivamente da "atuação espontânea de cidadãos – e entidades por eles criadas – em iniciativas de promoção e defesa de causas de interesse comum, [...] como direitos humanos, meio ambiente, direitos das mulheres [...]" (HADDAD, 2007, p. 21), como querem fazer crer alguns analistas. A piora ou estagnação nas condições de vida das parcelas mais vulneráveis da população durante o reinado do neoliberalismo no país defronta o movimento feminista com um fenômeno conhecido como "feminização da pobreza" [6].

É nesse contexto que se dá a articulação feminina no Brasil em torno da Conferência Mundial de Pequim, ocorrida em 1995. Entre os meses de abril e agosto de 1994 a Agência Brasileira para Cooperação (ABC) organizou cinco seminários temáticos preparativos para a

6 Em Castro, 1999, p. 91, encontramos que "o termo 'feminização da pobreza' não deveria ser lido como crescimento das mulheres entre os pobres, mas como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres, já que, historicamente, o trabalho da mulher não remunerado no cuidar dos filhos, da casa, do marido não seria contabilizado na produção de riqueza e que, por outro lado, se considerada não a renda familiar, mas a renda individual, seriam as esposas, e não as chamadas mulheres chefes de família (principalmente se da mesma faixa etária), as que mais se destacariam como mais pobres entre os pobres, assim como as mais velhas vivendo sós".

Conferência de Pequim nas diferentes regiões brasileiras[7], e mais dois seminários foram organizados no mesmo ano pelo Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição e dos Direitos da Mulher[8]. Como feminista militando no Partido dos Trabalhadores, tendo participado ela mesma da articulação de mulheres em torno da Conferência de Pequim, Vera Soares narra que:

> Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, proporcionou excelente oportunidade para o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1995)[9]. Impulsionou-se um grande debate público sobre a desigualdade das mulheres. Com o objetivo de fortalecer e unificar o movimento de mulheres, independente das diferenças ideológicas e políticas, foi organizada uma coordenação: a Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing-95. Esse processo gerou uma agenda genuína do movimento de mulheres no Brasil, centrada nas necessidades das mulheres de todas as classes e grupos étnico-raciais. (SOARES, 1998, p. 47).

O contexto histórico que envolve o período entre as Conferência de Nairóbi e Pequim implicou profundas mudanças na estrutura do sistema internacional. Em meio a uma série de acontecimentos impactantes ocorreria em setembro de 1995, na China, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher. Uma mudança substancial na postura do Estado brasileiro se nota a partir do fato de que "todo o processo preparatório e a própria participação do Brasil na conferência [foram] pautados, segundo Alves (2001)[10] e [a Embaixadora Thereza] Quintella, subchefe da delegação brasileira em Beijing, no diálogo entre o governo, particularmente o Itamaraty, e a sociedade civil" (HADDAD, 2007, p. 18). Embora o Grupo dos 77 ainda fosse uma força política atuante no âmbito da ONU, o que manteve o Brasil razoavelmente alinhado ao bloco, sobretudo no que diz respeito às questões sociais e econômicas, o país se reservou ao direito de empunhar bandeiras mais progressistas no que

7 Discutiu-se gênero e relações de poder, em Salvador; políticas econômicas, pobreza e trabalho, no Rio de Janeiro; violência contra a mulher, em São Paulo; saúde e educação da mulher, em Porto Alegre; e foi realizado ainda um último encontro, para apresentação e discussão da síntese dos quatro anteriores.
8 O primeiro, em Belém, teve como tema a prostituição e o tráfico de mulheres, e o segundo, no Rio de Janeiro, tratou de políticas públicas sob a ótica de gênero.
9 SOARES, Vera. "O Contraditório e ambíguo caminho a Beijing". Revista Estudos Feministas, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro, 1995.
10ALVES, José AugistoLindgren. Relações Internacionais e Temas Sociais - A Década das Conferências. Brasília: IBRI, 2001.

tange a questões como sexualidade, saúde e direitos reprodutivos. O governo brasileiro manteve o seu compromisso com o que já havia sido acordado nas Conferências anteriores, o que o pronunciamento da chefa da delegação brasileira, Sra. Ruth Cardoso, procurou deixar claro: "os ganhos obtidos até agora [...] devem ser reiterados sem passos atrás ou hesitações".

As principais inovações trazidas pela Conferência de Pequim foram determinantes para o formato que as discussões sobre as questões das mulheres passariam a ter dali em diante. Os conceitos de gênero, empoderamento feminino e transversalidade, discutidos exaustivamente durante o encontro, foram largamente aceitos e adotados. Nesse sentido temos que:

> O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade.
> O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.
> A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. (VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. "Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher – Pequim, 1995)[11].

6. Conclusão

O movimento de feminista, engatinhando em sua organização, desenvolveu-se no país até o final da década de 1970 distante das instituições oficiais, que não estavam interessadas em dialogar com movimentos sociais; e numa relação ambígua com partidos de esquerda, que tinham dificuldade em aceitar a relevância da discussão feminista. As primeiras participações brasileiras nas conferências da ONU demonstraram pouco embasamento teórico e conceitual por parte das delegações nacionais para discutir questões específicas das mulheres. No entanto, o foco desenvolvimentista e terceiro-mundista estava, sem dúvida, em consonância com o que vinha sendo discutido internamente pelo movimento de mulheres.

11 Relatório disponível no sítio da Secretaria de Política para as Mulheres, na subseção Articulação Internacional, através do endereço http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf/view.

A partir da década seguinte, com a soma do amadurecimento do movimento social e das primeiras experiências de institucionalização das demandas das mulheres, pode-se observar um maior interesse das delegações em participar das discussões específicas e projetar o nome do Brasil durante o fórum. Ainda que o relatório da conferência de 1995, diferente em estrutura dos anteriores, não permita uma análise minimamente aprofundada da participação brasileira, a vasta produção acadêmica sobre o tema leva a concluir que, inclusive pelo fato de a delegação nacional ter sido pela primeira vez presidida por uma mulher, o salto de qualidade, em termos de representação, foi bastante significativo.

Conclui-se, por fim, que a participação do Estado brasileiro nos fóruns da ONU sobre as mulheres progrediu com o avanço da interação entre as instituições estatais e os movimentos sociais, e as posturas autonomistas e institucionalizantes deram, ambas, suas contribuições a esse projeto.

Referências

CASTILLO, Rosalva Aíde Hernández. Feminismos Poscoloniales: Reflexiones desde el Sur del Río Bravo. In: NAVAZ, Liliana Suárez e HERNÁNDEZ, Aída (ed.): **Descolonizando el feminismo**: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid, ed. Cátedra, 2008.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza' em cenário neoliberal. Resumo de texto apresentado na I Conferência Estadual da Mulher, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher, Governo do Estado do Rio Grande do Sul — 1999.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro: Raça, Identidade e Saúde Reprodutiva no Brasil (1975-1996)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa Feminista**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2002.

FONTÃO, Maria Angélica Breda. **As Conferências da ONU e o movimento de mulheres: construção de uma agenda internacional**. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Relações Internacionais/Universidade de Brasília. Curso de Especialização em Relações Internacionais, Brasília,2011.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: A política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2007.

MAHMOOD, Saba. Teoría Feminista y el agente dócil: algunas reflexiones sobre el renacimiento islámico en Egipto. In: NAVAZ, Liliana Suárez e HERNÁNDEZ, Aída (ed.):

Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes. Madrid, ed. Cátedra, 2008.

MAIGUASHCA, Bice. Globalization and the 'politics of identity' – IR theory through the looking glass of women's reproductive rights activism. In: ESCHLE, Catherine e MAIGUASHCA, Bice (ed.). **Critical theoris, international relations and 'the anti-globalization movement' – the politics of global resistence**. New York: Routledge, 2005.

MANINI, Daniela. A Crítica Feminista à Modernidade e o Projeto Feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, n. 3/4: 45-67, 1995.

MELO, Hildete Pereira de. Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e Política**: Gênero de feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MOLYNEAUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**, Vol. 11, n. 2, 227-254, 1985.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cythia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, 12(2): 35-50, maio-agosto/2004.

_____. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998.

SILVA, Vivian Souza Alves da. **O Movimento Feminista Brasileiro e a Representação Oficial nos Fóruns Internacionais sobre Gênero: Uma Análise das Conferências Mundiais sobre as Mulheres**. Monografia apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito à conclusão do curso de graduação em Relações Internacionais, Niterói, 2013.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e Política**: Gênero de feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, Rachel e ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e Democracia (1964-...).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Report of the World Conference of the International Women's Year. New York: United Nations Publications, 1976.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace. New York: United Nations Publications, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievments of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace. New York: United Nations Publications, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Report of the Fourth World Conference on Women. New York: United Nations Publications, 1996.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a Lei de Cotas**. Monografia (Curso de Especialização em Processo Legislativo). Brasília: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2008.

"UMA REGRA BEM OBSERVADA, CONDUZ A UMA GRANDE PERFEIÇÃO": REGRAS DE VIDA PARA UMA FILHA DE MARIA

Walter Valdevino do Amaral
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres tiveram um importante papel na manutenção e divulgação das doutrinas católicas. Com objetivo de expandir de forma mais dinâmica, seus conceitos éticos e morais entre o público feminino, a Igreja Católica passou a estimular a criação de associações religiosas, como a Pia União das Filhas de Maria, destinada às jovens solteiras, de "boas famílias", cuja principal finalidade era educar e preparar suas associadas, sob a espiritualidade mariana, para serem boas filhas, esposas e mães. Suas sócias deveriam observar e vivenciar as regras da vida, contidas no Manual da Pia União das Filhas de Maria, pois estas guiariam num caminho de retidão, devoção e obediência, no qual a pureza dos corpos e das mentes é sempre testificada. Neste trabalho, analisamos o surgimento da Pia União das Filhas de Maria e suas regras comportamentais, numa tentativa de mostrar como esta associação foi fundamental, para a formação de normas a serem postas como modelo para todas as jovens católicas. Nesta análise estabelecemos a relação entre as normas encontradas no Manual com as atas da Pia União das Filhas de Maria do município de Goiana, interior pernambucano. Para tal análise, adotamos os conceitos de *habitus* (Pierre Bourdieu) e *disciplina* (Michel Foucault).

Palavras-chave: História Social. Gênero. Religião.

História da Pia União das Filhas de Maria

A moderna Pia União das Filhas de Maria pretende ter tido origem em uma associação criada no início do século XII, em Ravena, Itália, pelo Beato Pedro de Honestis (1049-1119). Este, tendo feito a promessa de construir uma igreja e um mosteiro em honra da Virgem, reuniu em torno de si, em uma propriedade de sua família, um grupo de clérigos sob o nome de *Os Filhos de Maria*, em honra de um ícone miraculoso de Nossa Senhora, hoje conhecido por "Madonna Greca" (Cf.: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922).

A associação, aprovada pelo Papa Pascoal II, adotou a regra agostiniana e acabou dando origem à Congregação Portuense de Cônegos Regulares. O Manual de 1922, da moderna Pia União, informa que os membros do sodalício fundado por Pedro se caracterizavam pela medalha que ostentavam no pescoço e pela faixa azul celeste que traziam na cintura.

Uma segunda raiz histórica, invocada no Manual de 1922, refere-se à associação criada em 1594, na paróquia de Mattaicourt, na França, pelo Beato Pedro Fourier (1565-1640), também da Ordem dos Cônegos Regulares. Com o objetivo de fomentar a piedade mariana na juventude feminina, erigiu a *Congregação da Virgem Imaculada* (Idem). As jovens que faziam parte desta associação "traziam como distintivo um escapulário de cor celeste que

tinha impresso de um lado a imagem da Imaculada Conceição e de outro a inscrição 'Maria foi concebida sem pecado'" (GIL, 2009).

A criação dos grupos que atualmente conhecemos por *Pia União das Filhas de Maria*, só se daria na primeira metade do século XIX, com a jovem francesa Catarina Labouré (1809-1876), para quem a Virgem Maria teria realizado algumas aparições[1] durante o ano de 1830, sendo a mais significativa a do dia 27 de novembro, na qual a Virgem teria ordenado que ela fundasse uma associação que recebesse o nome de Filhas de Maria (Cf.: NOSSA Senhora das Graças da medalha milagrosa, 2009).

As mulheres que faziam parte desta associação deveriam trazer no pescoço uma fita azul celeste da qual penderia uma medalha com a imagem da Virgem Maria sobre um globo, com os braços abaixados e as palmas das mãos viradas para a frente. Ao redor desta imagem aparecia a frase: *Maria concebida sem pecado rogai por nós que recorremos a vós.* Na parte posterior da medalha foi cunhada a letra M, encimada por uma cruz, tendo um traço na base e, por baixo do monograma de Maria, dois corações representando o de Jesus (cercado por uma coroa de espinhos) e o de Maria (com uma espada atravessada), e adornada por 12 estrelas (Idem).

Em 1864, o Padre Alberto Passéri, pároco da Basílica de Santa Inês, em Roma, fundou uma associação para jovens católicas, denominando-a de Pia União das Filhas de Maria, a qual estaria sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inês[2]. A escolha de Santa Inês (Agnes, em italiano) como patrona deste grupo, está relacionada a dois motivos: primeiro, porque foi fundada na Igreja que tinha a Santa como padroeira; segundo, porque ela representava um modelo de pureza e castidade para as jovens associadas.

Esta Pia União foi enriquecida com indulgências e privilégios, concedidos pelo Papa Pio IX, através do *Breve* de 16 de janeiro de 1866. Um mês depois, pelo *Breve* de 16 de fevereiro, o Papa elevou a associação à dignidade de *Primária*; mais tarde pelo *Breve* de 4 de

1 Neste trabalho não nos deteremos à discussão, sobre a credibilidade ou não, das aparições de Nossa Senhora a Catarina Labouré. Sobre este tema ver: CASTRO, Pe. Jeronimo Pereira de. *Santa Catarina Labouré e a medalha milagrosa.* Petropolis: Vozes, 1951.

2 Viveu em Roma, onde foi martirizada no ano 304. Descendia da nobre e poderosa família Cláudia, desde pequena foi educada pelos pais na fé cristã. Cresceu virtuosa e decidiu consagrar sua pureza a Deus. Aos treze anos foi cobiçada, por conta de sua beleza e virtude, pelo jovem Fúlvio, filho do prefeito de Roma Simprônio. Como o rejeitou, Inês foi levada a julgamento e obrigada a manter o fogo sagrado aceso de um templo dedicado à Vesta, deusa romana do lar e do fogo, o que se recusou a fazer. Por isso foi condenada a ser exposta nua num prostíbulo. Introduzida no local da desonra, uma luz celestial a protegeu e ninguém ousou aproximar-se dela, seus cabelos cresceram cobrindo o seu corpo. Receoso, o prefeito Simprônio passou o caso para seu vice-prefeito, Aspásio. Após um novo interrogatório, a menina foi condenada a morrer queimada. As chamas também não a tocaram, voltando-se contra seus algozes e matando muitos deles. Por fim, foi decapitada a mando do vice-prefeito de Roma (Cf.: SANT'AGNESE, 2009).

fevereiro de 1870, o Pontífice concedeu ao pároco de Santa Inês o direito de agregar todas as outras Pias Uniões, em qualquer parte do mundo, concedendo-lhes os mesmos privilégios de que gozava a *Primária* (Cf.: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922).

Treze anos mais tarde, o Papa Leão XIII, através de dois *Breves* de 21 de maço de 1879, concedeu a indulgência plenária a todas as associadas no dia de sua admissão na Pia União das Filhas de Maria, declarou o Padre Alberto Passéri como instituidor e diretor geral de todas as congregações das Filhas de Maria e, por fim, lhe concedeu a faculdade de benzer as medalhas em qualquer Pia União e de delegar tal faculdade àqueles sacerdotes que desejassem receber novas aspirantes e Filhas de Maria em sua associação (Idem).

Com os incentivos concedidos à Pia União das Filhas de Maria, os pontífices Pio IX e Leão XIII, almejavam incentivar a instalação dessa associação feminina nas paróquias católicas espalhadas em qualquer parte do mundo. Na segunda metade do século XIX, começaram a surgir em diversas paróquias brasileiras, grupos de Pias Uniões das Filhas de Maria. Estas obedeciam às normas ditadas pelos bispos de cada diocese e se mantinham unidas à *Primária* de Roma (Idem).

O registro mais antigo sobre esta associação na capital pernambucana é o documento de *Aprovação do Excmo. e Revmo. Sr. Bispo de Pernambuco*, datado de 6 de agosto de 1886, quando o bispo da Diocese de Olinda[3], Dom José Pereira da Silva Barros, aprovou o *Manual da Pia União das Filhas de Maria*, no qual afirma, desejar "ardentemente que a devoção da mocidade pelo culto a Virgem Immaculada se propague por toda esta diocese de modo uniforme" (BARROS, in: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922). A implantação formal da Pia União das Filhas de Maria, nesta cidade, ocorreu após a publicação deste documento, no qual o Bispo expressou claramente ao clero e aos seus fieis o

> desejo de vêr em toda a Diocese estabelecidas as Pias Uniões das Filhas de Maria, desde já invocamos aos céos que abençôem e enriqueçam de suas graças todos aquelles que para isso contribuirem, na medida do seu zelo e das suas forcas, aos quaes igualmente enviamos a nossa benção pastoral (Idem). Grifo nosso.

Neste sentido, Dom José Pereira da Silva Barros, recomendava aos seus párocos que se dedicassem para a

3 A Diocese de Olinda, a terceira mais antiga do Brasil, criada como prelazia em 1614 e como diocese em 1676, foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana pelo *Decreto da Sagrada Congregação Consistorial*, no dia 05 de dezembro de 1910. A partir de 26 de julho de 1918, com Bula *Cum urbs Recife*, do Papa Bento XV, passou a denominar-se Arquidiocese de Olinda e Recife (Cf.: HISTÓRIA. Arquidiocese de Olinda e Recife, 2009).

> propagação d'estas Pias Uniões em suas freguezias, certos de que com ellas conseguiram reanimar o fervor dos tibios, fortificar o desanimo dos fracos, restaurar a pratica da virtude e da piedade no lar domestico, e d' este modo chamar o povo christão á frequencia do templo e á observância dos preceitos do Senhor (Idem).

As palavras do bispo ecoaram pelo estado de Pernambucano; logo foram criadas novas associações, tanto na capital como no interior. Temos como exemplo, a criação da Pia União das Filhas de Maria, no município de Goiana, localizado na Zona da Mata Norte. A qual, sob a liderança do padre Luiz Wolff, foi fundada em 18 de março de 1906, nas dependências do Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade. Em 1907, suas reuniões foram transferidas para o Colégio de Nossa Senhora do Rosário e padre José Ambrosino Leite assumiu a liderança do grupo (Cf. SILVA, 2007).

Para os eclesiásticos, este modelo de associação representava uma das formas mais eficazes para preservar da "virtude do sexo frágil", uma vez que o seu objetivo era fazer com que as jovens se tornassem obedientes e respeitosas para com seus pais, de forma que quando fossem solicitadas por Deus estivessem capazes de reconhecer a sua vocação e realizá-la da melhor forma possível, independentemente de serem esposas, mães, religiosas ou leigas piedosas no meio da sociedade. O mais importante era que elas se mostrassem capazes de fomentar o amor, a virtude e a piedade no convívio familiar e social.

Uma vida regrada

A Pia União das Filhas de Maria foi um dos principais espaços utilizados pela Igreja Católica para a normatização do "sexo frágil". O seu *Manual* indicava um conjunto de regras, as quais eram divididas em *regras para todos os dias*, *todas as semanas*, *todos os meses*, *todo o ano* e *para todo o tempo* de vida.

As *regras para todos os dias* consistiam em orientar as Filhas de Maria do despertar até o adormecer, reforçavam a necessidade das orações para o crescimento espiritual, bem como estabeleciam normas para o bem-estar físico e social de uma Filha de Maria.

Neste bloco de regras, era aconselhado que: fossem fixados horários regulares para o descanso do corpo e que as orações fossem sempre feitas de joelhos; se vestissem com modéstia; fizessem um breve exame de consciência no qual se evidenciasse os perigos diários para a alma; meditassem por no mínimo quinze minutos diante do crucifixo; assistissem a primeira missa celebrada a fim de comungar e se fortalecer para as intempéries do dia; serem exemplares no desenvolvimento de todos os seus deveres; procurassem a presença de Deus,

durante todo o dia, através de jaculatórias; adotassem horas fixas para as refeições, as quais não deviam ser feitas às pressas e nem em excesso, além de serem censuradas as bebidas alcoólicas, tidas como incentivadoras das impurezas do mundo; realizassem as orações e um exame de consciência das ações praticadas durante o dia para, assim, poderem deitar e adormecer com toda compostura (Idem).

As *regras para todas as semanas*, estavam mais relacionadas ao cumprimento de deveres religiosos das associadas. E, portanto, enfatizavam a necessidade de: criar-se o hábito de realizar, sempre aos domingos, uma consagração, através do sacramento da penitência, à Santíssima Virgem; ser breve nas confissões; comungar com frequência; participar de todas as reuniões da associação; fazer um jejum em honra da Virgem Maria, nos sábados; assistir ao catecismo e à benção do Santíssimo Sacramento, nos domingos (Idem).

As *regras para todos os meses*, estavam mais direcionadas à participação das Filhas de Maria na associação. Estas aconselhavam que: as associadas nunca faltassem às reuniões mensais da Pia União e que naquele dia fizessem a comunhão; caso faltassem a qualquer reunião, justificassem o mais brevemente, e que se informassem sobre a reunião passada; as sócias deveriam escolher uma virtude e a cumprir fielmente, todos os meses; uma semana antes da reunião, as jovens deveriam ler, com atenção, as regras de vida e fazer uma reflexão sobre a sua conduta durante todo o mês (Idem).

As *regras para todo o ano*, estavam mais relacionadas às festividades religiosas do grupo. E recomendavam que as Filhas de Maria: realizassem os exercícios espirituais todos os anos; celebrassem com devoção as festividades de Nosso Senhor, Nossa Senhora e de Santa Inês; participassem ativamente das celebrações realizadas durante o mês de maio, consagrado pelo catolicismo como Mês de Maria (Idem).

Por fim, estavam as *regras para todo o tempo*, divididas em duas partes: *o que deveis fazer* e *o que deveis evitar*, ambas relacionadas a comportamentos e atitudes que deveriam ser observadas pelas Filhas de Maria no seu cotidiano.

A primeira parte mostrava que, como boas Filhas de Maria, as jovens deviam: nutrir uma devoção especial a Maria, a Santa Inês e ao Anjo da Guarda; amar o trabalho como um dever de Estado; cultivar a humildade; ser obedientes aos pais e superiores; preservar a modéstia; exercitar a caridade; ter bons modos; amar a mortificação; visitar e consolar os enfermos e atribulados; restringir o seu grupo de amizade, escolhendo as mais prudentes; procurar um confessor sábio, prudente e virtuoso, mantendo-se fiel a ele (Idem). Essas recomendações foram bastante difundidas na Pia União das Filhas de Maria, em Goiana;

principalmente no período em que o padre Silvio Guedes esteve da diretoria da mesma, pois para ele "a Eucaristia era a solução para todos os males, necessária aos cristãos, mas especialmente para as Filhas de Maria, que deveriam ter como meta a humildade, a obediência, a modéstia e a caridade" (SILVA, 2007).

A segunda parte solicitava que as jovens: se afastassem de qualquer forma de pecado e das más companhias; evitassem relações de amizade com homens; não participassem de bailes, de espetáculos perniciosos e não lessem maus livros; odiassem a mentira, maledicência, as críticas e todas as conversas não edificantes; não tivessem nenhuma espécie de superstição, e evitassem os namoros inconvenientes, as cantigas imodestas; não saíssem sozinhas na parte da noite; fugissem da preguiça e da ociosidade; evitassem gestos exagerados, como gritos, pulos, gargalhadas, correr pelas ruas, ou seja, tudo que não ficasse bem a uma jovem cristã bem educada (Cf.: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922).

Tais regras deveriam ser praticadas por todas as Filhas de Maria, uma vez que:

> Uma regra bem observada, conduz a uma grande perfeição, livra da condemnação eterna, e prepara no céo uma esplendida corôa de gloria. E todos os mestres da vida espiritual são conformes em affirmar que, quem vive segundo a regra, vive em Deus. Se é necessário um regulamento de vida para qualquer christão, muito mais para vós, Filhas de Maria, se desejaes passar os dias da vida no temor de Deus e na devoção a Maria (Idem).

Entre as normas contidas no *Manual*, destaca-se ainda, uma listagem intitulada de *Flores da Virtude*. Embora aparentemente simplória esta lista de flores é bastante exemplar da retórica persuasiva apresentada pelo mesmo. Compreendida pelo seu autor como um ramalhete das mais belas flores do campo das obras de piedade, era direcionado às jovens Filhas de Maria e deixa clara a concepção que a Igreja tinha do "sexo frágil" como o mais propício ao pecado.

As *Flores da Virtude* constituem um dos muitos tópicos moralizantes que podem ser encontrados em todo o *Manual*. A obediência às recomendações era um exercício de tolerância e educação do corpo e da consciência das associadas.

Analisando as trinta e uma flores, observamos que todas elas estavam, de alguma forma, relacionadas à normatização das jovens que faziam parte da Pia União das Filhas de Maria. As *Flores da Virtude*, anunciadas, são as seguintes:

> 1. Vencer a preguiça ao levantar-se e cumprir com os deveres do proprio

estado.
2. Guardar modéstia nos olhos e mais sentidos.
3. Ouvir missa pelas almas devotas de Nossa Senhora.
4. Fazer leitura espiritual, ao menos por um quarto de hora.
5. Combater a gula, por amor de Maria.
6. Dar uma esmola.
7. Invocar o socorro de Maria nas tentações.
8. Pedir a benção á Virgem Maria, ao começar qualquer ação.
9. Obedecer com gosto, por amor da Virgem Santissima.
10. Não censurar o proximo, nem em coisas levissimas.
11. Visitar alguma imagem da virgem.
12. Não commetter faltas voluntarias.
13. Convidar alguém a fazer algum ato de religião.
14. Perdoar pelo amor de Maria.
15. Pedir á Virgem a conversão dos peccadores.
16. Levar com paciencia qualquer adversidade.
17. Combater a curiosidade.
18. Reprimir a vaidade.
19. Rezar com devoção.
20. Fazer algum acto de humildade.
21. Lançar fogo em algum retrato perigoso, indecente, ou livro máu; ou, não os tendo, dar graças á Virgem.
22. Estudar ou trabalhar com gosto, pelo amor à Virgem.
23. Abster-se de algum divertimento, ainda que innocente.
24. Edificar o proximo com palavras e por obras.
25. Soffrer com paciencia as pessoas rudes.
26. Vencer o genio.
27. Fazer o exame de consciencia e o acto de contrição, antes de se deitar.
28. Cahindo em alguma falta, fazer proposito de emendar-se.
29. Fazer actos de conformidade com a vontade de Deus.
30. Fugir de alguma amizade perigosa.
31. Fazer actos de amor com Jesus (Idem).

Como podemos observar, estas trinta e uma instruções virtuosas que deveriam ser seguidas pelas Filhas de Maria, revelam o modelo de jovem católica almejado pela Igreja, e também modos de comportamento para as associadas da Pia União em seu convívio familiar e social. Em sua maioria, as *Flores da Virtude* estão relacionadas às práticas de conduta moral e religiosa.

Analisando o que foi descrito acima, notamos claramente aquilo que Foucault (1977) afirmar ser "métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade", cujo conjunto ele denomina de *disciplinas*.

As Filhas de Maria deveriam ser verdadeiros exemplos de devoção, humildade, pureza, caridade e obediência, na família e na sociedade. A sua correta atuação representaria a continuidade da associação e da cristalização de um modelo de mulher sob a égide da fé católica. Portanto, quando alguma sócia cometesse uma falta grave, que comprometesse a

imagem da associação, esta deveria ser excluída do convívio da Pia União. Eram consideradas faltas graves e, por isso, motivo de expulsão:

> 1 – toda a culpa publica; 2 – desobediencia formal ás ordens superiores; 3 – injuriar gravemente as associadas; 4 – zombar e escarnecer do director, das dignitarias ou das praticas da Pia União; 5 – manter amizades perigosas, mesmo com as associadas, depois de admoestadas, e acompanhar voluntariamente com as pessoas escandalosas, levianas ou que digam mal da Congregação; 6 – a habitual dissipação e falta do regulamento da Congregação e a falta ás suas reuniões ao menos mensaes, duas vezes a seguir (ou conforme se determinar em cada Congregação), sem causa justa e sem justificar as faltas; 7 – ter conversações deshonestas, cantar cantigas maliciosas, lêr romances e outros livros perniciosos; 8 – tomar parte em danças prohibidas, como sejam: valsas, polkas, galopes, etc., com pessoas de differente sexo, ou ainda mesmo em quaesquer outras danças ou jogos perniciosos, com pessoas de differente sexo, sem ser a isso obrigada; 9 – ter namoros inconvenientes e por passatempo e divertimento; 10 – usar trajes immodestos, modas escandalosas, etc., etc. (MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922).

Fica visível nestas normas que, as Filhas de Maria deveriam seguir uma vigilância excessiva com o corpo, evitar as más companhias e as influências do mundo moderno. Todo esse cuidado com o corpo da mulher faz parte de um momento histórico no qual se tenta construir, no seio da Igreja Católica, um novo *habitus* para as jovens, para torná-las símbolos de santidade, pois, a Igreja percebia no sexo feminino um importante agente para evitar o seu declínio. Portanto, tomar conta do seu corpo era um capítulo importante para torná-las dóceis soldados de Cristo na luta contra os males da Modernidade. Com base em questões semelhantes a estas, a historiadora Michelle Perrot (2008), afirma que, para a Igreja Católica:

> O sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído. Daí a importância atribuída ao hímen e a virgindade. Principalmente pelo cristianismo, que faz da castidade e do celibato um estado superior. Para os Pais da Igreja, a carne é fraca. O pecado da carne é o mais terrível dos pecados. [...] A virgindade é um valor supremo para as mulheres e principalmente para as moças. A Virgem Maria, em oposição a Maria Madalena, é seu modelo e protetora. [...] Filhas de Maria, elas são sujeitas à pureza. O pudor é seu ornamento.

Vimos acima as principais características que uma Filha de Maria deveria ter, para adentrar permanecer na Pia União, a partir da construção de um *habitus* através do controle de seus atos, extirpando de sua vida todos os contatos e ações maculadoras que pusessem em risco a sua reputação e, consequentemente, sua atuação como membro da associação, dando ênfase as normas advindas do Manual, principal elemento norteador das práticas da

associação. Isso se insere no que Bourdieu denomina de "trabalho de construção simbólica", definido pelo mesmo, como algo que

> não se reduz a uma operação estritamente performativa de nominação que oriente e estruture as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é , em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo (BOURDIEU, 2002).

Para evitar que as associadas cometessem algumas faltas, o diretor, a diretora e a vice-diretora tinham por obrigação empregar seus esforços, com cuidado e vigilância, para que o regulamento da Pia União fosse observado por todas as suas sócias. Mas, uma vez cometida alguma dessas faltas por uma das associadas, o Conselho Secreto deveria tomar uma posição sobre o caso, podendo ser a repreensão, o castigo ou a expulsão.

Quando a falta cometida não fosse interpretada como grave, a jovem que a praticou poderia: ficar privada de se apresentar ao grupo com a fita, por um tempo determinado; ser obrigada a fazer um ato de reparação diante das congregadas, numa das reuniões; ser rebaixada de categoria, por um tempo determinado; ficar suspensa ou mesmo perder o cargo que exercia na Pia União entre outras (Cf.: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, 1922).

Mas, se o erro fosse interpretado como grave, cabia ao Conselho Secreto o poder de decretar a expulsão; em casos extraordinários, o diretor poderia excluir uma sócia, sem consultar o Conselho. Decretada a exclusão de uma sócia, as Filhas de Maria não poderiam manter relações de amizade com a excluída, sob pena de incorrerem na mesma exclusão, apenas poderiam cumprimentá-la como expressão da caridade cristã. Caso a jovem excluída desejasse um dia voltar ao convívio da Pia União, deveria, antes de qualquer coisa, dar provas de seu arrependimento à associação e à sociedade, e poderia ser readmitida caso o diretor permitisse (Cf.: Idem).

As atas da Pia União das Filhas de Maria, da cidade de Goiana, nos revelam que, se necessário fosse, o Conselho Secreto não media esforço para colocar na prática a separação entre o "joio e o trigo". Como podemos observar na ata da sessão realizada em 08 de março de 1907, na qual a sócia Júlia Maria do Espírito Santo, foi excluída por suas constantes faltas nas reuniões da associação. Nesse documento, temos ainda, a exclusão por motivo considerado poderosíssimo, da aspirante Leonia Palmeira; em solidariedade a ela, pediram para sair as seguintes jovens: Lucilla Palmeira, Lavínia Palmeira, Rosa de Lima Palmeira,

Luiza Palmeira e Lydia Palmeira. Provavelmente, todos pertenciam a mesma família, e como o *Manual*, aconselha que as sócias e aspirantes da Pia União não mantenham contato com as excluídas, logo não lhes restaram alternativas, a não ser pedirem para sair da associação (Cf.: LIVRO de Ata da Pia União das Filhas de Maria, 1907).

Das sócias da Pia União das Filhas de Maria, era esperado um comportamento que as destacasse do restante da sociedade: ser Filha de Maria era ser um exemplo a ser seguido por todas as jovens da sociedade. Esse papel só seria plenamente exercido através da observação das regras, de uma vida sem vícios para obtenção de virtudes, uma vida em busca da purificação através de um cotidiano perpassado pela obediência irrestrita às normas. Corpos dóceis, mentes católicas; mulheres exemplares no seio de uma sociedade de excessos.

Referências

BARROS, Dom José Pereira da Silva. Approvação do exmo. e revmo. sr. bispo de Pernambuco. **Manual da Pia União das Filhas de Maria**: sob o patrocínio da Virgem Immaculada e de Santa Ignez, Virgem e Martyr. Porto: J. Steinbrener, 1922.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Pe. Jeronimo Pereira de. **Santa Catarina Labouré e a medalha milagrosa**. Petropolis: Vozes, 1951.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

HISTÓRIA. Arquidiocese de Olinda e Recife. Disponível em: <http://www.arquidioceseolindarecife.org.br/hitoria.htm>. Acesso em: 04 nov. 2009.

GIL, Benedito Miguel. **Os cursilhos e a reprodução do catolicismo europeu nas américas.** Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/bmgil/trabal03.htm>. Acesso em: 04 nov. 2009

LIVRO de Ata da Pia União das Filhas de Maria. Livro I. Sessão XXVII, 08 de março de 1907.

MANUAL da Pia União das Filhas de Maria: Sob o patrocínio da Virgem Immaculada e de Santa Ignez, Virgem e Martyr. Porto: J. Steinbrener, 1922.

NOSSA Senhora das Graças da medalha milagrosa. Disponível em: <http://www.paginaoriente.com/santos/nsgrac2711.htm>. Acesso em: 04 nov. 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

SANT'AGNESE. Disponível em: <http://www.enrosadira.it/santi/a/agnese.htm>. Acesso em: 21 nov. 2009.

SILVA, Maria de Fátima Santana da. **A Pia União das Filhas de Maria de Goiana, 1906-1920.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DIANTE DA DIVERSIDADE DE GÊNERO, RAÇA, CRENÇA ENTRE OUTROS

Werik Ramos da Silva
Universidade Federal de Goiás/ Universidade Estadual de Goiás

Roberta Vieira de Oliveira Ramos
Universidade Federal de Goiás – *Campus* Catalão/ Universidade Estadual de Goiás

Daniella M. G. S. Machado
Universidade Federal de Goiás / UAB/ FD/PDH

Resumo: Este trabalho apresenta uma reflexão metodológica a respeito da formação do Policial Militar do estado de Goiás diante da Diversidade Sócio-cultural existente no Brasil. A reflexão produzida através de questionário aplicado aos profissionais da Segurança Pública revela a ausência do aprendizado formador desses profissionais para tratarem com as questões de gênero nas diversas situações rotineiras. O estudo verifica se o policial militar, especificamente, obteve o conhecimento adequado para tratar com a pluralidade de gêneros, diversidade de raças e crença, minorias e outras pessoas que compõem e complementam essa Diversidade Sócio-cultural que caracterizam e enriquecem o território brasileiro, em particular o chão goiano. A pesquisa, elaborada minuciosamente embasada em uma realidade observada e na experiência adquirida pelo pesquisador, buscou dados que esquadrinhassem a real formação do policial militar como integrante de uma das forças públicas responsável pela garantia dos direitos individuais e coletivos. O questionário analisou o ensino-aprendizagem fornecido da Academia da Polícia Militar de Goiás (APM/GO), durante vários anos, quanto ao ensinamento a partir de conteúdos didático-pedagógicos que levassem à formação do militar e à possibilidade deste não somente reconhecer as alteridades como, também, compreendê-las. Os resultados encontrados nos surpreendem e nos levam a conclusões importantes permitindo-nos, ou melhor, obrigando-nos a repensar o ensino-formador do policial militar como ator de promoção e garantia da diversidade.

Palavra-chave: Policial Militar. Gênero. Formação.

Introdução

A diversidade tem sido debatida exaustivamente em congressos, eventos públicos e instituições de ensino a fim de formar uma concepção humanista voltada para o tema. Contudo, a compreensão das diferenças arraigadas na sociedade ainda sofre com a insuficiência de literatura que debata, cientificamente, os preconceitos e as ações de tolerância e intolerância existentes. O tema ganha amplitude quando consideramos que vários direitos do homem como ser social são ignorados ou, inescrupulosamente, violados por outras pessoas nas mais diversas situações e de forma rotineira.

Diante de tal cenário passamos a indagar se os profissionais que lidam diariamente com a manutenção da ordem e com a proteção dos direitos individuais compreendem a diversidade latente na sociedade brasileira de maneira geral e na goiana em particular. Essa

compreensão, indispensável na atualidade, permite a reflexão lógica e a tomada de decisão acertada frente os grupos vulneráveis e diversificados. Situações conflitantes e emergenciais surgem constantemente exigindo uma intervenção adequada da Polícia Militar para manter a harmonia da sociedade. Para que essas intervenções sejam realizadas respeitando os princípios constitucionais e, acima de tudo, as pessoas como cidadãs, os policiais militares devem compreender a diversidade sócio-cultural de forma clara e precisa.

Baseado nesse contexto, o presente trabalho questiona a real compreensão do tema por parte dos policiais militares do estado de Goiás considerando que passam por curso de formação para ingresso na carreira e atualização profissional ao longo desta. Através de questionários aplicados a vários policiais militares de diversas localidades, foi possível levantar dados que sustentam algumas conclusões e considerações permitindo refletir o quanto esses profissionais estão preparados para lidar com a diversidade.

Os resultados podem ser surpreendentes para alguns e naturais para outros. Contudo, são excelentes para uma análise crítica e adoção de métodos que forneçam aos profissionais da Segurança Pública uma melhor visualização das tendências e das demandas da sociedade formada por grupos sociais heterogêneos. Este trabalho permite o mapeamento, por amostragem, da assimilação da diversidade através da ótica dos próprios policiais militares e, portanto, contribui sobremaneira para a construção do pensamento investigativo e reflexivo da instituição a que representam.

O policial como "Pedagogo da Cidadania"

O estudo em construção ampara-se nos pressupostos basilares dos Direitos Humanos que ora direcionam o repensar da Segurança Pública e a compreensão da democracia cidadã firmada desde 1988, com a derrocada final da ditadura militar brasileira. Nesse aspecto, segundo Balestreri (1998, p. 7) "estamos há mais de uma década construindo uma nova democracia" em que nos preparamos, a cada instante, para superar conceitos previamente formados dificultando nossa evolução. Essa superação deve ocorrer de maneira estrutural, cultural, intelectual e principalmente conceitual, ou seja, precisamos compreender a nova sociedade e convergir nossas ações e pensamento para ela.

Esse repensar da Segurança Pública passa, antes de tudo, pela reflexão dos processos metodológicos e pedagógicos formadores dos policiais, em particular os militares, para atuarem nessa nova sociedade. De acordo, ainda, com Balestreri (1998, p. 8):

> Os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais includente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadoras de opinião: médicos, advogados, jornalistas e policiais, por exemplo.
> O policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes.

Hoje, o policial torna-se um verdadeiro pedagogo nas diversas situações de conflito em que é obrigado a atuar. Contudo, sua formação profissional, certamente, não o aprimorou para lidar com os cenários que vão surgindo ao passar dos anos e, menos ainda, para ver-se como pedagogo eventual. Assim, a evolução da sociedade e a legitimação de grupos antes considerados "subversivos" obrigam o policial a intervir em situações de conflito mediando não somente interesses mas, acima de tudo, conceitos opostos em um mesmo ambiente. O policial, pedagogo eventual, atua persuadindo os conflitantes na busca imediata da aceitação das diferenças que naturalmente manifestam-se como bem formulou Morais (2010, p. 2): "Com a globalização e o crescimento das cidades surge a necessidade de repensar as construções da sexualidade, da religiosidade, das etnias a partir do respeito às diferenças." Essas questões que permeiam a sociedade atual e que não são discutidas ou expostas para o aprendizado pedagógico e intelectual do policial, apesar de contemplado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2008) especificamente nos seguintes princípios do item Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança:

> d) reconhecimento de embates entre paradigmas, modelos de sociedade, necessidades individuais e coletivas e diferenças políticas e ideológicas;
> e) vivência de cooperação e respeito às diferenças sociais e culturais, atendendo com dignidade a todos os segmentos sem privilégios.

A evolução dos conceitos, necessariamente, tem que passar pela evolução das instituições, principalmente daquelas voltadas ao contato pormenorizado com o indivíduo como cidadão. Assim, o processo evolutivo dessas entidades somente torna-se possível com uma reflexão pedagógica por parte das pessoas que as caracterizam com vistas à formação do homem como ser social. Conforme bem exemplificou Durkheim, citado na Revista Nova Escola (2009, p. 59):

> A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação do indivíduo de uma série de normas e princípios –

> sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento – que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.

Dessa maneira, podemos compreender a formação do policial sob as influências sócio-culturais do meio em que está inserido necessitando, com isso, de um trabalho pedagógico nas instituições de ensino que favoreçam o desenvolvimento de questionamentos e a emancipação dos preconceitos nele existentes. Nessa vertente, o pensamento renovado da Teoria Educacional de Dewey e Herbart, propõe que:

> A educação deve visar a autonomia intelectual do educando, capacitando-o a resolver as situações problemáticas que a vida oferece, bem como formar para a democracia, contribuindo para a constituição de uma ordem social harmônica e organizada, na qual seus membros se aceitem mutuamente com respeito à individualidade. (RODRIGUES, 2010, p. 5).

Essas afirmativas, extraídas como essência de um contexto maior, revelam-se adequadas e efetivamente enquadradas no contexto particular da formação educacional do policial como profissional que lida diariamente com todas as classes sociais, raças, gêneros etc., exigindo dele flexibilidade, senso crítico e atitude de acordo com as diferentes abordagens. Contrapondo esse pensamento, as instituições policiais formadoras tendem a não superar os conceitos pedagógicos e doutrinários já consagrados ou, no máximo, permitem que alguns temas sejam discutidos de forma ortodoxa. Como exemplo, podemos citar a questão da homofobia e homossexualidade pouco ou nada discutidas entre alunos policiais, mesmo em sala de aula, contrariando o pensamento inovador como bem esclarece Louro (2000, p. 22):

> Os discursos sobre sexualidade evidentemente continuam se modificando e se multiplicando. Outras respostas e resistências, novos tipos de intervenção social e política são inventados. Atualmente, renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais.

Assim, o policial militar pode ser caracterizado em dois momentos fundamentais: o primeiro em que é aprendiz dos ensinamentos, das leis e doutrinas; o segundo, como profissional atuante, mediador de conflitos e pedagogo nos mais diversos ambientes, desde os hostis aos colapsados. Assim, qualificá-lo para compreender e atuar junto aos grupos diversificados de maneira a reconhecê-los, protegendo seus direitos, torna-se essencial.

Uma análise comparativa

A reflexão que permeia o presente estudo busca, ainda, debater os conteúdos de aprendizagem que caracterizam as grades curriculares dos cursos de formação de policiais na Polícia Militar de Goiás e, especificamente, verificar a compreensão desses profissionais a respeito da diversidade sócio-cultural brasileira na medida em que o tema fortalece a cidadania e a percepção da democracia tanto por parte dos policiais como fiscalizadores da lei quanto dos demais cidadãos. Essa é a preocupação de diversas polícias em todo o mundo, principalmente daquelas de países desenvolvidos com tecnologias, estratégias e métodos altamente evoluídos como afirma Basílio (2007):

> Lord (1998) realizou um estudo comparando o recrutamento e seleção da polícia na Suécia com os EUA verificando que o atual treinamento dos recrutas da Suécia é feito em dois períodos formais na Academia de Polícia da Suécia com 18 meses de treinamento de campo. O objetivo é oferecer tanto o fundamento teórico como o prático. O treinamento é baseado fundamentalmente em uma perspectiva democrática e cria um entendimento dos direitos humanos, valores democráticos e da importância de se ter uma atitude positiva com as pessoas. O treinamento é organizado de uma forma que o aluno adquira conhecimento e habilidade e desenvolva sua capacidade crítica para avaliar fenômenos de diferentes tipos; o treinamento fornece um aumento no conhecimento de condições internacionais e no entendimento de outras culturas.

Comunidades internacionais estão voltando o treinamento de seus policiais para situações do cotidiano, qualificando-os para melhor tratarem as pessoas dentro de princípios humanitários já difundidos no Brasil:

> O treinamento na Police Service of Northern Irland – (PSNI) é realizado em quatro estágios antes dos recrutas iniciarem o efetivo serviço na força. O primeiro estágio é de 10 semanas, o recruta é treinado em operações – primeiramente em tráfego e armas; o segundo estágio, também de 10 semanas, ocorre em unidades sob a orientação de um tutor; no terceiro estágio o aluno serve sob a direção de um policial experiente por um período de 44 semanas; o quarto estágio consiste em um período de 44 semanas e os alunos são avaliados antes de entrarem no serviço ativo da corporação. O currículo do programa de treinamento possui nove temas centrais que são: 1) direitos humanos: teoria e prática; 2) diversidade e incorporação de oportunidades iguais para comunidades e etnias; 3) policiamento comunitário; 4) segurança comunitária; 5) resolução de problemas; 6) ética profissional; 7) valores; 8) melhores práticas; e 9) saúde e segurança. (BASÍLIO, 2007, p. 53).

No Brasil, a literatura que procura decifrar as polícias, desde sua estrutura até a sua eficiência, ainda sofre com o desinteresse institucional, com as definições dos chamados

"policiólogos" e as ações demagógicas de políticos. Contudo, conforme afirma Basílio (2007, p. 55):

> No ano 2000, a Senasp lança as Bases Curriculares para o ensino policial com o objetivo de padronizar o ensino policial nas polícias militares das diversas unidades da federação. Assim, como viabilização de ações coerentes com o cenário atual, a Senasp idealizou o projeto treinamento para profissionais da área de segurança do cidadão. O projeto, que está sendo implementado pelo Ministério da Justiça (MJ), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP), prevê em suas especificações: identificação das necessidades de formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal das polícias federais e estaduais; proposta de compatibilização dos currículos visando a garantir o princípio de eqüidade dos conhecimentos e a modernização do ensino policial.

Percebemos, portanto, que o direcionamento adequado das práticas pedagógicas e do planejamento curricular dos cursos que efetivamente formam profissionais da área de Segurança Pública, em especial os policiais militares, mostra-se não somente necessário como urgente na medida em que promove o aprendizado de acordo com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O policial como pedagogo deve ter o conhecimento preciso de seu público alvo para saber como atuar/ensinar a exercer a democracia de modo que os direitos sejam realmente preservados e os deveres cumpridos. Os conflitos somente serão resolvidos com uma relação interativa, assim como define a abordagem renovada da educação de Dewey citada por Rodrigues (2011, p. 3):

> [...] a organização da sociedade é modificada pelo homem, num processo de interação com o meio, isto é, inicia-se a ruptura com o determinismo admitindo que na relação entre escola e sociedade há um movimento de interação.

Essa prática interativa deve visar o repensar do ensino policial favorecendo o conhecimento evolutivo, pragmático e isento de preconceitos em todas as disciplinas e, principalmente, naquelas que tratam do homem como indivíduo social em uma sociedade que se alicerça sobre diferenças. Como bem definiu Whitaker (2005, p. 55): "A superação de todo e qualquer tipo de exclusão, marginalização ou opressão é um dos objetivos da luta por um mundo melhor", este, sim, deve ser o papel de toda educação formadora, a de educar para um mundo melhor.

A metodologia aplicada

A reflexão em torno da compreensão da Diversidade Sócio-cultural por parte dos policiais militares do estado de Goiás está amparada através do questionário desenvolvido e que fora aplicado aos profissionais em variadas regiões do estado. Após a coleta das informações, providenciou-se a análise pormenorizada dos dados obtidos o que possibilitou mapear e traçar o perfil profissional generalizante dos policiais em relação ao tema.

Discutir a diversidade sócio-cultural no ambiente organizacional da instituição militar, possibilita a abertura pragmática para novos conceitos e discussões de vanguarda. Essa não é uma tarefa simples, ao contrário, revela-se complexa e aventureira sob a perspectiva da iniciante construção de literatura que trate do tema.

Assim, o pesquisador optou por desenvolver o questionário tendo como público alvo os integrantes da Corporação Policial Militar de Goiás que estavam em cursos diversos na Academia da Polícia Militar e outros de Unidades sediadas em algumas cidades goianas. Dessa forma, foi possível coletar os dados considerando os vários níveis de instrução, as características regionais e o tempo de efetivo serviço de cada policial. O resultado será apresentado nas próximas páginas juntamente com a análise reflexiva dos dados em questão.

Antes, é preciso destacar que a própria Polícia Militar é constituída por uma miscigenação que, em sua essência, traz uma diversificada característica étnica, cultural, religiosa, social etc., promovendo a transformação evolutiva da instituição. Essa diversidade nos recursos humanos deve ser respeitada e, muito mais, valorizada para que seus integrantes possam iniciar a compreensão da diversidade ainda maior existente na sociedade. Para compreender as alteridades da população civil é preciso que os militares compreendam a própria alteridade.

O perfil dos profissionais das unidades militares de diversas regiões

Para facilitar a compreensão dos dados optamos por apresentar os resultados da pesquisa por cada Unidade Militar das diversas regiões do estado em tabelas. Assim, podemos analisá-los tanto isolada quanto conjuntamente.

Essa demonstração possibilita a comparação detalhada entre os diversos resultados da pesquisa desenvolvida no interior do estado em unidades operacionais, ou seja, que não são instituições de ensino e dedicam-se exclusivamente ao serviço de prevenção, repressão direta ao crime e preservação da ordem. Para a obtenção destes dados foram entrevistados 118 policiais militares.

A seguir, apresentamos as assertivas que constavam no questionário:

1. **Há quanto tempo você está na Polícia Militar?**
2. **O tema Diversidade está em debate atualmente sendo objeto de estudo de vários especialistas. Você sabe o que quer dizer Diversidade Sócio-cultural?**
3. **Durante o seu Curso de Formação Policial, houve debate ou disciplina que tratasse do tema Diversidade Sócio-cultural?**
4. **Você se sente seguro em debater sobre o tema Diversidade Sócio-cultural?**
5. **Hoje, a sua compreensão a respeito da Diversidade Sócio-cultural é graças a:**
6. **Marque uma ou mais palavras abaixo que você acredita ter relação com a Diversidade Sócio-cultural:**
7. **No período do curso de formação você aprendeu a resolver, em situação emergencial, conflitos envolvendo as seguintes pessoas:**
8. **Considerando os indígenas, homossexuais, crianças de rua, portadores de necessidades especiais e idosos, como você, Policial Militar, sente-se para resolver conflitos envolvendo estes grupos?:**
9. **Finalizando e em relação à temática do questionário, qual sua opinião a respeito do aprendizado/conhecimento repassado nos cursos de formação:**

A análise criteriosa dos dados apresentados permite a observância de alguns apontamentos e tendências da compreensão da diversidade que os policiais militares lotados em unidades operacionais externaram.

Contudo, a última questão que busca saber a opinião dos entrevistados quanto ao aprendizado/conhecimento adquirido no curso de formação, revela, de acordo com as respostas de maior percentual, que: (1) ***as aulas deveriam nos aperfeiçoar melhor para lidar com os grupos citados;*** (2) ***a temática deveria ser incluída nas aulas.*** Somando-se os dois percentuais, encontramos resultados semelhantes aos apresentados pelos questionários desenvolvidos na Academia de Polícia Militar:

APM Goiânia (%)	16º BPM Formosa (%)	29º BPM Goiatuba (%)	7ª CIPM Mineiros (%)	10ª CIPM Morrinhos (%)
74,33	85,71	87,5	70,58	77,54

Além, devemos considerar o fator tempo de serviço revelado pelos questionários cuja predominância nas unidades do interior está em mais de vinte e um anos de efetivo serviço em contraposição ao apresentado na APM em que predomina o período de formação. Essa análise mostra que o tema diversidade sócio-cultural não foi debatido ao longo da carreira dos policiais com mais tempo na Corporação e, ainda, não está em debate nos cursos de formação.

Considerações finais

Um trabalho de tamanha relevância que busca debater sobre a compreensão da diversidade sócio-cultural dentro de uma instituição sesquicentenária com princípios na hierarquia e disciplina não poderia ser elaborado com facilidades. Sua produção envolveu várias pessoas que contribuíram principalmente para que os questionários fossem levados para outras cidades, respondidos e devolvidos. Essas pessoas mostraram-se envolvidas com a idéia de debater para evoluir, inclusive, o próprio Comandante Geral da PMGO em exercício aprovou a proposta e o tema revelando o ideal de bem servir a sociedade.

O estudo analítico dos dados apresentados permite afirmar que os policiais militares do estado de Goiás carecem de um melhor preparo para lidarem com os grupos heterogêneos em nossa sociedade como, por exemplo, portadores de necessidades especiais, crianças de rua, idosos, etc. Essa relação entre profissionais de Segurança Pública e alteridades acontece rotineiramente nas mais diversas e inusitadas situações em que as medidas adotadas nem sempre são as mais adequadas, seja pela falta de treinamento ou pela incompreensão de ambas as partes.

O reconhecimento por parte dos próprios policiais de que a temática precisa ser melhor debatida de maneira didática é o ponto mais importante do estudo pois, subliminarmente, apresenta o anseio da maioria dos entrevistados. Os dados revelam, ainda, que o tema não está contemplado na Academia de Polícia Militar mesmo com existência da disciplina de Direitos Humanos.

Nesse contexto analítico, propomos a implantação de uma disciplina que possa esmiuçar o tema em questão e criar métodos de identificação dos preconceitos para debatê-los. Assim, o profissional de Segurança Pública poderá adquirir novos conhecimentos a partir da reflexão didático-pedagógica possível em um curso de formação ou atualização.

Apesar da instituição policial militar ter evoluído em direção ao profissionalismo através de procedimentos operacionais padronizados, alguns aspectos ainda necessitam de estudos aprofundados como, por exemplo, a compreensão dos vários grupos que caracterizam nossa sociedade. É preciso discutir aspectos como: o contexto em que esses grupos estão inseridos na sociedade brasileira; até que ponto a adoção de condutas padronizadas nas ações policiais lhes beneficiam; e a partir de que ponto essas ações padronizadas reforçam a discriminação ao invés de proteger seus direitos.

Referências

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos:** coisa de polícia. Passo Fundo –RS: CAPEC. Editora Paster, 1998.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2008. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. 76 p.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2001.

BRASIL, Ministério da Justiça – SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRNN.htm>. Acesso em 18 ago. 2011.

FREITAS, Fátima Regina Almeida de. ARANTES, José Estevão Rocha. PERILO, Marcelo de Paula Pereira. **Combatendo Preconceitos:** Discriminação e Homofobia. Apostila da disciplina Discutindo Gênero e Sexualidade na Escola do curso de especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania da UFG/CIAR. Goiânia, 2010. 35 p.

GÜNTHER, H. **Como elaborar um questionário.** Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 1. Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. 35 p

LOURO, Guacira Lopes. **Sexualidade, gênero e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Seção de Emprego Operacional. Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 08 – **Atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia dos Direitos Humanos.** Belo Horizonte, 2004. 57p.

MORAES, Cristina Cássia P. TEDESCO, Maria do Carmo. SANTOS, Giovanna A. Schittini dos. VIANA, Maria Valeska Lopes. ARANTES, José Estevão. **Metodologias de Ensino:** discutindo práticas de educação para a diversidade nas Escolas I**.** Apostila da disciplina Metodologia de Ensino do curso de especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania da UFG/CIAR. Goiânia, 2011. 34p.

MORAIS, Dayse Alvares de. **Discutindo práticas de educação para a disciplina.** Apostila da disciplina Metodologia de Ensino II do curso de especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania da UFG/CIAR. Goiânia, 2011. 23p.

NETO, José Querino Tavares. AMARAL, Onésio Soares. NETO, Arnaldo Bastos Santos. **Texto Base da Disciplina Metodologia da Pesquisa**. Curso de Especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania. UFG, 2011.

OLIVEIRA, Dijaci David de. SANTOS, Sales Augusto dos. SILVA, Valéria Getulio de Brito e. Organizadores. **Violência Policial:** tolerância zero?. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001. 276p – (Série Violência em Manchete); Vol. III

RODRIGUES, Cleide Aparecida Carvalho. **Teorias da educação**. Apostila da disciplina Metodologia de Ensino do curso de especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania da UFG/CIAR. Goiânia, 2011. 28p.

SABINO, Geni Anastácio. **Manual de estruturação de trabalhos científicos:** Pré-Projeto, Monografia, Relatório, Normas da ABNT. Goiânia: UEG/FUNCER/Diretoria Geral dos Cursos Sequenciais, 2003. 94 p.

DIALOGUS
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES EM GÊNERO, CULTURA E TRABALHO

Universidade Federal de Goiás
Campus Catalão
Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho
Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Setor Universitário, Anexo I – Sala 09.
CEP 75704-020 – Catalão (GO)
Fone: (64) 3441-5352
E-mail: dialogus.cacufg@gmail.com
Home page: http://www.dialogus.catalao.ufg.br/

Editoração e Revisão: Luciana Borges e Carmem Lúcia Costa.

Os artigos foram transcritos de acordo com os originais enviados à comissão organizadora do evento, sendo, portanto, de inteira responsabilidade de seus autores e autoras os conceitos, as imagens e demais conteúdos neles veiculados.

ISSN: 2178-0412
A reprodução parcial ou total desta obra é permitida, desde que a fonte seja citada.